

ISABEL MARIA RIBEIRO TAVARES DE PINHO

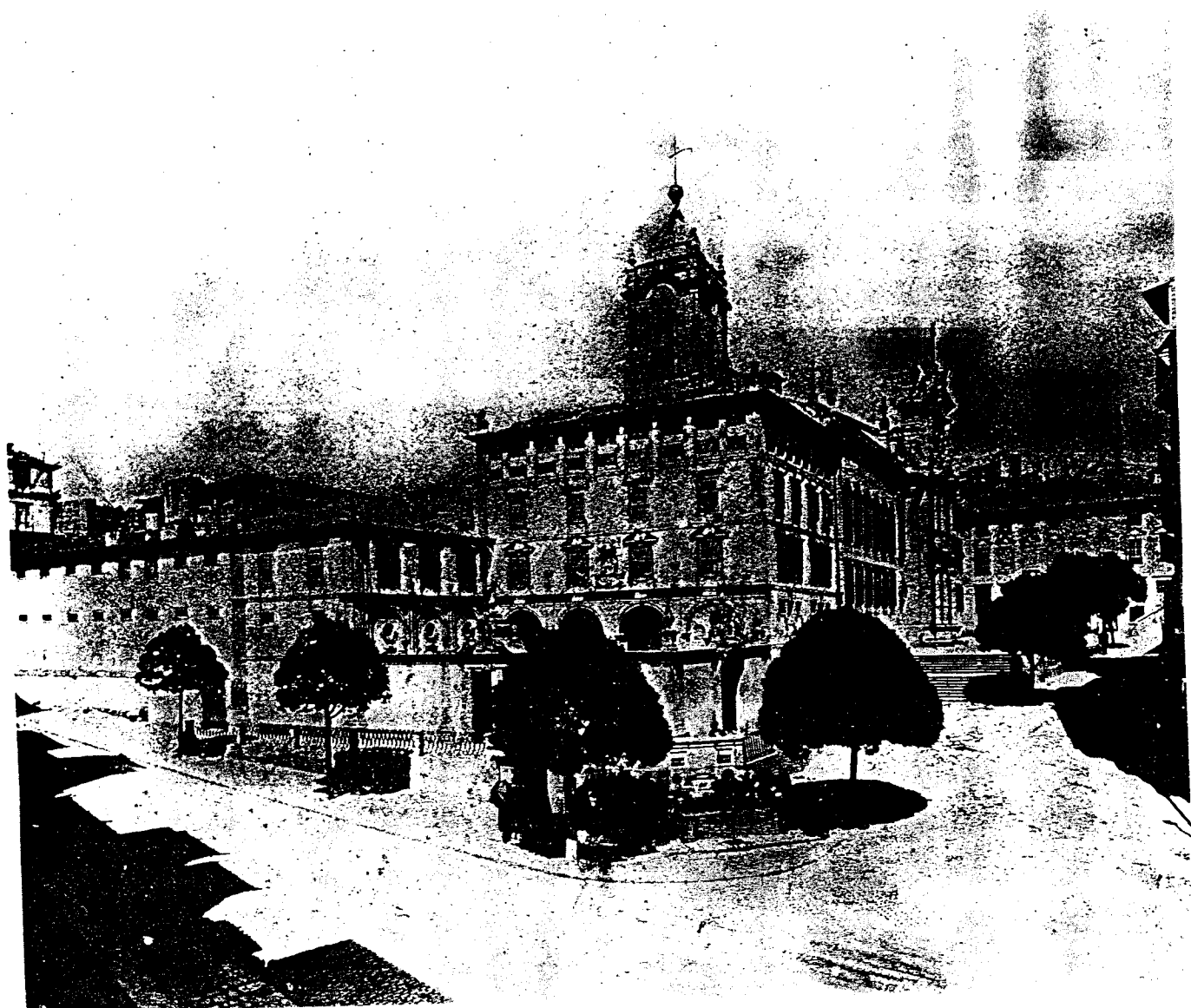
**O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA DO PORTO,
1518/1899
UMA ARQUITECTURA NO SÉCULO XVIII
Vol. I**



PORTO, 2000

**Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade do Porto**

Orientador: Prof. Doutor Fausto Sanches Martins



O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA

(fotografia – A Cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão, 1872/1946, Ed. Alvão, Porto, 1993)

*Ao José António
refúgio das minhas aflições*

*Ao Cláudio
o futuro depositário da Memória*

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho de investigação só será possível com o auxílio das pessoas que, pelas funções ou pelos cargos desempenhados, se dispõem a colaborar para que o produto final proporcione, na medida do possível, a satisfação das metas inicialmente propostas.

Nesta linha de pensamento, muito agradecemos:

- A todos, nas pessoas dos técnicos dos Museus Nacionais, dos Arquivos Municipais e Distritais e das Bibliotecas e aos Párocos e Religiosos que se prestaram e aprestaram em nos fornecer dados e informações, que no conjunto possibilitaram a compreensão de assuntos, alguns de suma importância para a prossecução deste nosso trabalho.
- À nossa irmã que, pelo meio do seu muito trabalho como professora de Desenho, riscou os belos desenhos que compõem a parte até à data desconhecida do mosteiro de São Bento de Avé Maria; de ora avante, teremos uma ideia mais precisa e real e a lenda passou a ter um corpo.
- Ao nosso pai que fez a revisão do texto e que, no papel de advogado de Deus e do Diabo (devido à sua formação muito diversa da nossa), nos chamou várias vezes à atenção para factos que nos pareceram por demais evidentes, mas completamente incompreensíveis para um leigo na matéria ou mesmo pouco claros para os entendidos.
- Finalmente ao nosso orientador, Prof.Doutor Fausto Sanches Martins, pela disponibilidade e paciência com que nos foi aconselhando e guiando, além da liberdade que sempre nos proporcionou no decorrer do nosso trabalho.

Não podemos deixar de lado um, também bem justificado, agradecimento: o que dirigimos às religiosas do mosteiro de Santa Escolástica de Roriz. Prometemos lá voltar e voltaremos concerteza.

SUMÁRIO

ENQUADRAMENTOS	13
SÓCIO-POLÍTICOS	13
MORAIS E RELIGIOSOS	37
UM COMPLEXO MONÁSTICO URBANO E OS SEUS TEMPOS	72
AVÉ MARIA GRATIA PLENA	72
AS IGREJAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA	126
CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA	183

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADP – Arquivo Distrital do Porto
AHMP – Arquivo Historico Municipal do Porto
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa
BPB – Biblioteca Publica de Braga
BPMP – Biblioteca Publica Municipal do Porto
IPM – Instituto Português de Museus
MASASMP – Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto
MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga
MNSR – Museu Nacional Soares dos Reis

Cx. – Caixa
Des. - Desenho
Dic. - Dicionário
Dir. – Direcção
Doc. – Documento
Docs. - Documentos
Ed. – Edição
Est. – Estampa
fl. - Fólio
ff. - Fólios
Fasc. - Fascículo
Fig. – Figura
Fot. – Fotografia
Ms. – Manuscrito
Mons. - Monsenhor
Nº - Número
Nºs. – Números
o . c. – Obra citada
p. – Página
pp. - Páginas
Pe. – Padre
Qd. – Quadro

Rs. Réis

[s/d] - Sem Data

[s/l] - Sem Local

Vº - Verso

Vol. – Volume

Vols. - Volumes

[?] - Palavra ou palavras ilegíveis

[.. (?)] - Substituição de palavra ou palavras riscadas ou esborratadas por outras prováveis.

[...] - Omissão de texto numa citação documental ou bibliográfica

[...] - Palavra ou fragmento de palavra acrescentado no texto

<...> - Palavra ou palavras entrelinhadas

INTRODUÇÃO

O tema em epígrafe que nos propusemos investigar e expôr na presente dissertação de Mestrado não é novo, nem tratado pela primeira vez. Apesar de pouco divulgado por entre o comum dos mortais, é no entanto sobejamente conhecido no mundo científico. A área em que nos movimentamos preferencialmente, dentro da História de Arte, localiza-se ao nível da Arquitectura Monástica e a época o século XVIII, o que justifica a escolha do edifício e o período indicado no sub-título apesar de, em título, aparecer um lapso de tempo mais dilatado. Embora o espaço geográfico não fosse fundamental, pareceu-nos por necessidades logísticas uma boa opção. Por outro lado o Mosteiro era por nós praticamente desconhecido, dado o seu desaparecimento para dar lugar à Estação Ferroviária que herdou o seu nome.

Tornou-se então numa espécie de missão fazer reviver, tanto quanto possível, o fantasma atormentado pelo ruído das locomotivas, que diariamente cruzam a antiga e tranquila cerca, onde durante séculos o negro dos túneis foi o negro das “Cogulas” beneditinas. A época referida, teria naturalmente de recair num princípio que dentro do período escolhido seria 1783 (ano do incêndio). No entanto julgamos conveniente apontar a data da fundação (1518) por uma questão de lógica porque o tema requer, a nosso vêr, um desenvolvimento a partir da primitiva construção arquitectónica, como ponto inicial das subseqüentes alterações ao longo de toda a sua existência e apesar do sinistro ter apressado algumas delas, dando-lhes um cunho totalmente diferente do esperado.

Para a finalização aventavam-se duas hipóteses: ou até à extinção das instituições religiosas (1834), ficando a sequência cortada, já que as casas femininas se mantiveram, em lenta agonia, que terminou com a morte da última freira; ou até à demolição, que nos pareceu exceder o tema Mosteiro, que quanto a nós, compreende uma Comunidade viva enquanto enquadrada no ambiente próprio e formal da casa onde se acolhe e cuja construção tem em vista as várias funções que a assistem. Nesta circunstância, julgamos acertado terminar no ano em que essa Comunidade deixou de ser viva, no desaparecimento da última religiosa, por sinal a Abadessa, que foi a sua derradeira pedra angular (em outras casas monásticas sucedeu curiosamente ter sido também a abadessa o último elemento a abandonar este mundo, permanecendo como uma guardiã, entre as paredes vazias do navio que se ia afundando lenta e inexoravelmente).

Mas porque a História deste Mosteiro não se esgotou no dia 15 de Maio de 1892 com a morte de D. Maria da Glória Dias Guimarães, que era a governante deste navio encalhado por decreto já no ano de 1834 e que caminhava melancolicamente para o fundo neste final de século, propomo-nos rematar o seu triste destino, assinalando a forma como a loucura dos homens fez soçobrar aquele

formidável monumento que, erguido no coração da Invicta, arrostou com invasões, cercos, e até abalos telúricos, mas não resistiu à leve pena de pato que decretou o seu fim, impelida pela indómita e teimosa ambição que fez tremer, oscilar e por fim ruir com fragor aquele que foi o orgulho da cidade durante mais de três séculos.

Pelo facto de ter sido objecto de múltiplas abordagens por vários investigadores e curiosos, sistematicamente parcelares devido à ausência de vestígios materiais, que dificultam a intelegibilidade de interpretação do conjunto dos elementos disponíveis, muitos deles envoltos em mitos e lendas, sentimo-nos impelidos a uma tarefa, que prevêmos árdua, de confrontação de opiniões, tendo em conta épocas e mentalidades, já que o material em questão tem naturalmente muito de subjectivo. Para colmatar as inúmeras lacunas provenientes da falta de informação fidedigna, apoiada em documentação original (apesar dos inúmeros títulos do seu disperso cartório, muito omissos), lançaremos mão de instituições congéneres, abundantes no norte do país e com idêntica sorte, em diferentes mas próximos anos, que nos ajudarão a dar, a quem tiver a paciência e a condescendência de nos ler, uma panorâmica do quotidiano desta Congregação portuense.

Pela parte artística e sobretudo no tocante à arquitectura, o tema terá de ser tratado com cautela, recorrendo sempre que necessário a outros edifícios similares, mas tendo sempre em conta que o Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto e sobretudo a sua Igreja, renascida das cinzas, em 1783, após o incêndio da madrugada de 10 de Outubro, no período em que no Porto decorria já o Neo-Clássico, se apresentou como única e última representante de um Barroco Tardio (Rocaille).

Para levarmos a bom porto o trabalho projectado, iremos utilizar, para além da documentação do Cartório do Mosteiro, disponível no Arquivo Distrital do Porto e na Biblioteca Nacional de Lisboa, o material constante, relativamente à extinção desta instituição monacal (e de outras), do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (Torre do Tombo), algum dele em primeira mão. Efectuámos ainda diligências no mesmo sentido nos Arquivos Distritais de Braga e de Évora, assim com nas Bibliotecas Municipais daquelas cidades. De importância decisiva foram os acervos da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto no que respeita a bibliografia impressa e profusamente publicada ao longo de quase dez décadas e a trabalhos científicos recentemente dados à estampa, todos eles focando aspectos pontuais, como já atrás referimos e com os quais tentaremos compôr este complexo “puzzle”.

Com esse fim queremos assinalar alguns autores, que se constituíram na pedra de toque de toda esta investigação: Lino de Assumpção, Félix Ramos, Pedro Vitorino, Magalhães Basto, Flávio Gonçalves e D.Domingos de Pinho Brandão. Os trabalhos da Professora Doutora Natália Marinho

Ferreira-Alves e do Professor Doutor Joaquim Jaime Ferreira-Alves, por serem mais recentes foram fonte inesgotável de informações e conhecimentos. Também os apontamentos de D. Gabriel de Sousa (na sua qualidade de beneditino) muito contribuíram para esclarecer alguns pontos menos claros.

Como complemento, sem o qual o estudo ficaria incompleto, faremos uma abordagem mais ou menos aprofundada, consoante o caso (dado não ser esse o nosso ramo) do património móvel, depositado nos vários museus nacionais (Museu Nacional de Soares dos Reis e Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior, do Porto e Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa), auxiliados por fotografias concedidas por aquelas instituições culturais, ou colhidas directamente pela nossa própria objectiva e assinaladas em lugar adequado.

Sentimos contudo, uma profunda frustração por não podermos incluir neste trabalho uma planta pormenorizada da construção do imóvel, (apesar das diligências efectuadas junto do Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Porto e de Lisboa, Arquivo Histórico Municipal do Porto e Academia Nacional de Belas Artes, de Lisboa, organismos que pela sua natureza poderiam fornecer estes elementos) e, dado o nosso já anunciado interesse pela arquitectura, utilizaremos os registos publicados, na maioria dos quais sem quaisquer preocupações topográficas rigorosas, e alguns apontamentos relativamente a pormenores, que cremos úteis para o estudo da volumetria.

Sempre que necessário lançaremos mão de plantas de edifícios semelhantes, para o estudo do espaço funcional, idêntico nas comunidades religiosas, femininas e masculinas, tendo no entanto em mente as respectivas diferenças e alterações consoante a natureza dos seus habitantes e diagramas por nós executados, na medida do exequível, numa tentativa de lançar alguma luz sobre o enigma que subsiste e subsistirá quanto à disposição interna e interior do Mosteiro da Encarnação do Porto (a outra denominação que ostentou o Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto).

A pressa de re-ocupar aquele espaço, que levou apesar disso alguns anos, mutilando cruel e desapiedadamente o velho Mosteiro até ao último sopro, não cuidou sequer de salvaguardar a sua memória com qualquer tipo de registo topográfico, talvez na ânsia de apagar, com o esquecimento total, o remorso. Como recordação ficou uma tomada de perspectiva, tirada na hoje denominada Praça de Almeida Garrett, na confluência das ruas das Flores e de Mouzinho da Silveira (que serve de pano de abertura a este nosso trabalho), apresentando o ângulo mais favorável do conjunto, incluindo a fachada voltada ao sul, onde imperava a nobre frontaria barroca da Igreja, equilibrando harmoniosamente os dois corpos, perfeitamente simétricos, do coro e da nave, única.

Este “cliché”, praticamente tudo o que resta em termos fotográficos, é o cartão de visita da sua fisionomia altaneira, que nos contempla esfíngica e melancolicamente.

Quanto à documentação do seu vastíssimo e importante cartório, pulverizada pelos vários arquivos nacionais e municipais, obrigando o investigador a calcorrear numerosos corredores e instâncias, está praticamente toda publicada, o que nos leva a optar, preferencialmente, por fazer dela uma nova leitura, procurando outra perspectiva, e agora de conjunto. No entanto, pensamos poder valorizar o trabalho com um ou outro documento ainda inédito. Suspeitamos que muita da documentação referente a este imóvel repousará talvez em bibliotecas privadas, esquecida e ignorada provavelmente em estado de degradação a caminho do desaparecimento total. Vem isto a respeito de que em bibliografia consultada e com alguma antiguidade, termos verificado o facto de esses artigos terem sido efectuados com base na observação de códices, gentilmente cedidos por amigos ou familiares dos autores, que os conservavam em casa.

Como forma de entendermos melhor a mensagem beneditina nos dias de hoje, visitámos duas comunidades religiosas femininas, uma portuguesa, Sta. Escolástica de Roriz (St.Tirso), e uma galega, Antealtares (Santiago de Compostela). Não poderiam ser mais diferentes no modo de interpretar a Palavra do Patriarca. Enquanto a lusa, herdeira do serviço missionário, se identificou claramente, desde a sua fundação (1935), com a comunidade onde se inseriu, colaborando com ela a todos os níveis assistenciais, a outra, a espanhola, testemunha actualmente a vivência medieval da clausura, chamada papal (observância rigorosa), escondida pelos espessos muros do seu vetusto mosteiro coevo da descoberta do túmulo do Apóstolo da Península (esta casa monacal foi ocupada até finais do século XV por frades beneditinos incorporados então na comunidade de San Martín Pinario, que se instalou no edifício que hoje abriga o Seminário Mayor da Arquidiocese Compostelana, uma residência universitária e o Instituto Teológico. Ambas as construções ladeiam a Catadral, mas em locais opostos à mesma) não nos permitiu a entrada, mas forneceu pormenores formais, arquitectónicos, capazes de ser extrapolados para o Mosteiro objecto do nosso estudo.

Para terminar e em jeito de remate, consideramos oportuno e pertinente debruçar-nos sobre este Edifício Monacal, não só porque fez parte integrante da cidade do Porto (enquanto existiu foi sempre nomeado nos vários guias como referência arquitectónica e religiosa, obrigatória), mas porque se cumprem precisamente 100 anos sobre o seu “passamento” e porque, à beira do novo século, parece traçar-se para a sua sucessora, a Estação Ferroviária de São Bento, destino diferente daquele para que foi projectada e assim demonstrando a inutilidade do sacrifício daquele imponente Mosteiro.

Ser-nos-á lícito pensar num anátema de D.Maria da Glória Dias Guimarães, a sua derradeira Abadessa?!

Apesar de todas as dificuldades previstas, procuraremos apresentar como trabalho uma visão de conjunto, reunindo as permissas disponíveis para que a leitura final deste complicado problema se torne um pouco mais linear. Acrescentamos que para elaborar esta nossa síntese dos elementos recolhidos e analisados tomaremos como base e ponto de partida o documento publicado em 1942 da autoria de Artur da Mota Alves com título "O Convento de Avé Maria do Porto" onde se explana a primeira construção, gótica do período Manuelino, transcrita do códice original (do século XVI). Como medida cautelar cotejamo-lo com o traslado efectuado no século XVIII, por ordem da Abadessa em exercício, D.Angélica Maria. No geral não detectamos diferenças a alterarem substancialmente o sentido do relato e as pequenas disparidades pontuais ajudam mesmo a clarificar alguns aspectos menos evidentes.

ENQUADRAMENTOS

1 – SÓCIO- POLÍTICOS

- Urbanismo e demografia

Começaremos o nosso estudo pelo enquadramento do Mosteiro da Encarnação do Porto (a outra designação porque ficou conhecido o Mosteiro de S.Bento de Avé Maria do Porto), isto é, por tentar inseri-lo na malha urbana e nas condicionantes político/religiosas do seu tempo, já que não teria qualquer cabimento um exame, subtraíndo-o à sua ambiência natural.

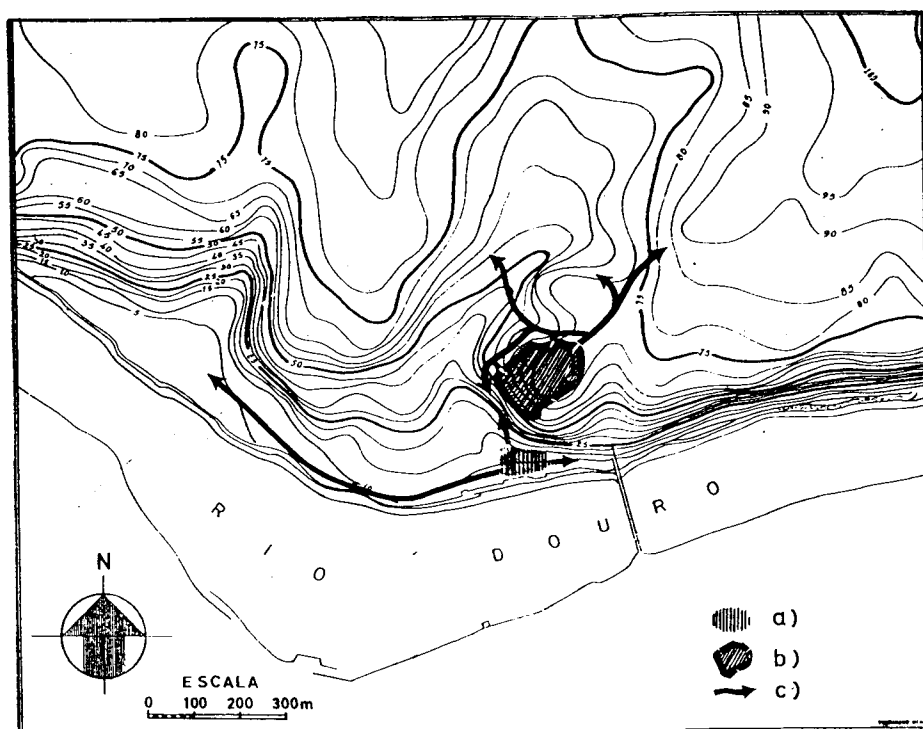
Remontar aos primórdios da "Calle" seria exceder o período em questão, mas sempre relembremos que a implantação populacional, no Porto, é anterior à ocupação romana. A foz de um rio foi sempre um local apazível e conveniente para o desenvolvimento démico. A estrada líquida atraía o comércio e permitia estabelecer relações interterritoriais. Independentemente de guerras e conflitos daí inerentes o burgo portuense enraizou-se, cresceu e extravasou, primeiro a cerca visigótica que protegia a Pena Ventosa (o primitivo núcleo onde reinava a Sé) e, mais tarde, a Fernandina.

Entre ambas nasceu o Mosteiro de S.Bento de Avé Maria, em 1518, bem junto do limite norte, interior, daquela última protecção muralhada. Cedo surgiram, por parte dos nossos primeiros reis, preocupações urbanísticas. O foral de 1123 (tempos da fundação do Condado Portucalense) e depois as directrizes emanadas por D.Dinis (1316) e Afonso IV apontam para uma funcionalidade e utilidade no traçado dos arruamentos ¹. De resto, é precisamente D.Afonso, o Bravo, a iniciar a planificação urbana com a nuclearização de polos habitacionais em torno de construções régias (Armazém de El-Rei e Alfândega) e da protecção do burgo, devido às lutas que mantinha com Afonso XI, de Castela continuadas depois nas Guerras Peninsulares, no reinado seguinte.² A muralha seria concluída no tempo de D.Fernando (em 1374/76 e eternizada com o seu nome), quando ainda mantinha aberto o contencioso pelo trono do país vizinho.

Embora casada com o rio, a cidade precisava do contacto com o exterior terrestre, findas as lides guerreiras. Para isso previram-se portas e postigos ao longo dos panos pétreos que, indiferentes ao alcantilado do terreno, galgaram escarpas, nos Guindais, demoraram-se a observar a toalha

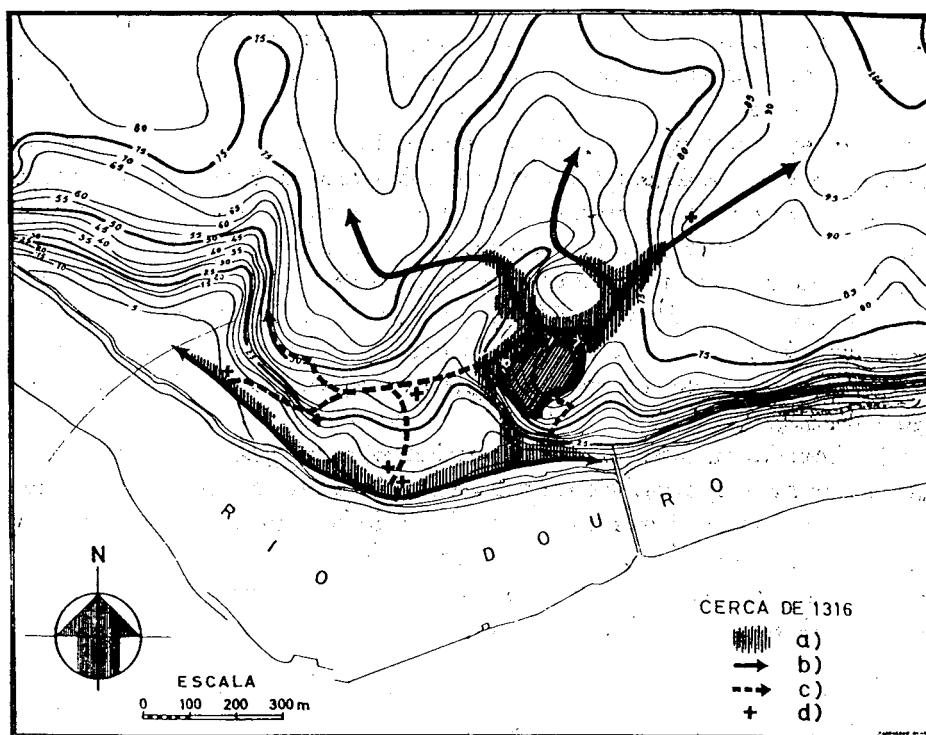
¹ Proíbiam-se obras em proveito próprio a qualquer cidadão (incluindo o bispo) OLIVEIRA, J.M.Pereira de, *O Espaço Urbano do Porto*, Coimbra, 1973, pp.222/223.

² Idem, *Ibidem*, pp.224/225.



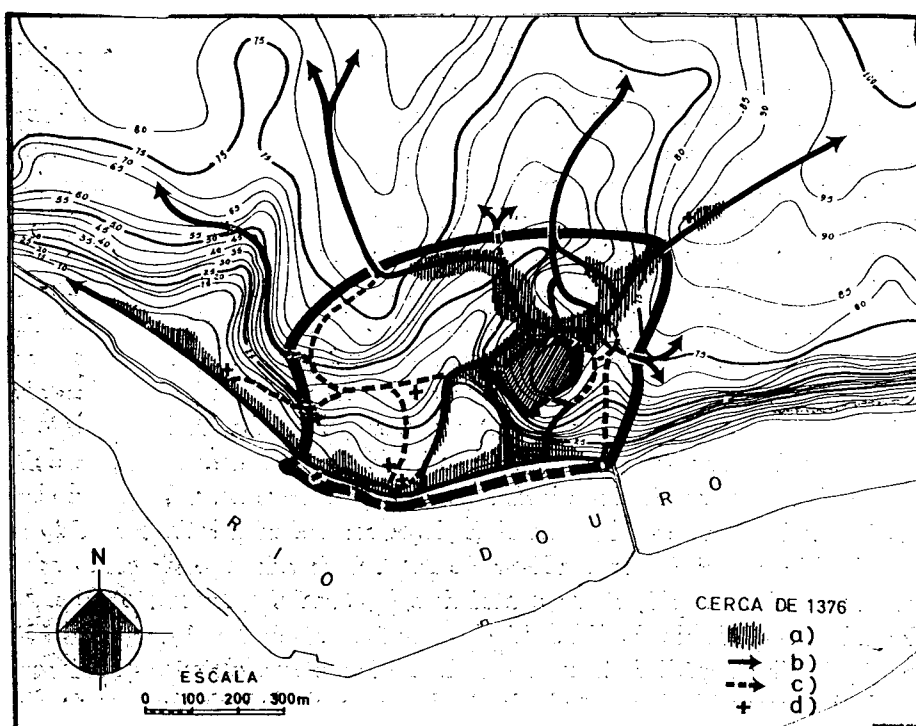
a) *Portucale locus* b) *Castrum novum suevorum* c) Sentidos da expansão urbana

Fonte: OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.221,



a) Áreas urbanizadas b) Ruas e estradas c) Caminhos e azinhagas d) Igrejas e Capelas

Fonte: OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbanos do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.223.



a) Áreas urbanizadas b) Ruas e estradas c) Caminhos e azinhagas d) Igrejas e Capelas

Fonte: OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.232.

líquida nas zonas altas do Olival ou do Cimo de Vila e precipitaram-se em descidas vertiginosas em direcção a Miragaia. Encontra-se precisamente entre aqueles dois pontos (Olival e Cimo de Vila) o local julgado azado para o Mosteiro. Ambos os planaltos se ligam por um “vale”, cujo ponto mais baixo, ocupado pela Porta de Carros, aberta na muralha, se tornou a passagem nevrálgica para a vida económica da cidade. Embora a maioria das aberturas se situassem na zona ribeirinha³, por razões mais que óbvias, a citada Porta de Carros era o seu suporte natural como saída e entrada complementar no lado oposto, permitindo que a animada vida do burgo se estendesse para as zonas a norte do país (Braga, Guimarães, etc). Neste eixo desenvolver-se-ia em anos subsequentes o principal comércio da Invicta (sua razão de existir), adensando naturalmente a malha urbana e obrigando a rasgar novos arruamentos, num intrincado emaranhado de ruas e vielas. Neste local, o coração da cidade hodierna, sobrevivem os restos da estrutura medieval dos mestres, sobretudo na rua de Sta.Catarina das Flores, hoje designada simplesmente por rua das Flores, onde ainda agora encontramos instalada grande parte dos estabelecimentos de ourives, a que não deve ser alheia a proximidade do Largo dos Loios, que recebeu este topónimo do Mosteiro de St.Elói, padroeiro daquela classe profissional⁴.

A cerca desta Congregação ficou então defronte do Mosteiro da Encarnação e ambos os edifícios se aconchegaram à ala norte da muralha. Por causa desta localização, com a ronda do muro fortificado em comum, não faltaram as acusações aos frades e às monjas de comportamentos menos próprios. Para obstar aos comentários das línguas viperinas, “... fôra erguida junto da porta uma separação de pedra com resistente contra-forte, elevando-se muito acima do denteado da muralha suficientemente poderosa para impedir a passagem de qualquer pessoa ...”.⁵ Pela Porta de Carros nome talvez ligado com a “via Romana” (traçado para carros), fez-se durante muito tempo o trânsito das hortas para fora de muros. Em 1408 mandava-se que esta porta estivesse aberta “à condução de pedra para as casas da Rua Chã” que tinham ardido⁶.

No reinado de D.João I dá-se uma renovação urbana. Os judeus instalam-se no interior da cerca, na zona de Belmonte, onde no século XVI⁷ se ergueu a “variante” masculina da Ordem Beneditina (São Bento da Vitória). É curioso assinalar que as moradas dos e das profetas de São Bento se

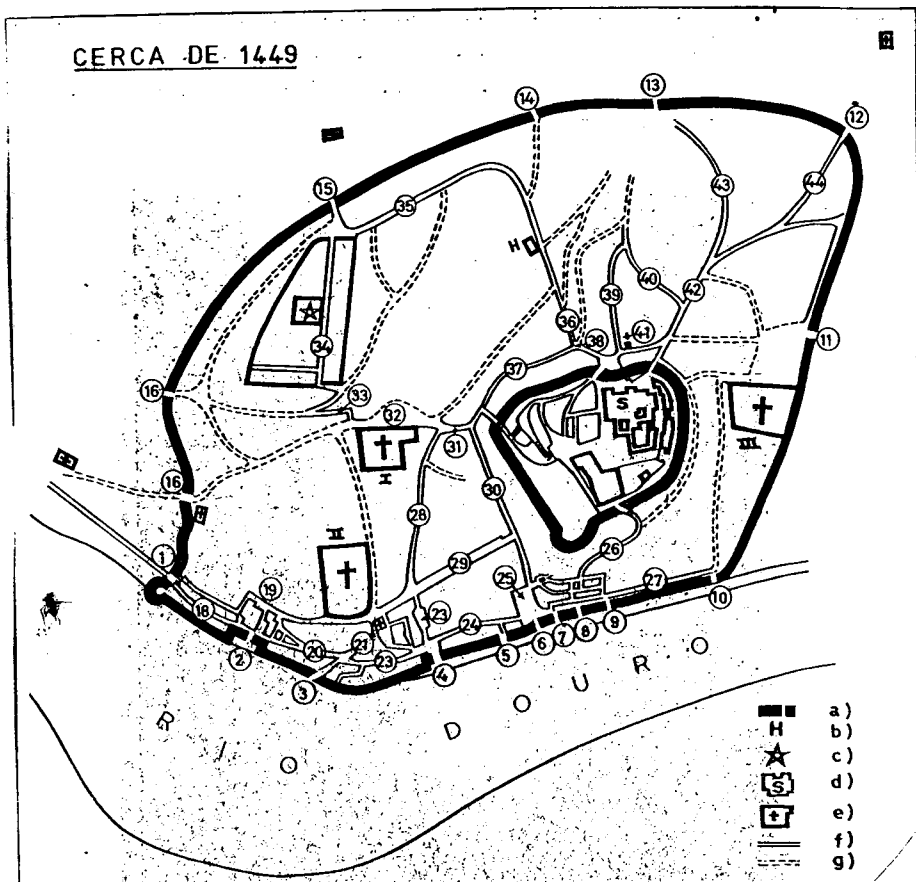
³ Idem, *Ibidem*, pp.228/230.

⁴ Em S.Bento de Avé Maria houve, no século XVIII (1715), uma Confraria de Santa Ana, em que os irmãos eram fundamentalmente ourives, lapidários e alguns, poucos, entalhadores, vivendo nas imediações do Mosteiro. BNL *códice* 8420.

⁵ VITORINO, Pedro, *Notas de Arqueologia Portuense*, III, CMP, Porto, 1937, p.152.

⁶ OLIVEIRA, J.M. Pereira, *o.c.*, p.231.

⁷ idem, *Ibidem*, pp. 231/232.



a) Muralhas sueva e fernandina b) Albergaria-hospital de Rocamador c) Sinagoga da judiaria do Olival d) Sé e) Conventos, Igrejas e Capelas f) Ruas g) Caminhos e azinhagas.

1 – Porta Nova ou Porta Nobre; 2 – Postigo dos Banhos; 3 – Postigo da Lingueta; 4 – Postigo do Terreirinho; 5 – Postigo do Carvão; 6 – Porta da Ribeira; 7 – Postigo do Pelourinho; 8 – Postigo da Forca; 9 – Postigo da Madeira; 10 – Postigo da Areia; 11 – Postigo dos Carvalhos do Monte ou Porta do Sol; 12 – Porta de Cimo de Vila; 13 – Porta de Carros; 14 – Postigo do Vimial ou Porta de Santo Elói; 15 – Porta do Olival; 16 – Postigo ou Porta das Virtudes; 17 – Postigo da Esperança ou de São João Novo; 18 – Rua da Porta Nova; 19 – Rua dos Banhos; 20 – Rua da Ourivesaria; 21 – Rua de São Nicolau; 22 – Rua da Reboleira; 23 – Rua da Alfândega; 24 – Rua da Fonte Aurina; 25 – Praça da Ribeira; 26 – Escadas das verdades; 27 – Lada; 28 – Rua das Congostas; 29 – Rua do Infante; 30 – Rua dos Mercadores; 31 – Rua da Ponte de S.Domingos (Trav.de S.Crispim); 32 – Murinho (Largo de S.Domingos); 33 – Escadas da Esnoga; 34 – Rua de São Miguel (Rua de S.Bento da Victória); 35 – Rua dos Caldeireiros; 36 Rua do Souto; 37 – Rua da Bainharia; 38 – Cruz de Souto; 39 – Viela dos Gatos (Trav.de S.Sebastião); 40 – Calçada do Corpo da Guarda; 41 – Rua Escura; 42 – Rua Chã das Eiras; 43 – Rua de Carros; 44 – Rua de Cimo de Vila.

Fonte: OLIVEIRA, J.M. Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p.240.

Na alínea e) – Conventos, Igrejas e Capelas: I – Convento de São Domingos (1238); II – Convento de São Francisco (1241); III – Mosteiro de Santa Clara (1416).

firmaram sobre as velhas Sinagogas do Porto⁸ (não terá sido só coincidência, sobretudo se atentarmos no facto de que, pelo menos, D.Manuel se pautou por uma política dúbia em relação ao Povo do Livro). A abertura da Rua Nova da Alfândega gerou novo polo de fixação demográfica e, em 1417, João de Barros calculava em 8 500 habitantes a população do Porto, estimativa que Ricardo Jorge considerou exígua⁹. No dealbar da centúria seguinte, os Dominicanos empraçavam chãos na parte da rua que lhes pertencia (próximo do Largo de São Domingos, nome derivado do respectivo Convento), complementando a acção da Câmara que se lhes antecipara alguns anos antes¹⁰. Mais para leste e norte, os padres Loios tinham assentado “arraiais” (1491) numa horta e laranjais, doados para o efeito¹¹. Quando a morada das Beneditinas se levantou na segunda década de quinhentos, a disposição de ambas as construções iria provocar os equívocos atrás descritos.

O reinado do Venturoso encontrou mais densa a malha do Porto, agrupada ainda numa só freguesia, a da Sé, que repartiria o seu espaço, antes do término de 500, com Vitória, São Nicolau e São João de Belmonte¹² e onde provavelmente sobressairiam do casario os volumes maciços dos Conventos de São Domingos (1238), São Francisco (1241, transferido para o interior da muralha em 1425) de Santa Clara (1416, vindas de Entre-os-Rios) e dos Loios (1491),¹³ tornados centros radiantes da urbanização. Abria-se agora uma nova era económica que as rotas da Índia fomentavam, vislumbrando-se já uma renovação citadina. A urbe fervilhava de vida e de actividade comercial: nos Pelames (surradores), nas Ferrarias (de baixo e de cima, lugares de forja) nas ruas da Ourivesaria e de Sapataria e nos Caldeireiros (topónimo ainda hoje sobrevivente). As tendas de venda continuavam-se pela rua dos Mercadores para a Ribeira, onde havia boticas e marçeria pendurada (artigos que não obrigavam a peso ou medida como barretes e meias).

Apesar desta evolução o burgo portuense mantinha-se aninhado no perímetro da muralha Fernandina.¹⁴

⁸ LAGOA, Cherubino, *A Synagoga no Porto*, Porto, 1899, p. 33.

⁹ OLIVEIRA, J.M.Pereira de, *o.c.*, p. 235.

¹⁰ A Câmara reivindicou direitos sobre os terrenos dos dominicanos, sob o pretexto de que a abertura de portas dos edifícios a construir eram passíveis de foro ao Município, questão resolvida por alvará régio, em 1529, a favor dos Frades Pregadores, *O BURGO DO PORTO ANTES DOS ALMADAS*, in *O Tripeiro*, n.º9, Porto, 1987, pp.266/271.

¹¹ OLIVEIRA, J.M.Pereira, *o.c.*, pp. 237/239.

¹² PASSOS, Carlos, *Enciclopédia pela Imagem*, Porto, 1969, p.13.

¹³ SANTOS, Cândido Augusto dos, *O Censal da Mitra do Porto*, Porto, 1973, pp. 85/87.

¹⁴ *O BURGO DO PORTO ANTES DOS ALMADAS*, in *O Tripeiro*, n.º9, Porto, 1987, pp.266/271.

Casualmente herdeiro de um trono para o qual não estaria destinado, D.Manuel revelou-se apesar de tudo consciente das realidades existentes. D.João II fora um monarca centralizador, governando com mão de ferro uma nobreza insubmissa, permitindo uma liberdade controlada ao povo. O Estado fortificara-se, mercê de trabalho meticoloso e de brilhante engenho. Ironicamente, as benesses resultantes desta arte de gerir tempos e homens bafejaram preferencialmente o cunhado, premiando a cautela e paciência de quem, vendo cair em seu redor amigos e familiares acusados de traição, permaneceu na sombra (digamos que seguiu a estratégia de Cláudio, imperador de Roma). A política centralizadora de D.Manuel terá sido por isso muito mais produto da sua natureza desconfiada e menos da anuência com a política do seu predecessor. A independência da acção municipal de que gozava a Invicta vinha já a perder terreno em favor do governo central desde que D.Gil Alma, bispo do Porto vendera a D.João I, em 1406, o senhorio do burgo¹⁵. Nesta sequência, o pensamento redutor e unificador do antigo duque de Beja não fez mais que ampliar prerrogativas em seu próprio benefício.

A febre das descobertas provocou tal cegueira e entusiasmo que facilitou ao manhoso monarca a prossecução dos seus intentos: a subjugação das liberdades municipais e populares, enquanto permitia à nobreza um aparente espaço de manobra. O Venturoso aprendera muito com a sobrevivência pessoal. O primeiro avanço deu-o com a reforma dos forais e no Porto, em 1509, derogou o privilégio da aposentadoria dos nobres, dentro da cidade. Esta medida permitiu a médio prazo invadir o conselho municipal por gente da sua confiança. O problema iria ainda arrastar-se durante anos, mas em 1518 acabou de vez o direito do povo eleger a sua Câmara. Em compensação, D.Manuel estatuiu a Casa dos 24 Mesteres (tal como em Lisboa), assumindo ela a responsabilidade pela eleição camarária. Às sessões da Câmara assistiria, no entanto, um procurador escolhido entre os 24, mas só em ocasiões especiais¹⁶. Também o aspecto assistencial não foi descurado com a reunião de alguns hospitais e hospícios, entregues à Misericórdia, tornando tudo mais fácil de controlar¹⁷. A partir de então a cidade passava ao patrocínio régio¹⁸.

¹⁵ AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI, Elementos para a História do Porto Quinhentista*, vol.I, Dissertação de Mestrado. Texto policopiado, FLUP, Porto, 1998, p. 34.

¹⁶ GAMA, Arnaldo, *Um Motim há Cem Anos*, Porto, 1950, pp. 411/412.

¹⁷ SOUSA, Francisco Almeida, *Os Antigos Hospitais do Porto*, in *O Tripeiro*, Abril, Porto, 1993, p. 98/106.

¹⁸ Com o fim do domínio episcopal terminava também o “reinado” do românico passando-se então à nova era do gótico no patrocínio régio. AFONSO, José Ferrão, *o.c.*, p. 34.

- A centralização como forma de desenvolvimento

Com o feudo submetido, arrancou uma nova etapa: adaptar o burgo às exigências viárias que se impunham. A passagem norte sul do espaço urbano estava ocupado por hortas e pomares cortada pelas águas correntes do Rio de Vila¹⁹, engrossado pelo caudal do Rio Frio, vindo dos lados da Colegiada de Cedofeita (do lado poente) que a ele se juntava antes de transpôr a Porta de Carros, no extremo norte da muralha. O melhor processo de polarizar um local era, como já vimos, a existência de uma instituição monástica, atraindo gentes e contribuindo para o estabelecimento da actividade comercial. Tal fundação traria ainda vantagens nas relações com Roma, preocupada com a decadência dos comportamentos religiosos (que começaram a degradar-se pelo século XIV) e na disputa com os Católicos Isabel e Fernando pela filiação de Nação Fidelíssima. .

A nova era das Descobertas e da expansão da Fé arrastara no entanto uma outra questão que muito contribuiria para o relaxamento na observância religiosa e posterior encerramento de muitas comunidades devotas: o problema das comendas que se vinha verificando desde os meados do século XV e que D.Manuel para agradar a gregos e a troianos, agravou, distribuindo benesses das rendas monacais e conventuais a todos os que tivessem feito serviço em África durante dois anos, a expensas próprias. Não havia o mínimo critério na escolha das pessoas que se instalavam nas mesas abaciais, sucedendo-se os abusos. Em muitos mosteiros, a Regra era ignorada, não existindo qualquer Livro da mesma, vivendo os monges e as monjas sem clausura, entesourando para si próprios (em franca competição com os administradores nomeados pelo rei), sustentando querelas, rixas e mesmo extorsões aos vizinhos pela posse de terras, como qualquer senhor feudal. Em 1454/65, Frei João Alvares, visitador do mosteiro de Paço de Sousa, queixava-se de que os monges se uniram contra si, não permitindo a sua visita, e Frei Leão de São Tomás acrescentava que *“...quando veio o ano de Cristo de 1500 já todos os mosteiros de S.Bento de Portugal que não eram extintos estavam em poder dos comendatários que ordinariamente tratavam mais de si que do espiritual e temporal dos mosteiros”*²⁰. Estas razões seriam mais que suficientes para que os vários Concílios com relevo para o de 1545/63 tentassem refrear a degradação total da vida religiosa.

A reacção surge com a criação de Congregações²¹ que pugnavam pela restauração da disciplina. Extinguiram-se muitos cenóbios (nos meados do século XVI, a norte do Douro, existiam aproximadamente 130 destas comunidades) e, se em muitos deles o número reduzido de

¹⁹ O Rio de Vila chamou-se antes Rio da Cividade, LAGOA, Cherubino, *A Synagoga do Porto*, Porto, 1899, p. 28.

²⁰ SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, *o .e.*, pp. 81/82.

²¹ É após o Concílio de Trento(1545/1563) que se dissimulam estas Comunidades a partir das Ordens pré-existentes, como forma de corrigir os maus caminhos trilhados pelos religiosos das várias confissões.

habitantes justificaria plenamente o seu encerramento, um olhar pelos registos dos visitantes e pelas admoestações das Constituições Sinodais, sobretudo no que concerne às casas conventuais nortenhas, complementa amplamente tais decisões²². Não se pense contudo que as directivas Conciliares aplicadas pelos bispos resolveram todas as questões. O que se seguiu pelo século seguinte foram guerras, mais ou menos surdas, no acatamento das leis que em muitos casos se transformaram mesmo em motins²³. Também da fundação da Comunidade que veio habitar o Mosteiro de São Bento de Avé Maria nos chegam ecos de que terá sido tudo menos pacífica, embora o relato seja contido²⁴.

O local escolhido para a construção do Mosteiro recaía em terrenos, de D.Pedro da Costa bispo do Porto, irmão e sobrinho de clérigos importantes²⁵. Desde o momento em que a decisão foi tomada, passou-se ao processo de desafecção dos proprietários e foreiros mediante a avaliação dos chãos e das rendas²⁶. Os terrenos em questão eram já por esses tempos valiosos, criando por isso clivagens na atribuição de indemnizações, algumas bastante curiosas como mais à frente referiremos. A partir de então, a cidade contou com mais uma casa monástica que,

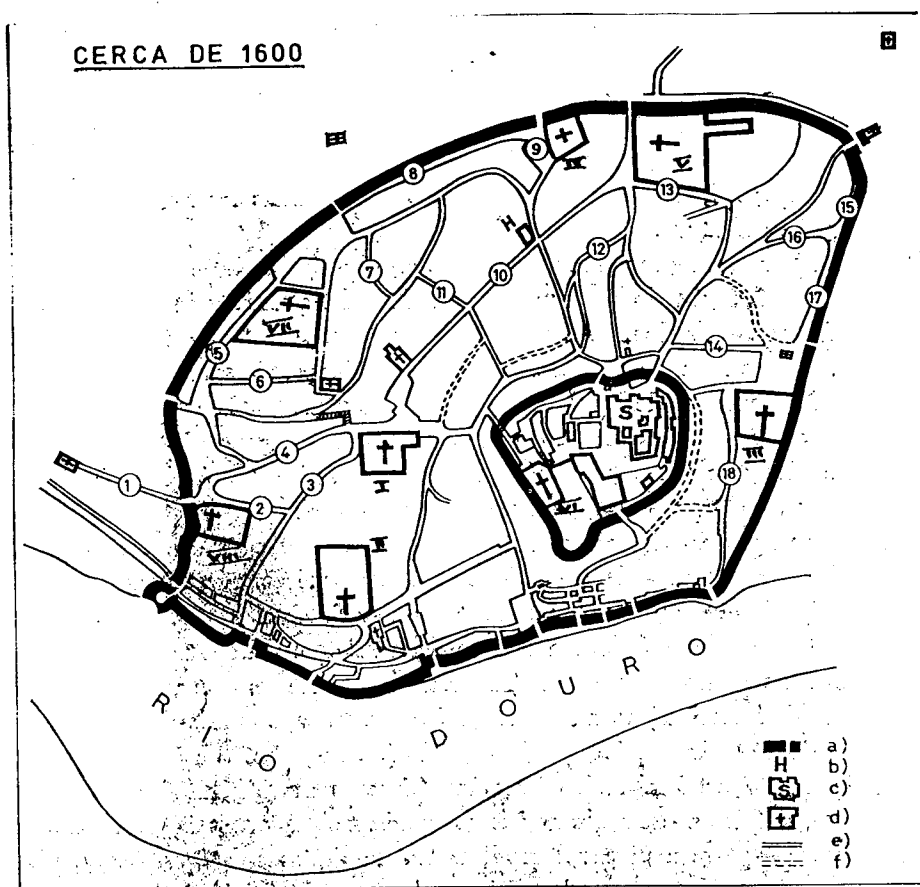
²² OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Edifício do Convento do Salvador*, Braga, 1994, pp.127/131; MAIA, Fernanda Paula Sousa, *Uma Comunidade Religiosa Feminina nos alvares da Época Moderna* in Revista de Ciências Históricas, Univ.Portucalense, Porto,1998, pp. 167/177; RIBEIRO, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I, Coimbra, 1835, pp.68/74.

²³ Idem, *Ibidem*.

²⁴ No caso vertente há pelo menos dois casos: o de Rio Tinto e o de Tuias. Estes dois Mosteiros foram reunidos ao do Porto a contra gosto das respectivas freiras. No primeiro a abadessa interpôs recurso a Roma. ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria (4674)* pp. 400vº/402. No segundo as religiosas terão queimado o cartório em sinal de protesto como nos conta CRUZ, António, *Alguns Docs.Medievais do Cartório de São Bento de Avé Maria*, CMP, Porto, 1945, pp.6/7, citando João Pedro Ribeiro e onde ele aponta também o relaxamento das Ordens Religiosas.

²⁵ D.Pedro da Costa era irmão de D.Diogo da Costa, seu antecessor no bispado e ambos sobrinhos de dois arcebispos, um de Lisboa, D.Martinho da Costa, e outro de Braga, D.Jorge da Costa. REIS, Sousa, *Ms.Inéditos da BPMP (Clero, 1ª parte)*, II série – 5, Porto, 1992, pp. 127/131. Terá sido um outro D.Jorge da Costa, também seu tio e cardeal, que, quando adido em Roma, no reinado do Príncipe Perfeito e fugido à justiça dele, terá constituído obstáculo à tentativa frustrada, por parte deste monarca, de legitimar seu filho, D.Jorge, duque de Aveiro. FERREIRA, Seomara da Veiga, *A Crónica esquecida d'El-rei D.João II*, Lisboa, 1995, p. 274.

²⁶ O espaço onde se construiu o Mosteiro e posteriormente se rasgou a Rua das Flores (1521) era todo da Mitra e do Cabido que fomentaram a respectiva urbanização, deixando marcas na pedra, a Mitra na forma da roda de Santa Catarina (símbolo de D.Jorge da Costa e adoptado por seu sobrinho e bispo D.Pedro da Costa) e o báculo e o Cabido escolheu como testemunho um São Miguel Arcanjo com Dragão. MARÇAL, Horácio, *A Rua das Flores*, in O Tripeiro, nº10, Porto, 1955, p.301. Este processo generalizou-se aparecendo também nas ruas do Almada e dos Caldeireiros, FERREIRA, Mons.J.Augusto, *Memórias Arqueológico Históricas da Cidade do Porto*, Tomo II, Braga, 1924, p. 87.



a) Muralhas sueva e fernandina b) Hospital de D.Lopo (antiga Albergaria-hospital de Rocamador)
c) Sé d) Conventos, Igrejas e Capelas e) Ruas f) Caminhos e azinhagas.

1 – Rua da Esperança (Rua de Tomaz Gonzaga); 2 – Rua de São João Novo; 3 – Rua da Ferraria de Baixo (Rua de “O Comércio do Porto”); 4 – Rua de Belmonte; 5 – Rua das Taipas; 6 – rua de São Miguel; 7 – Travessa do Ferraz; 8 – Rua de Trás; 9 – Largo de Santo Eloi; 10 – Rua das Flores; 11 – Rua do Ferraz; 12 – Rua dos Pelames; 13 – Rua do Loureiro; 14 – Rua de Santo António do Penedo; 15 – Travessa do cativo; 16 – Rua do cativo; 17 – Rua da Porta do Sol; 18 – Escadas dos Codeçais.

Fonte: OLIVEIRA, J.M. Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973, p. 254.

Na alínea d) - Conventos, Igrejas e Capelas: I – Convento de São Domingos (1238); II – Convento de São Francisco (1241); III – Mosteiro de Santa Clara (1416); IV – Convento dos Loios (1491); V – Mosteiro de São Bento da Avé Maria (1518); VI – Colégio de São Lourenço (1560); VII – Mosteiro de São Bento da Vitória (1596); VIII – Convento de São João Novo (1552).

implantada no mais íntimo do seu seio, passou a intervir de forma decisiva no desenvolvimento económico, religioso e urbanístico, até ao dia em que os ventos da História o varreram como folha morta para no seu lugar colocar um hino ao Deus encarnado no Progresso e nascido do novo pensamento positivo. Durante mais de três séculos, os rearranjos planimétricos do burgo portuense contornaram aquele volume grandioso, que foi ele mesmo sendo objecto de transformações internas, tornadas necessárias às modificações na observância religiosa e tantas foram que lhe modificaram por completo a fisionomia primitiva.

O local do Mosteiro era o da “Cidade”, topónimo cuja localização exacta já fez correr rios de tinta. Como não pretendemos contribuir para a polémica, limitar-nos-emos a citar alguns autores: Ricardo Jorge, com base em documentos patentes no Arquivo Distrital do Porto, datados do século XVI, e Horácio Marçal, apoiado em outros do mesmo Arquivo e da mesma centúria, indicam não haver dúvidas de que o lugar em causa estaria situado entre as ruas Chã, do Loureiro e a desaparecida rua do Corpo da Guarda²⁷. Sousa Reis refere também “Cidade” para o mesmo local onde segundo ele se edificou o Mosteiro de Avé Maria²⁸. Como não temos qualquer autoridade em tal assunto, limitamo-nos a concordar, por nos parecer bastante lógico, o raciocínio feito, baseado em documentos. A corroborar esta nossa posição está a ordem de D.Manuel que expressa: “...o fazimento de um mosteiro de freiras que ora Sua Alteza manda fazer na cidade do Porto nas ortas do bispo onde chamam a cidade”²⁹. Para que fosse possível ali levantar uma construção de tal envergadura tornou-se necessária a remoção da Porta de Carros alguns metros para poente, ficando o primitivo local assinalado por uma inscrição³⁰ e o novo com marca régia³¹. A rua de Carros (chamada também do Faval) que ligava a rua Chã à dita Porta de Carros perdeu a sua parte inferior para dar lugar à rua do Loureiro, assim como desapareceram caminhos e vielas,

²⁷ MARÇAL, Horácio, *A Cidade do Porto*, in *O Tripeiro*, Março, Porto, 1967, pp. 65/67.

²⁸ *Idem, Ibidem*

²⁹ *O BURGO DO PORTO ANTES DOS ALMADAS*, in *O Tripeiro*, nº9, Porto, 1987, pp.266/271.

³⁰ “É n’esta parte do convento (do lado norte) aonde se acha a antiga Porta de Carros (1409) no muro que desce pela calçada da Thereza aonde se vê na rua da Madeira um arco tapado a alvenaria, escondendo a dita Porta de carros. Está perfeitamente conservada, tendo no cimo da porta feita no centro da espessura do muro as armas portuguesas com a inscrição bem clara e legível d’El-Rei D.Manuel, que mandou abrir em 1521”. PINTO, J.Marcelino Peres, *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*, CMP, Porto, 1869, p.64.

³¹ “Consta todo esto de Una Piedra que està sobre la mesma Puerta de Rua de Carros de la parte de adentro, en la mesma Muralla, la qual dize assi: Regnante Diuo Emmanuele, Qui primus Portugaliae Regum ad mare usque Indicum, Seythicum et Eoum cum adjacentibus terris Imperium suum propagauit: aperta fuit haec Porta simulque Via, quae in Sancti Dominici templum ducit: Industria Antonij Correa, huius civitatis Corretoris”, NOVAES, Pe.Manuel Pereira de, *Anacrisis Historial (episcopológico)*, vol.III, Porto, 1917, p. 243/244. Sousa Reis apresenta uma legenda diferente, REIS, Sousa Mns. *Inéditos da BPMP*, série II-3, Porto, 1984, p.69.

serventias das Hortas do Bispo (pertenças da Mitra e do Cabido), de forma a libertar a grande área de chão onde se iria construir o novo mosteiro.

O Padre Novaes refere-se ao local do seguinte modo: *"Para la Clausura del dicho Convento, se tapiò la Puerta que llamavam de Rua de Carros, que seguia la Calle com este nombre, y dava Passo y Camino a la Rua del Faval, que Venia derecha de la Rua Cham hasta dicha Puerta de Rua de Carros que es la que oy Vemos tapiada³² de manposterior al baxar de la Calçada ò Couraza que Viene de Nuestra Señora de la Batalla y Puerta de Cima de Villa, en frente de la huerta del Hilario, que assi se llama por aver sido de Un Canonigo de Santa Iglesia de o Porto..."* *"... por ser assi neçessario para la Clauzura de la huerta, que agor es del mesmo Monasterio de la Encarnacion, ò Ave Maria, se abriò en la mesma Muralla outra puerta com el mesmo nombre de Rua de Carros, y Cae en frente y medio de la mesma Praça del Faval, ò Terrero de San Bento, y dà Passo al Camino de la Calle del Buen lardin, y Chafariz de Vilaparda, Camino de Alfena, y Tierra da Maya, Y desta Puerta nueba de Rua de Carros, hasiendose Calle de todas las huertas y lardines que ay desde esta Entrada hasta el Monasterio de Santo Domingo, siendo superintendente de todas estas obras y de la fabrica del Monasterio, Antonio Correa, Corregedor que entonces era desta ciudad, y, como la Calle que se abriò desde esta Puerta hasta el Convento de Santo Domingo fuè fundada en aquellas hermosissimas huertas y iardins, que avia en el Intermedio, le puso nombre de la Rua de las Flores..."³³.*

Como o trânsito vindo da Ribeira e da Alfândega para a Pena Ventosa e Bainharia se fazia pelas Congostas e pela rua dos Mercadores, naturalmente muito incómodo, a nova artéria rasgada quase em simultâneo com a construção do cenóbio (Santa Catarina das Flores³⁴), estendendo-se até São Domingos³⁵, permitiu ligações mais rápidas e uma maior fluidez no comércio norte/sul extra muros, como friza o Padre Novaes. Defronte do novo imóvel criou-se um amplo e

³² Esta primitiva Porta de Carros aberta por Provisão, em 4 de Setembro de 1408, expedida pelo Bispo do Porto D.João Afonso Aranha, que exercia também o cargo de Vedor da Fazenda de D.João I, mandava logo colocar nela Sizeiros para melhor arrecadação das rendas reais, REIS, Sousa, *Ms.Inéditos da BPMi*², série II-3, Porto, 1984, p.74. Vêr nota 30 onde J.Marcelino Peres aponta a data de 1409.

³³ NOVAES, Manuel Pereira de, *o .c.*, p.243.

³⁴ Os terrenos da Mitra e do Cabido do Porto ocupados com o Mosteiro e rua das Flores estavam compreendidos na doação da rainha D.Teresa e as rendas dos lotes resultantes e posteriormente arrendados (casas e quintais) ficaram, os da rua das Flores para a Mesa Pontifical, e os da rua de Carros para a Sé, SANTOS, Cândido Augusto Dias, *o .c.*,1973, p.153.

³⁵ OLIVEIRA, J.M. Pereira de, *o .c.*, p. 244.

desafogado Rocio (o Largo de São Bento das Freiras³⁶) onde em breve se estabeleceu uma feira³⁷, ao longo da imponente escadaria, e protegida pelas próprias freiras³⁸. Em 1838, apesar da insistência das Beneditinas que diziam depender deste mercado para a sua sobrevivência, a Câmara encerrou-o,³⁹ transferindo-o depois para o mercado do Bolhão, aberto em 18 de Setembro de 1839, atendendo as exigências dos lojistas que se sentiam lesados⁴⁰ (não nos podemos esquecer das novas tendências laicas e de que a extinção das Ordens Religiosas já se fizera sentir⁴¹). Por necessidades da construção, o Rio de Vila foi encanado assim como o abastecimento de águas aos Dominicanos (a partir do lugar do Mosteiro de Avé Maria). Parece no entanto que as estruturas deveriam ser deficientes porque aquele Rio visitava com frequência as canalizações do Convento dos Pregadores⁴². Esta deficiência terá sido causada talvez pela edificação do Mosteiro porque em 1530 o rei (D. João III) manda que se resolva o problema da água a São Domingos, desviando os canos que passavam no “convento novo”, contribuindo para isso com 10 000 000 réis. Destes se pagaram 9 600 000 réis a João de Verdezedo com a condição de o fazer antes “... *que povoando-se o dito mosteiro novo...*”⁴³ Concerteza o nome de rua dos Canos (parte do troço da rua das Flores, provavelmente o superior) derivaria da passagem das condutas abastecedoras e do rio posteriormente tapado (em 1715 este topónimo “Canos” permanecia). A ligação a São Domingos tornou necessária a construção da Ponte Nova (sobre o Rio de Vila) a montante da já existente Ponte de São Domingos⁴⁴.

³⁶ Segundo Sousa Reis haveria na Foz outro Largo com o mesmo nome, devido a um convento masculino que lhe estava próximo, REIS, Sousa, *o.c.*, p.119.

³⁷ Esta feira resultou de um acordo entre a Câmara e a Casa dos 24 feito em 24 de Dezembro de 1587, PASSOS, Carlos, *Lembranças da Terra*, 1ª série, Porto, 1919, p.120.

³⁸ Ali mercavam as padeiras de Valongo, padroado das Beneditinas do Porto. AZEVEDO, M^o José Coelho, *A Igreja Matriz de Valongo*, Dissertação de Mestrado, Texto policopiado, vol.I, FLUP, Porto, 1999, p. 23.

³⁹ Por vercação de 24 de Julho desse ano, PASSOS, Carlos, *o.c.*, p.120.

⁴⁰ MARÇAL, Horácio, *Feiras e Mercados na Cidade do Porto desde o séc.XIV até aos nossos dias*, Revista de Etnografia e História, nº30, Porto, 1972, pp. 9 e 26. Na face norte do Mosteiro de Avé Maria, mas fora da muralha, efectuou-se durante anos a feira da madeira que originou o topónimo da rua ainda ali existente, Idem, *Ibidem*, p. 20.

⁴¹ Esta feira de São Bento das Freiras, para onde se transferira em 1590 parte da de São Domingos e em 1625 o restante, não encerrou em 1736 (como pretendia a Câmara), por petição da Madre Abadessa ao rei, num tempo em que o Mosteiro estava na sua maior opulência e influência. De feira semanal (terças-feiras) de variados produtos tornou-se mercado diário de hortaliças e leite, FERNANDES, José Alberto V. Rio, *Porto Cidade e Comércio*, CMP, Porto, 1997, pp. 44/45.

⁴² OLIVEIRA, J.M. Pereira de, *o.c.*, pp. 245/246.

⁴³ ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.197vº.

⁴⁴ OLIVEIRA, J.M. Pereira de, *o.c.*, p. 252.

O local escolhido era pois cruzamento de caminhos serpenteantes por entre terrenos de cultivo, mas deveria ser também zona alagadiça, não só por mananciais espontâneos⁴⁵ mas também pelo leito do Rio de Vila, engrossado por vários veios de água que ia incorporando na sua descida para o Douro. Este “patamar” intermédio onde se situavam as “Hortas do Bispo”, ideal para a concentração de todas as escorrências de qualquer tipo e origem, não se tornaria num lodaçal dada a inclinação abrupta que a partir daí se verificava relativamente à cota do rio Douro⁴⁶. O seguinte apontamento ilustra bem o ambiente: “*Detras o mosteiro novo no resio estam humas estrequeiras as quaes trazia Pero Fernandez e Afonso Pyrez e pagam trynta reis e estas esterqueyras com as casas e moinhos delas se tomou para o mosteiro novo...*”⁴⁷. A construção do Mosteiro deve ter contribuído para uma remodelação urbanística profunda, obrigando ao rasgar das novas vias que dinamizaram a economia e fomentaram a ampliação da construção extra-muros para norte. Este conjunto de alterações levaram à reestruturação da malha urbana intra-muros e a uma melhoria geral da sanidade no burgo pela canalização dos fluidos urbanos, abertura de mais amplos espaços, ou seja aquilo que hoje se chama de ordenamento territorial. Nas últimas décadas de 500, completou-se a urbanização interior, com o Colégio dos Jesuítas (1560), próximo da Sé, em zona ainda livre e que adensou mais o casario (o Mosteiro de Avé Maria deve ter sido no entanto a derradeira obra, de D.Manuel I, no Porto). Parece-nos de resto que os locais escolhidos para os dois edifícios (Colégio dos Jesuítas e Mosteiro da Encarnação) poderão ser inseridos no padrão palladiano: “*local elevado para ter bons panoramas e possam ser vistos e saudados dos lugares mais distantes, zonas nobres e mais importantes da cidade e abrindo para alguma praça ou convergência de qualquer rua principal à qual servisse de ponto de fuga*”⁴⁸. No caso vertente ficam reunidas todas as permissas e não poderia ter ficado mais bem exemplificada a teoria.

Uma vez começada a obra de Avé Maria e sentindo-se a necessidade de desobstruir o espaço envolvente, D.Manuel lança sobre os cidadãos do Porto um imposto no sentido de custear as várias beneficiações posteriores⁴⁹. Por um lado fundava um mosteiro coisa que segundo Damião

⁴⁵ “... he Casa nobre e de muita agoa dentro...”BARROS, João, *Geographia d’entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Colecção de Ms. da BPMP, Porto, 1919, p.36.

⁴⁶ No lugar onde hoje se inicia a subida da rua de Santo António a água era tanta (mina do Bolhão) que para ali se construïrem casas foi necessário fazer estacaria. MARÇAL, Horácio, *A Rua de Santo António* in *O Tripeiro*, nº10, Porto, 1964, p. 297.

⁴⁷ AFONSO, José Ferrão, *o .c.*, p. 104

⁴⁸ MARTINS, Fausto Sanches, *Colégio de São Lourenço – 1560/1774*, Trabalho de síntese no âmbito das provas da Carreira Docente e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, FLUP, Porto, 1986, p. 224.

⁴⁹ Para pagar as obras e outras despesas com a abertura da rua das Flores, lançou D.Manuel um imposto, a finta, sobre os moradores do Porto e seu termo, SANTOS, Cândido Augusto Dias, *o .c.*, p. 153.

de Góis era do seu agrado⁵⁰, custeava-o e dotava-o, e por outro lado, a população “agradecida” contribuía voluntariamente “à força” para as obras que daí derivavam inevitavelmente⁵¹. Para dar início aos alicerces, manda D.Manuel a Gomes Paes, provedor das obras, que nomeie louvados jurados sobre os Santos Evangelhos para avaliar “... a ortaliça e chãos com outras pessoas e ortellães que digo bem soubesem pera melhor enfermaçom” e “asi foi perguntado ao bispo que se queria louvar nos sobreditos porquanto as ditas ortas e chão eram da See e foreiras do dito bispo e Cabido.” O prelado, D.Pedro da Costa (49º a ocupar a cadeira episcopal, 1507/1535)⁵² parece não ter levantado objecções contrariamente às manifestações dos rendeiros lesados, já que detinham prazos antigos de 2 e 3 vidas respeitantes a terrenos intra e extra muros. Os cálculos financeiros recaíram naturalmente sobre as áreas dentro da muralha, já que eram as afectadas para a construção e sobre elas se descontariam as quantias a pagar ao bispado (as indemnizações orçaram entre 2 152 000 réis e os 3 000 000 réis, abatido o devido ao senhorio, em média 600 000 réis, consoante tivessem ou não benfeitorias). Num caso particular, a uma viúva, Inês Afonso, que apenas explorava terreno intra-muros onde tinha casa, pombal e poço, adicionaram-lhe um pouco mais ao total considerado exíguo (1 000 000 réis sem as reduções respectivas ao bispo). Foi então decidido dar-lhe 6 000 000 réis (talvez por ser viúva)⁵³.

As verbas mais elevadas foram de 8 000 000 réis (pagos em cruzados⁵⁴) por um terreno com pomar e água, de Jorge Lourenço, e 30 000 000 réis por um pomar (12 X18 braças⁵⁵) de Gonçalo Anes, de Amarante, que pegava com as terras do chanceler da correição, João de Valadares, e “batia” numa parede de João Rodrigues de Sá e noutra parede do Caminho Velho que partia com o dito chanceler. Este processo é um pouco mais curioso que os outros, já que João Lopes, mestre pedreiro do nável Mosteiro, serviu de testemunha. Alguns dos rendeiros exigiram ainda indemnizações sobre culturas destruídas. Coloca-se aqui uma discrepância temporal: segundo o relato incluso no Livro da Fundação, a construção do Mosteiro iniciara-se em Junho de 1518, mas

⁵⁰ ROCHA,Hugo, *Do Mosteiro da Ave Maria, do suave milagre do seu Quadro da Santissima Trindade e da sua última Abadessa*, in O Tripeiro, Março,nº3, Porto,1961, p.70.

⁵¹ Terá havido divergências com a Câmara por causa do direito de portagem. PINTO,António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto*, Docs.e Memórias para a História do Porto, CMP, Porto,1940, p.257.

⁵² Apesar de ter sido nomeado para León, Espanha, em 1534, nos principios do ano seguinte estava ainda no Porto com dignidade Pontifical, CUNHA, D.Rodrigo da, *Catálogo dos Bispos do Porto*, Porto, 1742, pp.192/199.

⁵³ O pombal ainda ali estaria aquando da delimitação dos terrenos para a hospedaria, em 1547: “... nos chaos do dito mosteiro que estam acyma da dita Casa da ospedaria pera o pombal...”, ADP *Livro da Fundação do Mosteiro* (4674), fl.351vº. Esta construção e o seu lugar terão sido provavelmente responsáveis também pelo topónimo do séc.XIX atribuído à viela das Pombas que por ali existiu.

⁵⁴ 1 cruzado = 40 000 réis.

⁵⁵ 1 braça = 1,98 m (aproximadamente 2 m). Dic. de História de Portugal, vol.V, Porto, 1992, p.68

as espécies cultivadas e em questão eram melões, invocando-se então maturação avançada para alguns. Tendo em conta o clima do Porto, mesmo em anos excepcionalmente quentes, seria pouco provável estarem em condições comestíveis antes de Agosto. Então, ou não eram melões ou a data está desfazada. Gomes Paes resolve a questão pela média entre maduros e verdes, atribuindo a quantia de 2 000 réis por peça, que se pagou a cada um dos três requerentes: Afonso Pires – 1 172 000 réis; Luis Afonso – 970 000 réis; João Dias (ou Alves) – 300 000 réis.

Julgamos perceber que quando se lançaram as primeiras pedras para a construção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria ou da Encarnação ainda não estava atribuído a nenhuma Ordem em particular. Como dissemos, D.Manuel I gostava de fundar Conventos,⁵⁶ acção seguida por muitos nobres,⁵⁷ e apesar dos Beneditinos serem uma força importante no país e se confundirem mesmo com os alvares da nacionalidade, não seria de estranhar ali se recolherem dominicanas, como parece ter estado na mente do soberano. De resto, os Pregadores sairiam muito beneficiados no reinado seguinte, iniciando-se esta tendência com D.Manuel⁵⁸ que, por razões desconhecidas, presenteou a componente feminina de São Bento⁵⁹ com o mosteiro recentemente edificado, no Porto.

- A anexação como forma de centralização

A anexação de comunidades era prática comum como forma de reduzir o número de casas monacais e conventuais que não possuíam meios de subsistência, mas nestes tempos de relaxamento religioso era também forma de encerrar focos disseminantes de escândalo. Em 1501, D.Manuel foi autorizado a fazer, de quatro⁶⁰ mosteiros do bispado do Porto, um só, da Ordem de Santa Clara, por Bula de Alexandre VI (*Injunctum est Nobis Desuper*).

⁵⁶ “Fundou mais de cincoenta Templos com Real Liberalidade ...” ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro* (4674), fl. 5.

⁵⁷ No século XVI muitas foram as casas religiosas fundadas, não só de raiz, como resultantes da fusão de outras e exemplo disto é a que serve de base ao nosso tema. Também não era estranho que o doador as destinasse inicialmente a uma Ordem e posteriormente entregasse a outra, ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, Liv.III, Coimbra, 1912, pp.328/331.

⁵⁸ Alexandre VI determinou em 1501 que se iniciasse a reforma dos Dominicanos, reforma essa que teve pleno desenvolvimento com o Papa Júlio II e no reinado do Piedoso, Idem, *Ibidem*, p.543.

⁵⁹ Temos de ter em atenção que as monjas beneditinas não são Segunda Ordem como acontece com as franciscanas, mas apenas religiosas que seguem a Regra de São Bento, adaptando-a no que fôr necessário à sua condição feminina, SOUSA, D.Gabriel, *Beneditinas*, Dic. De História da Igreja em Portugal, 2ºvol., Lisboa, s/d, p. 319.

⁶⁰ Mons.J.Augusto Ferreira nas *Memórias Arqueológico-Históricas*, indica serem seis as casas a anexar mas Sousa Reis nos *Ms. Inéditos da BPMP*, II série-6, p. 170 aponta cinco, quatro dos quais juntar-se-iam primeiro ao de Rio Tinto.

Em 1517, pediu o monarca autorização para reduzir a um os mosteiros de Vairão, Vila Cova, Tuias, Rio Tinto e Tarouquela⁶¹. A permissão poderá ter sido simplesmente de extinguir alguns cenóbios e não especialmente aqueles⁶² *“por estarem em locais ermos para habitação de mulheres e em que se faziam obras de pouco serviço de Deus. Essa concessão foi-lhe atribuída no ano seguinte por Bula de Leão X (Solicitudio Ministerii Pastoralis)”*⁶³. Menos de um ano após a publicação do documento, iniciava-se o mosteiro do Porto. Existe alguma controvérsia na escolha dos Mosteiros anexados: o Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria indica Rio Tinto, Tarouquela, Tuias e Vila Cova. Para cada um deles faz um breve rascunho das respectivas fundações⁶⁴, todas a perderem-se na noite dos tempos. Quanto a Vairão (já existia em 974) e Corpus Christi (1345) do último não consta sequer em hipótese. O primeiro está incluído no auto de notificação⁶⁵, por cartas régias, mas, conta João Pedro Ribeiro, que terá escapado à “incorporação”, apelando ao Sumo Pontífice, declarando as religiosas não se reverem nos desmandos, que talvez fossem apontados pelo monarca, e apenas a Abadessa e o procurador se deslocavam fora em casos urgentes⁶⁶. Na realidade, num alvará feito em Lisboa a 18 de Março de 1522 (já reinado de D.João III) em que o monarca faz saber: *“... que tinha mandado a Gomes Paes (Provedor das obras de Avé Maria ?), cavalleiro de sua caza que vagando algumas Igrejas que fossem da apresentação dos Mosteiros de Rio Tinto, Tarouquella, Villacova e Tuyas logo tanto que vaguem tomme de cada hua dellas a posse por parte e em nome do Mosteiro que El Rey seu Pay mandou fazer na cidade do Porto, por serem a este annexadas..”*⁶⁷ parece que o dito mosteiro de Vairão estaria já desanexado. Mais tarde, uma missiva deste soberano e datada de Outubro do mesmo ano, admoesta a abadessa de Rio Tinto no sentido de obedecer às directivas régias (provavelmente, seguindo o exemplo de Vairão, continuavam a tentar subtraír-se à autoridade central).

⁶¹ Corpus Christi seria o sexto, FERREIRA, Mons.J. Augusto, *o.c.*, p.86.

⁶² Vila Cova (Feira), Tuias (Marco Canavezes), Tarouquela (Lamego), Rio Tinto (Porto), Vairão (Vila Conde) e Corpus Christi (V.N.Gaia). FERREIRA, Mons.J. Augusto, *o.c.*

⁶³ Esta bula tem data de 4 de Outubro de 1517, ALMEIDA, Fortunato, *o.c.*, p.526.

⁶⁴ Rio Tinto (arredores do Porto) fundado por Truticendo Dias-1062(parece ser mais antigo, 862 e fundado por D.Gontina de Pedras Rubras); Tarouquela (Lamego) – D.Urraca Viegas (1ª abadessa)-1223 (D.Sancho I o encoutara em 1262, no entanto este soberano faleceu em 1211 e D.Sancho II em 1248. Sousa Reis nos *Ms. Inéditos da BPMP*, p. 170 lança alguma luz com a data de 1186); Tuias (Marco de Canavezes) – D.Urraca Viegas, filha de Egaz Moniz, casada com D.Vasco Sanches não apresenta data de fundação (pensamos que os nomes destas duas últimas damas serão apenas fruto de coincidência, embora os locais não sejam muito distantes entre si); Vila Cova (Feira) - não há qualquer indicação de fundador ou data, apenas assinala ser “antiquíssimo” e regista os privilégios concedidos por D.Afonso IV em 1344 (parece possível, visto o referido monarca ter falecido em 1357).

⁶⁵ ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl. 406.

⁶⁶ RIBEIRO, João Pedro, *Observações Históricas e Críticas*, Parte I, Lisboa, 1798, pp.68/74.

⁶⁷ ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.418.

Surge, entretanto, outro “candidato”: Santa Maria de Valboa, no Douro, que segundo Sousa Reis teria sido anexado aos quatro indicados no Livro da Fundação⁶⁸, mas que também ali não consta. Curiosamente este autor não indica qualquer data para a sua fundação como faz com os demais (terá existido tal hipótese?). Para reforçar a opinião de que os cenóbios a extinguir não estavam inicialmente discriminados, é o facto de nos ter aparecido outro elegível, o de Espiunca, cuja fundação se perdia também na noite dos tempos, surgindo como casa religiosa já em 1199⁶⁹.

Da reunião das quatro comunidades resultou um só corpo na forma beneditina, ou seja passaram a reger-se pela Regra de São Bento, adoptando os hábitos da Regra e o hábito negro de Santa Escolástica. Ressalvamos este aspecto porque, embora fosse comum reunir sob a mesma Ordem frades ou freiras provenientes de outras, há uma certa discrepância de informações para o Mosteiro de Avé Maria; Mons.J.Augusto Ferreira diz na obra citada que os quatro mosteiros eram já beneditinos, enquanto Pinho Leal afirma que Rio Tinto era de Agostinhas (Regra de Santo Agostinho) e Tarouquela sabemos nós ter sido cisterciense (embora seguindo a mesma Regra havia certas diferenças de interpretação da mesma e o hábito era branco) e foi precisamente o rito de São Bernardo a iniciar a vida da comunidade: “... e fechadas as portas, foi aquelle Santo Rebanho direito ao Coro cantar as Horas Menores pelo Breviário Cisterciense⁷⁰...” não podemos esquecer que D.Maria de Melo, primeira abadessa era oriunda de Arouca a prestar serviço em Tarouquela⁷¹. Pinho Leal fundamenta a sua afirmação do modo seguinte: o mosteiro de Rio Tinto começou por ser, em longínquos tempos, (862) dúplice e trasladado em 1060 de Gontão (Pedras Rubras) onde se fundara, para Moreira. Por razões de moral, as monjas passaram posteriormente para Rio Tinto onde permaneceram até à “incorporação” forçada por D.Manuel I, no novo Mosteiro do Porto⁷². Parece no entanto que seguiam já a Regra de São Bento, o que não obsteu às quezílias e protestos perante a iminente anexação que se veio posteriormente a verificar no reinado de D.João III.⁷³

⁶⁸ Este mosteiro terá tido mesmo um começo recamboloso: a fundadora, Sancha de Castro, envenenara seu irmão, Martim Fernandes, para “...mais livremente poder desaforar se com D.Affonso 8º chamado o Imperador.” REIS, Sousa, *Ms.Inéditos da BPMP*, II série – 6, Porto, 1999, p. 170. Posteriormente encontramos uma possível explicação: terá sido anexado a Santa Ana de Viana do Castelo, FERREIRA, Pe.Manuel Avelino, *A Igreja de Nossa Senhora do Terço*, Barcelos, 1982, p.228.

⁶⁹ JUNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *A Primeira Abadessa do Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in *O Tripeiro*, n.º10, Porto, 1963, pp.289/290. D.Gabriel de Sousa atribui-lhe a data de 1108 mas declara desconhecer a data da sua extinção. Não o considera como possível candidato, SOUSA, D.Gabriel de, *o.c.*, p.321.

⁷⁰ ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, ff. 717vº

⁷¹ Idem, *Ibidem*, fl.5vº.

⁷² LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.V, Lisboa, 1876, pp. 543/545.

⁷³ AZEVEDO, Maria José Coelho, *o.c.*, p.1.

Ao lêr as primeiras folhas do Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria trespassam também algumas dúvidas quanto à uniformidade antecedente: *"Em breves dias se compôs o Toucado a hum só uso."*⁷⁴ Facilmente se vislumbra que todo o processo terá decorrido neste reinado, já que o Venturoso sai de cena em 13 de Dezembro de 1521, uns escassos dias após o óbito de Leão X (1/12/1521) com quem tratara todos os "preparos". Também é evidente que o Mosteiro do Porto continuava em obras, começadas em 1518 e terminadas em 1527/28. Só seria "povoado" em 1535⁷⁵.

Qual ou quais as razões de tão dilatado espaço? Podemos avançar pelo menos duas: a construção enfermava de vários defeitos ou houve atrasos na escolha daquela que iria governar tal rebanho. Do primeiro trataremos em lugar próprio, do segundo tiramos já algumas conclusões pelo que nos diz Fortunato de Almeida: *"Em 1517 concedeu Leão X a El-Rei D.Manuel a faculdade de nomear para todos os mosteiros do reino, de qualquer ordem que fossem. Pouco depois de subir ao throno, suplicou D.João III a Adriano VI que lhe concedesse graça igual. Adriano VI falleceu antes de deferir o pedido; attendeu-o porém, Clemente VII, em 1527."*⁷⁶ No entanto, as cartas que dirige a D.Milícia de Melo (Abadessa de Arouca) a pedir religiosas para o Porto têm datas de 1532 (duas) e 1534. D.Manuel I solicitara já à referida prelada, em 1514, o envio de um "contingente" reformador para o mosteiro de Tarouquela, por considerar que nele havia desgoverno espiritual e temporal. Como não podia destituir a governante em exercício, exilou-a em Arouca, sem jurisdição, onde, pensamos, morreu⁷⁷. D.Milícia de Melo enviou D.Maria de Melo, sua sobrinha, a ocupar aquele lugar como regedora, levando consigo outras freiras para guarnecerem os cargos mais importantes.

Provavelmente o trabalho desempenhado foi tão eficaz que D.João III solicita do mesmo "alfobre" sementes para plantar na instituição portuense. Personaliza mesmo os lugares a desempenhar: *"...huma para Abadeçsa que seja pessoa tal como para isso compre, e outra para Prioriza, outra para Porteira, outra para Samcristã, outra para Cellareira, outra para Mestra de Noviças, e outras mais se vos parecerem necessarias..."* adiante explicita curiosamente o seguinte: *"... folgaria*

⁷⁴ ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro* (4674), fl. 8.

⁷⁵ D.Gabriel de Sousa dá o ano de 1536, não sabemos baseado em quê, mas vai dizendo que as negociações entre Portugal e Roma terão sido morosas, SOUSA, Gabriel, *o.c.*, p. 329.

⁷⁶ ALMEIDA, Fortunato, *o.c.*, pp. 527/528.

⁷⁷ *O Livro da Fundação do Mosteiro* (4674), fl. 199 vº, dá 24 de Outubro de 1531, data muito posterior ao pedido de transferência feito por D.Manuel I que de resto tinha já falecido. Também se encontra inscrito o óbito da Abadessa de Vila Cova, em 10 de Maio de 1527, p. 198 (terá ficado vago o cargo, ocupando-o uma Regedora provisória? D.João III preparava as transferências das religiosas desde 1522, proibindo quaisquer decisões por parte delas).

muyto que as ditas Freiras principalmente a Abbadessa non fosse da cidade do Porto, nem tenha na dita parentes...”(Agosto de 1532)⁷⁸. Não vislumbramos as razões.

Em Outubro estavam as religiosas escolhidas e prontas para partirem para o Porto com a autorização do bispo de Lamego. Em Dezembro de 1534 o assunto permanecia em aberto, já que numa nova missiva o Piedoso reiterava a confiança na Prelada de Arouca, pedindo-lhe agora as religiosas de Tarouquela para capitanearem o rebanho do Porto. Parece que a decisão de reunir os quatro conventos já citados era efectiva, mas as Bulas Pontifícias “... *as quaes ate ora nam houveram efeito*.”⁷⁹ Aproveitava o rei a ocasião para “matar dois coelhos”, até porque o Nuncio do Papa ⁸⁰se encontrava na Corte. Como está expresso no Livro da Fundação que as freiras chegaram em princípios de Janeiro de 1535, dia 6, parece lógico ter sido dada provisão rápida ao pedido do monarca.

A carta tem ainda um pormenor a reter: “*E eu mando dar ordem como as Bullas*⁸¹ *da dita união e anexação ajam logo inteiramente feito e porem eu hey por serviço de Deos, e meu que o dito Mosteiro novo se comece logo a povoar das ditas Freiras de Tarouquella, e meter em boa regra e ordenança, e mandares a dita Regedora que por agora não tome mais Monjas no dito Mosteiro novo de Sam Bento que aquellas que se possam bem manter e governar com a renda de Tarouquella, e depois que se os outros Mosteiros ajuntarem e anexarem ao dito novo Mosteiro, então poderá tomar tantas Monjas quantas lhe parecer que convem para a Reformação, e augmentação da dita Caza para que Deos seja servido, e ellas bem regidas e governadas em regular e perfeita observancia.*”⁸² Donde parece concluir-se que as religiosas terão chegado em tempos diferentes. Num primeiro momento, a leitura das solenidades registadas no Livro da Fundação dá a entender que a reunião das quatro comunidades terá sido simultânea, no entanto um estudo mais aprofundado das informações colhidas neste códice coloca-nos algumas dúvidas. As religiosas de Tarouquela, de Tuias e de Sandim terão chegado de barco “...*toda a Nobreza e*

⁷⁸ JUNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *o .c.*, pp. 289/290.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*

⁸⁰ Este Nuncio Papal deveria ser Marcos Vigério della Rovere (1532/1539), OLIVEIRA, Pe.Miguel de, *História Ecclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1994, p.293.

⁸¹ Estas Bulas, porquanto não tenhamos conseguido decifrar os nomes, vêm consignadas nas pp. 15 e 21 do Livro da Fundação do Mosteiro e são respectivamente emanadas de Paulo III (1534/1549) – Bula de Confirmação da união dos quatro cenóbios e de Clemente VII (1523/1534) – Bula de União, de 17 de Outubro de 1534. Há uma inversão cronológica. No fl.31 a Madre Abadessa requer confirmação por certidão das doações dos coutos dos mosteiros anexados apresentados pelo procurador do Mosteiro, Rev.João Ferreira de Faria em “... *hum livro encadernado em pasta, no qual se achão juntas as proprias Provizoes e Doações.*”ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro* (4674), ff. 15,21 e 31.

⁸² JUNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *o .c.*, pp. 289/290.

Povo em Solenne Procissão as foram esperar à Praia da Ribeira..., “No mesmo tempo estava a Prioriza do Mosteiro de Rio Tinto com todas as suas Religiozas, esperando fóra da Porta de Carros que a Processam chegasse...”⁸³. Naquele tempo qualquer das chegadas seria acontecimento para um dia ou dias. Se pensarmos o que eram as artérias da cidade e o que seria percorrer aqueles caminhos íngremes em solene procissão o que nos acode de imediato é haver uma espécie de colagem de várias ocorrências. Aquela simultaneidade parece mais dos nossos dias em que, escravos dos relógios, não podemos perder tempo e percorremos grandes espaços em tempos diminutos. Há ainda um outro pomenor interessante a reter do mesmo relato, o frisar da chegada das freiras pelas oito da manhã do dia de Reis. Numa folha mais adiante diz-se ter sido enviada pelo rei uma carta com data posterior⁸⁴ à referenciada para o evento, por intermédio do cavaleiro da sua Casa, Gomes Paes, a D.Maria de Melo, “... de se passar ao Porto com as freiras que com ela estavam.” Um pouco mais à frente outro documento⁸⁵ informa que teria sido Gaspar Paes (Vedor das Obras) incumbido de entregar as chaves do mosteiro à dita prelada, no que seria substituído pelo referido Gomes Paes⁸⁶ no caso de ausência do segundo e que o acto deveria ficar registado no Livro das Obras e perante testemunhas. Tal não se verificaria porque a Abadessa chegou à “noute”, o que o Tabelião José d’Áraújo registou, assinalando que as testemunhas também não estavam presentes.⁸⁷

Da anexação dos quatro Mosteiros resultou a união das quatro comunidades e a soma das respectivas legítimas e: “...as amplas Doações que o Serenissimo Senhor Rey Dom Manoel deo a este Seu novo, e Real Mosteiro, concedendo-lhe todas as Graças, Privilegios, Liberdades, e Izenções, que os Senhores Reys Seus Antecessores havião concedido aos mencionados quatro Mosteiros extinctos ...”⁸⁸. O Mosteiro novo ficou sob a Jurisdição Espiritual do Bispo “...confirmando-lhe o seu Capellão mui authorizado, e tal, como devia ser, para esta nova Fundação”⁸⁹. O Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto da Ordem de São Bento herdara

⁸³ Este excerto indica-nos que em Rio Tinto não havia Abadessa; no entanto o documento indicado na nota 64, datado de Outubro de 1539, assinala Inês Borges como ocupante de tal cargo e um registo de 1518, no *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)* (ff.400/402) dá-a como a requerente da desanexação do seu Mosteiro, no processo de união. Estaria castigada como a que D.Maria de Melo substituíra em Tarouquela? No entanto, do referido documento de 1539 se extrai que ela não só mantinha a jurisdição como o poder de negociação!

⁸⁴ Esta carta, emitida em Évora, tem data de 13 de Janeiro de 1535, ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.160/160vº.

⁸⁵ Idem, *Ibidem*.

⁸⁶ Estes dois personagens eram primos.

⁸⁷ ADP, *Livro da Fundação do Mosteiro (4674)*, fl.159vº.

⁸⁸ Idem, *Ibidem*, fl.7.

⁸⁹ Idem, *Ibidem*.

um imenso património territorial com responsabilidades acrescidas na razão directa das várias capelas dos padroados dos anexados Mosteiros que passavam a ser outros tantos encargos financeiros e a administrar. É bem verdade que no Antigo Regime a riqueza assentava na posse da terra e que a Igreja a detinha em larga escala, quer por heranças de mão morta, quer por doações régias, e embora D.Manuel tenha travado este crescer de poder por um lado (Ordenações Manuelinas), tinha por outro lado contrariado estas posturas como atrás expusemos. Mas se riqueza era poder⁹⁰, esse poder acarretava responsabilidades inerentes ao estado de senhor. Uma delas era o sustento dos párocos onde houvesse lugar à apresentação do mesmo e o custeio das obras dos templos (era da sua responsabilidade a erecção das capelas-mor e tudo o que dissesse respeito ao culto, ficando a cargo dos fregueses a nave e algumas despesas menores, por exemplo a da cera). À Abadessa de São Bento do Porto, além das obrigações descritas, assistia-lhe ainda o direito de confirmar juiz eleito pelo povo em Tarouquela, Vila Cova e Rio Tinto (nesta última tinha a prerrogativa de nomear escrivão).

Num documento de 1824, resposta a uma inquirição governamental emanada da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça sobre o estado das Casas Religiosas, discriminam-se na alínea 9⁹¹ os Padroados que neste início de percurso reflectiriam poder e grandeza e, no momento a que respeita o inquérito, constituíam um peso incomportável para finanças debilitadas por sucessivos encargos estatais e espelhavam a degradação material de uma opulência passada. Apesar da riqueza detida pela Comunidade do Porto, não parece terem sido pacíficos os processos administrativos de tão grande património, pelo menos no que concerne às despesas obrigatórias para a sua manutenção, (embora esta postura dependesse muito de quem se encontrasse ao leme do Abadessado), assistindo-se a alguns “braços de ferro” entre padroeiros e padroados, geralmente arbitrados pelo Rei, a quem recorriam, sobretudo os últimos, como forma de obrigar os primeiros a cumprir o estabelecido⁹². Mas não eram só de encargos que viviam as monjas. Ao

⁹⁰ Em 1548 na cidade do Porto “... não avia huma pessoa a que se falasse por senhorea digo senhoria se não o bispo e abbadessa de Santo Bento...” DIAS, Francisco (licenciado), *Memórias Quinhentistas dum Procurador Del-Rei no Porto*, Docs. e Memórias para a História da Cidade do Porto, IV, CMP, Porto, 1938, p.15.

⁹¹ De Rio Tinto: além da própria Reitoria de São Cristóvão de Rio Tinto tinha a de São Mamede de Valongo, a de São Gonçalo de Mosteiró e o Curato de São Pedro de Fins. De São Salvador de Tuias a respectiva Reitoria, e as anexas (São Miguel de Rio de Galinhas, Santa Maria de Freixo), a Reitoria de Escariz e a sua anexa de Santa Cristina de Mações e o Curato de Santo André de Gião. Em Santa Maria de Sandim a própria Reitoria juntamente com a de São Martinho de Fajões, a Abadia de São João da Madeira, a de São Mamede de Guizande e a Reitoria de Oliveira de Azemeis com sua anexa (não especifica). Para Tarouquela indica apenas o número (17) das Igrejas, bispado de Lamego, por razões óbvias.

⁹² O estudo da Matriz de Valongo reflecte este estado de coisas, exemplificando as contendidas legais que se estabeleciam por conta das despesas de custeio, enquanto que não discutiam os avultados rendimentos auferidos. A partir de 1802, a responsabilidade civil deste Padroado passou para a Junta de Obras Públicas do Porto, assim como a finalização das obras

observar os assentos das propriedades registados no Índice do Cartório, deparamos com um grossíssimo Códice onde sumária e meticulosamente foram arroladas as posses materiais deste Mosteiro Beneditino e que não desmente em nada a fama dos proventos de que gozaram os irmãos de São Bento, por essa Europa fora. Havia direito a foros, rendas e dizimarias em praticamente todos os distritos do norte do País e em grandes extensões. Curiosamente fomos encontrar terras que pela localização evidenciada, poderão ter sido, proximamente, pertença de familiares nossos, muito chegados e que em tempos mais remotos foram propriedades arrendadas do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto.

em curso (capela-mor, que era da responsabilidade do Padroeiro), na vigência de Francisco de Almada, AZEVEDO, M^o José Coelho de, *o.c.*, pp.123/128.

2 – MORAIS E RELIGIOSOS

- A acção dos Beneditinos no ocidente europeu

Antes de avançarmos já para o tema em análise, seria conveniente debruçarmo-nos sobre o sentimento subjacente à proliferação de casas monásticas em Portugal e particularmente beneditinas. Como é sabido, a Ordem de São Bento acompanha a existência de um Portugal renovado após a expulsão dos muçulmanos da Península, confundindo-se com a sua História de Reconquista material e moral. São Bento espalha a sua fama desde muito cedo numa Europa devastada por hordas de bárbaros, contribuindo de forma indelével e decisiva para a sua reorganização e reconstrução num novo modelo alicerçado nas heranças legais e civis do Império Romano do Ocidente, terminado em 476 com a deposição de Rómulo Augusto, último governante do império, por Odoacro.

Nascido em Núrsia no ano de 480, estudou durante algum tempo em Roma, tornada cabeça do caos estabelecido, sem no entanto ter perdido a sua aura dourada de cidade sonhada. Apesar de muito jovem, sentiu a vulnerabilidade própria de tão verdes anos e, com uma maturidade precoce, afasta-se do vício, abandonando também o tranquilo aconchego da casa paterna e retira-se do mundo para abraçar o hábito da vida monástica. Refugiou-se em Deus e por Ele ocupou a vida a endireitar os caminhos dos homens. Primeiro em Subiaco e depois em Monte Cassino, Bento lançou os alicerces da Obra que, após quinze séculos sobrevive, embora debilitada, esperando pacientemente uma renovação de mentalidades. Foi a única Ordem fundada antes do ano mil⁹³ e tão completa foi a sua estrutura, prevendo e provendo todas as necessidades humanas conducentes à sobrevivência sã do homem, que as Congregações nascidas deste alfofre, apesar das vicissitudes morais e materiais por que passaram, resistiram, fortalecendo-se apoiadas quase exclusivamente na observância da Regra, delineada nesse longínquo século VI, e precisaram apenas de alguns ajustes circunstanciais e ocasionais para melhor se adaptarem e inserirem nos vários tempos e épocas.

Teve São Bento uma irmã gémea, Santa Escolástica, que, consagrada a Deus, serviu de guia a todas as que, no desejo de o imitarem, viram na sua condição feminina um obstáculo intransponível. Assim se explica porque as monjas beneditinas não constituem, como as suas congéneres franciscanas, uma Segunda Ordem. Seguem a mesma Regra, (de resto, existem apenas duas Regras, a de São Bento e a de Santo Agostinho, bispo de Hipona, no norte de África, que morrera em 428, e não deixara estabelecidos fundamentos suficientes para orientar uma Ordem) sem alterações que não sejam as relativas à sua natureza humana. No passado esse

⁹³ GERALDO, J. Amadeu Coelho Dias, *Os Beneditinos Portugueses e a Missão*, Braga, 1984, p.6.

facto obrigou também a algumas modificações na estrutura das suas casas conventuais, já que, para além de comunidades sedentárias, estavam completamente isoladas do mundo pela clausura, coisa a que os seus irmãos religiosos não estavam obrigados em absoluto, porque embora não vocacionados para a pregação, como os Dominicanos ou Franciscanos, tinham a seu cargo as populações, não só no plano assistencial, como no plano moral e religioso. Eram ainda os frades beneditinos que, pela observância do “Ora e Labora”, davam o pleno exemplo da complementaridade entre o trabalho e a oração, para uma vida mental e fisicamente sã. Apesar de submetidas aos mesmos princípios, as freiras de São Bento velavam à distância por aqueles que a elas recorriam (tinham hospedarias fora da clausura, com pessoal a elas adstricto), socorriam com a ajuda de intermediários os necessitados, fossem religiosos ou seculares (as enclausuradas do Mosteiro do Porto tinham a seu cargo os frades Carmelitas Descalços e contribuíam para o Colégio dos Meninos Orfãos de Nossa Senhora da Graça⁹⁴, entre outros) e, embora as Portarias dos seus mosteiros fossem um dos locais mais importantes dos edifícios e a que São Bento dedicara cuidadosos e precisos requisitos, no caso das monjas, a ligação ao exterior ficava por conta dos locutórios e das grades.

A aplicação do elemento “Labora” restringia-se ao trabalho de urdir as teias para tecidos, confecção de alfaia para os respectivos templos e provavelmente para os dos seus Padroados, e doçaria (hoje ocupam-se também do conserto e fabrico de alfaia para Igrejas exteriores e de bolachas e biscoitos, que apesar de saborosas e saudáveis, são somente a lembrança dos famosos doces conventuais⁹⁵). As propriedades patrimoniais dos Mosteiros, embora geridas pela Abadessa, eram administradas directamente pelos procuradores que recebiam as ordens nas grades.

A componente “Ora” era, pois, a de maior dimensão, intercalando as horas do trabalho, embora nos seja um pouco incompreensível vislumbrar a forma como esse trabalho seria executado, já que a comunidade se compunha de um número de criadas igual ao número das professas (cada candidata à clausura levava consigo pelo menos uma criada particular, como qualquer senhora da sociedade), acrescido de outro número variável, onde se contavam as criadas da Ordem, moças e outros assalariados, o que se traduzia, nas mais das vezes, num extenso cômputo. Vocacionadas para a oração, as monjas beneditinas satisfaziam a sua devoção com as muitas horas diárias de Coro em conjunto, somadas aos momentos de recolhimento individual, nas celas e na Igreja, prescritas ou não pela Regra. As confrarias que muitas criaram constituíram complementos

⁹⁴ SOUSA, D. Gabriel de, *Beneditinas*, Dic. da História da Igreja em Portugal, 2º vol., Lisboa, s/d, p. 330.

⁹⁵ Em Roriz fabricam-se, para venda, os Bolos de Mel e os Claustrais, que afiançamos (porque já os comemos) serem óptimos para o chá. No entanto, não incluem aquelas doses maciças de ovos e de amêndoa, que deram fama aos doces conventuais.

pieçosos continuados no adornar e embelezar dos respectivos altares e de outros que proliferaram por todos os espaços monacais, sobretudo na época barroca, também no Mosteiro do Porto.

- A implementação da Rega

Ao fundar-se a monarquia, grande número de mosteiros seguiam a Regra Beneditina, recomendada em 1055 pelo Concílio de Coiança. Entre os mais notáveis por antiguidade e privilégios, contavam-se os de Lorvão, Vacariça, Tibães, Santo Tirso, Arouca, Pendorada e Paço de Sousa⁹⁶. As regras autóctones de São Frutuoso e Santo Isidoro haviam sido ultrapassadas e alguns dos primeiros bispos do Condado Portucalense foram monges beneditinos que como missionários acompanharam os cavaleiros francos, complementando a sua missão militar⁹⁷. Depois do século IX e a partir do Concílio de Mayence (813), a observação Regra de São Bento passa a ser exigida aos abades e Bento de Aniane, um monge franco, executa uma profunda reforma entre as comunidades beneditinas, uniformizando costumes e tradições sob o mesmo rito e sob a lei do mesmo pai⁹⁸. No entanto estes esforços saíram gorados, pois em 909 o Concílio de Troisy verifica a total ausência da vida regular, consequência das invasões muçulmanas e normandas, que além de dispersarem os monges, arrastaram outros para a guerra e para as consequentes depravações e vícios daí decorrentes⁹⁹. Toda a vez que alguma ameaça toldava os ares, os governantes apelavam a todos para que se juntassem em defesa de terras, gentes ou interesses e findas as lides guerreiras chegava o momento de premiar os heróis. Este costume, comum ao longo dos tempos, transformou-se muitas das vezes num cancro que foi corroendo homens e instituições e que, apesar das muitas tentativas de o extirpar por intermédio de periódicas reformas, voltou sempre e ainda hoje se verifica; o poder e a riqueza toldam as mentes humanas.

É num contexto destes que nasce Cluny: Bernom de Gigny conseguira manter afastada da cobiça a comunidade a que presidia, como Abade, e, em 910, Guilherme d'Áquitânia tomou-o como um modelo reformador, oferecendo-lhe terrenos para fundar uma abadia¹⁰⁰. Ressurge o espírito de São Bento que vai derramar sobre uma Europa ferida um bálsamo salutar e curativo (pelo menos durante o tempo da convalescença). A oração constante aproxima de Deus, aproximação complementada na multiplicação dos ofícios, nos salmos, no silêncio (os monges comunicam por

⁹⁶ OLIVEIRA, Pe.Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1994, p.103.

⁹⁷ GERALDO, J.Amadeu Coelho Dias, *o.c.* p.7.

⁹⁸ VILLER, Marcel, *Benoit (Saint) et Bénédictins*, in Dic. de Spiritualité, Tomo I, Paris, 1937, pp.1414/15.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, pp.1416/18.

¹⁰⁰ Idem, *Ibidem*

sinais), no trabalho manual e na penitência corporal. No Coro, o monge expressa toda a sua interioridade. É este ideal que Odão, em 931, introduz em todos os mosteiros. É um movimento reformista. Com São Hugo (1049/1109), Cluny expande-se à Península e paralelamente com ela procura-se reformar-se também o clero (Gregório VII). Nesta altura são 2000 os mosteiros cluniacenses que, formando uma poderosa Ordem, sustentarão o Papado. É desta comunidade que saíram nomes sonantes da espiritualidade, como São Pedro Damiano, São Bruno, São Bernardo, Abelardo, etc., tornados referências fundamentais para todos os que abraçarem a Regra do Santo de Subiaco e que encontraremos como guardiões das casas beneditinas ao longo dos tempos.

Com a devoção ao Ofício Divino e a ocupação dos monges, introduz-se no Mosteiro o laico para o serviço comum¹⁰¹. Serão os conversos ou conversas¹⁰² (conversão de vida), que, habitando o Mosteiro, se encarregarão do trabalho do mesmo. Vestiam hábito, recitavam Ofício próprio e participavam da vida monástica e, embora pronunciassem votos de estabilidade, mantinham-se como irmãos laicos. Distinguiam-se dos Oblatos que desde o século XI não eram apenas crianças dadas aos Mosteiros (Regra LIX), mas adultos que se ofereciam, sem no entanto pronunciarem votos. O aumento de poder da Ordem foi tornando cada vez mais difíceis as reformas e os Visitadores foram encontrando em crescendo um relaxamento a que procuravam dar remédio. O século XIII abre uma grave crise na Ordem, que perde terreno face a outras recém criadas e cheias de vigor¹⁰³. O Concílio de Latrão (1215) introduz a obrigatoriedade de reunir de três em três anos Capítulo Geral com abades ou priores, convidando membros de Cister, por mais experientes, pois esta Ordem fora “recentemente” fundada por beneditinos desejosos de cortar com os desvios que se faziam sentir (1115¹⁰⁴). Instituíram-se os Visitadores Apostólicos que recorreriam à Cúria em caso de necessidade e incumbia-se cada bispo de reformar os mosteiros à sua guarda. Bento XII, Papa cisterciense pela *Bula Summa Magistri* (1336), agrupa a família beneditina em 36 províncias, começando a era das Congregações. Por outro lado as novas Ordens seriam obrigadas a adoptar uma das Regras já existentes.¹⁰⁵

¹⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp.1421/22.

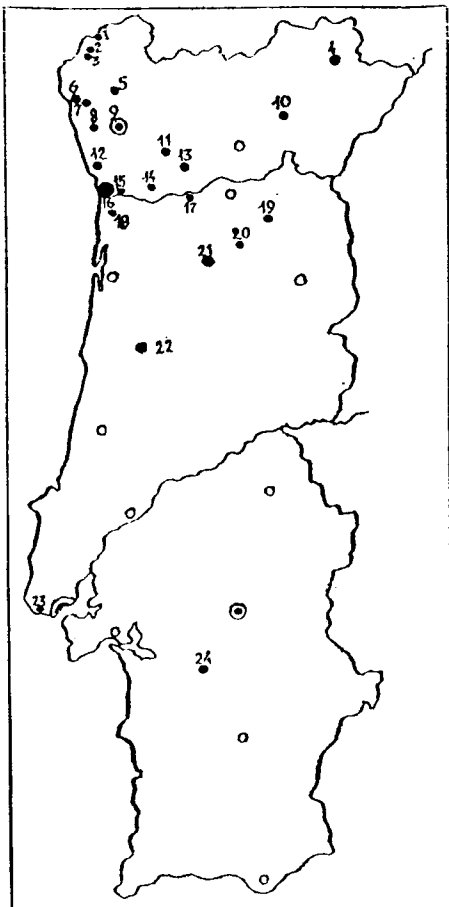
¹⁰² A Ordem de Cister foi durante muito tempo hostil à fundação de abadias femininas, o que levou ao aparecimento de pequenas comunidades, da Congregação de Prémontré, próximas às abadias de homens, em que as religiosas eram chamadas conversas, PARISSE, Michel, *As Freiras*, in *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, 1996, pp.194/95.

¹⁰³ O século XIV terá sido o mais sombrio para a Ordem Beneditina, SOUSA, D. Gabriel de, *o.c.*, p.320.

¹⁰⁴ Embora a data de fundação, por São Roberto, seja 1098, consideramos 1115, ano da construção de Claraval e do governo de São Bernardo. OLIVEIRA, Pe. Miguel, *o.c.*, p.103.

¹⁰⁵ VILLER, Marcel, *o.c.*, pp.1423/25.

MOSTEIROS BENEDITINOS EM PORTUGAL, SÉCULOS XVI/XX



- 1 - Monção (N.Sra. Conceição - 1550/1701); 2 - Loivo (Sta. Marinha - .../1528); 3 - Valboa (Sta. Maria - .../1528); 4 - Bragança (Sta. Escolástica - 1587/1853); 5 - Vitorino das Donas (S. Salvador - sécs. XII/XVII); 6 - Viana do Castelo (Sta. Ana - 1512/1895); 7 - Viana do Castelo (S. Bento - 1547/1891); 8 - Barcelos (S. Bento - 1713/1846); 9 - Braga (S. Salvador - sécs. XVII/XIX); 10 - Murça (S. Bento - 1587/...); 11 - Roriz (Sta. Escolástica - 1935); 12 - Vairão (S. Salvador - séc. X/1891); 13 - Tuias - (séc. XII/1535); 14 - Baltar - (1961); 15 - Rio Tinto (séc. XI/1535); Porto (S. Bento de Ave Maria - 1535/1892); 17 - Tarouquela (Sta. Maria - séc. XII/1535); 18 - Vila Cova das Donas (Sandim - 1081/1535); 19 - Moimenta da Beira (N. Sra. Purificação - 1596/1812); 20 - Ferreira das Aves (Sta. Eufémia - 1160/1891); 21 - Viseu (Bom Jesus - 1592/1896); 22 - Semide (Sta. Maria - 1150/1896); 23 - Sassoeiros, Carcavelos (Sta. Maria do Mar - 1965); 24 - Torrão (1976).

Fonte: SOUSA, D. Gabriel de, Beneditinas, in Dicionário de História da Igreja em Portugal, 2º vol., Lisboa, s/d, p.320.

Existem actualmente os Mosteiros com os números 11, 14, 23 e 24. Com excepção do número 14, Baltar, os três restantes pertencem à mesma Congregação com maior dimensão no de Roriz. Este o de Santa Escolástica de Roriz (Santo Tirso) foi como se indica na legenda fundado em 1935. A comunidade ali residente pertence a uma Congregação, Rainha dos Apóstolos, nascida na Bélgica, em Loppem-Bruges (1921) já com o objectivo de Missão, começaram a construir o edifício em 1937, até agora inacabado. Têm a mesma raiz dos monges de Singeverga, com fundador comum.

O número 14 (Baltar) pertence a uma Congregação alemã (Tutzig).

Nenhum deles tem qualquer ligação com os extintos. No entanto temos notícia da existência de um pequeno reduto em Vairão mas que não ocupa, ao que nos consta, as instalações do antigo Mosteiro.

NOTA - Há algumas discrepâncias, relativamente a datas de fundação de alguns Mosteiros, entre esta lista e as apresentadas no nosso trabalho. Atribuímos isso às diferentes fontes utilizadas em ambos os estudos.

No final da Idade Média, a decadência monástica era uma realidade a que não era estranha a situação confusa que se viviam no seio da Igreja com o Cisma. Os monges eram poucos e os noviços recrutados à força entre a nobreza, e a prática da pobreza havia sido trocada pela partilha, entre abades e monges, dos rendimentos dos mosteiros. As abadias eram governadas por priores, já que os abades eram na sua maior parte dignitários eclesiásticos ou laicos, nomeados por reis, ou bispos, que como comendatários absorviam a quase totalidade das rendas, em impostos. Impunha-se pôr cobro a estes descabros e a Bula de 1418, apesar de forte oposição, determinou que a autoridade suprema passasse a ser exercida por um colégio de Visitadores, que nomeava abades e priores, e o voto de estabilidade passou a ser consagrado ao Mosteiro onde professavam e onde esses votos se conservavam como garantia. Os cargos mais importantes do Mosteiro deixariam também de ser vitalícios, incluindo o do Abade.

- As reformas do Concílio de Trento

Mas foi com o Concílio de Trento (1545/1563), que, dentre muitas coisas se ocupou da reforma das Ordens, se cimentaram as normas mais relevantes para a renovação da espiritualidade beneditina. A sessão nº25, de 3 de Dezembro de 1563, acrescentou a interdição de professarem aos menores de 16 anos e a proibição de se receberem crianças oblatas. As comendas não foram de imediato extintas, mas restringiram-se somente aos que ocupassem o cargo abacial há mais de seis meses, relativamente à data daquela prescrição. O Documento VIII decretou o agrupamento dos Mosteiros em Congregações, que ficariam isentos, e considerou excluídos de tal benefício os que expressassem a vontade de continuar independentes, passando então à sujeição do respectivo Bispo e à visita do Ordinário do lugar¹⁰⁶ (as freiras estavam em geral submetidas ao Bispo, mas isso não as impedia de ficarem isentas). A prazo, as medidas alcançarão o resultado previsto e a primeira foi o desaparecimento total das comendas, quando se fez sentir o efeito da supressão dos cargos vitalícios.

A Congregação tinha as suas cúpulas: um Abade Geral, um Definitório, Visitadores, Abades nos Mosteiros, eleitos em Capítulo, obedecendo ao princípio do triénio. Corroído por dentro, ameaçado e perseguido, este corpo beneditino muitas vezes dividido e mesmo despedaçado, conseguiu sempre resistir aos embates, dos tempos, das mentalidades e aos seus próprios vícios, fortalecendo-se e adaptando-se rapidamente, para dar resposta às necessidades do momento. Mesmo quando julgado morto ou permanecendo numa letargia de morte renasceu, metamorfoseando-se para enfrentar os desafios propostos. Quando a nova lei e a nova ordem da racionalização varreu a Europa e o mundo, os beneditinos acossados (tal como as outras Ordens

¹⁰⁶ SOUSA, D.Gabriel, *o.c.*, pp.340/51.

religiosas) quase se extinguíram, mas a semente do Patriarca de Subiaco era de boa qualidade e a necessidade natural e espiritual do homem funcionaram sempre como terra e adubo indispensáveis¹⁰⁷.

Poderemos então concluir que foi sobretudo o texto da Regra que pela sua simplicidade e adaptabilidade tornou num êxito a vivência beneditina, ao contrário da maior parte das Ordens posteriores que reflectiram essencialmente o carisma dos seus fundadores¹⁰⁸.

Para São Bento eram duas as vertentes fundamentais: uma vertical que unia os monges ao Abade (o Pai que “seria útil mais que senhor”¹⁰⁹), e outra horizontal, baseada na caridade mútua que devia reinar entre os irmãos. Os primeiros indícios desta nova forma de vida surgiram esparsos na Península no século IX e X e a sistematização só aconteceu no século XI, quando se fez sentir a influência franca, rompendo-se o isolamento peninsular¹¹⁰ e consequentemente a influência exercida pelos bispos sobre os mosteiros, que impediam a eleição dos Abades pelos monges¹¹¹.

As freiras¹¹² beneditinas surgiram praticamente a par da Ordem masculina¹¹³, sofrendo as mesmas vicissitudes. Sob a mesma Regra delineada para homens, tiveram obviamente algumas dificuldades na sua aplicação, como demonstra Heloísa quando se dirige a Abelardo¹¹⁴, no século XII, apontando-lhe certas particularidades menos próprias às irmãs do Patriarca; no vestir, como os calções ou capuzes, e nos comportamentos a ter, tais como a exclusividade por parte do Abade de ler o Evangelho ou a presidir à mesa dos hóspedes “*Oh, como são fáceis as quedas quando nesta reunião dos homens e das mulheres debaixo do mesmo tecto, sobretudo à mesa, sede da intemperança e da embriaguês...*”¹¹⁵. Este aspecto incluía naturalmente o acolhimento, dentro do

¹⁰⁷ A restauração do ramo feminino beneditino, no século XX deixou para trás a clausura, que lhe impusera o Concílio de Trento, vinculando-se às obras missionárias dos monges, FERREIRA, Pe. Manuel Avelino, *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora. do Terço*, Barcelos, 1982, p.229.

¹⁰⁸ VAUCHEZ, André, *S. Bento e a revolução dos Mosteiros*, in *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, 1996, p.16.

¹⁰⁹ *O MOSTEIRO DE S.BENTO DA VITÓRIA – 400 ANOS*, Porto, 1997, p.35.

¹¹⁰ MATOSO, José, *A Introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica*, Braga, 1976, pp.6/8.

¹¹¹ Idem, *Ibidem*, p.14.

¹¹² Ancilla Dei (serva), famula Christi (familiar), soror (a que ama o próximo), sanctimonialis (a piedosa), PARISSE, Michel, *Freiras*, in *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, 1996, p. 198.

¹¹³ A “Ordo das Religiosas” surge logo no século VIII, aquando da “Ordo Regularis”, LENCART, Joana, *Costumeiro de Pombeiro*, p.69.

¹¹⁴ Casal que por amores infelizes tomou o hábito de São Bento, VERGER, Jacques, *Abelardo, Escolas no Convento* in *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, 1996, p.57

¹¹⁵ PARISSE, Michel, *o.c.*, pp.189/90.

Mosteiro, de viajantes e peregrinos de ambos os sexos, o que na clausura feminina ficava por conta das casas de hóspedes, embora fora dela, em terrenos privados dos cenóbios, mas fisicamente apartados deles (O Concílio de Trento traduzido nas Constituições Sinodais proibia mesmo o acesso intra muros por parte de mulheres ou crianças). A clausura absoluta a que se votavam as discípulas de Bento era o que mais se aproximava do eremitismo que lhes tinha sido vedado¹¹⁶, um espécie de emparedamento praticado no passado.

- As monjas de São Bento do Porto

Quando começa a história do Mosteiro do Porto, a 25ª Sessão do Concílio de Trento (1545/1563) ainda vinha longe, mas fazia-se há muito sentir a sua premência. Portugal saía muito lentamente da Idade Média, embora economicamente o tempo das descobertas provocasse um terramoto financeiro igualado ao que se sentiria séculos mais tarde com as riquezas do Brasil, no século XVIII. O dinheiro não produz necessariamente mudança de mentalidades e os tempos tornaram-se decadentes com a sociedade a entrar numa espiral de corrupção e de aparências (vejam-se os Autos Vicentinos que se apresentam como verdadeiras crónicas mundanas). No entanto, D.Manuel pareceu bastante atento ou pelo menos preocupado em minorar tais efeitos, “desatando” a criar institutos religiosos, por extinção de muitos fora do seu controlo, o que muito revela da característica centralizadora do seu temperamento, colocando-os nas cidades debaixo de observação e a exercer por seu lado acção vigilante sobre as populações deslumbradas, pelos tempos de abundância. Em simultâneo, o monarca extinguiu arcaicos mosteiros a que atribuía “arcaicos costumes” e “protegia” as damas (como conviria a qualquer cavaleiro bem nascido) de ataques externos e internos (porque as senhoras deviam ser resguardadas delas próprias quando não se consorciavam e ficavam desprotegidas).

Como um corolário, colocou bem no centro do Porto e em lugar de destaque um imponente cenóbio, com todas as características do patrocínio régio e a funcionar como almenara da sua omnipresença e intenções. Aproveitava ainda para deixar na História o reflexo do poder e da riqueza com que a Sorte bafejara o seu reinado, não resistindo a deixar impresso na pedra a vaidade disfarçada de piedade.

Essencialmente localizados a norte do Douro, os mosteiros de monjas beneditinas são por isso o reflexo das primeiras comunidades masculinas instaladas na Península aquando da Reconquista. Muitos foram extintos, não passando hoje de ruínas ou apenas vestígios delas, outros mudaram de mãos, que não de Regra, aquando da Reforma Cisterciense. Mais exigentes no entanto na

¹¹⁶ LOUIS-GATIER, Pierre, *Mulheres no Deserto?*, in *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, 1996, p.172.

interpretação da liturgia e da palavra do Patriarca necessitaram de algumas alterações para acolherem as monjas brancas, adaptações essas feitas ao longo dos tempos e quando possível, com excepção das incontornáveis para a condição da clausura. Estão nestas condições Lorrão e Arouca, duas das instituições escolhidas para auxiliar no dar corpo ao presente trabalho ambas mais antigas que a instituição do Porto, beneditinas masculinas de início, e depois da Ordem de Cister. As outras duas posteriores são São Bento de Barcelos, que acolheu as religiosas de Monção, e Salvador de Braga, que recebeu as de Vitorino das Donas. Temos pois dois conjuntos a ilustrar o que para trás ficou dito. Mas “o Real Mosteiro de Monjas de São Bento do Porto foi, sem dúvida, o mais importante do ramo em Portugal” mas como já não existe, precisará, julgamos, pelo menos destes quatro para melhor se entender não só no plano formal como no espiritual. Algumas das comunidades femininas de São Bento adoptaram muito antes das directivas conciliares uma reforma da Regra; no século XIV, por intermédio de Santa Gertrudes, surgiram as Gertrudinas Adoradoras, permanecendo em paralelo as Escolásticas Conservadoras (que se mantiveram na Regra introduzida por Santa Escolástica e seu irmão). Do conjunto atrás referido, Barcelos aderiu às reformadas e o Porto manteve-se fiel à norma primitiva.

O Mosteiro das Beneditinas do Porto povoou-se, então como dissemos, com religiosas provenientes de diversos cenóbios, facto normal e usual. A comunidade que ali deu entrada nos inícios de 1535 ou 36 veio ocupar uma casa acabada de construir e que por esse facto levaria algumas décadas a estabilizar os materiais empregues na construção. Prepassam nas páginas escritas pelas primeiras escritãs os problemas que enfrentou para além das posteriores transformações de que foi alvo para se manter na “moda”.

O número de freiras que ocupou as nóveis instalações não era muito elevado (46 religiosas e 31 noviças)¹¹⁷ o mesmo se passando com outro pessoal para vários serviços e as criadas individuais das religiosas¹¹⁸. Podemos também acrescentar talvez algumas escravas¹¹⁹ (não esquecer que o tempo era de descobertas e a escravatura uma prática perfeitamente aceitável). Teríamos então uma população que rondariam as cento e cinquenta pessoas, mais ou menos, sendo que algumas teriam estatuto de externas como os assalariados. Este núcleo terá aumentado ao longo de anos,

¹¹⁷ SOUSA, D.Gabriel, *o.c.*, p.329

¹¹⁸ O comum era cada religiosa ter a sua, mas está escrito que: “*Não havia neste mosteiro mais que cinco criadas para a cura das doentes e velhas e todo o mais trabalho fazião as freiras...*” ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.8.

¹¹⁹ Felix Ramos dá notícia de que teria ali vivido por 1600, uma criada negra. MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in Bol.da Assoc.Cultural Amigos do Porto, Porto, 1997/98, p.211.

atingindo as trezentas, embora perante a área construída nos pareça um pouco exagerado¹²⁰. Por outro lado, os conventos a extinguir não terão ficado completamente esvaziados.

Segundo o Livro da Fundação, ao deslocarem-se as habitantes dos conventos anexados neles terão ficado as respectivas Preladas (possivelmente com alguma pequena comunidade), com excepção de D.Maria de Melo, abadessa de Tarouquela, que veio no Porto, a retomar lugar idêntico. Ali permaneceram com rendas suficientes para se manterem, mas sem poderem admitir noviças,¹²¹ coisa de que estavam já proibidas aquando da decisão da união das casas monacais. A extinção seria concerteza efectiva à medida que fossem falecendo (parece que esta prática se tornou lei!). De resto, gerir dentro do mesmo espaço quatro ou cinco abadessas, que por esse tempo eram perpétuas, sobretudo se fossem da ténpera de Inês Borges (Rio Tinto), constituiria uma tarefa hercúlea para qualquer, e São Paulo ou Bento de Aniane, se fossem seus contemporâneos, teriam de rever profundamente a legislação que fizeram para as comunidades femininas¹²². No entanto a contrariar este raciocínio matemático está uma data de 1636, em pleno período barroco, propenso à devoção e ao acréscimo das vocações religiosas, que dá um total de cem professoras, exceptuando as servidoras que seriam outras tantas¹²³. Também terá sido a ocasião em que o Mosteiro se transfigurou fisicamente, aumentando provavelmente a sua capacidade. É evidente que o número oscilaria consoante os anos e baixaria drasticamente em tempos de peste.

Apesar de não termos registos, (embora fossem obrigadas a comunicar anualmente ao bispado¹²⁴ as “baixas”) facilmente se pode imaginar o que seria a devastação numa área pouco ventilada e em que, apesar de isoladas, as doentes manteriam o contacto por meio das enfermeiras tornadas veículos de contágio¹²⁵. De resto segundo as normas inscritas no “Directório”, as religiosas não

¹²⁰ Em 1789 teria 80 professoras que somadas às educandas, seculares e criadas atingiriam as 300 pessoas. COSTA, Pe Agostinho Rebelo, *Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto*, 1945, p.118.

¹²¹ BNL, *Códice* 8395, fl.13.

¹²² “*Que se calem nas assembleias*” – diz São Paulo e Bento de Aniane coloca à cabeça dos defeitos femininos a loquacidade, PARISSE, Michel, *o.c.*, p.186.

¹²³ SILVA, Francisco Ribeiro, *O Porto e o seu Termo (1580/1640)*, Documentos e Memórias para a História do Porto, Porto, 1988, p.242.

¹²⁴ Em 1833 a peste terá vitimado 3 freiras, 2 seculares e 9 criadas que foram sepultadas no pomar e em 1845 trasladadas para o claustro para lugar devidamente marcado. MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.306.

¹²⁵ Uma epidemia que em 1581 assolou a cidade do Porto não terá deixado incólume a população do Mosteiro, MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.209. Por outro lado era comum a visita periódica do Cholera Morbus, no burgo, que devido à sua posição geográfica não permitia o arejamento necessário, complementado pelos dos lixos acumulados e esgotos a céu aberto.

podiam eximir-se, sob pecado de desobediência, de assistir as doentes mesmo em casos infecciosos “... assim como todos os vassallos estão obrigados a obedecer ao seu Rey e a defender a sua sagrada pessoa, nos mesmos perigos de vida, honra e fazenda.”¹²⁶.

Um registo oficial, de 1825, fornece os seguintes números para a população do Mosteiro: “professas – 55 e outras tantas criadas particulares¹²⁷, criadas da Ordem – 32, seculares decretadas – 18 empregados assalariados e apaniguados pello mesmo Mosteiro: 3 capelães, 2 advogados, 2 médicos, 1 cirurgião, 2 feitores, 1 comprador, 1 procurador agente, 2 serventes de sacristia e 2 hortolaons”¹²⁸. Em 1835 tinha 54 monjas¹²⁹, em 1868 teria 18 professas¹³⁰ e em 1876 cinco¹³¹. Como se vê, o primeiro registo é seguro e a data é posterior à queda do Antigo Regime, numa altura em que a “sindicância” aos Mosteiros visava o seu estrangulamento.

Quando em 1887 a expropriação da parte fronteira do Mosteiro produziu a primeira machadada no edifício ficou expresso no número de professas, que era de três,¹³² o trabalho sistemático e persistente levado a cabo pela política liberal no sentido de cortar cerce o cepo monacal. Foi este o cenóbio que permaneceu aberto, no Porto, até 1892 (data oficial da sua extinção por falecimento da última freira), recebendo religiosas de outras casas por simples extinção das mesmas (1801 ali se acolheram 4 vindas de Moimenta da Beira) ou extinção compulsiva durante o período da guerra civil por fuga das freiras(carmelitas, de Nossa Senhora do Carmo, franciscanas de Monchique e outras do Recolhimento do Anjo, todas do Porto)¹³³. No entanto também as freiras bentas terão sido acusadas, pelo menos de forma velada de cumplicidade com o absolutismo e não temos conhecimento de que algum recolhimento religioso tenha tido, face aos seguidores de D.Pedro, comportamento diverso daquele. As freiras estavam presas à obediência aos seus superiores, os Prelados, e acima de tudo ao seu Rei que era “legitimamente” D.Miguel. Para elas, a alternativa era a excomunhão, se tivessem a possibilidade de escolha, o que não faziam por viverem na mais profunda ignorância do que se passava em seu redor. A missiva com que

¹²⁶ BPMP, Ms. 1232, *Directorio*, cap. Terceiro.

¹²⁷ Aqui se confirma o que afirmamos na nota 118 e se contradiz a ressalva ali inscrita proveniente do Livro da Fundação (4674).

¹²⁸ ADP, *Livro de Conias (4707)*. O Pe.F.J.Patricio na *Archeologia Religioza* na página 46 dá esta indicação mas não de forma correcta.

¹²⁹ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.299.

¹³⁰ PINTO, J.Marcelino Peres, *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*, Porto, 1969, p.64.

¹³¹ LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1876, p.296.

¹³² AHMP, *Livro das Expropriações 5475*, fl.387vº.

¹³³ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p. 208. São Bento da Avé Maria permaneceu aberto talvez porque pelas dimensões e localização seria ideal para ali reunir as “ovelhas tresmalhadas”.

brindaram o rei absoluto é disso exemplo¹³⁴, outras seguiram-nas ou anteciparam-se. Este e outros rebanhos de religiosas submetiam-se naturalmente, para além da Regra, àqueles que organizavam, gizavam e decidiam por e para elas toda a vida claustral.

Na folha 48 do "Directório" declara-se que a religiosa não está obrigada às leis do Ordinário do Bispado do lugar onde se encontre (quando fora do seu) mas "... *deve obedecer às leys do seu Monarcha porque estas obrigão os vassallos em todo o lugar. Assim como às dos seus Prelados porque tem poder sobre os seus subditos em todo o territorio*".¹³⁵ Na sequência da sua ingénua posição colocaram-se na mira do poder liberal que as coagiu compulsivamente a contribuir para a despesa de guerra e assistência aos militares quando elas se sentiram violentadas na sua consciência de "patriotas",¹³⁶ apesar de, perante os factos consumados, se curvarem sob a nova autoridade. Mas não foi só para os combatentes que foram forçadas a contribuir, para além dos encargos acrescidos com as religiosas que ali foram internadas provenientes dos institutos encerrados; D. Pedro, que pouca simpatia nutria pelo clero, obrigou-as vai-se lá saber porquê, a sustentar durante largos meses e com gravíssimo prejuízo para elas, António Xavier de Moraes Carvalho, vigário de São Pedro de Vila de Oliveira do Conde. Esta "pena" terminaria com um apelo desesperado da Abadessa, em Janeiro de 1833, quando a diária a pagar era já de 400 réis¹³⁷.

Pelo contrário, os monges optaram conscientemente pela facção política e viram-se por isso implicados nos muitos incêndios que oportunamente (ou não) deflagraram nos seus mosteiros e conventos, em organização de arsenais e apoios de vária ordem aos partidários miguelistas, como nos relata Felix Ramos,¹³⁸ contribuindo inevitavelmente para a extinção das Ordens Regulares. Balas de canhão que irromperam no Mosteiro das Freiras de São Bento do Porto foram os agradecimentos de tão desvelada devoção.¹³⁹

¹³⁴ Nessa comunicação de 5 de Maio de 1828, a Abadessa e demais religiosas do Mosteiro de São Bento do Porto submetem-se ao Infante D. Miguel que consideram o verdadeiro rei. AHMP, *Livro Suplemento às Próprias*, nº6, fl.145. Na folha anterior encontra-se outra carta do mesmo teor com origem em Santa Clara. Félix Ramos apresenta inúmeros destes casos. MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, pp.271/274.

¹³⁵ BPMP, Ms.1272, *Directorio*, cap.Décimo- primeiro.

¹³⁶ As freiras ter-se-ão retraído de colaborar na execução de mantas e roupas para os soldados liberais, ao que foram obrigadas pela Câmara. Recibos do cartório beneditino dão conta de capotes, camisas, enxergões, fardamentos, bonés, camisas e, tendo-se recusado a fazer bornais para o Arsenal Real, foram repreendidas por escrito em 16 de Março de 1833. MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.277/278.

¹³⁷ Idem, *Ibidem*, p.298.

¹³⁸ Idem, *Ibidem*, pp.268/2691.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*, pp.233/234.

Como os conventos e mosteiros femininos ofereciam sempre uma saída socialmente conveniente aos olhos do mundo, era natural serem muito procurados pelas famílias que, não tendo onde colocar as filhas ou irmãs, viam neles uma forma de resolver alguns inconvenientes e o Mosteiro do Porto deve ter vindo mesmo a calhar: *“vendo que tinham agora hum mosteiro tão magnifico, em que podiam consagrar suas filhas a Deos Nosso Senhor, como muitas logo fizeram”*¹⁴⁰. No entanto dentro dos muros e protegidas dos olhares indiscretos, estas damas não deixavam à porta as suas prerrogativas e privilégios sociais¹⁴¹.

Debaixo da austera Regra, as monjas mantinham os seus brasões de família, os seus nomes sonantes e uma hierarquia que em nada condizia com o espírito beneditino, despido dos preconceitos terrenos, além de uma latente rivalidade relativamente às populações de outros cenóbios¹⁴². Viviam igualmente de forma espartana e frugal, a tocar as raia da indigência, como preconizavam as normas (pelo menos durante os princípios). Roupas de linho grosso ou estopa, hábitos de estamena,¹⁴³ sapatos e pantufas, tudo de materiais sem qualquer tratamento ou enfeite. Os cabelos cortados (prática iniciada no século XIII) cobertos por uma touca e coifa de estopa. Do sustento, só o necessário e não supérfluo e comido em conjunto no refeitório, coisa que se foi perdendo pelos tempos. O mobiliário reduzia-se ao mínimo indispensável: *“...que as sellas se não fechavão, suas ricas laminas herão as que asima disemos, os preciosos contadores herão aquelles toscos lamrinhos que hoye nos servem do azeyte, os pregados baús para recolhimento das roupas herão humas toscas estacas pregadas pella parede da varanda donde penduravão as cugullas para os actos conventuais e para que aquellas mortalias lhe fizessem suave tão austera vida os leytos e mais ornatos delles hera hum tosca barra com hum xamão de palha e humas grossas cubertas excepto as doentes ediozas(sic) as quais se premetia tivesse colchão e lensões. As cadeyras de damasco ou veludo, as almofadas e alcatifas de seda em que estas nossas ymãs se asentavão hera hum pobre tanho de palha donde sentadas cozião e fiavão para a ygreja e tão precatadas vevião no silencio que sentadas a fiar lansavão hum pano no chão*

¹⁴⁰ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.7vº

¹⁴¹ O Mosteiro de São Bento de Viana(1546) terá sido fundado (junto à ermida de São Bento onde fora o ermitério de Frei Jerónimo) por homens de negócios afrontados porque em Santa Ana (1510) *“...era difficil a entrada de qualquer dona de somenos prosápia.”*ARAÚJO, José Rosa, *Como viviam as freiras de São Bento*, in Aurora do Lima, nºs49/56, Viana do Castelo, 1942.

¹⁴² Algumas das religiosas dos conventos e mosteiros encerrados e que em consequência disso foram transferidas para São Bento de Avé Maria viram-se na contingência de apelar ao rei para prover as suas necessidades primárias de subsistência que a comunidade beneditina lhes negou. Também houve um certo agitar de águas no sentido da uniformização de costumes e hábitos pela diversidade da obediência regular, o que provocou uma repreensão com ameaça de punição.MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, pp.286/290.

¹⁴³ Já grosseira, por tingir

*para que se acazo o fuзо caise não fizesse hum minimo estrondo no dormitorio.*¹⁴⁴ Como veremos, isto não foi sempre assim e não temos qualquer prova que o tenha sido alguma vez!

A contrastar estavam certos costumes, a nosso vêr pouco ortodoxos, que vincavam de forma contundente a diferença dos estratos sociais e o Directório, que contém um conjunto de prescrições e penas para práticas estranhas e mesmo paradoxais para quem se pretendia consagrar a Deus. Assim as religiosas eram admitidas (ou quaisquer outras pessoas dentro da clausura, mesmo portadoras de Breves) segundo votação em conclave, mediante escrutínio secreto onde se utilizavam favas brancas e pretas¹⁴⁵. Antes disso, porém, o mosteiro, na pessoa da sua abadessa, fazia um rigoroso inquérito aos antecedentes da candidata. Provavelmente teria preferencial atenção ao seu comportamento religioso, mas pesava muito o seu ascendente familiar e social. Mesmo que a aspirante tivesse uma conduta irrepreensível no plano devocional, se não proviesse de uma casta social aceitável não teria entrada em muitos dos mosteiros¹⁴⁶. Para além disso, o dote determinava a posição em que a candidata era admitida¹⁴⁷.

Fica-nos a impressão que o berço era mesmo o aspecto mais importante, porquanto a parte monetária ficava frequentemente à conta do erário público. Como com os tempos se mudam as vontades, mudam-se com eles a perspectiva que se tem das coisas e, assim, em pleno século XVII, nas cortes de 1619, os Procuradores do Porto reclamaram contra o facto de, *“nos Mosteiros do Reino, as mulheres da nação hebreia e as filhas de oficiais mecânicos, serem preferidas às de nobres e fidalgos porque ofereciam um dote mais substancial”*¹⁴⁸. Tal como no século, algo estava a mudar, e o poder da burguesia fazia-se sentir e com uma acuidade especial num período de engrandecimento das casas monacais. Mas sempre se fizeram as petições ao monarca para que este financiasse da sua real algibeira ou das receitas públicas municipais os montantes para admissão na clausura, a ele recorriam também as orfãs, sobretudo em consequência de guerras e pestes, para conseguirem um tecto digno¹⁴⁹ dentro dos espessos muros conventuais¹⁵⁰. A

¹⁴⁴ BNL, *Códice 8395*, fl.15vº.

¹⁴⁵ BPMP, Ms.1272, *Directorio*, cap Segundo.

¹⁴⁶ No convento de Santa Ana de Viana do Castelo, a arrogância das bem nascidas classificou de morcegos as que não provinham dos mesmos estratos sociais. A revolta latente provocou amiudadas vezes conflitos, com especial relevância em tempos de eleição. CALDAS, José, *Um Outeiro Célebre*, in Lusa, 15 Junho, ano II, nº31, Viana do Castelo, 1918, pp.49/50.

¹⁴⁷ Era comum as candidatas a professoras entregarem dote suficiente para se livrarem de determinados serviços da Comunidade. BPMP, Ms.1272, *Directorio*, cap.Segundo.

¹⁴⁸ SILVA, Francisco Ribeiro, *o.c.*, p.244.

¹⁴⁹ Num documento de 1722 se faz patente a situação de uma cidadã inglesa que, convertida ao catolicismo, fora abandonada pela família. MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.235.

magnanimidade régia era também invocada para quaisquer obras materiais julgadas necessárias. O documento de 1616 (em anexo) é disso prova. Esta petição contém ainda duas curiosidades: a primeira é declarar que o respectivo alvará não passaria na chancelaria (o que leva a pensar ter sido o próprio soberano a custear a despesa) e o segundo é colocar como clausula da dotação, uma investigação prévia, que não tinha nada de extraordinário, por ser prática comum usarem-se as doações como única fonte de receita dos beneficiários¹⁵¹. Apesar disto, o Mosteiro das freiras de São Bento, no dizer do cronista de "A Provincia", terá sido dos poucos que primou pela honestidade, não só na utilização deste recurso, como pelo modo isento com que apresentou os inventários, quando a isso foi obrigado, e para já não falamos na forma transparente como o Visitador fez o seu relatório, por sinal o único encontrado. O que ali ficou registado contrasta de forma gritante com o que podemos ler sobre alguns mosteiros beneditinos a norte do Douro¹⁵² : "... achei a decencia, a limpeza, o aseyo da Igreja em todas as suas partes com aquella propriedade e grandeza que pedem os Mosteiros Sagrados que nella se executão: este fervor, este cuidado, he hum particular efeito da piedade, da devoção das mesmas relligiozas, nelle devem louvavelmente permanecer para que tambem lhe sirva de estímulo à pureza do espirito, à perfeição do Templo a onde adorão o Senhor."¹⁵³ Nada a apontar!

- O Directório das monjas Beneditinas

Como um corolário desta prelecção, passemos um olhar pelo "Directorio", obra a que fizemos algumas alusões e que na falta das Constituições pode lançar alguma luz sobre as normas directoras impostas às religiosas, já que as Constituições Sinodais¹⁵⁴ disponíveis se mostram demasiado sintéticas e herméticas. Este repositório de principios de conduta religiosa e moral feito sem grandes presunções teria a finalidade de colmatar a falta das referidas Constituições,

¹⁵⁰ Parte das sizas da cidade, vulgarmente denominadas alças, eram aplicadas nestas obras pias. Idem, *Ibidem*, p.234.

¹⁵¹ Não era raro que essas verbas dos cofres camarários fossem parar à compra de alfaias ou outros que não propriamente necessários. Estes pedidos eram normalmente concedidos pelo rei a contra gosto das edilidades, mas reduzidos a metade ou menos após investigação prévia. SILVA, Francisco Ribeiro, *o .c.*, pp. 247/249. Apesar desta desconfiança relativamente às comunidades religiosas, os Mosteiros e Conventos eram considerados lugares seguros para a guarda dos cofres municipais, pelo menos provisoriamente. Idem, *Ibidem*. O convento de São Domingos chegou a impetrar Provisão Régia que compelsse a Câmara a sustentar os seus frades. MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.235.

¹⁵² OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Edificio do Convento do Salvador*, Braga, 1994, 127/134.

¹⁵³ ADP, *Livro de Visitas (4750)*, ff.2/3

¹⁵⁴ As Constituições Sinodais do Bispado do Porto a que aludimos são as de 1541 (D.Baltazar Limpo) e as de 1585 (Frei Marcos De Lisboa). As segundas (as terceiras a serem publicadas neste bispado, as primeiras são de 1496 de D.Diogo de Sousa) apesar de posteriores ao Concílio de Trento não diferem substancialmente das outras. O ponto divergente é no que toca à aposentadoria dos nobres que, nos conventos femininos passou, a ser proibida.

situação que grassava pelas instituições monacais. Aconselhava-se então que na falta delas¹⁵⁵ se observassem de perto as directivas dos bispos¹⁵⁶. De resto, o seu autor diz, a dada altura que, toda a freira devia conhecer as suas Constituições, sob pena de pecado grave.¹⁵⁷ Este manuscrito tem data dos fins do século XVIII e por esses tempos poucas sabiam ler e menos as que compreenderiam o que liam, o que é confirmado na fl.9 onde se diz: “*Não as inclinem aos Livros Místicos, que ellas não podem entender, antes com elles se podem arruinar...*” era o conselho, que Frei Luis Caetano de São José, o autor deste pequeno opúsculo, dava aos confessores contra quem se insurgia pela forma como orientavam as religiosas em geral e as beneditinas em particular.

Não sabemos se o “livrinho” fez parte do cartório beneditino de Ave Maria, pois não consta do espólio descrito no inventário do Ministério das Finanças. Também ali não se inclui qualquer volume de quaisquer Constituições, embora saibamos que deveria ter existido algum exemplar no Mosteiro, como está expresso na ultima folha do calendário liturgico¹⁵⁸, chamando a atenção das monjas para os dias em que deveriam tomar disciplina conventual e que estariam consignadas na “Constituição de Nosso Patriarca São Bento,” assim como os dias em que havia dispensa dela. Segundo as prescrições, essa dispensa verificar-se-ia em: Sábado Santo, semana depois da Páscoa, na vigília e semana do Espírito Santo e em todas as festas em honra de Cristo e de Sua Mãe, assim como no oitavário do Corpo de Deus. Fora destes períodos, alguns mais longos, a disciplina exercia-se em todas as segundas, quartas e sextas feiras do Advento e Quaresma, exceptuando-se quando nesses dias caíam festas solenes ou era a vigília da festa de São Bento¹⁵⁹, em todos os dias da Semana Santa, salvaguardado o Sábado como foi dito. Da festa da Ascensão até à do Espírito Santo, todas as sextas feiras eram dias de disciplina e da Santíssima Trindade ao Advento e do dia da Epifania à Quaresma voltava a obrigação da disciplina nas sextas feiras, exceptuando-se o caso de serem festas solenes¹⁶⁰. Acrescente-se ainda uma pequena lista de dias consagrados a santos, que pensamos serem de devoção particular, onde se incluem alguns especialmente caros à Congregação¹⁶¹ e nos quais não se tomava a disciplina: Santo Amaro (13 de Janeiro), Santa Escolástica (10 de Fevereiro), São Marcos (25 de Abril), São

¹⁵⁵ O “Directório” que tem origem no Porto aponta para umas Constituições de Lamego, mas que não encontramos.

¹⁵⁶ BPMP, Ms.1272, *Directorio*, cap.Primeiro.

¹⁵⁷ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁵⁸ BNL, *Códice* 8369.

¹⁵⁹ São Bento tem duas festas, uma em Março, outra em Julho (a trasladação). No entanto, falamos naturalmente da de Março, que pode recair em período de Quaresma. O calendário romano normal apenas comemora a primeira das festas.

¹⁶⁰ O referido calendário denomina de festas de primeira ou de segunda classe.

¹⁶¹ Desta lista ressaltam alguns dos patriarcas da Ordem como: Santo Amaro, São Bernardo, Santa Escolástica e Santa Gertrudes.

Barnabé (11 de Junho), Santo António de Pádua (13 de Junho)¹⁶², Santa Maria Madalena (22 de Julho), a matina de São João Evangelista (6 de Maio)¹⁶³, Santa Ana (26 de Julho), Transfiguração (6 de Agosto), São Roque (16 de Agosto), São Bernardo (26 de Agosto), Santo Agostinho (28 de Agosto), Santa Cruz (14 de Setembro), Anjo Custódio (2 de Outubro), São Plácido (5 de Outubro), São Lucas (18 de Outubro), Santa Gertrudes¹⁶⁴ e São Martinho (11 de Novembro), Santos da Ordem (13 de Novembro), Apresentação (21 de Novembro) e Santa Catarina (25 de Novembro)¹⁶⁵.

Sendo a Ordem Beneditina especialmente vocacionada para a oração, nada mais natural que toda a sua actividade temporal girasse em torno das horas canónicas em que se distribuíam os vários elementos do Ofício Divino, elementos esses com 4 finalidades distintas: o latreutico (salmos) para promover a glória de Deus, o imperatorio (petições) para alcançar o bem da Igreja e da Humanidade, o didáctico (leituras) para a instrução dos que rezam e o moral (alocuições) para a santificação de todos. Este culto que a Igreja rende ao Eterno ordenado e disposto de modo a cobrir todas as horas do dia, todas as semanas e durante todo o ano, alcançando assim todos os tempos e todas as condições da vida humana, como o ideal da vida cristã¹⁶⁶.

- O que liam as monjas

Se demos uma rápida olhada pelos exemplares inventariados do Ministério das Finanças, tanto os que recolheram a Lisboa, como os que se espalharam sabe-se lá por onde, rejeitados nessa escolha, verificamos logo à partida tratar-se de uma biblioteca monástica, particularmente beneditina. O número de breviários salta à vista porque era neles que as monjas rezavam o Ofício Divino, logo seguidos de um extenso conjunto de títulos de conteúdos destinados à meditação e às várias cerimónias da liturgia, exercícios espirituais, e práticas devocionais aos Santos e Santas da Ordem e Marianas. Outro ponto importante, indicando seguidores de São Bento, é a existência de livros de canto mais propriamente de Cantochão, não só com esse nome, como com o genérico de Antifonário, pois a música era fulcral nas suas práticas litúrgicas. Terá sido mesmo um monge

¹⁶² Os santos tomariam o nome do local onde faleciam, donde Santo António aparece como de Pádua e não Lisboa. FERRANDO-ROIG, Juan, *Iconografia de los Santos*, Barcelona, 1950, p. 7.

¹⁶³ Não apresenta nenhuma explicação para ser neste caso a matina.

¹⁶⁴ Santa Gertrudes tem o seu dia em 16 de Novembro e não em 11 como está registado.

¹⁶⁵ Desta Santa, de Santa Gertrudes e do Anjo Custódio (o anjo da guarda de cada um) havia exemplares para leitura e meditação, como consta da lista do extinto cartório (em anexo).

¹⁶⁶ AZCARATE, Andres, *La Flor de la Liturgia*, Madrid, 1951, p. 268.

benedictino que “inventou” a música, mais exactamente a notação, desenvolvendo aquilo que São Gregório Magno, também ele beneditino, havia feito a partir da obra de Santo Ambrósio¹⁶⁷.

É curioso encontrar no meio de todos estes livros ou simples folhas soltas um trabalho com o título “*Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*,” coadjuvado com o “*Compêndio elementar da grammatica portugueza*”. Supomos que terão feito poucos exemplares, porque só consta um de cada, e é pena, porque fazem muita falta nos tempos de hoje. Para aquele tempo e em tal lugar surgem um tanto deslocados, pois não temos conhecimento de qualquer pena erudita, pelo que nos foi dado observar no decurso da investigação. Apesar disso, sente-se, subjacente aos imensos panegíricos, barrocos, alguns excessivamente abarrocados, aos odores de santidade de grande parte das monjas, algumas mesmo milagreiras, um certo domínio da “arte de bem escrever” e mesmo conhecimentos de leituras profanas, mas sempre dentro de uma linha coerente com a respectiva época¹⁶⁸.

Outro livro deveras interessante seria o intitulado “Arte do Cozinheiro e Copeiro”; o nome prometeria conteúdo deleitável; por onde andar?

Não faltam naturalmente vidas de santos, da Ordem e de outras como Carmelitas, Dominicanos e Franciscanos (talvez pela ligação de solidariedade e de obrigação que mantinham)¹⁶⁹. Contam-se também várias crónicas da Ordem de São Bento, de Frei Antonio de Fepei, incluindo-se a mais conhecida, de Frei Leão de São Tomás, mas também ali se conta a “História Seráfica Chronológica da Ordem de São Francisco”, de Frei Fernando da Soledade, e outra sobre o mesmo tema, de Frei Marcos de Lisboa, Regras explicadas e Sermões inclusivamente do Padre António Vieira, ficando-nos a ideia de que em algum tempo terão ali florescido alguns intelectos acima da média.

¹⁶⁷ Desenvolveremos um pouco mais em local apropriado. Curiosamente as obras de Cantochão que existiram no Cartório não figuram entre as que recolheram aos arquivos estatais! Parece que os senhores da Academia de Belas Artes não lhe encontraram estética adequada, embora o suporte das pautas fosse pergaminho!

¹⁶⁸ Segundo o que nos foi dado ler destes floreados, fica patente um conhecimento camoniano. No lugar destas apologias teatrais, tão criticadas por Lino de Assunção, que também as leu, antes tivessem deixado relatado, ainda que sucintamente, as transformações por que passou o Mosteiro.

¹⁶⁹ As monjas de Avé Maria socorriam com esmolas os e as Carmelitas Descalças como já dissemos. Mantinham uma certa ligação com os frades de São Domingos, pelo menos por causa da Capela da Senhora do Loreto, erecta no referido mosteiro e que lhes fora doada como dote por Maria Francisca da Encarnação aquando da sua entrada na clausura beneditina, BNL, Códice 8423.

No entanto e como é natural, avultam essencialmente livros ou cadernos sobre aquilo que vimos a tratar, ou seja a oração nas horas do quotidiano e o Ofício Divino¹⁷⁰. O Ofício Nocturno e o Ofício Diurno dividiam-se de forma a proximar-se do horário que o profeta David usava para glorificar a Deus (havia no cartório vários exemplares dos salmos de David). Pode dizer-se que são os salmos, tanto do Antigo como do Novo Testamento, que pelo seu número, frequência e variedade constituem o pano de fundo do Ofício Divino e que segundo Santo Ambrósio são “*a benção do povo, a glória de Deus, a confissão da Fé, a plena devoção, em suma a voz da Igreja*”¹⁷¹. Uma vez rezam-se por inteiro, outras por versículos ou frases soltas ou ainda por antífonas. Completa-se o Ofício Divino com outras leituras, da Sagrada Escritura e das vidas de Santos (Martirologio) que pelo seu elevado número nunca deixavam desguarnecido qualquer dia¹⁷². Para as orações usava-se o Missal e temos assim a utilização das três obras mencionadas. O Ofício Divino, como oração pública e social que é, deveria ser rezado em comunidade. E o local próprio, o Coro, que no caso das comunidades femininas era um lugar reservado e resguardado dos olhares indiscretos por grades, hoje simbólicas nos actuais cenóbios. Falta falar do Ritual, onde se registavam as fórmulas oficiais, preces e ritos para a administração dos sacramentos, benções e procissões. Supomos que nos cartórios dos mosteiros mais antigos, nomeadamente aqueles que foram anexados a São Bento de Ave Maria, se encontrariam estes livros subdivididos em: Gradual, Vespéral, Antifonário, Saltério, Responsorial, Processional, etc. como era uso em tempos mais recuados¹⁷³.

- O tempo litúrgico no Mosteiro e a orientação espiritual

As matinas compunham-se de antífonas, versos, leituras da Bíblia, sermões e homilias dos Santos Padres, vidas de Santos e responsórios. É a mais variada e extensa das horas canónicas e nos dias de grandes solenidades constituíam nas catedrais e mosteiros espectáculos imponentes. Nas laudes, o ofício da aurora, esta era saudada com hinos e salmos e até ao século V seguia-se-lhe a terça; como o intervalo entre ambas era grande e o tempo de descanso prolongava-se demais, os monjes introduziram a prima que, por se seguir às laudes, segue o esquema identico. Depois vêm as horas menores não por serem de menor importância, mas pela brevidade da duração: terça (descida do Espírito Santo), Sexta (Crucifixão de Cristo) e nona (Morte de Cristo), que constam de um hino curto, três salmos ou partes deles, antífona e capítulo breve. Das três, a terça

¹⁷⁰ Terá sido São Bento um dos primeiros a organizar de forma definitiva o Ofício Divino “entremeando-O” de forma intrínseca na Regra, AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.274.

¹⁷¹ AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.277.

¹⁷² O Concílio Vaticano II fez uma “limpeza” na Côte Celeste ao eliminar muitos daqueles que faziam parte da imensa panóplia de mártires das perseguições romanas e dos quais nada se sabia.

¹⁷³ AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.144.

é a mais importante, precedendo por isso a missa conventual. Pelas seis da tarde, as vésperas lembram a imolação do cordeiro nos tempos de David ou o Lucernário dos primeiros cristãos que era a benção do fogo e do incenso. Como as vésperas do ofício diurno correspondem às laudes do ofício nocturno, têm a mesma estrutura. As completas são tais como a prima de origem monástica e de introdução mais recente, provavelmente da autoria de São Bento que lhe atribuiria também tal denominação. É o momento oportuno para a leitura espiritual, a confissão das faltas do dia, a salmodia, um hino para afugentar os sonhos, vários versículos em modo de jaculatórias, o pedido da benção dos Santos e dos Anjos Tutelares¹⁷⁴ e do Divino Pai. É a hora da Virgem, numa saudação que desde o século XIII remata o Ofício Divino¹⁷⁵.

Esta seria então a forma como deveriam as monjas de São Bento de Avé Maria ocupar as horas do dia reservadas à oração, feita com toda a devoção. Frei Luis de São José, ao escrever o seu “pequeno livro”, como lhe chama, não está convencido que isso fosse praticado, assim como também pressentia que a disciplina monacal deixava muito a desejar. Estava-se no ultimo quartel do século XVIII e o autor pretendia seguir à risca as directivas do Concílio de Trento, na sua 25ª Sessão, que se ocupara essencialmente da conduta dos religiosos e que constituía o expoente máximo na condução de toda a Moral espiritual e temporal.

O problema residia nos confessores, os elos com o século, e donde no seu parecer se originavam os maus caminhos trilhados pelas freiras. Podemos adiantar que estes, antes de começarem a desempenhar a tarefa de guias espirituais, tinham de ser aprovados pelos Bispos, quer fossem escolhidos pelas freiras, quer nomeados pelos seus Prelados, dada a submissão ao episcopado a que estavam obrigadas as religiosas, não sendo excepção as de Avé Maria, como explicita o Livro da Fundação¹⁷⁶. Acusava Frei Luis de que no lugar de conselhos e orientação de consciências se tratavam negócios, se contavam novidades e notícias, mostrando-se adutores e não correctores. Eram permissivos no julgamento de faltas de silêncio e ao Coro, nas orações distraídas e sem devoção, nos comportamentos menos próprios, de mentira e vaidade, de murmurações, de falta de caridade, de modéstia no vestir. Não se insurgiam também contra aquelas que tinham dinheiro a juros (o Mosteiro tinha vários padrões de juro, tal como muitos outros; pensamos que como corpo unitário não infringia qualquer preceito¹⁷⁷). Ao invés, exortava

¹⁷⁴ Os Anjos Tutelares ou Custódios têm um lugar especial na devoção; além da invocação nas completas nomeam-se nas festas do Natal, Ascensão e Assunção. Este culto foi introduzido por Pio V, em 1608. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.609.

¹⁷⁵ Esta oração Mariana é de origem dominicana e introduzida na Igreja Romana, em 1239, por Gregório IX. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p. 287.

¹⁷⁶ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.7.

¹⁷⁷ Nas primeiras décadas de 800 o Mosteiro possuía vários padrões de juro inscritos nos Almojarifados de Barcelos e do Porto, para além de empréstimos a particulares. ADP, *Livro de Contas* (4707).

os directores espirituais a cortarem em tudo o que fosse contra a Moral e as leis de Deus e da Religião e que os Bispos averiguassem bem e previamente a conduta dos nomeados. Por fim, remata com uma colorida comparação: seria relativamente fácil remediar tais males com uma simples reforma dos confessores, tal como Paulo IV fizera de maneira relativamente fácil à pintura do Juízo Final, de Miguel Angelo, que reputa de “famoso pintor,” mas que invectiva por deixar em lugar tão venerável figuras tão “descompostas”¹⁷⁸.

Logo no capítulo primeiro e após extenso preâmbulo em jeito de resumo, encontramos as normas para aspirar à perfeição e pelo que diz leva-nos à presunção de que muito haveria para corrigir, desde a obediência, um dos pilares preferenciais da Regra, o único voto que os monges e monjas explicitavam¹⁷⁹, passando pela observância dos votos e das normas conventuais, pois parece que muitas seguiam as suas próprias, arrastando outras consigo. O uso de atavios e adornos seculares e mesmo ostentosos (longe estavam as espartanas roupas de estopa e burel): “...uza ceda, fitas no cabelo, pulvilhos, couzas de ouro e prata seja fivelas, adereços de pescoço, golas bordadas, punhos, camizas de esquia ou cambraia e couza semelhante, toucados contra o uso, capetos de veludo...”¹⁸⁰, atentando contra o voto da Pobreza e provocando escandalo no seculo. Mais à frente e noutro capítulo, Frei Luis insiste neste ponto: “*Peccão mortalmente as religiosas que gastão em vestidos deshonestos, ou de qualidades contra a Regra, ou de cores, como habitos de ceda, çapatos de tiras e veludo, fivelas de prata ou pedras, lenços bordados, ao pescoço, meyas finas, camizas de olanda ou couzas semelhantes, ornatos de ouro ou prata, pedras, perolas, vidrilhos e tudo aquillo de que uzão as mulheres profanas e do seculo...*”¹⁸¹. As modas da sociedade de então parece que penetravam os espessos muros dos mosteiros, não por osmose, mas pelos orifícios um pouco maiores das grades e terá sido talvez por isso que se reforçaram com outra, colocada a um metro para evitar os contactos físicos. Mas mesmo este processo era contornado pela cumplicidade de outras ou das criadas contra quem o autor fala. As grades testemunharam pelos vistos muitas situações estranhas “...onde se praticão couzas profanas, amatorias, bailes, cantos alem de mais escandalos...”¹⁸².

No entanto, perante a demonstração da vida seráfica que se processava no Mosteiro Beneditino do Porto, estamos convencidos de que, apesar de Frei Luis saber do que falava, se dirigiria preferencialmente às clarissas, que demonstravam mais apetência para sair dos carris. Por

¹⁷⁸ BPMP, Ms.1232, *Directório*, cap.Inicial. Desta “reforma” derivaram os anos de restauro a que foi sujeita a referida pintura que graças a Deus lhe terá devolvido a grandeza com que foi concebida.

¹⁷⁹ SOUSA, D.Gabriel, *Beneditinos*, in Dic. Da Igreja em Portugal, 2ºvol., Lisboa, s/d, p.340/351.

¹⁸⁰ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Primeiro.

¹⁸¹ Idem, *Ibidem*, cap.Quarto.

¹⁸² Idem, *Ibidem*, cap.Primeiro.

exemplo, as freiras que mais dores de cabeça provocaram, pela atracção que exerciam sobre os nobres, parece terem sido as de Santa Clara do Porto e de Coimbra¹⁸³. Por outro lado, se os Abadessados de São Bento de Avé Maria deixaram eco e um odor a escândalo, Santa Clara também os fez e não ficou isento da mesma fama, embora deles pouco se fale, ofuscados que ficaram pelos beneditinos.

Quanto à alimentação diz: “*Quanto ao comer carne observem o estilo do Convento, ainda que nesta parte seria bem que se conformassem com o modo que praticão as Religiozas da Ordem. Eu falo agora das Benedictinas porque as mais devem seguir o espírito das suas Regras respectivas...*”¹⁸⁴. São Bento proíbe a carne de animais quadrúpedes, com excepção feita na alimentação dos enfermos (Regra, cap.39); no entanto não parece que tal proibição fosse seguida, até porque no Mosteiro das freiras bentas do Porto havia matadouro privado¹⁸⁵ e elas compravam anualmente suínos para cevar¹⁸⁶, e no rol das compras há grandes quantidades de carnes vermelhas, sobretudo carneiro “*para todo o mês*”. Por outro lado, as laudas das despesas incluem mensalmente quantias referentes à compra de juntas de bois para as muitas propriedades que detinham, destinadas a substituir as que morriam, e com muita frequência. As carcaças eram divididas entre os açougueiros e as próprias monjas, além do aproveitamento dos couros que vendiam (não nos consta que alguma das freiras tenha morrido de doença estranha, apesar de não se averiguar a origem da morte de tantas rezes). Embora saibamos que muita da carne era distribuída pelas “obrigações”, muita dela teria de ser consumida no mosteiro.

Quanto à uniformidade de hábitos (roupas) consignada no Directório que prescreve: “*...seguir o estilo dos hábitos da sua primeira instituição e, quando isto se não possa hoje averiguar, devem ter hum uniforme e não espírito de singularidade cem capa de virtude...*”¹⁸⁷ (pensamos aqui referir-se àquilo que acontecia com frequência, que era a mudança de convento e/ou Ordem, por anexação ou extinção). Estaria então o mosteiro do Porto nestas condições aquando da fundação, ao reunir em si vários, de várias origens como expusemos. O autor acrescenta a título de exemplo:

¹⁸³ SILVA, Francisco Ribeiro, *o.c.*, pp.246/247. As clarissas do Colégio das Chagas de Lamego é também um belíssimo exemplo da mundanidade que larvava nos conventos. SILVA, José Sidónio Meneses da, *O Mosteiro das Chagas de Lamego*, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, vol.I, FLUP, 1998, pp.52/53.

¹⁸⁴ BPMP, Ms. 1232, *Directorio*, cap.Inicial

¹⁸⁵ Surgem várias despesas com o matadouro como por exemplo uma porta. ADP, *Livro de Contas* (4720).

¹⁸⁶ No *Livro de Contas* (4721) se diz que os porcos eram comprados nas feiras (Fafe, Pombeiro, etc.), em Dezembro e abatidos posteriormente por homens que lá iam para o efeito.

¹⁸⁷ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Primeiro.

"... como se vê em muitos Conventos andarem com toucas razas, hábitos de cores diferentes e outros modos que inculcão hypocrisia."¹⁸⁸

- A jurisdição das Abadessas

Um aspecto que nos pareceu de primordial importância é o que se debruça sobre as Abadessas. É um dos pontos obscuros na vida conventual do Mosteiro de São Bento do Porto e que deveria lançar alguma luz sobre o lugar desempenhado pela dirigente espiritual e material do rebanho. Para além das indicações prescritas pelo Patriarca (Regra, II) nada mais sabemos e o pouco que apuramos foi recolhido em outras comunidades beneditinas. De resto, sobre o quotidiano das freiras bentas do Porto desce um absoluto silêncio. Apenas sabemos com segurança que do extenso rol das que ocuparam a cadeira abacial só as duas primeiras foram perpétuas: D.Maria de Melo, religiosa de Arouca e provisoriamente em Tarouquela por ordem de D.Manuel I, e Guiomar de Ataíde, sua filha espiritual e por ela indicada para a substituir quando, por avançada idade, resignou com autorização papal. Desta segunda e da sua vincada personalidade, nos ocuparemos mais tarde quando falarmos do famoso báculo das abadessas. Nada nos chegou sobre a eleição que nos termos da Regra (cap.64) deveria ser o mais democrática possível, como o era também a distribuição dos vários cargos dentro do mosteiro, pois a que hoje era abadessa podia amanhã ser cozinheira ou copeira, não podendo nenhuma eximir-se destes cargos (Regra, cap.35). O que sabemos deve-se à contribuição do Livro das Eleições do mosteiro de Salvador de Braga, mosteiro beneditino. Das várias eleições, todas idênticas escolhemos a de 1689, efectuada em 10 de Setembro na grade da Igreja do dito Mosteiro; presentes Dom Luis de Souza, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas e do Conselho de Estado de Sua Magestade e com ele o seu Secretário e Escrivão da Câmara Eclesiástica Manuel de Sousa e Figueiredo e as testemunhas e escrutinadores, o Doutor Bento Lopes Pedrosa, Provisor do arcebispado e o Doutor João marques da Silva Vigário geral do mesmo. Forão chamadas: *"todas as religiosas deste Convento, que tem voto pera semelhantes eleisões, conforme a antiguidade de suas profissoes, e sendo todas juntas por som de campã tangida, conforme o uso e costume, se acharão oitenta e duas religiosas com voto, e regulados todos se achou levar a Madre Dona Maria dos Sanctos hum voto...* (seguem-se os nomes e os votos obtidos por cada uma)... *a Madre Dona Luiza Margarida de Menezes, sinco votos e Madre Ursula da Encarnação setenta e dous votos. Pello que o dignissimo illustrissimo Senhor Arcebispo a houve por eleita Canonicamente pera Abbadeça do dito Convento, no triennio proximo, que acabara em outro tal dia do anno de mil e seis centos e noventa e dous e sendo assim eleita mandou sua illustrissima publicar esta eleisão que houve por confirmada. E outro sy mandou vir per ante sy a nova eleita, e debaixo do*

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

*juramento dos Santos Evangelhos que lhe deu, lhe mandou, e encarregou que aceitasse o dito officio, e que o servisse, e exercitasse bem, e fielmente, ajustando-se com as obrigações da ley de Deos, e com a regra, Estatutos do mesmo Convento... etc.*¹⁸⁹

Perante o valioso testemunho de Frei Luis Caetano de São José ficamos a saber algo mais: a jurisdição das preladas estendia-se somente ao plano “...domestico e civil e por isso não podem pôr preceitos formais às suas subditas porque carecem da jurisdição espiritual.”¹⁹⁰ No final de contas apenas a administração era o ponto forte, pois elas próprias estavam subordinadas aos mesmos superiores das suas subordinadas. Essa administração era tanto sobre a população da “casa” como sobre os bens materiais da mesma; “Pode administrar libremente todos os bens do seu Mosteiro, sempre atendendo à utilidade deste e não à sua propria vontade.”¹⁹¹ No que dizia respeito a assuntos do foro regular permitia-se-lhe algum espaço porque: “Pode impropriamente dispensar nos jejuns da Regra, no officio Divino, no uso de comer carne e couzas semelhantes quando aperta a necessidade desta dispensa, ou quando o prelado ou a Regra ou Constituiçoens deixão estas couzas ao juizo da Prelada. Pode annular os votos das suas religiosas, assim como os pais de familias, principalmente aquelles que são incompatíveis com a vida religiosa, ou podem impossibilitar as religiosas dos exercicios que devem praticar.” ... “Podem tãobem obrigar as suas religiosas a que aceitem os officios da comunidade, ainda que ellas para se eximirem deste cargos dessem maior quantidade de dote no ingresso da Religião, por que isto, no sentir dos Doutores, se julga por condição iniqua e destrutiva da obediencia religiosa, alem de que seria huma dezordem andarem sempre humas nas occupaçoens e outras sempre dezembaraçadas e com huma vida ocioza. Pode apresentar as Igrejas do seu Mosteiro com o consentimento da sua comunidade. Pode receber noviças com o mesmo consentimento, que ha de ser pella maior parte dos votos.”¹⁹²

A Abadessa não tinha poder de excomunhão em caso algum, mas também o não tinha em caso inverso, ou seja levantar a pena de excomunhão, nem tão pouco usar da absolvição. Não podia benzer água nem as religiosas, publicamente, apenas em privado e particularmente como qualquer mãe lança a benção sobre as suas filhas. Também lhe não era permitido cantar o Evangelho (tal como notara Heloísa). Qualquer pessoa que pretendesse transpor a clausura como secular externa carecia antes de mais da permissão episcopal ou papal (Breves), pois a Abadessa não podia actuar como simples anfitriã, além de que essa permissão deveria posteriormente passar pela anuência da comunidade. A escolha dos confessores também não era da sua

¹⁸⁹ BNL, *Livro das Eleiçoens das Abbadeças, Mosteiro do Salvador de Braga*, (Código 8456).

¹⁹⁰ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Segundo.

¹⁹¹ *Idem, Ibidem*.

¹⁹² Já dissemos que este processo se efectuava por votação onde se utilizavam favas brancas e pretas.

competência e a entrada dos mesmos no espaço conventual, embora da sua alçada, deveria restringir-se à finalidade requerida e, no caso das confissões das enfermas, os religiosos (seculares ou regulares) seriam guardados à vista por duas religiosas “das mais antigas”. Dentro da clausura, a Abadessa deveria velar para que não entrasse pessoa alguma, nem do mesmo sexo, assim como crianças¹⁹³ ou animais. Das prerrogativas da Prelada era a superintendência sobre criadas, assalariados e seculares que não podiam sair da clausura sob pena de não voltarem a entrar, “...excepto que sahindo para banhos, poderão ser admittidas, indo e vindo via recta para o mesmo Mosteiro.”¹⁹⁴ O pessoal externo, como procuradores, médicos ou cirurgiões, teriam de ser substituídos de três em três anos (supomos que regulariam pelos triénios). As esmolas que deveriam distribuir deveriam ser parcimoniosas, atendendo primeiro às necessidades do seu cenóbio¹⁹⁵.

- Das obrigações das monjas

A obediência era a pedra de toque da vivência religiosa, em primeiro lugar à Regra e às Constituições¹⁹⁶ e, depois do rei e dos Prelados, à Abadessa. Em certas situações podiam recorrer de arbítrio externo na pessoa do Ordinário do Lugar e/ou dos Bispos. Por outro lado deixava-se também à sua consciência alguns aspectos que fossem menos claros relativamente à finalidade da ordem dimanada. As monjas não podiam receber o que quer que fosse a título individual(a Regra também aponta este aspecto – cap.54) e por seu lado também não lhes era permitido trabalhar com fins remuneratórios por não poderem possuir bens, mas somente a simples execução sobre materiais fornecidos graciosamente. O contacto com pessoas de fora estava totalmente posto fora de causa, mesmo que fosse com familiares, e a ida às grades dependia da autorização da Prelada. No entanto, parece que assim não aconteceria bastas vezes, para que o monge beneditino advirta de forma severa: “...quando vão às portas, janelas e outros lugares de suspeita, que não acenem para fora, que não falem das janellas.”¹⁹⁷..”. Também não podiam fazer obras nas celas (veremos que nalguns casos estas se pareciam mais com confortáveis casas do

¹⁹³ A respeito deste ponto acrescenta-se que não podiam ser madrinhas de baptismo segundo proibia o Concilio de 1677 por “... ser de algum modo indecente a huma virgem que deseje estar morta para o mundo entregar-se mais em conhecimentos e parentescos que a fazem metter no mesmo mundo...”BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Quarto.

¹⁹⁴ Embora perceptível no conteúdo esta condição explicita-se de forma curiosa, pensando nós como eram as linhas rectas de então. Idem, *Ibidem*, cap.Segundo.

¹⁹⁵ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Quarto.

¹⁹⁶ As Constituições eram como são hoje as várias actualizações à Regra que se vão fazendo ao longo dos tempos. A reunião de Capitulo Geral é feita actualmente de 4 em 4 anos mas pode não haver lugar a qualquer alteração de Constituições.

¹⁹⁷ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Terceiro.

que com austeros lugares de retiro). Do mesmo modo não lhes competia a caridade com os necessitados.

Embora um dos ícones beneditinos fosse e é o auxílio aos necessitados, esse seria da mão da Abadessa, com excepção feita do que fosse da própria razão individual e no caso de extrema necessidade do beneficiado (parente ou benfeitor). Dispôr do que quer que fosse para esse fim, nem pensar; seria considerado roubo com direito a restituição. Do rendimento comum não poderia ser retirada coisa alguma, nem trocar nem emprestar, ainda que estivessem em seu uso porque: “...estes actos são propriamente de quem tem dominio de que he incapaz toda a religioza.”¹⁹⁸..”, palavras de Nicolau IV. No momento de abandonar este mundo, abandonavam todos os transitórios pertences, no mais estrito sentido das palavras, pois deles não dispunham em benefício de ninguém, tal qual o espirito da Regra. Tudo ficava então ao inteiro critério da Prelada e à necessidade da comunidade, incluindo a cela.

O capítulo quinto deste pequeno tratado ocupa-se da Castidade. Aqui encontramos um repositório daquilo que era passível de excomunhão. Além das roupas e adornos profanos, enumeram-se os vários vícios que se observavam nas comunidades religiosas, desde autos e peças de teor pouco religioso¹⁹⁹. Para ilustrar este aspecto, conta-se que: tendo as freiras de São Bento de Avé Maria cantado, na noite de Natal, algumas estrofes algo brejeiras, o bispo D.Fernando Correira de Lacerda (1673/83) impôs-lhes que de futuro nada cantassem sem prévio consentimento seu²⁰⁰. Na sequência desta reprimenda, conta-se outro episódio, em que num Natal posterior e depois de censuradas previamente pelo Prelado, as estrofes foram cantadas pelas freiras, noviças e educandas que lhes acrescentavam antes de cada uma: “esta se pode cantar, Fernando, bispo do Porto”²⁰¹. Não cremos no entanto que tenha produzido excomunhão. Nem tão pouco os célebres outeiros e abadessados²⁰², apesar de demasiado “libertários” para o tempo. Falaremos deles mais tarde.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, cap.Quarto.

¹⁹⁹ Mesmo que fosse para celebrar qualquer Mistério Sagrado, pretendia-se que atentavam contra a castidade e eram excomungadas as que ousassem vestir roupas civis. Idem, *Ibidem*, cap.5º, fl.32.

²⁰⁰ “*O Tripeiro*” I, 2º, Porto,1910, p.380.

²⁰¹ MAGALHÃES-BASTO, Artur de, *Poeira dos Arquivos*, Porto, 1935, pp.294/296.

²⁰² Os outeiros e abadessados eram as festas que se faziam por ocasião das eleições das abadessas. Tinham esse nome porque embora durassem três dias nos primórdios estendiam-se por uma semana. *O Tripeiro*, Novembro, Porto,1912, p.443. Embora tenham ficado célebres os de São Bento de Avé Maria, não era este convento o único a efectua-las. Em Santa Clara do Porto também se verificaram, como referimos, e noutras localidades também, por exemplo Santa Ana de Viana do Castelo e segundo idêntico esquema.

A leitura de conteúdos não religiosos era outro motivo para excomunhão. Sempre que as freiras estivessem desocupadas deveriam entregar-se à oração e à mortificação e o autor dirige-se em particular às beneditinas que as tinham recomendadas na Regra. Caíam no âmbito das proibições absolutas as correspondências não sancionadas ou qualquer tipo de comunicações escritas ou físicas nas grades ou janelas. Mas também eram consideradas perigosas todas e quaisquer amizades dentro da clauzura, que se consideravam violar o voto da Castidade²⁰³, também aqui se condenavam veemente quaisquer contactos físicos: “...*abraços, osculos e couzas venereas...*”. Mas as excomuniões estendiam-se mais além a outras matérias, abrangendo práticas de abandono do hábito (inclusivamente dentro do mosteiro, para além de algumas horas mesmo em tempos de canícula), de introdução de estranhos dentro da clausura, de maus tratos a outras religiosas, dependendo a pena do grau de violência: “*A religiosa que ferir, maltratar a outra religiosa, peccado mortal e excommunhão, porem se for só dar-lhe huma pancada, arrasta-la ou couza semelhante que se julga percussão leve he só pecado mortal.*”²⁰⁴ Quando fora dos mosteiros por razões de saúde, única razão canónica,²⁰⁵ (pois se saíssem “...*a Igreja ou fora da portaria na distancis de dous passos*”²⁰⁶ ficavam excomungadas) deveriam levar uma via resguardada, pois incorreriam em pena de excomunhão se: “... *fora dos seus conventos, com licenças, andão disfarçadas de modo que se não pode conhecer se são religiosas. Devem trazer publicamente o seu habito em todo o lugar.*”²⁰⁷ Algumas das monjas de Avé Maria foram autorizadas a ir a temas²⁰⁸ e a outras, segundo Pedro Vitorino, foram-lhes receitados passeios a cavalo! Onde, o estribo que fazia parte da sua colecção de objectos do Mosteiro e que teria sido oferecido ao seu pai por Félix Ramos, amanuense camarário e responsável depois pela exumação das ossadas das monjas, e uma espada que, segundo o mesmo, teria arrecadada o Padre Patrício²⁰⁹ “Archeologia Religiosa”). Também constituía pecado grave a permanência de elementos do sexo feminino com menos de 7 anos e os que com mais de 25 não professassem.

²⁰³ BPMP, Ms. 1232, *Directorio*, cap. Quinto. A este respeito é curioso verificar que apesar desta directiva e da sua correspondente na Regra (cap. LXIX), verificava-se em São Bento de Ave Maria o contrário a este preceito; a cronista que regista a vida das religiosas no século XVII utiliza a palavra “sua amiga” quando refere que fulana ou sicrana foi sepultada ao lado ou no mesmo local de outra. Por outro lado é sintomático também o facto de que em alguns casos se observa que para cargos próximos se nomeiam as mesmas pessoas, isto é, por exemplo: quando temos como abadessa Sofia Brandão temos como escrivã sua irmã Isabel Clara e quando a primeira ocupa o lugar na cozinha a irmã está como sua auxiliar.

²⁰⁴ A Regra Beneditina ocupa-se deste aspecto no cap. LXX. No entanto admite a violência com o poder do Abade.

²⁰⁵ Havia um volume no Cartório com o título: “Para quando sahir alguma religiosa da clausura” ver a lista, em anexo.

²⁰⁶ BPMP, Ms. 1232, *Directorio*, cap. Sétimo.

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*

²⁰⁸ ADP, *Livro de Contas* (4573)

²⁰⁹ VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria, Notas de Archeologia Portuense*, CMP, 1937, p.201.

O silêncio era uma das outras vertentes fundamentais e regulamentado no cap.VI da Santa Regra, expressando-se de forma absoluta no cap.XLII (Que ninguém fale depois de Completas), ou seja, durante a noite e em qualquer época do ano cai uma profunda e inabalável mudez por todo aquele cosmos. Os jejuns estavam também prescritos e aos da Regra somavam-se os do lugar que não obrigavam as religiosas quando fora dos seus limites e os impostos pelos seus Bispos²¹⁰. Quando pelas razões julgadas canónicas as religiosas se ausentassem do Mosteiro, em jurisdição estranha, permaneciam fora do alcance do Ordinário de tal jurisdição e das respectivas leis,²¹¹ mas não dos seus Prelados, ainda que depois de mortas. Fora de todos os jejuns, incluindo os da Regra, estavam as monjas com mais de sessenta anos. As outras podiam substituí-los no tempo da Quaresma pelas Bullas²¹². No dia de Natal tinham de observar abstinência quando a festividade caía em sexta ou Sábado, dias “perdoados” aos demais fieis, a menos que a Regra ou Constituição o permitisse²¹³. Nas refeições “...*não podem usar de caldo de unto ou couzas compostas com manteiga, ovos, leite, poruqe todas estas [?] couzas não são materia de colação...*”²¹⁴ e embora fosse permitida maior abundância nas refeições das vigílias e dias de maior solenidade “...*sendo doce daquelle que não he composto com couza de latecinos.*”²¹⁵. Os confessores não tinham poder para dispensar dos jejuns, apenas em casos excepcionais o Confessor Ordinário que era o capelão das freiras quando desempenhava o papel de Pároco²¹⁶. Trabalhar nos dias santos só em caso de extrema necessidade, por exemplo quando o Mosteiro nem o mínimo assegurava; igualmente estava estipulava para as serviçais com excepção para a lavagem da roupa, no Inverno “...*em que he preciso aproveitar os bons dias...*” (o sentido prático das coisas no pensamento beneditino) e adverte o autor para que se faça a boa gestão dos bens terrenos e não se esgotem em rezas e ofícios e “...*outras couzas introduzidas que já tem força de*

²¹⁰ Estes Jejuns abrangiam toda a Quaresma, as Quatro Temporas do ano, os primeiros e segundos dias das Ladainhas, a véspera da Ascensão e a de Pentecostes, as primeiras quartas, sextas e sábados depois de Pentecostes, Santa Cruz e Santa Luzia. A estes se juntavam as vésperas das festas dos santos da Diocese. *Constituições Sinodais do Bispado do Porto, (1541,1585,1735).*

²¹¹ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Décimo-primeiro.

²¹² Como não estão especificadas quais as Bullas pensamos que seriam as da Santa Cruzada que se adquiriam por vários preços.

²¹³ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Décimo.

²¹⁴ Idem, *Ibidem*. Ficamos sem saber se esta prescrição era em geral se apenas no Advento como em Pombeiro. LENCART, Joana, *O Costumeiro de Pombeiro*, Lisboa, 1997, p.112.

²¹⁵ Parece que este princípio não era uniformemente observado porque no mosteiro Beneditino de São Bento de Viana (1546), que não o de Santa Ana (1510) na véspera de Reis faziam-se papas de leite. ARAÚJO, José Rosa, *o. c.*

²¹⁶ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Décimo.

costume", levando a que as religiosas à força de trabalharem para o seu próprio sustento, se esgotem, faltando às obrigações para com o seu estado e para com Deus²¹⁷.

Toda a religiosa era no geral sepultada na clausura do seu Mosteiro, coisa interdita às seculares, mesmo que residissem dentro dele. No entanto, podia suceder que, uma vez fora, falecesse, pondo-se então algumas alternativas quanto ao local da inumação e no caso de a ele não puder ser transportada. Se se não verificasse tal situação, poderia a religiosa ainda em vida dispôr de local e, em caso de não deixar qualquer disposição, seria depositada na paróquia onde morresse. Este principio applicava-se tanto a monges como monjas. Se próximo estivesse, um Mosteiro feminino de outra Ordem ou Congregação recolhia o cadáver e sepultava-o como um dos seus elementos, isto é na clausura; se o mosteiro fosse masculino, ficaria à parte, mas separada dos seculares. Uma religiosa só seria colocada na Igreja no caso de se não poder acolher a um Mosteiro. A título de exemplo, conta-se um caso (Directório cap. 12) que demonstra, por um lado, o cumprimento dos preceitos regulares e a aplicação prática do voto da caridade, da parte de uma comunidade de carmelitas (calçados), e, por outro, como podem ser em qualquer tempo vãs as promessas, mesmo que impliquem matérias tão sérias e feitas por consciências, à partida, tão responsáveis.

Se tudo fosse devidamente observado, as religiosas gozariam de todas as graças e privilégios, tal como os religiosos da sua Ordem, mesmo que sujeitas ao Ordinário e não à Ordem²¹⁸. Consequentemente lucrariam de todas as indulgências e jubileus *"que são concedidos a outras ordens religiosas e isso ainda que estejam dentro da clausura, comtanto que satisfação à obra mandada para se ganhar a tal indulgencia ou jubileu..."*. No entanto e segundo o autor *"...tem havido muitos erros pello grande numero de falsas indulgencias que andavão espalhadas, como se pode ver no Edital que a Real Meza Censoria que, doutamente, as examinou, somente devem Ter por certas as que a real meza Censoria não reprovou depois do maduro exame que sobre isto fes."* O autor continua afirmando que: *"...verdadeiras são no dia em que tomão o habito, no dia em que fazem a sua profissão, na hora da sua morte. Em cada hum destes tempos tem indulgencia plenaria. Tem mais todas a da Bulla da Santa Cruzada, como podem ler na mesma, e hum jubileu no dia que quizerem, huma ves dentro do anno e tomando o escrito, outra."* Seguem-se outras, como as visitas à Igreja e orações pelo Pontífice, Bispos, etc. Convém acrescentar que as

²¹⁷ Idem, *Ibidem*.

²¹⁸ As religiosas estavam sujeitas ao Bispo, Ordinário do Lugar e não à Congregação. As monjas de São Bento de Avé Maria dependiam do bispo que ocupasse, em cada momento, a cadeira episcopal do Porto ou, no caso de estar *Vacante*, ao governador nomeado para tal e não a Tibães, cabeça da Ordem Beneditina em Portugal e da qual dependiam os Mosteiros masculinos, aderentes à Congregação. Em ambos os casos estavam isentos. No caso das monjas, além da Regra e das Constituições, ficavam ainda dependentes dos Visitadores e das Constituições Sinodais.

indulgências caíam também sobre as religiosas irmãs de Confrarias, que por isso proliferavam nestes tempos e como consequência do Concílio de Trento e que tiveram expressão acentuada nos Mosteiros e Conventos e no caso particular de Avé Maria. As páginas escritas durante o século XVII e XVIII espelham estas devoções nas várias confrarias que ali existiram, a última das quais civil (Irmandade de São Bento) e que muito se bateu pela conservação do edifício do Mosteiro.

- As festas na devoção beneditina do mosteiro do Porto

Assim decorreria o tempo de forma vagarosa e igual. Os dias desdobravam-se nas várias partes do Ofício Divino e as semanas e anos ritmavam-se nos tempos altos e nos comuns da Liturgia, marcados acentuadamente pelo Advento e Natal, Quaresma e Páscoa (ciclo Temporal ou Cristológico)²¹⁹, salpicados pelas festas dos Santos Protectores que sobressaíam dos guardiães diários (ciclo Santoral)²²⁰, com especial relevo para São Bento e Santa Escolástica. O primeiro com duas festas, 21 de Março e 11 de Julho (dia da sua trasladação a que se chamava também o "elevatio corporis"²²¹). A segunda venerava-se (e venera-se) em 10 de Fevereiro. Os tempos comuns preenchiam-se com procissões no interior do Mosteiro, com o ponto mais alto na solene festividade do Corpo de Cristo (quinta feira da primeira semana após o Pentecostes), que envolvia toda a cidade do Porto. Poderíamos dizer que foi um dos acontecimentos mais importantes da vida cidadina, pois igualava ou suplantava mesmo a recepção feita a qualquer monarca, já que se tratava efectivamente de honrar o Supremo Rei. Todos os corpos religiosos participavam pomposamente e, para não ficarem atrás, as autoridades civis custeavam muitas das despesas. Na imensa e luzidia procissão eucarística incorporavam-se os civis na forma das Confrarias, com as respectivas insígneas e os mestres que em cortejos alegóricos simulavam as suas profissões. As primeiras distribuíam-se hierárquicamente pela importância económica que ditava a social. As segundas procuravam expressar o melhor possível a sua arte.

Num regimento de 1621 eram aos hortelãos de Santo Ildefonso que competia abrir o cortejo. Na parte final compunham-se quadros bíblicos antecedendo a Custódia e o fecho ficava a cargo dos

²¹⁹ Estas eram (e são) as festas maiores do Calendário Litúrgico (do Advento se inclui apenas o 1º Domingo). Além de maiores classificam-se como de I ordem. Os tempos que lhes ficam adjacentes como de II ordem e todas as outras são festas menores. COELHO, António, *Curso de Liturgia Romana*, 2ª parte, Braga, 1943, pp.84/86. Ver nota 160.

²²⁰ O conjunto dos dois Ciclos compõe o ano Litúrgico. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.422.

²²¹ Sempre que havia conhecimento da trasladação das relíquias de algum santo para lugar mais digno, dava-se o nome de "elevatio corporis". AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.595.

mercadores do Brasil, ricamente vestidos²²². A cada ofício ou conjuntos de ofícios (concerteza similares) competia o enfeitar parte do percurso e segundo uma vereação camarária de 14 de Abril de 1730 os alfaiates, tecelões, tecedeiras e calceteiros ficavam com o encargo de abrihantarem o segmento entre a Igreja de São Bento das Freiras e a rua Chã. A outros profissionais competiriam outros trechos do percurso. Depois de 1820 acabou este costume, embora se não alterasse o trajecto da procissão até 1856, que por necessidade de ampliação se modificou, continuando no entanto a passar à porta das monjas bentas.

A procissão dos Passos não as contemplava, percorrendo a distância entre o Colégio de São Lourenço a São João Novo e volta. A dos Fogaréus, além da Misericórdia, passava em São Bento de Avé Maria, Santa Clara, Sé, Colégio de São Lourenço e São Domingos, percorrendo 7 passos da Paixão²²³. O andor da “Mater Dolorosa” saía de São Francisco, prosseguindo pela rua das Flores, “privilegiada para as procissões”, por entre velas acesas que iluminam de forma fúnebre as janelas, lançando sobre os magotes de multidão uma esparsa e lúgubre luz. Passava o cortejo defronte do Mosteiro Beneditino que na parede da casa dos capelães tinha, num oratório, uma das Estações da Paixão²²⁴ (que hoje se pode vêr, embora bastante arruinado, na sacristia de São João Novo; as imagens, devido ao estado de degradação que apresentam, foram remetidas para os arrumos). O acontecimento era profundamente solenizado e as freiras por seu lado custeavam um grupo de guardas municipais que desempenhariam provavelmente os papeis dos soldados intervenientes na Paixão que “montariam” guarda ao sepúlcro do Salvador, armado para o efeito dentro do Templo. Um dos Livros de Contas reza assim: 1 sargento 500 réis, 1 cabo 260 réis e 14 praças 240 réis²²⁵. Também na Igreja de São João Novo estará o que resta do desmembramento de outro oratório que ornou uma das esquinas do Largo de São Domingos²²⁶. O Mosteiro de São Bento das freiras, que como já vimos estava estrategicamente colocado no coração da cidade, via-se naturalmente envolvido na vida religiosa do burgo para a qual logicamente contribuía. A sua Igreja engalanava-se e abria-se ao exterior, embora a comunidade espectante e curiosa se mantivesse oculta pelas grades.

O Natal, mais propriamente o Nascimento de Cristo após o tempo de espera do Advento, encontrava as monjas de São Bento do Porto em oração em torno dos Presépios (pensamos ter

²²² SILVA, Francisco Ribeiro, *Espaços e Tempos de Lazer na Sociedade Portuense do Antigo Regime*, in O Tripeiro, Agosto, Porto, 1993.

²²³ PINTO, José Marcelino Peres, *Apontamentos para a História da cidade do Porto*, Porto, 1869, pp. 50/56.

²²⁴ GONÇALVES, Joaquim Freitas, *A Procissão de Terça Feira Santa no Porto*, CMP, Junho/Setembro, 1941, pp. 175/180.

²²⁵ ADP, *Livro de Contas* (4573).

²²⁶ Do primeiro conjunto nomeado, incluímos neste trabalho o registo fotográfico, não só da peanha como das esculturas; do segundo nada sabemos, para além de indicação bibliográfica.

havido mais que um); o exemplar que lobrigamos, apenas em fotografia e de má qualidade, mas que incluímos no nosso trabalho, era simples e sem quaisquer requintes artísticos (que os tempos não eram de largueza) e possui somente o valor de ter sido do Mosteiro. Julgamos ser o que andou em “bolandas” como uma grande parte do seu património. Do seu último proprietário conhecido, uma casa de leilões portuense, foi estacionar provisoriamente num depósito do Museu Nacional Soares dos Reis, de onde saiu para parte incerta (o proprietário falecera), fará agora uma meia dúzia de anos. No entanto sabemos que no Coro Baixo era costume montar um outro que o arqueólogo Pedro Vitorino²²⁷ terá visto quando criança e que o terá impressionado, não só pela dimensão natural, mas pela mutação das cenas até aos Reis.²²⁸ Cortando o tempo de meditação e oração, a azáfama própria desta quadra também seria normal entre as monjas de São Bento, atarefadas nos manjares natalícios e na distribuição das consoadas “da obrigação”, como consta dos Livros de Contas, embora a vigília fosse de jejum.

O tempo de espera quaresmal era mais austero, marcava-se pelos jejuns, pelas disciplinas, pelo silêncio das gargantas e dos sinos, substituído pelo bater seco das matracas²²⁹, mas sobretudo pela semana maior do ano, a Semana Santa. Os preparativos começariam bem antes, logo a seguir à Epifania com a Septuagésima, Sexagésima e Quinquagésima, semanas que separam aquela festa do início da Quaresma, que não tem início em Quarta feira de Cinzas, mas no domingo posterior.²³⁰ Esta Quarta feira, que se insere na última semana do Tempo da Septuagésima, dá sim início ao jejum²³¹ quaresmal (caput jejunii)²³². Tal matemática foi um artifício de São Gregório Magno para arredondar os quarenta dias da Quaresma. Este tempo penitencial remontará ao Concílio de Niceia, celebrado em 325,²³³ embora ainda sem o carácter actual. A liturgia despia-se dos hinos alegres e do acompanhamento do órgão e a Igreja despojava-se das

²²⁷ VITORINO, Pedro, *o.c.*, p.183.

²²⁸ Este costume de armar um Presépio era seguido consoante as posses da comunidade. No Mosteiro beneditino do Porto recorria-se ao papel e à cola, enquanto na Madre de Deus, em Lisboa, a montagem cenográfica para representar o Nascimento do Menino teve mais requinte, ficando registada pela mestria do barrista “Ferreirinha de Chelas”, dos meados do século XVIII. PEREIRA, João Castel-Branco, *As Coleções do Museu Nacional do Azulejo*, Lisboa, 1995, p.23.

²²⁹ Estes instrumentos de madeira, constituídos por três tábuas presas por eixos de cordas ou dobradiças, serviam para chamar os frades e freiras a capítulo e chamar os fiéis à Igreja na Semana Santa (de Quinta a Sábado). Também se usavam como substitutos dos sinos quando as dioceses eram dadas como interditas pelas autoridades eclesiásticas. LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.V, Lisboa, 1876, p.43.

²³⁰ AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.484.

²³¹ Segundo a lei do jejum os fiéis além do consumo reduzido de alimentos deveriam abster-se de: carnes ovos, lacticínios, peixe e vinho. Permitia-se apenas: pão, água, legumes e mel numa refeição única depois da Missa e das Vésperas. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.487.

²³² nome que tem na liturgia. AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.484.

²³³ AZCARATE, Andres, *o.c.*, p.487.

flores e dos adornos, cobrindo-se de roxo, cor que emprestava aos panos que velariam as imagens e crucifixos a partir do Sábado da Paixão (véspera de Domingo de Ramos). O violeta acentuava o espírito da austeridade e o sentimento da gravidade, na antevisão do acontecimento que estava para se desenrolar com desfecho na morte e enterro de Cristo. Das práticas efectuadas na Semana Santa apenas respigam os Livros do Mosteiro e para compreendemos o significado de, por exemplo, porque se pagava a pessoas para fazer “vozes” em Domingo de Ramos recorremos às beneditinas de Viana e julgamos ter encontrado a resposta²³⁴.

Na Quinta feira, após a Missa o Santíssimo era trasladado para uma urna (um pequeno sacrário arquitectonicamente concebido para o efeito²³⁵) colocada num altar lateral, adornado de uma profusão de flores e velas como se de um verdadeiro catafalco se tratasse. No Domingo de Páscoa retomaria o seu habitual lugar. Actualmente, o sacrário que serve na Igreja nova de Cedofeita, no Porto, uma linda peça de talha ao gosto joanino, parece ser aquele que recebia, durante estas cerimónias, o corpo de Cristo, no Mosteiro de São Bento de Avé Maria²³⁶. Paralelamente na mesma Quinta Feira se fazia o enterro do Senhor: em algum lugar próximo da Igreja se colocava o féretro, provavelmente existiria a capela do Santo Sepulcro (apenas se regista: “Despeza com a Festa do Senhor Morto” ou “paguei para os Sepulcros como he costume”, no livro de contas de 1805/1889), coberto com um pano de veludo negro e ali ficaria depositado até Domingo da Ressurreição quando em procissão seria conduzido em triunfo ao interior da Igreja²³⁷. De outras cerimónias decorrentes na Páscoa permanecem mudos os relatos, embora a lista dos livros inventariados ali registre, além do “Cerimonial da Congregação dos Monges Negros” onde estariam impressas todos os rituais e prescrições das cerimónias, o “Manual para Sexta feira Santa e Domingo de Pascoa”. Por exemplo, do tradicional lava pés, que logo após o meio dia se pratica em Quinta-Feira Santa, apenas nos chega de forma sintética que se pagaram 1320 réis pela armação do “lava pedes”²³⁸ (no triénio 1801/03). Ficamos sem saber como se processava tal cerimónia numa clausura feminina.

²³⁴ Para simular o diálogo entre Jesus Cristo, ao Doutores da Sinagoga e o Povo pagava-se ao capelão para fazer a voz de Cristo, ao diácono o texto e ao sub-diácono a voz da multidão. ARAÚJO, José Rosa, *o.c.*

²³⁵ Era feito de modo a que o acesso se fizesse pelas trazeiras e não pela frente, ou lado.

²³⁶ Não temos a confirmação documental do facto apenas a palavra do pároco. No entanto não nos repugna tal informação dada a concepção da peça e a confirmação de que terá sido esta paróquia a que mais beneficiou com a dispersão das alfaias e santos do extinto Mosteiro.

²³⁷ Sabemos realmente que este costume era corrente no Mosteiro pelas doações que as freiras faziam ao mesmo e que incluíam os panos para a urna ou sepulcro do Senhor.

²³⁸ ADP, *Livro de Contas* (4720).

Como já tem sido relatado até à saciedade, toda a vida monástica portuguesa sofreu rudes golpes no entrar do século XIX. Primeiro, as invasões francesas, que provocaram o primeiro terramoto na tranquila vivência do País e que escancararam definitivamente as portas às ideias maçónicas, traduzidas na política liberal que tinha como objectivo primeiro o derrube do poderio eclesial como origem do atraso e da ignorância. Depois durante estes anos ditos de libertação as freiras, foram concerteza as que mais sofreram, apanhadas que foram nas malhas de uma política que lhes acenou com uma liberdade que para umas chegou tarde, para outras se transformou num tormento e que a outras nada lhes disse.

Ao contrário dos conventos masculinos, logo encerrados, esbulhados e dispersos os seus ocupantes, os femininos foram agonizando lentamente escondidos dos olhares exteriores, roídos pelas traças da decadência alimentadas pela falta das rendas que deixaram de ser pagas por rendeiros agora "libertos" desse jugo, pelos sucessivos impostos aplicados como castigo e que sangravam definitivamente os já parcos recursos e sem ninguém capaz de as proteger nem aqueles que durante séculos as asfixiaram. Não chegaram a ver os alvares da República ou teríamos provavelmente assistido ao mais degradante espectáculo, chegadas que estariam à completa exaustão. Misericordiosamente o Divino Esposo a isso as subtraiu. No entanto, o poder político que as banira compreendeu, com o tempo, a sua necessidade e lentamente o espírito monacal ressurgiu purificado, esclarecido e renovado, liberto das peias do passado. As restauração das beneditinas do século XX não teve ligação com as ruínas do século XIX, até porque os mosteiros extintos eram de clausura rigorosa²³⁹ e os recém nascidos apareciam vinculados a uma obra missionária dos monges. Actualmente em Portugal as Irmãs Beneditinas pertencem a duas Congregações: à da Rainha dos Apóstolos, na Bélgica e à de Tutzig na Alemanha. Da primeira fazem parte o mosteiro de Santa Escolástica em Roriz, Santo Tirso e que em 1935 irradiou para Angola, o de Santa Maria do Mar em Sassoeiros, Carcavelos e o do Torrão, Alcácer do Sal. À Segunda pertence o Priorado de Baltar, Paredes, fundado em 1961²⁴⁰.

Na Comunidade de Roriz, que visitámos notámos logo um profundo corte com tudo o que apurámos no decurso da investigação; a imensa alegria e abertura contrastam com a sombria

²³⁹ Este tipo de normas mantiveram-se na vizinha Espanha. Os mosteiros, apesar de não terem sofrido extinção, atravessaram momentos tenebrosos com a Guerra Civil (1936/39). Contaram-nos pessoalmente os tormentos por que passou a comunidade do Mosteiro de Santiago de Compostela, quando a parede do Mosteiro, do lado da Catedral, foi tornado paredão sistemático de fuzilamento.

²⁴⁰ FERREIRA, Pe. Manuel Avelino, *A Igreja de Nossa Senhora do Terço*, Barcelos, 1982, pp.225/229.

postura do passado. A autoridade emana, não de uma abadessa investida de poder soberano,²⁴¹ mas de uma Priora Geral que ocupa o cargo máximo e é eleita de 9 em 9 anos, em Reunião Capitular. Cada Priora no seu mosteiro é eleita ou nomeada pela Priora Geral que preside aos destinos de todas as Comunidades a nível mundial. Dentro do seu Mosteiro, a Priora nomeia a sua sub-priora e distribui anualmente os cargos, auxiliada por um Conselho. Este Conselho é constituído por ela própria e ao qual preside, por 2 elementos escolhidos pela comunidade, outro que ela escolhe e pela sub-priora. Não possuem qualquer obra da sua responsabilidade, mas desempenham quaisquer funções para onde forem chamadas. Assim o fizeram e fazem em África, onde os seus hábitos de negros se tornaram brancos (de resto o preto parece ter deixado de ser obrigatório, já que no Torrão se vestem de bege). Em Portugal Continental, onde se instalaram a pedido dos seus congéneres de Singeverga (de resto muito próximo, do outro lado do vale e nos terrenos da mesma doação), desenvolveram durante o tempo necessário trabalho assistencial às populações rurais ao nível da saúde e educação escolar e religiosa. O Mosteiro, de linhas modernas, permanece inacabado com falta de duas alas para fechar o claustro²⁴², mantendo o pequeno jardim à face do muro da quinta, quinta esta pequena, mas ainda assim suficientemente ampla para as suas necessidades. A sua “pequenez” nota-se quando comparada com o Mosteiro masculino que se ergue no meio de imensa herdade perfeitamente autónoma como qualquer “feudo” cisterciense.

²⁴¹ Segundo nos disseram, o lugar da Abadessa é reservado apenas para as Congregações ditas de Clausura Papal, como as cistercienses e as beneditinas espanholas de Santiago de Compostela que pretende fazer uma Federação com Roriz, ao que elas não estão nada receptivas e compreende-se porquê.

²⁴² O Mosteiro de Singeverga é de construção mais recente (também ainda não fechou o seu claustro por falta de uma ala), embora a instalação da respectiva comunidade no local seja anterior à de Roriz. A razão é simples: ocuparam durante décadas a casa da doadora e porque era viva e a casa estava em seu nome, o Mosteiro escapou à extinção.

UM COMPLEXO MONÁSTICO URBANO E OS SEUS TEMPOS

1- AVE MARIA GRATIA PLENA....

Esta divisa, que o anjo Gabriel²⁴³ segura, vem justamente dar o mote para iniciarmos o estudo do Mosteiro de São Bento de Avé Maria, propriamente dito. Esta foi a razão parcial da denominação do Mosteiro do Porto. Ao patronímico demonstrativo da sua filiação religiosa beneditina, São Bento, juntou-se o distintivo em honra da Virgem da Anunciação, Avé Maria, que foi o seu orago e cuja imagem ocuparia o lugar devido, à esquerda no altar mór, se o pudéssemos confirmar. No entanto, curiosamente o inventário do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças não regista qualquer imagem escultórica desta devoção, como também dele não consta nenhuma outra para qualquer dos altares laterais da Igreja, nem para vários outros, espalhados pelo espaço conventual. As únicas referências a esta invocação mariana²⁴⁴ surgem nos números 110 e 111 do inventário geral, à cabeça da lista das pinturas efectuadas sobre diversos suportes; o primeiro, em tela, que partilha a referida alínea com outra tela representando São Bento e o segundo, “*um pequeno quadro com pintura em cobre*”.²⁴⁵ Mais adiante o número 117 é ocupado por várias pinturas a óleo, entre as quais uma Anunciação. Das três peças em questão só o “*pequeno quadro com pintura em cobre*” mereceu relevância, daí o seu isolamento inventarial e a sua cotação financeira que ascendeu aos 13 600 réis; donde, nem só os homens se não devem medir aos palmos. As outras duas obras não passaram dos 4 500 réis e 1 400 réis, respectivamente e em média (nos conjuntos a que pertencem). A representação do orago poderia ter ficado então por uma tela (uma delas) colocada no alto da tribuna do altar mór ou os dois quadros da alínea 110, a Anunciação e São Bento (que por estarem juntos provavelmente eram iguais nas dimensões e avaliados em conjunto quanto ao valor pictórico), ornariam, naqueles tempos, as paredes laterais da capela mór: à esquerda a Virgem e o anjo Gabriel (cena mais facilmente representável a duas dimensões) e à direita o grande Patriarca São Bento, padroeiro daquele cenóbio, da sua devoção.

Qualquer que pudesse ser a solução, a questão do orago é mais recente que a construção do edifício. Ainda não estaria determinado o destino a dar ao “*...moesteiro das freyras que mandamos fazer em a nosa cidade do Porto*”²⁴⁶. Nem estaria tão pouco escolhida a invocação e o padroeiro,

²⁴³ Anunciação, conjunto policromado da segunda metade do século XIV. *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo*, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1995, p.67.

²⁴⁴ Num documento encontramos a seguinte curiosidade com respeito ao orago: “*não há lembrança do numero que este Mosteiro tem de religiosas so por huma e simples tradição se dis que he de 150 por ser dedicado a Virgem Nossa Senhora.*”, BNL, Códice 8414.

²⁴⁵ ANTT, AHMF relativo à extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, Cx.2036, Capilha 11.

²⁴⁶ ALVES, Artur da Mota, *O Convento de Avé-Maria do Porto (Cartas Régias)*, CMP, vol. V, Porto, 1942, p.185.

embora fosse natural uma escolha mariana, não só atendendo ao monarca vigente (devoto da Virgem), como também à natureza da comunidade (feminina, já assente) e ao crescente fervor pela Mãe de Deus, própria duma mentalidade gótica que, transfigurada no Concílio Tridentino, produziria as múltiplas e emotivas representações barrocas de Nossa Senhora. Não pudemos saber tão pouco se aquela foi a primeira e única dedicação do Mosteiro, pois não era invulgar a mudança de patrono. A indicação do orago surge nomeada pelo Padre Novais²⁴⁷ e confirmada nas Memórias Paroquiais de 1758²⁴⁸, porque a festa da “nossa padroeira” (sem mais indicações), em 25 de Março, é a única indicação registada a pretexto de contabilizar custos nos livros de contas dos séculos XVIII e XIX, do Mosteiro. A devoção a Nossa Senhora da Anunciação remonta a tempos longínquos, ao décimo Concílio de Toledo (656), que chama à solenidade do dia “a Festa por excelência da Mãe de Deus, a grande Festa da Virgem”. A data da celebração coincidia com o tempo da Paixão, pelo que a Igreja de Toledo a transferiu para 18 de Dezembro e a de Milão para o Domingo anterior ao Natal. A Igreja de Roma restituiu-lhe, no século IX, o seu próprio dia e passou então a denominar-se Nossa Senhora de Março. Até à implantação da República, em 1910, foi dia santo de guarda e feriado nacional. Em honra da Mãe de Deus se tocavam as Avé Marias três vezes ao dia (de manhã, ao meio-dia e à noite, prática ainda corrente em algumas terras rurais), devoção instituída pelo Papa Urbano II, em 1095²⁴⁹.

- As correntes artísticas e suas influências

Localizado o terreno do Mosteiro no burgo portuense, determinadas algumas vertentes político-sociais que o enquadraram e estabelecido o tempo, nos finais do reinado do Venturoso, falta abordar o ambiente cultural em que ocorreu a sua construção inicial.

O século XVI português viveu o cruzamento de tendências, muitas vezes contraditórias, procurando novos caminhos para sair do marasmo em que o gótico se atolava. Apesar de periférico, o país estava endinheirado e tornou-se o chamariz para arrivistas e aventureiros em conjunto com os que, para além de uma melhoria económica, procuravam notoriedade pessoal, num momento em que o mecenato começava a compreender e a recompensar a arte individual, preocupando-se mais com quem assinava a obra e menos em preencher apenas espaços com trabalhos esteticamente aceites e aprovados de uma qualquer oficina minimamente competente.

²⁴⁷ NOVAIS, Manuel Pereira, *Anacrisis Historial (II parte)*, Manuscritos da BPMP, vol.III, Porto, 1917, p. 242.

²⁴⁸ FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *O Porto na Época dos Almadás*, vol.I, Porto, 1988, p.94.

²⁴⁹ CARVALHEIRA, Pe.José do Vale, *Nossa Senhora na História e Devoção do Povo Português*, Porto, 1988, pp.133/135.

A necessidade de comerciar com o exterior encontrou na extensa costa marítima alternativa de mais valia relativamente a um vizinho fronteiriço nem sempre amistoso, permitindo a Portugal abrir-se cedo ao exterior. Em qualquer tempo as trocas constituíram sempre pretexto para viajarem, gratuitamente, os ventos da mudança, que se instalam mercê de algumas sensibilidades mais apuradas, polarizando em seu redor elites culturais. O final da primeira dinastia provocou uma ruptura definitiva com o antigo. Avizinhavam-se mudanças com a nova economia das descobertas. A casa de Aviz encetou uma nova forma de estar, apoiada numa rica burguesia, alicerce da dinastia nascente que se movimentava numa Europa eivada de novidades, cruzando-se em todas as direcções com dois eixos prioritários: do norte, com quem Portugal há muito mantinha relações diplomáticas e económicas, e para oriente, num sentimento mais espiritualista, em direcção à Terra Santa, na rota da qual se topavam obrigatoriamente as repúblicas italianas. A casa de Bragança, que como tal nasceria por estes tempos, encontrou no futuro primeiro duque uma apetência pela novidade, transmitida à geração seguinte na pessoa do conde de Ourém que manteria relações artísticas com a Itália de Lucca della Robbia, escultor e Michelozzo, arquitecto²⁵⁰. A atracção pelas viagens contagiou também o infante D. Pedro (fundador daquela estirpe ducal, por nomeação), uma das poucas coisas que tiveram em comum e que não impediu o extremar das suas posições políticas. Foi assim por intermédio de burgueses, nobres e infantes que timidamente foi penetrando nova ordem cultural. A visão humanista ganhou adeptos dentro e fora da corte e os pequenos e isolados focos alargaram-se tendendo para um todo. No entanto pontuava naturalmente a vontade régia que favorecia ou fazia regredir quaisquer tentativas de mudança, remetendo-as para uma letargia forçada, irrompendo depois, fortalecidas, em tempos mais propícios. Pensamos que o mosteiro de Avé Maria pode ter sofrido desta mutação, dada a variedade de estilos praticamente coevos. Começou a erguer-se no final do reinado de D. Manuel I, num período em que o pré-humanismo havia passado para uma consciência quase plena da cultura clássica, ou mesmo plena e apenas reprimida, pois libertou-se inteiramente com D. João III, e foi no entanto fundado numa estrutura “antiquada” de fortaleza românica, rasgada pela luz do gótico (houve uma grande preocupação quanto ao número de janelas acrescentadas ao projecto inicial) e pela verticalidade. Este desenvolvimento em altura, que não deu lugar a soluções ogivais, leves, para apoio das abóbadas (que nem teve), deveu-se à falta de espaço. A Igreja não beneficiou das belas rosáceas (não há delas qualquer notícia), nem de um espaço elegante repartido em naves (a área disponível era demasiado estreita e permitiu sempre e apenas uma nave única). Ter-lhe-á valido a decoração “modernista” do manuelino impressa no lavrado dos capiteis, no facetado dos fustes, bases e cimácios. Digno de nota talvez o portal da Igreja

²⁵⁰ MOREIRA, Rafael, *Arquitectura: Renascimento e Classicismo*, in *História da Arte Portuguesa*, vol. II, Circulo de Leitores, Lisboa, 1995, p. 308.

(substituído anos mais tarde por uma gramática mais evoluída), onde pontuaram as marcas régias regionalistas de um gótico tardio e já sem soluções inovadoras.

Foi contratado como seu mestre pedreiro, João Lopes o Velho, o mesmo João Lopes de Guimarães e de Lamego, consoante a localidade onde, baseado, executava as obras encomendadas. Como no contrato vem nomeado pelo último topónimo, ou seja João Lopes de Lamego, pensamos que ali estaria no momento em que Bartolomeu de Paiva, amo do futuro rei D. João III, veio com ele contratar as obras do Mosteiro do Porto. De resto, os temas lavrados nos capiteis únicos, que restam do cenóbio portuense, parecem-se bastante com o que ostentam os capiteis da porta da Sé de Lamego (talvez ao tempo a obra mais recente), embora aqueles mais grosseiros (o abandono a que foram votados pode tê-los deteriorado) não possam ombrear com estes, lamecenses, de concepção mais fina e elegante. Quanto ao arquitecto e autor do risco, a questão fica em aberto, pois desconhece-se em absoluto. Opiniões mais doutas apontam para o primogénito dos Castilhos, João²⁵¹. Este artista biscaíno encontrava-se ocupado em levantar a primeira abóbada de combados, feita em Portugal, na Sé de Braga (na primeira década de 500). Enquanto esteve a trabalhar na “Bracara Augusta” executou a planta da Igreja do mosteiro de Vilar de Frades, relativamente próximo²⁵². No estaleiro desta obra trabalhou João Lopes, executando o cabido, escada, enfermaria e cozinha²⁵³. As duas obras feitas a par datariam de 1508/1511. No entanto quanto ao Porto, a coisa é outra, já que em 1518, ano da fundação de São Bento de Avé Maria, João de Castilho encontrava-se em Lisboa, para onde fora destacado no ano anterior, para os trabalhos dos Jerónimos. Obra de tal envergadura não lhe deixaria tempo para outra, que embora esteticamente sem a mesma imponência, exigiria cálculos de engenharia pela sua dimensão e conseqüentemente várias viagens, ou mesmo estadias na Invicta (tão importante personagem não deixaria referências?). A questão da existência de debuxos várias vezes referenciados no decurso do contrato, apontando para a mão de um riscador, pode não querer dizer risco de régua e esquadro; na época medieval, antes da emancipação do artista a figura do arquitecto não passava de um mestre pedreiro, a quem a experiência permitia a descodificação de sumários esboços e a interpretação de instruções orais ou escritas²⁵⁴. Além do mais, João Lopes, ao ser apelidado como: “famoso arquitecto e mestre de obras... homem insigne na architectura e mais cabedal no reino”,²⁵⁵ provara já a sua competência e esse epíteto talvez comprovasse o

²⁵¹ FERREIRA-ALVES, *As duas Igrejas do Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto*, I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España Portugal y America 1492/1992, p.748.

²⁵² VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades-1425/1834*, vol.I, Porto, 1996,p.90.

²⁵³ Idem, *Ibidem*, p.4.

²⁵⁴ MOREIRA, Rafael, o . c. p. 304.

²⁵⁵ RAMOS, M^aTeresa, *A Igreja Manuelina de Vilar de Frades*, in Revista Ciências Históricas, Universidade Portucalense, Porto, 1990, p.99.

indiferenciar na denominação entre mestre pedreiro e arquitecto. Não nos parece também, após a leitura do contrato, que o Mosteiro de São Bento de Avé Maria fosse uma obra de referência arquitectónica, a necessitar de um especialista. Muito do que se executava ficaria por conta do mestre na linha “... *dalgũa boa obra que bem pareça...*”; assim seria preferível a um criativo alguém sabedor da arte de construir solidamente, menos preocupado com a estética e mais capaz de copiar modelos pré-concebidos (a que João Lopes estaria habituado) e a improvisar com eficiência no momento preciso. Se calhar, ao pensarmos que se omitiu o responsável, não enxergámos o óbvio: não havia nada que o mestre pedreiro (o Padre Novais chama-lhe “*maestro de architectura*”²⁵⁶) não soubesse fazer. Algo de semelhante poderá ter-se passado nos finais do século XVIII, quando os relatos pormenorizados da reconstrução feita após o sinistro de 1783, se limitaram a indicar secamente o nome de Manuel Álvares como riscador da nova planta. Aqui muito simplesmente este arquitecto (embora por estes tempos as águas profissionais estivessem apartadas), talvez por demais conhecido, dispensava outras apresentações²⁵⁷.

João Lopes de Lamego ou de Guimarães, pertencente a uma importante família de artistas da pedra, devia ser homem de múltiplos talentos. Conhecia a gramática clássica (ensaiada nos motivos finos que intercalam os colonelos do portal da Sé de Lamego), aprendida no contacto com os biscainhos do “plateresco” e a arte de talhar a pedra com o sogro, Pero Galego, mestre muito conceituado por todo o norte e Galiza (a herança deixada reflecte-se nos belos portais com destaque para o da matriz de Caminha (1511), considerado o primeiro “plateresco”), a par da construção tradicional. Talvez esta versatilidade lhe tenha assegurado a preferência do Venturoso, nas obras no Porto²⁵⁸ (consideradas de grande importância estratégica), e a distinção com que foi agraciado por D.João III para poder “*andar de mula ou faca*”²⁵⁹. Sabendo que o Piedoso nutria uma surda oposição ao seu progenitor, João Lopes parece ter sido flexível a ponto de sobreviver ao desaparecimento de um monarca, o que dava direito quase sempre a alterações na “entourage” política e artística, sobretudo de primeiro plano. Acrescente-se no entanto que João Lopes não terminou o Mosteiro, sendo substituído ou demitindo-se, mas já depois da morte de D.Manuel²⁶⁰.

²⁵⁶ NOVAIS, Manuel Pereira, *Anacrisis Historial*, vol.II, Manuscritos BPMP, Porto, 1913, p. 78.

²⁵⁷ Poderá ser este Manuel Alvares o mesmo apontado como mestre das obras do bispo D.João Rafael de Mendonça que se ocupou directamente do problema da reconstrução, FERREIRA-ALVES, *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII e XVIII)*, in revista Faculdade de Letras (História), vol.IX, Porto, 1992, p.349.

²⁵⁸ Inclusive interveio na questão da delimitação e avaliação de parte dos terrenos, ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.141.

²⁵⁹ RAMOS, M^a Teresa Oliveira, *o. c.*, p.99.

²⁶⁰ Assinou em Maio de 1529, um contrato de emprazamento, em São Vicente de Fora, Lisboa, provando assim que se encontrava na capital, no ano imediato à presença de Diogo de Castilho nas obras do Porto. Da sua assinatura consta o

Por outro lado, o próprio Bartolomeu de Paiva (contratante régio) era um homem italianizado²⁶¹ e incutiu por certo no seu pupilo, o futuro rei Piedoso, o gosto dos novos espaços, razão que deve ter presidido à viragem na arquitectura do cenóbio do Porto. Finalmente D. Pedro da Costa, bispo da Invicta, com quem o Venturoso tratara a questão dos terrenos era sobrinho do cardeal Alpedrinha, “refugiado” em Roma e que espantara a Cidade Eterna com a magnificência das obras de estilo avançado. O círculo fecha-se quando parece que aqueles três personagens, os dois eclesiásticos e o gentil-homem, altamente colocados, eram de alguma forma parentes ligados por D. Álvaro da Costa, homem da casa de D. Manuel e protector de Nicolau de Chanterêne²⁶². Apesar de o destino ter conjugado circunstâncias tendentes a um espaço renovado não foi de molde a contrariar o gosto e a vontade daquele que fora absolutamente bafejado pela Sorte.

D. João II, se a vida lhe tivesse sido longa, teria talvez marcado definitivamente o fim das artes medievais, pela atracção irresistível que nutria pela Itália dos Medicis, convidando Andrea de Sansovino a trabalhar em Portugal e nomeando um humanista, Cataldo Parísio Sículo, como preceptor do seu malogrado filho, Afonso²⁶³. Entretanto, imprevistamente ou não, ocorreu uma viragem política, favorecida pela economia das especiarias, que reorientou o país para o seu tradicional mercado no norte europeu e para o revivalismo na arte da decoração exuberante do gótico, tornado “manuelino”, em Portugal. Não nos parece no entanto que as decorações de São Bento de Avé Maria se pudessem revêr aqui, por se tratar de clausura feminina, onde se pretendia austeridade e contenção e porque o erário régio, que custeava várias obras, esgotava-se principalmente em Santa Maria de Belém. Terá sido esta a razão principal da pobreza “franciscana” que apresentou o mosteiro beneditino do Porto? Foi sem dúvida uma obra régia, mas sem o brilho que revestiam habitualmente as obras de D. Manuel I. Só assim se poderá compreender (e não só pela ostentação e por uma certa competição) que outras obras coevas, custeadas por nobres mecenas, apresentassem belíssimas estruturas, como o Mosteiro de Vilar de Frades, em Barcelos, que podemos ainda apreciar, e o Mosteiro de Monchique, no Porto que ostentou, apesar do seu acanhado espaço sagrado, uma rica abóbada de cruzaria, hoje desaparecida e lamentada por quem a conheceu.

título de Primeiro Mestre de Pedraria. VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dic.Hist. Doc. de Architectos, Engenheiros e Const. Portugueses ou ao serviço de Portugal*, Imp.Nac..Lisboa, 1904, pp.74/75.

²⁶¹ MOREIRA, Rafael, *o .c.*, p.324.

²⁶² Idem, *Ibidem*.

²⁶³ MOREIRA, Rafael, *o .c.*, pp.314/315.

- Um percurso idealizado ao interior do Mosteiro

Com este breve apanhado do ambiente que se vivia na segunda década de 500, aprontemo-nos para dar início à viagem de três séculos pelo espaço interior daquele que, segundo as modas, foi considerado uma massa horrenda a obstruir o Progresso ou o mais belo edifício do Porto, o Mosteiro de São Bento de Avé Maria, da Encarnação ou da Anunciação.

O trajecto vai ser feito de forma transversal no tempo, analisando a partir da concepção original e partindo para as transformações das várias áreas construídas, na medida em que as informações que apurámos nos permitam a reconstituição possível.

Como ficou dito na abertura deste capítulo, não sabemos a data em que foi escolhido o orago denominador desta comunidade. Os livros do cartório que consultámos são de tempos muito posteriores à fundação, constituídos por treslados dos séculos XVII/XIX, em que o mosteiro ostentava já o nome por que ficou conhecido, embora muitas vezes seja referenciado simplesmente por São Bento das Freiras.

Normalmente um conjunto monástico pouco difere de outro conjunto congénere. Trata-se normalmente de construções maciças e pesadas sem grandes adornos, constituídas por edifícios com finalidades precisas para albergar comunidades religiosas maiores ou menores que ditam as suas dimensões. É evidente que esta descrição por si só não produz uma visão cenobítica para que ela se reflecta nas nossas mentes, pelo que há que acrescentar dois elementos fundamentais: o claustro e a Igreja. São eles o fulcral da vida religiosa e são eles que dão normalmente o tom deste ou daquele estilo, pois tudo o resto não passa, apesar da monumentalidade formal, de simples acessório necessário à vida comunitária. Com os tempos mudaram-se pontualmente as fisionomias destes conjuntos nas janelas e nas portas, mas, no que toca a claustros e a igrejas, assiste-se por vezes a transformações totais por arrazamento das soluções anteriores. É vulgar encontrarem-se pesadas construções, incaracterísticas, que atravessaram incólumes vários séculos, às quais se apensam umas vezes elegantes templos levantados de raiz e outras vezes um hibridismo exótico, pelas modificações operadas ou pelas decorações sobrepostas, conjugando na actualidade estilos e formas por vezes incongruentes, demonstrando que a moda não afecta somente as comunidades seculares mas também se promove em honra de Deus.

No final do século XIX São Bento de Avé Maria parece ter sido um exemplo prático do que dissemos. A sua imensa massa granítica, provavelmente mais impressionante pela solidez compacta e menos pelo tamanho da área construída (ocuparia sensivelmente o mesmo espaço que ocupa a actual Estação que herdou o seu nome) espartilhava-se já entre as sobreviventes

ruas da Madeira e do Loureiro, respectivamente a norte e a sul, onde se incluíam os restos da muralha fernandina que ainda aconchegava a si algumas casas. O espaço disponível na largura ficava por isso consideravelmente diminuído, obrigando, para dar lugar à cerca, que o mosteiro se projectasse para a área fronteira, a poente, limitando a rua da Carros na face leste e esmagando-a para o lado oposto contra a correnteza de casas paralelas à cerca dos Padres Loios. Esta linha de habitações descrevia um arco, afunilando ainda mais a passagem que se alargava depois para formar o rocio onde se fazia a feira de São Bento. O conjunto não apresentaria nada de notável para além das duas portarias voltadas a poente e a sul, casando-se num ângulo de 90°. Esta quadratura completava-se com um muro interrompido por dois imponentes portões, encimados por arrebiques de pedra, defronte das respectivas portarias. A sul, num plano muito mais avançado que a portaria colocada deste lado, desenvolvia-se a Igreja e Coros, estendendo-se ao longo de quase todo o eixo leste/oeste. Era nestes três elementos que assentava toda a originalidade visível do Mosteiro e terá sido a razão porque foi reproduzida até à saciedade, não cuidando os mestres fotógrafos do resto, que permitisse à posteridade avaliar do conjunto total. Aqueles apontamentos arquitectónicos registaram a heterogeneidade exemplificativa das mudanças, sem no entanto chocarem a nossa sensibilidade.

Todo o pano sul era composto pela frontaria da Igreja, equilibrada em dois corpos igualmente distribuídos e ornados de dois conjuntos de janelas harmonicamente ritmados, separados por um imenso portal de granito com recurvados e colunas na forma exacta de um retábulo "rocaille". No excedente da parede, para poente, estendia-se a parte do edifício onde se situavam as salas de visita, provavelmente os locutórios, o mirante e outras dependências anexas, das quais não temos informações detalhadas. Também ostentava janelas a espaços iguais. O topo leste fechava-se com um edifício construído de tal sorte que parecia parte integrante da Igreja. A soma destes elementos constituía a fase barroca do mosteiro e no lugar da rebeldia que lhe seria própria transmitia serenidade, contido que estava o movimento na simetria da distribuição do espaço e na simplicidade dos apontamentos rocóco das janelas "toucadas", perfeitamente cadenciadas, em toda a extensão das paredes, permitindo o destaque visual e físico (porque num plano mais avançado que a própria fachada) do imenso portal, desenvolvido verticalmente, a actuar como um retábulo no seu altar.

Na fachada poente erguiam-se quatro arcos com a altura suficiente para permitir albergar dois pisos. Dizemos dois porque, embora se trate do rés-do-chão, é mais que provável ter ali existido um sub-piso (como indicamos e justificamos na planta), dado o acentuado desnível do terreno. Parece-nos que o estilo da construção dos referidos arcos está de acordo com o movimento renascentista italiano. Finalmente, do lado sul, ergueu-se a parte mais interessante sob o ponto de

vista estilístico: três arcos formavam a portaria de serviço e que, segundo Haupt,²⁶⁴ dariam conta das influências flamengas. Como as relações com a Flandres foram sempre uma constante mais ou menos evidenciada, nada mais natural a ocorrência desta amostra, embora pouco vulgar, ou talvez nem tanto, por se ter verificado na Invicta, a cidade portuguesa preferencial para tais ligações artísticas derivadas das constantes relações económicas. Como afirmámos, a reunião dos três momentos não parece provocar sobressaltos na leitura quando olhamos a fisionomia do velho Mosteiro. Ao invés, parece uma solução de continuidade por ausência de excessos que o contraste com o fundo de uma simplicidade despojada realça, conferindo-lhe dimensões majestosas, acentuadas pela imensa escadaria, tornada em pedestal, a compensar a diferença de cotas no ângulo sul/poente e a funcionar como um reforço da perspectiva.

A visita a qualquer casa monástica tem normalmente início na portaria, a partir da qual se prossegue ao longo de imensos corredores, as veias de um organismo que as dependências necessárias à vida comunitária formam.

Como esta não vai ser uma visita normal porque apenas idealizada, a nossa viagem através do Mosteiro da Encarnação vai iniciar-se, não na portaria, mas no claustro. Vamos prosseguir ao longo de um espaço na “quinta dimensão”, extrapolado das plantas/estudo (em anexo), também elas produto de uma visão espacial idealizada sem qualquer possibilidade de ser comprovada.

A razão da escolha do claustro para princípio da nossa deambulação tem origem nas seguintes premissas: por um lado, é a segunda alínea do contrato. A primeira, a Igreja, será tratada em separado, já que se trata de um ponto sensível em qualquer trabalho deste género e em particular neste. Por outro lado, tratando-se de uma análise ideal, considerámos o local fundamental, a partir do qual podemos mais fácil e logicamente ir reconstituindo, na medida do possível, os outros espaços conhecidos. Nesta linha de pensamento encontra-se a necessidade objectiva para qualquer construção congénere de delimitar esta área como forma de calcular e coordenar todas as dependências a edificar. Isto aplica-se numa primeira e ligeira abordagem em termos de construção civil, porque o claustro é ainda hoje muito mais que apenas um local amplo que articula os vários corpos do edifício; a sua simbologia é a um tempo o particular e o geral na espiritualidade religiosa.

- O Claustro

A crasta, segundo o dicionário. Foi este o termo mais vulgarmente usado no passado. O léxico acrescenta mais duas interpretações tomadas como sinónimos, mas subtilmente diferentes:

²⁶⁴HAUPT, Albrecht, *A arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, 1986, p.239.

recolhimento e privação. Uma terceira palavra completa, a nosso vêr, todo o peso que aquela palavra encerra: âmagô.

Não vamos aqui dissertar sobre as origens a que remonta o uso destes pátios, mas apenas estabeleceremos uma diferença fundamental: na antiga Roma, o Fórum funcionava como o claustro, lugar central, distribuidor da circulação e animado por excelência, enquadrado por belos e importantes edifícios porticados, polarizando naturalmente toda a vida da “civitas”. Era o âmagô, mas não o recolhimento, nem a privação, antes, pelo contrário, era o público e por vezes o excessivo. O Fórum monástico, o claustro, gemina-se no monástico apenas no primeiro ponto, o âmagô; quanto aos outros situa-se nos antípodas. Ele é também o centro de uma forma de vida. Articula a vida civil, mas apenas naquilo que é o conjunto das exigências corporais submetidas às outras, as espirituais, que se lhe sobrepõem ao nível do material. Se atendermos à colocação do claustro relativamente ao templo, verificámos que a posição deste constitui vulgarmente o fecho daquele. A distribuição das dependências, distribuídas em quadrado aberto, tinha o seu encerramento lógico numa das paredes do corpo da Igreja, conferindo a esta ala uma simbologia particular (o claustro da colação ou da leitura, onde inclusivamente havia nichos para depósito dos livros²⁶⁵. A planta de Saint Gall apresenta já esta configuração), como se de um altar se tratasse. Foram precisamente os beneditinos na introdução da Regra de São Bento os primeiros a aplicar esta solução²⁶⁶, assim como a decoração historiada dos capiteis, a funcionar como uma didáctica de pedra²⁶⁷. Era o lugar das meditações e o preferido para as inumações. Seguiu-se-lhe em importância a face onde se instalava a sala do Capítulo, lugar onde se cruzava o material das decisões administrativas com o imaterial das correcções morais, da expiação das faltas, da humilhação da vontade.

A forma quadrangular que ostenta torna-o uma planta centrada, para além de centralizador. Geometricamente é uma forma ideal, pois encerra uma harmonia formal, matematicamente perfeita: quatro lados iguais perpendiculares formam entre si ângulos iguais e rectos. As diagonais iguais e perpendiculares interceptam-se pelo meio. As medianas dos lados (orientadas pelos pontos cardeais) desenhavam os rios do Paraíso, tomados os caminhos terrenos que conduziã a Fonte da Vida²⁶⁸, materializada numa fonte pétrea colocada estrategicamente naquele cruzamento

²⁶⁵ BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lórvão (Sombras e Realidade)*, Dissertação de Doutoramento, Texto Policopiado, vol. I, Coimbra, 1992, p.381.

²⁶⁶ SANTIAGO SEBASTIÁN, *Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espanha e Iberoamérica*, in I Congresso Internacional do Barroco, actas, II vol., Porto, 1991, p.403.

²⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁶⁸ BORGES, Nelson Correia, *Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna*, in Museu, nº7, Porto, 1998, pp.40/41.

espacial, simbolicamente tratado. Por cima estendia-se a imensa e infinita abóbada celeste. Poder-se-á dizer que a preocupação da centralidade presidiu à espiritualidade antes que o Renascimento a materializasse de forma evidente. Talvez fosse ainda uma questão de simetria como o reflexo palpável de um todo harmónico agradável ao espírito sensível. Muito antes que o ocidente recuperasse os conceitos clássicos, o Islão expressou essa preocupação ao nível da arquitectura, retirada da concepção grega e pagã das forma simples, que traduziam a realidade : a ligação da forma quadrada com o círculo (o corte transversal da cúpula) transferida para a compreensão da própria Fé. A passagem do material para o imaterial, do quadrado para o círculo por intermédio do octógono (elemento funcional que o Renascimento associou também ao ideal) A união do corpo e da alma que o cristianismo interpretou de forma mais profunda, transferindo o individual para o colectivo. O claustro transformou-se então devido à sua estrutura no lugar adequado para o aperfeiçoamento e preparação para a eternidade, mantendo reunida a comunidade caminhante (que ali fazia as procissões e as meditações), com a que já partira e se encontrava na fase de purificação (no claustro se sepultavam os membros da comunidade) e com a corte celeste que do alto derramava as suas bênçãos. Esta simbiose sempre presente levava o mundo dos vivos a despojar-se continuamente dos pensamentos profanos com o auxílio do mundo das sombras²⁶⁹.

“fara a crasta ao longo da dita igreyia da maneira que vay ordenada no dito debuxo e avera suas ruas a roda de duas braças de largura e de comprido quinze e o pateo de dentro ficara de dez braças em quadra e avera seus peitoris a roda de dous palmos e meo dalto e seram de grosso dous palmos e meo lageados por çima de boas lages chanfradas danbas as partes e na dita crasta avera quorenta arcos a roda com seus cunhaes de cinco palmos e asy ficom dez arcos per banda e cada hu arco tera de lume dez palmos contados de meo a meo dos envasamentos das colunas e averam dalto./ (sic) vasa e coluna e capitel e çimalha dez palmos e de volta quatro palmos e meo e da grosura de pedra do arco hu palmo e meo e dous e meo de peitoril do bayxo que fazem ao todo o que os ditos arcos sobem ate os tardoze dezoito palmos e meo // (sic) E posto que diga que subom os arcos da crasta do andar do chãao ate os tardoze dezoito palmos e meo sua alteza a por beem que nom suba mais de dezasete e porem os sobrados das casas e offecinas serem dos dezoito palmos como vai ordenado sob a qual altura vira o madeiramento da dita crasta e os ditos arcos seram de dous palmos de grosso e chanfrados dambas as partes e as colunas seram oitavadas e terem de grosso hu palmo e huma polegada daresta com suas vas e capiteis e cimalthas dalgua boa obra que bem pareça”²⁷⁰.

²⁶⁹ SANTIAGO SEBASTIÁN, o. c., p.404.

²⁷⁰ ALVES, Artur da Mota, o. c., p.248.

Estas foram as indicações que terão produzido o primeiro claustro do mosteiro do Porto. Do cumprimento de tais ordens são talvez testemunhas mudas os seis capiteis depositados na secção lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis, do Porto. Félix Ramos enumerou nove²⁷¹. Como dissemos antes e se pode comprovar pelas figuras (embora sem grande qualidade por bastante antigas), não são um trabalho comparável aos da Sé de Lamego. Diga-se em abono da verdade que os capiteis do Porto, de secção quadrada, parecem muito mais românicos, pelo trabalho grosseiro que apresentam, num granito de grão forte (alterado quimicamente pelo abandono a que foram votados durante séculos?), embora nos temas se enquadrem no vegetalismo ou no idealizado do gótico. Não apresentam o corte circular e elegante dos de Lamego, rematados por uma espécie de coroa. Aquelas peças e o embasamento de uma coluna, também pouco elegante, constituem a amostra do trabalho do século XVI, do mosteiro de Avé Maria. No entanto, no que toca aos fustes, o perfil apresentou-se mais original: prismas quadrados a que se cortaram as arestas “...as columnas serem oitavadas e terem de grosso hu palmo e huma polegada daresta...”²⁷². Não nos foi fácil encontrar exemplares destes.

O comum são os claustros de colunas aos pares, geminadas ou adossadas, de fuste redondo ou prismático, quase liso, encimados por capiteis de trabalho românico. Nos portais, estes elementos arquitectónicos aparecem lisos ou muito elaborados e os facetados surgem agrupados, formando pilares, que suportam arcadas de separação interna das naves (Santa Maria do Olival de Tomar). Fustes de secção quadrada com arestas cortadas, compondo octógonos, aparecem no convento do Bo Xesús de Trandeiras (1520)²⁷³, em Ourense (embora as arcadas sejam completamente diferentes).

Uma viagem ao Alentejo produziu algo mais aproximado e contemporâneo (1520/1522): o convento de Nossa Senhora do Espinheiro (frades Jerónimos), próximo de Évora, apresenta uma claustra muito semelhante (embora de planta rectângular de João Álvares e Álvaro Anes²⁷⁴) à descrição, por elementos, da do mosteiro de Avé Maria. A arcaria inferior é de alvenaria, onde sobressai o debruado dos arcos em pedra, e sobre ela uma galeria, também em alvenaria, em sequência idêntica, mas com colunas de fuste redondo e mais curto devido aos panos da varanda (tal como terão sido os do Porto). Todas são ornadas com capiteis lavrados, mas com motivos diversos dos da Invicta, embora os remates superiores se aproximem (o ábaco) aos do claustro portuense. Na forma são hexagonais e executados em fino mármore que lhes confere um ar palaciano. No entanto no Espinheiro coexistem dois ritmos diferentes: cada módulo formado

²⁷¹ VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria*, Notas de Arqueologia Portuense, CMP, Porto, 1937, p.176.

²⁷² ALVES, Artur da Mota, *o.c.*, p.249.

²⁷³ *DO TARDO-GÓTICO AO MANEIRISMO*, p.169.

²⁷⁴ SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo Gótico em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 112.

por dois arcos inferiores e superiores é cortado por um forte contraforte²⁷⁵ de secção quadrangular (solução arquitectónica como forma de suportar as abóbadas de ambos os pisos) que alterando bruscamente os planos, dificulta uma leitura linear tal como teria sido a do mosteiro da Encarnação, do Porto. Também as arcadas do piso inferior são já plenas numa antevisão do avanço verificado nesta região do país²⁷⁶.

Finalmente, após aturadas buscas, encontrámos aqui mais perto da Invicta algo mais a contento e que pode aproximar-se de alguma maneira: embora um pouco acanhado (seis arcos por lado) o claustro de São Pedro de Cete reproduz à maneira de uma maquete aquilo que poderá ter sido o claustro portuense. É “agora” gótico com arcos chanfrados “*dambas as partes*” ligados por um pequeno murete com secção quadrada, de dois palmos e meio. Os Monumentos Nacionais encarregaram-se de lhe remover o andar superior, retirando-nos a possibilidade de conseguir uma visão de conjunto, assim como toda a elegância manuelina, reduzindo-o à expressão mais simples do escuro granito. Forrado de travejamento de madeira assente em cachorros do mesmo material (não sabemos se em consequência das obras de “restauro”) apresenta-se tal como foi o seu irmão de São Bento das Freiras, com a diferença de este ter sido muito mais amplo, pois levaria, como especificado no contrato, 10 arcos em cada um dos quatro lados. O enchimento destes arcos foi feito em alvenaria, em contraste com os de São Pedro, em esquadria, mas estes não tiveram direito ao lavrado nas bases e nos capiteis. Ambas as arcarias, a de Cete e a do Porto, permitiam o acesso ao pátio por um arco plenamente aberto, descentrado, ou por dois, devido ao número par dos arcos. A obra executada em Amarante, no convento de S.Gonçalo, por João Lopes, em 1542, tem também alguns laivos no que respeita à arcaria, que o aproximam daqueles dois. A destoar estão os fustes cilíndricos e os contrafortes, que embora não tão evidentes como os alentejanos, afastam de imediato a similaridade construtiva das duas obras do mestre de Lamego.

O piso superior estendia-se em galeria coroando todo o perímetro, ornada por igual número de arcadas e protegida por um varandim de pedra com 80 cm de pé, aproximadamente, por dois palmos de espessura. Aqui os vãos dos arcos, suportados por colunas de fuste redondo “*da melhor pedraria e mais branca que se achar; e se as pedreiras de Zurara forem melhores tragao-se dellas...*”²⁷⁷, levaram os “respaldos” de pedra, pela necessidade provável de apoiar os quatro arcos botantes que ligavam às engrenagens aos cunhais, às quais se associava igual número de gárgulas, a canalizar as águas pluviais para o interior do pátio. O forro de madeira ficou a cargo do carpinteiro, Bartolomeu Dias, que travejou, soalhou e montou a cachorrada com “... suas cabeças

²⁷⁵ Esta forma seria segundo Nelson Correia Borges uma antecipação ocorrida ainda no Manuelino da arquitectura do Renascimento Coimbrão. BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, p. 37.

²⁷⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁷⁷ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.152.

de cayês como se costuma tudo muy bem lavrado e atavyado.” A fonte que hoje se encontra num recanto dos jardins dos Serviços Municipalizados e Águas e Saneamento do Porto e que no roteiro do visitante tem o número 7 (por acaso um número cheio de simbolismo) é atribuída ao local central deste claustro. Um grande tanque circular, no meio do qual duas taças de raios decrescentes no sentido ascendente seccionam uma coluna em três tramos com diferentes decorações: o primeiro tramo é canelado (como um fuste grego), o segundo é bojudo (como um balaústre barroco) e o terceiro, o elemento mais interessante; ostenta quatro gárgulas donde sai água que na queda vai passando sucessivamente pelas taças. No topo, o remate faz-se com um marco redondo encimado por uma espécie de prato invertido. Curiosamente o número três é insistente (a Santíssima Trindade ou as três comunidades unidas pelo espaço?). O contrato não dá quaisquer indicações para a execução e colocação deste elemento arquitectónico. Talvez por ser obrigatória a sua existência dispensasse qualquer indicação acrescida. A concepção deste receptáculo místico é muito simples, mas mesmo assim acusa já, no nosso entender, outra espécie de gosto. Apesar de se desconhecer o autor, apontámos João Lopes: são conhecidas como obra sua várias fontes, mas duas chamam-nos à atenção pela sua similaridade arquitectónica e decorativa; são elas as de Ferraria, em Pontevedra (1549)²⁷⁸ e a da praça da República, em Viana do Castelo (1554)²⁷⁹. A de Avé Maria, discreta e apagada, parece-nos ser a irmã monja (despojada) daquelas duas exuberantes e profanas, nas suas vestimentas arrebicadas. Uma a espanhola, de coruchéu com as armas da monarquia ou do município a que pertence. A outra, a vianense, ostenta orgulhosamente as armas de el-rei D.Manuel. Por último a beneditina cobre-se com um chapéu eclesiástico. As três parecem no entanto conter a mesma gramática estilística. Será que esta última serviu de ensaio para as outras, posteriores?

A documentação do mosteiro não fornece pormenores detalhados para as alterações que foram sendo feitas. Assim é difícil estabelecer com exactidão as modificações que a centúria de 600 produziu. O século XVII, mercê dos muitos acontecimentos políticos e religiosos, foi dos que mais agitou as águas sociais. As paredes dos mosteiros apesar de espessas, não eram impermeáveis às modas e aos gostos. O claustro do mosteiro, centro espiritual e geográfico, era um dos locais ideais para expressar toda uma mudança de atitudes derivada da nova mentalidade tridentina. A primeira operação cosmética ter-se-á dado logo no dealbar do século XVII durante a vigência de Violante Botelho, 2ª Abadeça trienal que esteve ao leme do governo do mosteiro entre 1617 e 1627. Como lhe pareceu pobre o edifício, fez de novo o claustro, varandas e dormitório²⁸⁰. Ou seja, a obra manuelina construída já fora de prazo estava “démodé” e não agradava às monjas

²⁷⁸ DO TARDO-GÓTICO AO MANEIRISMO, p.208.

²⁷⁹ MOREIRA, Rafael, *o.c.*, p.335.

²⁸⁰ BNL, *Códice*8395, fl.18. Os locais eram determinados pela Ordem logo fazer de novo não será propriamente arrazar e mudar de sítio mas tão somente alterar decorações e em alguns casos acrescentar, se tiver para onde.

(pelo menos a algumas), em princípio indiferentes aos gostos terrenos, mas nem por isso desdenhando a perenidade de um nome. Foi justamente o claustro que chamou a atenção para a necessidade de renovação. Começou provavelmente aqui o período de opulência que tanta tinta fez correr²⁸¹. Esta senhora, sobrinha de D.Melícia de Melo, abadeça de Arouca, era por isso familiar muito chegada (prima?) de D.Maria de Melo, a primeira abadeça perpétua de São Bento de Avé Maria, que a acolhera com a idade de 9 anos²⁸². Oriunda de poderosa família, estaria habituada às glórias terrenas, compensando a compleição frágil com a habilidade para conseguir o queria, atributos que lhe confere (por linhas travessas) a anónima biógrafa²⁸³. Para as suas obras, convenceu Filipe II a contribuir com 1 000 cruzados e o bispo Frei Gonçalo de Moraes com 200 000 réis.

As confrarias invadiram então o convento e com elas proliferaram as imagens dos santos de todos os tamanhos e gostos: Para os altares das suas devoções, as monjas confeccionaram alfaias ricas ou encomendaram-nas, pagando com as tenças ou economias. Os mosteiros resplandeceram no ouro e na prata que deram o mote à riqueza decorativa e patrimonial do barroco e que, depois roídos pelas traças e pelo caruncho dos tempos de infortúnio, se patentearam no triste espectáculo de que, Félix Ramos²⁸⁴ e Lino de Assunção²⁸⁵, as únicas testemunhas, teceram tenebrosas descrições .

A primeira confraria conhecida tem uma data coincidente com a 25ª sessão do Concílio Tridentino (1545/63) e a sua invocação é sintomática do que se aproximava. A Confraria do Santíssimo Sacramento, fundada por Pio IV, foi introduzida no Mosteiro durante a prelacia de D.Maria de Melo (1562). O intermediário, Afonso Pires de Távora, embaixador em Roma, recebeu a quantia de 20 cruzados²⁸⁶. Esta confraria, que pela lista dos membros devia contar com todas as habitantes do mosteiro e alguns de fora, incluindo o padre, mandava: *“Todas as quintas feiras do ano hũa missa. Todos os domingos terceiros do mês hũa missa . Em todos os meses que não ouver festa do Senhor exposto tem a confraria obrigação de mandar fazer procissão pela Igreja, no Domingo terseiro do mês alumiada com oyto tochas e sera em todos os altares e em nosso Pariarca e*

²⁸¹ As descrições do Padre Novais são disso o melhor exemplo.

²⁸² BNL, *Códice* 8395, fl.16vº. Neste códice (dos séculos XVII e XVIII) a biógrafa troca as duas preladas, ou seja dá Maria de Melo para Arouca e vice versa.

²⁸³ BNL, *Códice* 8395, fl. 18vº/19.

²⁸⁴ Félix Ramos funcionário camarário e autor dos artigos do jornal “*A Província*”, publicados entre Setembro de 1894 e Janeiro de 1895 nos dá copta dos últimos dias do Mosteiro.

²⁸⁵ Lino d’Assumpção, funcionário dos Arquivos Nacionais que em 21 de Maio de 1892 se encontra no Mosteiro para fazer o arresto dos bens “literários”(poucos dias após o falecimento da última Abadessa, ocorrido em 17 desse mês).

²⁸⁶ ADP, *Livro da Confraria do Santíssimo Sacramento deste Convento de São Bento de Ave Maria do Porto* (4713).

Santa Escolastica e tem obrigação de dar hũa veronica por cada mês e de mandar repicar antes do primeiro, da terza e à porção e de fazer missa de menistros".²⁸⁷ Possuía a confraria, em 1740, dinheiro "*em vários escritos a rezão de juro*" (537 834 réis) proveniente de legados e o rendimento dos alugueis de casas sitas defronte de Santo Eloy e no Olival²⁸⁸. Todas as outras confrarias têm datas posteriores dos séculos XVII e XVIII. A do Senhor dos Passos foi instituída por Violante Botelho logo no início da sua experiência como abadessa, no primeiro triénio (1617/19).

A área do primitivo claustro era de 365,192m², de uma quadra de 19,11m de lado (10,5 braças²⁸⁹). Félix Ramos, que por lá andou na exumação dos cadáveres, aponta 32,40m de lado, produzindo a área de 1049,76m². Estes dados diferem mais de três vezes entre si. O espaço ocupado pelos corredores circundantes tinha, segundo o mesmo funcionário camarário, 4 metros (que no projecto manuelino era de 3,64m, ou seja 2 braças, praticamente o mesmo) o que perfazia 8 metros a menos para cada uma das faces do quadrado. Ficavam então 24,4m para uma área de 595,36 m². Continua a existir uma grande discrepância. Como justificação, poderia ser a possibilidade de ter sido reconstruído após o incêndio de 1783 como afirma o autor dos artigos de "A Província", mas no decorrer das nossas investigações não encontrámos nada nesse sentido, para além do que expusemos.

Assim pensámos que o modelo que apresentou nos finais do século XIX, quando demolido, foi a solução segunda e última. O aspecto das arcadas era idêntico ao que muitos outros claustros do barroco apresentam ainda hoje, com arcos robustos assentes em pilares que desciam linearmente até a uma base singela, talhada num sapata ligeiramente mais larga. Consumidos pelo fogo, pereceram os tectos e os soalhos, pois tal como na construção primitiva não tiveram direito nem às simples abóbadas de aresta que se vulgarizaram nos séculos XVII e XVIII. A pedra mantém-se, mesmo enegrecida pelo fogo. O murinho sob as bases dos arcos ficou, apesar do Renascimento ter simplificado tal acidente arquitectónico, substituindo-o por um simples degrau²⁹⁰. Pela apreciação espacial pensamos que o número de arcadas se reduziu de dez para nove, aumentando a área construída pela diminuição da amplitude inter-arco. A passagem para o interior do pátio não se centrou apesar do número ímpar de arcos (fig.29 anexos).

²⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁹ 1 braça=1,82, in *Dicionário da História de Portugal*, Porto, vol.V, Porto, 1992, p. 68.

²⁹⁰ BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, p.36.

Como não temos possibilidade de comprovar se houve ou não uma dilatação do claustro, apresentamos apenas as informações colocando-as em confronto. No entanto sempre adiantamos que não nos parece provável o alargamento da área, pois isso conduziria a uma total reconstrução da área principal do mosteiro de que não temos notícia nem da alteração das zonas nevralgias da vida monacal²⁹¹. A corroborar esta ideia estão as dimensões que o próprio Ramos dá para o refeitório e capítulo que são praticamente as que “vão no contrato” do século XVI (assim como da circulação perimétrica do claustro, como atrás fizemos notar). A substituição das colunas pelos pilares produziu, sim, uma nova mas mais compacta perspectiva que se assemelha ao piso térreo do mosteiro beneditino do Salvador, em Braga, atribuível a Francisco Vaz, pela década de 30 de seiscentos²⁹² (conquanto o andar superior é já do século XIX)²⁹³ e ao do mosteiro de Arouca (1781).

Na parte sul/nascente localizaram-se as 64 sepulturas de religiosas e seculares, numa superfície de 111,70m de onde foram exumadas “...178 ossadas completas e alguns ossos avulsos, muitos dos quaes appareciam a flor da terra. Este ponto do claustro era quasi um ossuario, de tal modo se tinham amontoado os cadaveres. Só da primeira sepultura que se abriu sahiram 13 craneos.”²⁹⁴

O andar superior seguiu o esquema que havia sido usado anteriormente: ritmando duas arcadas, uma em cima e outra em baixo. No entanto a monotonia formal quebra-se pela natureza geométrica diversa dos arcos: os de baixo são de volta inteira, os da varanda de cima (porque se trata de uma varanda com um pano relativamente alto) apresentam uma sequência de arcaria abatida. O conjunto torna-se simétrico . O chão do andar superior, que serve como espécie de arquitrave aos arcos térreos, corta pelo meio o plano vertical, muito ligeiramente avançado, por onde se desenvolvem os porticados de ambos os pisos, que os panos contínuos da varanda não conseguem totalmente obliterar.

Do lado sul, o claustro apresentava-se sem alterações visíveis, com os dois pisos iguais aos das outras alas. No entanto, para cima do segundo andar, a parede norte do corpo da Igreja, elevando-se em altura a um nível impressionante, permitia suportar mais dois andares de habitações, estendidas em varandas, ao longo da sua extensão (seriam celas alugadas a seculares?) que lhe dava o ar de uma qualquer rua da baixa citadina (estas construções de tipo

²⁹¹ As dependências dos mosteiros eram estabelecidas pela Ordem, não se mudavam. Idem, *Arte Monástica em Lorraine*, Coimbra, 1992, pp.186/190.

²⁹² OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *O Edifício do Convento do Salvador*, Braga, 1994, p.80.

²⁹³ Idem, *Ibidem*.

²⁹⁴ MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de S.Bento de Avé Maria*, in Boletim da Ass.Cult. Amigos do Porto, Porto, 1997/87, pp. 349.

precário terão tido origem já no século XVIII, aquando da influência secularizante nos sobreclaustros²⁹⁵).

O acesso do piso térreo ao superior, do claustro fez-se no século XVI por “...duas escadas de pedraria pera serventia das ofeças de çima as quaes seram assentadas em duas engras do pateo... e seram de volta com dous tavoleyros no meo e dous maynes danbas as partes..”²⁹⁶. Estas escadas colocadas provavelmente em diagonal eram de dois lanços com um patamar. A última solução apresentou apenas uma executada sob o governo de Inês Mesquita (1638/41)²⁹⁷, sem qualquer interrupção e naturalmente no lugar de uma das anteriores, isto porque dava acesso imediato aos dormitórios e Coro alto. A outra, suprimida, permitia a circulação aos altos do sobreclaustro do lado da noviciaria e enfermaria.

O jardim, que completava o conjunto e que em qualquer claustro pretende ser a visão do Paraíso (não sabemos se teve laranjeiras ou se ali se cultivaram as plantas para a botica), apresentava naquele fim de século um triste abandono, de canteiros eivados de ervas daninhas de mistura com plantas tornadas selvagens sem as mãos que deles cuidaram. Da fonte, de bicas entupidas, escorriam fios de água para as taças limosas (segundo Ivanoff²⁹⁸), lembrando que dos rios do Éden apenas ficaram os espelhos pútridos e o esquecimento²⁹⁹.

Nos quatro ângulos do claustro inferior situavam-se outros tantos altares e pelo desenho se vê (pelo menos o da axila sul/poente) estarem montados numa espécie de armários e não embutidos nas paredes. As invocações eram de São João, da Árvore de David, de Nossa Senhora da Conceição e da Santíssima Trindade. Este último é o exemplo portuense dos casos de êxtase místico que pulularam pelos mosteiros e conventos durante o barroco³⁰⁰. A informação do nosso guia quanto às existências sacras do claustro difere da do registo oficial inscrito no Inventário do

²⁹⁵ BORGES, Nelson Correia, *Arquitectura Monástica Portuguesa na Época Moderna*, in Museu, n.º7, Porto, 1998, p. 39.

²⁹⁶ ALVES, Artur Mota, *o. c.* p.364.

²⁹⁷ BNL, *Códice* 8395, ff.21v^o/22.

²⁹⁸ Ivanoff foi o pseudónimo com que Félix Ramos assinou os artigos de “*A Província*”.

²⁹⁹ Esta fonte foi posteriormente colocado à entrada da rua da Madeira e porque o lugar era acanhado passou para o largo dos Loios e depois para o Museu Municipal. Actualmente está nos jardins dos Serviços de Águas e Saneamento do Porto. VITORINO, Pedro, *o. c.*, p.176. O seu perfil deve entretanto sido alterado, não só pelas voltas que deu, mas também pelos locais onde esteve, porque a taça inferior, a maior, teve três acrescentos, que as fotografias da época não permitem avaliar convenientemente, mas que hoje não existem.

³⁰⁰ ASSUNÇÃO, Lino, *Frades e Freiras*, Lisboa, 1893, p.132. BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lorrão (Sombras e Realidade)*, vol.I, Coimbra, 1992, p.372. Ambos os autores contam histórias que se identificam com esta no conteúdo e época.

Ministério das Finanças; este indica como pertença do claustro os altares a que atribui os nºs2, 3, 4, 5, 6 e 7, ou seja, seis e não quatro (mesmo assim não terão atingido os números de Lorrão).

Pode evidentemente contar-se com dois para o piso superior da crasta. Mesmo assim não confere. As alíneas 532, 533, 534 descrevem as pertenças do altar de São José (nº2), os números 535 a 539 as do altar da Senhora da Conceição (nº3), de 540 a 544 as do altar de Nossa Senhora da Soledade (nº4). As alíneas 545, 546 e 547 (os nºs 5, 6, 7) parecem ser apenas pequenos retábulos que pelo conteúdo iconográfico não encaixam na primeira descrição. Mesmo que o Quadro da Santíssima Trindade que ornava o respectivo altar desaparecesse da forma como surgiu, as duas listas não se identificavam. Como parece que já milagrosamente havia escapado ao fogo de Outubro de 1783 e era objecto de profunda devoção entre a população religiosa e secular do mosteiro, a sua identificação por parte do oficial governamental ter-se-á devido a um erro de apreciação, porque com os números 566 a 569 aparece exposto o conteúdo do altar nº13, pertencente ao Cabido e que ostentava *um “grande quadro representando a Santíssima Trindade, pintura em tela e moldura dourada”*³⁰¹.

Muitos claustros receberam revestimentos murais, mas não temos conhecimento de que este se contasse em tal número. Sabemos, sim, ter sido o mosteiro um repositório de azulejos de todas as épocas e gostos³⁰², mas os registos visuais que chegaram até nós mostram um claustro de paredes nuas, com excepção feita para o lado sul na parede norte da igreja, onde pontua um arco ogival (de acesso ao ante-coro), que a distância a que foi tomado não permitir aquilatar na totalidade a ornamentação. O pouco que se pode comprovar dá uma ideia de um conjunto rico na formas do portal, ornado de colunelos adossados, coroados de pequenos capitéis elegantes ligados entre si por arquivoltas de que se não percebe o lavor (Fig.32 anexos). Parece-nos terem sido este e a arcada rebaixada, que hoje serve de simples panteão, no Prado do Repouso, às ossadas inumadas do Mosteiro, em 1893 e para ali removidas, os vestígios da fundação. Em volta do referido arco ogival como uma moldura um tapete de azulejo, que parece de tipo árabe, talvez do século XVI, prolongando-se um pouco mais para a direita do observador, contorna o canto e estende-se para o lado poente até terminar numa porta apainelada de confecção mais recente. Talvez que no passado o revestimento cerâmico se estendesse ao longo das paredes do claustro.

³⁰¹ ANTT, *AHMF Processo de Eextinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto*, Cx.2036, Capilha 11.

³⁰² MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.224.

Alinhado por aquele arco parece ter existido outro idêntico e com a mesma função, no andar de cima, porque durante o triénio de Inês Mesquita se consertou o arco do Coro para a varanda, que estava a cair³⁰³.

Ainda no piso inferior e de frente para a bela ogiva manuelina nota-se à esquerda um arco cego do claustro a indicar ser o apoio da escadaria, a única existente nos últimos anos, de acesso ao sobreclaustro. Assim estes dois esquemas complementam-se em pisos sobrepostos, constituindo o mesmo apontamento do claustro.

Algures no claustro estava implantado um cruzeiro. Suspeitamos que do lado nascente próximo do Capítulo (onde muitas sepulturas se localizaram) porque uma religiosa de nome Teresa de Jesus cuja vida foi uma tragédia com todos os ingredientes camilianos e que nas entrelinhas se adivinha um drama humano tenebroso após atroz sofrimento moral e físico descansou finalmente, em 4 de Outubro de 1730, à sombra beatífica dessa cruz.

Além deste claustro, o principal e ponto central de toda a vivência monástica haveria outro, o chamado claustro do pomar, que só surge expressamente com este nome, quando se pretendeu especificar o percurso que tomavam as procissões aos defuntos³⁰⁴. Seria talvez a segunda claustro do risco primitivo, que ainda não estaria concluída aquando do falecimento de D.Manuel.

Do seu aspecto talvez se possa avaliar alguma coisa pelo desenho (Fig.33 anexos) que reproduz um apontamento arquitectónico inequivocamente do lado norte devido à incidência luminosa que surge da direita para a esquerda, caracterizando simultaneamente o “meio-dia” cardeal e a hora solar, que projecta uma sombra reduzida. Temos a impressão que esta arcaria se localizaria próxima da enfermaria ou mesmo suportando-a. Os arcos idênticos aos do claustro principal eram no entanto bastante mais altos e os pilares muito mais robustos e próprios para a sustentação do que lhe ficaria sobrejacente. Tinham no seu desenvolvimento vertical duas molduras e a implantação no solo fazia-se directamente e sem quaisquer artifícios arquitectónicos. A parede que pelo seu aspecto rústico deve ser a da ala norte apresenta a meia altura uma fiada de varandas apoiadas por tirantes de ferro, indiciando fazerem parte da construção mais antiga.

O chão de grandes lages de pedra irregulares é desnivelado e muito desgastado pelo frequente uso diário. Ao longo das paredes alinha-se aquilo que parece terem sido grades de madeira para

³⁰³ BNL, *Códice 8424*, fl.111vº.

³⁰⁴ O facto de existirem dois claustros é assinalado num documento, de 1858, de avaliação do imóvel. ANTT, *AHMF*, *Processo de Extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto*, Cx.2037, Capilha 15.

aves. Tudo aponta para uma área de serviço provavelmente naquilo a que se chamou a “vila” e onde se amontoaram, em tempos posteriores aos da construção do século XVI, as muitas e caóticas construções de que o mosteiro se compôs.

“Mais fara o sobre dito empreiteiro as paredes ao redor da crasta ficando as ruas na largura das duas braças como dito he as quaes paredes sobirão ate altura dos tardoze dos ditos arcos ... ficando de vam antre parede tres braças toda a roda polo modo e ordenança que vay nos ditos debuxos nas quaes quadras que sam tres se faram as ofeçinas altas e bayxas polo modo e hordenança que no dito debuxo vai repartido na maneira segynte”³⁰⁵”

O pequeno extracto do texto original dá a ideia da forma como foi pensada a disposição das várias dependências de apoio à vida terrena. As alas eram três, fechando a quadra como dissemos o corpo da igreja. A forma de construir, de risco muito elementar, deveria ser entendida por qualquer pedreiro minimamente entendido: um “U” feito por duas paredes separadas por três braças (6,46m)³⁰⁶ que subiam à altura das aduelas dos arcos. Este intervalo seria posteriormente dividido em espaços segundo as necessidades. No interior do “U” delimitava-se uma área paralela às três faces, completada por outra igual na empena da igreja, com a largura de duas braças (3,64m, aproximadamente 4m se arredondarmos³⁰⁷, os mesmos no entender de Félix Ramos).

O que se segue no dito fragmento do texto é a portaria que deixámos para mais tarde por nela se levantarem alguns problemas em termos de estilo arquitectónico.

Dado que estamos a tratar de uma instituição desaparecida antes que dela ficasse qualquer registo, continuaremos o estudo da sua orgânica interna com a principal preocupação de fazer referência ao espaço construído como ele se teria apresentado, objectivo primeiro deste nosso trabalho. No entanto, como a ideia de espaço monástico se completa no simbólico, iremos estabelecendo o paralelismo entre ambos à medida que formos percorrendo as várias dependências numa intenção preferencialmente arquitectónica. Poderá parecer menos ortodoxa esta leitura, mas talvez mais prática para o fim em vista que é o de estabelecer a distribuição de espaços deste mosteiro e não de um outro qualquer.

³⁰⁵ ALVES, Artur Mota, o.c., p.360.

³⁰⁶ 1 braça = 1,82m. *Pesos e Medidas*, in Dicionário de História de Portugal, vol. V, p.68.

³⁰⁷ Provavelmente terá sido esse o método.

- As Oficinas³⁰⁸

Na fachada poente além da dita portaria encontraríamos “*logo mais avante*” o celeiro e adega, tudo num compartimento só, com 6 braças (10,92m), depois a casa da procuração (2braças=3,64m) e a casa da lenha com 2,5braças (4,55m). Na planta que apresentámos, fizemos uma pequena alteração ditada pela lógica: trocámos as posições da casa da procuração e da casa da lenha, porque o mosteiro possuía vastos domínios e a sua administração exigia frequentes contactos entre os procuradores e a abadessa. A entrada no cenóbio só era permitida em casos especiais e autorizados pelo bispo e, no caso de elementos do sexo masculino, mesmo trabalhadores, um sino tocava a recolher quando eles transpunham a ombreira da clausura. Assim, seria mais prático que os problemas administrativos se tratassem junto da portaria onde se dispusesse de uma grade, que surge na documentação como a “grade principal do mosteiro”. A menos que a grade em questão fosse a do Coro Baixo, mas documentação administrativa dos meados do século XIX (prazos e procurações) revelam que estes assuntos se tratavam na “Grade da galeria do Coro” e galeria indicia sobrepiso! Outro documento fala numa a “Caza do lucatorio” onde “... da banda de dentro da dita grade em capitulo e capitulo fazendo a elle chamadas por som de campã tangida segundo o tem de seu bom uso e antigo custhume.”³⁰⁹ ...” Afinal onde seria o local de tratamento dos negócios?

A localização da casa da lenha levantou-nos outro problema: em certo momento se diz ser necessário abrir outra fresta (tinha uma no projecto inicial), por ter ficado escura devido à “cerca que se fez daquele lado do pátio da portaria”. Logo, estava mais próxima desta do que da cozinha, logo a seguir na descrição. Aquela parede levantada posteriormente seria talvez o fecho da cerca que rodeava o mosteiro.

1. A cozinha

Antes de dobrar o ângulo para leste, encontrava-se a cozinha com 3,5braças (6,37m), cuja chaminé de 15X8 palmos (2,85mX1,52m) foi executada numa pedra “que se não gaste com o fogo”, mas já em 1535³¹⁰. Esta dependência, além do fogão a lenha e banca de pedra, albergava o necessário para a preparação dos alimentos. Em 1757, eis do que constava o conteúdo dos armários e gavetas: “*aventais secenta, mangas seis pares, duas toalhas de limpar o estanho, dois panos grandes de cobrir o peixe, trinta e dois pratos de estanho piquenos e dois grandes, duas duzias dos brancos, duas tigelas de Mostarda com suas colheres. Coatro tigelas de cobre, e*

³⁰⁸ Termo que, na descrição do projecto do século XVI, designava todas as dependências do Mosteiro.

³⁰⁹ ADP, *Titulos das Cazes, Quintal e Águas que este Mosteiro tem no sitio da Neta* (4700), ff.59/60.

³¹⁰ ALVES, Artur Mota, *o. c.*, p.367.

*coatro espetos. Lousa (sic) sento e trinta panelas e testos, e hûm sento de colheres. Cantaros hua duzia fora o do Arrôs, pratos vidrados dezaceis, alguidares catorze. Facas seis hûm pote grande outro piqueno sete caldeiroens que deu hûm grande a Senhora Antonia dos serafins do seu dinheiro pera a ordem*³¹¹».

Antes de continuarmos, vale ainda a pena lançar uma vista de olhos à dieta beneditina. As religiosas do Porto alimentavam-se bem, de forma saudável e variada. As imensas propriedades forneciam cereais, azeite, animais (galinácios, carneiros, etc.) e ovos, não sendo de admirar que as especialidades monásticas mais apreciadas tenham este ingrediente em elevado número. As rendas e foros eram muitas vezes remidos em géneros e os ovos entravam no mosteiro em grandes quantidades e como não havia frigorífico faziam-se doces³¹². Nas ocasiões especiais, como Natal, Páscoa, em que se pagava às pessoas da obrigação (padres, médicos, procuradores, advogados e outros), compravam-se aqueles géneros em doses industriais, juntamente com açúcar, nozes e amêndoas. No século XIX, as especialidades culinárias, tanto doçaria, como os cozinhados para as festas e abadessados, eram encomendados; pelo menos constam verbas a pagar àqueles e àquelas que faziam os assados e a pastelaria: “...paguei ao pasteleiro pelos assados e covilhetes da função das filhozes 4 560 réis”, assim como “... a padeira dos viscoitos que se costumam a dar pelo Natal”. A título de exemplo, transcrevemos aqui as quantidades e despesas necessárias para fazer os presentes para a Festa do Patriarca: “5 arrobas de amêndoa e “mais miudezas” - 16 310 réis; 6 alqueires de trigo e carroto da farinha – 6 200 réis; 600 ovos – 3 900 réis, 6 arrobas de açúcar – 23 040 réis; “vários” – 517 970.”³¹³

No quotidiano, o mosteiro abastecia-se de peixe, às dúzias: pescadas, robalos, sáveis, congros, lampreias (estas vinham de Crestuma, no Douro), bacalhau em quintais. Além das galinhas e porcos que criavam, abatiam carneiros e bovinos em matadouro próprio (dentro do mosteiro). A fruta vinha da Régua, assim como o vinho que vinha de barco em tonéis, e as laranjas de Braga. O queijo era “Ravaçal” e alentejano. Em contrapartida, vendiam do seu celeiro o excedente de cereais, milho e trigo.

³¹¹ BNL, *Rol da Cozinha* (8425). Esta lista heterogénea de artefactos caseiros é o que cobre as folhas deste códice. Sempre que saía uma equipe do serviço da cozinha deixava este rol para que a nova soubesse o que lá se deixava. Curiosamente é sempre igual. Também não admira, porque o material não se partia nem gastava, era tudo metálico.

³¹² Parece que o mais famoso doce das beneditinas do Porto foi o Toucinho de Céu. BESSA, Alberto, *Guloseimas d’Outros Tempos*, in *O Tripeiro*, Agosto, Porto, 1913, pp.566/567. Uma publicação recente sobre a Doçaria Conventual do Norte que pretende ser um repositório das gulodices monásticas, não atribui ao mosteiro de São Bento de Avé Maria tal especialidade, conferindo-lhe sim a paternidade de outras. Também é certo que o autor não refere qualquer base bibliográfica! Fica a curiosidade. SARAMAGO, Alfredo, *Doçaria Conventual do Norte*, Sintra, 1997, pp.51/53.

³¹³ ADP, *Livro de Contas* (4720).

A cozinha sofreu reparos durante o governo de Violante Botelho, que de resto não terá deixado recanto algum por alterar. Como atrás dissemos, a casa parece ter-lhe parecido demasiado acanhada.

À medida que caminhássemos para norte, o pavimento ir-se-ia afundando, de forma que neste momento estaríamos já quase abaixo do piso exterior da rua de Carros. Esta face poente deve ter sido a que mais modificações sofreu, não só no rés-do-chão, como no primeiro andar. A área entre o edifício construído no século XVI e o muro da cerca terá sido preenchida com o decorrer dos anos, até ao aspecto do pano contínuo que apresentou nos finais do século XIX (antes da primeira “machadada” ocorrida em 1887). O corte executado pela Câmara deixou à vista alguns pormenores que permitiram um vislumbre a apoiar esta nossa teoria. Ficou expressa a existência de um amplo corredor, ao nível do rés-do-chão, paralelo à fachada que desembocava num pátio, talvez porticado (que separava os dois corpos, o primitivo e o posterior?), duas escadas, uma delas monumental a avaliar pelo desenho sumário que mereceu do técnico camarário³¹⁴ e que enumerámos com I (esquema 3 a). A outra com II (no mesmo esquema), mais simples seria uma circulação directa a um portal existente na parede exterior, registado num desenho do século XVIII, de autor anónimo e que Joaquim Vila Nova viu sob um lampião, fazendo companhia a uma guarita policial. Também poderia ser a serventia rápida de que dispunha a abadessa, cujos aposentos se situavam sobre a portaria (segundo Félix Ramos). Este corredor foi entaipado com o muro que tapou a primeira amputação da frontaria do Mosteiro. O registo fotográfico das comemorações do 5º Centenário do Infante, em 1894³¹⁵ já lá o encontrou naturalmente (Fig.153 anexos).

Com respeito à referida escada monumental (a número I, onde terá estado o cruzeiro de pedra, actualmente no Prado do Repouso³¹⁶) e após a observação de certos registos fotográficos, consideramos que esteve inserida num amplo espaço (talvez porticado).

2.Os dormitórios e o noviciado

Sobre o piso inferior poente, que acabámos de referir construiu-se o primeiro dormitório que, dobrando para nascente, ocupou também toda a ala norte. Eram espaços amplos, que por estes tempos seguiam tudo quanto dizia a Regra em matéria de comum. Nada nos indica qual a lotação de cada dormitório, já que o capítulo XXII da Regra estabelece o número máximo entre 10 e 20 monges (e monjas naturalmente), mas pensámos ter sido excedido largamente.

³¹⁴ AHMP, *Livro das Expropriações: Propriedade Imobiliária*, n.º5475, fl.383/395 a

³¹⁵ Este “acidente” está patenteado na respectiva fotografia, de Emilio Biel.

³¹⁶ PASSOS, Carlos, *Guia Histórica e Artística do Porto*, Porto, 1935, p. 96.

“os leitos e mais ornatos d’elles, era uma tosca barra, com um xargão de palha e umas grossas cobertas; excepto as doentes e edosas ás quaes se permitia tivessem colchão e lençoes. As cadeiras de damasco ou veludo, as almofadas e alcatifas de seda..... era um pobre tanho de palha...”. Esta transcrição, que fez Lino de Assumpção³¹⁷, tem um certo tom lírico, como tem quase toda a narrativa de onde foi retirado³¹⁸. Segundo o contrato de carpintaria, os catres *“levadiços”*, em número de 80, ou mais se coubessem, (para os dois lanços do dormitório, 40 em cada para um conjunto de 50 religiosas?), colocados em filas com cabeceiras à parede, eram de boa madeira para durar, mas sem ornamentos, além de *“suas maçanetas em cima prumos”*³¹⁹ e as cabeceiras, mais altas 1,5 palmos, tinham as dimensões de 9 X 5 palmos (1,71X0,95)³²⁰ e distavam entre si de 3,5 palmos (0,665cm). Seriam depois providos do indispensável e preconizado pela Regra. No entanto, para um clima rigoroso como o da cidade do Porto e em paredes erguidas em solo tão pouco propício, por muito húmido, esse indispensável deve ter sido o tormento da quase indigência. Foram vários os casos em que para algumas pobres monjas se impuseram lugares insalubres para viver (Santa Clara-a-Velha de Coimbra e São Bento de Viana). Talvez fosse uma forma original de expiação dos pecados delas ou de quem as lá encerrava!

O chão era soalhado de madeira de castanho (tratava-se de um andar sobradado), espécie vegetal abundante por esses tempos, habitualmente utilizada para trabalhos que se pretendiam de qualidade e resistentes ao tempo. Quase toda a obra de carpintaria foi executada nesta madeira, mesmo o tosco, em contraste com a que foi usada depois do incêndio dos finais de 700, que reflecte já outras concepções estéticas.

São Bento mandava também que o abade dormisse com a comunidade e porque o projecto nada adiante a favor ou contra, colocámos a Casa da Prelada no esquema 2 com o número 5, por cima da portaria, dado se tratar de uma comunidade feminina que pela sua natureza, requeria algumas adaptações da Regra (como referimos já), sendo uma delas a vigilância apertada do rebanho. Além disso, os abades e priores, devido à sua condição, tinham autorização canónica para possuir habitações à parte, dentro do espaço comum do dormitório.

Com o decorrer dos tempos, a área dos dormitórios deve ter-se ampliado para poente e do lado norte, além de um alargamento das celas, optou-se por fazer outro em altura, sobrepondo ao piso

³¹⁷ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.161.

³¹⁸ BNL, *Códice 8395*, fl.15vº.

³¹⁹ BRANDÃO, Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, séculos XV/XVII*, Porto, 1984, p.27.

³²⁰ 1 palmo = 0,19cm, *Pesos e Medidas*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p.68.

do sobreclaustro um outro. Terá sido responsável por esta primeira vaga de beneficiações Violante Botelho, de que já falámos por causa do claustro. Abadessa entre 1617/1619 e 1626/29 deve ter entrado em frenética actividade logo no início do primeiro triénio, aproveitando verbas do rei espanhol, porque a Provisão Régia respectiva tem data de 25 de Novembro de 1616, um ano antes do princípio do primeiro triénio da referida senhora. A cronista deve ter-se enganado na paternidade dos trabalhos (o que não seria raro) pois naquela data estava ao leme Brites Ferraz, a primeira abadessa trienal. Como já referimos, a satisfação dos pedidos de dinheiro obedecia a tramites de investigação, de resto expressos no documento (nº1, em anexo), para evitar abusos; e se hoje os subsídios levam tempo a ser concedidos, naqueles tempos o que seria!

Segundo Félix Ramos, o dormitório beneficiado seria o do sobreclaustro do lado norte. Pensámos que cresceu em largura, projectando-se para a muralha, sustentando-se numa arcaria longitudinal que acompanha a face norte no esquema 3 a), assinalado com as letras DD', mas uns tempos mais tarde. Durante esta prelazia, apenas se terá procedido à divisão em espaços individuais pela razão de que as celas permaneceram contíguas e todas voltadas para a muralha, servidas por um sinistro corredor que, percorrendo toda a sua extensão, tinha como foco de iluminação uma única janela que deitava sobre o pomar (esquema 4). Nestas obras andou um carpinteiro de nome Pero António³²¹. A obra ter-se-á completado com Maria da Conceição Azevedo (1681/84).

Não havia quaisquer corredores transversais que deixassem entrar a luz do dia e separassem blocos de celas, como noutras edificações, nomeadamente Lorvão e Serra do Pilar. Parece então que este conjunto de celas, tais como as do lado poente, teriam sido as herdeiras dos dormitórios colectivos, primitivos, crescendo, no século imediato, para o exterior.

Falemos então das celas fronteiras à rua de Carros na sequência daquilo que julgámos ter sido a ampliação por sobre uma área que no projecto primitivo fazia parte da cerca e que circundava o mosteiro, separado do mundo por muro alto. Esse espaço terá sido posteriormente ocupado pelas várias oficinas, incluindo as refinarias de açúcar³²², contíguas à cozinha ou cozinhas que se adivinhavam pelas incontáveis chaminés que pontuavam por cima dos telhados do lado poente. No andar de cima, o dormitório estendeu-se para a rua e as janelas permitiram o espraiair da vista sobre a rua dos Carros, sempre veladas por rótulas que substituíram as portadas e fortes grades a substituírem outras idênticas.

³²¹ BNL, *Códice* 8395, fl. 15v.º

³²² "... torrefacção do assucar em grandes officinas interiores e centraes..." MIRANDA, Ana Paula, *o.c.* pp.305/306.

O curioso destas acomodações, poente e norte (o espaço dos primitivos dormitórios), é o sub-andar de minúsculos cubículos (a que corresponderiam no primeiro caso, as pequenas aberturas patenteadas na parede, do lado da rua de Carros, de forma mais ou menos uniforme) que constituíam os quartos das criadas. Cada freira tinha assim à mão a respectiva serviçal que habitava “*aposentos inferiores, escuros e abafados*”, aos quais acedia mediante uns quantos degraus, sete, por um alçapão praticado no soalho da cela da sua “dona”. Esta denominação é propriamente aplicada, porquanto as criadas das madres, a partir do momento em que entravam com elas na clausura, passavam a ser conhecidas e chamadas pelos apelidos das senhoras ou pelo topónimo das suas terras de origem. Por outro, lado estas mulheres ou raparigas estavam em tudo sujeitas às regras do mosteiro, com excepção do véu. Não podiam em caso algum abandonar a clausura, sob pena de não entrarem de novo³²³. Mesmo que a saída se intentasse para ir a outra igreja, ficavam excomungadas. Às religiosas que tomassem criadas com autorização de Breves pontifícios era interdito cedê-las a outras religiosas, sob pena de excomunhão³²⁴.

Cada uma das celas tinha dimensões aproximadas aos quartos dos apartamentos de hoje (2,89mX2,60m), apenas a altura (4,0m) deixa entrever que derivaram dos dormitórios comuns divididos em pequenas áreas. Os tectos eram em castanho (resquícios da obra primeva), apainelados, e os socos de azulejo “*de cores vivíssimas e variados desenhos*”. Na parede havia armários embutidos, de “*madeira de fora e uma cantoneira*”. As portas, no dizer de Félix Ramos eram “*liliputianas*” e só transpostas de joelhos ou “*dobrado em três*” (1,70mX0,70m). Félix Ramos talvez fosse um homem bastante alto porquanto as medidas embora pouco avantajadas seriam praticáveis para pessoas de raça mediterrânica³²⁵.

A comunidade que ocupou o mosteiro em 1535 ou 1536 era composta por religiosas com véu. D.João III permitiu-lhes então a admissão de noviças, revogando a ordem em contrário dada para os seus cenóbios de origem. Curiosamente, o projecto não contempla qualquer espaço destinado à preparação dos novos elementos. Só sabemos dessa existência pela “*sala do noviciado, rectângulo de 11,80m por 5,30m*” que, segundo o cronista do século XIX, não tinha nada de notável. Distinguia-se das outras “*em ser allumiada por duas janellas sem grades que deitam para o coração da villa...*”. A modernidade deste aposento estava então patente pelas janelas sem grades. Possuía, no dizer do Arquivo do Ministério das Finanças, um altar, a que foram atribuídas, naquele inventário o nº23, com uma imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, duas imagens de São Bento e umas quantas miudezas e alfaia. Este é o único altar de pudemos captar registo

³²³ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap. Setimo.

³²⁴ Idem, *Ibidem*.

³²⁵ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.* p.223.

fotográfico. Um documento de 1829 confirma também que ainda havia candidatas à renovação da ordem, no Porto: "... actualmente vivem nelle (mosteiro) 138 Religiozas profeças e 14 noviças, que nelle tomarão o Habito antes da proibição de S.Magestade Fidelissima³²⁶."

Quanto ao dormitório das jovens aspirantes, pensámos ser aquele que é chamado de "velho" e que topograficamente lhe estaria adjacente. Esta sequência de celas era servida "por um corredor de 44,0m de comprimento e 1,20m de largo" que as repartia em duas fiadas de 11, uma para o pomar com "uma apparencia de commodidade relativa, toleravel", a outra voltada para a villa "era tudo o que há de mais immundo e repugnante."³²⁷ Este estado de coisas talvez se devesse ao desactivar do noviciado após 1834, ficando esta ala ao abandono. Em termos decorativos, deveria ser riquíssimo porque: "Abundam aqui os azulejos como num mostruario, como n'um museu da ceramica de todos os tempos. É o seu único adorno. Alguns conservam ainda a viveza do colorido cujo segredo se perdeu, outros tem um desenho tão typico, tão original, que podem considerar-se verdadeiras raridades".³²⁸

Não temos qualquer documentação que corrobore a atribuição deste dormitório àquelas destinatárias, nem tão pouco a sua posição relativa. Apenas sabemos da necessidade que se impunha de afastar as duas comunidades (as professoras e as noviças). A ser verdade, dataria já de tempos muito recentes e não seria por isso o mais velho, até porque ao contrário dos das alas poente e norte com acesso pelo claustro (a funcionar de corredor ao ar livre) como nos primitivos cenóbios, contava já com acesso central, coisa que se verificou nos tempos modernos³²⁹.

As noviças tinham idade igual ou superior a 16 anos (a idade legal) e viviam os doze meses e um dia de preparação³³⁰ (tal como preconizavam as directivas tridentinas), apartadas de tudo o que as distraísse no mundo e que as sugestionasse ao claustro. O contacto com o século era feito por intermédio da família, de quem recebiam uma visita mensal³³¹. O dote era pago antes da Profissão (variavam de 600 000 réis a 2 000 000 réis em finais do século XVIII)³³², assim como o custo das celas. Quando em 1834 o governo liberal fechou os noviciados, já os problemas na clausura iam

³²⁶ BNL, *Códice 8414*, s/f.

³²⁷ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.224.

³²⁸ *Idem, Ibidem.*

³²⁹ BORGES, Nelson Correia, *Arte Monástica em Lervão*, Coimbra, pp.483/490.

³³⁰ Ao noviço era-lhe concedido a prorrogação do prazo por mais seis meses, caso se verificasse preparação defeituosa. Findo este tempo, ou professava ou, se se mantivesse a não conformidade, saía. De resto, segundo o Directório, cap.sete, não era permitida a permanência na clausura a elementos com mais de vinte e cinco anos no estado civil.

³³¹ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p. 223.

³³² ADP, *Livro de Contas(4720)*. BNL, *Códice 8407*.

adiantados. Em 1820, a situação financeira era grave, devido às contribuições de guerra pagas desde as invasões francesas e aos atrasos no pagamento das rendas. Pediram à coroa autorização para receber o dote de 25 noviças, autorização que lhes foi concedida, mas que no reinado de D.Maria II ainda se não efectivara. As monjas do imponente mosteiro de Avé Maria recolheram às suas celas prontas a morrer à mingua sob bens avaliados 266 366\$077³³³!

O tempo de noviciado era passado na aprendizagem do Ofício Divino, Hinos, Salmos, Horas Canónicas e a Regra, que tinham de decorar capítulo a capítulo assim como deveriam saber os cerimoniais. Todos os actos conventuais que o convento fazia fora do Coro faziam as noviças com a sua Mestra: Capítulo, Vésperas e Completas de Nossa Senhora e Defunctis. Exercitavam também todos os cargos e funções conventuais como: leitor, hebdomadário, arquicoro, etc. Após as Vésperas, faziam meditação e exercícios de Canto-Chão.³³⁴

O chamado dormitório “novo” podia também ter sido o que serviu o noviciado. A posição era a mais afastada do conjunto construído, ocupando a ala que se estendia pela cerca, do lado norte. Tinha dois pisos, que dois corredores centrais, com 95,0m de comprimento, dividiam em fiadas de 13 celas (ao todo 52). Dizemos que poderia ter sido, porque esta ala tinha uma capela, provavelmente no andar superior, a que se acedia também por uma escada exterior, registada nas plantas topográficas da época (esquema 3a , V). Ficava um pouco mais distante da sala do noviciado, logo a seguir à enfermaria e esteve alugado ao Asilo Profissional, do Terço até que teve ordem de despejo ao iniciarem-se os trabalhos do túnel ferroviário. Da sua descrição registámos o seguinte: “... *cellas amplas, quasi elegantes, com boas vistas de largo horizonte profano. N'esta dependencia do convento só há tres coisas dignas de menção: a botica, a cella 21 e a capella.*”³³⁵. Da botica ocupar-nos-emos em devido tempo (havia duas) e da capela não temos quaisquer informações, mas voltaremos a falar dela mais tarde. A cela 21, ocupada por uma secular que foi a última cronista do Mosteiro, mas cujos registos se perderam em alguma gaveta não monástica, deveria ter sido notável pelo lambril de azulejo que ostentou: “8 *panneaux d'azulejo representando os episodios da vida aventureira de Jacob. São muito semelhantes, e talvez da mesma escola, dos*

³³³ MIRANDA, Ana Paula, *o. c.*, p.299.

³³⁴ *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca S.Bento do Reyno de Portugal*, Coimbra, 1647, p.183.

³³⁵ MIRANDA, Ana Paula, *o. c.*, p.225.

que ornem o claustro da Sé do Porto.³³⁶ Ora isto remete a sua fábrica para a primeira metade do século XVIII; no entanto o silêncio documental é absoluto³³⁷.

O quinto e último dormitório, mais propriamente conjunto de celas porque nasceu já com essa estrutura, é o que se estendia ao longo da muralha, do lado norte, ao nível de um terceiro piso, cujo piso térreo estava praticamente abaixo do chão, desnivelado relativamente ao do lado sul. Aquela enorme massa erguia-se sobre o telhado do primitivo dormitório, a norte.

Este complexo habitacional merece destaque e para isso recorreremos às palavras do cronista camarário: "... servido por outro corredor de igual cumprimento (do piso inferior), mas de metade da altura (o de baixo tinha 8,0m de alto e 75,80mX3,0m) e 2,20m de largo, fica o dormitório que contém 38 cellas, 19 por lado, distinguindo-se das outras e, serem mais desafogadas de vistas e de luz, pois tem 4,0m por 4,0m." Para ilustrar de forma completa e sem mais comentários continuámos a citar a testemunha ocular: "O cunho moderno d'estas cellas é-lhes dado pelo papel que forma as paredes d'algumas, e pelos frescos que decoram as paredes e tectos d'outras. No número das últimas é digna de ver-se pelos anachronismos e pelas linhas geraes do contorno, a que foi ocupada por D.Cecília Paiva.

A sua decoração compõe-se de 8 panneaux, que sobem quasi à meia altura, representam scenas bucolicas, fliroanescas, às turras com os mais sisudos episódios bíblicos: um S.João (Agnus Dei segundo a legenda) de bochechas avinagradas, e de nudez muito crua, em frente de uma Diana caçadora de balão de crinoline chapéu à tiroleza; uma zagala de botina de tacão alto, mugindo um animal d'especie duvidosa, em frente d'um S.Bento que, de pejo, deixou cair o baculo, a mitra e o queixo; um Santo Antão de barbas graves e olhar sombrio pedindo a Deus que o despene da sua posição de equilibrista pateado..³³⁸.". Hoje, se pudéssemos observar tal representação cénica, talvez esta leitura não fosse tão mordaz, tão típica de Camilo.

Se a paternidade desta obra for da lavra de Vitória Maria da Cunha (1697/1708), não admira que a autora tenha gerado fortes controvérsias dentro da comunidade, a ponto de ser obrigada a resignar: "... fez o insigne dormitorio com espaçosa largura e celas tão fermozas como alegres, mais alargou e compos os dormitorios antigos de tal sorte, que com sua industria e arte ficou hum

³³⁶ Idem, *Ibidem*, p.226.

³³⁷ Os referidos painéis da Sé, cuja temática é o "Cântico dos Cânticos", vieram de Lisboa, da Madragoa, na primeira metade do século XVIII e eram da autoria de Valentim de Almeida. GONÇALVES, Flávio, *A Data e o Autor dos Azulejos do Claustro da Sé do Porto*, in Revista da Faculdade de Letras (História), Porto, 1987, p.262.

³³⁸ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.223.

novo Mosteiro³³⁹. Parece então que a ampliação que tornou necessária a construção da arcaria DD' (esquema 3 a) pode ter tido aqui a sua origem.

Algumas curiosidades para encerrar este assunto: estas “celas”, além da respectiva fechadura, tinham um ferrolho que abria por dentro e por fora e outro que apenas funcionava por dentro. “*Este último não é o de menor consistência, nem o mais oxidado!*” As habitações das monjas denominavam-se de forma curiosa: escura, comprida, do Mirante, cela do dormitório estreito, cela defronte da porta nova, etc. Finalmente, uma originalidade: no mosteiro, o tempo era o da vida e o ritmo a que se processava, o das horas canónicas. No entanto, para que elas se cumprissem era preciso mais que um galo (e devia haver bastantes). O despertador monacal eram as “*mossas de despertar*” em número de três pelos meados do século XIX embora o mosteiro possuísse um relógio, por sinal uma bonita peça de caixa alta ou de escada.³⁴⁰

No ângulo norte/poente, ou seja o ponto de encontro dos antigos dormitórios, ficava “*o tronco, cella estreita (3,0mX3,0m) humida, sem ar, e sem mais luz que a que escassamente lhe cõa uma minuscula claraboia, e ornado apenas por um retabulo, já viúvo da respectiva imagem*”. Não parecia ao autor dos artigos de “A Província” que fosse ali o local das correcções. A nós também não, pois não passaria aparentemente (até pelas dimensões) de mais uma cela³⁴¹.

3. O tronco e o refeitório

Retomemos o “giro” no ponto em que ficámos no rés-do-chão, no ângulo poente/norte; era aqui o local propício para o tronco: “*Na parte posterior do refeitório, quasi subterraneo e em sitio isolado, há um aposento talhado de molde para aquelle fim. A penitente pode gritar que ninguem a ouve, pode agitar-se que ninguem a vê, pode até morrer e apodrecer á vontade que ninguem lhe sentirá o cheiro*”³⁴². Uma nota parece tornar óbvio que era aqui, e não no piso superior que se encontrava o tronco, porquanto se diz ter sido enterrada à porta do “*carsere*”, em 1667, Catarina de “*Siebra*”³⁴³.

³³⁹ BNL, *Códice 8395*, fl.45vº.

³⁴⁰ Deste relógio apresentamos a fotografia possível, gentilmente cedida pelo MNAA, dos seus arquivos, já que esta peça se encontra na Embaixada de Portugal em Madrid! A caixa é de madeira de xarão, com embutidos provavelmente do século XVIII/XIX.

³⁴¹ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.224/225.

³⁴² Idem, *Ibidem.*, p. 225.

³⁴³ BNL, *Códice 8395*, fl.166.

Encontraríamos, ao virar em direcção a leste, no correr da ala norte do claustro, paralelo a ele e oposto à Igreja, o refeitório³⁴⁴, que em finais de 800 tinha 29,83mX6,30m, começando por 14 braças (25,48m), em 1518. Precedendo-o, havia a casa da ministra, com pouco menos de 3m (1,5 braças). Parece ter sido uma espécie de copa, provida de janela; quando todos os monges entravam no refeitório, o pão havia já sido distribuído pelo refeitoreiro (um quarto de hora antes de tanger o sino) e os servidores, munidos de aventais, aguardavam a ordem do abade para começarem a servir “a partir da ministra, onde colocavam as tábuas para pôr os pratos, e informando o dispenseiro de quem estava presente e de quem faltava, em cada mesa”.³⁴⁵ Os primeiros a ser servidos eram o abade e o mestre dos noviços.

Esta dependência deve ter sido sempre lúgubre, mas ficou perfeitamente sinistra com o aumento do piso superior sobre a arcaria. Inicialmente projectada para levar cinco frestas de volta redonda com 2 X6palmos (0,38mX1,14m), voltadas para o claustro, acabou por receber posteriormente outras cinco do lado oposto, gradeadas, colocadas todas a 1,52m do chão. Tinha onze mesas de noqueira (0,66mX2,66m) com pés de castanho, cinco de cada lado e uma no topo (0,66mX3,8m). A sua colocação, tradicionalmente um “U”, teria de sujeitar-se neste caso aos intervalos das janelas. A encomenda especificava “iguais às do convento de São Francisco de Évora”, com 4,5palmos de alto (0,85m). No perímetro da parede, corriam os bancos em forma de escabelos, de castanho e forrados até baixo com uma pequena “descada”, tal como os de Évora, e encostos de 6 palmos(1,14m)³⁴⁶. Não existia púlpito de leituras (cap.XXXVIII). A Bíblia (que se não lia à ceia), as Crónicas da Ordem e o Floz Sanctorum eram lidos numa estante com assento e “movediça”, colocada “no meo da rua damtre as mezas”³⁴⁷. As monjas entravam e saíam do refeitório, aos pares, em absoluto silêncio e ordenadas por antiguidade, com as juniores à frente³⁴⁸.

Nos finais do século XIX as dimensões do refeitório não diferiam muito, mas possuía doze janelas gradeadas (seis de cada lado) em lugar das dez. As paredes estavam adornadas por três retábulos vazios e a estante fora substituída por um palanque, de que restavam os degraus. Talvez ali tenha estado uma Ceia, que foi depois capa de revista e propriedade de uma casa de leilões portuense³⁴⁹, e na porta um lavabo para as abluções. Suportes em pedra muito gasta

³⁴⁴ No caso das comunidades cistercienses, o refeitório é sempre oposto à Igreja e perpendicular ao claustro. Por vezes observa-se a ausência deste princípio quando a instalação dos monges ou monjas brancos é herança de beneditinos ou agostinhos. BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, p. 631.

³⁴⁵ *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros*....., p.208.

³⁴⁶ BRANDÃO, Domingos Pinho, *o.c.*, p. 28.

³⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 29.

³⁴⁸ BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, p.631.

³⁴⁹ Capa de “O Tripeiro”, V série, ano VIII, nº12, Abril, Porto, 1953

evidenciavam a existência de 31 mesas (14 de cada lado e três no topo), que a data de 1630 atestava não serem da fábrica inicial. Por este tempo, foram abadessas, sucessivamente, Branca da Silva(1629/32) e Ana de Ataíde (1632/35), imãs de sangue, mas é a esta última que se atribui a remodelação do refeitório, porque “a limpeza temporal simboliza a espiritual”³⁵⁰. Inclusivamente, tinha uma lavadeira em exclusividade. Décadas mais tarde, no governo de Filipa Pereira (1685/87), o chão recebeu soalho. Estranha era a data gravada no sino (1620), porquanto a única notícia deste artefacto, consta do triénio de Maria da Conceição Azevedo (1688/91)³⁵¹. Este sino tangeu às refeições comuns, pelo menos à Sexta e à Noa (cap.XLI), até às Invasões Francesas, quando cada monja e cada secular se recolheram às suas celas, preparando ali mesmo, em cozinhas privadas (improvisadas?), os seus alimentos. Esta necessidade excepcional e ocasional transformou-se em hábito. O sino do refeitório passou a fazer ouvir a sua voz aos sábados, chamando as coristas e as criadas ao pagamento da féria semanal³⁵².

4. A padaria

A imediatamente a seguir ao refeitório, localizava-se a padaria, com 3,64m. Pensamos que antes de virar para sul, havia aqui a passagem para a “orta” e para a enfermaria. Assim, contíguo à casa onde se fazia o pão, terá existido um vão, onde se localizaram as “necessarias”, e a escada para o piso superior (esquemas 1 e 2). Em 5 de Setembro de 1528, pagou-se a Bastião Gonçalves, carpinteiro “por fazer as necessarias e varandas dellas e cadeiras.”³⁵³; havia-as em baixo e em cima. Um cano que partia da cozinha levava para “... a coranteza das aguas que vierem a dita casa.”³⁵⁴. Curiosamente, nos finais do século XIX não constava em lugar algum do complexo tais dependências. O incêndio que deflagrou na casa do forno, em 1663, durante o primeiro triénio de Maria de Castilho, levando à reconstrução total desta área (o fogo alastrou para o andar de cima), pode ser a explicação do desaparecimento das “necessárias”³⁵⁵. Uma escada de pedra, “que vay pera a enfermaria da feiçom das da crasta que vay pera as varandas” feita por António Afonso, em 1529, e na qual foi colocada uma grade com 3 arrobas e 4 arráteis (quase 35kg aos pesos de então³⁵⁶), conduzia ao piso superior de uma ala que se estendia para fora dos limites do claustro, onde se instalou a enfermaria.

³⁵⁰ BNL, *Códice 8395*, fl.21.

³⁵¹ BNL, *Códice 8424*.

³⁵² MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.214.

³⁵³ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.170vº.

³⁵⁴ ALVES, Artur Mota, *o.c.* p.368.

³⁵⁵ Este sinistro foi bastante grave e deve ter-se propagado também à rouparia, porque arderam roupas e linhos. Inclusivamente, houve feridos entre os homens chamados para o apagar. BNL, *Códice 8424*, ff. 138/138vº.

³⁵⁶ Uma arroba=11kg e larrátel=0,340kg, in *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, p.68.

5. A enfermaria

A Regra no cap. XXXVI pedia localização geográfica isolada, exposição ao sol (o melhor desinfectante de todos os tempos) e simultaneamente abrigo contra as intempéries. Foram verdadeiros hospitais, completamente autónomos, como nos mostra a planta de Saint Gall onde esta dependência, de paredes meias com o noviciado, forma com ele um bloco na cerca do lado nascente.

A enfermaria do mosteiro de São Bento das Freiras do Porto estendia-se de poente para nascente, no enfiamento da ala norte *“logo mais avante saindo da dita quadra entrando pera orta.”*³⁵⁷, com 8,5 braças (15,47m). Era iluminada por uma janela de topo, sobre o pomar (cerca), idêntica às do dormitório, janela essa que deve ter perdido tal função no momento em que foi acrescentado o dormitório “novo”, mas no século XVII levou duas, provavelmente voltadas para a muralha. Possuía uma chaminé de 1,33mX0,66m, embutida na parede, e estava separada do dormitório por um corredor e pelas “necessárias” (um cubículo de 2,28m de altura). A mobília consistia em 10 leitos, 5 de cada lado e iguais aos da enfermaria de Vilar de Frades, feitos pelo mesmo carpinteiro, Bartolomeu Dias. Pela descrição deveria ser qualquer coisa semelhante ao que ainda hoje podemos vêr no convento de Mafra; pois *“o forramento de cima do leito correrá ate a parede pera que fique o corredor cuberto”*³⁵⁸.

6. As boticas e a sala das convalescentes

Como subsidiárias, já no século XVI a enfermaria tinha a botica e a sala das convalescentes, ambas na ala nascente e no mesmo andar, de iguais dimensões, 3 braças (5,46m). Com o andar dos tempos, o aumento da comunidade exigiu talvez maior espaço para a confecção de mezinhas e poções, porque nos últimos tempos existiu outra. A primeira não foi desactivada, porque nos róis das despesas aparecem muitas vezes verbas de açafrão e de azeite³⁵⁹ para a botica de cima, donde se conclui que a outra era no piso térreo, decerto a já referenciada “na ala nova” (do Asilo do Terço), no dizer de Félix Ramos. A facilidade com que decifrou alguns dos rótulos dos vidros indica claramente um funcionamento não muito remoto. No entanto, para os últimos dias de D. Maria da Glória Dias Guimarães, a última abadessa, requisitaram-se os serviços de um boticário, cuja “factura” encontrámos entre os papéis do AHMF, pedindo a quem de direito (ao Governo) a retribuição pelo seu trabalho (é lógico!). Parece apesar disso que a botica funcionava

³⁵⁷ ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.360.

³⁵⁸ BRANDÃO, Domingos Pinho, *o.c.*, p.28.

³⁵⁹ Estas espécies vegetais tinham funções purgativas.

já num misto de farmácia³⁶⁰. De resto, em 1882/83 era mesmo da farmácia que vinham as drogas³⁶¹

Para gerir o fabrico das drogas, requeria-se naturalmente alguém conhecedor das propriedades medicinais das plantas, muitas delas cultivadas e criadas na horta e jardins do mosteiro. Dos tempos de antanho nada sabemos, mas no início do século passado a responsável pela botica ou boticas foi uma jovem entendida nas artes da farmacopeia, o que corresponderia actualmente a uma licenciada em farmácia. O contrato para a sua admissão indica o cuidado tomado já há quase duzentos anos; com a autorização paterna entrava como secular no mosteiro para exercer o cargo de boticária *“porem esta acceitação somente teria lugar de pois da segunda outorgante (a candidata ao lugar) estar examinada e habil para desempenhar tal ocupação e tendo apresentado a respectiva carta de aprovação..”*³⁶²; mais adiante diz-se que *“fica sendo sua principal obrigação manobrar todos quantos remedios forem precisos, não só para as religiosas do mesmo Mosteiro, mas para todas as mais pessoas a quem este tem por obrigação dar remedios e ainda para as outras existentes no Mosteiro, mas que pagarão”*³⁶³. Ao fim de alguns anos em funções podia tomar hábito, não se dispensando a aprovação da comunidade, ou sair. Neste último caso, a denúncia do contrato deveria ser feita com um ano de antecedência. Dona Jacinta Carolina, a “técnica” em questão abandonou pelos vistos o ofício e casou, segundo nos conta Félix Ramos (essa informação deve tê-la colhido “in loco”). Na botica havia uma chaminé de 0,95mX0,57m praticada na espessura da parede (tal como na enfermaria), indicando que ali se faziam os remédios.

A casa das convalescentes, como o nome expressa, era a fase seguinte à enfermaria e naturalmente ficava-lhe adjacente. Não temos dela qualquer descrição, para além das dimensões referenciadas.

7. A casa do lavor

A casa do lavor fechava o sobreclaustro do lado nascente, paredes meias com a capela-mor da igreja. Esta oficina (nome perfeitamente adequado) tinha 8,5 braças (15,47m), voltada para o pomar, recebia bem cedo a visita do astro rei que encontrava as monjas, após as obrigações do

³⁶⁰ “Linhaça em pó; Sinapismos de Rejollot, Salsaparrilha, Pastilhas de Santonina, Bálsamo d’Abreu, Tintura de Genciana, Nitrato de Potacio, Laranja de nitrato de magnésio. Além de água phenica, soluto de brometo de potássio ,pomada d’iodoformio e belladonna “. São alguns dos produtos receitados e aviados por Bento António Freitas Guimarães. ANTT, AHMF, Processo de Extinção, Cx.2036, Capilha 10.

³⁶¹ Constam nesta data pagamentos ao farmacêutico. BNL, *Códice 8445*, s/fl.

³⁶² ADP, Fundo Notarial, *PO8º, Lv.457*, pp.93/94.

³⁶³ Idem, *Ibidem*.

Coro e do Capítulo, a tecer e a fiar no mais profundo silêncio e “... sentadas a fiar lansavão hum pano no chão para que se acazo o fuзо caise não fizesse hum mínimo estrondo no dormitorio”³⁶⁴. O lema em São Bento de Avé Maria passava então pelo seguinte: “... com muyta diligencia contra a preguisa, ganhando nos seus dosses e teias e gastando na Ygreya com mão muito liberal por cuya causa fica sendo este Convento yardim das sete vertudes e para Deos caza derregalo.”³⁶⁵ Não temos as Constituições Beneditinas para ali procurarmos o conselho, mas a passagem que colhemos das de São Domingos ilustram bem a adaptação do “Labora” preconizado pelo Pratriarca: “Porque ha ociosidade he jmiga da alma, maaym e criador dos peccados ninhuma rreligiosa seia oucijosa mas muym diligentemente se goarde, que afora as oras e os tempos da oracom e do officio diujno. Ou outra occupacam necessarea, todas as freyras com mujto tento jnsistam segundo que for ordenado, e entendam em obras e lauor das mãos, pera o porueyto comuum. Trabaalhem em silencio, e njnhuma sse vaa da casa comum do lauor ssem licenca e necessidade”³⁶⁶.

No mosteiro da Encarnação do Porto, várias das alfaias religiosas e litúrgicas foram executadas pelas mãos das professas ou vasos sagrados foram comprados com o produto desses trabalhos, como rezam as crónicas monásticas, (as obras mais minuciosamente descritas que os de arquitectura foram sendo sumariamente tratadas). O “Directório” advertia as religiosas que trabalhavam sob encomenda externa de que apenas podiam cobrar o tempo gasto³⁶⁷. No entanto, a fama (que do proveito nada sabemos) ficou por conta das criadas que “aproveitavam as raras horas folgadas trabalhando para si, fazendo doce, no que eram emeritas, confeccionando toucas, no que eram celebres...”³⁶⁸. Os tempos entretanto ditaram que tecer e fiar o linho para as toalhas fosse executado fora do mosteiro ou pago às seculares ou recolhidas (apenas indicam que mandavam fazer e que pagavam por isso).

8. A capela dos meninos

Antes de voltarmos ao andar de baixo, passemos um olhar por aquilo que julgamos ter sido a Capela dos Meninos. Atrás referimos a existência, nos dormitórios novos (uma das últimas aquisições” da construção) de uma capela e de uma botica. Justificada a localização desta (em baixo por haver uma em cima dos tempos do fundador), concluímos que a dita capela seria em cima. Lino de Assumpção, que visitou o mosteiro na qualidade de responsável pelos Arquivos Nacionais, diz o seguinte: “Ao fundo d’um dos corredores existe a chamada capella dos Meninos,

³⁶⁴ BNL, Códice 8395, fl.15vº.

³⁶⁵ Idem, *Ibidem*, fl.81vº.

³⁶⁶ QUARESMA, Clementina, *Casa do Lavor*, in I Congresso Internacional do Barroco, II vol. Porto, 1991, p.291.

³⁶⁷ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap. Quarto.

³⁶⁸ MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.285.

*scilicet Jesus, ricamente dotada de alfais; e onde, para nada faltar e constiuil-a em igreja em miniatura, até sineta tem para chamar á missa, por ocasião do Natal.*³⁶⁹

No altar nº24 do Inventário do AHMF, descrevem-se os pertences escultóricos, de ourivesaria e de paramentaria que lhe assistiam. Ali se vêem incluídas várias imagens do Menino Jesus, entre as muitas referidas por aquele autor:” ... *abundam de todos os tamanhos pelos altares e nichos desde o Menino rochonchudo do presepio, de mãos estendidas e perninha no ar, até outros maiores, mas não menos gordinhos, vestido de grande gala, em atitude de quem lança uma benção pontifical. O que há de notavel n’esta profusão de Meninos é a extravagancia dos vestuários, que parece ter exgotado a phantasia das religiosas, inventando cada qual o vestido mais desairoso e incongruente.*”³⁷⁰

Este costume de vestir as imagens do Divino Infante vem dos finais do século XVI, quando o movimento da Reforma Católica recupera a infância de Cristo como lição de humildade, e serão as monjas portuguesas que lhe darão maior expressão. É sobretudo no século XVIII, com o crescente culto ao Deus Menino verificado na Península, que os conventos e mosteiros femininos conhecem uma imensa profusão de imagens, para quem desveladamente as madres e noviças se desdobravam na confecção de enxovais. Não foi apenas em São Bento de Avé Maria, mas por esse país fora, povoando “*coros e as capelas dos conventos que as freiras abandonaram. Há-os pequeninos recém-nascidos, com um lenço de três pontas amarrado à cabeça, corpo rosado, o olhar húmido de vidro, mãos estendidas e pedirem colo. Há-os deitados em camas de prata cinzelada, entre lençóis de linho ornados de rendas, cheios de bordados delicados, com o carinho maternal dum filho que não tiveram. Outros são já grandinhos, com o ar malicioso de quem já vai à escola. Há-os também de casaca e calção, cabeleira empoada, trazendo gentilmente na cabeça o tricorne de seda, na saudade dum amor antigo.*” Estes costumes ter-se-ão tornado tão escandalosos que as primeiras Constituições Sinodais do Bispado de Elvas, de 1633 já se ocuparam em proibir tais práticas³⁷¹.

9. A casa do capítulo

“*Dependência onde diariamente se lia um capítulo da Regra de São Bento, depois da Igreja é a dependência mais importante porque nela se conferem cargos, resolvem negócios, eleições, castigos e sepultam os mais dignos.*”³⁷². Estas são resumidamente as atribuições da sala

³⁶⁹ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, pp.139/40.

³⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 140.

³⁷¹ GONÇALVES, Flávio, *O vestuário mundano de algumas imagens do Menino Jesus*, in Revista de Etnografia, Porto, 1967, pp.5/34

³⁷² BORGES, Nelson, Correia, *o.c.*, p.374.

capitular. Os professores de Cister atribuíam-lhe ainda uma simbologia própria, ao transferir para cada sessão a postura da vida quotidiana monástica. Durante o capítulo os elementos da comunidade colocavam-se por ordem de importância: as do governo da casa e a abadessa do lado oriental (o lado da capela mor, como responsáveis por aquele pequeno mundo) as outras distribuíam-se pelos bancos corridos à parede³⁷³.

Também no Capítulo as postulantes pediam o ingresso na comunidade e se efectuavam as cerimónias prévias da tomada de hábito. A mestra das noviças era nestes pontos o elemento de maior peso, como responsável pelas candidatas. O exame a que eram sujeitas antes incluía uma investigação à limpeza de sangue: não seria aceite se proviesse de família de mouro, herege ou cristão novo. O termo que assinava dava plenos poderes à comunidade para a expulsarem em qualquer tempo em que se descobrisse encobrimento de qualquer daqueles casos³⁷⁴.

Em São Bento de Avé Maria, a sala do Capítulo situava-se no piso térreo (em Lorvão no primeiro andar e em Saint Gall não havia), na ala nascente (propositado ou não), próximo da cabeceira da Igreja, mas do lado norte e por baixo da casa do lavor. Às funções deste espaço tinham acesso unicamente as monjas, porquanto as conversas escutavam tudo o que ali se desenrolava através de aberturas na porta ou aos lados dela. Teve inicialmente 7 braças (12,74m) por 3 braças (5,46m), a largura de todas as oficinas “altas e baixas” (o espaço do vão). No final de 800 crescera ou à custa da rouparia, que lhe ficava antes, ou da sacristia do lado oposto, pois apresentava 15,0m X 6,60m. Era escura, apesar de duas janelas (viradas para leste, local para onde o mosteiro se estendeu em construções caóticas, obscurecendo as dependências do claustro). Dois óculos ladeavam a porta (o que se pode vislumbrar numa das fotografias).

O projecto de D.Manuel ter-lhe-á dado um dos mais bonitos apontamentos arquitectónicos que o edifício possuía ou possuiu depois; a porta voltada para a face nascente do claustro. Este portal, com 13 palmos de lume (2,47m), tinha dois corpos e uma coluna a meio. Esta coluna, inicialmente projectada igual às do claustro, oitavada, acabou sendo torcida, à boa maneira do gótico/manuelino, com a base e o capitel lavrados “*dalgua boa obra que bem pareça*”. Os umbrais deste portal talvez tivessem também colunelos, igualmente trabalhados a emparceirar com o mainel.

³⁷³ Idem, *Ibidem*.

³⁷⁴ *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros*..., pp.181/182.

No século XVII, logo nas primeiras décadas, Violante Botelho procedeu à remodelação do espaço, pois “...fez de novo o *Capitulo* e adornou a imagem que la estava..³⁷⁵.” Num dos triénios de Maria da Conceição Azevedo (entre 1680/90), forrou-se de azulejo e, além de um arco d’ouro brunido sobre um altar do “Senhor Jesus” e mais dois em duas “capelinhas”, foi pintado (painéis entalhados?) com florins dourados³⁷⁶.

Ultimamente estava também forrado de azulejo (em silhar?) e tinha cinco altares (este número confere com os números do AHMF e do cronista): Ecce Homo, Santa Gertrudes, Cristo Morto, Cristo Crucificado e Senhora da Soledade. O Inventário Geral atribuiu-lhes os números de 8 a 12, respectivamente: 9, 10, 12, 8. Quanto ao último destes números temos alguma perplexidade, porque o Cristo Crucificado³⁷⁷, actualmente na capela do cemitério de Agramonte, no Porto, tem com ele duas imagens, uma da Senhora da Soledade e outra de São João, que nos parece terem feito parte do mesmo conjunto (reproduzimos em fotografia) e não de um altar separado. Assim, sobra o altar nº11 que, segundo aquele índice, era o do Senhor dos Passos e não da Senhora da Soledade. A imagem do Cristo Morto, várias vezes referenciada na documentação, porque para Ele as madres doavam tensas e faziam panos de veludo com aplicações de prata, encontra-se nos arrumos de Cedofeita. Julgamos que em breve encontrará lugar mais condigno. Em tempos, possuiu “*hum preciozo tumulo*”, encomendado por Vitória Maria da Cunha, no segundo triénio (já século XVIII), talvez como o de Arouca de madeira preciosa com aplicações de latão. Se seguiu para Cedofeita com a imagem do Senhor, hoje ninguém sabe o caminho que tomou; ficou apenas uma ténue lembrança de por lá ter estado³⁷⁸. Com Ele e em situação também precária, o Senhor dos Passos, despojado das suas vestes cerimoniais, mantém-se de pé, mas curvado ao peso, não só dos pecados do mundo, mas dos objectos que o tempo lhe foi colocando por cima. Procurámos captar as imagens possíveis, que talvez numa oportunidade não muito distante possam ser admiradas de forma adequada. Esta imagem da Paixão é de Roca, tal como outras duas, mais pequenas, de Nossa Senhora (provavelmente também do extinto mosteiro do Porto), que tristemente aguardam vez de serem vestidas e toucadas (perderam o cabelo, também de “vestir”). Pedro Vitorino acreditava que aquela dependência fosse abobadada de tijolo, “*do contrário não resistiria ao incêndio de 1783, que principiou nas habitações que lhe eram sobranceira, alastrando para o claustro, côro e igreja*³⁷⁹.”

³⁷⁵ BNL, *Códice* 8395, fl. 18vº.

³⁷⁶ BNL, *Códice* 8424.

³⁷⁷ A que lá esteve antes era do século XVII, encomendada e paga por Isabel de Sousa, sobrinha de Brites de Távora, também ali professa e deve ter-se consumido pelo fogo. BNL, *Códice* 8395, fl. 76vº.

³⁷⁸ Não podemos esquecer que o incêndio de 1783 começou precisamente na Casa do Capítulo ou muito próximo dela.

³⁷⁹ VITORINO, Pedro, *o. c.*, p.188.

Na entrada da casa capitular, ocupando uma área de 19,20m², situava-se o “carneiro”, destinado às abadessas. No século XVI, todo o revestimento do rés-do-chão do mosteiro era de ladrilho “torquo”, com excepção do refeitório, capítulo e sacristias (de dentro e de fora) que era “roçado”. As 8 lajes de pedra que surgiram quando nos finais do século XIX se levantou o soalho, já de madeira, deveriam ser de fabrico posterior, até porque o nome mais antigo ali gravado era de Ana d'Athaíde, abadessa que foi em 1623/26(1^o triénio) e depois de 1632/35. Como as datas não conferem com os nomes, atribuímos isso às sucessivas inumações ali efectuadas e não actualizadas. O cronista observa, de resto, que havia vestígios de mais do que uma data, apagadas a picão. Por curiosidade, registamos aqui dois nomes: Bernardina de Senna, abadessa do mosteiro do Salvador de Braga, e Quitéria Rita de Mello, religiosa do Real Mosteiro de Lorvão.

Aquelas pesadíssimas pedras, com as dimensões de 1,98mX0,94, tinham, além das inscrições várias vezes re-escritas, um báculo distintivo da prelacia e um S (Ramos diz que indicava sepultura, por ter encontrado idêntico sinal nas lajes de seculares e criadas). Habitualmente destinava-se à inumação das abadessas o referido carneiro, situado na Casa Capitular, como sinal privilegiado da sua função. No entanto, no mosteiro da Encarnação isso não aconteceu, não sabemos se porque nada lhes dizia tal distinção ou se por falta de espaço. O relato da cronista do século XVII refere sepultamentos no Capítulo de religiosas que nunca foram abadessas, mas que tiveram laços de parentesco com elas (tias, sobrinhas ou irmãos de sangue). Noutros casos algumas, foram ali colocadas junto de suas amigas (acrescentado que foi o nome da preferida). Isto é tanto mais interessante quanto, no “Directório”, o beneditino seu autor adverte para que em caso algum haja qualquer laço de amizade, dentro dos mosteiros, tanto entre as monjas como entre o pessoal auxiliar e secular. Também a Regra atenta contra isto no cap. LXIX: “*que nenhum monge seja a que pretexto for, ouse defender a outro no mosteiro ou tomá-lo como que sob a sua protecção, mesmo que estejam ligados por qualquer laço de parentesco*”. Prevvia-se castigo severo para os transgressores. Mas vidas enclausuradas, algumas no sentido literal da palavra porque entravam ali na infância, dificilmente sobreviveriam sem algum afecto palpável e isto é tão verdadeiro como a indiferença com que a cronista registou esses casos.

Além do claustro e da casa do capítulo, os enterramentos fizeram-se em outros locais, tais como proximo do “cárcere” como ficou dito e “*defronte da caza das moças*”³⁸⁰, que não sabemos onde era, mas de certeza no rés-do-chão.

³⁸⁰ BNL, *Códice 8395*, fl.166.

10. A rouparia e as sacristias

Para terminar o périplo pelo Mosteiro da Encarnação, falta referenciar a rouparia, ao lado esquerdo do Capítulo, e as sacristias, havia duas à direita. Não sabemos se no projecto do século XVI ambas se localizariam no claustro, devido às reduzidas dimensões da capela-mór. Uma delas era a de dentro, isolada do exterior. Na centúria de 600 passou para o topo da cabeceira da Igreja).

Na rouparia se tratariam as roupas da casa e dos membros dela. Quando entrava para a profissão, a noviça tinha de ter de seu: *“2 duzias de camizas, 2 de anaguas, 2 de meias, 2 de lençoes com seus travesseiros competente, almofadinhas e guarda-cama, 2 duzias de toalhas de mãos e algumas com folhos, 2 duzias de guardanapos e algumas tolhas de meza, 2 duzias de lenços para a algibeira, e lenços para o pescoço. Leito, enxergão e colchão, cobertores de papa os precisos, um cobertor azul escuro, uma colcha branca e uma coberta de chita; uma commoda, quatro cadeiras; uma cadeira; uma meza e um bahu para o enchoval.”*³⁸¹. Longe iam os rigores dos primeiros tempos! Em dinheiro, pagava para todos os habitantes da casa: Abadessa, Prioreza, Mestra de Noviças, Professas, Seculares, Padres, Músicas, Religiosos e Religiosas. Em géneros, 10 arrobas de açúcar e 3 arráteis de chá.

As sacristias deviam ser contíguas; uma para apoio directo ao sacerdote e outra para guardar as alfaias e outros objectos do culto, isolada do exterior e com única comunicação por roda e grade, para a qual no século XVII se fez uma cantareira³⁸². A crónica do século XIX não fala delas, mas estão ambas contempladas no projecto inicial que as denomina de: sacristia com *“almarios ao travez da casa igual ao de Vilar de Frades”*³⁸³ e sacristia da capela-mor com forro de esteira e a mesa para os padres se paramentarem. Da do altar mór falaremos na análise que faremos da igreja.

O encargo de velar por estas dependências era da competência da sacristã. Esta ou este seriam escolhidos entre os mais idosos e afáveis e beneficiaria de ajudante se se justificasse pelo tamanho da Casa (mosteiro). Este, de nome “donado” ou moço particular, tinha de manter varrida a área sacra, pois que ao sacristão competia manter limpos os objectos do culto, o sacrário e as suas cortinas (de seda branca ou de carmesim, no caso de não ser dourado por dentro; as de dentro, de seda tecida a ouro ou prata com franjas de ouro). Mudava as Espécies 3 vezes por mês e as hóstias pelo menos de 10 em 10 dias. Deveria manter limpas e cozidas as alfaias e

³⁸¹ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.281.

³⁸² BNL, *Códice 8424*, fl.26.

³⁸³ BRANDÃO, D. Domingos de Pinho, *o.c.*, pp.29/30

arrumadas por determinada ordem, nos armários da sacristia. Da sua mão não saíam todas as chaves , assim como as da Igreja, cujas portas abria e fechava. A tábua das missas e sufrágios fazia também parte das suas atribuições³⁸⁴.

11. O cartório

Finalmente o Cartório, em parte incerta. Mas existiu, quanto mais não seja porque havia uma cela de nome “cela ao pé do Cartório”, o que nos leva a crer que este se situava no piso do sobreclaustro. Todos os mosteiros e conventos o tiveram e os masculinos acumularam-no com o “Scriptorio”. Esta última divisão da casa comum era indispensável nas congregações beneditinas, a quem devemos os mais belos códices medievais, ornados do ouro das iluminuras, verdadeiras obras de arte saídas das mãos dos monges copistas, iluministas. O Cartório era algo menos exigente em termos de localização (boa exposição à luz solar), mas não de somenos importância por reunir e preservar toda a história económica e artística do cenóbio, e também, como em Avé Maria, funcionar como uma Torre do Tombo, pois ali se guardaram os vestígios de quase todos os mosteiros anexados que lhe deram origem e remontavam aos alvares da nacionalidade, como outros documentos referentes a demarcações e toponímias velhíssimas³⁸⁵. Requeria, não um local de luminosidade privilegiada, mas com a suficiente luz para a leitura e escrita, e sobretudo isenção de humidade. Não parece que no mosteiro do Porto isso se tenha verificado, não só porque todo o edifício era húmido (no dizer do cronista), mas e sobretudo pelo testemunho de João Pedro Ribeiro, que o terá conhecido em 1791, como a outros, na sua inspecção aos arquivos e que o descreve como um lugar degradado e sem qualquer conservação capaz: “ *Conservava um grande número de documentos antigos e interessantes, porém todos a montão e sem ordem alguma. Grande parte dos mesmos documentos se acham danificados pelos lavatórios de çumarge e galha, com que procuravam avivar a letra; e os puzeram em pior estado*”³⁸⁶. Podemos confirmar pessoalmente esta última parte, porquanto, no decorrer das nossas deambulações pelos arquivos, deparámos com códices (sobretudo os dos Prazos) em que muitas das folhas tinham sido escurecidas por aquela tinta simpática³⁸⁷. Quanto à propalada desarrumação e desordem, talvez o caso do pedido de cópia, em 1776, do decreto da fundação a ilustre. No entanto, o arquivo nacional não pôde satisfazer tal solicitação³⁸⁸ (também não primava pela organização?), mas em 1687 tinha sido capaz de emitir a certidão requerida, de confirmação de doações e de privilégios.

³⁸⁴ *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros.....*, pp. 175/177.

³⁸⁵ Refere-se isto a uma nota de MAGALHÃES-BASTO, Artur de, *Sumário de Antiguidades*, Porto, 1963, p.14.

³⁸⁶ CRUZ, António, *Alguns Documentos Medievais do cartório de São Bento de Avé Maria*, Bol. CMP, Porto, 1945, pp.6/7.

³⁸⁷ Substâncias usadas para a escrita mas só perceptíveis quando em presença de um produto reagente.

³⁸⁸ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.128.

Os documentos mais antigos ali encontrados diziam respeito ao mosteiro de Tarouquela (século XI), mas também albergava alguns do mosteiro masculino de Couto de Cucujães. Do mosteiro de Tuias apenas um, pois consta que as irmãs terão ateado fogo ao seu Cartório em sinal de protesto pela incorporação forçada. Aquele escapou, por não estar de momento portas a dentro³⁸⁹.

No entanto, os livros fundamentais em qualquer mosteiro e guardados com todo o desvelo e em boa ordem eram os referentes às contas. As Constituições Beneditinas de 1590 apenas têm a preocupação de “exigir” às comunidades que de “biblioteca” tenham “... *hum livro grande, com título que diga. Livro de deposito: em principio deste livro estarão por ordem as igrejas que cada casa tiver anexas asi e o que huns annos por outros rende cada hũa e como forem pagando os rendeiros...*”. Outro, o “*Recebedor*”, e sobre este um relato pormenorizado da maneira como tudo deve ser assente, incluindo a existência de um índice numerado. Além destes dois, um para controlo das obrigações religiosas e suas despesas, chamado o da “*Sanctistia*”. O quarto volume fundamental onde se lançavam todas as despesas era o das “*Officinas*” e sujeito a inventário no final de cada triénio. A falta deles dava direito a castigo dos Prelados, por parte dos Visitadores³⁹⁰. Por ocasião da visita que João Pedro Ribeiro fez aos cartórios do Porto mandou transferir para Lisboa os documentos do cartório de Santa Clara, pertencentes ao convento de Entre-os-Rios (fundido naquele) e também os pertencentes aos cenóbios anexados ao mosteiro de São Bento de Ave Maria. Começara em finais do século XVIII (1791) o arresto do património monástico. Em 1853/54, Alexandre Herculano recolheu os registos anteriores a 1279. A Portaria de 11 de Setembro de 1857 ditou a incorporação do resto do Cartório, por indicação da Academia Real das Ciências e, apesar do protesto das religiosas, a ordem de 15 de Julho de 1858 obrigou-as à sua entrega, ao comissário da Academia, Augusto Soromenho, que prometia devolvê-los logo que analisados e copiados, para o que passou recibo num total de 491 documentos, referentes aos séculos XI e XIV. Porfiados foram os pedidos de devolução, mas inúteis. Ontem como hoje, passa o tempo e fica o cansaço.

O senhor Lino de Assumpção, no dia 21 de Maio de 1892, ficou encarregado do resto do espólio escrito e documental. O cartório era vasto, rico e resistente! Mas nunca saberemos onde se situou. Na torre da Igreja, como em Lorvão e em Saint Gall? Quanto à biblioteca, parece ter-se resumido a um armário defronte da cela da abadessa, onde os livros partilhavam o sossego com cilícios e disciplinas³⁹¹.

³⁸⁹ CRUZ, António, *o.c.*. Posteriormente, José Matoso encontrou mais documentos no cartório de Arouca; Santa Mafalda, que ali viveu e morreu, era senhora do mosteiro de Tuias. TAVARES, Fernão, *Mosteiro de São Bento da Ave Maria na memória do património perdido*, in *O Tripeiro*, Setembro/Outubro, Porto, 1983, pp.240/243.

³⁹⁰ *Constituições da Ordem de São Bento destes Reynos de Portugal*, Lisboa, 1590, pp.85/88.

³⁹¹ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.150.

12. A portaria e as rodas

“... no topo da Igreja a casa da roda a qual ser de comprido quatro braças e de largo a largura que o dito lanço tem que sam tres braças e junto com ella a casa da portaria que sera de tres braças de comprido com aquelle repartimento no meo como vay no dito debuxo...”³⁹².

Este pequeno excerto dava as directivas ao mestre pedreiro ou architecto para executar a obra, uma das mais importantes de qualquer casa monástica. Esta importância derivava da posição topográfica relativamente ao conjunto e também por isso era simbolicamente considerado, ao ponto de merecer do Patriarca São Bento um capítulo da Regra (cap.LXVI). A entrada do mosteiro era o limiar de dois mundos, um de fora e outro de dentro, que normalmente se não transpunham, mas apenas se observavam. Para as comunidades femininas, esta observação era ainda mais distante, por se fazer através das rodas e locutórios que tinham lugar preferencial nas portarias.

Ali se acolhiam os visitantes, se dava a “esmola da porta” (alimentos) com que se sufragava a alma dos defuntos, se davam os medicamentos e as esmolas em dinheiro³⁹³. Tudo isto sempre sob a supervisão da abadessa ou abade, segundo o capítulo quarto do “Directório”. A irmã porteira era um cargo de suma responsabilidade, pois teria sob a sua alçada tudo o que pudesse alterar a rotina e a paz da clausura; por isso era escolhida com prudência entre os mais velhos *“cuja maturidade o não deixe andar a vaguear”*³⁹⁴ e com as rodeiras mantinha o contacto com o mundo profano.

Além da portaria propriamente dita, o projecto dá ainda indicações para *“aquelle repartimento no meo.”*³⁹⁵ Das duas uma: ou eram acomodações para a irmã porteira ou era então aquilo que se chamou a portaria de dentro. Pensamos ser o último caso porque, embora a portaria propriamente dita fosse já dentro do edifício, *“para maior clausura as freiras só poderiam aceder a um segundo átrio, abobadado, ou portaria de dentro, existente na sequência deste”*³⁹⁶. A separação entre ambas era feita por grossíssimos portais que apenas se abriam para dar passagem ao que quer que fosse que não passasse pelas rodas. A comunicação com o exterior fazia-se pelas grades, ralos (donde se via apenas de dentro para fora) e locutórios nas salas de visita. As instruções falam apenas de casa da roda, no topo da Igreja, com 4 braças (a largura da Igreja) e 3 braças, a mesma largura do vão onde se construíram todas as oficinas do mosteiro. O trespasse do século XVIII fala em “casas da roda”, no plural. Na realidade, o Livro do ADP refere um parlatório extra

³⁹² ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.360.

³⁹³ BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, pp.186/190.

³⁹⁴ Regra cap. LXVI.

³⁹⁵ ALVES, Artur Mota, *o.c.*

³⁹⁶ OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o.c.*, p. 80.

contrato (1527) sem dizer onde, mas que era “da parte de fora”³⁹⁷. Como vestígios destas vias comunicantes ficou a sintética descrição de Sousa Reis: “... *trez formosos arcos de granito, debaixo dos quaes em forma de galeria se acha a Portaria principal do Convento e duas rodas para o loquotorio, bem como a escada para as salletas ou grades de recepção de vezitas*”³⁹⁸. Esta escada desenvolver-se-ia pela direita³⁹⁹, por detrás do quarto arco (porque eram quatro), cego, que o autor não incluiu no rol. Apoiados neste relato, pensamos que o desenho intitulado a “*roda do extinto convento de Avé Maria*”, publicado no Boletim da Câmara⁴⁰⁰ (e aqui reproduzido, Fig.47, anexos), está invertido, pois apresenta a dita escada do lado esquerdo. O desenho é cópia de uma fotografia que representa aquele local⁴⁰¹. Esta escadaria teria sido executada no governo de Maria da Conceição Azevedo (a partir de 1680), assim como “chumbar o Mirante”, janelas e grades dele. Também da sua competência foram o pavimento exterior e a primeira ou única escadaria que o complementava⁴⁰².

No entanto, a indicação da renovação da porta da Portaria e de três portas nas grades aponta para o aumento do número dos locutórios, entre 1617/1620. No raiar do novo século (entre 1697 e 1708), Vitória Maria da Cunha desencadeou um vendaval de reformas arquitectónicas, sendo uma delas uma roda colocada na Igreja, próximo da tribuna. De resto, parecem ser do segundo triénio as obras mais importantes e talvez as que geraram controvérsia entre a comunidade⁴⁰³.

Durante os primeiros passos do barroco no mosteiro, pontuou Violante Botelho, na sua afirmação conheceu Vitória Maria da Cunha e na sua plenitude encontrou outra prelada, ciosa de arrumar a casa a seu gosto, mas em grande estilo. Sob a direcção de Maria de Noronha (três vezes abadessa entre 1704 e 1719), a fachada do mosteiro deve ter sofrido uma remodelação até onde foi possível, porque embora sinteticamente os escritos apontam para obras em: locutórios,

³⁹⁷ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.166v^o.

³⁹⁸ REIS, Sousa, *Manuscriptos Inéditos da BPMP*, II série-6, Porto, 1999, p.173.

³⁹⁹ Esquema 3 a, escada III

⁴⁰⁰ ALVES, Artur Mota, *o. c.*, p.245.

⁴⁰¹ Após estudo das fotografias pertencentes ao AHMP, verificámos que algumas delas foram originalmente impressas ao contrário. Descuido ou montagem feita por quem nunca tinha visto fisicamente o monumento!

⁴⁰² BNL, *Códice 8424*. Todas as casas de clausura feminina tiveram estas salas, colocadas em lugares altos, onde as monjas podiam espreitar o mundo sem ser vistas por ele. O mirante de Santa Clara era curioso, instalado que estava no cubelo sobre o rio Douro e que os Monumentos Nacionais trataram de remover. O mosteiro beneditino de Santiago de Compostela tem o seu tão alto que nos provoca torcicolo.

⁴⁰³ Esta abadessa foi contestada interinamente e o burburinho chegou ao Paço. Mesmo tendo resignado, o bispo achou conveniente que cumprisse o mandato até ao fim, assim como as obras em que se empenhara. ASSUMPÇÃO, Lino, *o. c.*, pp.129/130.

portaria, casa da Prelada, sala livre e mirante, sem esquecer a Igreja, que deve ter ficado irreconhecível mas disto nos ocuparemos em tempo oportuno.

Esta senhora era de Vila Nova de Gaia, da família de Campo Belo (filha de Diogo Leite Pereira) e aparentada com os Távoras. Fez o noviciado nas dominicanas no mosteiro de Corpus Christi, antes de passar para a margem norte do Douro, para São Bento de Avé Maria⁴⁰⁴.

Do lado norte ficava a outra portaria: “... e faceando também com a mesma claustra que contem hum a segunda Portaria destinada ao serviço diário do mesmo Convento.”⁴⁰⁵

Embora ficasse protegida pelo muro alto que rodeava todo o complexo, a portaria acabava por ser a parte visível da clausura e por isso objecto de cuidados especiais ao nível da arquitectura, pintura e escultura, rivalizando muitas vezes com as próprias fachadas das Igrejas⁴⁰⁶. A portaria do mosteiro do Porto teve um projecto totalmente diferente do que apresentou nos derradeiros anos e não sabemos, mas talvez possamos adivinhar, que não passou do projecto. Quando D.Manuel I faleceu (1521), a portaria estava por fazer, como de resto nos parece grande parte da obra, e em 1527/28 a orientação arquitectónica talvez tenha sido de molde a projectar de forma diversa a traça decorativa estabelecida. Vale no entanto a pena imaginar com teria sido: “... mais fara seis arcos de pedraria pera o alpendre da portaria com seu cunhall pera o respaldo e asy seu peitoril de dous palmos dalto e llageado e seram da grandura dos da crasta com suas colunas do mesmo teor somente seram mais baixos de coluna dous palmos e avera por cada hu tres mill e trezentos reis contando arcos e colunas e vasas capites e lageas e alvenarias⁴⁰⁷.” Em tudo parecido com um pequeno claustro, uma entrada alpendrada.

A pequenez da cerca exigiu, ainda no reinado do Venturoso, providências para o seu alargamento. No entanto, esse alargamento devassava a intimidade monástica devido a um cabeço que, segundo o responsável pelas obras, Gaspar Paes, “... descobre a mor parte da orta da dita Caza o que seria desonesto d’aver hy lugar de quele pudesem ver as freiras.”⁴⁰⁸. A solução impunha o encerramento da rua onde se encontrava o obstáculo e a abertura de outra. É neste momento que entra em cena um personagem notável que deveria discutir e resolver com Gaspar Paes a

⁴⁰⁴ BNL, *Códice* 8395, ff.83/104.

⁴⁰⁵ REIS, Sousa, *o.c.*

⁴⁰⁶ BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, pp.186/190.

⁴⁰⁷ ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.365.

⁴⁰⁸ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl. 158vº.

questão do desvio do caminho. Em 26 de Março de 1528, Diogo de Castilho surge na documentação com a denominação de “mestre das minhas obras”⁴⁰⁹ (régias já se vê).

Assentam aqui as nossas dúvidas na prossecução do manuelino. Depois de ter trabalhado no estaleiro dos Jerónimos, em 1517, o mais moço dos Castilhos estava, em 1520, em Coimbra, onde pontuava frei Brás de Barros, homem erudito, graduado em Teologia pelas universidades de Paris e Lovaina, mas simultaneamente sensível ao italianizante. A sua concepção estética foi o reflexo, embora fugaz, do renascimento português⁴¹⁰. Sob a sua batuta, a cidade do Mondego trilhou novos caminhos nos riscos de João de Ruão e Diogo de Castilho. Diogo, nado e criado no gótico final, evoluiria rapidamente para o plateresco espanhol que o contacto com Nicolau de Chanterrene (das relações de Bartolomeu de Paiva, Provedor das obras do Porto)⁴¹¹ converteu ao classíssimo, ao abrigo do mecenato do Governador de Santa Cruz. A partir de então estrela do biscainho projectou-o no sucesso, tendo sido nomeado arquitecto régio, em 1524, cavaleiro fidalgo da casa d'el-rei e vereador de Coimbra. Distinguido cidadão do Porto, há notícias suas na Invicta, em 1536, quando a pedido do rei e na companhia do seu mentor se deslocou às obras de Grijó. O mosteiro da Serra do Pilar arrancou sob a sua responsabilidade no ano seguinte⁴¹². Não terá sido a primeira vez que aqui esteve, pois, além de se ter consorciado com Isabel Ilharco, do Porto, dirigia as obras do Mosteiro de Monchique já desde 1533.

Se a partir de 1524 Diogo de Castilho era o expoente máximo das obras régias, se em 1528 surgiu com o epíteto de “mestre das minhas obras”, no mosteiro beneditino do Porto, se D. João III era um homem da Renascença, então João Lopes foi substituído por alguém que marcadamente tinha outras concepções a mando de outro alguém que queria cortar em absoluto com o passado e projectar-se noutra direcção. Assim sendo, a portaria primitiva não terá passado do “debuxo” e a que se materializou, com os quatro arcos que permaneceram heroicamente até ao fim, terá saído do risco de um arquitecto consagrado.

A portaria dos finais da centúria de 800 teve gravada a seguinte inscrição latina: “ *Germina si florum, si calthe ac lilia desunt cur florum gaudet nomine, florecarens? Virtice, pontifices florens, benedictus in horto; Virgineis reddit florea saxa rosis*”⁴¹³.

⁴⁰⁹ Idem, *Ibidem*, fl.160.

⁴¹⁰ ABREU, Suzana Matos, *A Docta Pietas ou Architectura do Mosteiro de São Salvador-1537/1692*, vol.I, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, FLUP, Porto, 1999,p.16.

⁴¹¹ Nicolau de Chanterrene, escultor renascentista era protegido de Álvaro da Costa, cunhado de Bartolomeu de Paiva (personagens de que falamos no início deste capítulo) espíritos já de tendências modernas. MOREIRA, Rafael, *o .c.*,p324

⁴¹² ABREU, Suzana Matos, *o .c.*, pp.18/21.

⁴¹³ BESSA, Alberto *o .c.*

Na centúria seguinte, juntou-se-lhe o outro acesso ao interior do mosteiro, colocado a 90° como foi uso na Época Moderna⁴¹⁴, mas num estilo que vinha chegando do norte europeu. Dela restou apenas o apontamento desenhado por Haupt, que a classificou do século XVII (1651). Kubler filia-a no tipo de construção flamenga que caracterizou as obras, em Lisboa a partir de 1619, e diz: “Este claustro, demolido em 1900, está mais próximo do que qualquer outro edifício em Portugal das tendências e do vocabulário da arquitectura flamenga da época de Rubens.”⁴¹⁵ Mais adiante refere: “Estas janelas superiores, que derivam de livros de gravuras de Antuérpia....” e ainda: “Os exemplos mais próximos estão na arquitectura de Antuérpia, como por exemplo a fachada do jardim da casa de Rubens ou a arquitectura da Joyeuse Entrée de 1635.”⁴¹⁶

- A cerca e o abastecimento de água ao Mosteiro

Aquando da demolição, a cerca tinha 120m de comprido por 90m de largo, muito irregular e acidentada. Mas a de 1518, igualmente se não mais acidentada, teria: “... de comprido cincoenta e tres braças (96,46m) e de largo vinte e cinco (45,5m) e as paredes deste cerco serem de duas braças e mea dalto (4,55m) e de grosura de dous palmos e meo (0,475m) do chaão pera çima e o aliçerce de tres palmos (0,57m) e a vera seu espigam pera çima com telhas e da mesma maneira o outro cerco da entrada.”⁴¹⁷ Possuía 4 tanques e um lago de 27m utilizado para os festejos sanjoaninos. Uma parte destinava-se ao cultivo de árvores de fruto e lavradio e outra parte para jardim das recolhidas e das professoras.

“Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter portas a dentro tudo o necessário”(Regra LXVI). Os mosteiros eram para ser edificadas em zonas rurais, para melhor isolamento dos seus habitantes, ao contrário dos conventos, mais próprios para viver entre as comunidades leigas. Com a necessidade de “proteger” as monjas, foram estas trazidas para o interior dos burgos, o que condicionou a auto-suficiência aos espaços disponíveis. São Bento de Avé Maria tinha como todos uma cerca que, com os tempos foi alugada, a um hortelão (vencia a renda pelo São Miguel). A razão talvez estivesse no seu tamanho (já havia aumentado), que não

⁴¹⁴ BORGES, Nelson Correia, *o.c.*, pp. 186/190.

⁴¹⁵ KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã*, Lisboa, s/d, p.141. Na realidade, a portaria em questão foi ceifada em 1887 pela expropriação camarária, porque antes de 1900 o mosteiro apresentava-se já orfão de todo o pano da frontaria de que fez parte aquele trecho arquitectónico.

⁴¹⁶ Este tipo de arquitectura liga-se à arte do efémero com que se decoravam as ruas das cidades para receber e lembrar ao rei os privilégios, cartas e leis da cidade. Moda importada dos Países Baixos Católicos (Flandres) utilizada, em Lisboa, em 1581 em honra Filipe II e reutilizada em 1619 para Filipe III. Idem, *Ibidem*, pp110/111.

⁴¹⁷ ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.365. O perímetro da cerca incluindo a Portaria era coroado por um “chapéu” de telha.

lograva o sustento da comunidade, ou no facto do mosteiro possuir enormes propriedades, que com as rendas lhe proviam todas as necessidades.

A posição geográfica do mosteiro tornou a utilidade da cerca para a comunidade de monjas beneditinas mais um local de meditação, onde construíram um Calvário com cinco capelas devocionais, para satisfação da sua piedade barroca. O acidentado do terreno constituiu um quebra-cabeças devido à exposição sistemática a que ficavam sujeitas. Colocado no centro de uma cidade e num terreno cheio de limitações físicas e geológicas, precisaram de muitos privilégios para se manter isoladas. Apesar da muralha da cidade que as protegia a norte, beneficiaram durante séculos de leis que não permitiam que as casas da rua de Santo António, com cotas muito altas, abrissem janelas ou quaisquer aberturas do lado sul⁴¹⁸. Só depois de 1834 esta postura foi anulada. Apesar disso, conta-se dos olhares apaixonados lançados de varandas da rua do Loureiro por sobre a cerca, mirando algumas das educandas e não só. Também não foi a altura dos altos muros que deteve Camilo.

Dos jardins, o de Santo António era privativo da abadessa, outro rodeava o lago e outro, em honra de São Bento, cujas obras estão documentadas, deve ter-se levantado no extremo leste da cerca, no fim do Calvário onde: *"a fonte do arco que nosso mui glorioso padre Sambento descobrio e nela ce fez hu nicho com o mesmo Santo, parees, ladrilho e asentos e hũa escada de pedra por onde deceu para a fonte a vazam della..."*⁴¹⁹. Esta fonte e toda a envolvente montada numa pérgola (levou ramada por cima e 11 *"alqatrozes"*) foram da responsabilidade de Inês de Mesquita que deu início à obra em 6 de Agosto de 1639.⁴²⁰ Nesta obra ficou registado o pedreiro João dos Santos⁴²¹.

Foi à custa da cerca que o mosteiro se expandiu, construindo-se a "villa". Este conjunto de edificações de toda a ordem terá servido uma amálgama de funções (galinheiros, pocilgas, matadouro) e para habitação de seculares⁴²². Após a expropriação de 1887, que "comeu" toda uma fatia paralela à fachada do mosteiro, a refinação do açúcar assim como as várias dependências afectadas, foi para ali transferida, acumulando-se num lugar já bastante atravancado. Além de recreação e de actividades do quotidiano (Ramos localizou ali também uma cozinha que apelidou de "velha"), a cerca serviu de lugar de inumação, embora temporário, para

⁴¹⁸ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.145.

⁴¹⁹ BNL, *Códice 8424*, fl.84. Pensámos pelo conteúdo tratar-se de um olho de água entretanto aberto.

⁴²⁰ Idem, *Ibidem*, ff.124/128v°.

⁴²¹ Idem, *Ibidem*. A obra custou 24 735 réis.

⁴²² Em Salvador de Braga havia algo no género. OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o.c.*, p. 86. O que indica ser hábito corrente como forma da auto-suficiência. Este costume não traria grande salubridade ao ambiente.

as vítimas do surto do “Cólera Morbus” de 1833 (3 religiosas, 2 seculares e 9 criadas). Em 1845 foram trasladadas para o claustro, para uma sepultura marcada ⁴²³.

Pela cerca se cruzaram as canalizações dos esgotos e da água potável, numa combinação perigosa por ausência de critérios. O precioso líquido vinha inicialmente de um olho d’água situado na Neta (actual rua de Sá da Bandeira), onde em finais do século XVIII, no triénio de Ana Antónia de São Paio, se colocou por cima da porta uma imagem de São Bento ⁴²⁴. Ali construíram uma arca e, por concessão régia (Provisão de 21 de Dezembro de 1537), trocaram terrenos para fazer passar as águas até ao mosteiro, atravessando a muralha na calçada da Teresa. Esta água abastece hoje os sanitários instalados na base da rua de Santo António ⁴²⁵. Em 1620 entram em conversações com o Cabido e Mitra para adquirir outro veio de água. A quantia de 1 400 000 réis (valor de parte de um foro censo que o mosteiro detinha de um casal em Gulpilhares, Gaia) pedida foi considerada exorbitante, mas à qual se submeteram pela necessidade. No entanto, a confirmação de posse por parte dos reais proprietários, Cabido e Mitra, ia sendo sucessivamente adiada e nem a mediação da rainha evitou que quase prescrevesse o contrato provisório que era de um ano. Em acto de desespero, as beneditinas apelaram ao Cabido para que não anulasse a escritura e em troca deram-lhe o resto do foro do casal de Gaia, com todos os direitos, mesmo que o veio secasse ⁴²⁶! Em 1620 construíram então “... *huma competente arca de pedra de cantaria*...” ⁴²⁷ (este processo foi também da competência de Violante Botelho ou de Branca da Silva ⁴²⁸). Pouca sorte, pois alguns anos depois a água brotou em vários pontos da cerca, alimentando tanques e fontes ⁴²⁹. Devem ter sido em quantidade tão apreciável que levou à compra de mais de 1 000 alcatruzes à abadessa de Monchique ⁴³⁰. Foram enganadas e expoliadas e sustentaram várias demandas devido à passagem da água; umas vezes, por obstrução devido a aluimentos de terras, outras vezes, por construções que desviavam o curso da corrente e ainda

⁴²³ MIRANDA, Ana Paula, *o.c.*, p.306.

⁴²⁴ BNL, *Códice 8426*.

⁴²⁵ MARÇAL, Horácio *A Rua de Santo António*, in *O Tripeiro*, Outubro, nº10, Porto, 1964, p.297.

⁴²⁶ Era a fonte do Pinheiro, na viela da Neta. ADP, *Livro de Registo dos Títulos das Casas e Águas da Neta*(4700), fl.1/20.

⁴²⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴²⁸ O *Códice 8395* da BNL indica a primeira, mas o *Livro de Registo dos Títulos....*(4700), do ADP, inequivocamente regista a segunda. Inclino-nos para esta última hipótese por ser um registo específico. No entanto, não nos repugna pensar que ambas se tenham envolvido por terem triénios subsequentes e estes assuntos se arrastarem ao longo de anos.

⁴²⁹ Pensámos que a fonte de São Bento é disso uma consequência.

⁴³⁰ BNL, *Códice 8424*, fl.31vº. Esta questão está mal esclarecida, porque as monjas compraram a passagem da água a dois vizinhos por 6 000 réis. Pediram 870 000 réis ao bispo, 400 000 réis ao rei e ainda recolheram dádivas no mosteiro. O total ascendeu a 1 057 303 réis. Grandes obras! Idem, *Ibidem*, fl. 32/33vº.

por contaminação ao longo do percurso. Foram ganhando os processos, mas estes arrastavam-se. Finalmente, o golpe de misericórdia viria em 1776 com a fábrica de sola. Moradores, médicos e cirurgiões insurgiram-se contra aquilo que consideraram um atentado à saúde pública, mas que apenas adiou a questão, porque nos princípios do século XIX efectivou-se a construção da referida fábrica e ainda outra de tecidos de “chita”. A água do mosteiro, apesar de encanada, sofreu infiltrações⁴³¹ e acabou por ser dada como imprópria após análises químicas e as habitantes de Avé Maria tiveram de recorrer ao abastecimento público.

No século XVII, a água vinha então da Neta pela rua de Santa Catarina e transpunha a muralha praticamente à cota da Praça da Batalha, abastecendo logo a fonte de São Bento e a “...vazam della vai ter ao boeiro da samcristia” e “desta fonte ce fessoutra na Cozinha.” “As vertentes della vão pela porta da Cozinha adiante e ce ajuntão com as vertentes do tanque da Claustra e vão ter a fonte da negra⁴³².” No projecto de 1518, as águas iam da cozinha para as “necessárias”. Como deixou de haver “necessárias”, porque pelos vistos passou a ser desnecessário, desviaram-se as correntes para outros fins. Por debaixo do claustro cruzavam-se os canos de esgoto e de águas de rega, numa mistura explosiva por pouco saudável, tornando o solo ainda mais pantanoso, ao ponto de o ângulo sul/nascente obrigar à existência de estacaria sob a construção. Diametralmente oposto ou seja no extremo norte/poente, passava o rio de Vila, outro esgoto urbano.

- A hospedaria e a casa dos capelães

A hospitalidade é um dos temas caros a São Bento (cap.LIII), mas apesar de terem a mesma raiz, os cistercienses só tarde deram atenção a este ponto⁴³³. As hospedarias eram, juntamente com a sacristia, locutórios e portarias, as periferias da clausura.

Todo o mosteiro beneditino tinha necessidade de fornecer alojamento aos seus capelães e aos visitantes, familiares das professas, noviças ou mesmo das educandas. Também as pupilas candidatas a noviças eram albergadas fora de portas, durante o tempo em que se mantivessem sob vigilância e observação, antes de se incorporarem no mosteiro. As hospedarias situavam-se por isso fisicamente à parte, e, embora na dependência directa da abadessa e da comunidade, tinham pessoal adestrito e exclusivo para executar ali, todas as tarefas do quotidiano.

⁴³¹ A arca de água e os encanamentos eram de pedra, mas as mexidas nos terrenos acabavam por deslocar as pedras que permitiam as infiltrações devido à cota inferior a que as águas passavam em determinados pontos mais sensíveis, como lavadouros que serviam também de lugares de despejo.

⁴³² BNL, *Códice 8424*, fl.12.

⁴³³ BORGES, Nelson Correia, *o.c.* p.192.

Fez-se sentir tal necessidade pouco tempo após a instalação da comunidade no Porto (1547). Por intermédio de Diego Teixeira, procurador do mosteiro e abade da Igreja das Antas, as religiosas de São Bento requeram a medição de terrenos para fazer a hospedaria *“nos chãos que se ora pedem que se querem fazer em cazas pella callçada acyma que vai da cydade para as cazas de dona Joanna d’Albuquerque que vai Ter a Rua Chaã e pera outra partes...”* *“... nos quais chaãos lhes he ora necesario edificarem hûas cazas pera os familyares e serventes da casa de fora se apousentarem e pera estrebaryas e ospedes e porque de necesydade per ellas hade ir a Rua que vem da Rua nova das flores pera a Rua Chaã e asy a serventia da porta nova pera a dita rua chaã e ellas querem loguo hedifycar as ditas casas.”*⁴³⁴ No entanto outro registo aponta para uma data anterior, 1541, em que a abadessa requeria à Câmara o terreno: *“... e hé a rua que passa entre ellas, e o Mosteiro: Edificarão as casas e há poucos annos as reedificarao, dividindo-as em tres moradas contiguas, para melhor comomo dos Cappelães, que nellas habitão, occupando os sobrados superiores, e o Mosteiro aluga os baixos, e do seu rendimento paga a Decima a S.Magestade Fidelissima. Tem estas casas na frente as Armas de S.Bento.”*⁴³⁵ Há ainda outro pormenor a reter, que é o facto de indicar uma reconstrução e não construção primeira, reconstrução essa que não foi a última.

A ordem veio, demarcaram-se os terrenos em volta do mosteiro, Álvaro Braga, cavaleiro da Casa Real, tratou do necessário. O terreno em questão entrou na posse da comunidade que *“em seu lymyte e demarcação que lhe acyma he decrarada ella as podera dar de maneira que sempre o Recyo que ora esta das portas da Igreja e portarya he paredes do dito mosteiro ate a casa da ospedaria que esta feita defronte da portaria fique sempre em Recyo e aberto asy como ora esta.”*⁴³⁶ Esta construção ergueu-se na parte inferior da rua do Loureiro, na base da rua do Corpo da Guarda, hoje parcialmente desaparecida para dar lugar à Avenida da Ponte. De cima da porta foi retirado (após a venda da propriedade) uma pedra com as armas de São Bento, sobrepujando a seguinte legenda: *“Mandaram fazer esta obra D.Joanna Maria de Souza e D.Anna de Santa Maria de Aragom sendo D.Abadeça Theresa Maria da Silva. Anno 1762.”* Esta peça, reproduzida em anexo (Fig.40), é actualmente pertença do Museu Nacional de Soares dos Reis. Foi esta a última reedificação enquanto o edifício esteve na posse do mosteiro. D.Joana e D.Ana haviam herdado, juntamente com mais familiares, de um irmão, Francisco de Andrade Gouvea e Aragão. Como não podiam deter a herança aplicaram-na nas obras de pedraria e carpintaria da referida construção⁴³⁷.

⁴³⁴ ADP, *Livro da Fundação* (4674), ff.342/343

⁴³⁵ BNL, *Códice* 8414..

⁴³⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴³⁷ FERRERA-ALVES, J.Jaime, *O Porto na Época dos Almadás*, vol.II, CMP, Porto, 1990, pp.471/77.

Deve ter sido feita na época da primitiva edificação a rectificação do que restava da rua do Faval porque: "... as casas que se fezerem nos chaaos do dito mosteiro que estam acyma da dita Casa da ospedaria pera o pomball (um dos terrenos expropriados para o mosteiro tinham um pombal e o topónimo resistiu com a viela das Pombas) e asy nos que estão abaixo da dita casa pera o chafariz (herdou este ponto de água a fonte dos Canos⁴³⁸) e cano da Cyvidade se faram a face da dita Casa da ospedaria sem sairem mais pera o dito Recyo de maneira que sempre o Recyo passem por elle como ora passam e desta maneira se cordeou demarcou a cyvidade com a dita abadesa he mosteiro..⁴³⁹." Estava já em marcha o planeamento territorial urbanístico.

O Decreto de 28 de Maio de 1834, que extinguiu as Ordens Religiosas e que provocou funestas consequências em todos os institutos monásticos, levou à venda, no Porto, das Casas do Capelão e hospedaria. A rua do Loureiro estaria por isso em finais do século XIX completamente transfigurada, alinhando casas contíguas com vários andares no lugar onde se situou aquela dependência do mosteiro. O prédio devia ser importante, se não em arquitectura pelo menos em espaço, porque ocupou aquilo que posteriormente recebeu os números de polícia do 8 ao 24 e que segundo Ramos "...foram modernamente reconstruidas em mais largas proporções." Durante o tempo da sua existência, alojou no piso térreo armazéns alugados a vários inquilinos, assim como alugados estavam os prédios do número 26 em diante (que ainda lá permanecem), até ao número 130. Toda esta face era propriedade do mosteiro, assim como grande parte da rua do Corpo da Guarda, da rua Chã e da rua de Cimo de Vila⁴⁴⁰. As fracções construídas eram diferentes devido ao acidentado do terreno e à pedreira que as limita, embora as fachadas tivessem todas 6 varas, fachadas essas onde apunham o báculo de São Bento, marca de propriedade do Mosteiro⁴⁴¹. A política posterior a 1834 teve assim consequências imediatas nos meios financeiros do mosteiro, porque as rendas deixaram de ser pagas e os foros foram extintos. A necessidade de se devolverem os dotes às candidatas a professoras mandadas sair encontrou os

⁴³⁸ Esta fonte na esquina da rua do Corpo da Guarda era abobadada com arcos de pedra e mais baixa que o pavimento. Como foi julgada: "lugar immundo, indecente e sobremaneira escuro, e por isso proprio para imoralidades e prejudicial aos serventes das cazas" foi alterada em 1835. No entanto após a sua demolição só em 1844 surgiu outra a fonte de São Bento, na sequência da destruição da escadaria do mosteiro. GOMES, Leite, *Descrição Histórica das Arcas, Fontes e Aquedutos da Cidade do Porto*, Porto, 1836. pp.107/108.

⁴³⁹ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.351vº.

⁴⁴⁰ Além daquelas ruas, o mosteiro detinha ainda propriedades urbanas nas ruas: dos Mercadores, da Reboleira, da Ferrari de Baixo, da Arménia, de São Bento da Vitória, de Traz, de Santo Eloy, de Santo António, das Flores, Formosa. Nos Largos de São Crispim (desaparecido devido à rua de Mouzinho da Silveira), da Cordoaria, dos Mártires da Pátria. ADP, *Livro dos Recibos do Porto* (4736)

⁴⁴¹ AFONSO, José Ferrão, *A rua das Flores no século XVI, Elementos para a História do Porto Quinhentista*, vol.1, Dissertação de Mestrado, Texto Policopiado, FLUP, Porto, 1998, p.152.

cofres vazios, enquanto os encargos com as propriedades se mantiveram, esgotando os poucos rendimentos que se iam arrecadando.

2 - AS IGREJAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA

A imponente fachada que se estendeu no eixo nascente poente do mosteiro, fazendo face à rua do Loureiro, erguida como um cenário no limite do enorme pátio (utilizado pelos sirigueiros, com autorização da madre abadessa), tornado num palco, abrigou a última versão do templo beneditino do Porto.

Nunca saberemos como foi na realidade e as opiniões dos seus contemporâneos, pouco objectivas porque contaminadas entre os que o defenderam e os que o condenaram sem apelo nem agravo, em nada contribuem para o esclarecimento do seu desenvolvimento interno.

Temos no entanto a certeza de que, qualquer que tenha sido o seu aspecto, perdemos para sempre uma peça única pelo conjunto ali reunido. Feito de raiz nos finais do século XVIII, foi erguido com decoração condizente no mesmo gosto e estilo, embora já ultrapassado para o tempo em que no Porto se construía num padrão muito despojado de volumes, optando-se por linhas geométricas e rectilíneas, buscando um gosto clássico, muito inglês e palladiano. Curiosamente entre a primeira forma e a última há algo que as aproxima do “*déjà vue*”. No século XVI, a primeira igreja poderá ter sido levantada numa arquitetura fora de moda, no seio de um movimento em franca mutação para a renovação, ao ponto de termos dúvidas sobre a sua exequibilidade; a fachada que o progresso dos finais de 800 teve coragem de abater nasceu já em período neo-clássico e todos somos testemunhas (pelos registos fotográficos) de que realmente ostentou aquela face “*démodé*”.

Pelo meio ficou a outra que ninguém foi capaz ou achou valer a pena retratar, nem que fosse num tosco desenho. Nos alvares do século XVIII, a Igreja deve ter ficado irreconhecível, tais foram as obras operadas na fachada que inclusivamente lhe terão retirado o apontamento mais característico, o portal, tenha ele sido manuelino, renascença ou uma mistura dos dois (como Santa Clara do Porto).

Assim somos de opinião que, em lugar de duas⁴⁴², houve três igrejas naquele local. É normal a existência de vários templos para uma só casa monástica, porque os incêndios visitavam-nas frequentemente, levando quase sempre ao desvirtuar da traça original pelos acrescentos ou arrazamentos, na sequência dos sinistros. Entre os séculos XVI e os finais de 700, vários fogos

⁴⁴² FERREIRA-ALVES, J. Jaime, *As duas Igrejas do Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto*, in I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America, 1492-1992, pp.745/754.

abalaram o mosteiro, sempre com consequências mais ou menos funestas. No entanto, a segunda versão da Igreja de Avé Maria não terá sido disso consequência, mas das megalomanias que acometiam periodicamente as comunidades religiosas.

Na análise das transformações porque passou a Igreja de São Bento de Avé Maria do Porto, utilizaremos um método ligeiramente diferente do que usámos para estudar as diversas dependências do mosteiro. Iremos tratá-la como um todo e acompanhá-la por inteiro ao longo dos tempos; ou seja, fazendo o estudo diacrónico para a totalidade do edifício, sem nos determos em evoluções parcelares das várias partes que o compuseram. Pensamos poder assim mais facilmente proceder a comparações estilísticas entre as várias fases evolutivas.

Das três versões que o templo beneditino terá apresentado, duas delas resultaram então de construção de raiz: a primeira ordenada pelo fundador, D.Manuel I, em 1518, e a última, em 1783, na sequência do incêndio da madrugada de 9 para 10 de Outubro daquele ano. Mercê do exíguo espaço, ambas seguiram a mesma razão de proporcionalidade: 36,4m X 7,30m e 55mX11m, o que dá 4,9 para a primeira e 5 para a segunda. Ambas resultaram, por isso, estreitas, tornando-se visualmente muito altas. No caso da gótica, coincidiu com o gosto e com a nova espiritualidade pós-românica, a barroca enquadrou-se também na corrente renovada do rocóco (embora construída tardiamente) e a altura tornou-a mais clara e arejada que as adaptadas do estilo anterior, mais pesado e sombrio. Assim em ambas o acaso jogou a favor, permitindo que não destoassem do pretendido.

A PRIMEIRA IGREJA DO MOSTEIRO (século XVI)

“ primeyramente fara o corpo da Igreyja de dezoito braças contando o que o cupa o coro e de largo quatro braças e estas dezoyto braças de comprido avera hũa parede polo meo de maneira que fiquem oyto braças no corpo da dita Igreyja e dez braças pera o coro aa parede pera dentro a qual parede avera duas janelas grandes de pedraria pera serem feradas e terem de lume cada hũa dez palmos em quadrado..... e hũa delas sera assentada dous palmos dalto do andar do chaão tereo e a outra no mesmo direito em çima outros dous palmos dalto sobr o chaão do coro sobradado...”⁴⁴³

Além desta secção a Igreja contava ainda com a capela mór: *“... aquall sera de largura da dita Igreyja cordeada com as mesmas paredes e ao perpianho a parede do altar moor avera duas braças e avera o dito perpianho de bolta redonda e tera de lume de pee a pee duas braças e de*

⁴⁴³ ALVES, Artur Mota, *O Convento de Avé-Maria do Porto*, CMP, vol.II, Porto, 1939, pp.245/368.

pee direito ate capitres duas braças e de sua bolta redonda aquilo que demandar o qall arco sera lavrado de moldura com dous dorçes hum grande e outro mais pequeno..."⁴⁴⁴ Na totalidade, o comprimento tinha 20 braças (36,40m) e de largo 4 (7,28m;7,30m). As alturas eram de 4,5 braças (8,19m) para o corpo e 3,6 braças (6,5m) para a capela mór. Estas dimensões extremamente simplificadas do traçado geométrico podem indiciar ter sido o projecto entregue a um mestre pedreiro desembaraçado na interpretação das "... *grandezas e hordenança que vay declarado em hûm debuxo que pera ysso e feito e asi polos apontamentos contehudos neste contrato*"⁴⁴⁵ (extremamente sintéticos).

Não seria muito diferente de qualquer templo românico/gótico, não fosse o número de aberturas: oito na parte do coro, quatro em cada piso, de secção recta. Inicialmente levaria apenas três, alinhadas sobre outras três (nas de baixo aplicaram-se portadas, além das grades), mas o primado da luz exigia maior luminosidade. No corpo da igreja, com 14,56m, bastaram duas frestas de 2,28mX 0,76m, mas de volta inteira. Sobre o alicerce de quase 1m assentava uma parede menos espessa, a formar um "releixo" até 3,64m do chão, a partir do qual se erguiam as paredes de 0,57m de grosso. Sobre esta saliência⁴⁴⁶, que não era simples adorno, apoiavam-se todas as janelas do piso térreo.

A capela-mor, alinhada pelas empenas da igreja, da mesma largura dela mas com 2 braças (3,64m) de fundo, era no entanto mais baixa e iluminada por uma fresta de 0,66mX1,9m, aberta a 1,9m do chão⁴⁴⁷.

Da cobertura nada nos chegou, mas pensamos ter sido de madeira. A obra foi da competência do carpinteiro Bartolomeu Dias, de Vila Nova de Gaia que ali utilizou grandes quantidades de traves, colocando no corpo do edifício 90 asnas de castanho. Parece-nos que no caso de uma abóbada, a obra teria sido convenientemente referenciada, apesar de serem correntes tais coberturas. Por outro lado, não eram invulgares os tectos de madeira, embora normalmente em casos de parques recursos, o que não deveria ser o caso (era obra régia). No entanto, não devemos esquecer que o grosso das finanças públicas se canalizava para os Jerónimos e esta poderia ser apenas mais uma das muitas casas monásticas que, segundo Damião de Goes, D.Manuel gostava de fundar⁴⁴⁸. A reforçar esta nossa teoria está a ausência de botaréus (dois executados mais tarde por razões alheias a esta) e qualquer referência a um risco ou a pessoa alguma com

⁴⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

⁴⁴⁶ Pela descrição parece tratar-se disso mesmo.

⁴⁴⁷ Todas estas medidas estão contidas, em braças, na transcrição que temos vindo a citar.

⁴⁴⁸ ASSUMPÇÃO, Lino, *Frades e Freiras*, Lisboa, 1893, p.125.

competência para o executar. Não temos conhecimento de que João Lopes tenha assumido responsabilidades destas, nas obras que efectuou.

A Igreja estava de pé, embora não concluída, quando Diogo de Castilho tomou conta das obras, em 1527 ou 1528 e João Lopes é testemunha de um contrato de emprazamento, em São Vicente de Fora, em Lisboa, no ano imediato. A vistoria encomendada a Pedro Anes, carpinteiro de Coimbra, revelou que grande parte da obra desta especialidade ainda não fora terminada e outra nem começada, incluindo o portal da Igreja (por não estar feita a respectiva obra de pedraria?). Bartolomeu Dias havia falecido e foi sua mulher, Branca Gonçalves que se encarregou de as fazer concluir

Aquele portal “traveso” da Igreja que, a ter sido feito como o previsto, ostentara toda a “glória” manuelina teria de largo 9 palmos (1,71m) por 10 palmos de altura (1,90m), quase quadrado, mas na “Vedoria e recebimento da obra de carpintaria”⁴⁴⁹ as dimensões para a execução da porta, ainda por fazer, apontavam para 12X17 palmos (2,28mX3,23m), qualquer coisa bem mais imponente. Inicialmente projectado para o meio da fachada (como veio a estar no final do século passado), devido às dimensões do coro e por ser clausura feminina, descentrou-se e foi “*asentado onde vay na mostra*”. No entanto, se fizemos as contas em braças, verificamos de imediato que não se afastou do eixo menor do edifício, porque se o corpo tinha 18, das quais se reservaram 10 para o Coro, às restantes 8 se somaram as 2 da capela-mor, re-equilibrando de novo o conjunto. Da descrição do seu aspecto: “... *com algus araviados que bem pareçam e debruados os pes direytos com suas vavas e capitres e com enchanbrantes de fora que arremate em çima com seu frorãao e sobre o dito frorãao as armas reaees com sua coroa e com a divysa da esfera huma de cada parte e os escudo no meo o qual sera de tres palmos dalto e de largo o que demandar...*” ressalta a única preocupação na marca régia (o que se patenteava ao viajante). Mais adiante a ordem declarava: “...*e elle o fara que valha bem o dito preço e valendo menos a vista de oficiaes lhe sera descontao e posto que mais valha nam avera mais que os ditos dezasete mill e oyto centos réis...*” descobrindo um pouco mais da índole do Venturoso, o oportunismo. Não faltam exemplares deste tipo de portal, estampados nas fachadas góticas das construções nortenhas, para termos uma visualização mais precisa, dispensando recorrer à imaginação. João Lopes conhecia por certo esta arte, habituado que estava a trabalhar com João de Castilho e com Pero Galego (na eventualidade de tal portal ter sido executado). O terreno já desnivelado levou à necessidade de utilizar as terras retiradas dos alicerces como modo de regularizar o chão dentro e fora do templo, colocando ainda dois degraus (pelo menos) de acesso à entrada da igreja.

⁴⁴⁹ BRANDÃO, Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, séculos XV a XVII*, Porto, 1984, pp.35/43.

Em qualquer local se colocou o sino ou sinos: "... *que se faça o campanario no lugar que dizeis porque ally he mais conveniente que em nenhũa outra parte e não ser mayor do que demandar hum sirio pequeno de grandura que esta em custume de terem os moesteiros das mulheres...*"⁴⁵⁰.

Por se não saber o tamanho e o aspecto, ficou sem orçamento. Colocámo-lo hipoteticamente no botaréu sul, embora este não estivesse ainda previsto, mas pelo andar das obras pode perfeitamente ter sido construído em tempo útil para ser aproveitado para tal.

O interior do templo apresentar-se-ia então como uma simples caixa de granito, rectilínea iluminada por uma profusão de janelas (para o tamanho) que inundavam de luz o corpo e coro (lado sul), mas deixando na mais completa obscuridade a capela-mor, pequena, com uma única abertura voltada a nascente. Esta descrição dá logo duas leituras: a primeira, cristã, aponta para a luz da manhã, a Luz Divina, derramando-se da câmara sagrada sobre a comunidade terrena no corpo da Igreja e no coro; a segunda, de cunho pagão, lembra os templos da antiguidade, onde o Santo dos Santos permanecia oculto pela obscuridade, no seu nicho sagrado.

- A capela-mor

No seguimento do corpo do edifício, de uma simplicidade "franciscana", sem transepto, sem a riqueza de uma abóbada (como Monchique ou Vilar de Frades, ambas de doação particular a competir e suplantar a régia) e aparentemente sem quaisquer ornamentos, ficava a capela-mor, também despojada de decorações, também marcada pela ausência de uma abóbada (marca de um fundador); apenas se fala em madeiramentos⁴⁵¹. Entre ambos os espaços algo de mais interessante: um arco cruzeiro com alguma imponência; volta redonda apoiada em colunas "*o qall arco sera lavrado de moldura com dous borçes hum grande e outro mais pequeno e antre hûm e ho outro hûa nacela com seus alistroes e suas nasas e sonasas e capitres...*"⁴⁵² A diferença entre os pavimentos do corpo da Igreja e da capela-mor era superada por um degrau de um palmo de altura. O altar, de 3,42mX0,95m, apoiado num plano de 1,9m afastado do chão por três degraus, ocuparia grande parte do espaço disponível; forrado de madeira com bordos debruados e fasquiados, tinha armários nos topos⁴⁵³. O espaço livre entre o arco cruzeiro e as empenas estava ocupado por dois altares gémeos "travesos", pousados sobre "tavoleiros" à altura do chão da capela-mor. Estes patamares tinham 1,52m, dos quais apenas metade servia de apoio. Estabeleceram-se 3 dedos de intervalo com a parede, para permitir a colocação das toalhas. A

⁴⁵⁰ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl.153.

⁴⁵¹ ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.247.

⁴⁵² Idem, *Ibidem*.

⁴⁵³ ADP, *Livro da Fundação* (4674), fl. 149vº.

dimensão transversal acabava no chanfre do arco cruzeiro e ficava a 0,95m do chão. No restante, eram em tudo idênticos ao altar-mor⁴⁵⁴.

- Os coros

O Coro ficava separado do corpo da Igreja por uma parede, parede esta assente em 4 arcos de pedra (segundo decisão régia) com 0,48m de grosso, chanfrados de ambos os lados, com 0,76m de “sacada”, 2,28m de altura e 1,52 de amplitude (para perfazer os 3,8m da distância do chão ao sobrado de cima). Cada um ficou ao preço de 6 600 réis⁴⁵⁵. Duas grades de ferro foram assentes nos respectivos andares, alinhadas uma pela outra. Na de baixo foram colocados aos lados confessionários iguais aos de Vila do Conde (Santa Clara)⁴⁵⁶. Também, para comparação, não foi difícil encontrar um protótipo, não os do referido mosteiro vilacondense, mas outros equivalentes, existentes no mosteiro do Salvador de Braga. O Coro de cima era mais curto que o de baixo, devido ao corredor (2,73m de largo) que o separava dos dormitórios, e situava-se num plano ligeiramente mais elevado que eles, obrigando à existência de um degrau⁴⁵⁷.

Todo o pavimento interior era constituído por lages de pedra de 2,5X3 palmos, com 1 palmo de espessura, das quais se removiam 3 de cada vez para as inumações⁴⁵⁸. No Coro, as pedras teriam 2 palmos de lado, embora algumas pudessem ter 4 e 6, assentes inteiras, mas com juntas feitas de modo a parecerem um conjunto uniforme⁴⁵⁹.

Apesar da simplicidade, a igreja do Porto recebeu de início um luxo: um ou dois órgãos, porque numa carta de 13 de Agosto de 1523, escrita em Tomar, o monarca ordenou que se liquidasse o pagamento de “huns orgaos” que a abadessa de Vilacova encomendara, dos quais ainda se deviam 1000 réis e que, por falecimento daquela, ficaram por pagar. Estes instrumentos, assim como tudo o que fosse pertença deste e dos outros mosteiros considerados extintos, deveriam transitar para o Porto⁴⁶⁰.

Naquele Coro foi então colocado um cadeiral de castanho com acabamentos de nogueira, contratado em 12 de Maio de 1523, no reinado do Piedoso, e uma estante do mesmo material,

⁴⁵⁴ Idem, *Ibidem*, fl. 150.

⁴⁵⁵ Idem, *Ibidem*, ff. 151/151vº.

⁴⁵⁶ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, ff. 152vº/153.

⁴⁵⁷ ALVES, Artur Mota, *o.c.*, p.361.

⁴⁵⁸ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.149.

⁴⁵⁹ Idem, *Ibidem*, fl.150 vº.

⁴⁶⁰ Idem, *Ibidem*, fl.155.

com armários e pé oitavado (que à data da Vedoria não estava acabada). O número 98 de assentos parece-nos excessivo, atendendo a que as nóveis habitantes não atingiam as 50 com direito a ocupá-los. Talvez se tivesse em conta o crescimento da comunidade, já que o número de camas encomendadas era de 80. Os lugares distribuíam-se em 56 altos (no correr das paredes, com espaldar) e 42 numa fila dianteira e sem direito a encosto. Entre ambas as fiadas havia um corredor de acesso, a terminar por degraus nas extremidade. A distribuição das cadeiras pelo espaço disponível não seria fácil, pois obedecia a um “debuxo”, mas seguindo a descrição poderemos ter uma imagem aproximada: no perímetro do Coro e apoiadas contra as paredes, as cadeiras altas, salvaguardando aproximadamente 30cm para cada lado da porta (1,14mX1,71m)⁴⁶¹ de passagem para o dormitório e a 15 palmos (2,85m) da parede da grade. A linha da frente deveria dividir-se em 4 grupos de dez, repartidos pelas duas bandas, permitindo assim uma circulação mais rápida entre os lugares de trás e os da frente (mas sobravam duas cadeiras), o que poderia facilitar a passagem às monjas atrasadas.

- Os officios do coro

Mas, na realidade, os atrasados eram punidos pelo cap.XLIII da Regra e, além de terem de se justificar, não se sentavam nos seus lugares habituais, mas no local designado pelo Abade para esse fim. A hierarquia formava-se no ante-Coro, de maneira a que os mais novos pudessem ocupar os assentos mais próximos da porta. Entravam aos pares, inclinavam-se perante o Santíssimo, saudavam o Abade e distribuíam-se para ambos os lados, aguardando de joelhos que o hebdomadário os aspergisse com água benta⁴⁶². Erguiam-se quando começavam as cerimónias e assim permaneciam durante as Matinas, até ao 1ºSalmo nas Laudes e até ao Aleluia na Prima, Tercia, Sexta, Noa e Vésperas. Assistiam sentados às lições, aos salmos e aos Resposos das Matinas⁴⁶³.

A saída processava-se da mesma forma que a entrada, aos pares com os mais novos à frente e após ordem do Prelado. Saídas extemporâneas eram absolutamente proibidas(com excepção para o sineiro), assim como trocar de lugar ou falar⁴⁶⁴. A ausência no Coro sem justificação era passível de pecado grave e, se a causa fosse doença, era-lhe comutada a obrigação, pela Prelada. Mas a religiosa que estivesse encarregada de administrar “as cousas do Coro, como são livros, luzes, tocar sinos, tanger órgão” e providenciar o que se há-de cantar ou ler apenas se

⁴⁶¹ BRANDÃO, Domingos Pinho, *o.c.*, p. 32.

⁴⁶² *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca São Bento do Reyno de Portugal*, Coimbra, 1647, p.28.

⁴⁶³ *Idem, Ibidem*, pp.22/25.

⁴⁶⁴ *Idem, Ibidem* pp.27/28.

devia preocupar em cumprir bem essas tarefas, estando dispensado de rezar, “basta que atenda.”⁴⁶⁵

O sineiro, simultaneamente lucernário, tinha assim estatuto especial. O cargo era semanal e quem o desempenhava prostrava-se junto do sino um quarto de hora antes de executar o primeiro toque, que soaria no momento em que o relógio batesse a última badalada. Não devia levar vestida a cogula para que ela se não prendesse no engenho e se estragasse⁴⁶⁶. As horas de tanger variavam ao longo do ano com a hora solar (como de resto toda a vida conventual). Às quartas e sábados varria o Coro. Tinha a seu cargo levantar os foles do órgão, velar pelas luminárias do dormitório e acender as do Coro antes de tanger para os Ofícios, apagando-as após a saída do último monge⁴⁶⁷. Em Avé Maria, o requinte passava como recordámos pelas “moças de despertar”, que eram três nos meados do século XIX e ganhavam, por “espertar” e tocar os sinos em todas as ocasiões precisas (inclusivamente nos aniversários de reis e infantes), 3 600 réis ao mês⁴⁶⁸. O relógio de caixa alta, de madeira de xarão, que está assinalado na nota 333, devia ser a ligação ao tempo humano.

- Alguns inconvenientes para a habitabilidade do Mosteiro

Gaspar Alves foi incumbido de efectuar os remates do mosteiro, em 1528. Em 1529 ainda por lá estava, mas depois alguma coisa se passou, porque os pagamentos deixaram de ser feitos e os fiadores, perante tal situação, mandaram-no prender. A resposta à petição que o operário (ou mestre) fizera ao rei surge com data de 1543! E, segundo o acusado, a obra estava já concluída havia dois anos pelo menos⁴⁶⁹.

Em 1534, um ano antes da data oficial do povoamento do cenóbio, a obra apresentava defeitos estruturais graves: os madeiramentos dos frechais do Coro, junto dos arcos, estavam a dar de si e Gaspar Paes mandou chamar João Lopes (que segundo a cronologia apresentada estaria em parte incerta ou em Vilar de Frades) e com ele João Pires, Luis Afonso e João Anes (os dois últimos, carpinteiros) para darem opinião sobre o que deveria ser feito. Os pedreiros optavam por dois botaréus nos pés dos arcos do Coro e os carpinteiros consideravam indispensável a aplicação de tirantes de ferro a susterm os tirantes de madeira. Uma ordem emanada de Évora, em 8 de Janeiro de 1535, dá permissão para se efectuarem os botaréus e os tirantes de ferro para

⁴⁶⁵ BPMP, Ms.1232, *Directorio*, cap.Sexto.

⁴⁶⁶ *Cerimonial da Congregação*....., pp.1/4.

⁴⁶⁷ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶⁸ ADP, *Livro de Contas (receita/despesa) (4573)*.

⁴⁶⁹ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, ff. 186/186vº.

melhor suportarem o Coro que “... corriam risco de virem ao chaom... pelos tirantes do dito Coro estarem desfechados por serem de pao...”⁴⁷⁰. João Fernandes fez a obra de ferreiro, João Lopes a de pedreiro⁴⁷¹.

Concluindo: o mosteiro da Encarnação, da Anunciação ou mais propriamente de São Bento de Avé Maria sofreu, ao longo dos 17 anos de obras, várias vicissitudes estruturais, mercê da falta de dinheiro, da mudança de regente (de orientação política e cultural) e finalmente devido ao peso do tempo. A juntar a isto, talvez as tentativas de evitar a transferência para o Porto efectuadas pelas comunidades atingidas que, não acatando de bom grado tal decisão, procuravam atrasar, se não anular, a ordem.

- O tempo das preladas perpétuas

Alojadas coercivamente, as monjas beneditinas acomodaram-se, pelo menos aparentemente, por detrás daquelas sólidas paredes, nuas e desconfortáveis. Não tardaram, no entanto, em canalizar as suas energias e fartas rendas para engrandecer aquela imensa massa granítica, no sentido de “adoçar” a austeridade com que o fundador régio as havia presenteado. De tal maneira o fizeram que, ainda não passado um século, a descrição que os coevos fizeram da magnificência beneditina em nada condiz com a primitiva aparência que transparece da leitura das instruções de D.Manuel, chegando mesmo a parecer que de duas diferentes realidades se tratava.

A primeira abadessa, ainda perpétua, manteve-se fiel aos princípios da Regra, no entanto, a segunda e última vitalícia tinha já outra visão e por essa via penetraram no mosteiro outras vistas, começando a movimentar novas perspectivas de engrandecimento material; todavia, de D.Guiomar de Ataíde falaremos em capítulo próprio. No entanto, adiantamos que foi sob o seu governo que o mosteiro cresceu em termos financeiros e em melhoramentos materiais. Deveria ser uma pessoa culta, pois escrevia-se regularmente com o Rei e com o Papa. Introduziu ou desenvolveu a prática do Cantochão⁴⁷², naquilo que a música representa para os beneditinos. Após a sua morte, em 1613, o mosteiro e a sua comunidade estariam já a caminho do barroco, ainda que de forma tímida.

Com D.Maria de Melo, vinda de Tarouquela para chefiar o rebanho beneditino do Porto, acabou um ciclo e começou outro. Em 1578, ano da sua resignação, o Concílio de Trento havia já deixado

⁴⁷⁰ Idem, *Ibidem*, fl.176.

⁴⁷¹ Idem, *Ibidem*, fl.174.

⁴⁷² BNL, *Códice 8395*, fl.17

as marcas e os caminhos que as comunidades religiosas iriam trilhar em prol do engrandecimento dos seus templos, na expressão dos seus sentimentos mais íntimos, patenteados na multiplicação das Confrarias e dos ricos e precisos adornos com que frequentemente presenteavam os santos e os altares das suas devoções. De resto, não será de admirar que praticamente todas as obras mais ou menos bem documentadas incidam precisamente nas de cunho religioso, remetendo as outras para um profundo silêncio ou um laconismo irritante.

- As preladas eleitas e as obras no século XVII

A primeira abadessa eleita, Brites Ferraz, deu início ao enriquecimento patrimonial com uma imagem de São Bernardo e “*outras peças*”, no Coro de Baixo⁴⁷³. Violante Botelho foi a sucessora eleita, em 1617, de Brites Ferraz. Sob o seu governo, o mosteiro conheceu uma profunda reforma, que passou por todas as dependências do mosteiro, considerado pobre (naturalmente). D.Guimar deixara dinheiro e conhecimentos (a correspondência com Roma fornecia as últimas novidades?). A igreja passou então a ser o elemento preferencial, ao ponto de se cobrir de ouro, no dizer do Padre Novais⁴⁷⁴. Neste triénio, no entanto, ficou-se por alguns ensaios, porque a sua preocupação assentou nos melhoramentos para a vida material, e a contribuição para ornamentar o templo passou por algumas algumas reparações nos cadeirais do Coro de Baixo e douramento de remates, novos confessionários (onde andaram pedreiros) e uma nova “fontinha” na varanda (talvez onde as monjas tomavam a água benta antes de iniciarem os Ofícios, no Coro Alto)⁴⁷⁵. Neste Coro foram ainda colocadas de novo 82 cadeiras (a 1 200 réis cada) de nogueira, com armários nos respaldos⁴⁷⁶, embora para além desta sintética notícia não haja qualquer rasto de um contrato de encomenda tão substancial. Foram colocadas por sua ordem e iniciativa duas imagens dos Patriarcas (São Bento e Santa Escolástica) na porta da igreja⁴⁷⁷, provavelmente do lado de fora, tal como ostentou o portal maneirista do mosteiro do Salvador de Braga⁴⁷⁸.

Em 1620, foi permitido a Violante o merecido descanso, cedendo o lugar de prelada a Branca da Silva, que apesar de rica de bens, se limitou a manter em funcionamento a máquina inovadora da sua antecessor, pois alternou com ela alguns triénios. As peças da sua responsabilidade podiam não ter sido muitas ou grandes, mas marcaram a sua passagem: tocheiros e um lampadário de prata para a capela-mor, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário também do mesmo metal e

⁴⁷³ FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o. c.*

⁴⁷⁴ NOVAIS, Manuel Pereira, *Anacrisis Historial*, Vol.II, CMP, Porto, 1913, p.79.

⁴⁷⁵ BNL, 8424, ff.15/26vº

⁴⁷⁶ Idem, *Ibidem*, ff.25/25vº.

⁴⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁷⁸ OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Mosteiro do Salvador*, Braga, 1994, p.43

uma custódia, obra de bastante imponência a merecer comparação com a da Madalena de Lisboa⁴⁷⁹. Outras imagens de santos e um relicário de prata com relíquias de vários santos resultaram também da sua iniciativa. O Concílio de Trento estava muito fresco e a produzir os seus frutos.

Ana de Ataíde sucedeu a Branca da Silva e era sua irmã de sangue. Colocou no arco cruzeiro (ainda o manuelino?) uma imagem de Nossa Senhora da Assumpção e é também da sua responsabilidade um quadro da Santíssima Trindade, no frontespício⁴⁸⁰, quadro esse que pode ser o mesmo de quem se contam milagres (a começar pelo seu aparecimento no mosteiro⁴⁸¹) e que não ardeu por ter sido entretanto colocado noutro lugar (no claustro, segundo Félix Ramos⁴⁸²). Durante a vigência desta prelada, procedeu-se à colocação de rosários de rosas de ouro e respectivos douramentos nos coros e no de Cima painéis, trabalhos nas cadeiras e respectivas espaldas e um lampadário de prata⁴⁸³. Aqui parece-nos que se concluiu a obra começada no primeiro triénio de Violante Botelho, procedendo-se aos ornamentos entalhados. De resto, além do contrato do século XVI com Bartolomeu Dias, não há para já mais notícias de contrato deste mobiliário até ao incêndio de 1783, embora, como atrás notámos, se tenham feito cadeirais de novo nas primeiras décadas de 600. O conjunto inicial compunha-se de 98 lugares e a bancada feita de novo, com 82 é praticamente a totalidade do cadeiral, para o qual, até ao momento, não existe qualquer contrato, apenas a notícia.

Na mudança de direcção, em 1626, Violante retomou a actividade, desta vez em grande, e nem o granito das paredes escapou. No primeiro governo, apesar da sua frágil constituição (o que terá justificado os seis anos de interregno) mobilizou a comunidade e as autoridades civis e eclesiásticas, implicando-as na sua demanda de renovação, canalizando para ela todas as verbas disponíveis e a disponibilizar (ficaram, apesar disso, algumas dívidas por pagar).

Agora, com a quantia reunida, a casa de Deus iria tornar-se um verdadeiro santuário; tudo o que recordava o gótico deve ter-se desvanecido por esta altura. As frestas da Igreja tornaram-se janelas com vidraças, assim como a da capela-mor, de resto já totalmente obliterada pelo retábulo (já lá existia um! Quem o fez e quando?) que foi retirado. Por aquele facto, a falta de luz exigira

⁴⁷⁹ FERREIRA-ALVES, J. Jaime, *o. c.*

⁴⁸⁰ BNL, *Códice 8395*, ff.20vº.

⁴⁸¹ ASSUMPÇÃO, Lino, *Frades e Freiras*, Lisboa, 1893, pp.133/135. MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in Bol.Associação Cultural Amigos do Porto, Porto, 1997/8, pp. 215/216.

⁴⁸² MIRANDA, Ana Paula, *o. c.*, p.215.

⁴⁸³ BNL, *Códice 8395*, ff.20vº/21.

entretanto a abertura de mais janelas e a ampliação do espaço. Parece ter-se aproveitado para executar uma outra sacristia, projectada para o exterior e para a qual foi necessária telha⁴⁸⁴.

Manuel Machado, imaginário foi encarregado de recolocar e restaurar o retábulo (pintar e dourar) e de consertar “as armas e algumas molduras e pintar algûas couzas do altar-mor..⁴⁸⁵.” Aquelas armas eram as reais e estavam na porta da Igreja (sobre?). Todo o espaço sacro iria receber revestimento cerâmico, mas por agora apenas “trezentos e sincoenta e hûm azuleijos para o painell (historiado com cenas da vida de São Bento como em Barcelos?⁴⁸⁶) com sua faixa⁴⁸⁷” a 20 réis a unidade, encomendado em Lisboa, transportado de barco e em frete exclusivo. Não devia ser invulgar este procedimento, porque em Salvador de Braga sucedeu o mesmo e pela mesma época (1630)⁴⁸⁸. As monjas tinham dinheiro e na esteira beneditina gostavam de opulência nas obras que faziam. Aos “padres” de Grijó se compraram mais alguns azulejos⁴⁸⁹ para remates ou para os panos murais (de qualidade inferior ou monocromáticos, pois custaram cada 12 réis). A sacristia forrou-se também com azulejo de tipo tapete com faixa e todo o mobiliário foi feito de novo (armários e cadeiras de pregaria dourada)⁴⁹⁰. Aqueles “armários” seriam talvez um arcaz e sobre ele o retábulo que foi pintado e dourado pelo mesmo Manuel Machado⁴⁹¹. A descrição da decoração desta dependência e a sua localização (atrás da capela-mor) condiz com a descrição feita para a sacristia do mosteiro do Salvador⁴⁹²; no entanto, esta aponta (comunicação com uma pequena abertura) para ser a da clausura, enquanto em São Bento de Avé Maria seria para os padres se paramentarem, ou seja, de apoio directo ao culto.

A empena norte (a do lado sul tinha janelas e a do lado norte, se as tinha, eram falsas, prática corrente que tornava visualmente simétrica a decoração cerâmica e a dos entalhados) recebeu um púlpito trazido da capital,⁴⁹³ provavelmente de pedra lioz, que Novais dizia ser de Jaspe (resta saber se todo, se apenas a base). O órgão que estivera no Coro até então passou a ter lugar próprio no corpo do templo, “intalhado”⁴⁹⁴ na porta da Igreja, para o qual se fizeram dois arcos

⁴⁸⁴ BNL, *Códice 8424*, ff. 36/61.

⁴⁸⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 60vº.

⁴⁸⁶ FERREIRA, Pe. Manuel Avelino, *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço*, Barcelos, 1982, p. 83.

⁴⁸⁷ BNL, *Códice 8424*, fl. 38.

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o. c.*, p. 46.

⁴⁸⁹ BNL, *Códice 8424*, fl. 38vº.

⁴⁹⁰ Idem, *Ibidem*, ff. 36/61.

⁴⁹¹ Idem, *Ibidem*, fl. 37vº.

⁴⁹² OLIVEIRA, Eduardo Pires, *o. c.*, p. 76.

⁴⁹³ FERREIRA-ALVES, J. Jaime, *o. c.*

⁴⁹⁴ BNL, *Códice 8424*, ff. 47/47vº.

suportando uma abóbada e para o exterior se abriu “*hua geneluzia*”. Também aqui se procedeu a obra estrutural, porque foram precisas telhas⁴⁹⁵. A remontagem do órgão ocupou um organista (não dizem quem) durante 16 dias em que praticamente o fez de novo, porque o reformou :” *canos, couros, arames, cola e tudo o mais necessario para esta obra*”⁴⁹⁶. Manuel Machado aplicou ali também os seus dotes⁴⁹⁷, pois a caixa do instrumento seria de talha. O lugar deixado vazio no Coro foi soalhado e nele se colocou uma grade de pedra⁴⁹⁸ (talvez este espaço prolongasse lateralmente o piso do Coro de Cima, formando uma galeria que ficou com um varandim e balaústres. No entanto, parece-nos que este gradeamento terá sido colocado, sim, a proteger o apoio feito de novo para onde foi transferido).

Violante Botelho terminou a sua liderança em 1629 e não voltou a ser re-eleita; não sabemos se a exaustão a terá levado à doença, pois morreu em 1634 no dia de Santa Escolástica (10 de Fevereiro). Coincidência ou favores da cronista?

Quando Branca da Silva retomou o ponto deixado pela sua predecessora, deve ter-se limitado a manter em marcha os projectos abandonados por ela. Procedia-se agora à fase seguinte: dourar as talhas. O tecto deveria ser apainelado por molduras que se cruzavam e, nos pontos de intercessão, um artista, de nome Moreira, pintou e dourou rosas e um outro, Ribeiro, dourou “... *os floroyes com ouro batido que se lhe deu...*”⁴⁹⁹ ajudados por Domingos Fonseca, também pintor dourador⁵⁰⁰.

A Igreja por estes tempos devia contar com uma torre sineira, porque João Lopes, ensamblador, fez vários frisos na torre e “*taboas de talha do forro*”⁵⁰¹. A decoração nas partes das paredes libertas do azulejo condiziam com o teto e onde mestre António Teixeira, pintor dourador, fez 5 linhas de forro (?) a 32 500 réis cada e um florão⁵⁰². Belchior Fernandes, o assentador de azulejo⁵⁰³, deve ter prosseguido o seu trabalho, agora custeado por Branca da Silva que deixou assim marcado o seu terceiro e último triénio. Morreu em Outubro de 1656.

⁴⁹⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 49vº.

⁴⁹⁶ Idem, *Ibidem*, fl.61.

⁴⁹⁷ Idem, *Ibidem*, fl.60vº.

⁴⁹⁸ Idem, *Ibidem*, fl.44.

⁴⁹⁹ Idem, *Ibidem*, fl.78.

⁵⁰⁰ FERREIRA-ALVES, J., Jaime, *o. c.*

⁵⁰¹ BNL, *Códice 8424*, fl.78vº.

⁵⁰² Idem, *Ibidem*, fl.79.

⁵⁰³ Idem, *Ibidem*, fl.59.

Foi Inês Mesquita que lhe sucedeu, em 1638. Na igreja, o projecto deveria estar em bom ritmo, a capela-mór estaria levantada de novo “...ao levantar da parede⁵⁰⁴... bordos, madeira e taboado, a pedraria acrescentamento de parede com suas pedras lavradas⁵⁰⁵...”, faltando apenas colocar azulejo nas respectivas paredes, o que se fez, recorrendo à compra de mais. Por causa desta ampliação, deve ter havido necessidade de refazer totalmente a sacristia da tribuna, com mobília e tudo. Este acrescento explica perfeitamente a carência de telhas, de madeiras e de alvenarias. As obras prosseguiram, então, no Coro Alto com a forração “pelo estilo da Igreja⁵⁰⁶” (talhas ou azulejo?) e um nicho de Nossa Senhora (talvez do Desterro, herança do governo anterior, que ali começara trabalhos nas janelas, e com uma capela àquela invocação). Dois retábulos entalhados e dourados ladearam o crucifixo ali existente, que foi ainda guarnecido com 2 anjos, “nas ilhargas”. O trabalho “em pão” saiu das mãos de João Lopes (ensamblador). Embelezaram-se juntamente os retábulos, que “são cete” (de onde?). O pintor dourador Baltazar Ribeiro (deve ser o mesmo Ribeiro anterior) executou 24 florões e 77 rosas, 4 linhas de vermelhão e dourou os florões delas. Também o revestimento a ouro das guarnições do Cristo e do retábulo do Juízo (comum nos Coros, há outros em outros mosteiros), assim como os frisos do frontespício e tapamentos do Coro, cartelas, pinturas e todas as guarnições foram da sua autoria. O célebre Rosário dourado, “cantado” pelos autores coevos, foi por ele pintado e foi a sua mão que também lhe “assentou o ouro” pago por Ana d’Ataíde⁵⁰⁷.

A nossa crença de que o tecto e paredes eram forrados por painéis reforça-se no seguinte: “... João Lopes mestre emxambrador o qual aparelhou e lavrou e ajuntou por sua conta 35 painéis grandes, 17 pequenos compridos e 2 pequenos aonde vão os florões”, “entalhar todos os paineis aviar molduras”, “17 taboas de ornados e diamantes (talhe?)nos paineis compridos”. Mais adiante, 36 rosas, frisos e cartelas “dos arcos que se fizerão a volta que levarão cinco paineis de cada parte”, 4 frisos por baixo dos arcos e o entalhe das molduras dos frisos dos azulejos da capela, da “parte do arco”. Ainda mais à frente, continua a falar-se da capela-mor nestes termos: “... dourar rosas e florões nos arcos que estão as bandas apaineladas com suas(sic) frisos de talha e azulejos...”⁵⁰⁸. Todo este trabalho incluiria o retábulo? Era ele maneirista, de madeira entalhada? Ou seria renascença, como parece ter sido o de Monchique, segundo transparece das palavras do Padre Novais quando a ele se refere, dizendo que era de mármore (Nicolau de Chanterrene fez um para a Pena, Sintra, em 1529/32, trabalhara com Diogo Castilho, em Coimbra, e este dirigiu as obras de Monchique e de Avé Maria. Além do mais eram homens do Renascimento!). No entanto,

⁵⁰⁴ BNL, *Códice 8424*, fl. 119.

⁵⁰⁵ Idem, *Ibidem*, ff.132vº/133.

⁵⁰⁶ BNL, *Códice 8395*, fl21vº/22.

⁵⁰⁷ BNL, *Códice 8424*, ff.93/111.

⁵⁰⁸ Idem, *Ibidem*, ff. 117vº/118vº.

o retábulo beneditino se pertencia a esta última escola e se fosse de massa pétrea, a sua remoção deveria ser mais que complicada, para o que um ensamblador não seria o mais adequado. Parece-nos mais lógica a primeira hipótese, com confecção bem mais recente e com material mais manobrável e leve.

Ainda se não tinham atingido os meados de 600 e o rosto do mosteiro de Avé Maria transfigurava-se ao ponto de ter provocado pasmo ao seu fundador. Inês Mesquita cumpriu apenas um triénio, mas procurou que fosse inesquecível. Segundo se diz, foi dos seus domínios que pagou todas as despesas⁵⁰⁹.

Outras obras de menor impacte, mas não menos necessárias, devem ter sido as executadas no ante-Coro, forros, armação e nos degraus (ainda existia desnível do projecto inicial). e o botaréu “... *que se fez da parte da rua pregado a parte da janela do Coro.*” No tempo de Violante já se fizera um “*e acrescentou-se o velho*”⁵¹⁰. Estes botaréus, o já existente e reforçado e o feito de novo, formavam possivelmente os suportes da abóbada da casa do orgão. Do lado interno formaram uma espécie de guarda-vento, na entrada e do lado exterior ambos passaram a enquadrar o portal. Belchior e António Teixeira, ferreiros de profissão, fizeram as obras que lhes competiam⁵¹¹.

As monjas de São Bento eram irrequietas de gosto, pois poucos anos volvidos já se preparavam para fazer de novo a capela-mor e com isso levantar um novo arco cruzeiro, consumindo os restos do manuelino provavelmente já envoltos em roupagens douradas. Isabel Pereira ocupou a cadeira abacial entre 1645/1648 e 1652/54, deixando meios financeiros para se procederem àquelas remodelações. Curiosamente, gastou 50 000 réis em dourar o retábulo⁵¹², num momento em que seria preciso voltar a removê-lo e posteriormente restaurá-lo. Naqueles tempos, ainda o dinheiro corria em abundância para que descuidadamente o gastassem.

Torna-se por vezes difícil a tarefa de atribuir o quê a quem, porque a lista cronológica das abadessas, para os séculos XVI e XVII (convenientemente documentada) de que nos servimos, nem sempre se adequa ao que a cronista do mosteiro diz. As datas e os nomes não conferem em muitos dos casos, levando-nos a suspeitar terem sido feitas as referidas crónicas com base em relatos orais, o que torna tudo muito precário. Por outro lado, a sequência não é linear, porque algumas das preladas cumpriram vários mandatos, quase sempre interpolados, noutros casos não

⁵⁰⁹ BNL, *Códice 8424*, fl.133.

⁵¹⁰ Idem, *Ibidem*, fl.43.

⁵¹¹ Idem, *Ibidem*, fl. 107.

⁵¹² BNL, *Códice 8395*, ff.23/23vº.

são usados os nomes e sobrenomes completos e ainda noutros as atribuições de cargos estão simplesmente erradas.

Assim, temos por exemplo Lourença da Silva, como a 9ª a ocupar a cadeira prelatícia e que a terá ocupado por duas vezes (foi mestre capela, cantora-mor e sacristã). Na realidade, foi a 18ª na sucessão, ocorrida em 1661/1664, e apenas uma vez. A ela se seguiria Mariana da Cunha e Mariana Castro, que afinal foram suas antecessoras. Embora a referida lista de preladas estar alicerçada na investigação dos livros de prazos, subsiste parte do problema pelo facto referido de os nomes nunca serem usados na forma completa. Apesar disso, seguiremos a cronologia referida, que nos parece mais fiável porque feita com base na documentação original, recorrendo a ela como forma de ordenar logicamente as obras segundo os anos, com base na sucessão cronológica das abadessas.

D.Lourença da Silva, apesar de não dispôr de rendas e de tenças, não deixou de prestar o seu tributo para o engrandecimento da Casa de Deus e associou-se a Paula de Alpoim Brandão, que fora priora de Vicência Madureira (1643/44). Em conjunto, ofereceram um calice grande, outro para festas e alguns castiçais de prata pagos com o produto das teias que faziam. Estes proventos forneceram ainda os meios para o *“selebre pelicano que ao Sanctissimo Sacramento serve de galhardo trono”*⁵¹³. Não sabemos se seria um sacrário, se uma urna ou se uma custódia. O que quer que fosse sumiu-se no incêndio ou posteriormente foi vendida, pois com tal referencial facilmente seria identificada, se ainda existisse.

Entretanto, a febre das obras acalmara e inclusivamente os projectos pendentes ficaram suspensos. As sucessivas preladas ou simples monjas entretiveram-se a competir, “amaneirando” e retocando, com imagens (durante o século XVII nasce a febre das esculturas ricamente estofadas e as de roca) e alfaias (encomendadas, mas maioritariamente executadas por suas mãos). Para completar obra de tal preço, Isabel de Mello *“fes o nosso rico sacrario (provavelmente de prata)... custou a obra goarnesida de christaes e cortinas perto de dous mil cruzados.”*⁵¹⁴ (80 000 réis). No segundo triénio de Conceição Azevedo foi terminado o altar-mor, com a colocação do trono executado por Domingos Lopes⁵¹⁵.

Nos finais do século XVII, Filipa Pereira de Pays (1685), que fora priora (1666/69) de Mariana Pinto e passara por quase todos os cargos conventuais (estava no mosteiro desde criança),

⁵¹³ FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o. c.* O pelicano surge também numa representação iconográfica na Igreja do mosteiro do Salvador em Braga. OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Mosteiro do Salvador*, Braga, 1994, p.56.

⁵¹⁴ BNL, *Códice 8395*, ff.77vº/78.

⁵¹⁵ BNL, *Códice 8424*.

ocupou-se, entre obras pequenas (soalhos) e outras mais relevantes (pinturas a óleo, ouro, azulejos), no Coro de Baixo, em renovar os livros do Coro (antifonários, etc) que eram objecto da sua atenção na qualidade de Cantora-mor, função recém-abandonada⁵¹⁶.

Talvez valha a pena fazer uma incursão ao reino desta monja música que foi abadessa, por ser este um tema muito caro aos beneditinos.

Deveria ser um regalo para os sentidos escutar o Cantochão a que vulgarmente se chama hoje Canto Gregoriano. Poucos são já os lugares onde ainda podemos deleitar os ouvidos, com excepção de espectáculos de gala, em que afinal mais que a alma libertada, acabamos por nos sentirmos espartilhados no formalismo da etiqueta.

- A música nos mosteiros beneditinos

O Cantochão teve origem no canto ambrosiano ou milanês, introduzido no culto por Santo Ambrósio e posteriormente reconvertido, no século VI, por São Gregório Magno, Papa, beneditino e biógrafo do Patriarca São Bento (donde a denominação de gregoriano). Mais tarde sofreu algumas distorções, segundo os entendidos, dando o pseudo-cantochão. Os tons originais, em número de 4, derivados dos tons gregos, eram utilizados para cantar hinos e antifonas. A estes 4 juntou São Gregório mais 4, os 8 praticados actualmente, que são os tons da Igreja. Os primeiros 4 chamam-se autênticos e os 4 posteriores os plagais. Este tipo de “música” escrevia-se sobre uma pauta de 4 linhas (e não de 5 como as pautas musicais comuns) nas claves de Dó e de Fá. O Cantochão não tinha nota sensível e nenhuma delas tinha valor métrico. A notação mais usual era de forma quadrada ou em losango. A melodia era, portanto, aprendida de cor e reconhecida pelo uso.⁵¹⁷

No século XI procedeu-se a uma nova estrutura pela mão de Guido d'Arezzo, também beneditino: fixou os nomes das 6 primeiras notas musicais, ao mesmo tempo que passou a colocá-las na pauta de 5 linhas. No século seguinte, acrescentaram-se a entoação e o valor rítmico e, pelos tempos fora, as divisões de compasso, etc.

⁵¹⁶ BNL, *Códice* 8395, ff. 33/35.

⁵¹⁷ *Cantochão* in Dic. Lello Universal, vol.I, pp.455, 1260.

Curiosamente, a denominação da sétima nota é a abreviatura do nome de São João, particularmente querido dos discípulos de São Bento. Guido d'Arezzo retirou, de resto, as primeiras duas ou três (para sol) letras de cada verso de um hino dedicado ao Profeta da Redenção para compôr a primeira forma (e única) da escala musical: UT queant laxis; Resonare fibris; Miira gestorum; Famuli tuorum; SOLve polluti; Labii veatum e a sétima e última SI deriva de Sancte Ioannes. A primeira, UT só no século XIII se transformou em Dó, quando se iniciou o estudo do Solfejo⁵¹⁸.

Não admira, pois, que a herança musical tenha transposto os tempos e brote naturalmente e ainda entre no que resta das comunidades beneditinas.

A educação das meninas recolhidas nos mosteiros incluía a música, como também a preparação das postulantes e das noviças dava grande importância à harmonia. Não eram raras as professoras de Avé Maria que sabiam canto e tocavam instrumentos, violino, rebeca, harpa e piano, além de naturalmente órgão e realejo (um tipo de órgão portátil). Todas as cerimónias solenes eram acompanhadas de coros de Cantochão, que não tinha (nem tem) suporte instrumental.

Nem todas seriam eleitas para o cargo de cantor-mor *“pello que deve o Prelado encommendar este officio a hum religioso devoto e solícito que tenha boa voz e seja destro ao menos no Canto Chão...”*⁵¹⁹. Dada a importância das funções, quem as desempenhasse ficava isento de muitas outras. A seu cargo estavam os livros, a sua conservação, escolha dos trechos, segundo a tábua dos Offícios, pré-determinada, que fazia aos sábados antes da Terça e nos dias santos antes da Prima. Estava dispensada das leituras no Coro⁵²⁰. Estas ficavam a cargo do Leitor que as fazia igualmente no Capítulo. Também não dizia as Antífonas da responsabilidade dos arqui-coros, primeiro e segundo, que se alternavam em semanas seguidas⁵²¹.

Neste conjunto de elementos que pontuavam no Coro havia ainda o organista que teria naturalmente de saber música e velar pelo órgão, mantendo-o sempre fechado, evitando a execução de melodias profanas, e em boa forma⁵²², (as despesas de Avé Maria incluem muitas verbas para concerto do “realejo”, sobretudo em vésperas festivas, indicando a preocupação na conservação e bom desempenho do mesmo). Dois monges (ou monjas) dos mais moços, os

⁵¹⁸ *Notas Musicais*, Ibidem, vol.II, pp.337, 360.

⁵¹⁹ *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros.....*, p.8.

⁵²⁰ Idem, *Ibidem*, pp.8/9.

⁵²¹ Idem, *Ibidem*, pp.13/14.

⁵²² Idem, *Ibidem*, p.15.

folheiros,⁵²³ ocupavam-se na ordenação diária dos salmos, hinos e cânticos de horas correspondentes para cada Ofício. Um (ou uma) assistia o Cantor e outro com o arquirco no manuseamento dos livros, no maior silêncio e cautela para não perturbar o desenrolar da cerimónia.

Naquele cenário barroco de penumbra, o ouro reflectido no brilho etéreo do azulejo, sufocado na riqueza das ricas alfaia, pesadas e densas na prata e no ouro, provocaria uma sensação de esmagamento (tal como temos ainda hoje em muitos dos templos espanhóis), a que o canto de Coro juntaria um arrepio de exaltação e de êxtase.

- Os tons artísticos do Barroco

Antes de avançarmos para a centúria seguinte, em que nova revolução arquitectónica varrerá o mosteiro, façamos o ponto da situação: partimos de uma simples caixa granítica, acanhada e simplificada, provida somente do essencial ao culto, muito cisterciense pela austeridade formal e decorativa. Paredes nuas, um imenso Coro proporcionalmente ao corpo do templo, separado deste por grossas barras de ferro, simetricamente colocadas nos dois andares. Em consonância com a pedra, boas madeiras de castanho e choupo, nos remates e travejamentos, suportando um forro igualmente escuro de madeira nacional, retirada provavelmente das matas reais. Um austero altar para a liturgia, tendo como única companhia outros dois altares colocados no plano mais recuado do cruzeiro (talvez uma bela peça lavrada) em posição paralela, um para o orago e outro para o padroeiro. No exterior não diferiria de uma pequena igreja rural quase românica, não fora o apontamento gótico do portal, onde a decoração manuelina com as armas reais emprestava uma nota indefectível do seu patrocínio. Mesmo assim ofuscada pela sombra do botaréu que lhe ficaria adjacente.

A visão dela, um século depois (1518/20), provocaria um acentuado contraste, porque não esqueçamos que Violante Botelho se encontrava já em movimento. Durante toda a centúria de 600, sentiu-se a vontade de extravasar os muros, reflectindo-se essa necessidade na opulência da limitada Igreja.

Talvez se tivesse tornado pesada e opressiva devido ao espaço demasiado pequeno para todo aquele mostuário, embora julguemos que no século seguinte as novas operações plásticas iriam torná-la ainda mais carregada. Mesmo assim, seria legítima a admiração do Padre Novais: *“La Iglesia assi en el frontespicio de la Capilla Mayor como el techo de su cubierto, es una ascua de*

⁵²³ Idem, *Ibidem*, p.17.

oro, com florones de lo mesmo en los ambitos de los pinjantes y artessones, labores y follajes de primeros debuxos; La Iglesia toda jaspeada de azulejos de invencion rara y vistosa, el pulpito de jaspe...”

- As reformas e a opulência barroca

As reformas tentadas para travar a corrupção entre os membros religiosos nunca tiveram verdadeiro êxito. A renovada espiritualidade pós-tridentina apenas ocultou ou desviou temporariamente tais comportamentos. No século XVII, mosteiros e conventos continuaram a multiplicar-se facilmente e a ser protagonistas de histórias bizarras e pouco edificantes e a ser objecto da cobiça de muitos.

Filipe II ordenou o encerramento dos estudos, pois os clérigos e frades eram tantos que se comiam uns aos outros, não podendo assim as esmolas abastar a todos. É curioso comparar que, dos cenóbios existentes no Porto nas primeiras décadas de 600, nove eram masculinos e tinham 250 religiosos, enquanto que apenas quatro femininos albergavam 313 professoras. Mas em Braga os femininos eram quinze!⁵²⁴

A ingerência na dinâmica interna das casas religiosas continuava a ser constante, a que uma lei de 1608 procurava pôr termo, proibindo “...que alguma pessoa secular, de qualquer condição e qualidade que fosse, se intromettesse por si ou por terceira pessoa nas eleições de religiosos e religiosas, procurando e subornando votos nellas”⁵²⁵. O regime dos comendatários havia deixado marca.

Além do controlo externo, a clausura estava maculada pela devassidão, pelo que as Ordenações Filipinas estabeleceram penas contra todo o que entrasse nos mosteiros sem licença, assim como para quem se ausentasse da clausura sem autorização expressa. Nunca tiveram, no entanto, grande efeito as leis que puniam a licenciosidade das professoras⁵²⁶ e iriam conhecer uma nova faceta no século XVIII.

Aproximava-se uma nova aurora de opulência. D. Pedro II, qual Moisés diante da Terra Prometida, apenas pôde adivinhar a imensa riqueza que se estendia a seus pés e em que se afogaria o reinado do seu filho. Após lhe ter tocado quase somente os escolhos da Restauração, tal como ao

⁵²⁴ ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, Coimbra, 1912, pp.519/521.

⁵²⁵ Idem, *Ibidem*, p.530.

⁵²⁶ Idem, *Ibidem*, pp.536/538.

profeta as dificuldades da travessia do deserto, deixará no final de 600 que o ouro brasileiro e alguns anos volvidos os diamantes tornem o Magnânimo noutra bafejado da Fortuna tal como no século XVI o fora D.Manuel. O Barroco iria beneficiar desta circunstância, embora não tenha nela tido a sua origem. E foram precisamente os beneditinos que melhor o expressaram⁵²⁷. Quem observe apenas as rígidas e austeras formas exteriores de muitos dos seus templos não adivinha o fausto que por detrás delas se esconde⁵²⁸. Muitos foram os artífices que se criaram no seio da própria Ordem, mas o cultivar de um gosto requintado acabou por requisitar artistas de renome. O tema vertente é disso um flagrante exemplo, não só pelas pessoas envolvidas, mas porque o Porto era um dos centros radiantes do Barroco erudito

Igualmente voltado para a religiosidade, D.JoãoV dedicará parte do seu longo reinado aos mosteiros e conventos, protegendo-os, sobretudo aos de dotação régia, mas de uma forma pouco ortodoxa, provocando uma onda de depravação pela imitação que muitos dos seus gentis-homens, na esteira do exemplo régio, espalharam por aquelas casas de recolhimento religioso. O escândalo institucionalizou-se a coberto da cumplicidade dos padres e confessores, contra quem se insurgiu o autor do "Directório". Os "freiráticos" deixaram um rasto de destruição espiritual a que nada escapou, misturando o sagrado com o torpe, celebrando os vícios em paródias glosadas de orações. A Câmara do Porto pedia ao rei providências para reformar os conventos de religiosas da sua comarca, providências essas que o monarca tomou, ao nomear Frei Gaspar da Encarnação para ministro do reino⁵²⁹. Era tarde e embora o soberano procurasse arrepiar caminho dos maus exemplos da vida terrena, para que lhe não carregassem de penas a outra, o vício instilara-se nos corações e nas mentes e este século ficou indelevelmente marcado pelos excessos reflectidos nos galanteios às freiras, arrastando-se pela centúria seguinte nos abadessados, gravados na memória de muitos pelos intervenientes famosos do nosso romantismo. Os mosteiros lançavam já o seu canto do cisne e o brilho de que se revestiram tais festas faziam talvez esquecer o fim anunciado e próximo.

Quando Vitória Maria da Cunha iniciou a sua "regência", estavam ainda longe os tenebrosos dias do porvir e o futuro mostrava-se auspicioso e risonho. Do vendaval operado no mosteiro durante o seu governo não rezam nem as crónicas da escritã nem os livros de visita que misteriosamente se sumiram ou nunca existiram. O bispo, na sequência de males intestinos, permitiu que resignasse, sem no entanto a dispensar das obras começadas. Não sabemos se as "*celas tão fermozas como*

⁵²⁷ OLIVEIRA, Aurélio de, *Os Beneditinos e os caminhos do Barroco*, in I Congresso Internacional do Barroco, actas, vol.II, Porto, 1991, pp.160/162.

⁵²⁸ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Apoteose do Barroco na Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses*, Revista da Fac.Letras, Porto, 1992, p.383.

⁵²⁹ ALMEIDA, Fortunato, *o.c.*, pp.539/541.

alegres.... que com sua industria e arte ficou hum novo Mosteiro” tiveram intervenção directa (disto já falámos aquando da passagem pelos dormitórios).

Em cem anos, o mosteiro conheceu outra reforma. Podemos adivinhar que o aspecto da frontaria não seria famoso. O acrescento efectuado na empena sul sobre o portal deveria parecer um remendo sinistro, uma espécie de bossa de corcunda, desequilibrando o conjunto. À parede amputada das longas frestas góticas, alongada longitudinalmente por uma capela-mor com algumas janelas a destoar pelo número relativamente ao tamanho onde se inscreviam, juntava-se um portal encimado por uma abertura a limitar ou a cortar uma decoração que não previra tais modificações. Como terá sido esta fachada em princípios de 700 quando despontava uma nova concepção estilística? Internamente vestida de ouro, que se espelhava no azulejo, ia envergar novos trajes, para que o exterior não destoasse da obra interior e a reflectisse.

- O retábulo do altar-mor do mosteiro de São Bento de Avé Maria torna-se um modelo

Data de 1708 (segundo triénio de Vitória Maria da Cunha) a nova capela-mor, desta feita levantada de raiz, onde se abriram tribunas. Esta ampliação levou à necessidade de fazer novo arco cruzeiro, porque as tribunas exigiram o alargamento da área interna da cabeceira. Para criar espaço e dar acesso a elas, recorreu-se à ocupação de celas do lado norte. Ter-se-ia reedificado a sacristia do altar-mor?

Por debaixo das tribunas e beneficiando da área criada, fez-se uma dependência com porta que permitia a entrada para a clausura, aos sacerdotes que levassem o Santíssimo às doentes. Foram ainda colocados nesta parede dois confessionários e na porta uma ministra para as monjas comungarem, sem terem de se deslocar ao Coro. Uma roda foi fazer-lhes companhia (substituiu a que fora feita um século antes nas obras da capela-mor?).

A cronista atribui ao segundo triénio desta abadessa a fábrica de um novo retábulo, no entanto houve outra encomenda com data de 1703, recaindo no governo de Maria da Conceição Azevedo, em que o principal interveniente era Manuel Martins, imaginário⁵³⁰ e que se não efectivou⁵³¹. Volvidos quatro anos (1707), já então na segunda prelazia de Vitória Maria da Cunha, outra empreitada para a mesma peça foi acordada em 16 de Novembro e entraram em cena João da Costa e Filipe Silva (o primeiro morou paredes meias com o Mosteiro, na rua Chã), entalhadores⁵³². Por 1708 estaria colocado a tempo das cerimónias da Semana Santa, mas o forro

⁵³⁰ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, vol.I, CMP, Porto, 1989, p.249.

⁵³¹ BRANDÃO, Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem....1700/1725*, vol.II, Porto, 1985, p.181.

⁵³² Idem, *Ibidem*. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto*

e outras mais “cousas e miudezas” apenas em 1709/1710. O custo total da obra da capela-mor orçou “*quatro mil cruzados e duzentos mil réis*”⁵³³. Em simultâneo, contrataram a Capela do Santíssimo Sacramento da Sé⁵³⁴

A obra de São Bento de Avé Maria deve ter sido tão inovadora e marcante, que serviu de modelo a várias outras que são hoje os seus únicos testemunhos. Mesmo já durante o advento do estilo joanino, continuou a irradiar influências⁵³⁵. Foi para seguir expressamente esse risco que António Gomes, um dos maiores entalhadores portuenses, arrematou em 1725, juntamente com José Correia, o trabalho de talha da capela mór da igreja de Jesus, em Aveiro⁵³⁶. Também a capela-mor da igreja portuense de São Pedro de Miragaia (1720) parece que reproduziu tal êxito⁵³⁷. Tal êxito explodiu de imediato, porque logo após a conclusão da encomenda para as beneditinas portuenses, Filipe Silva aceitou, em 1711, o trabalho para os retábulos-mor e colaterais da Igreja do Mosteiro de Grijó, com a condição de o reproduzir. Em 1718, a parceria Filipe Silva e António Gomes executou a talha da Capela de Nossa Senhora da Conceição (Árvore de Jessé) e de novo se imprimiu o reflexo de São Bento de Avé Maria⁵³⁸.

Na esteira dos êxitos conseguidos, a fama daquela parceria levou-a a executar, em 1722/25, o cadeiral de Arouca, considerado um dos mais importantes do país.⁵³⁹

A autoria do risco das talhas podia ficar a cargo do ensamblador, do dourador ou do entalhador, já que por estes tempos aquelas tarefas se apresentavam indistintas, embora exigissem a colaboração de todos na execução material do projecto⁵⁴⁰. O retábulo que esteve no altar-mor de São Bento de Avé Maria deveria filiar-se no estilo nacional, pela época a que pertence (primeiro quartel do século XVIII), que estava então no seu apogeu. Apresentar-se-ia com colunas pseudo salomónicas (sem o terço inferior diferenciado, embora tenha sido de algum modo marcado), de fuste espiralado e rematado superiormente por arcos concêntricos, ao jeito do românico português. Nos temas decorativos de cunho goticista (folhas de acanto e pânpanos) misturavam-

⁵³³ GONÇALVES, Flávio, *A Capela de talha da Árvore de Jessé da Igreja de São Francisco do Porto*, in *O Tripeiro*, Julho, Porto, 1971, pp.212/215.

⁵³⁴ BRANDÃO, Domingos Pinho, *o.c.*, p.303.

⁵³⁵ GONÇALVES, Flávio, *o.c.*, p.244.

⁵³⁶ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Apoteose do Barroco nas Igrejas.....*, p.377.

⁵³⁷ GONÇALVES, Flávio, *o.c.*, pp.212/215.

⁵³⁸ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *Filipe Silva*, in *Dicionário da Arte Barroca*, Lisboa, 1989, p.446.

⁵³⁹ Idem, *A Apoteose do Barroco nas Igrejas.....*, p.380.

⁵⁴⁰ Idem, *De Arquitecto a Entalhador itinerário de um Artista nos séculos XVII/XVIII*, in *I Congresso Internacional do Barroco*, Actas, vol.I, Porto, 1991, p.358.

se elementos de flora local, folhas de videira, cachos de uvas, meninos e pássaros⁵⁴¹, tendo no centro do retábulo o elemento mais português, o trono Eucarístico, colocado no vazio interior do conjunto, mas de que falaremos mais tarde. Nas ilhargas, pilastras e misulas, formando os quartelões, compunham e complementavam a decoração⁵⁴². O revestimento fazia-se a ouro comprado pelo próprio dourador a um bate-folha ou fornecido pelo encomendante, como no triénio de Branca da Silva (1637), quando Ribeiro, dourador dourou os “*floroyos com ouro batido que se lhe deu.*”⁵⁴³”

António Gomes e Manuel da Fonseca colocaram a talha da Capela-mor, em 1718. Dada a fama do primeiro, activo e muito requisitado já desde o último quartel de 600, é mais que evidente ser também o seu autor, que também por estes anos se ocupava da Capela da Senhora da Conceição, como já dissemos, de parceria com Filipe Silva⁵⁴⁴.

Esta capela tem de resto alguns apontamentos arquitectónicos decalcados expressamente do retábulo-mor da Igreja do Mosteiro de São Bento de Avé Maria. Essa exigência contratual expressa-se nas quatro colunas do corpo principal do referido retábulo e que “*por isso apresentam fustes quase cilíndricos, que estreitam pouco a pouco até ao astrágalo, encabeçados por capitéis coríntios. Não se lhes esculpíram todos os enfeites que estavam nos desenhos entregues aos mestres estalhadores – faltando-lhes os “pássaros” registados nos Apontamentos. Nos fustes, os seus dois terços superiores, percorridos por caneladuras ou estrias, patenteiam fitas enlaçadas, meninos e flores, lavrados com grande delicadeza, numa série de planos sobrepostos. No primeiro terço, separado dos outros por molduras circulares, predominam porém as folhas de acanto estilizadas, distribuídas em belas e férteis superfícies sem estrias nem fitas. Comparadas com as colunas mais vulgares do estilo nacional, pseudo-salomónicas, nas quais os fustes em espiral se inundavam de gordos relevos, estas colunas do retábulo da Igreja de São Francisco irradiam, inquestionavelmente, um requinte e elegância muito maiores. Na primeira metade do século XVIII por várias vezes a talha portuense adoptou tal tipo de colunas, num reflexo, segundo se julga, de modelos espanhóis dos irmãos Churriguera.*”⁵⁴⁵ Esta transcrição fala por si. As outras colunas deste conjunto retabular filiam-se no referido estilo nacional⁵⁴⁶

⁵⁴¹ OLIVEIRA, Aurélio, *o.c.*, p.154.

⁵⁴² FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Talha*, in Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pp.466/470.

⁵⁴³ BNL, *Códice 8424*, fl.78.

⁵⁴⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Talha do Porto, do Maneirismo ao Rocóco*, CMP, Porto, 1992, s/p.

⁵⁴⁵ GONÇALVES, Flávio, *o.c.*, p.168.

⁵⁴⁶ Idem, *Ibidem*.

Francisco Manso foi o artista que em 1730 contratou a obra de douramento⁵⁴⁷ “*da talha que se acha em preto....*” pelo preço de setecentos e cinquenta mil réis, a satisfazer em três pagamentos. O trabalho seria iniciado depois das oitavas da Páscoa e concluído em Agosto do mesmo ano. O tempo parece escasso, mas esclarecemos que parte da talha se achava já revestida. O órgão estava incluído e os canos dele deveriam ser “*achurreados de ouro sobre o estanho*”⁵⁴⁸ (pensámos ser uma espécie de lavrado a ouro para ornamentar, ocultando quanto possível o monótono cinzento do metal. Estas decorações não são raras nos tubos daqueles instrumentos). O ouro foi adquirido ao bate-folha Bonifácio Carneiro⁵⁴⁹.

Este homem, natural de Cinfães, bispado de Lamego, fazia em 1743 a obra da capela-mor da igreja de São Cristovão de Espadanedo, (Lamego)⁵⁵⁰. Muito provavelmente esta igreja era pertença do mosteiro do Porto, não só pela região geográfica em que se encontrava (Tarouquela), mas porque Espadanedo fazia parte do rol dos padroados do mosteiro de Tarouquela, anexado no século XVI ao de São Bento das Freiras e que viera engrossar o seu património. Em 1750 encarregou-se de obras de douramento na Igreja do Bom Jesus de Matosinhos e em 1760 arrematou a maioria do trabalho da Matriz da Póvoa de Varzim, onde, mercê da proximidade do mar, enfrentou graves e complexos problemas.

A SEGUNDA IGREJA DO MOSTEIRO NO APOGEU DO BARROCO (SÉCULO XVIII)

Uma capela-mor nova, mais espaçosa, ao ponto de necessitar de ser levantado um novo arco cruzeiro, alterou profundamente a estrutura da primitiva construção. A pequena igreja gótica tinha levado tais voltas que mais pareceria um arremedo. O aleijão provocado pelas obras de Violante Botelho na colocação do órgão sobre o portal ter-se-ia notado de forma assustadora, pelo desequilíbrio que a capela mór provocava e que não seria fácil harmonizar com todas aquelas marcas abadessais. Deve ter pensado nisso Maria Antónia de Noronha (membro das ilustres famílias de Campo Bello e dos Távoras) que, entre 1704 e 1719, cumpriu 4 “mandatos” e durante esse tempo foi observando o que as várias fases desconjuntadas, agora irremediavelmente desenquadradas, produziram. Vai daí “*mandou fazer o frontespício da Igreja...*” e “*... sobre a entrada da porta da Igreja aonde mandou assentar os órgãos reformados..*”⁵⁵¹. Na referida reforma

⁵⁴⁷ FERREIRA-ALVES Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, p. 249.

⁵⁴⁸ BRANDÃO Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade.....* vol.III, Porto, 1986, pp.173/176.

⁵⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁵⁰ GONÇALVES, Flávio, *José da Mota Manso e o douramento e pintura da talha da Matriz da Póvoa de Varzim*, in O Tripeiro, Julho, Porto, 1965, 197/200.

⁵⁵¹ BNL, *Códice 8395*, ff.83/104

terá tomado parte Francisco Manso? Os melhoramentos feitos por esta senhora não se ficaram apenas pela “sua casa”, abrangendo também, na medida do possível, as igrejas dos padroados, com obras de restauro, objectos de culto e paramentaria e ainda nos edifícios civis, como celeiros e residências paroquiais.

Foi concerteza por estes tempos que na Igreja do mosteiro de São Bento de Avé Maria se operou uma total transfiguração, varrendo em definitivo tudo o que lembrava o manuelino e o gótico (por exemplo os botaréis) por um arrasamento da parede sul, que limitava a expansão do novo arco cruzeiro feito na sequência do alargamento da capela-mor. Aquela empena sul deve ter-se afastado alguns metros para o “rocio”, não muitos, pois o terreno era público e garantia problemas com a Câmara (os poderes civis e religiosos nunca se deram muito bem ao longo dos tempos, ciosos das prerrogativas que os reis lhes atribuíam, jogando ao gato e ao rato como forma de os controlar a ambos). No entanto, deve ter sido o suficiente para conceder mais espaço e uma nova onda de transformações internas. De como ficou nada sabemos e o fogo de 1783 lançou não só as cinzas como uma total escuridão.

- As Confrarias

Não fará sentido abandonarmos este século sem falarmos de algo que muito reflectiu a sua postura devocional e ajudou a caracterizar este período em termos artísticos: as Confrarias que existiram no Mosteiro e que são praticamente todas do ciclo que se agora se encerra.

Já falámos da primeira que ali se constituiu no abadessado de D. Maria de Melo (a do Santíssimo Sacramento), fundada ainda decorria a 25ª Sessão Tridentina e ainda se não tinham derramado as suas directivas, apontando princípios restritivos e orientadores à arte, sobretudo à pintura e à escultura, mais directamente intervenientes nesta matéria. No entanto, o destaque que o Concílio conferiu à devoção do Santíssimo Sacramento teve consequências de um fogo ateadado quase de imediato, a julgar pela data em que no mosteiro do Porto se fundou uma Confraria daquela invocação (1562). Com ele se desenvolveu todo o espectáculo inerente à sensibilização do espírito pelo choque dos sentidos. Se entre o povo o resultado foram as magnificências barroquistas das Igrejas e Capelas, o que aconteceu no interior das comunidades religiosas transcendeu o imaginável, sobretudo no que concerne às femininas, encerradas dentro dos muros das clausuras, onde o único entretenimento permitido eram os trabalhos de labor em honra e louvor das igrejas e altares, tornados poucos para o elevado número de enclausuradas e que levariam ao seu rápido esgotamento. Além do número reduzido, ficariam em breve pejados de imagens de todas as devoções (autorizadas) para as quais devota e afanosamente competiam no fabrico dos paramentos de tecidos preciosos adornados de preciosos metais, ou como Antónia

Freire, falecida em 1669, que deixou de herança à sacristia “*hum grande enxoval de panno de linho*”⁵⁵². Tais artefactos teriam naturalmente de ser exibidos, multiplicando-se então procissões e liturgias solenizadas, onde as cores pesadas dos tecidos se misturavam com os incensos e os odores adocicados e entontecentes das grandes quantidades de cera que piedosamente todas elas dedicavam, pagavam e deixavam tensas para se continuar a queimar.

A Semana Santa, a semana maior, culminava com as dramáticas representações da Paixão e da morte de Cristo, enfatizadas ao longo de todo o ano nas Confrarias do Senhor dos Passos, a juntar-se a muitas outras.

Não seria propriamente a necessidade de espiritualizar o quotidiano, já todo ele sobrecarregado de manifestações de Fé, que levaria as monjas a multiplicar as Confrarias, mas sobretudo formas de preencher o tempo e a mente e canalizar quaisquer proventos patrimoniais ou eventuais. Assim pulularam por todos os cantos e recantos monacais, capelas, altares ou simples retábulos, sempre adornados de flores e enevoados pelo fumo dos pavios (até admira que os incêndios não fossem diários!). Para as Confrarias enfileiravam-se praticamente todas as monjas e quaisquer outros habitantes do mosteiro, incluindo os capelães que normalmente tratavam das respectivas questões burocráticas com Roma. Era frequente serem eles a encarregar-se dos pedidos de indulgências e da permissão de celebrar missas nos próprios altares onde eram erigidas as Confrarias, nos dias das festividades dos respectivos patronos. Acontecia, como parece ter-se verificado, que algumas destas Confrarias se desactivavam, talvez substituídas por outras mais em moda, e vinham a re-instituir-se mais tarde, aparecendo por isso mais que um ou uma fundadora.

Torna-se complicada a localização temporal das várias Confrarias instituídas no mosteiro de São Bento do Porto. Parece-nos no entanto que a maior parte terá tido lugar nas primeiras décadas do século XVII. Aconteceu isto porque as várias cronistas foram registando no desenrolar dos tempos os acontecimentos, sem cuidarem de ser precisas nas datas, algumas provavelmente recopiando notas antigas, truncadas ou já inicialmente incompletas. Mesmo assim, procuraremos pôr nisto um pouco de ordem. Parece que a segunda confraria foi a dedicada a São João Baptista e não à da Senhora do Rosário como seria lógico (a primeira fora a do Santíssimo Sacramento) no seguimento das determinações tridentinas, que colocavam as invocações marianas no segundo plano e só depois os santos. Maria de Castro, sobrinha de Guiomar de Ataíde, foi a sua fundadora e faleceu em 1614, alguns anos (embora julguemos que muito poucos) antes do aparecimento da Confraria do Rosário. Esta senhora estava indigitada para a cadeira abacial, por morte de sua parente, mas não chegou lá por entretanto terem acabado as abadessas perpétuas. Foi

⁵⁵² BNL, *Códice* 8395, fl.169/169vº.

ultrapassada por Bristes Ferraz. Para a “sua” Confraria arranhou uma cabeça “*truncada pella verdade*” com relíquias, uma santa imagem e “*seu curiozo retabojo*”. Deixou ainda para esta capela 1 frontal, 2 vestimentas de tela branca e 1 véu de ombros bordado de cetim verde com o Cordeiro de São João Baptista.⁵⁵³ A tia (Guiomar) e uma prima que foi também abadessa (Ana de Ataíde) ajudavam nas despesas. Anos mais tarde, já no cargo supremo do mosteiro, pôs castiçais de prata no altar do pregador, embora a sua devoção se dividisse com São Tiago, de quem pôs na Igreja uma imagem⁵⁵⁴. Nos finais deste século, Maria da Conceição Azevedo, cujo primeiro triénio foi de 1681 a 1684 e o último de 1694/97, restaurou a capela de São João Baptista juntamente com sua irmã Isabel (que fez o retábulo)⁵⁵⁵.

Terá sido pela segunda década de 600 que Violante Botelho fundou a Confraria do Senhor dos Passos⁵⁵⁶. Foi da sua autoria e muito naturalmente na sequência da sua devoção particular o Cristo Morto do Capítulo como ficou dito, quando por ali passamos. Ter-se-á seguido a das Almas do Purgatório, da responsabilidade de Inês Mesquita (1638/41)⁵⁵⁷.

A fundação das Confrarias não era prerrogativa exclusiva das abadessas e as que fundaram não teriam de ser necessariamente instituídas aquando as suas prelazias. Muitas das outras que existiram no mosteiro foram da responsabilidade de obscuras monjas que as concretizaram na sua qualidade de simples membros da comunidade e não tanto pelos pergaminhos familiares. Jerónima de Queirós, servente (de serva de Deus?), era Madre⁵⁵⁸ e fundou, no mosteiro, a Confraria da Senhora do Rosário, uma das mais importantes e que mais se difundiu no período barroco e, antes do dobrar do século XVII, Mariana Ferreira d'Eça completou a obra, mandando executar um retábulo⁵⁵⁹. Fundar a Confraria deve ter sido a acção mais relevante daquela religiosa, pois nada mais consta das crónicas, embora das suas posses se possa avaliar algo mais: “*ao devenissimo Sacramento dedicou a nossa Custodia piquena que para aquellos Sanctos tempos hera pessa de enestimavel valor, ordenou o ornamento de branca tella do rico veo de ombros borslado sobre o vermelho setim (com esmollas que lhe derão) para o cryzeyro desta nossa Igreja mandou fazer os dous coadros moldurados: hum de nosso grande Patriarca ho outro*

⁵⁵³ BNL, *Códice 8395*, fl.70vº.

⁵⁵⁴ Idem, *Ibidem*, ff.20vº/21.

⁵⁵⁵ Idem, *ibidem*, fl.37vº e fl.188.

⁵⁵⁶ Idem, *Ibidem*, fl.18vº.

⁵⁵⁷ Idem, *Ibidem*, ff.21vº/22.

⁵⁵⁸ Pedimos licença para discordar da leitura Ma. (Maria) feita pelo Prof.Doutor J.Jaime Ferreira-Alves, *As duas Igrejas do Mosteiro de São Bento da Avé Maria do Porto*, I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España, Portugal y America 1492-1992, pp745/754. Parece-nos Md. (Madre)

⁵⁵⁹ BNL, *Códice 8395*, fl.184vº.

de nosso Padre São Mauro; colocou em Coro de Sima a devotíssima imagem de Christo senhor nosso...⁵⁶⁰.

Com o tempo, outras devoções tomaram conta das atenções monásticas, porque nos meados do século XVIII, mais precisamente em 1740, a abadessa Inês Maria do Amaral Barreto reavivou no mosteiro o culto da Virgem do Rosário. Esta devoção, de origem dominicana, foi objecto de extraordinário incremento a partir do século XVI, apadrinhada pelo Papa Pio V na Bula “*Consueverunt Romani Pontifices*”, de 1569⁵⁶¹, mesmo a tempo de ser incluída na espiritualidade tridentina. O responsável pela actualização da Confraria em São Bento de Avé Maria foi Frei Manuel de Santa Roza Amorim, pregador de São Domingos, no Porto. O altar, localizado, no “*ditto Coro de baixo esta situado e posto ao lado esquerdo ou parte do Evangelho...*”⁵⁶², ali continuou após a reconstrução da Igreja, em finais de 700. Celebrava-se a festa no primeiro Domingo de Outubro. O número dos membros inscritos era relativamente reduzido, podendo ser esta a explicação do declínio de tal devoção.

Também por intermédio de uma religiosa, de nome Ana Maria, anónima de actividade, surgiu no mosteiro a Confraria do Senhor da Boa Morte. Dado que a referida religiosa faleceu em 1696⁵⁶³, esta imandade enquadra-se plenamente no espírito barroco.

Além destas devoções especiais, existiram outras mais ou menos importantes, reflectidas sobretudo nas posses materiais de quem as instituía e para as quais deixava proventos substanciais.

- A capela da Senhora do Loreto

Uma destas era a da Senhora do Loreto, curiosamente uma invocação de influência italiana⁵⁶⁴. Esta capela e todos os seus bens foram doados ao Mosteiro de Avé Maria por Maria Francisca da Encarnação, como dote para ali ser aceite como professa. Parece ter sido a última representante da família do licenciado Gonçalo Ribeiro de Sousa. A referida capela fora fundada no convento de São Domingos no tempo de D.Afonso, conde de Barcelos, filho de D.João I. O processo de dotação patrimonial estava, segundo o expresso, fora das condições estipuladas pela lei (Lei

⁵⁶⁰ Idem, *Ibidem*, ff.71/71vº.

⁵⁶¹ CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *Nossa Senhora na História e Devoção do Povo Português*, Salesianos, Porto, 1988, pp.234/235.

⁵⁶² ADP, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário* (4711).

⁵⁶³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶⁴ CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *o.c.*, p.252.

Mental?), mas a intercessão do referido nobre (bastardo do rei) permitiu que lhe fosse concedida a excepção. Ficou então determinado que a doação se destinava única e exclusivamente a prover actos litúrgicos em memória dos testadores e que os bens não poderiam ser alienados em caso algum. O primeiro administrador foi nomeado pelo próprio conde de Barcelos, passando o encargo para os filhos e netos, incluindo a linha feminina no caso de não existirem varões. Os frades de São Domingos tomariam o encargo no caso de herdeiros menores e, desde o momento em que não houvesse descendência, seriam os cidadãos da cidade a prover o cargo por meio de eleição.

O administrador em exercício seria acolhido em morada própria na rua dos Mercadores. Além desta, a Capela dispunha ainda de acomodações na Ribeira, na Fonte Taurina, na Lada, na rua da Ourivesaria, na rua de Cimo de Vila e na outra banda do rio em Gaia, todas alugadas. Para fora do termo da cidade, as riquezas da dotação espalhavam-se por Viseu, Sever, Guimarães e Sinfães. Somaram-se entretanto as propriedades particulares da candidata a professa, Maria da Encarnação, recebidas por herança paterna e que se compunham de casas na Sé, em São Domingos, defronte do Recolhimento do Ferro, no Souto, Belmonte e nas Congostas. Tinham domínios em Campanhã, Cedofeita, Fânzeres, Sermonde, Maia, Rebordoza, Aguiar de Souza etc. Incluído nestes bens imóveis havia uma sepultura “*abaixo do pulpito da Sé defronte da porta da claustro*”⁵⁶⁵. Perante tal dote, não podia haver dúvidas da aceitação da candidata em qualquer tempo, embora isso não tivesse ficado registado.

Também no mosteiro se sediou uma Confraria das religiosas de Jerusalém, mas não se adianta mais nada para além de que entre os membros se encontravam religiosas, seculares e moças.

- A irmandade de Santa Ana

À sombra do monumental mosteiro acolheram-se também Irmandades civis. Temos conhecimento de pelo menos duas, a última das quais combateu heroicamente pela preservação do edifício, numa luta antecipadamente perdida porque política. A outra é curiosa, não só pela uniforme profissão dos seus membros que apontaria mais para uma corporação de ofícios, mas porque o nome que tomou não seria a que mais se adequaria à dita profissão. Fundou-se em 1715 e dos irmãos apenas constam civis e as respectivas consortes, domiciliados nas imediações do mosteiro (uma meia dúzia um pouco mais afastados, mas não muito). Das profissões registadas a partir de 1756 até 1791, contam-se todas entre os ourives (prata e de ouro) e lapidários, com excepção aberta a um barrista (mesmo assim de certo modo todos ligados às artes, como frisa o autor do

⁵⁶⁵ BNL, Códice 8423, Instituição da Capela de Nossa Senhora do Loreto

artigo revelador de tal associação)⁵⁶⁶. O nome mais apropriado teria sido Santo Eloy, enquanto que o escolhido, Santa Ana, faz pensar que inicialmente as profissões dos seus membros poderiam ter sido bem diversas.

- As últimas confrarias do Mosteiro

Os tempos tudo mudam e as influências não encontram barreiras, nem nos muros dos conventos. O brilhante e opulento século das luzes estendeu a luminosidade das suas ideias pela centúria seguinte. O século XIX iria ser de profundas mudanças, mas por 1835 ainda havia tempo para fundar outra Confraria, a da Senhora do Desterro. A imagem mais antiga que se conhece, em Portugal desta invocação de Maria parece remontar ao ano de 1632. Encontra-se na vila de Monchique (Algarve), proveniente do convento da Senhora do Desterro, daquele lugar e com fundação naquela data⁵⁶⁷. Da zeladora desta Confraria no Mosteiro do Porto se poderiam contar inúmeras histórias, provavelmente a maioria de ficção, mas todas, no mínimo, recambolistas ou não tivesse sido Isabel Cândida⁵⁶⁸ a monja “preferida” de Camilo Castelo Branco. Não vamos aqui fazer mais que esta referência e fazê-lo porque ambos parecem ter sido intervenientes nos célebres abadessados que muito devem da sua extravagante fama à presença daquele trágico da nossa literatura, herói confesso de muitas aventuras romanescas.

Tinha a referida Confraria rendimentos próprios: uma pensão anual de 3 000 réis de *“hua morada de Cazas sita na Rua Chã desta cidade que se paga pelo S. Miguel de Setembro e são applicados para as sete Missas que se dizem nos dias do Desterro de Nossa Senhora...”*. A referida casa era propriedade de uma professa, Ursula d’Abreu, que se transferira de Monchique onde dava pelo nome de Ursula da Cruz (morreu macróbia, com perto de um século de idade). Tinha mais *“hua Pensão annual de vinte alqueires de Pão...”* de Campo da Serra, no lugar de Baguim do Monte, em Rio Tinto, que eram applicados na festa de São Tiago *“...que se faz sem sermão e o restante he para ornamento do Altar de Nossa Senhora do Desterro.”*⁵⁶⁹.

Entre os muitos objectos inventariados após o encerramento do mosteiro encontram-se peças de ourivesaria de cariz profano. É normal encontrarmos muitos deles em capelas ou altares, objecto de peregrinações, onde o povo os oferecia em sinal de agradecimento. No mosteiro parece que as monjas os adquiriam propositadamente para “embonecarem” as suas imagens predilectas:

⁵⁶⁶ MOSER, Jorge, *Artistas Portuenses da Irmandade e Confraria da senhora Santa Ana de São Bento de Avé Maria*, in Douro Litoral, Porto, 1949, pp.21/24.

⁵⁶⁷ CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *o .c.*, pp.164/165.

⁵⁶⁸ ADP, *Confraria da Senhora do Desterro* (4715), fl.1.

⁵⁶⁹ Idem, *Ibidem*.

Joana Miranda (falecida em 1676) tinha “*brincos e coriozidades para adorno de seo altar*” que era o da Senhora do Desterro⁵⁷⁰ e estaria implantado no Coro de Cima, segundo se lê no registo de obras ali efectuadas por Ana Pereira, irmã de Inês Mesquita⁵⁷¹ que foi abadessa. Não sabemos se ali se manteve quando, em meados do século XIX, se instituiu a Confraria e já muito depois do fogo que lançou sobre o mosteiro e igreja um brilho de estrela cadente.

- A irmandade de São Bento

A última associação de confrades que teve lugar no extinto mosteiro foi a de São Bento, erecta em 1879 com tinha cariz secular. Segundo nos parece, a sua vocação nasceu mais direccionada para a assistência social, na esteira de muitas outras criadas à sombra de um templo, do que para aquilo que primeiramente terá presidido à instituição das Confrarias e Irmandades já nos tempos medievais, a entreajuda dos seus próprios membros associados. O Estado liberal, no seguimento das belas ideias revolucionárias, reclamava-se o responsável pelo auxílio aos necessitados e indigentes, não só no plano da saúde, como no económico, no intuito de provar a inutilidade das Ordens religiosas que desempenhavam até então tais encargos. Mas a realidade ficou sempre muito àquém, não só por falta das estruturas e dos meios necessários para as custear, “auxiliadas” por muita ausência de vontade política. No século XIX, nasceram por isso muitas sociedades filantrópicas em sociedades ricas e que pretendiam manter-se na moda dos princípios maçónicos, mas em Portugal essa filantropia foi mais além, expressando mesmo a caridade cristã das populações civis que, criando essas associações, zelavam pelas almas e pelos corpos dos que se viam desprotegidos do destino, dando-lhes em última instância uma sepultura digna e abençoada. Acerca desta Irmandade teremos algo mais a dizer quando falarmos do combate que se travou no intuito de salvar o que restava do mosteiro da Encarnação do Porto.

A TERCEIRA IGREJA DO MOSTEIRO NUM BARROCO TARDIO (Rocaille—finais do séc.XVIII)

Na madrugada do dia 10 de Outubro de 1783, um violento incêndio irrompeu no Mosteiro e devorou toda a magnificência que dois séculos de desvelo ali acumulara. Iniciado antes dos primeiros Ofícios (à uma hora e meia da madrugada) extinguiu-se três ou quatro horas depois, levando definitivamente o mostuário barroco. Enegrecido pelo fogo o lavor das pedras, reduzido a cinzas o ouro brilhante que recobria as paredes, estilhaçados e embaciados os azulejos, escurecidas as cores, indecifráveis os desenhos, desconhecidos para sempre os mestres que ali emprestaram a sua arte. O contemporâneo pasmou perante o espectáculo não inédito, mas

⁵⁷⁰ BNL, *Códice 8395*, fl.173vº.

⁵⁷¹ *Idem*, *Ibidem*, fl.171vº.

sempre esmagador, encolheu os ombros e acusou as beneditinas de cumplicidade, como forma de se desenvencilharem de um espaço acanhado e antiquado. A frase de Lino de Assumpção traduz o sentimento da época: *"o incêndio, pois, talvez destruisse cousas ricas, mas não fez desaparecer nada de bom por certo"*. Talvez tenha pesado na balança do equívoco o facto de escombros erguidos aos céus não terem fumegado por muito tempo, substituídos que rapidamente foram por uma nova construção mais ampla e clara.

Era então responsável pelo bispado D. João Rafael, que tomou as primeiras providências, e menos de um ano volvido já o estaleiro da nova Igreja e anexos se encontrava em actividade. Manuel Álvares de Santa Cruz do Bispo surge simplesmente assinalado como o autor do risco, pelo qual recebeu 120 000 réis. Imaginámos que era personagem muito conhecida, dispensando quaisquer outras apresentações. Se era o mestre das obras episcopais⁵⁷² a quem o chefe da diocese entregou de imediato toda a traça a efectuar não traria às religiosas mais preocupações, para além de reunir as verbas necessárias à prossecução do projecto. Foram precisos muito mais fundos do que os que habitualmente custeavam as obras que se iam fazendo. Recorreu-se ao empréstimo externo para reunir os 70 contos de réis, ao juro de 5 a 8%⁵⁷³.

As despesas feitas com as obras ao longo de 10 anos estão minuciosamente registadas em dois Livros e a preocupação pela contabilidade é tão notória que o escrivão numerou as páginas no verso para que ela não estorvasse os sucessivos lançamentos e o transporte para as laudas seguintes. São registos intermináveis, minuciosos, mas desprovidos de pormenores preciosos para a reconstituição dos lugares e decorações. Os artistas e os operários perfilam-se a esmo em contingentes indiferenciados, donde apenas os salários auferidos dão uma nota de reconhecimento pelo trabalho desempenhado (os colaboradores que, pelas verbas recebidas, parecem terem sido os artistas vão registados em anexo). À medida que se avança na observação dos registos têm-se a noção do avanço da obra, pelos materiais que vão sendo requisitados e empregues. A pedra é uma constante e praticamente todas as pedreiras da cidade e seu termo contribuíram para a nova construção, a começar pela da Fontinha e a de Fradelos (aquela próxima do que é actualmente a rua de Gonçalo Cristóvão; dinamitou-se o que restava da segunda nos anos 60 deste século, para se construir o Silo de estacionamento automóvel). Depois vêm as madeiras mais rudes, como o pinho nativo, e o da Flandres (para forros) e algum castanho. Entre os vários utensílios, surgem nomes ou apelidos relacionados toponimicamente com lugares da cidade (Luis da Agoa Ardente, hoje seria Luis da Praça do Marquês de Pombal). As grandes

⁵⁷² FERREIRA-ALVES, J. Jaime, *Elementos para a História das Sociedades entre Pedreiros*, in Revista da Faculdade de Letras (História), Porto, 1992, pp.349/350.

⁵⁷³ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.130.

quantidades de pólvora gastas teriam talvez a finalidade de partir os blocos de pedra. O termo de encerramento do primeiro tomo das obras tem data de 6 de Março de 1790 e a verba acumulada e em transporte para o segundo volume era de 130 mil cruzados, duzentos e sessenta mil e setecentos e oitenta e três réis (52 260 783 réis). A abadessa era desde o início Sofia Brandão, sendo secretariada por sua irmã Isabel Clara⁵⁷⁴.

O Livro seguinte abre com alíneas mais animadoras em termos de notícias concretas. Em Março de 1790, sete anos após o sinistro, entra-se na fase do apuro arquitectónico e decorativo. Surgem os artistas da madeira, entalhadores e ensambladores : Manuel Pereira, França, Francisco Dinis⁵⁷⁵. As pedreiras continuaram a ter actividade constante, agora de outros locais da cidade, mas a par delas há madeiras exóticas (para os cadeirais?) de fretes vindo do Brasil. As esculturas do “Coro de Sima” não aprofunda mais, assim como a pintura do mesmo local que custou 308 048 réis. Em Agosto de 1791, barristas de moldes (um dos processos para a obtenção do negativo para a técnica dos estuques decorativos⁵⁷⁶) e marmoristas fazem obra (destes últimos conta-se José Pereira e “José seu filho”). Os cadeirais do Coro estão colocados em Fevereiro de 92, porque lá andavam os “alimpadores das Cadeiras do Coro”, e em Abril começa-se a tribuna. As verbas a ela indexadas são consideráveis: 5 120 réis, 19 300 réis, 19 840 réis, crescendo até 39 970 réis já depois de Setembro desse ano. Grandes quantidades de grades de madeira(Coro em Setembro de 1792) e de ferro. A tribuna continuava a precisar de madeiras e usava-se açafraão para o risco. Em Abril, os anjos para ela custam 19 240 réis e em Maio regista-se um escultor, do qual se esqueceram de pôr o nome, assim como os escultores que no mês seguinte continuavam a trabalhar na tribuna. Nesse mesmo mês de Junho de 1893, a 6, morre o bispo D.João Rafael e suspendem-se as eleições no mosteiro. Por indicação do Cabido o governo abacial continua assegurado por Sofia Brandão, que apenas em Outubro de 93 cede a cadeira abacial a Ana Antónia, assessorada por Antónia Joana. A pintura do retábulo custou 47 660 réis no mês de Julho e no de Agosto pagou-se pelos confessorários, aos entalhadores, 7 900 réis. No início de 1794 pagaram-se 6 200 réis a um entalhador pelo risco dos castiçais. Francisco Dinis e o França ainda ali desempenhavam funções em Dezembro de 1793 e em Maio do ano seguinte há pagamentos de várias douraduras, incluindo “Dourar a Menistra”.

Os trabalhos estariam praticamente, em fase final, porque D.Lourenço de Sá mandou, em Junho de 94, benzer a Igreja por estar “...nos termos de nella se exercer os officios Divinos...”.

⁵⁷⁴ ADP, *Livro das Obras de Reedificação* (4705).

⁵⁷⁵ O apelido deste artista está registado de várias maneiras: de Nenis foi a recolhida pelo Prof. Doutor Jaime Ferreira-Alves (*O Porto na Época dos Almadas*), mas analisando as outras formas, parece-nos que realmente ele se chamava Denis, Francisco.

⁵⁷⁶ VASCONCELOS, Flório, *Os Estuques do Porto*, CMP, Porto, 1997, p.19.

Desempenhou tais funções Manuel Lopes Loureiro, Provizor do Bispado. Depois disto, ainda havia caixões e madeira de moldes e gesso a cargo do França (deveriam ser os estuques do tecto do Coro), “*dourar a pianha*”, “*trandelas e Butoens*”, “*Moxos para a Capela Mor*” e mais castiçais. Dois dias antes do S.João (22 de Junho), o Santíssimo recolheu à nova casa acompanhado de luzidia procissão onde se incorporaram autoridades eclesiásticas e civis e o povo em geral. Eram tantos os que quiseram tomar parte que “... *ainda estavam dentro do Patio e já a Cruz a porta da Igreja estava...*” *As janelas das áreas circunvizinhas do Mosteiro encheram-se de colchas e bandeiras e de “...ervas cheirozas...”* Houve sermão dito por Frei Bartolomeu Brandão e vésperas cantadas por seis padres. Na véspera houve algo parecido com arraial com iluminação feérica no mosteiro e um “*...Povo imenso de toda a cidade a ver e varias fogueiras.*”

O santo para a frontaria, que deve ter sido a imagem do Patriarca que um século depois se esborrachou no pátio (diz-se que propositadamente, devido aos muitos pedidos), custou 12 800 réis (se era aquele em questão, era feito de barro) e o escultor anónimo recebeu 7 090 réis. Foi necessária ainda madeira de pau preto para alguma obra suplementar.

Entrando agora no sector dos tecidos, faziam-se em Novembro de 1795 as sanefas para o altar-mor por 6 300 réis e Ana Antónia de Sampaio é reeleita em 28 de Outubro do ano seguinte. Gastara-se 75 783 846 réis⁵⁷⁷. Na realidade o rol é extenso mas diz muito pouco. Tentemos remediar a questão com os testemunhos de quem viu e relatou embora sem apuro de pormenor.

O espaço construído estava provavelmente delimitado pela anterior Igreja, após as modificações operadas no início do século com Antónia de Noronha que “intervencionou” também a portaria, locutórios, casa da Prelada, sala Livre e Mirante⁵⁷⁸. Pormenor a reter é que tudo isto fazia parte do bloco anexo à Igreja e Coros, ou seja, toda a face sul/poente.

Do interior da Igreja não nos chegou qualquer “cliché” e “*A egreja que substituiu a antiga se é vasta, clara, com galerias nos dois andares, que a cingem partindo dos coros, e permitindo o uso de todas as tribunas; se no corte transversal se observa uma boa disposição dos impuchos e uma engenhosa disposição das abobadas.*”⁵⁷⁹ Não vale a pena transcrever o resto por eivado de sentimentos negativos e destruidores para a estrutura e materiais utilizados.

Não diz muito mas talvez não estivesse muito distante da Igreja do mosteiro de Arouca no que diz respeito à nave, também única e sem transepto e naturalmente com entrada lateral. Do resto

⁵⁷⁷ ADP, *Livro das Obras de Reedificação do Mosteiro* (4706).

⁵⁷⁸ BNL, *Códice* 8395, ff.83/104.

⁵⁷⁹ ASSUMPÇÃO, Lino, *o .c.*, p.130.

partimos para especulações; o equilíbrio que a caracterizava exteriormente deveria espelhar o traçado interior. De certeza, a nave era mais alta que os corpos laterais e isto verifica-se pelos desenhos de Joaquim Vilanova, embora a nosso vêr o “mestre” tenha registado mal a perspectiva do telhado, orientando-o demasiado para norte em vez de o manter paralelo à fachada (Fig.23 anexos). Mais fieis, são as poucas fotografias tiradas da rua do Loureiro, em que se nota a discrepância das cotas da cobertura. Por outro lado, um outro registo (embora mau e com muito grão) tirado já em adiantada fase de destruição comprova o que acabamos de dizer (Fig.156 anexos). Esta tomada de vista mostra ainda outro pormenor inscrito na transcrição atrás efectuada mediante o qual em ambos os pisos haveriam galerias que partiam dos Coros. Sousa Reis esclarece que “...nos quaes as Religiozas assistem, querendo, aos officios Divinos.”⁵⁸⁰ Não sabemos por onde se fazia o acesso a estes corredores. As pequenas portas colocadas nos topos, na vista do Coro Alto (Fig.41 anexos), seriam a passagem aos varandins dos órgãos, embora pudessem também servir para aceder às galerias. Em Arouca, pode vêr-se actualmente um sistema de galerias idêntico, com altares. Também no Porto, no mosteiro de São Bento das Freiras, existiram altares, a que o Inventário Geral atribuiu os números 15 a 19, e o vigésimo que se enxerga numa perspectiva diagonal, na Fig.41, estava colocado dentro do próprio Coro Alto. A parede aonde se adossa era toda ela uma ilusão em “tromp d’oeil”, a fazer lembrar as belas pinturas pompeianas que ainda adornam fragmentos parietais da cidade do Vesúvio. Nicolau Nasoni não andaria longe.

O altar etiquetado com o número 19 (da Senhora das Dores) pelo conteúdo iconográfico deveria ser o que possuía “uma *Pietá de harmonico colorido e expressão verdadeira pintada em cobre dentro de uma moldura de prata lavrada...*”⁵⁸¹ e da qual se conta ter ido a leilão, atingindo a soma de 70 000 réis por estar assinado com o nome Rafael!⁵⁸²

O panorama que se explanava para a nave através das grades perdeu-se para sempre e os reflexos luminosos que na vista referida se derramavam a partir do exterior apenas permitem lobrigar um arco que, pela amplitude, não deveria abranger plenamente o acesso da capela-mor, parecendo recriar o esquema dos altares laterais de topo ou indicando a área sagrada mais estreita que o corpo da Igreja (o que é sugerido nas poucas plantas topográficas existentes). Pena é que se não veja melhor, até porque a grade é de malha muito mais aberta do que era habitual nas clausuras. O piso térreo do Coro tinha uma estrutura arquitectónica igual ao de cima (com três arcos), o que se pode verificar pela fotografia da demolição. No entanto, o gradeamento parece

⁵⁸⁰ REIS, Sousa, *Manuscritos Inéditos da BPMP*, II série –6, Porto, 1999, p.174.

⁵⁸¹ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.154.

⁵⁸² Idem, *Ibidem*.

que era diverso, se a amostra exposta no Museu do Seminário do Porto ali esteve colocada como fazendo parte da porta e que ainda ostenta um pequeno orifício, a *Ministra da Comunhão*.

- As cerimónias no coro baixo

O Coro de Baixo tinha funções diferentes daquele que lhe estava sobrejacente. Duas funções das mais importantes ali se desenrolavam. Duas cerimónias de certo modo complementares: a recepção dos novos membros e a despedida de outros.

No fim de um ano de noviciado, a candidata preparava-se para fazer parte da comunidade professa. A cerimónia tinha início no Capítulo na presença de todos os membros efectivos e presidida pela abadessa. De joelhos, a noviça pedia solenemente que a aceitassem como uma das demais. No dia imediato, a procissão de imposição do hábito começava de novo na Casa capitular em direcção à Igreja, onde todas as insignias inerentes ao novo estado, colocadas numa bandeja de prata, aguardavam a candidata (cogula, escapulário, cilício e disciplinas). Juntamente estavam também uma agulha com linha para cozer o capelo, um jarro, um prato e uma toalha⁵⁸³. No caso das clausuras femininas, a comunidade assistia naturalmente dentro da grade e o bispo que presidia à cerimónia, após a leitura do Evangelho, sentava-se com a Mitra num lugar próximo da grade, da banda de fora. Seguia-se um longo ritual onde se mesclava o português com um macarrónico latim na entoação das Antífonas e Orações, benziam-se as cogulas e os véus. As virgens coroadas de flores ajoelhavam e beijavam a mão à abadessa. A cerimónia terminava com uma prática feita pelo Bispo. No momento da profissão, o noviço apresentava em seu nome uma escritura assinada que se mantinha nos arquivos do Mosteiro como prova da sua livre e espontânea vontade⁵⁸⁴.

Enquanto as boas vindas a um novo membro eram motivo de alegria, a despedida de qualquer uma trazia tristeza e alguma incerteza.

Depois de amortalhada, vestida com sua cogula, colocava-se-lhe por cima *“hum roquete ou costa”*⁵⁸⁵ (sic) e depois uma cruz peitoral sem reliquias, *“se teve uso delas como o tem todas as Abbadeças do Reino de frança (sic) e alguas dos Conventos de Espanha”*⁵⁸⁶, pluvial e anel abacial. Não se lhe colocava o Báculo (Bago) porque: *“... como este significa a jurisdição e coidado pastoral e tão bem a justiça feita com piedade e amor paternal... e pela morte se lhe*

⁵⁸³ *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros* pp.185/187.

⁵⁸⁴ Idem, *Ibidem*

⁵⁸⁵ BNL, *Códice 8337*, ff.1/24.

⁵⁸⁶ Idem, *Ibidem*.

*acabou o poder e jurisdição presetiva e corretiva que tinha sobre as suas subditas, por isso o não deve levar nem por em a ella.*⁵⁸⁷” Pelo mesmo motivo não se colocava nos Bispos defuntos.

Após o falecimento, se se tratasse de uma Prelada os sinos tocavam “4 sinais” e o cadáver era transportado num caixão ao Coro de Baixo, onde 4 religiosos o trasladava para um enxergão colocado sobre uma Essa. Segundo as regras canónicas, não se utilizava o caixão para a Câmara Ardente. Um pano preto e uma cruz nas mãos da falecida completavam o quadro. Seguiam-se as exéquias com sermão e só então se dava início ao ofício do sepultamento pontificado pelo celebrante, acompanhado pelo diácono, sub diácono e religiosos, colocados à esquerda e à direita do corpo. Após os responsos, o corpo, levantado por meio de toalhas colocadas previamente por debaixo, era recolocado na urna, encaminhando-se todo o conjunto para o Capítulo, entoando os sete salmos a que tinham direito as Preladas. A sepultura cobria-se com baeta preta. As abadessas, quando morriam, tinham direito a 18 procissões e 3 ofícios. As procissões aos defuntos faziam-se desde o Domingo da Santíssima Trindade até ao Natal; após a missa, formava-se o séquito no Coro de Baixo, saindo atrás de uma cruz de prata e encaminhava-se até ao claustro do pomar enquanto cantava e orava, após o que fazia o trajecto inverso. Durante o percurso era tangido o sino mais pequeno⁵⁸⁸.

Se o falecimento fosse de uma religiosa, o préstito começava no Coro de Cima e era no de Baixo que depois se cantavam os responsos. Tinha direito apenas a 3 toques de sino. Se o infausto tivesse de ser efectuado em Sexta-feira Santa, as cerimónias eram feitas em surdina com a cruz baixada e não haveria lugar a toque de sinos, ou saltério ou ofício de corpo presente. Repetiam-se situações semelhantes para as noviças, seculares e criadas (estas últimas eram colocadas em esquife e não em caixão⁵⁸⁹) e diferentes eram as orações; o toque dos sinos para as não professas só se fazia de manhã se o passamento tivesse ocorrido de noite e o corpo era depositado no Capítulo⁵⁹⁰.

Da decoração desta parte térrea da Igreja pouco sabemos, para além de possuir bancada idêntica à do Coro sobradado; tinha pelo menos um altar, o da Senhora do Rosário, tornado sede da Confraria com o mesmo nome de que falámos já. Além disso, albergava também do lado do Evangelho a urna que continha as relíquias preciosas da santa predilecta do Mosteiro, Santa Columba, que para ali tinha sido trazida a instâncias de uma religiosa. Transcrevemos a descrição que dela fez Lino de Assumpção, porque sabemos um pouco mais sobre o seu destino e é

⁵⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

⁵⁸⁸ BNL, *Códice 8337*, ff. 1/24.

⁵⁸⁹ BNL, *Códice 8407*.

⁵⁹⁰ BNL, *Códice 8337*, ff. 1/24.

interessante compararmos o ponto de vista da testemunha ocular com a realidade dos factos: “...dentro do vão de um altar o corpo ou por outra, os ossos de santa Colomba, com as phalanges, carpos, metacarpos das mãos e os tarsos e metatarsos dos pés encerrados em luvas de rede de prata e disfarçada a hediondez da caveira por meio de uma mascara de cera, de livida pallidez, simulando o rosto sereno...”.⁵⁹¹ Como tudo o que pertenceu ao extinto cenóbio, também os despojos terrenos desta santa foram obrigados a abandonar o local e acolheram-se a Cedofeita e ali estiveram e ainda estariam se a realidade do senhor Assumpção não fosse pura ficção. Ao procurar dar uma solução àqueles despojos humanos, o pároco daquela freguesia verificou que a santa era apenas cartão e arames que o tempo trágico, desfazendo-se em pó quando removida. A máscara, que não era por isso de cera mas mesmo assim uma belíssima peça, serviu de pasto à gula umas tantas traças, assim como as roupas, tudo volatilizado em fumo.

- O coro alto, a jóia do Mosteiro

No Coro Alto tinham lugar os Ofícios Divinos e é deste que possuímos registos visuais. Amplo e elegante, recebia a luz natural do lado sul e estaria praticamente todo o dia iluminado. O tecto tinha trocado a pintura e a talha pelo estuque decorado e pintado, trabalho a cargo (talvez) do França (seria francês?). Os medalhões circulares que ao longo da cornija decoram a sanca do teto representando os santos e patriarcas da Ordem, pareceram-nos, após aturada investigação em registos fotográficos mais nítidos⁵⁹² e observados à lupa, reproduzir sempre a mesma personagem: São Gregório Magno (pelo menos, nos que se encontravam do lado do Evangelho). Esta prática de representar os patronos como guardiões era comum e ainda hoje se pode verificar, por exemplo em Tibães, a abadia mãe dos beneditinos. O caso de Avé Maria é por isso um entre os vários, mas feito num registo diferente, mais moderno, de acordo com a época em que foi executado.

Como atrás foi dito, a tarefa de colocar os estuques deve ter ocorrido em 1794, dez anos após o incêndio e em tempos de *Sede Vacante*, até porque, como também referimos, a Igreja foi benzida por um representante do governador episcopal em exercício (D.Lourenço de Sá), devido ao falecimento do bispo D.João Rafael ocorrido em 1793. Os estuques que se recortaram no tecto do Coro de Cima foram coevos dos que se mantêm na caixa (paredes e cobertura) da escadaria barroca da entrada do Paço Episcopal do Porto e têm com eles algumas afinidades.

⁵⁹¹ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.* p. 137.

⁵⁹² Pertencentes ao AHMP.

Este magnífico conjunto estucado que nos serve de abóbada quando subimos a escadaria nasoniana do palácio do Bispo é considerado um trabalho de transição do Barroco/rocóco para o neoclássico. A par de elementos do barroco final, entretecem-se frisos de modelo clássico⁵⁹³ e pensamos nós que os de São Bento das Freiras se enquadravam na mesma escola, embora os desenhos do mosteiro beneditino se aproximassem muito mais da última corrente, pelo menos no que concerne ao desenho que compunha o casamento da abóbada de berço com o plano perpendicular das paredes, onde se alinhavam os medalhões (de tipo Wedgwood⁵⁹⁴) com elementos rectos e verticais como se fora as métopas e os triglifos dos frisos dóricos. Um esquema parecido desenvolve-se no Palácio dos bispos, onde a diferença reside na existência de uma cornija pétrea em lugar da ilusão de óptica do mosteiro beneditino.

Para cima do elemento geométrico que limitava superiormente o friso (outra cornija fingida), os desenhos pouco nítidos, parecem denotar um cunho híbrido a tender para o rocaille, continuando-se nos painéis verticais que separavam as janelas falsas do Coro da Igreja, assim como a bordadura em torno da curvatura dos arcos que provocavam um ilusório marmoreado executado na técnica da escariola ou escaiola. A mesma ilusão de óptica está patenteada no revestimento parietal que emoldura o imenso portal, encimado por um frontão e ladeado por painéis recortados a estuque no topo da escadaria do Paço. Também as paredes frontais do Coro das monjas possuía um recorte geométrico parecido com o que se patenteia na escadaria de Nasoni e nas composições decorativas de tipo barroco com acantos desenrolados e concheados de sabor rocóco. Sobre o artista (poderia ter sido o mesmo) ou dos artistas que executaram ambas as obras, entre 1791 e 1794, desceu um absoluto silêncio, aventando-se para a obra do Paço o nome de Domingos Teixeira Barreto⁵⁹⁵.

A balaustrada ondulada que corria por cima dos três arcos que rematam o Coro era resguardada por uma grade de ferro e servia de apoio a um enorme nicho que ocupava grande parte da área do tímpano.

Como num enorme salão pompeiano, toda a decoração ficou a cargo das ilusões que ampliavam visualmente o horizonte, não deixando espaço a que as espaldas dos cadeirais se estendessem ao longo das paredes, criando como que uma cúria inquisitorial. Em vez disso, os lugares do Coro alinharam-se em duas filas, como de costume, mas todas sem encostos tribunícios, com excepção do da abadessa. A diferença de cotas devia-se ao estrado mais elevado em que se apoiavam os

⁵⁹³ VASCONCELOS, Flório, *o.c.*, pp. 57/62.

⁵⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵⁹⁵ Idem, *Ibidem*.

assentos adossados nas paredes. A cadeira abacial colocada do lado direito no vão entre duas janelas era (e ainda é, apesar de maltratada, esperamos nós que por pouco tempo) uma bela peça de marcenaria executada de madeira brasileira, que retomará, quando restaurada, o tom profundo da espécie exótica a que pertence. É de espaldar alongado, curvo sob o peso do tímido baldaquino de cortinas presas por borlas e ligeiramente cintado como uma folha esticada e cujos bordos se voltaram delicadamente a enrolar.

Segundo Lino de Assumpção, o Coro de Baixo possuía também um cadeirado igual. Assim e segundo o mesmo autor, o número total rondava os 180 lugares, repartidos igualmente pelos dois Coros. Desconhece-se que caminho terão tomado, porque os que se localizaram na cidade do Porto não contabilizam sequer metade e mesmo assim não pertencem todos ao mesmo conjunto. À primeira vista não se diferenciam, até porque se encontram em lugares físicos distantes entre si, mas observados com atenção os pormenores decorativos, são bem diversos tanto no encosto como nas misericórdias e no remate ao nível do jugo do assento. O pormenor central das mísulas dos assentos do grupo que se encontra na igreja de Cedofeita repete-se nos almofadados centrais que lateralmente ornaram o sacrário do altar-mor.

Do mobiliário do Coro Alto faziam parte duas estantes, uma delas pelo menos sobrevive, a maior. A lâmpada, que ali se suspendia igual a tantas outras, é hoje impossível de individualizar entre os tantos objectos litúrgicos espalhados pela cidade e arredores. Ao lado esquerdo do altar (o vigésimo do Inventário), havia um pequeno oratório, também ele impossível de personalizar. O chão era sobrado de tábuas corridas à boa maneira portuguesa, talvez de pinho de riga ou de flandres. De resto, a variedade das madeiras usadas nesta re-edificação contrasta com as aplicadas nas obras anteriores, baseadas na prata da casa (nogueira e castanho). Então naquele final de século XVIII, o exotismo decorativo das talhas douradas casadas com o estuque usado para substituir o azulejo fazia ressaltar a nobreza e a austeridade sombria das densas madeiras, brasileiras de brilho sedoso e nacarado, tendo os forros de castanho de veios ondulantes dado lugar aos pinhos estrangeiros isentos de textura.

- O retábulo do altar-mor

Do lado oposto aos ante-coros e Coros situava-se o retábulo que ocupava toda a parede nascente da capela-mor. Parece ter mantido (porque a peça ainda existe) a curvatura superior que acompanharia a abóbada e o tamanho permite-nos avaliar a amplitude que teria a cabeceira da Igreja das beneditinas. No entanto pode ser um cálculo erróneo, dado que este retábulo ocupou já dois lugares distintos e porque sabemos que a imaginação humana não conhece limites quando se trata de fazer adaptações. O primeiro local escolhido foi consequência da necessidade de ser

retirado do local onde se encontrava e a necessidade que a freguesia de Cedofeita tinha de completar a sua Igreja, com risco de Marques da Silva, hoje infelizmente desaparecida graças, ao perigo que constituem as “mentes esclarecidas” das autoridades civis e eclesiásticas que periodicamente ocupam lugares de decisão.

Dali, foi então de novo removido, já nos anos 70 deste século, por um acidente fortuito muito comum e a que as casas religiosas parecem muito atreitas, o fogo. Não porque a Igreja de Cedofeita tivesse ardido (se calhar o resultado não teria sido pior, até porque a pedra não arde e a obra do insigne arquitecto teria permanecido), mas porque a Igreja de São João de Vizela, no dia da festa da comunhão, viu reduzido a cinzas o seu interior. Um retábulo a mais e outro a menos é o ideal no momento oportuno. Tiradas as medidas, que pareciam ter caído do céu, procedeu-se à trasladação e então foi vê-lo o orgulho da população. Reproduzi-mo-lo a preto e branco, porque os nossos gostos não são propriamente coincidentes. Foi-nos dito que, enquanto esteve no Porto, o fino entalhado dourado se destacava já sobre o branco lacado. Não era raro este procedimento e era uma forma de ultrapassar a questão, se pensarmos que o dourar implicava um trabalho complicado e caro e a folha de ouro onerava substancialmente qualquer obra. No entanto, as monjas de São Bento não olhariam a meios para dar ao seu novo retábulo a cor do ouro, na tradição que se lhe conhece. Hoje brilhante, o tom amarelo do metal, que não sabemos se ficará em breve verde, contrasta com o branco e o cinza. O remate central superior, junto do tecto parece ser ocupado por um Espírito Santo sobre uma esfera. A distância e a iluminação de que preferimos prescindir não nos permitiram avaliar convenientemente tal personagem sagrada. Também o seu tom azul metalizado (um sabor modernista) a escurecer e ofuscar, não ajudaram em nada. Lateralmente, dois serafins, colocados em Abril de 1793 pelo preço de 19 240 réis, assistem mudos (não sabemos se de espanto) às vicissitudes sofridas por esta inocente peça nas suas deambulações vivenciais.

O prosccénio deste retábulo é constituído por dois pares de colunas que sustentam uma arquitrave, onde repousa o tímpano, de recorte abatido. Entre cada par de colunas, uma pequena mísula serve de trono, actualmente, a um São João Baptista, à esquerda e a um São José, à direita, lugares onde talvez tenham estado as imagens de São Bento e de Santa Escolástica, actualmente na Igreja de Santa Clara do Porto (ou o par da Igreja de Cedofeita). Os elementos decorativos da talha são finamente recortados e muito discretos, formando grinaldas e festões de trabalho miúdo. Folhas de acanto estilizadas e desenroladas compõem algumas arestas, onde também não faltam temurentas cabeças de anjo a compor pequenos atlantes. Parece-nos que aqui como no Coro se seguiu uma solução de compromisso entre o barroco final e uma tendência neoclássica, não fosse o sinuoso e ondeante sentido das formas estruturais do próprio retábulo. Todo ele é movimento desde um lado ao outro, mas sempre num equilíbrio simétrico. Os fustes das colunas com o primeiro terço diferenciado são iguais duas a duas. Neles se enrolam trepadeiras douradas de

flores que vão progredindo num fundo marmoreado de um verde indefinido, como indefinida é a semelhança com a pedra.

O sacrário ocupa o centro e desenvolve-se na vertical, distinguindo-se quatro espaços: o primeiro, inferior quase liso e com decoração verticalizada é rematado por um friso, a partir do qual se destaca a parte mais nobre, presidida pela porta decorada com os símbolos eucarísticos do pão e do vinho. Esta segunda parte é, a nosso vêr, a mais rica, com entalhados mais gordos (propositadamente?) onde pontuam as folhas de acanto que se estendem preguiçosamente ao longo das arestas e donde saem gavinhas que abraçam a curvatura.

Logo acima, uma terceira área repete as colunas grandes do retábulo, agora miniaturizadas, suportando igualmente uma arquitrave curva, mas contínua, alternam com apainelados lavrados de trabalho miúdo. A última parte ergue-se já na base do trono. Assemelha-se a uma tampa cónica onde se repetem os motivos enconchados e enrolados dos andares inferiores e conferindo ao conjunto um remate que faz imediatamente lembrar uma píxide, embora tenha também um não sei quê de templo oriental com o telhado escalado.

Se estivesse todo dourado, o impacte visual seria provavelmente outro, que não o actual, semelhante ao mobiliário francês dos últimos Luíses.

- O Trono Eucarístico

O centro do retábulo é ocupado naturalmente pelo trono, elemento autenticamente português e identificado com o barroco. Assente na doutrina do Concílio de Trento como forma de celebrar o triunfo da eucaristia, surgiu pela mãos dos carmelitas e depois pela dos Jesuítas quando a devoção das quarenta horas estava já implantada em Portugal, no século XVII. Tornou-se peça fundamental e fixa do retábulo em finais de 600⁵⁹⁶.

Apresenta-se sempre escalonada com mais ou menos degraus que conduzem ao topo onde se coloca publicamente exposto o Santíssimo, em custódia nas cerimónias solenes das festas dos santos ou nas soleníssimas das Quarenta Horas, Lausperene, Adoração Perpétua, etc. ou nas causas de utilidade do bem público. Estas funções rodeavam-se de outros aparatos, como o ornamento do próprio trono com flores e velas, procedendo-se à remoção de todos e quaisquer outros objectos de culto, como relíquias, estátuas e figuras. Na porta da Igreja colocava-se um

⁵⁹⁶ MARTINS, Fausto Sanches, *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas II vol., Porto, 1991, pp.17/58.

pano de arrás que substituíra o guarda-vento⁵⁹⁷ (vimos o de Avé Maria que, embora deteriorado, resistiu ao tempo. Figs.145 e 146 anexos).

No topo, um espaldar de madeira ou de metal de forma radial forrado de branco serve de pano de fundo, realçando a peça de ourivesaria que contém a sagrada Espécie e sobre a qual pode recair um baldaquino⁵⁹⁸.

O trono do retábulo de São Bento de Avé Maria (hoje, apesar de estar em São João de Vizela, não podemos denominá-lo de outro modo) é escalonado com quatro cinco níveis (demasiadas flores impedem a exactidão) decorados com os mesmos elementos de todo o retábulo, contem o espaldar radial de forma oval, com um branco leitoso da responsabilidade de uma lâmpada fisicamente oculta, que imaginamos ser de néon. Está profusa e permanentemente ornamentado de uma policromia floral de tipo artificial (o pároco é alérgico às espécies naturais) que esconde praticamente todo o entalhamento o baldaquino é composto por uma cúpula com decoração radial que assenta numa parede curva, a servir de fundo, pintada de cinza e branco, como forma de fazer realçar o dourado dos elementos verticais de tipo clássico. À cúpula com fim idêntico foi destinado um azul muito pouco diáfano, a sugerir a abóbada celeste.

Os fragmentos que se encontram dispersos no altar-mor, a servir de credências ou de atris podem ter vindo do mesmo lugar, pelo menos pela similaridade dos desenhos, mas também podem ter tido origens diversas.

Outras peças avulsas que entretanto localizámos não serão tratadas aqui porque estão absolutamente desenquadradas. Apenas acrescentamos notícias das grades da tribuna, em número de duas, que não parecem ser a totalidade (há pelo menos registo de 5, totalizando 13 500 réis); são, como os cadeirais, de madeira exótica e nos balaústres repete-se o mesmo desenho fino e miúdo.

- A fachada da igreja

A fachada da Igreja erguia-se entre dois corpos simétricos; do lado esquerdo, duas fiadas de janelas, perfeitamente alinhadas, davam luz aos Coros e ante-Coros, do lado direito, o mesmo número de janelas, em outras tantas fiadas, alumiaavam a nave e a capela mór. Fechava o ângulo

⁵⁹⁷ Idem, *Ibidem*.

⁵⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

nascente uma construção em tudo idêntica, mas com funções diversas; inclusivamente o piso térreo esteve alugado como armazém.

Das janelas, semelhantes às que dão vida às monótonas paredes do Paço episcopal, pouco há a dizer, para além das da linha superior com sanefas rocóco. Outros edifícios portuenses as tiveram, como o desaparecido convento de São Domingos. Quanto às quatro aberturas que ladeavam a frontaria, as duas inferiores eram cegas e foram primitivamente destinadas a portas que se não efectivaram. Ostentavam timpanos furados por óculos ovais, sobrepujados por molduras lavradas piramidais com volutas. As duas de cima, alinhadas com elas, tinham medalhões circulares incluídos nas molduras arqueadas e recortadas que lhes davam um ar de espelhos venezianos. Formavam dois conjuntos espartilhados por pilastras fingidas que cortavam verticalmente a fachada, formando dois panos estreitos encimados por cristas de frontões partidos e cujo desenho acompanhava as das decorações superiores do janelão sobre o portal e do nicho por cima dele. Estes artifícios arquitetónicos acentuavam o efeito visual da esguia frontaria, projectando-a ainda mais para a frente como se fora uma boca de cena.

Apesar de apenas visível a duas dimensões (em registos de muito má qualidade), perdendo muito do impacte tridimensional, ainda se consegue ter uma ideia razoável do seu aspecto. Desenvolvia-se em quatro planos cortados horizontalmente, dos quais os dois mais elevados eram curvos, terminando numa cornija aguda. De semelhante concepção é a parte superior da fachada do hospital de São Marcos, em Braga, riscada quatro anos depois por Carlos Amarante.⁵⁹⁹ O esquema dos dois andares mais baixos repetia-se em dois pares de colunas geminadas, de fuste liso com capitéis talvez compósitos, se foram iguais aos do Recolhimento do Ferro (a nitidez deixa muito a desejar), ligadas por frontões partidos. De resto, o grupo arquitetónico do andar térreo é comparável ao do referido Recolhimento, embora este padeça da imponência daquele e foi durante muito tempo atribuído ao mesmo arquitecto⁶⁰⁰. Os elementos decorativos, para além das cercaduras das janelas e portas de sabor rocóco, ficavam por conta das grinaldas e dos vasos floridos que rematavam as cornijas superiores e dos enrolamentos que escorriam lentamente pelas ilhargas superiores deste monumental retábulo. A platibanda, ornada de balaústres de pedra, que percorria o perímetro do telhado cortava visualmente o cenário, realçando os elementos centrais. A torre quadrada ostentava quatro relógios inseridos ao nível da cornija, tornando-a curva, equilibrando simetricamente o correr do gradeamento de pedra e os arcos das janelas dos sinos. Nos vértices havia fogaréus dos quais subsiste um (Fig.46 anexos). O fecho era

⁵⁹⁹ GONÇALVES, Flávio; *Um século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal*, in Bol.Cultural da CMP, Porto, 1969, p.170.

⁶⁰⁰ Hoje pode atribuir-se um nome ao responsável por esta obra, Manuel dos Santos Porto vizinho de Manuel Álvares (eram ambos de Santa Cruz do Bispo) graças às investigações do Prof. Doutor Joaquim Ferreira-Alves

uma cúpula bolbosa com óculos, apoiada no que parecia ser um tronco de pirâmide quadrangular de arestas cavadas e recurvadas, tudo muito mais assente em linhas sinuosas e curvilíneas do que em profusas decorações, como a lembrar os últimos sopros do Barroco que, ostensivamente anti-clássico, acabou varrido por ele na estética britânica e nos trabalhos de Carlos Amarante⁶⁰¹.

O mosteiro de São Bento de Avé Maria iniciou o seu último ciclo, como o derradeiro bastião de uma moda já fora de moda. Brilhou como nunca e deixou indeléveis recordações, mas os ventos da Fortuna traçaram-lhe, ainda no berço, o seu destino com o local de implantação. A conjuntura política dos inícios do século XIX, que devastou todo o século ofuscou-se com a refulgência do ouro das Ordens Religiosas e imbuída de conceitos heróicos, remotos e por isso nebulosos cortou rente a cepa monástica que mercê de alguma seiva ainda vicejou, secando lenta e inexoravelmente.

- A ameaça do fim

A burguesia portuguesa e em especial a portuense estava muito mais sensível ao lucro que à arte e desta apenas a medievista, reflectida no "romão" ou no gótico. Tudo o resto eram maneirismos efeminados importados da "estranja". Por outro lado, perdida a liderança económica em favor da capital, o Porto buscava a todo o transe forma de mostrar ao alfacinha o peso dos seus dobrões de ouro ciosamente guardados debaixo do colchão. Entretanto, a sociedade voltejava em torno de uma comunidade inglesa, instalada sobriamente e indiferente às modas bárbaras locais que começava a espalhar a sua forma de comodidade e de funcionalidade. Curiosamente, não foi um súbdito de sua majestade, mas um cidadão da república frígia que deu o mote para o arrazamento do velho mosteiro. Hipólito Baère, arquiteto francês, concebeu então a brilhante ideia de ganhar projecção profissional à custa da ambição nortenha. Semeada, tal ideia rapidamente germinou, demonstrando-se indestrutível a qualquer herbicida que se arrogasse capaz de a aniquilar. A sua acção foi rápida e absolutamente letal, ainda que a vitória viesse depois a ter um sabor amargo.

Estava o Mosteiro descansadamente gozando os últimos raios de sol da sua vida monástica e sem cuidar que o futuro lhe traria grandes inconvenientes, que não fosse a inevitável ruína que o tempo tornaria veneranda, na sequência do documento que passamos a citar: *"Declaração os peritos que o mencionado Convento não pode ser descripto de huma maneira clara e evidente, com as diversas reintrancias e saliencias que elle tem e os seus dous claustros, o pateo exterior para o lado do poente, o grande pateo fronteiro à entrada para a Igreja pelo lado do Sul e extensão da Cerca e sua configuração, sem o auxilio de um plano typogrâphico, mas como seria*

⁶⁰¹ PEREIRA, José Fernandes, *Rocóco*, in Dic. da Arte Barroca em Portugal, Lisboa, 1989, pp. 416/421.

*despendioso e o Edifício de que se trata é tão notável e os seus limites não estão no caso de se puderem facilmente perder, porque do lado Norte confina com a antiga Muralha da Cidade e bem assim pelo lado do poente, e pelos de mais lados com a frente do Edifício, além de demandar algum tempo o levar-se a efeito a planta por todos estes motivos accordaram todos os mencionados individuos que se mencionasse o seu valor em attemção ao estado em que se acha, o que os referidos Architecto (José Luis Nogueira) e Louvado Manoel Moreira depois de maduro exame e operarem os calculos que para este mister se costumão fazer, disserão que o Edifício no Estado em que se acha com as diversas officinas annexas, tais como cozinhas, cazas de Cappelães, Cerca, Templo e Claustros puderão valer a soma de vinte e cinco contos de reis metal, entrando nesta avaliação as três propriedades juntas ao Templo, que tem os números dous e seis as quaes se achão arrendadas....*⁶⁰². Este documento é uma avaliação, segundo portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos feita em 5 de Agosto de 1858, feita na presença da Abadessa Ana Delfina d'Andrade. Não sabemos na sequência de quê, pois faz parte de documentos avulsos do AHMF e não se articula com qualquer outro. Pelo seu teor não parecia estar em causa o derrube de parte alguma do edifício⁶⁰³. É espantoso como o destino consegue sempre surpreender-nos.

Estranhamente, o referido documento inclui, como pertencentes ao conjunto, as Casas dos Capelães que nesta data haviam sido já alienadas, pela necessidade de fazer algum dinheiro para restituir os dotes às pupilas que não chegaram a noviças, por ordens régias. Igual destino tiveram os objectos mais valiosos do Mosteiro, hipotecados à Caixa Filial do Banco de Portugal e posteriormente leiloados por esta, na falta de provisão que os resgatasse.

Apesar da falsa tranquilidade veiculada por aquela avaliação, havia já em 1843/45 o município dado a primeira dentada no mosteiro. Invocando a indiferença da Abadessa (esqueceu ou ignorou convenientemente a incapacidade financeira com que se debatia a comunidade) para fazer obras nas escadarias (onde se fazia a feira) que circundavam parte do edifício e que, segundo a opinião pública, estavam em péssimas condições e ocupavam demasiado espaço, a Câmara retirou-as. No seu lugar colocou um gradeamento e no vértice implantou uma fonte considerada de grande utilidade para a população⁶⁰⁴. Assim, por um lado aplacou algumas iras de quem se viu privado do mercado diário, transferido para o Bolhão, e por outro lado provocou o gaudio dos comerciantes fixos que há muito reclamavam da concorrência.

⁶⁰² Eram propriedades na Rua do Loureiro

⁶⁰³ ANTT, AHMF, *Processo Relativo à extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto*, Cx 2037, Capilha 15.

⁶⁰⁴ O desenho da fonte e uma panorâmica da sua implantação encontram-se em anexo.

- A execução

A Edilidade portuense tomou-lhe o gosto, e em 1886, um decreto declarava de suma urgência a expropriação do mosteiro. A partir daqui, tudo se tornou vertiginosamente suspeito⁶⁰⁵, num país em que, ainda hoje, as decisões beneficiadoras para a população passam primeiro pelas políticas de conveniência. Entre 14 de Janeiro de 1887, em que o auto foi assinado pelo procurador da Câmara, Albano Miranda Lemos, e pelo procurador do Mosteiro, António José Pereira Osório⁶⁰⁶, e Outubro de 1901, em que tudo jazia num monte indistinto de pedras, furou-se o túnel, colocaram-se linhas, construiu-se a gare. Pelo meio, constituíram-se e derrubaram-se ministérios, fizeram-se negócios suspeitos, fizeram-se promessas sem intenção de cumprir. Em torno daquele espaço, sempre tão cobiçado, agitaram-se várias entidades oficiais, vários departamentos dos mesmos organismos, volteando como urubus em volta da carniça. D.Maria da Glória Dias Guimarães acreditou sempre que São Bento protegeria o seu Mosteiro, mas também ele se cansou. Quando aquela última prelada exalou o derradeiro suspiro, em 17 de Maio de 1892 (teve ainda direito às exéquias na Igreja do mosteiro às 10 horas da manhã do dia seguinte⁶⁰⁷), a máquina trituradora avançou sobre aquelas pedras seculares, ainda o corpo não tinha arrefecido de todo. No dia 18, a tropa ocupou as instalações do mosteiro. São Bento partira para outras paragens!

O Estado pôs em leilão tudo o que podia produzir lucro, sem cuidar de prover um teto aos asilados, fossem os pobres ali socorridos, quer as próprias seculares que ainda ali se recolhiam. As talhas e os azulejos que escaparam dos escopros e martelos foram igualmente à praça⁶⁰⁸. Choveram pedidos para as melhores peças. A Ordem da Trindade pediu: "o altar-mór com o retabulo e throno da Egreja do convento de Ave Maria bem como as ceiras e decorações do Côro superior d'esta casa religiosa recentemente extincta, visto o templo ter de demolir-se e esta Ordem não possuir meios sufficientes para decorar e concluir a actual egreja em que funciona e que é hoje uma das mais frequentadas d'esta cidade."⁶⁰⁹

⁶⁰⁵ Um telegrama de 18 de Agosto de 1894 reza assim: "Exmo. Presidente Conselho Ministros Lisboa – Peço ordens positivas terminantes para que o convento S.Bento do Porto seja entregue ao Director Caminho de Ferro Minho e Douro. Pede (?) instantemente Governador Civil do Porto por importantes motivos ordem politica." ANTT, AHMF, *Proc.Relat.à exprop.*....., Cx 2033, capilha3.

⁶⁰⁶ O processo de expropriação encontra-se em anexo dispensando-nos de entrar aqui em pormenores.

⁶⁰⁷ A notícia do falecimento e da missa de Corpo Presente foi publicada no Jornal de Notícias em 18 de Maio de 1892.

⁶⁰⁸ ANTT, AHMF, *Processo Relativo à extinção*, Cx.2033, Capilha 2.

⁶⁰⁹ Idem, *Ibidem*, Cx.2036, Capilha 10. (em 10 de Outubro de 1892).

Com uma lei de 2 de Julho de 1867, o Governo declarara: “*construir e explorar por conta do Estado duas linhas ferreas que saiam da cidade do Porto e sigam, uma para Braga e outra até ao Pinhão*”⁶¹⁰, mas, apesar de ter tomado há muito como seu o Mosteiro de São Bento das Freiras, não parecia decidido a destruí-lo, e em 4 de Fevereiro de 1888 mantinha-se o impasse por onde passar aqueles ramais e dubiamente se dizia que a “*...estação central nas proximidades da Praça de D. Pedro... sem prejuizo da conservação da igreja de S. Bento de Ave Maria.*”⁶¹¹.

Mas a Associação Comercial Portuense não desistiu e nem os pedidos insistentes da Irmandade de São Bento, re-edificada no Mosteiro em 1879, feitos à rainha D. Amélia, nem a intercessão desta em favor da obra em prol dos necessitados que ali se desenvolvia demoveu a ganância cega. Pelo mesmo caminho ficaram os apelos dos que se bateram pela manutenção da Igreja como monumento, enquanto outros, com grandes responsabilidades na cultura portuguesa, remavam em sentido contrário⁶¹². Nada conseguiu deter a insânia de um projecto de 10 vias (hoje ficou-se pelas 8) que transferiria de Campanhã 80% do seu tráfego. Do montante das despesas previsto de 7 528 600 réis se faria um lucro de 32 303 390 réis. A totalidade do investimento seria de 516 296 000 réis, com uma frequência diária de 12 comboios⁶¹³. A imaginação lusitana é portentosa!

As razões apresentadas pelos defensores de tal projecto assentavam na certeza de que “*a população do Porto, estabelecendo a comparação entre os seus meios de transporte com os d’outras cidades (leia-se Lisboa), deve julgar-se com direito a melhoramentos identicos e em relação ao seu desenvolvimento progressivo*”⁶¹⁴. Na sequência do que o cidadão francês H. Baère declarava, “*...o desaterro e a demolição dos jardins e dos edificios do convento não são igualmente d’uma execução extraordinária*”⁶¹⁵. O que era particularmente difícil de resolver era a questão da colocação da Gare e dependências “*em um terreno d’uma configuração particular, encravado entre as ruas transversais da madeira e do Loureiro e sem possibilidade de qualquer modificação no perímetro da superfície a ocupar pela plataforma geral da gare*”⁶¹⁶. Isto porque o modelo do cidadão Baère era somente “*a grande gare do caminho de ferro do Norte em Paris, construída em uma situação semelhante*”⁶¹⁷; continuando, ele diz: “*Encontrei por esta forma o meio de projectar um edificio quasi monumental com uma fachada de 20 m de altura por 60 m de*

⁶¹⁰ “A Palavra”, *A Estação Central e a Igreja de S. Bento de Ave Maria*, 1 de Março de 1888.

⁶¹¹ Idem, *Ibidem*.

⁶¹² Ramalho Ortigão numa carta à rainha D. Amélia pugna pelo desmantelamento definitivo.

⁶¹³ ANTT, AHMF, *Processo Relativo à extinção*, Cx. 2033, Capilha 3

⁶¹⁴ BAÈRE, H.de, *Projecto d’uma Estação Central*, Porto, 1887. p.1

⁶¹⁵ Idem, *Ibidem*, p.6

⁶¹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁶¹⁷ Idem, *Ibidem*.

comprimento.⁶¹⁸...”. O difícil não era destruir todo o núcleo do mosteiro nem sequer o perfurar o maciço rochoso, o que ele previa era não ter espaço para a sua megalomania. Então, o maior problema pôs-se quando foram publicadas as primícias do contrato de exploração da linha que o arquiteto franco propôs ao governo português. Este fazia os trabalhos de demolição e custeava as expropriações enquanto que ele o “mestre”, faria a obra em quatro anos com uma concessão de 50 contos de réis e o que fosse acima disso repartir-se-ia entre ele e o governo. Entretanto, os mais avisados deitavam contas à vida e viam que o investimento excedia já em muito o previsto e as obras em marcha já desde 1879 não produziam nada que se visse. O francês também parece que não pois pegou nas bagagens e passou-se para o Brasil⁶¹⁹. Tal como hoje, orçavam-se projectos megalómanos, prevendo custos muito inferiores aos reais como modo de influenciar favoravelmente as opiniões e as decisões.

Vários foram os balões de oxigénio injectados em todo o processo, devido às contradições em que se enredou, e em Abril de 1894 parecia que tudo ia acabar em bem, pelo menos para o que restava, porque a Irmandade, julgando.-se segura escreveu o seguinte:” *julga a irmandade dever lembrar a Vossa magestade que a sua Igreja esteve condemnada a ser demolida quando planeavam construir uma estação Central identica a do Rocio em Lisboa...*” “...faltando os recursos, o Ministro Senhor Bernardino Machado depois de submeter ao Conselho Superior de Obras Publicas o plano da estação apresentado pela Irmandade⁶²⁰ decidiu construir uma Estação Modesta mas ampla, poupando a Igreja e edificios da Irmandade...”. Foram contudo despejados nesse mesmo Verão⁶²¹!

Parece realmente que o principal travão à prossecução do projecto foi a grave crise económica que se abateu sobre o país na década de 90, que reforçou favoravelmente a tenaz resistência à desocupação do Mosteiro, apesar das demonstrações de utilidade pública da obra. “*Por isso as primeiras empreitadas experimentaram um frenesim necessário à estratégia expressa de viabilizar o empreendimento, de modo que fosse materialmente impossível o seu insucesso ou paralização...*”⁶²² Também faltava a mão-de-obra.

⁶¹⁸ Idem, *Ibidem*.

⁶¹⁹ “*A Palavra*”, 21 de Julho de 1893, p.1.

⁶²⁰ Numa tentativa desesperada de salvar o que restava, a parte sul: Igreja, Coros e anexos a Irmandade encomendou um estudo de viabilização da estação, contemplando aquelas dependências e que pareceu ter sido aceite. Pura ilusão, de que de resto parecia estar ciente.

⁶²¹ ANTT, AHMF, *Processo Relativo à extinção*, Cx.2036, Capilha 10

⁶²² CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de, *O Arquitecto José Marques da Silva e a Architectura no Norte do País na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte. Texto policopiado, Vol.1, Porto,1992,pp. 135/136.

Apesar dos avanços e dos recuos, as autoridades nortenhas não tinham, como exposto, a mínima intenção de desistir e, quando em Maio de 1892 a abadessa exalou o último suspiro (talvez cansada de esperar socorro do Patriarca), o Governo Civil contactou o conde de Samodães, simultaneamente inspector da Academia Portuense de Belas Artes⁶²³ e prior da Irmandade de São Bento, para que na primeira qualidade nomeasse pessoa idónea para recolher o espólio mais representativo (a dar entrada no acervo nacional) e na segunda qualidade procedesse à entrega do património que se encontrava à guarda da referida Irmandade, à Confraria do Santíssimo Sacramento de Cedofeita.

Muito se bateu esta ilustre personagem pela preservação da Igreja e Coros, sustentando nos jornais portuenses dura batalha que, diga-se em abono da verdade, pressentia perda. Segundo ele, do Mosteiro pouco haveria que aproveitar, mas o Coro Alto da Igreja, *“uma das melhores e mais vastas do Porto”*, tinha *“alguns frescos de merecimento que se perderão se se concretizar o plano”*⁶²⁴. Nesse sentido promoveu uma última tentativa de obstar ao irreversível: apresentou um projecto alternativo (de Alberto Álvares Ribeiro) que colocava a Estação voltada para a rua do Loureiro. Bernardino Machado (ministro das Obras Públicas) hesitou provavelmente mais sensível às razões de assistência pública (estava instalado nos anexos do Mosteiro um dispensário para crianças pobres, designado da rainha D.Amélia) do que às razões patrimoniais e culturais.

A planta, no entanto, não preenchia as ânsias de grandiosidade preconizadas pela cópia da gare de Paris. A demolição avançou e o dispensário mudou-se para Santa Clara⁶²⁵.

A Confraria do Santíssimo Sacramento de Cedofeita e a Colegiada tomaram conta da maioria do espólio, incluindo as pedras que chegaram a ser marcadas e numeradas para ali se reconstruir a Igreja. Para lá foram alfaias, mobiliário e objectos de talha *“o remanescente, após algumas cedências, foi para o Dispensário”*⁶²⁶ referido.

O autor de um artigo inserido no jornal *“A Palavra”* de 29 de Novembro de 1893, espanta-se de tal projecto, porque segundo ele a Igreja de São Bento de Avé Maria era demasiado grande para as ambições daquela freguesia: 55 metros de comprimento por 11 metros de largo e com paredes de 5 metros de espessura, ocupando uma área de 1 100m². Avaliava-a o articulista em 300 contos de réis, enquanto outro mais modesto e uns meses antes (Junho) lhe atribuíra apenas 200, incluindo

⁶²³ Idem, *Ibidem*, p.138.

⁶²⁴ Idem, *Ibidem*, p.139.

⁶²⁵ Idem, *Ibidem*, p.142.

⁶²⁶ Idem, *Ibidem*, p.145.

no rol, além da Igreja, a sacristia, a casa das escolas e os materiais. Nenhum se lembrou de contabilizar a incalculável perda do interior e da memória ali encerrada. Também não iria adiantar muito!

Quando D.Maria da Glória Dias Guimarães se despediu deste mundo, em Maio de 1892, o Mosteiro albergava ainda 24 recolhidas, distribuídas da seguinte forma: 5 no serviço do Côro, 2 seculares e 17 criadas. Cada uma ocupava duas celas, uma para dormir e outra para serventia de cozinha. Com os sobejos alimentares sustentavam 20 indigentes, um dos quais ali se amparara ao longo de 13 anos⁶²⁷. Quais terão sido os seus destinos?

Para rematar, apenas uma pequena notícia publicada no final desse ano de 92:

“Mosteiro de S.Bento da Ave Maria

As senhoras do côro d'este mosteiro que há 6 mezes e meio estão desempregadas e por esse motivo lutando com bastantes dificuldades para o seu sustento, pedem às bondosas senhoras d'esta cidade se lembrem d'ellas, em lhe mandar trabalho, d'onde possam ganhar alguma cousa. Encarregam-se de toda a obra branca, tanto de senhora, como de homem e creança. Procurar no mesmo mosteiro por.

*Maria da Natividade Xavier Pinto*⁶²⁸

- A inconstância dos tempos e dos homens

Marques da Silva fez o risco da actual “Estação Central do Porto”, como fez o da Igreja de Cedofeita que o tempo dos homens reduziu a uma vaga memória.

O primeiro projecto para a estação de São Bento, elegante, todo de ferro e de vidro, revelou-se demasiado amplo (o espaço de que dispunha a sua congénere parisiense deveria ser bem maior). Marques da Silva procedeu, então, às adaptações necessárias, comprimindo o corpo central e procurando enquadrar a estrutura metálica em dois pilares de cantaria⁶²⁹. Os burgueses do Porto, no seu inimitável sentido prático e funcional, mostraram-se muito mais sensíveis ao espaço do que à estética e torceram-lhe os veneráveis narizes; havia demasiada área desperdiçada. As

⁶²⁷ “O Comércio do Porto”, 30 de Maio de 1892, p.2.

⁶²⁸ Idem, *Ibidem*, 10 de Dezembro de 1892.

⁶²⁹ CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de, *o.c.*, p.148.

alterações que lhe introduziram foram de tal ordem que desvirtuavam por completo o traçado, ao ponto de o arquitecto preferir reformular tudo de novo⁶³⁰, apresentando a massa compacta “à romana”, símbolo do maciço das mentes ocupadas nos negócios, não esquecendo inclusivamente as cornucópias, que pontuam, lateralmente, no telhado. Foi aprovado em 1903⁶³¹.

Da utilidade do projecto falará um futuro mais ou menos próximo. Os turistas que ali se deslocam vão em busca dos magníficos azulejos de Jorge Colaço que contam algumas cenas heroicizadas da História Pátria, na perspectiva de uma época que não cuidou de preservar as outras e pretendeu dar delas a sua visão peculiar. Muitas serão hoje as opiniões contra aquele tipo de arte e do que ela representa, no entanto todos os fragmentos, quer se goste ou não, fazem parte de um todo, ainda que o conjunto possa parecer paradoxal!

⁶³⁰ Idem, , *Ibidem*, vol. 2, pp.308/310.

⁶³¹ Idem, *Ibidem*.

CONCLUSÃO

Termina aqui a História que por ora se pode contar do Mosteiro de São Bento de Avé Maria ou da Encarnação do Porto, mais conhecido na cidade como o Mosteiro das Freiras de São Bento ou Freiras Bentas. As conclusões gerais são as mesmas para todas as instituições monásticas que sucumbiram na evolução dos tempos, engolidas pelas contradições que geram a História. Apesar de as condenarmos, acabamos por cair inevitavelmente noutras porque aquelas de que somos avisados se não repetem.

Iniciado no século XVI, já no ocaso do reinado de D.Manuel I, que de resto o não veria concluído, embora o desejasse (o monarca mandara mesmo que João Lopes metesse mais pessoal), o mosteiro deve ter começado pequeno, austero e espartano. A marca do seu fundador ficou talvez impressa nalguns apontamentos que dentro do possível caracterizaram o estilo “manuelino”, nitidamente como decoração sobre o gótico ainda estruturalmente convicto. O Destino sempre presente no seu percurso deu-lhe as formas da Renascença que se adivinham somente na conjuntura política e social. Enfermou de doenças de construção por não ter tido mão experiente que a gizasse. No entanto, o que lhe faltou em importância externa, apesar da preocupação régia de que a pedra fosse da melhor, ganhou-o posteriormente em grandeza interna, pois as suas habitantes foram oriundas da nata fidalga, ao ponto de no burgo o epíteto de senhoria se dar exclusivamente ao Bispo e à Abadessa de São Bento⁶³²

No século XVII seguiu o mosteiro o caminho de tantos outros. Das suas preladas, umas marcaram mais ou menos a sua passagem, mas nenhuma ficou indiferente à necessidade de engrandecer a “sua” casa, competindo todas entre si na forma de deixar vincada a sua prelacia. Acompanhou os caminhos do barroco, vestiu-se de ouro, desfez o “velho” para refazer de novo. Quis crescer, mas o espaço acanhado não permitiu voos largos, projectou-se para a frente e foi-se estendendo para trás. Acentuou a perspectiva com uma imponente escadaria. Sofreu vários incêndios, uns mais graves que outros, mas sempre sem consequências de maior; arderam dependências, celas, mas sempre se foi bastando. A protecção régia e a sombra da Igreja permitiu-lhe viver sem cuidados até finais do século das “Luzes”, em que a luz do último incêndio pareceu iluminar duplamente o seu futuro. Todo o passado de opulência e magnificência terminou na madrugada de 10 de Outubro de 1783. Fechou-se um ciclo e abriu-se o derradeiro. A Fénix renasceu das cinzas alegremente, voltando-se para uma nova arte mais aberta e luminosa, mais palaciana e menos

⁶³² DIAS, Francisco, *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-rei no Porto*, CMP, Porto, 1938, p.15.

claustral, porque as ideias são como os ventos e nada as detém, nem a espessura dos muros. Por isso mesmo entraram desastrosamente com a forma do invasor. Não lhe tremeram as paredes sob as hordes do “Maçon” como não haviam tremido sob o terramoto. O Mosteiro encolheu-se sobre si, protestou serena, energicamente, vestiu-se de luto, apagando as suas luzes, recolheu-se nas celas e por lá ficou, criando hábitos bem diversos dos que haviam presidido à sua fundação. Tornou-se mais casa de recolhimento que de clausura, tornou-se uma imensa ilha dentro do burgo. Esqueceu-se do mundo que dele se não esqueceu, olhando-o como um foco infeccioso. A localização geográfica que fizera dele a almenara do fundador fez dele a prisão privilegiada do descendente (D. Pedro ali “instalou”, sob a sua mira, as suspeitas de subversão). Sofreu os horrores do cerco, arrostou com as consequências da má vontade dos políticos e das lutas intestinas devido às limitações humanas e descobriu um dia que os tempos tinham mudado e que as senhorias que abrigava no seu seio nada mais significavam que umas pobres reclusas fechadas, à mingua de sol e em breve à mingua de pão.

A falta do pagamento das rendas foi esgotando as reservas, a proibição dos noviciados fechou a torneira financeira que ia pingando, secando também o sangue que alimentaria o futuro. De repente, a enorme massa granítica começou também a ceder, a abrir brechas, a mostrar os sinais da passagem do tempo. De fora pouco se adivinhava, apenas o passado continuava a falar por si. O Estado senhor absoluto do património e reivindicando a responsabilidade pelo bem colectivo, mas na ausência de um plano económico eficaz e na falta crónica de meios financeiros, continuava a alienar responsabilidades, apontando o dedo às instituições religiosas como as causas fundamentais do descalabro político.

Provou-se que tinha alguma razão. Mas não é nunca uma razão apenas a causa que fundamenta a incapacidade governativa em tempos de mudança, de confusão e de oportunismo. Quando tudo retoma ao seu lugar, as convulsões trituraram irrevogavelmente instituições, estruturas e pessoas.

O Mosteiro de São Bento pareceu aparentemente vogar à tona das águas agitadas, parecia que algo o segurava. Viveu o romantismo tão peculiar do Porto, ligou-se indelével e paradoxalmente a Camilo e a Junqueiro que ali versejaram nos célebres abadessados, o último dos quais em 1871, na eleição de Ermelinda Doroteia que se sentara na cadeira abacial, pela primeira vez em 1863, cumprindo vários mandatos seguidos até 1883. Haveria já falta de gente, o que não obistou ao brilho da festa da eleição com direito a doces, licores e brejeirices. Do repertório deixou Firmino Pereira uma vasta descrição; 3 noites repletas de concertos musicais, congregando os mais

consagrados compositores⁶³³ coevos e executantes de nomeada a fazer ouvir composições muito profanas, entre árias de ópera, berceuses e fantasias dos autores da moda. Toda a cidade se associou ao “canto do Cisne”, que cantou bem alto.

É com essa descrição que com muita pena abandonamos por agora o tema:” *Nas tres festivas noites, no vasto espaço que da rua do Loureiro dava para o locutorio e para a portaria do mosteiro, alinhavam os trens e as cadeirinhas, aguardando os convidados. Nas grades, abertas, apesar do frio das noites outonaes, ardiam ricas serpentinas de prata. E lá dentro, na sala de entrada e no pateo, com profusão se serviam em aparatosos taboleiros cobertos de finas e rendadas toalhas, os manjares, os pasteis, as trouxas de ovos, os ovos em fio, os rebuçados, os vinhos generosos, o chá, as loiras fatias de pão de ló, todas as guloseimas que tão delicadamente se fabricavam nas vastas e bem providas cosinhas dos mosteiros. As criadas andavam em uma roda viva, lepidas e amáveis, acudindo solícitamente a todos que reclamavam os dōces magníficos dos seus ricos taboleiros.*”⁶³⁴

Félix Ramos também ali estadeou entre os mais boémios e azougados. O que sentiu anos volvidos capitaneando a equipe que exumou muitas daquelas que alegremente o receberam, fica expresso nesta frase: *“Pobres monjas! Como eu respeito a vossa memoria, e adoro a vossa sombra que, dia a dia, se vai esmaecendo no vago crepusculo d’este outuno da vida!”*⁶³⁵.

No Porto de hoje não deve existir quem tenha conhecido o Mosteiro de São Bento de Avé Maria, poucos os que dele ouviram falar e em ínfimo número os que, cruzando diariamente a Praça de Almeida Garrett na pressa de chegar a qualquer lado, pois aquele é ainda o caminho mais rápido e directo para atravessar a cidade, nos mesmos sentidos de há 400 anos, sabem que ali naquele local paira ainda um fantasma, não completamente exorcizado, nas bocas escancaradas da Estação Ferroviária que vomita multidões apressadas, ansiosas por dele se afastar em cada manhã, mergulhando rapidamente no caos em que se transformou o Largo das Freiras, onde o mercado diário, barulhento e colorido trazia um pouco de agitação à pacata cidade do Porto.

⁶³³ Um dos mais insígnies compositores nortenhos, António da Silva Leite foi assíduo animador musical destas festas que uma vez em cada três anos unia a comunidade religiosa à mundana durante vários dias e noites. Até à sua morte ocorrida em 1833, destacou-se pela sua versatilidade, deixando ao Mosteiro muitas das suas partituras, hoje recolhidas na Biblioteca Nacional. JUNIOR, Bernardo Gabriel Cardoso, *Entrada da 5ª Brigada do Exército Português no Porto*, Douro Litoral, Porto, 1954, p.29.

⁶³⁴ PEREIRA, Firmino, *O Porto d’outros tempos*, Porto, 1914, p.18.

⁶³⁵ MIRANDA, Ana Paula, *o . c.*, p.229.

Pela parte que nos toca, passamos a sentir um frémito sempre que pela mesma razão de muitos somos obrigados a atravessar o espaço outrora ocupado pela fronteira do Mosteiro. Quando por alguns instantes ali permanecemos devido a necessidades de tráfego, acode-nos estarmos a violar o espaço monacal.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV.

ARTE SACRA NOS ANTIGOS COUTOS DE ALCobaça, IPPAR, s/l, s/d.

CEMEMORAÇÕES DO 4º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE S.BENTO DA VITÓRIA, Catálogo da Exposição, Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1997.

- *Actas*, Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1997.

DICIONÁRIO DA ARTE BARROCA, 1ª. Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1989.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DA IGREJA EM PORTUGAL, 3 vols., Editorial Resistência, Lisboa, s/d.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, 6 vols., Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.

DO TARDO-GÓTICO AO MANEIRISMO NA GALIZA E PORTUGAL, Fundação Kalouste Gulbenkian e Fundación Pedro Barrié de la Maza, s/d.

HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGUAL, 20 vols. Publicações Alfa, Lisboa, 1986.

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA, 3vols., Círculo dos Leitores, Lisboa, 1995.

HISTÓRIA DA CIDADE DO PORTO, 3 vols., Porto, 1963.

LELLO UNIVERSAL – Dicionário Enciclopédico, 2 vols., Lello Editores, Porto, 1997.

MONGES E RELIGIOSOS NA IDADE MÉDIA, Terramar, Lisboa, 1996.

NOVA MONOGRAFIA DO PORTO, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1938.

ABREU, Suzana Matos, *A Docta Pietas ou Architectura do Mosteiro de São Salvador – 1537/1692*, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1999.

AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI, Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1998.

ALVES, Alfredo, *A festa do Natal no Convento da Avé Maria em 1880*, in *O Tripeiro*, Maio, nº68, 2ºano, Porto, 1910.

ALVES, Artur da Mota, *O Convento de Avé Maria do Porto*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.II, fasc. II, Porto, 1939.

- *O Convento de Avé Maria do Porto*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.V, fasc.2, Porto, 1942.

ALVES, Joaquim Freitas, *A Procissão de Terça-feira Santa no Porto*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.IV, fasc.2/3, Porto, 1941.

ANDRADE, Monteiro de, *Plantas Antigas da Cidade (séculos XVIII e primeira metade do século XIX)*, Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto, XI, CMP, Porto, s/d.

- *O Convento de Avé Maria de São Bento e a Estação Central de Caminhos de Ferro do Porto*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXV, fasc.1/2, Porto, 1962.

ARAÚJO, José Rosa, *Como viviam as Freiras de São Bento (século XVIII)*, in *Aurora do Lima* (ns.49/56), Viana do Castelo, 1942.

ARPHE Y VILLAFANE, Juan de, *De Varia Conmensuracion para la Escultura y Arquitectura*, Francisco Sanz impressor del Reyno, Madrid, 1675.

ASSUMPÇÃO, Lino, *Frades e Freiras, Crónicas Monásticas*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1983.

- *Dicionário de Termos d'Arquitectura*, Antiga Casa Bertrand, Lisboa, s/d.
- *O Convento da Avé Maria no Porto e a sua Fundação*, in *O Tripeiro*, 1 Setembro, nº79, 3ºano, Porto, 1910; 10 Setembro, nº80, 3ºano, Porto, 1910; 1 Outubro, nº82, 3ºano, Porto, 1910.

ATANAZIO, M.C. Mendes, Editorial Presença, Lisboa, 1984.

AZEVEDO, Maria José Coelho de, *A Igreja Matriz de Valongo – Architectura 1794/1836*, 2vols., (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1999.

AZEVEDO, Rogério, *Mestre Marques da Silva*, in *O Tripeiro*, Novembro, nº11, VI série, ano IX, Porto, 1969.

AZCARATE, Andres, *La Flor de la Liturgia*, Curso Ilustrado de Liturgia, Nueva Edicion Enriquecida com Extractos de la Enciclica “Mediator Dei”, 6ª. edicao, Editorial Pax, Madrid, 1951.

BAÈRE, Hypolyte de, *Projecto de uma Estação Central*, Typographia de António José da Silva Teixeira, Porto, 1887.

BANGO, Isidro, *El Monasterio Medieval*, Grupo Anaya, Madrid, 1990.

BAZIN, Germain, *Reflexions sur l'Origine et l'Evolution du Barroque dans le Nord du Portugal*, in *Belas-Artes*, 2ª. série, nº2, Lisboa, 1950.

BESSA, Alberto, *Guloseimas d'outros tempos*, in *O Tripero*, Agosto, nº108, 3ºano, Porto, 1913.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO PORTO, 3ªsérie, nº11, Porto, 1993.

BONET CORREA, Antonio, *El Fronton Invertido*, in *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, nºs. 63(75), Braga, 1973.

BORGES, Nelson Correia, *Do Barroco ao Rocóco*, in *História da Arte em Portugal*, vol.9, Lisboa, 1986.

- *Arte Monástica em Lorvão, Sombras e Realidade*, 2 vols., (Dissertação de Doutoramento, Texto policopiado) FLUC, Coimbra, 1992.
- *A Architectura Monástica Portuguesa na Época Moderna*, in *Museu*, IV serie, nº7, Porto, 1998.

BRANCO E NEGRO, *Semanário Ilustrado*, 2 tomos, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 1896/97.

BRANDÃO, Domingos de Pinho, *Alguns Retábulos e Painéis de Igrejas e Capelas do Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXII, CMP, Porto, s/d.

- *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e Diocese do Porto*, 4 vols., séculos XV/XVIII, Porto, 1984/1986.

BRAZIL-PORTUGAL, ano II, 16 Setembro, nº40, s/l, 1900.

CALDAS, José, *Um Outeiro Celebre 1760/1804*, in Lusa, Junho, ano II, nº31, Viana do Castelo, 1918.

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Abadessas, Prioras e Subprioras no Convento de S.Bento da Avé Maria nos séculos XVI e XVII*, in O Tripeiro, série nova, nº10, ano VI, Porto, 1987.

CARVALHEIRA, Pe. José do Vale, *Nossa Senhora na História e Devoção do Povo Português*, Edições Salesianas, Porto, 1988.

CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de, *O arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*, 3 vols., (Dissertação de Doutoramento, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1992.

CASTRO, Marília João, *Reflexos e Iconográficos da Sessão XXV do Concílio de Trento nas Constituições Sinodais Portuguesas*, in Museu, IV serie, nº5, Porto, 1996.

CHAVES, Luis, *Os Presépios do Porto*, in O Tripeiro, Dezembro, nº12, VI serie, ano III, Porto, 1963.

CIDADE (A) DO PORTO NA OBRA DO FOTÓGRAFO ALVÃO, 1872/1946, Edição da Fotografia Alvão, Porto, 1993.

COCHERIL, Maur, *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1972.

COELHO, J.J. Gonçalves, *O Porto Antigo*, in Portugal Artístico, 1ª. série, Livraria Magalhães & Moniz, Porto, 1905.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XI*, Câmara Municipal de Arouca, Arouca, 1988.

COUTINHO, B. Xavier, *Fontes e Chafarizes da Cidade do Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol.XXXII, fasc.3/4, CMP, Porto, 1969.

- *Orgãos, Organeiros e Organistas da Cidade do Porto*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, n.º1, 2.ª. série, Porto, 1971.

COUTO, Pe.Luis de Sousa, *Memoria Histórica e Crítica dos Forais da Cidade do Porto e seu Termo Velho*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, CMP, Porto, 1941.

CRUZ, Antonio, *Alguns Documentos Medievais do Cartório de São Bento de Avé Maria*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. VIII, fasc.1/2, CMP, Porto, 1945.

- *Alguns Fundamentos Economicos e Sociais da Renovação Artística Seiscentista na Ordem Beneditina*, in Bracara Augusta, vol.XXVII, n.º63(75), Braga, 1973.

DIAS, Francisco, *Memórias Quinhentistas dum Procurador del-Rei no Porto*, Documentos e Memórias para a Historia do Porto, IV, CMP, Porto, 1938.

DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho, *Os Beneditinos Portugueses e a Missão*, Braga, 1984.

- *São Bento da Vitoria: Quatrocentos Anos da Fundação do Mosteiro*, in O Tripeiro, Junho/Julho, n.ºs.6/7, 7.ª. série, ano XVI, Porto, 1997.

DACIANO, Bertino, *O Porto e a Província do Douro Litoral*, Liga de Profilaxia Social, Porto, 1962.

DIAS, Manuel, *Saborosas guloseimas fabricadas como especialidade em Conventos*, in O Tripeiro, Janeiro, 3.ªsérie, 2.ºano, Porto, 1927.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

ENES, Maria Fernanda, *As Confrarias do Santíssimo e das Almas no âmbito da Cultura Barroca*, I Congresso Internacional do Barroco, Actas, I vol., Porto, 1991.

ESPANCA, Túlio, *Évora*, Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

FARIA, Manuel, *Música em Braga no século XVIII*, in Bracara Augusta, Tomo III, vol. XXVIII, n.ºs.65-66 (77-78), Braga, 1974.

FELGUEIRAS, Guilherme, *Guerra Junqueiro; a ironia no noviciado*, in O Tripeiro, Março, nº3, VI série, ano I, Porto, 1961.

FERNANDES, J.Alberto V. Rio, *Porto Cidade e Comércio*, in Documentos e Memórias para a Historia do Porto, vol.LI, CMP, Porto, 1997.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, *Os Livros Notariais como Fonte para o Estudo dos Conventos Femininos do Porto no Antigo Regime*, in Revista de História da Universidade do Porto, vol.XI, Porto, 1991.

- *Os Últimos dias de Monchique*, in Revista da Faculdade de Letras, II série, vol.X, Porto, 1993.

FERRANDO ROIG, Juan, *Iconografia de los Santos*, Ediciones Omega, S.A, Casanova 220, Barcelona, 1950.

FERREIRA, Mons.J.Augusto, *Memórias Arqueologico-Historicas da Cidade do Porto, séculos XVI/XX*, Tomo II, Livraria Cruz, Braga, 1923.

FERREIRA, Pe. Manuel Avelino, *A Igreja Beneditina de Nossa Senhora do Terço*, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1982.

FERREIRA, Seomara da Veiga, *Crónica Esquecida de El-Rei D.Joao II*, Presença, Lisboa, 1995.

FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *As Alfaias de Prata Beneditinas no Inventário de 1776*, Braga, 1979.

- *Aspectos da Actividade Arquitectónica no Porto na segunda metade do século XVII*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol.II, Porto, 1985.
- *O Porto na Época dos Almadas. Obras Públicas*, 2 vols., Porto, 1988.
- *As Duas Igrejas do Mosteiro de S.Bento de Avé Maria do Porto*, in I Congresso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y America, 1492/1992.
- *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII/XVIII)*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol. IX, Porto, 1992.

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, 2 vols., Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVII, CMP, Porto, 1989.

- *De Arquitecto a Entalhador, Itinerário de um Artista nos séculos XVII e XVIII*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, I vol., Porto, 1991.
- *A Talha do Porto, do Maneirismo ao Rocóco*, Direcção dos Museus, Património Histórico e Artístico, CMP, Porto, 1992.
- *A Apoteose do Barroco nas Igrejas dos Conventos Femininos Portugueses*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol.IX, Porto, 1982.

FONSECA, António Guedes, *Apointamentos para a História da Estação de São Bento (Porto)*, in Douro Litoral, 6ª.série I-II, Edição da Junta de Província, Porto, 1954.

FRANÇA, Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols. Bertrand Editora, 3ª.edição, Lisboa, 1990.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *O Báculo de São Bento da Avé Maria*, Porto, 1966.

GAMA, Arnaldo, *A Última Dona de São Nicolau*, Livraria Simões Lopes, Porto, 1950.

- *Um Motim há Cem Anos*, 2ª.edição, Livraria Tavares Martins, Porto, 1950.

GARRETT, Antão de Almeida, *Aquedutos, Fontes e Chafarizes do Velho Porto*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXIV, fasc.1/2, CMP, Porto, 1961.

GONÇALVES, António M., COUTO, João, *A Ourivesaria em Portugal*, Livros Horizonte, s/l, s/d.

GONÇALVES, Flávio, *José da Mota Manso*, in O Tripeiro, Julho, nº7, VI série, ano V, Porto, 1965.

- *O Vestuário Mundano de algumas Imagens do Menino Jesus*, in Revista de Etnografia, vol.IX, tomo I, Julho, Porto, 1967.
- *Um Século de Arquitectura e Talha no Noroeste de Portugal*, in Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXXII, fasc. 1/2, Porto, 1969.
- *A Capela de Talha da "Árvore de Jessé" da Igreja de São Francisco do Porto*, in O Tripeiro, Abril, nº4; Maio, nº5; Junho, nº6; Julho, nº7; Agosto, nº8; Setembro, nº9, VI série, ano XI, Porto, 1971.

- *Os Azulejos da Sé do Porto*, in Revista da Faculdade de Letras (História), II série, vol. IV, Porto, 1987.
- *Iconografia e Crítica, História da Arte*, Coleção Arte e Artistas, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Porto, 1990.

GRAVE, João, *O Porto de há cincoenta annos*, in O Tripeiro, Agosto, nº77, 3º ano, Porto, 1910.

GUIA DE PORTUGAL, *Entre Douro e Minho, Douro Litoral*, 4ºvol., 3ª.edição, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

GUIMARÃES, Agostinho, *Azulejos Artísticos de Guimarães (séculos XVI, XVII e XVIII)*, s/l, 1983.

GUSMÃO, Artur Nobre, *A Real Abadia de Alcobaça*, Editora Ulisseia, Lda., Lisboa, 1948.

HAUPT, Albrecht, *Arquitectura do Renascimento em Portugal*, 1ª.edição, Presença, Lisboa, 1986.

JÚNIOR, Com. Bernardo Gabriel Cardoso, *Entrada da 5ª.Brigada do Exército Português no Porto (Guerra Peninsular)*, in Douro Litoral, 6ª.série I-II, Edição da Junta de Província, Porto, 1954.

JÚNIOR, Manuel Rodrigues Simões, *A Primeira Abadessa do Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, in O Tripeiro, Outubro, nº10, VI série, ano III, Porto, 1963.

KOCH, Wilfried, *Estilos de Arquitectura*, 2 vols. Presença, Lisboa, 1982.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã entre as Especiarias e os Diamantes 1521/1706*, Vega, Lisboa, s/d.

LAGOA, Cherubino, *A Synagoga no Porto*, Imprensa Commercial, Porto, 1899.

LEAO, Manuel, *Domingos Lopes, Artista e Empresario*, Museu, IV série, nº5, Porto, 1996.

VIOLLET-LE-DUC, *Architecture Monastique*, in Encyclopedie Medievale, tomo I, Sirven Graphic Inter-Livres, Barcelona, s/d.

LENCART, Joana, *O Costumeiro de Pombeiro*, Histórias de Portugal, Estampa, Lisboa, 1997.

LOPES, Fernando de Macedo, *O Porto (esboceto histórico)*, Tipografia da Enciclopedia Portuguesa, Lda., Porto, 1925.

MAGALHÃES-BASTO, Artur, *Sumário de Antiguidades*, Livraria Progredior, Porto, 1963.

- *Estudos Portuenses*, 2 vols., Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1963.
- *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXIII, CMP, Porto, s/d.
- *Silva de História e Arte (notícias portugalenses)*, Livraria Progredior, Porto, 1945.
- *Sorte Vária de Duas Preciosas Peças de Ourivesaria Antiga*, in *Ourivesaria Portuguesa*, Revista do Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, nº12, Porto, 1950.
- *A Cidade do Porto no século XVIII*, in *Brasil Cutural*, Março/Maio, nºs 2 e 3, ano II, Porto, 1948.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, *Algumas Notas sobre a demolição da Igreja da Avé Maria*, in *O Tripeiro*, Junho, nº6, 7^a.série, ano XI, Porto, 1992.

- *Do Mosteiro de Avé Maria à Estação de São Bento*, in *Poligrafia*, nº5, Centro de Estudos D.Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1996.

MAIA, Fernanda Paula Sousa, *Uma Comunidade Religiosa Feminina nos alvares da Época Moderna*, in *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, 1998.

MARÇAL, Horácio, *A Praça da Liberdade*, in *O Tripeiro*, Março, nº11, V série, ano IX, Porto, 1954.

- *A Praça da Liberdade*, in *O Tripeiro*, Maio, nº1, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Praça da Liberdade*, in *O Tripeiro*, Junho, nº2, V série, ano X, Porto, 1954.
- *O Antigo Largo da Porta de Carros (Pç. de Almeida Garrett)*, in *O Tripeiro*, Agosto, nº4, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Praça de Almeida Garrett*, in *O Tripeiro*, Setembro, nº5, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Rua de Mousinho da Silveira*, in *O Tripeiro*, Novembro, nº7, V série, ano X, Porto, 1954.
- *A Rua de Mousinho da Silveira*, in *O Tripeiro*, Janeiro, nº9, V série, ano X, Porto, 1955.
- *A Rua das Flores*, in *O Tripeiro*, Fevereiro, nº10, V série, ano X, Porto, 1955.
- *A Rua das Flores*, in *O Tripeiro*, Março, nº11, V série, ano X, Porto, 1955.
- *A Rua do Loureiro e seus arredores (esboço monografico)*, in *Douro Litoral*, 7^a. série V-VI, Edição da Junta de Província, Porto, 1956.
- *A Rua de Santo António*, in *O Tripeiro*, Outubro, nº10, VI série, ano IV, Porto, 1964.

- *A Rua de Santo António*, in *O Tripeiro*, Novembro, nº11, VI série, ano IV, Porto, 1964.
- *A "Cividade" do Porto*, in *O Tripeiro*, Março, nº3, VI série, ano VII, Porto, 1967.
- *Feiras e Mercados na Cidade do Porto (desde o século XIV até aos nossos dias)*, in *Revista de Etnografia*, nº30, Junta Distrital do Porto, Porto, 1972.
- *O Largo de São Domingos*, in *O Tripeiro*, Setembro, nº5, V série, ano XI, Porto, 1955.
- *O Largo de São Domingos*, in *O Tripeiro*, Outubro, nº6, V série, ano XI, Porto, 1955.
- *O Largo de São Domingos*, in *O Tripeiro*, Novembro, nº7, V série, ano XI, Porto, 1955.

MARTINS, Fausto Sanches, *Trono Eucarístico do Retábulo Barroco Português: Origem, Função, Forma e Simbolismo*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol. Porto, 1991.

- *Colégio de São Lourenço – 1560/1774* (trabalho de síntese no âmbito das provas da Carreira Docente e Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica), FLUP, Porto, 1986.

MATOSO, José, *A Introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica*, Bracara Augusta, tomo XXX, fasc. 69 (81), Janeiro/Junho, Braga, 1976.

MECO, José, *O Azulejo em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

MEIRELLES, Alberto M.Ribeiro, *A Irmandade de São Bento da Avé Maria e a construção da Estação Central do Porto*, in *O Tripeiro*, Julho, nº3, V série, ano XI, Porto, 1955.

MENDEIROS, José Filipe, *Guia do Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora*, Gráfica Eborense, Évora, 1985.

MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, in *Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto*, 3ª.série, nºs.15/16, Porto, 1997/1998.

MONTERREY, Guida de, *O Porto, Origem, Evolução e Transportes*, 2ª. edição, Edição do Autor, Porto, 1972.

MOREIRA, Alberto, *Camilo e os Outeiros de Abadessado*, in *O Tripeiro*, Novembro, nº7, V série, ano XIV, Porto, 1958.

MOREIRA, Pe. Domingos, *As Freguesias da Diocese do Porto (elementos onomásticos altimedievais)*, 2 vols., Porto, 1973.

MOSER, Jorge, *Artistas Portuenses da Irmandade e Confraria da Senhora Santa Ana de São Bento da Avé Maria*, in Douro Litoral, 3^a. série IV, Edição da Junta de Província, Porto, 1949.

MOSTEIRO DE SANTA ESCOLÁSTICA DE RORIZ, Monjas Beneditinas da Rainha dos Apóstolos, Pax, edição do Mosteiro, Roriz, s/d.

MOURA, Abel de, *O Báculo do Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, in Museu, vol. VI, nºs15/16, Porto, 1950.

MÓVEIS (OS) E O SEU TEMPO, MOBILIÁRIO PORTUGUÊS DO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA, SÉCULOS XV AO XIX, Lisboa, s/d.

MUSEU DE ARTE SACRA E ARQUEOLOGIA DO SEMINÁRIO MAIOR DO PORTO, Catálogo, Porto, 1999.

MUSEU (O) NACIONAL DE ARTE ANTIGA, Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, Aurélio, *Os Beneditinos e os Caminhos do Barroco*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

OLIVEIRA, Eduardo Pires, *O Edifício do Convento do Salvador*, Braga, 1994.

OLIVEIRA, J.M.Pereira, *O Espaço Urbano do Porto*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra, 1973.

ORTIGÃO, Ramalho, *A Praça de Almeida Garrett (carta enviada à Rainha, no ano de 1896 com respeito ao derrube do Mosteiro de Avé Maria)*, in O Tripeiro, Outubro, nº6, V série, ano X, Porto, 1954.

- *Eccos do Porto*, in O Tripeiro, Julho, nº1, 1ºano, Porto, 1908.

OURIVESARIA E PARAMENTARIA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, Catálogo da Exposição dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, 1998.

OURIVESARIA PORTUGUESA NO MUSEU DE ARTE ANTIGA (catálogo), Lisboa, s/d

PALLUSTRE, Léon, *L'Architecture de la Renaissance*, Ancienne Maison Quantin, s/l, 1892.

PASSOS, Carlos, *Lembranças da Terra*, 1ª série, Casa J.Ferreira da Silva, Porto, 1919.

- *Guia Histórica e Artística do Porto*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1935.
- *Enciclopedia pela Imagem*, Porto, Livraria Lello, Porto, s/d.

PEREIRA, Firmino, *O Porto d'outros tempos*, Livraria Lello, Porto, 1914.

PEREIRA, João Castel-Branco, *As Colecções do Museu Nacional do Azulejo*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1995.

PEREIRA, L. A . Esteves, *A Organaria Portuguesa no século XVIII*, in Bracara Augusta, Tomo III, vol.XXVIII, nºs 65-66 (77-78), CMB, Braga, 1974.

PEREIRA, Sónia Santos, *Patriarca dos Monges ou Pai da Europa*, in O Tripeiro, Junho/Julho, nºs 6/7, 7ª. Série, ano XVI, Porto, 1997.

PINTO, Cónego António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, VI, CMP, Porto, 1940.

PINTO, J.Marcelino Peres, *Apointamentos para a História da Cidade do Porto*, Tipografia Commercial, Porto, 1869.

PORTO ESQUINAS DO TEMPO, Exposição Fotográfica do Grupo IF, CMP, Porto, 1982.

PORTO-DOURO, Colecção de Gravuras Portuguesas, 1ªsérie, Porto, s/d.

PORTO-GAIA, AS TRAVESSIAS DO RIO DOURO, I Congresso Internacional sobre o Rio Douro, Actas, CMP, Porto, 1986.

QUARESMA, Maria Clementina Carvalho, *Casa de Lavor, de Varanda a Capela*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

- *Cidade do Porto*, Inventário Artístico de Portugal, XIII, Lisboa, 1995.

RAMOS, Maria Teresa Calheiros de Oliveira, *A Igreja Manuelina de Vilar de Frades*, in Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense, vol. V, Porto, 1990.

REIS, António Matos, *Lopes-Uma Família de Artistas em Portugal e na Galiza*, in Revista Guimarães, Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1989.

REIS, Sousa, *Apontamentos para a verdadeira História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*, Manuscritos Inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto, I vol.-II série, Porto, 1984; II vol., II série-4, Porto, 1991; III vol., II série-5, Porto, 1992; IV vol., II série-6, Porto, 1999.

RIBEIRO, A . Campos, *O Túnel da Estação de São Bento*, in O Tripeiro, Setembro, nº9, VI série, ano VIII, Porto, 1968.

RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações Cronológicas e Críticas sobre a Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*, tomo V, Academia das Ciências, Lisboa, 1829.

- *Reflexões Históricas*, parte I, Imprensa Universidade, Coimbra, 1835.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira, *Altars e Imaginária num Convento de Monjas Beneditinas*, in Poligrafia, nº3, Centro de Estudos D.Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1994.

ROCHA, Hugo, *Dum Porto que desapareceu há muito*, in O Tripeiro, Março, nº3, VI série, ano I, Porto, 1961.

RODRIGUES, Luis Fernando Ferreira, *O Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia – 1675/1873*, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1998.

SAN VALENTIN, Luis, *La Cocina delas Monjas*, Alianza Editorial, Madrid, 1997.

SANTOS, Reynaldo dos, *O Porto Barroco*, in Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto, XXI, CMP, Porto, 1952.

SARAMAGO, Alfredo, *Doçaria Conventual do Norte*, 2ª edição, Colares Editora, Sintra, 1997.

SÉ, Américo da, *Que deseja saber acerca do Porto*, in O Tripeiro, Março, nº11, V série, ano III, Porto, 1948.

SEBASTIAN SANTIAGO, *Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espanha e Iberoamerica*, in I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

SEGREDOS E VIRTUDES DAS PLANTAS MEDICINAIS, Selecções do Redear's Digest, Lisboa, 1983.

SILVA, Célia Ramos Ferreira, *Inventário dos Orgãos da Cidade do Porto, séculos XVI a XIX*, 3 vols., (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1998.

SILVA, Francisco Moreira da, *Memórias do Passado*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, 3ª série, nº14, Porto, 1996.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580/1640), os Homens, as Instituições e o Poder*, I vol., Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVI, CMP, Porto, 1988.

- *Espaços e Tempos de Lazer na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime*, in O Tripeiro, Agosto, nº8, porto, 1993.

SILVA, José Custódio Vieira, *O Tardo Gótico em Portugal*, Horizonte, Porto, 1989.

SILVA, José Sidónio Meneses da, *O Mosteiro das Chagas de Lamego, Vivências, Espaços e Espólio Litúrgico – 1588/1906*, 2 vols., Texto Policopiado, FLUP, Porto, 1998.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, *Em torno da Arquitectura Setecentista Portuguesa (Barroco e Rocóco)*, in Bracara Augusta, vol. XXVII, nº64 (76), Braga, 1973.

SILVA, Pinho da, *Os Sinos da Avé Maria*, in Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, nº5, 2ªsérie, Porto, 1975.

SMITH, Robert, *Cadeiras de Portugal*, Horizonte, Lisboa, s/d.

SOUSA, D.Gabriel de, *Escritores Beneditinos naturais da Cidade do Porto*, Arquivo Distrital do Porto, Porto, 1997.

- *São Bento na História e na Tradição Popular*, in O Concelho de Santo Tirso (boletim cultural), vol. IV, nº3, Porto, 1956.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A Joalharia no Porto nos finais do século XVIII: aspectos socioartísticos*, 3 vols., (Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1996.

SOUSA, Francisco Almeida, *Os antigos Hospitais do Porto*, in O Tripeiro, Abril, nº4, 7ªsérie, ano XII, Porto, 1993.

TAVARES, Fernão, *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria na Memória do Património Perdido*, in O Tripeiro, Setembro/Outubro, nºs 7/8, Porto, 1983.

TAVARES, Jorge de Campos, *Dicionário de Santos*, Lello & Irmão, Porto, 1990.

TORRES, J.G. Oliveira e, *Uma Relíquia do Extincto Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, in O Tripeiro, 1 Outubro, nº99, 3ºano, Porto, 1912.

VALENTE, Vasco, *Museu Nacional de Soares dos Reis*, ano X da Revolução Nacional, Porto, 1936.

VASCONCELOS, Flório de, *O Estuque, decoração privilegiada do Barroco*, I Congresso Internacional do Barroco, Actas, II vol., Porto, 1991.

- *Os Estuques do Porto*, CMP, Porto, 1997.

VEIGA, Correia da, *As duas visitas do Imperador do Brazil ao Porto*, in O Tripeiro, 10 Dezembro, nº 53, 2ºano, Porto, 1909; 20 Dezembro, nº54, 2ºano, Porto, 1909; 1 Janeiro, nº55, 2ºano, Porto, 1910.

VILA, Romero, *Os Beneditinos na Terra de Gaia*, in Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, Outubro, nº9, Vila Nova de Gaia, 1980.

VILLER, Marcel, *Benoi et Bénédictines*, in Dictionnaire de Spiritualité, Tomo I, S.J.Gabriel Beauchesne et ses fils editeurs, Paris, 1937.

VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades 1425/1834*, 2 vols.,(Dissertação de Mestrado, Texto policopiado), FLUP, Porto, 1996.

VITORINO, Pedro, *Notas de Arqueologia Portuense*, I e II vols., CMP, Porto, 1937.

- *Vária*, in Portucale, vol.IV, Setembro/Outubro, nº23, Porto, 1931.

ZARAGOZA PASOCAL, Ernesto, *Reforma de los Benedictinos Portugueses (1564/1565)*, in Bracara Augusta, vol. XXXV, n°s 79/80, Braga, 1981.

TRIPEIRO (O) com os artigos

Arquitecto Marques da Silva, Junho, n°2, V série, ano III, Porto, 1947

Novembro, n°7, V série, ano III, Porto, 1947

Efémerides Portuenses, Junho, n°2, V série, ano VIII, Porto, 1952

Setembro, n°5, V série, ano XIII, Porto, 1957

Junho, n°6, VII série, ano I, Porto, 1961

Estação Central do Porto (São Bento), Março, n° 11, V série, ano II, Porto, 1947

Maio, n°1, V série, ano III, Porto, 1947

Junho, n°2, V série, ano III, Porto, 1947

Agosto, n°4, V série, ano III, Porto, 1947

Setembro, n°5, V série, ano III, Porto, 1947

Novembro, n°7, V série, ano III, Porto, 1947

O Burgo do Porto antes dos Almadás, n°9, série nova, ano VI, Porto, 1987.

Festas e Solenidades extinctas, Abril, n°64, 2ºano, Porto, 1910

Saudosos Tempos!, Novembro, n°100, 3ºano, Porto, 1912.

e os números:

Outubro, n°6, V série, ano IV, Porto, 1948;

Janeiro, n°9, V série, ano IV, Porto, 1949;

Março, n°11, V série, ano IV, Porto, 1949;

Maio, n°1, V série, ano V, Porto, 1949;

Junho, n°2, V série, ano V, Porto, 1949.

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Imprensa Académica, Coimbra, 1912.

CÂMARA, Paulo Perestrelo, *Dicionário Geographico do Reino de Portugal e seus Domínios*, Tomo I, Editores Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, Rio de Janeiro, 1850.

CERIMONIAL DA CONGREGAÇÃO DOS MONGES NEGROS DA ORDEM DO PATRIARCA SÃO BENTO DO REYNO DE PORTUGAL, Coimbra, 1647.

COELHO, António, *Curso de Liturgia Romana*, 2 vols. Mosteiro de Singeverga – PAX, Braga, 1943.

CONCILIO DE TRENTO, Latim/Português, 2 vols., Lisboa, 1864.

CONSTITUIÇOENS DA ORDEM DE SAM BENTO DESTES REYNOS DE PORTUGAL, António Alvarez impressor de livros, Lisboa, 1590.

CONSTITUIÇOENS SINODAIS DO BISPADO DO PORTO – 1541 (D.Baltazar Limpo).

CONSTITUIÇOENS SINODAIS DO BISPADO DO PORTO – 1585 (Frei Marcos de Lisboa).

CONSTITUIÇOENS SINODAIS DO BISPADO DO PORTO – 1735 (D..João de Sousa Coimbra).

COSTA, Pe. Agostinho Rebelo da, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, 2ª edição, Livraria Progredior, Porto, 1945.

COSTA, Américo, *Dicionário Corographico de Portugal Continental e Insular*, vol.IX, Livraria Civilização, Porto, s/d.

CUNHA, D.Rodrigo da, *Catalogo dos Bispos do Porto*, Officina Prototypa Episcopal, Porto, 1742.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1876.

MAGNO, São Gregório, *Vida e Milagres de São Bento*, Civilização Editora, Porto, 1999.

MANUAL DO RITO COM QUE SE HÁ DE LANÇAR O HABITO AS NOVIÇAS QUE ENTRÃO PERA A CONGREGAÇÃO DO PATRIARCHA SÃO BENTO E PERA SUAS PROFISSEOENS.

MARANHÃO, Frei Francisco dos Prazeres, *Dicionário Geographico de Portugal (nova edição, correcta, augmentada por Manoel Bernardes Branco)*, Casa Viúva Moré Editora, Porto, 1862.

NOVAES, Frei Manuel Pereira de, *Anacrisis Historial*, 4 vols., Colecção de Manuscritos Inéditos, Biblioteca Municipal do Porto, Typografia Progresso, Porto, 1913/1919.

OLIVEIRA, Pe. Miguel de, *História Ecclesiástica de Portugal*, Europa/América, Lisboa, 1994.

PATRÍCIO, Pe. F.J., *Archeologia Religiosa, Notícia dos últimos Conventos de Religiosas do Porto*, Livraria Portuense de Clavel & C^a., Porto, 1882.

REGRA DO PATRIARCHA SÃO BENTO, traduzida e anotada do latim pelos Monges de Singeverga, 2^a edição, Edições Ora & Labora, Singeverga, 1992.

ROSÁRIO, Frei Diogo do, *Floz Sanctorum*, 12 vols., 1869/70.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto*, Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXIV, CMP, Porto, 1973.

SERLII, Sebastiani Bononiensis, *De Architectura Libri Quinque*, Venetiis, 1569.

TOMÁS, Frei Leão de São, *Do Mosteiro de São Bento do Porto*, in *Benedictina Lusitana*, tomo II, parte VI, capítulo IV, Officina de Manuel de Carvalho, Coimbra, 1651.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal*, 3 vols. Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, 1904 e 1922.

PERIÓDICOS

COMÉRCIO (O) DO PORTO, 18 de Junho de 1893

COMÉRCIO DO PORTO, 1896

CORREIO (O) DO DOURO, 11 de Agosto de 1825, nº188

DIÁRIO DO GOVERNO, 2ª repartição, 6 de Novembro de 1888

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 20 de Junho de 1916

ILLUSTRAÇÃO (A) MODERNA, 2ºANO, Nº4, xii-900, Porto, 1901

PALAVRA (A), 24 de Fevereiro de 1888

1 de Março de 1888

21 de Julho de 1893

24 de Novembro de 1893

29 de Novembro de 1893

PROVÍNCIA (A), Setembro de 1894 a Janeiro de 1895.

SÉCULO (O), 20 de Junho de 1916

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

Fundo Monástico

4674 – Livro da Fundação do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto

4682 – Livro do Celeiro (1729)

4683 - “ “ (1713)

4699 – Caderno de Registo de Entradas e Saídas do Cartório

4700 – Caderno de Registo dos Títulos das Casas e Águas da Neta

4705 – Livro das Despesas da Reedificação do Mosteiro (1º)

4706 - “ “ “ “ “ (2º)

4707 – Livro de Registo de Cartas e Contas

4720 – Livro de Contas Correntes

4721 - “ “ “ “

4735 – Livro Índice do Cartório

4750 – Livro das Visitas (1774)

4753 – Livro das Contas Receita/Despeza 1805/1889 (maço de cadernos)

2 - Confrarias

4711- Livro da Confraria da Senhora do Rosário

4713 -Livro da Confraria do Santíssimo Sacramento

4715 –Livro da Confraria da Senhora do Desterro

3 - Prazos

Livros nºs – 4520, 4523, 4524, 4532, 4535, 4538, 4539, 4540, 4541, 4543, 4544,
4547, 4549, 4553, 4558, 4563, 4568, 4577, 4583, 4585, 4597, 4598.
4601, 4602, 4696

4 – Fundo do Governo Civil do Porto

Conventos Extintos – M 544 e M 555

5 – Administração Local

Livros nºs 42 e 43

6 - Fundos Notariais

Livros de Notas dos Cartórios:

PO 1º - 4ª série, nºs 663, 789

PO 8º - série única, nºs 316, 317, 318 (1783/1784), 457

PO 9º - 4ª série, nºs 165, 166, 167, 168, 169, 170 (1783/1785)

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO

Livro de registo geral, nº8

Livro de Vistorias, nº2

Livro de sessões de Obras Públicas, nºs 2 e 6

Livro de Plantas de Casas, nº 3 e 78

Livro de Expropriações – propriedade Imobiliária, nº 5475

Próprias do Cofre, nº 792

Catálogo dos Livros de Plantas

Registo de Material Cartográfico

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Fundo dos Mosteiros Extintos: São Bento de Ave Maria do Porto, caixas nºs: 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039

Dicionário Geográfico de Portugal, vol.30 (Memórias Paroquiais)

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

CÓDICES nºs: 8248, 8337, 8348, 8364, 8365, 8369, 8395, 8406, 8407, 8408, 8409, 8414, 8416, 8419, 8421, 8423, 8424, 8425, 8426, 8445, 8456, 8747.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

Manuscritos nºs 1232, 1272, 1275, 1295, 1322

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA (Gabinete de Inventários)

Secretaria do Museu Nacional de Bellas-Artes, Livro nº 56, Lisboa, 1906

REGISTOS FOTOGRÁFICOS DOS

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Museu Nacional de Arte Antiga

Museu Nacional de Soares dos Reis

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
SUMÁRIO	5
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
INTRODUÇÃO	8
ENQUADRAMENTOS	13
1. SÓCIO-POLÍTICOS	
Urbanismo e demografia	13
A centralização como forma de desenvolvimento	21
A anexação como forma de centralização	29
2. MORAIS E RELIGIOSOS	37
A acção dos Beneditinos no ocidente europeu	37
A implementação da Regra	39
As reformas do Concílio de Trento	42
As monjas de São Bento do Porto	44
O Directório das monjas Beneditinas	51
O que liam as monjas	53
O tempo litúrgico no Mosteiro e a orientação espiritual	55
A jurisdição das Abadessas	59
Das obrigações das monjas	61
As festas na devoção beneditina do mosteiro do Porto	66
UM COMPLEXO MONÁSTICO URBANO E OS SEUS TEMPOS	72
1. AVÉ MARIA GRATIA PLENA ...	72
As correntes artísticas e suas influências	73
Um percurso idealizado ao interior do Mosteiro	78
O claustro	80
As oficinas	93
1. A cozinha	93
2. Os dormitórios e o noviciado	95
3. O tronco e o refeitório	102
4. A padaria	104
5. A enfermaria	105

6. As boticas e a sala das convalescentes	105
7. A casa do lavor	106
8. A capela dos meninos	107
9. A casa do capítulo	108
10. A rouparia e as sacristias	112
11. O cartório	113
12. A portaria e as rodas	115
A cerca e o abastecimento de água ao Mosteiro	119
A hospedaria e a casa dos capelães	122
 2. AS IGREJAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA	126
A PRIMEIRA IGREJA DO MOSTEIRO (SÉCULO XVI)	127
A capela-mor	130
Os coros	131
Os ofícios do coro	132
Alguns inconvenientes para a habitabilidade do Mosteiro	133
O tempo das preladas perpétuas	134
As preladas eleitas e as obras no século XVII	135
A música nos mosteiros beneditinos	142
Os tons artísticos do Barroco	144
As reformas e a opulência barroca	145
O retábulo do altar-mor do mosteiro de São Bento de Avé Maria torna-se um modelo	147
A SEGUNDA IGREJA DO MOSTEIRO NO APOGEU DO BARROCO (SÉCULO XVIII)	150
As Confrarias	151
A capela da Senhora do Loreto	154
A irmandade de Santa Ana	155
As últimas confrarias do Mosteiro	156
A irmandade de São Bento	157
A TERCERA IGREJA DO MOSTEIRO NUM BARROCO TARDIO (Rocaille-século XVIII)	157
As cerimónias no coro baixo	162
O coro alto, a jóia do Mosteiro	164
O retábulo do altar-mor	166
O Trono Eucarístico	168
A fachada da Igreja	169
A ameaça do fim	171

A execução	173
A inconstância dos tempos e dos homens	177
CONCLUSÃO	179
BIBLIOGRAFIA	183

ERRATA

Na página 76, nota 257 onde se lê:

“Poderá ser este Manuel Álvares o mesmo apontado como mestre das obras do bispo D.João Rafael de Mendonça que se ocupou directamente do problema da reconstrução, FERREIRA-ALVES, *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII e XVIII)*, in revista Faculdade de Letras (História), vol.IX, Porto, 1992, p.349.

Deverá lêr-se:

“Poderá ser este Manuel Alvares o mesmo apontado como mestre das obras do bspo D.João Rafael de Mendonça que se ocupou directamente do problema da reconstrução, FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *Elementos para a História das Sociedades entre Mestres Pedreiros (séculos XVII e XVIII)*, in revista Faculdade de Letras (História), vol.IX, Porto, 1992, p.349.

ISABEL MARIA RIBEIRO TAVARES DE PINHO

O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA DO PORTO

1518/1899

UMA ARQUITECTURA NO SÉCULO XVIII

Vol. II

ANEXOS



PORTO 2000

**Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

Orientador: Prof. Doutor Fausto Sanches Martins



O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA (fachada da Igreja já em demolição)
(fotografia – *Porto, Esquinas do Tempo* – Exposição fotográfica do Grupo IF, CMP, Porto, 1982)

SUMÁRIO

APÊNDICE DOCUMENTAL	5
SINOPSE DA ACTIVIDADE ARTÍSTICA NO MOSTEIRO NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII	143
APÊNDICE GRÁFICO	157
APÊNDICE FOTOGRÁFICO	176

APÊNDICE DOCUMENTAL

Na transcrição dos documentos, vamos seguir as Normas Gerais de transcrição e Publicação de Documentos Medievais e Modernos, divulgadas pelo Prof. Avelino Jesus da Costa:

- Desdobramento de abreviaturas;
- Utilização do acento nos casos de palavras homógrafas e que provoquem dúvidas;
- Normalização do uso de maiúsculas e minúsculas para topónimos, nomes próprios, de Santos, Deus, Sacramentos ou atributos santos;
- Separação de palavras indevidamente juntas e reunião de elementos de palavras indevidamente separadas;
- Utilização do hifen nas formas verbais reflexas;
- Actualização da pontuação original, mantendo no entanto os pontos de interrogação e de exclamação do texto, sempre que em lugar correcto e suprimindo-os quando a leitura e a compreensão do mesmo a isso obrigue.

Mantivemos a disposição gráfica geral dos textos originais.

Utilizaram-se os seguintes sinais:

- [?] - Palavra, expressão ou expressões ilegíveis
- [...(?)] - Substituição de palavra ou palavras riscadas ou esborratadas por outras prováveis
- [...] - Palavra ou palavras acrescentadas no texto
- [...] - Omissão de texto numa citação documental ou bibliográfica
- <...> - Palavra ou palavras entrelinhadas

DOCUMENTO 1

1616, Novembro, 25, Lisboa

SUMÁRIO

O rei manda dar dinheiro das sisas da Câmara do Porto às Religiosas de São Bento da cidade para obras num dormitório.

Fonte: AHMP, *Próprias do Cofre*, f.147

Eu, El Rey, faço saber aos que este alvara virem que a Abbadessa e Relligiosas do Mosteiro de Sam Bento da cidade do Porto me enviarão dizer por sua carta, que por o ditto Mosteiro ser ordenado por mandado de El Rey Dom Manuel, que sancta gloria aja, para nelle se ajuntarem as Relligiosas de outros quatro Mosteiros que estavam fora de povoado, se foi continuando com tantas mais que erão hoje perto de duzentas e para sustentação dellas, allem de não bastarem as rendas que tem e andar sempre individado (como de presente o estava), não podião acudir ao de que tinham mais necessidade, que era o reparo e concerto de hum dormitorio que estava para cair com grande risco e para poderem levar ao ditto Mosteiro outra melhor agoa da que or vay a elle, por ser muito damnosa a saude das Relligiosas, e para as dittas obras me pedião lhes fizesse merce de lhes mandar dar hũa esmolla do dinheiro do crescimento das sisas da ditta cidade; e antes de lhes dar despacho mandey tomar informação e fazer diligencia do que assi me enviarão pedir pello corregedor da comarca da ditta cidade, e vista sua informação e o que responderão os officiais da camara e povo, que tambem forão ouvidos, e como a necessidade de as dittas Relligiosas concertarem o ditto dormitorio hé precisa e asi o de levarem outra agoa ao ditto Mosteiro, hey por bem e me praz que do ditto dinheiro do crescimento das sisas se dem mil cruzados para as obras do ditto dormitorio e poderem levar outra agoa ao Mosteiro, os quais mil cruzados se entregarão ao Bispo da ditta cidade do Porto que he Prelado do ditto Mosteiro para, por sua ordem, se despenderem, a qual despesa fara ordenar de maneira que se comece primeiro pella obra da agoa de que há mais precissa necessidade. E mando aos dittos juiz, veradores, procurador e mais officiais da camara e povo da ditta cidade que entreguem logo os dittos mil cruzados do ditto dinheiro dos crescimentos ao Bispo, para com sua ordem se conseguir e ordenar fazerem-se as dittas obras; e por este alvara, que não passava pella chancellaria com seu conhecimento de como os recebeo, serão levados em conta a pessoa a que se tomar do ditto dinheiro. Sebastião Pereira o fez em Lisboa a vinte e cinco de Novembro de mil seis centos e dezaseis. João da Costa o fez escrever

(Assinado:) REY

Hey por bem fazer merce a Abbadessa e Relligiosas do mosteiro de Sam Bento da cidade do Porto de mil cruzados do dinheiro do crescimento das sisas della, para reparo de hum dormitorio do ditto mosteiro e poderem levar a elle outra melhor agoa da que ora, e com declaração que se entregarão ao Bispo daquela cidade seu Prelado, para por sua ordem se despenderem, e que este não passe pella chancellaria.

DOCUMENTO 2

1782, _ , _ , PORTO

SUMÁRIO

Frei Luis Caetano de São José, monge beneditino escreve este Directório de conduta moral e religiosa, destinado às monjas em geral e às Beneditinas em particular, para obviar a falta de Constituições actualizadas.

Fonte: BPMP, Ms.nº1232, ff. 1/51

Directorio de Religiosas

Modo facil para bem observar a Ley de Deos e as obrigaçoens do seu estado.
Tirado da Moral mais perfeita dos melhores autores , para o uso das mesmas Religiosas e dos
confessores menos doutos, que as intruem (sic) por meyo do Sacramento da Penitencia.

Ao Reverendissimo Senhor [consagra-se] fins¹, Dom Abbade Geral da Congregação de São
Bento neste Reyno de Portugal, Provincia do Brazil

Etc. Etc. Etc.

Escrito no Porto no anno de 1782

Por Frei

Frei Luis Caetano de São Joze

Monge Benedictino e seu autor

“Hic liber mandatorum Dei, et lex, quo est in aeternum: Omnes qui tenent eam pervenient advirtam:
qui aettam de reliquercint eam, in mortum
Barach. Cap.IV”.

¹ A linha está parcialmente riscada e substituída por “consagra-se” seguida de “fins” que é provavelmente o resto da fórmula anterior.

Index das materias que aqui se tratão

No Proemio se podem ver varias rezoens sobre a frequente communhão e os erros que disso se podem origenar

Capº primeiro da obrigação que tem as religiosas de aspirar à perfeição -----	fl. ²
Capº 2º do poder das Abbadeças Preladas -----	fl.
Capº 3º do voto da Obediencia -----	fl.
Capº 4º do voto da Pobreza -----	fl.
Capº 5º do voto da Castidade -----	fl.
Capº 6º das obrigaçoens das religiosas -----	fl.
Capº 8º das indulgencias que podem lucrar -----	fl.
Capº9º da eleição dos confessores -----	fl.
Capº10º dos jejuns, festas e outras couzas que pertencem às religiosas[e da Bulla...]³ -----	fl.
Capº11º a respeito dos confessores e religiosas quando estes estão por fora da clauzura -----	fl.
Capº 12º da sepultura das religiosas, estando fora dos seus Mosteiros e no proprio, ou diverso territorio, ou Bispado -----	fl.

Mais varias <couzas se acharão> em todos os capitulos sobre os pontos importantes do estado religioso

² No documento original não está indicado o número dos fólhos respectivos.

³ [e da Bulla ...] esta expressão está totalmente riscada e não entendemos o resto

Sem fingimento, que as tenho recebido da sua liberal mão, assim como agora faço patente vossa "volunta" que sera sempre

De Vossa Reverendissima
Humilde subdito mais fiel e obediente
Frei Luis Caetano de São Joze

Ao Leitor

A experiencia me tem mostrado os grandes erros que há nos corpos religiosos, por culpa dos confessores talvez, e por causa das religiosas não serem bem instruidas nos pontos tão essenciais, quais são todos aqueles que dizem respeito ao seu estado e à sua salvação: tenho sabido nesta parte tantos abuzos, erros e falsas doutrinas, que compadecido do commum e obrigado do particular, me sacrifiquei a fazer este volume com a clareza possivel, para que as religiosas possam facilmente saber o que hão de obrar e do que se hão de confessar. Como este treslado he mais para ellas do que para os sabios, não preciso de por os Autores de que me sirvo na selecção das opinioens; e nesta parte devo ser disculpado, assim como não devo dar todas as rezoens aos confessores menos intruidos (sic), nem às religiosas, a quem mais particularmente dedico este trabalho. O meu fim nesta obra não he outro mais do que a caridade. Poderei ser cençurado por me introduzir em huma materia a que se não tem applicado tantos homens sabios, que alluminão a nossa Nação. Elles a tem tratado, essa he a verdade, ainda que por outro estilo mais sublime incorporado em toda a Moral delles he que não aprendo e se tenho o trabalho de fazer huma selecção do que elles daixarão (sic) escrito; e nesta parte podia eu dizer que aos pequenos se entregão muitas vezes as couzas grandes. O Espirito de Deos obra em toda a parte e quem sabe os seus fins?. Por todas estas rezoens me deve a critica suspender os seus reparos: eu farei por que se não offendam os doutos, seguindo huma moral mais ajustada com o Evangelho e com as regras da Religião, e se acazo alguém se offender em alguma das prepoziçoens que fizera escrita, daqui já respondo que a pratica commua a ninguem (sic) toca. Atenda-se às rezoens e aos motivos, e sem paixão se dirá que tudo he verdade como mostra a experiencia, e que o meu animo não he offender a pessoa alguma em particular. Os autores de que me aproveito são aquelles que na Republica dos Sabios tem a mayor estimação; e como estes não podem chegar às mãos de todos nem às religiosas, de quem falo, os podem intender, será este rezumo util-a quem por elle se applicar. Tenho exposto as minhas rezoens. Espero que seja bem aceite o meu trabalho, deixando a gloria para Deos, que he o Autor de todo o Bem. [?]

Ao [Trienio(?)]

A vida religioza, sendo tão pezada quanto às obrigaçoens exteriores, não o he menos refletindo naquellas que devem accupar o interior⁴. Hé hũa vida que deve inclinar-se toda para adquerir a perfeição. Tem mostrado a experiencia que nesta parte reina muita ignorancia, principalmente nas comunidades das religiosas; ao mesmo passo, que são assestidas de homens sabios, com todas as qualidades precisas para o bem das mesmas. Eu não quero dizer que por culpa destes se achão infinitos erros na direccção; mas tão bem não posso dispensar-me para não publicar que se achão religiosas com muitos annos de exercicios santos, e perguntador(sic) pellas obrigaçoens do seu estados(sic), nem ainda bem sabem dizer a que estão obrigadas pellos tres votos que voluntariamente fizerão: os principios da nossa religião he para ellas novidade; os actos de Fé, de Esperança e Caridade são feitos materialmente; a Oração nem ainda he entendida, e menos sabem dizer as partes de que ella se compoem: todo o ponto está em commungar todos os dias, gastarem tardes inteiras no lugar da penitencia e com isto darem satisfação ao mundo que as não julgue. Não quero dizer que esta culpa tenha a sua origem nos doutos que as aconselhão; mas posso afirmar que entre os sabios andão muitos ignorantes, que destroem o rebanho de Jezu Christo. São mercenarios que vivem satisfeitos com a paga ou, para dizer melhor, são lobos que lhe comem a sostancia. E como podem estes fazerem conceito do sublime officio de confessor que exercitão na terra as vezes de Deos, na santificação do pecador. Esta tremendissima obirgação ha de aparecer no ultimo Juizo: asi se hão de apresentar estes Menistros da Igreja para darem respostas das suas absolviçoens: elles são a cauza da pouca obediencia que se observa nos claustros; porque não sabem nem estudão pellos melhores autores que tratão destas observancias. Elles são a cauza da pouca honestidade porque não cortão como devem pellas consciencias a respeito das communicações, do trato do vestido e de tudo o mais que pode servir de ruina às mesmas espozias do Cordeiro Immaculado. Elles são a cauza de tão continuamente se quebrar o voto da Preza (sic)⁵ que tanto recomenda o sagrado Concilio Tridentino: e de que procede esta niglencia (sic) senão da sua ignorancia ou porque não querem desagradar ou porque seguem humas opinioens ransozas que tem abominado a melhor selecção dos A.A.(?)⁶. Se examinarmos em que se passam tardes, dias, mezes, annos, veremos que mais são confabulaçoens do que confissoens: asi se intrem com novidades, com noticias, com estorias, bem alheas do Ministério Santo que exercitão. Asi se tratão negocios de pendemcias e outras couzas rediculas que se devem separar de tal lugar. Os confessores das religiosas devem ser

⁴ Esta palavra ocupa o extremo direito de uma linha e na margem encontra-se: “terios”, que julgamos estar a mais pois não existe qualquer sinal de chamada.

⁵ Presumimos ser: “Pobreza”

⁶ Julgamos referir-se a: “Autores”. Passaremos a referir como tal sempre que surgir esta abreviatura.

circumspectos nas suas acçoens; todo o seu cuidado devem por em que ellas sigão fielmente as maximas santas que seguirão os seus Patriarchas e exemplares. As suas leys, os seus preceitos, a sua doutrina e os mandamentos dos seus Prelados devem dizer-lhe com liberdade no que consiste o estado religioso, que ellas devem praticar com exação os tres votos que professarão, que são humas almas separadas do resto dos homens para se darem mais familiarmente a Deos pellos exercicios da communidade, pella observancia da sua Regra e das leys dos seus Prelados, pella frequente oração, pello jejum, pella penitencia e pello retiro. Para tudo isto devem saber os confessores os estatutos ou leys que ha nas communidades e nesta materia não sejam faceis em acreditar as religiosas quando dizem que as couzas não estão em uso. Devem tãobem ensinar-lhes o modo como hão-de depor os seus peccados sem offender a pessoa que talvez nelles fosse parcial, como hão-de fazer os actos de confissão e tudo o mais que he preciso para esta materia. Devem examina-las na Santa Doutrina, que não venha só a saber-se materialmente: [exa qui (?)] no que hão-de gastar o tempo tão preciozo que depois senão pode reparar. Quem não pasma d'aver tantas religiosas exercitadas por tantos annos que nem ainda sabem o que he preciso para a sua salvação, que ignorancia se não encontra nas Regras, que descuido nas obrigaçoens, que tibieza nos exercicios, que froixidão no estado, donde procedem tantos danos. Eu o não dissera, mas a falar verdade podia dizer que era culpa destes indulgentes que não sabem avaliar o que he ainda hum peccado venial advertido. Se nos sentenciarmos sem paixão esta materia, veremos que as faltas destas obrigaçoens procedem de ordinario da falsa doutrina destes aduladores, veremos que elles não cumprem o seu Menisterio, veremos que as mesmas religiosas de tanto isto se agradão, veremos que ellas não tem o espirito de uma viva Fé que as fação generosamente obrar de huma⁷ forte esperança e de huma generosa caridade, veremos huma grande ignorancia e bem culpavel sobre os motivos destes actos e não menos da contrição que deve acompanhar sempre os mais actos do penitente para bem se confessar, veremos emfim que quasi as confissoens da maior parte das religiosas são excuzatorias, condicionais e sem sustancia, por exemplo: acuzo padre se fizess isto, acuzo-me padre de todos os pensamentos, de todas as raibas, etc. Os peccados veniais de advertencia e malicia, por exemplo, as mentiras, as vaidades, os appetites he couza de pouca intidade, comtanto que a religiosa observe certos documentos, pratique certas maximas, não fale nos dormitorios, vá ao Coro, etc. já está em huma boa situação e se faz digna de receber o Corpo de Christo todos os dias: que erro! A communhão quotidiana pede ainda mais do que estas dispoziçoens. Não só não ha-de haver o affecto ao peccado venial, mas he preciso que tenha essa alma as qualidades brilhantes que a fação distinguir do resto dos homens, he preciso hum amor ardente a Jezu Christo, he preciso huma

⁷ Esta expressão encontra-se à margem, do lado esquerdo e sem qualquer sinal de chamada. Como completa o sentido da frase pensamos que se encontra no seu lugar correcto.

pratica muito exacta das virtudes, huma caridade com os proximos, huma observancia perfeita das regras da Religião, para dizer tudo em poucas palavras, hum corte generoso nas paixoes interiores, na soberba, na vaidade, no amor proprio, no amor dezordenado às creaturas e em tudo aquillo que dezagrada ao Divino Salvador. São Paulo, falando deste maior dos Sacramentos, dis que se deva provar o homem e assim comer deste Divino Pão. As provas hão de ser de uma Fé respeitosa, como lhe chama o Excelentissimo Bispo de Clermont, que faça destinguir o Divino Pão, cujo respeito chega a ser terror e que até tem necessidade de que a confortem, que descobre de longe a Jezu Christo sobre o altar, que faz sentir na alma hum resplendor de Magestade que a fere, a abraça, a perturba e lhe fas temer que venha apresentar-se asi sem sua ordem. Esta fé que nos fas destinguir o Corpo de Christo he rara. O que se encontra nestas almas que quotidianamente commungão he huma fé superficial que se prende à superficie do Sacramento, e lhe não profunda a virtude e os misterios, he huma fé ocioza que limita todo o seu merecimento, he huma fé [mediaval(?)] que se desmente nas obras. Destinguir o Corpo de Christo he applicar mais cuidado, mais atenção, mais circumspecção a recebe-lo do que a todas as mais acçoens da vida. Examine-se cada huma das religiosas e escute neste ponto o testemunho da sua consciencia e vera se he digna desta communhão quotidiana. Hũa communhão ha de ser dispozição de outra, há de ser dia de penitencia, dia de retiro, dia de mortificação e qual he aquella entre as religiosas que isto pratica, qual he aquella que tem quebrado as paixoes, aquella odio, aquella idolatria dos moveis, aquella genio sensivel a qualquer contradição, aquella vaidade que a arrasta ainda nas couzas santas, aquella inveja, aquelles zelos fora da honra de Deos, aquelles caprichos com o seculo e consigo mesmas, aquelles appetites. Eis aqui as provas deste grande Sacramento, porem chegar-se huma religiosa todos os dias ao Sacramento familiarizar-se com elle e não sentir novos sentimentos, sustentar-se do Divino Pão e não crescer na santidade, chegar-se ao fogo e não arder. Que he isto? He profanar o Corpo do Senhor. Só aquella religiosa que tem em si todos os frutos do Espirito Santo, a Caridade, o gosto, a Paz, a Paciencia, a grandeza de animo, a Bondade, a Benignidade, a Mansidão, a Fé, a modestia, a Continencia, a Castidade, todas estas virtudes, dissera-lhe que se podia apresentar quotidianamente na Divina Meza, porem chegar-se com faltas, tantas vezes abominadas, com habitos de imperfeições ainda que ligeiras, he por-se no perigo de profanar o grande Misterio. Quantas fazem profissão da virtude e quasi todos os dias se achão entre o commercio das couzas ignatas e não fazem mais do que hum como ponto fixo da mesma virtude, alem do qual não passam nunca? Quantas arrastão sempre ao redor das suas confissoens as mesmas quedas e nada se adiantão ainda passados muito annos de exercicio de piedade, quantas abuzão do Divino remédio e não sentem melhoras nos proprios males. Ellas amontoam sacramentos (se me he licito dize-lo assim) e os seus coraçãoes estão sempre occupados de veneno, de invejas, de odios, dilicadezas, apegos,. O culto sem mortificação, com dezejões de agradar, de apparecer, de subir, com impaciencias, discursos livres, distracções

mundanas, sentimentos e outras tantas imperfeições que fazem huma certa familiaridade com a mentira, ellas cultivão por este modo huma certa communicação a que talvez cobre a piedade e só a inclinação ajusta e conserva e sera porventura este o modo de commungar dignamente todos os dias? Vejam isto os confessores e, se não sentirem vivamente a resposta que lhe dá o seu coração, elles serão participantes do mesmo castigo a que se sujeitão estas almas profanadoras. Eu sei que Santo Agostinho não aprova esta communhão quotidiana, nem tãoobem a vejo pello mesmo Santo Doutor reprovada. Sei que São Francisco de Sales, sendo tão experimentado nas direcções, faz o mesmo, eu vejo porem que às suas Religiozas da Visitação lhe não dá esta faculdade, o mais que lhes adverte he que não deixem as communhoens da comunidade e, se acazo alguma vez mais forem mandadas pella obediencia que não desprezem o favor, que se humilhem e se fação dignas de receber o Corpo de Jezu Christo. Sei mais que elle he Pai dos fracos e dos fortes, estes o devem receber para que fortifiquem mais, aquelles para que não cahião. Nem eu em todo este discurso quero dizer que totalmente se evitem as communhoens, o que digo só he que ha muito abuzo na frequencia della, que os confessores principalmente das religiozas tem nisto muito <erro>, que não fazem aquelle decernimento que pede hum tão grande misterio, que admitem à Sagrada Meza sem destinação, que não provão⁸ primeiro os espiritos pellas regras de huma verdadeira moral e por isso estamos vendo tantos erros, tantos [?] na direcção destas [?] do Salvador que pode ser mão até nas⁹ mesmo criadas se encontra esta facilidade de communhoens: basta que ellas fação huma confissão geral, que vão em todos os dias à estação do Sacramento, que vizitem a Via Sacra, que fação o exercicio da oração, que tomem huma disciplina à segunda, quarta e sexta feira, que jejem nesses dias que tenham meia hora de oração, que fação vinte communhoens¹⁰ espirituais todos os dias, que oução Missa, que guardem certas horas de silencio, que se juntem com pessoas que professão piedade, que cantem o terço de Nossa Senhora, que tragão humas contas ao pescoço e isto basta para que se chamem logo perfeitas filhas de Deos e que se não devem privar do grande fruto daquelle respeitavel sacramento. Mas que ellas não mortifiquem os seus genios que ellas não conservem rancores(sic) entre si, que ellas não trabalhem no dia santo, que ellas não dem dinheiro a juros, que ellas não percão o tempo do seu trabalho e o mais que tem de obrigação, isso não basta para que se tirem da vida santa (como dizem) que ellas praticão, são paixoens que não estão na mão da creatura o tira-las, são tentaçoens que fes o demonio para as fazer retirar, são vexaçoens do maligno espirito para divertir as almas, respondem estes fanaticos [?] advertir que as mulheres

⁸ No topo da pagina e antes da continuação do que vem da página anterior, escrito com letra diferente está: “Santa Tereza não permitia às suas Religiozas mais do que duas vezes na semana a communhão e dis ella por nenhum cazo se conceda [mais] que posa ser etc”. A palavra “mais” está riscada mas legível.

⁹ Esta preposição deveria estar a seguir ao vocabulo “mesmo” mas está antes.

são faceis em admitir estas couzas e assim persuadi-las com respostas tão erradas vão caminhando insensivelmente para o maior fanatismo e abuzo. Sei tãobem que Jezu Christo chamou para a Sua meza os cegos, mancos e aleijados e nem com isto se pode provar a frequente communhão, resposta tantas vezes applicada contra aquelles que doutamente isto prohibem, porem nos vemos lançado nas trevas hum miseravel que se atreveo a chegar à meza sem o vestido nupcial. He sem duvida grande imprudencia e engano que se aconselhe esta frequencia indestintamente e, se as religiosas que pella rezão do seu estado aspirão a maior perfeição, nem ainda todas em geral hão de ter esta liberdade, muito menos as criadas geralmente falando, por estarem em estado menos perfeito. Basta que essas almas chamadas perfeitas communguem nos domingos, comtanto que tenham liberdade de espirito sem algum affecto ao peccado. Este he o sentimento de Santo Agostinho. A disposição para este Sacramento deve ser grande, muito exquisita e só aquella alma que não tem affecto ao peccado mortal nem inclinação ao peccado venial, dis o Santo Sales, está na verdadeira disposição para receber o Corpo de Christo, no Sacramento. Ora meditem os P.P.¹¹ espirituais, os directores, estas palavras de hum santo tão singular na direcção das almas. Discorrão pellas suas dirigidas e digão quantas tem desse character; confesso que na Igreja de Deos ha justos e santos, que nas sagradas Religioens ha religiosas porfeitas que imitão quanto podem a huma Santa Catherina de Sena, a huma SantaTereza de Jezus, a huma Santa [Angela] de Fulgino e podera haver quem deseje ser imitadora de huma Santa Gertrudes, a estas sim dissera que lhes mandassem os confessores a communhão em todos os dias se primeiro examinassem as suas intençoens, a sua humildade, a sua obediencia, a sua caridade, a sua penitencia e todas aquellas qualidades nobres que ornavão o character daquellas Santas Religiozas. Eu me edificara se as visse ao menos com virtudes, com a penitencia de huma Maria do Lado, de huma Joana Ignes, religiosas perfeitas do convento do Louriçal, e então dissera que podião os confessores uzar da autoridade que lhes concede a Sagrada Congregaçãõ ou decreto approved pello Summo Pontifice Inocencio XI passado em 12 de Fevereiro de 1679 sobre o frequentar a communhão. Não posso tãobem negar que ainda dentro dos claustros, assim como no seculo, há presisãõ de virtudes edificantes e perfeitas, que amão a Deos com espirito de verdade, que pertendem adiantar mais o seu amor no exercicio, de executar a vontade de Deos em todas as couzas com hum animo simples e sincero, sem isitaçãõ. A estas sim dever-se permitir a Santa Communhão, ainda que algumas vezes será preciso separa-las da Divina Meza para ver a sua conformidade em ponto tão delicado e satisfazer-lhes o seu desejo com a communhão espiritual, de que podem tirar ainda maior fructo do que na sacramental. Estas provas são tão precisas que, sem ellas, hão de errar facilmente os Directores,

¹⁰ A seguir encontra-se riscado: “todos os dias”. A expressão passou para a frente de: “espirituais”

¹¹ Mantemos no texto por não sabermos o que seja.

cada hum medite este ponto comsigo mesmo e veja a destinação que deve fazer das pessoas que aconselhão. Na Igreja de Jezu Christo deve-se usar de misericordia, porem não deve faltar a justiça. Esta consiste em dar a cada hum o que he seu, sem não distinguirmos humas almas de outras. Pois haja as que são perfeitas e buscão os meios para mais se adiantarem na perfeição, daquellas que nisto cuidão pouco e se deixão [?] de certas devoçoens exteriores de algumas regras ordinarias de exercicios, e a todas igualmente mandarmos commungar, faltamos à justiça e não uzamos de misericordia. Sepultamos os effeitos do veneravel Sacramento que não pode produzir igualmente a graça por serem dezugais as dispoziçoens. Ficamos reos do Corpo e Sangue do Salvador, participando do castigo daquelles que indignamente o recebem Sei que muitos confessores se persuadem que as pessoas a quem aconselhão a frequentar [a] communhão tem as qualidades necessarias, porque talves se capacitão das suas virtudes, dos seus bons desejos, dos seus exercicios, das suas intençoens. Eu lhes respondo com o Evangelista São João: irmãos, não acrediteis, todo o espirito, provai-os primeiro se são de Deos. Quem poderia presumir que a populoza cidade de Paris e quasi tod a França seria enganada por huma pobre mulher do [?]¹², que tantos homens grandes assim religiosos como seculares acreditassem no seu espirito. Todos estes examinarão com miudeza e exacção notavel os costumes, a vida e as palavras da dita mulher e, contudo, o artificio do demonio era tão oculto que ella dava singularissimos sinais de virtude e piedade que parecia humanamente indubitavel o assistir-lhe Deos com graça muito particular. Ella procurava que todo o povo se redemisse a bons costumes e, como naquelle tempo duravão as diferenças entre Henrique III e IV, protestava ella que as publicas calamidades se originavão dos peccados e que logo cessarião se delles ouvesse emendas. O povo lhe dava tanto credito que por suas instenções(sic) se fizerão publicas preces. Hia vizitar varias pessoas enfermas que estavam quasi moribundas e lhe trazia à memoria alguns peccados que não tinham confessado. Pronosticava couzas, factores que se virão como certas. Os seus discursos parecião do Ceo. Em hum dia se lhe deu hum accidente, que a tiverão como morta, e hindo ja para lhe amortalharem o corpo, disse com voz suave e intelligivel: ay meu Deos, pois vos agrada restituir-me a vida, eu a consagro ao Vosso serviço. Daqui por diante parecia tão perfeita em todo o genero de virtudes que até as pessoas mais praticas nas materias misticas, por mais experiencias que fizerão, não poderão descobrir de imperfeição. Era bem atendida dos religiosos, os doutos a procuravam e as suas virtudes lhe adquirião grande estimação. Ora quem não devia que huma alma tão perfeita era assisitda de ser superior? Pois não era mais do que huma alma assestida do demonio. Os peccados veniais que ella cometia de mentira e curiosidade publicarão o seu engano. Bem podia eu autorizar esta verdade com factos mais modernos, se elles fossem precizos, basta o que se refere e os que se sabem para que se não fiem tanto os

¹² Parece ser um topónimo mas está ilegível

confessores. Appliquem estes todo o seu cuidado a que as suas confessadas meditem de dia e de noite a ley de Deos, como tanto nos ensina Davide. Não as inclinem aos Livros Misticos, que ellas não podem intender, antes com elles se podem arruinar d'amor proprio, a soberba sempre quer subir. O livro por hão-de ler ha de ser aquelle que tinha Paulo, ha de ser Jezu Christo Crucificado: nelle hão de acreditar, nelle hão de aprender todas as virtudes. Cuidem muito que ellas saibão os Misterios da Fé, tudo o que he precizo para a salvação, as couzas que são de preceito e de concelho, o tempo em que tem obrigação de fazer actos de Fé, Esperança e Caridade, como hão-de fazer actos de amar o proximo, quando hão de orar para satisfazer ao preceito Divino que tanto zelo manda Jezu Christo, porque não basta dizer que tem oração, he precizo satisfazer a este preceito. Ensinem-lhes o como hão de ter oração, como hão de pedir a Deos perdão dos peccados, como hão de ouvir Missa, como hão de atender ao Officio Divino, como hão de observar as Regras, como hão de fazer as communhoens espirituais, em huma palavra, como hão de ser catholicas e religiosas. Eis aqui no que se deve gastar o tempo de que Jezu Christo ha de tomar contas e não ha de haver resposta à sua pergunta. Confessores ha que se dão por bem satisfeitos do seu trabalho com quatro almas timoratas, cujas reconciliaçoens os não infadão, e talvez se escuzão de abrir os braços ao prodigo que vem de região longinqua a onde dissipou a sustancia do Pay Celestial. Este o ponto em se introduzir no[s] conventos das religiosas, mas para quê? Para gastarem tempo no que não deve gastar-se e não para ensinar, para doutrinar, para castigar; eu podia dizer que estas omissoens não serão só da parte delles, estão sim de quem não acode a estes erros que se podem remediar. Está da parte do [s] Prelados que os elegem sem hũa madura consideração, do que muito se sentia o veneravel Arcebispo Frei Bartholomeu dos Martires, queixando-se dos Pastores que não punhão hum bom cuidado no pasto das sua ovelhas. E quando São Pio V quis reformar a depravação dos costumes com que via indignamente offendida a Igreja, depois de ouvidos os pareceres dos cardiais, disse que o melhor meio que elle escolhera era reformar os confessores. Oução a São Carlos Borromeo: elle afirma que pella incuria e negligencia dos confessores triunfão os vicios, os erros, o luxo, a pompa, os enganos, as injustiças em todas as artes, em todos o estados. Todas as desordens que sucedem nas comunidades, se formos a ver com verdade, o dizemos que he por falta de obediencia. Se os confessores castigassem esta culpa como devem, se evitavão varios peccados por exemplo: manda a Prelada huma couza, não obedecem as subditas, ou por intenderem que o preceito excede os lemites do seu poder, ou por que perdoa da pouca [?]. Se os Confessores não admitissem opinioens loucas, senão condecendessem com virtudinhas e se comprissem com a sua obrigação, he certo que se ivitavão todos os damnos, se todos seguissem huma moral mais ajustada com a ley de Deos e com o Evangelho, haveria ordem e não desordem, mas que ha de ser elles não querem dezagradar, querem continuar. As almas religiosas, quanto mais unidas a Deos pellas obrigaçoens do seu estado, tanto mais se hão de unir a Jezu Christo; este Senhor foi

obediente até à morte e não veio ao mundo fazer a sua vontade e quanto se esquecerão disto [as que(?)] vivem nos claustros. Devem ser humas almas vivas em huns corpos mortos para tudo que he mundo que voluntariamente renunciarão. A sua vida deve estar escondida em Jezu Christo, pobre desprezado, abatido, crucificado. Que importa se applicuem alguns confesores a lição de alguns cazuistas, se o Espirito da Moral Christã [?] entre as loucas opinioens que mal podem elles destinguir o verdadeiro do falso? Conheço que algumas vezes he preciso seguir a doutrina dos cauzistas quando o pede a ocasião, porem não se segue daqui huma facilidade em seguir todo o genero de opinioens que muitas vezes vão dar com as vinte e nove do Summo Pontifice Alexandre VII, no decreto de 24 de Setembro de 1665, com as dezasseis do mesmo, no decreto de 18 de Março de 1666. Nas sessenta e sinco condenadas pello Summo Pontifice Inocencio XI, por decreto de 2 de Março de 1679, e nas trinta e huma condenadas pello mesmo Alexandre VII, no decreto de 7 de Dezembro de 1609, e outras mais alem das que condenou o Summo Pontifice Benedicto XIII, como se podem ver nos Autores modernos, e todas estas opinioens respeitavão a validade do Sacramento da Penitencia e idoneidade dos ministros d'elle. Tinhão ellas seus patronos, comtudo ellas antes de serem condenados já em si não erão boas para a reforma dos costumes. Quantos se seguem ainda hoje no mesmo mal dos probabilistas, porque a Igreja ainda não entendeu o seu exame e não declarou a sua censura. As mesmas verdades do Sagrado Concilio de Trento terião padecido diversas interpretaçoens e se acharião já desviadas do seu genuino sentido, se a isto não se acudisse antecipadamente com a prohibição do mesmo Concilio. He necessario que o confessor recorra muito [?] pelo meio da oração, para lhe iluminar o entendimento que lhe deixa perceber, e lerá e destintamente o conhecimento da ley santa, qual está escrita nos seus preceitos, para que o deixe perceber a lição dos livros, as melhores doutrinas e, quando as materias forem difficultozas, não se fiarem de si mesmos, consultarem os homens sabios e que forem mais experimentados nas virtudes. Pareça que isto sera hum grande trabalho, assim serão [?] menos <não serão tantos>¹³ os erros, menos os enganos e mais as virtudes; maior o aproveitamento das almas e menos sacrilegas as confissoens; este he todo o ponto em que se deva por hum incansavel trabalho, nada mais importa ao homen de que segurar a sua salvação e, como depois do peccado, não há outro remedio mais do que o Sacramento, se este não he feito com as partes que elle pede, tanto da parte da penitencia como da parte do Ministro, alem de não servir para a justificação, fiqamos reprovados. Hum sacramento que Christo instituiu para a salvação, sendo mal feito, adianta a condenação. Na verdade que he esta huma desgraça a que se sujeita quasi voluntariamente a maior parte do mundo. Cansão-se os Santos Padres, os doutores em persuadir esta verdade tão importante e parece que os homens não podem sustentar a verdadeira doutrina de que muito antes se queixava São Paulo. Huma religioza

¹³ Expressão entrelinhada que substitui outra riscada e ilegível.

he hum jardim sagrado que o Divino agricultor plantou no retiro do claustro. Nella dever floreser as rosas da caridade, os lyrios da pureza, as violetas da humildade, os suspiros da contemplação, os martirios da penitencia e todas as flores das mais virtudes. Ella não pode florescer na perfeição se não houverem servos fisicos que, zelosos tãobem das almas, lhe não appliquem as santas doutrinas [para seguirem o sublimar da perfeição] que as fação mais e mais perfeitas na caridade, sem a qual, no sentir do Apostolo, todas as mais virtudes perdem o seu valor. He preciso, para o dezejado fim de conseguirem a perfeição, que as religiosas observem à risca as puras leys da sua Regra santamente escritas, porque santos forão seus grandes Patriarchas que, guiados pello Espirito Santo, as escreverão e observarão e quem ha de aplicar esta verdade se não os que as instruem e os que as governão? Mosteiros ha neste Reino onde se não achão nem ainda humas Constituçõens que são como Regra ou modificação da mesma que profissão e, sem estas leys, que podem observar as religiosas, se os confessores não forem doutos que lhe hão de aconselhar. Não basta que elles digão: observem a sua Regra, obedeçam à Prelada, guardem silencio, tenham oração, etc.. He preciso intender o espirito da Regra, examinar os capitulos das vezitas que os senhores Bispos lhe tem posta os preceitos, as censuras e mais observaçoens, e nisto pôr muito cuidado, porque ao menos se supre com a falta das Constituiçoens tão necessarias. De senão praticar esta doutrina, nacen (sic) nos Mosteiros grandes dezordens. São tantas as direcçoens nesta parte como os confessores [????]¹⁴. Não deve ser assim como cada Reyno tem suas Leys cada Religião tem sua Regra e, não obstante, que muitos Mosteiros estejam sujeitos aos Senhores Ordinarios, as religiosas, assim como participão nos favores com os religiosos da sua Ordem, tãobem devem seguir o mais que he de observancia da mesma Regra. Nem he crível que os senhores Bispos se opponhão a isto, elles que nem [?] observancia e a perfeição das religiosas logo hão de querer, tãobem tudo aquillo que convier para a mesma observancia [??] he meio de conseguir a perfeição, logo não podem deixar de querer que ellas observem à risca a Regra santa do seu legislador. As Religiozas são como o Nilo rio do Paraizo que, sahindo fora do seu leito, enche de lodo todos os campos do espirito. Todas as vezes que a religiosa sahe fora das regras do seu instituto, tudo fica manchado, quero dizer tudo fica sem ordem e não se descuida o demonio de armar hum forte guerra. Talves que debaixo da capa de virtude para que humas afroixem, outras se desmandem. Ah, que se ellas volverem os olhos para o passado, olhando para os seus annos, verão o tempo que fugio sem lhe deixar no coração outra couza mais que hum afflitivo pezar de perda das boas obras que não fizerão. Ja vai passando a florida mocidade e o tempo de recolher os frutos quasi chega <a morte> e que outra couza acharão mais do que espinhos e o Senhor ha de pedir contas dos talentos e dos louros que com elles se ganharão. O Senhor ha de entrar no exame da sua vinha que Elle plantou e regou [?] e

¹⁴ Seguem-se praticamente quatro linhas riscadas e ilegíveis.

não hão de ser menos responsaveis os operarios se por sua culpa <não> produzio a vinha. Seção elles vigilantes como quem há-de dar conta das almas que estão entregues ao seu cuidado como exactos executores da observancia regular. De que nace tanta abundancia de pobreza nos Conventos, de que nace tanta penuria dos efeitos da Providencia Divina. Nasce do pouco espirito com que se observão as Regras, dos escandalos e dos peccados e não he muito que se vejão alguns sinais da justiça Divina que onde se acha extinta a tocha ardente da caridade fraternal. Huma Religioza observante he como huma daquellas alampadas eternas que antiguamente ardião dentro dos sepulcros; ellas fechadas perpetuamente davão luz, mas recebendo ar logo se extinguirão e apagavão. Assim tãobem emquanto as Religiozas se fechão dentro de si mesmas com hum retiro interior, sem mestura das couzas do seculo, sem cuidado mais do que em Deos em tudo o que lhe agrada, sem atenção mais que a sua ley aos preceitos da Igreja e dos seus superiores [?], dão luzes tão claras de santidade que servem de edificação; tanto porem que se apartão desta observancia entra o ar da natureza manchada, sopram os ventos das tentações, das amizades, dos maus exemplos do mundo e de tudo o que elle ama e extingue-se a luz, fica tudo em sombras. A experiencia o tem mostrado e quasi se vê todos os dias almas tão abrazadas no amor de Deos, tão promptas no caminho do Salvador, tão constantes no exercicio da Sua cruz e telves que huma leve fracção da ley, hum querer se por arte, por bem pouco do seu retiro interior, huma condecendencia com o mundo, ainda que leve, serião a cauza de perderem a luz da caridade e de se apartarem da sua primeira profissão. Saul, aquelle rey ungido do Senhor, perdeu o Reyno e foi dipois reprovado por huma falta de obediencia que na opinião dos Santos Padres não foi mais do que luz contra o que lhe tinha mandado Samuel. Assim castiga Deos estas faltas que se cometem naquella fracção dos seus preceitos. Se hoje não vemos claramente estes castigos sera porque a Sua misericordia quer abundar em justiça. Sera pellos fins que nos ignoramos. Nos não devemos penetrar os Seus occultos juizos, devemos profundamente adora-los, porem sabemos de cazos que a culpa do peccador não ha de ficar sem castigo. Aquelles que nesta vida se padecem são huma sombra dos que hão de succeder na outra e quem não teme? Nós sabemos que foi huma religioza condenada ao Purgatorio por lavar o rosto à sexta feira, dia consagrado à Paixão de Jezu Christo e só com as oraçoens de S.Martinho, bispo Turonense sahiu daquellas penas dipois de tres dias. Santa Gertrudes vio a humas religiozas que estavam no Purgatorio por terem recebido com demasiado gosto as vizitas que lhe fazião. Outra foi padecer as mesmas penas por ter tido algum apego às imagens e couzas da mesma semelhança. Outra por ter empregado muito tempo nas vezitas das infermas. Ouçamos a Santa Maria Magdalena de [?] a São Luis Beltrão e outros com[o] Santo Antonino que nos dizem forão humas religiozas condenas[adas] pello muito amor aos seus parentes, outras por terem deixado de commungar quando mandava a sua Regra. Humas por não terem cultivado a prezença de Deos pella devoção inierior que nisto sentião, outras por terem rezado mal o Officio Divino com negligencia, humas por

terem faltado à obediencia em couzas pequenas, outras por terem murmurado do confessor e dos prelados, humas por terem feito as suas obras por vontade propria mais do que pella obediencia por não darem conta aos seus superiores de couzas que se passavam nos Mosteiros. Todas <estas> couzas tão leves são castigadas com graves penas e de humas culpas tão minimas que algumas são de ordem inferior na linha de veniais em¹⁵ no juizo de Deos, tantos castigos que serão daquellas faltas tantas vezes ponderadas e nunca emendadas, daquellas transgressos[ões] dos votos, das leys e dos preceitos, daquellas culpas veniais cometidas por malicia e vontade deliberada, daquellas vaidades, infeites profanos que chegam muitas vezes a culpa mortal pello escandalo daquellas molas nos vestidos, nos habitos que [?] direi tudo, em humas palavras daquellas acçoens pellas [tantas(?)] obras que offendem a ley de Deos e da Religião. Meditem as religiosas tudo o que tenho ponderado e deixem responder por si a propria consciencia que confessará esta verdade. Estudem os confessores nesta materia, cortem sem temor por estes corpos mortos na observancia, senão querem que elles morrão eternamente. Lembrem-se que são medicos para curarem as enfermidades da alma. Não se embaracem com respeitos, digão a verdade sem temor, estudem os livros santos, a Moral mais verdadeira que se conforma melhor com o Evangelho, para que se não impute a elles todo o erro. Os prelados nisto mesmo devem por hũa particular vigilancia e saibão quem mandão. Não basta que hum sacerdote esteja aprovado. O Direito que pede destinta approvaçãõ do prelado pera os confessores das religiosas he certo que nelles quer mais ciencia, mais virtudes, em huma palavra: reformem-se os confessores e logo sera tudo santificado na Religião . Lembra-me que, intentando o Summo Pontifice Paulo IV reformar a frente da sua capella, onde estava a famosa pintura do Juizo Universal, porque as figuras estavam algum tanto descompostas e nuas [?], Miguel Angelo Buonarroti, famoso pintor daquelle seculo [?], que o trabalho era pouco concerto e componha o Papa todo o Mundo, que as pinturas depressa se compoem. Concertem-se os confessores e pouco custara emendar os penitentes e menos haveria que compor no dia do Juizo. Sejam elles dedicados em advertir nas faltas e fazer muito caso das culpas veniais, que são as pequenas rapozas, quero valer-me da frase da Escritura, que destroem a vinha do Senhor. Estas faltas plenamente voluntarias são como as feridas que se fazem perto do coração que pouco falta para serem de morte. Ha confessores que se persuadem só basta para seguir a perfeição que a religiosa não cometa peccado mortal. He erro e deve-se evitar este absurdo, isto he o que ensinão todos os doutores nesta materia falando da vida religiosa. O peccado venial de advertencia he uma verdadeira offensa de Deos, esta não pode unir-se com quem busca a perfeição. Podem dar-se peccados veniais de fragilidade, ignorancia e tibieza e tanto que a creatura não esteja com animo deliberado a comette-los nem affecto a elles, deste modo não impede o seguir o caminho

¹⁵ Este vocabulo colocado na margem direita parece substituir o que lhe está imediatamente a

dos perfeitos, os primeiros fazem esfriar o fervor, a caridade, a união do Espírito Santo e gosto e inclinação para as cousas celestiais, os segundos não fazem isto. O justo cahe sette vezes no dia, na fraze da Escritura, e não deve cauzar reparo que quem não he tanto possa ter ainda mais quedas. Recorrer a Deos que não nega a Sua Graça a quem fielmente a procura e O quer amar com espirito de verdade.

Capitulo primeiro da obrigação que tem as religiosas de aspirar à perfeição debaixo do peccado mortal

Assim como todo o catholico tem obrigação de amar e servir a Deos, guardando os seus preceitos e da sua Igreja e do seu Monarca, dos seus superiores, assim tãobem as religiosas, dipois da observancia referida que he o primeiro a que se obrigão pello baptismo, devem guardar outras leys a que santamente se obrigarão, que he a observancia dos seus votos, pellos quais se fizerão Espozas do Cordeiro Immaculado, e as leys dos estatutos da[s] sua[s] religioens respectivas, as suas Regras, os preceitos dos seus superiores. Este he o novo caminho que ellas devem descobrir para conseguirem a perfeição, pera o que devem sempre preferir as suas observancias, ainda que não obriguem a peccado a tudo o que for devoçoens particulares.

Não está a religiosa obrigada a ser perfeita, mas só deve aspirar a ser diligente e cuidadosa em buscar a perfeição, por ser esta huma essencial obrigação do estado religioso. Não he preciso disputar aqui se esta obrigação he do essencial do estado, como querem muitos doutores, ou se he propriedade indispensavel delle, como dizem outros. O certo he que, ou seja da essencia, ou seja propriedade, sempre obrigão a todas as religiosas debaixo de peccado mortal, à sua observancia. A sua transgressão he culpa mortal, sem esta obrigação não se dá estado religioso. Será hum corpo secular amortalhado. Consiste esta obrigação em huma continua vigilancia nos votos, nos pontos das Regras, Constituiçoens e preceitos dos prelados, para que tudo se observe bem e melhor, não há-de cessar a religiosa, ha de trabalhar sempre até conseguir o fim. As que isto não fazem faltão a esta obrigação e peccão gravemente.

Para as religiosas cumprirem com esta obrigação não he necessario que se exercitem em todas as obras de concelho, somente naquellas que são conforme as suas Regras e observancias da sua Religião. Esta he doutrina de São Thomas com os Doutores .A religiosa não se obrigou a maior perfeição do que podia conseguir por meyo da pontual observancia da sua Regra ou Constituiçoens: esta obrigação não he diversa da que tem dos seus votos e mais observancias religiosas, são a mesma couza <com> ella. Se hũa religiosa peccar contra algum voto ou preceito

commette hum só peccado por ser tudo a mesma obrigação. Não falo por agora do voto de castidade porque nesse ha outras rezoens pellas virtudes que se. [?] offendem.

A perfeita execução deste preceito, os exercicios da Religião e do estado, das obras quotidianas, são os pontos em que se devem esmerar. Sei que he bom fazer algumas obras de [?] e revogação, como penitencias, rezas, devoçoens, mortificaçoens, etc. e comtudo não he isto que se pede à religioza em rezão do seu estado – são boas estas obras, sendo prudentes e reguladas pella obediencia. O que se pede à religioza he que siga a comunidade, o Coro e refeitorio, a oração, o silêncio nos lugares e tudo aquilo que está disposto pella Religião ou prelada, nisto sim he que está a perfeição e emendando as faltas e imperfeiçãoens para que tudo faça cada vez melhor. Há religiozas que todo o seu ponto he estar no Coro quando as mais não estão, tem oração quando o pede a sua vontade, guardão o silencio a seu arbitrio. Tudo são novenas, rezas, exercicios, emfim dormem quando as mais rezão e rezão quando as mais dormem. Esta casta de religiozas, se bem se observar, não seguem em nada a sua comunidade; será isto o meio de adquirirem a perfeição? Não, antes peccão contra o seu estado e estão bem longe de adquiri-lo.

Peccão as religiozas mortalmente quando por desprezo deixão de observar a Regra, Constituiçãoens, dispoziçoens dos prelados e mais observancias, ainda <que>nem a Regra nem a Constituição obrigue só a peccado venial e sejão as suas dispoziçoens só directivas, isto he pera o melhor da Religião.

Quando se falta às leys ou regra da Religião com animo e vontade deliberada de se não sujeitar a ellas ou aos prelados que o mandão, então he que se deixa de obrar por desprezo e he deste modo que se pecca mortalmente. Tãobem quando se julga que essas observancias, Regra e leys são bem inuteis e de nenhum proveito e por este motivo se desprezão, he peccado mortal, porque he hum desprezo formal de dezobediencia de não querer sujeitar-se a quem o manda, e nisto se inclue a transgressão do preceito e vontade de não querer sujeitar-se a elle nem à Regra, Constituição ou prelado que o manda. O desprezo de tudo isto he sempre pecado mortal, porem se isso se decidir só porque parece que não são absolutamente necessarios para a salvação ou tãobem quando se deixão por fragilidade, preguiça, appetite ou paixão não sendo em couza grave, he peccado venial.

Quando as religiozas faltão às Regras, Constituiçãoens ou leys e mais observancias, ainda que nada obrigue a peccado, só com o fim de impedir a perfeição a que devem aspirar, peccão neste cazo mortalmente. O mesmo se dis daquellas que seguindo este erro o aconselhão a outras, por exemplo, quando huma dis a outra: não faças cazo disso, que importa o silencio, o Coro, o retiro, a

oração, as confissoens da communidade, isso não vale de nada, etc.. Huma destas que dá semelhantes concelhos não pecca só moralmente, mas anida se move em peccado, não só obra directamente contra o fim do seu estado, mas he cauza de que não obre bem essa a quem dá tão diabolicos concelhos.

Comete tãobem peccado mortal toda aquella religioza que firmemente se rezolva de não cuidar nas obrigaçoens do seu estado, quando se determina a não adiantar-se na observancia, quando assenta comsigo que não ha de passar do ponto em que está, que não ha de trabalhar para adquirir mais. Huma religioza que nisto se fica pecca, o seu estado pede que sempre aspire a mais em todo o tempo da sua vida.

Pecca a religioza que com o seu exemplo mão induz as mais a huma vida escandaloza e relaxada, isso he em materia grave como por exemplo quando uza de habitos contra o estilo da Religião, assim no modo como na qualidade, quando uza de cedas, fitas no cabello, [?] com excesso, pulvilhos, couzas de ouro ou prata seja em fivelas, adereços de pescoço, golas bordadas, punhos, camizas de esquia ou cambraia e couza semelhante toucados contra o uso, capetos de veludo, tudo isto he contra o espirito da Religião, tudo isto embaraça a quem deva aspirar a ser perfeita, dão mão exemplo e não he só peccado de escandalo, mas alem disso offende o voto da pobreza.

Pecca tãobem a religioza que com o seu mão exemplo induz a outras a hir à grade onde se praticão couzas profanas, amatorias, bailes, cantos alem de mais escandalos que nisto se advertem. São tãobem peccado contra a caridade pella ruina que sentem as almas que a isto são culpadas e assistem a estes espetaculos.

Quando as couzas que manda a Religião não obrigão em materia grave não pecca a religioza que por algum habito falta a ellas, porque estas faltas, não sendo continuadas, só offendem venialmente a consciencia como são huma falta de silencio, de Coro, de oração, etc. Todas estas couzas só retardão a chegar à perfeição por serem leves e não excedem a linha de veniais.

A Religioza que muitas vezes quebra hum ou outro preceito da Regra, não obrigando esta a peccado mortal, comtanto que se porte observante no mais, só pecca venialmente. Nem tãobem pecca em não domar todas as suas paixoens, comtanto que faça diligencia para isso, porque deste modo mostra que dezeja a perfeição e os meios para ella. A religioza que está rezoluta a guardar os Mandamentos, todos os preceitos que obrigão a peccado mortal e não aquelles que só obrigão a venial, esta, na opinião de gravissimos Autores, pecca mortalmente, tendo-se nas

palavras do Concilio Tridentino, Sessão 25 de Regulamento Cap.1, onde as suas palavras são tão graves e perceptivas, não só da observancia dos votos, mas também das mais Regras e Constituições que exprimem esta observancia das couzas leves e, pello animo em que está a religioza de as não observar, dizem que pecca gravemente. Seria esta religioza como huma pessoa secular que só tem obrigação de peccado mortal na observancia dos mandamentos e preceitos que obrigão a isso.

Os Autores da opinião contraria confessão que huma religioza que assim se porta na observancia das suas Regras e Constituições pecca de ordinario contra outros preceitos, não mudando o animo nem tirando o mão costume. Assim como quando deite-lhe mão animo, se segue escandalo no Convento, quando a sua vida relaxada induz a outras a obrar do mesmo modo, quando he cauza das murmurações a seu respeito etc. e pello perigo em que está de cahir em culpas graves. Quem despreza as couzas pequenas vem a cahir nas grandes, he sentença do Espirito Santo.

Tem cada huma das Religiozas obrigação de saber as suas Constituições, Regra, preceitos e esta obrigação he grave, ou ler segundo a materia de que se tratar. Nem desta obrigação as livra a ignorancia crassa supina e affectada, porque toda ella he vencivel, a sua negligencia he donde pode proceder toda a ignorancia para não saberem a ley a que está sugeito o seu estado. Naquelles Mosteiros porem donde não há Constituições, devem governar-se pellos Capitulos de Vezita que os senhores Bispos tem feito ou mandarão fazer e as religiozas que isto não lem muitas vezes, para estarem nelles presentes e nas suas obrigações, hão de dar contas a Deos dos peccados que por esta ignorancia cometem e não hão de allegar rezoens ao Rectissimo Juiz. Também devem saber a Regra que profissão e observada naquella parte em que não está dispensada por algum Capitulo ou determinação Apostolica e que he incompativel com o modo de vida que hoje tem como por exemplo na Religião de São Bento o silencio nas horas e lugares, as boas obras que são o instrumento da perfeição, a obediencia dos bons discipulos, o respeito no Coro, a caridade com os enfermos, a promptidão para o Coro. Estas e outras observancias devem as religiozas observar ainda que estejam sugeitas aos prelados que não são da Ordem, porque profissão e promettem [?] de guardar aquella Regra e não há cauza alguma para que della se dispensem.

Quanto ao comer carne observem o estilo do Convento, ainda que nesta parte seria bem que se conformassem com o modo que praticão as Religiozas da Ordem. Eu falo agora das Benedictinas, porque as mais devem seguir o espirito das suas Regras respectivas e quando nisto humas e outras tenham duvida devem consultar os homens doutos da sua Religião que sem receio lhe

digão a verdade, e não a pessoas seculares que respondem mais ao gosto dellas de que ao bem das suas almas.

Devem tãobem seguir o estilo dos habitos da sua primeira instituição e, quando isto se não possa hoje averiguar, devem ter hum uniforme e não espirito de singularidade cem capa de virtude, como se vê em muitos Conventos andarem com toucas razas, habitos de cores diferentes e outros modos que inculcão hypocrisia. Todo o excesso he viciozo.

Peccão gravemente as religiosas mais antigas que vendo se não preserve a Regra, Constituições ou vezitas, preceitos do prelado, ordens da prelada, lhe não fizera havizo para se conservar a observancia. Daqui succede a relaxação nos Conventos [?], a ruina. Podendo-se dar a correção fraterna, ha primeiro obrigação de se fazer com o modo que pede a caridade; porem temendo-se a pouca e nenhuma emenda, ou algum escandalo, que sirva mais de ruina do que de aproveitamento para a religioza, neste cazo se deve dar logo parte a quem pode pôr o remedio, isso mesmo se lhe ha de observar nos vestidos, praticas profanas e tudo aquillo que pode servir de escandalo e menos decoro ao estado e Convento. Se a prelada, sabendo isto, não pozer o remedio, amoestando(sic), reprehendendo, castigando, saiba que comete peccado grave e bem depois a ficar culpada em todos os peccados que por sua culpa se cometem.

Do mesmo modo devem as religiosas dizer nas ocazioens das vezitas todas estas faltas que são publicas e não tem emenda, porem ha de ser isto feito com zelo de Deos, sem espirito de vingança, odio ou má vontade e quando se tem feito as admoestaçoens precisas e não houve emenda. Isto se entende das couzas publicas e não das que são ocultas, porque estas se não podem dizer ao prelado senão como pay e não como juiz.

Peccão gravemente as religiosas que murmurão destas faltas das suas irmãas, ainda que seja com o segredo de contarem isso às suas amigas. Tãobem aquellas couzas que podem ter alguma desculpa de couza indifferente, não se devem calumniar. A Caridade he benigna, sofre tudo e sem ella não há virtude, nem se pode agradar a Deos. Devemos cobrir o nu segundo o preceito de Jezu Christo e não desprezar a nossa carne e que grande falta se encontra nas comunidades religiosas nesta parte e com o grande escandalo que nisto se cauza quando o chegão a saber os que servem no seculo!

A Religioza que murmura das suas irmãas, alem do peccado que comete, tem obrigação de restituir-lhes o credito diante daquellas que murmuram e sem isso não lhe pode ser perdoado o seu peccado. Esto he tão certo que não padece duvida, salvo se a couza de que se murmura foi

publica e o sabem aquelles a quem se disse, ou tãobem quando elles o não acreditão por modo algum, ou se he couza tão minima que não faz perder nada do credito e boa opinião da pessoa de quem se falou. Porem nisto he preciso muita concideração por que a malicia dos homens está tão adiantada que do pouco que se diz adianta o seu juizo e acredita quazi sempre por certo o que não tem, nem ainda sombra de verdade.

Capítulo 2 do poder das Abbadessas e Preladas

As abbadessas tem poder sobre as suas subditas como huma may de familia sobre as suas filhas. Este poder he como dizem os Doutores he domestico e civil, por isso não podem pôr preceitos formais às suas subditas porque carecem da jurisdição espiritual. Este só pertence ao poder da Ordem que propria e formalmente constitue a dignidade da prelada. Porem isto não quer dizer que as tais abbadessas não possam mandar às religiosas muitas couzas que obriguem a peccado e assim, ainda que impropriamente, podem mandar debaixo de obediencia e quem não obedecer pecca mortalmente quando a materia de si he grave, como quando ellas mandão que frequentem o Coro, que assistão aos Officios Divinos, que acudão à oração, que guardem silencio, que não vão à porta sem licença, que não assistão nas grades, que não tragão trajas profanos, que se conformem nos habitos e finalmente que observem as Regras, preceitos e Constituiçoens. Para tudo isto sendo necessario pode mandar, com preceito, debaixo do voto de obediencia que profissão as Religiozas e as que não obedecerem peccão. Podem alem disto castigar as culpadas pello poder dominativo que tem na sua commuidade. Podem castigar aquellas religiosas que não forem ao Coro por costume, que se não confessão nos dias da commuidade, que faltão aos exercicios da Ordem, que não guardão o silencio nos lugares, nas horas e nos tempos determinados, que dispoem as leys de cada huma e a prelada, que nisto for negligente, saiba que tudo o que nas subditas he peccado venial se ella disfarçar imprudentemente e daqui se vai introduzir relaxação, ella comette peccado mortal.

Pode administrar libremente todos os bens do seu Mosteiro, sempre atendendo à utilidade deste e não à sua propria vontade. Pode, com o consentimento da sua commuidade, fazer os contratos, arrendamentos e couzas semelhantes, sem mais dependencia dos superiores. Pode impropriamente dispensar nos jejuns da Regra, no Officio Divino, no uso de comer carne e couzas semelhantes quando aperta a necessidade desta dispensa, ou quando o prelado ou a Regra ou Constituiçoens deixão estas couzas ao juizo da Prelada. Pode annular os votos das suas religiosas, assim como os pais de familias, principalmente aquelles que são incompativeis com a vida religiosa, ou que podem impossibilitar as religiosas dos exercicios que devem praticar.

ISABEL MARIA RIBEIRO TAVARES DE PINHO

O MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA DO PORTO
1518/1899

UMA ARQUITECTURA NO SÉCULO XVIII

ADENDA AO SEGUNDO VOLUME

PORTO 2000



Religiosa Benedictina do Convento da Ave Maria.

O núcleo patrimonial do Mosteiro de São Bento de Avé Maria, actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, compõem-se de 23 peças. Destas, por razões alheias à nossa vontade e apontadas em local próprio, apresentamos apenas o registo de 8.

Dado o reduzido número de elementos genuinamente confirmados (por uma lista publicada e em anexo), como pertencentes aquela extinta instituição monástica, não quisemos privar-nos da satisfação de apresentar mais alguns, cujas fotografias entretanto nos chegaram às mãos, em data muito posterior ao limite legal, para a entrega do nosso trabalho.

Pareceu-nos agora a oportunidade ideal para dar cumprimento a esta intenção.

Assim as fotografias que se seguem corresponderiam no segundo volume, às figuras números 104, 105, 106, 109 e 110. Com excepção do número 104 e do 109, peças isoladas, todos os outros constituem elementos de par, como se pode constatar visualmente.

Continuarão a faltar os restantes registos, que neste momento não nos foram ainda enviadas.

“Relação dos objectos do supprimido convento de S.Bento da Ave Maria do Porto que foram recolhidos no Museu Nacional de Bellas Artes

- 1 – Caldeirinha de prata lavrada peso 400 gr*
- 2 – Alfinete antigo com pedras*
- 3 – Broche antigo com pedras*
- 4 – Dois fragmentos de pulseiras com pedras*
- 5 – Cadeira grande de braços com obra de tacha, assento e costas de velludo indiano e pregaria*
- 6 – Tres jarras de louça do Japão*
- 7 – Dois tapetes persas*
- 8 – Tres ditos d’Arraylos*
- 9 – Dois padrões d’azulejos*
- 10 – Duas jarras de louça da India*
- 11 – Relogio antigo com caixa de charão*
- 12 – Par de jarras de faiança – RATO*
- 13 – Dita idem idem*
- 14 – Dita em forma de cabaça, idem*
- 15 – Urna para eleições e dois tinteiros com guarnições de prata e tartaruga*
- 16 – Armas de S.Bento em madeira de tacha dourada*
- 17 – Baixo relevo de madeira, representando a “Eucharistia”, pintado a cores e dourado*
- 18 – Alfinete de peito de ouro, antigo, com pedras*
- 19 – Par de brincos, antigos de prata com pedras*
- 20 – Tres fragmentos antigos de ouro (de brincos)*
- 21 – Dois bocados de seda antigos de matiz*
- 22 – Lampada antiga de metal amarelo*
- 23 – Par de Castiçaes de porcelana de Saxe”*

Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Gabinete de Inventários, Livro 56, p.58

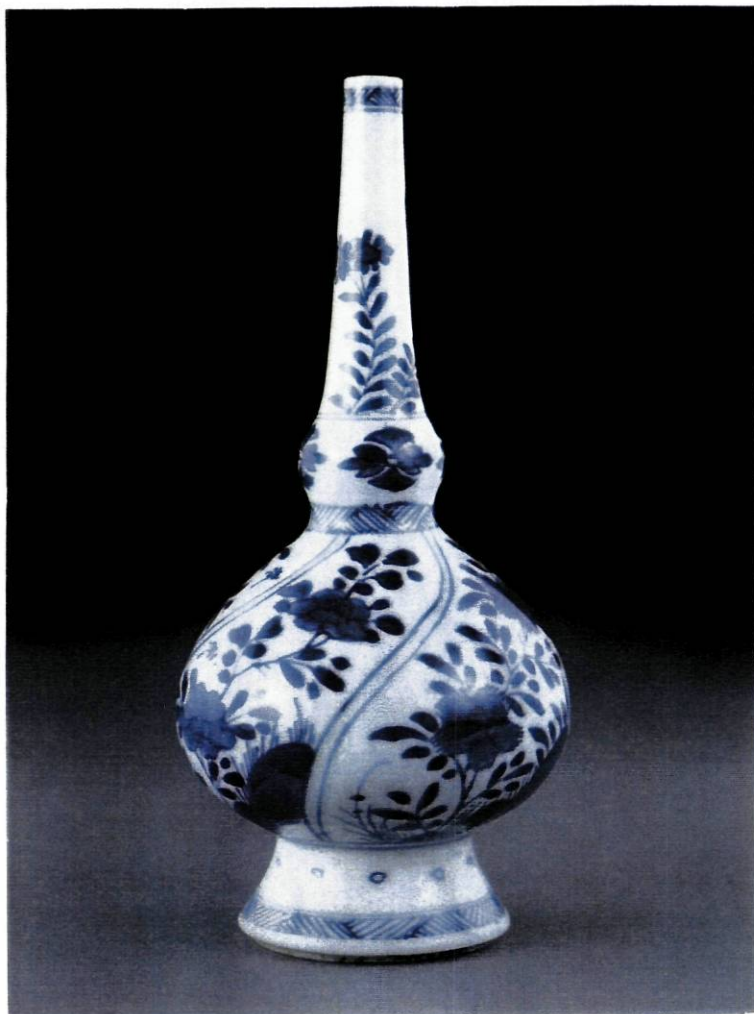


Fig. 104 – Jarra em forma de cabaça (Piveteiro). Século XVI/XVII. China, dinastia Ts'ing.
Reinado de Fang-lu
M. N. A . A .
(Fotografia: José Pessoa – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)



Fig. 105 – Par de Jarras. Século XVIII. Faiança da Fábrica do Rato.

M. N. A . A .

(Fotografia: José Pessoa – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)



Fig. 106 – Par de Jarras. Século XVIII. Faiança da Fábrica do Rato.

M. N. A . A .

(Fotografia: José Pessoa – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)

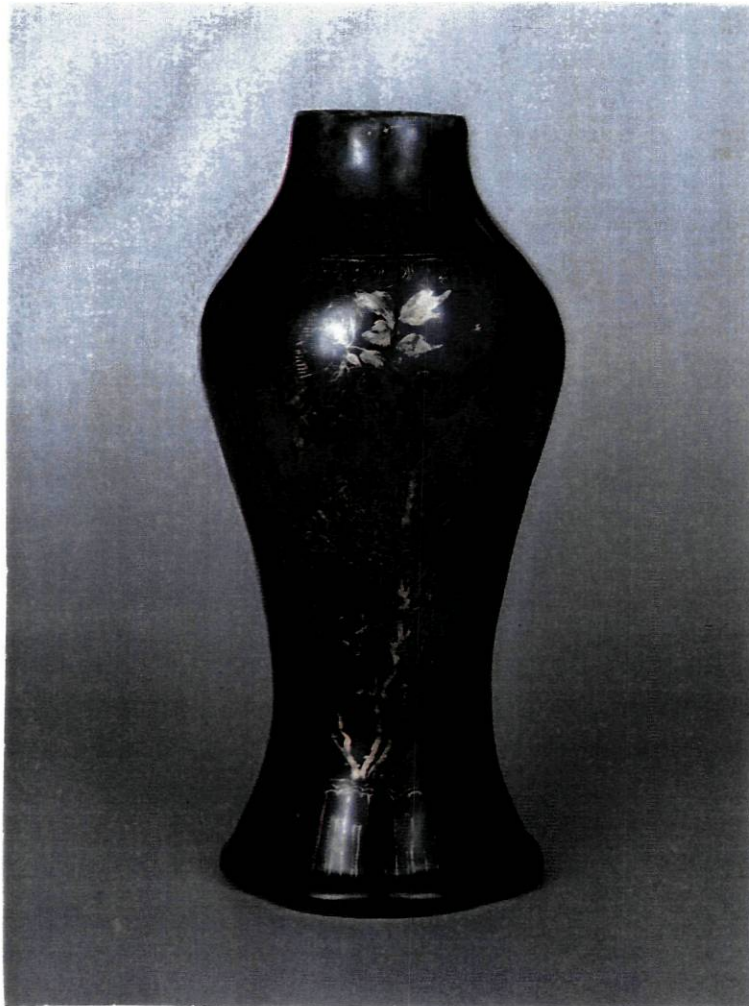


Fig.109 – Jarra. Porcelana do Japão.

M. N. A . A .

(Fotografia: José Pessoa - Div.Doc. Fotográfica – IPM, 2000)



Fig. 110 – Par de castiçais. Século XVIII. Porcelana.

M. N. A . A .

(Fotografia: José Pessoa – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)

Quanto à commutação do Officio Divino, devem as abbadessas observar o que está disposto no Privilegio que he ser a commutação em tantos Padre Nosso, Ave Maria quantos são obrigadas a rezar as leigas de tal Religião e, quando no Convento das religiosas não haja destas leigas, deve a abbadessa seguir o costume dos religiosos cuja Regra ella professa. Este he o privilegio concedido às Religiozas de Santa Clara de que podem usar as mais, pela communicação que tem dos privilegios. Pode tãobem, pello Privilegio da Communicação que ha entre as religiosas, dispensar com as religiosas que estiverem occupadas ou impedidas para rezar o Officio Divino, em que rezem sette psalmos e não menos por todo o Officio, ou seis psalmos com sette vezes o Padre Nosso e duas vezes o Credo. Com as infemas e que andão ainda convalecendo pode dar-lhe huma vez o Padre Nosso e sette vezes Ave Maria por todo o Officio de cada dia. São os dous privilegios mais amplos que tem e delles se não devem apartar, tudo o que for de menos do que está dito he contra.

Pode tãobem obrigar as suas religiosas a que aceitem os officios da communidade, ainda que ellas para se eximirem destes cargos dessem maior quantidade de dote no ingresso da Religião, por que isto, no sentir dos Doutores, se julga por condição iniqua e destrutiva da obediencia religiosa, alem de que seria huma dezordem andarem sempre humas nas occupaçoens e outras sempre dezembaraçadas e com huma vida ocioza.

Pode apresentar as Igrejas do seu Mosteiro com o consentimento da sua communidade. [Não] pode [?] receber noviças com o mesmo consentimento, que ha de ser pella maior parte dos votos. Pode fazer algumas acçoens dos bens do Mosteiro que sejam remuneratorios do serviço delle. Não pode porem excommungar as suas religiosas, nem tãobem absolver aquellas que por alguma pendencia se ferirão ou maltratarão. Não pode benzer agua nem couzas semelhantes, nem as mesmas religiosas publicamente. Só pode dar-lhe a benção como as mays a suas filhas. Não pode cantar Evangelho, mas pode ler em Matinas e dar a benção nas liçoens. Não pode admitir dentro da clauzura pessoas do mesmo sexo sem ordem do seu prelado. Não pode admitir trabalhadores desnecessarios, nem naquellas couzas que se podem fazer fora do Mosteiro, como são habitos, capados, caixoens etc. e ainda, quando os officiais são precizos intrar para as couzas precisas, deve pôr grande cuidado em que andem acompanhados com religiosas prudentes, nem deve consentir que entrem nas officinas, que andem galanteando com as criadas, que fiquem dentro do Mosteiro nas horas de silencio, ou meridiana, pellos grandes escandalos que nisto se comettem e todos estes peccados vemos cahir sobre a consciencia da prelada. Não pode consentir que as criadas da sacristia sahião a Igreja, por que quebrão a clauzura, e não velem o erro do costume de dizerem que estão nesse uzo porque os senhores Bsispos o não sabem que, alias, o havião de prohibir.

Não podem consentir na entrada dos confessores para as enfermas, que estes se apartem da mesma cella, nem que andem pazeando pello Mosteiro, sendo preciso porem que alguma enferma se queira confessar, disponha isso de modo que o companheiro do religioso que confessa fique em outra cella, ou de modo que se veja hum ao outro, porque assim estão mandados pella Sagrada Congregação. Como tãobem que duas religiosas das mais antigas acompanhem aos mesmos confessores.

Não pode tãobem admitir dentro do seu Convento pessoa alguma feminina, ainda que tenha Breve Apostolico, sem que este seja apresentado à sua communidade, a qual deve votar por favas brancas e pretas se quer que a dita pessoa entre e assim, dipois que os senhores Bispos despacharem os Breves, saberem quantas e quem são as matronas que hão-de acompanhar a tal pessoa, que conseguio a graça e só as nomeadas he que podem entrar. As preladas que não observão isto peccão mortalmente, como tãobem não pode consentir que as tais pessoas andem perturbando o sucego das suas religiosas. Por isso aquella pessoa que conseguio a graça Apostolica não a pode estender para mais do que foi concedida, como por exemplo, se ha hum senhora se concedeo para hir estar com sua filha religiosa algumas vezes no anno, não pode divertir-se para outras partes, só se admite aquella breve demora que pode ter de passagem, para ver as officinas do Convento, tudo o mais he contra a dispozição da Sé Apostolica do que tanto se [?] as Abbadessas hão-de ser arguidas diante de Deos por não impedirem estes abusos.

Não podem tãobem consentir as preladas que as pessoas seculares que estão dentro da clauzura tragão vestidos que não sejam honestos, assim nas cores como na moda. Deve evitar infeites nas mesmas, pulvilhos, fitas de cores, vestidos curtos e outras vaidades que não são proprias de quem vive retirada do seculo. Nisto mesmo tem as preladas o poder de castigar, reprehender ainda as mesmas criadas e, quando não haja obediencia, dar parte ao prelado para que lhe ponha o remedio. Daqui nasce muitas vezes a ruina das religiosas e não pouca, porque he mais facil de pegar o vicio do que a virtude.

Tem obrigação as preladas debaixo de culpa grave de vigiarem a clauzura dos seus Mosteiros, tãobem das communicaçoens das suas religiosas, das officiais do Convento se cumprem com a sua obrigação, dos bens do Mosteiro se vão bem administrados, porque de tudo hão-de dar hum rigorosa conta a Deos. O seu cargo tem mairo pezo do que imaginão, não se hão-de desculpar com dizer que são doentes, que tem poucas forças, que o seu governo o entregão ao cuidado das discretas porque isto não basta. Se não podem não aceitem ou [larguem] larguem o pezo sobre outros hombros. Vejão como isto praticava hum Santa Gertrudes, hum SantaTereza e outras grandes preladas. Amem as suas subditas, não fação destinção de pessoas sem grandes

merecimentos, não consintão que na sua prezença se murmure das irmãs porque se nisto consentem peccão conforme a quallidade da materia. Consolem a todas as que buscarem o seu alivio na sua presença, vezitem as infemas com demonstraçoens de caridade porque, ainda que hoje alguns Conventos estão pobres e nem todos dão o que he precizo, não só para o tempo da saude quanto mais para o da enfermidade, não se deva faltar com huma demonstração de huma bõa vontade, com os bons concelhos, com a efficacia das expressões, dizendo às mesmas que padecem que quanto mais pobres estão tanto mais se conformão com o Evangelho e em Jezu Christo de quem são espozas. Elle, sendo hum Deos homem, não tendo couza que não estivesse dentro do seu poder, viveo e morreu tão pobre que não teve onde reclinar a cabeça mais do que entre espinhos. Estes são os documentos santos que se hão-de ensinar e não couzas tão disformes que às vezes se ouvem e servem de grande escandalo. Não devem consentir as preladas que as seculares que vivem dentro do Mosteiro dumão nas cellas das religiosas, porque nisto se falta a observancia e, conforme a disposição do Direito, devem as seculares viver em lugar separado do dormitorio em que habitão as religiosas.

Tãobem não podem consentir que as seculares, huma vez que sahem dos Mosteiros, tornem a entrar para elles, ainda que a sahida fosse por cauza de enfermidade, excepto que, sahindo para banhos, poderão ser admittidas, indo e vindo via recta para o mesmo Mosteiro. Tem mais obrigação de fazer observar as confissoens da Ordem que ao menos devem ser huma vez por mês e, ainda que esta obrigação esta posta mais a os senhores Bispos pella determinação do Concilio Tridentino na Sessão 25 de Regulamento Cap.20, comtudo as abbadessas ou preladas como mais immediatas às suas religiosas devem zelar esta observancia, vendo as que se confissão, as que commungão, e não deixar nisto introduzir negligencia, porque não esta bem a huma religiosa, que he huma virgem consagrada a Deos, que passe seis mezes e talvez hum anno sem purificar a sua alma de peccados, ainda veniais, nem receber o corpo de Jezu Christo que he todo o remedio que devem buscar contra as suas enfermidades.

Esta obrigação que poem o Concilio às religiosas, ainda que não determine peccado mortal, pode ser que o seja muitas vezes pello escandalo que se dá, e tãobem não obsta o dizer à religiosa que não tem mais do que peccados veniais, porque ainda desses manda o Concilio, se bem se attende às suas palavras. Alem deste referido tempo, podem mais vezes receber estes Sacramentos segundo a determinação de cada Religião, que todas tem suas leys e despoziçoens dos seus prelados, que devem ser muito vigilantes nesta materia.

Daqui nasce a grande obrigação que tem a abbadessa ou prelada de assistir a todos os actos da comunidade, para ver e observar todas as faltas, como tãobem em não ser negligente nas horas

de Coro, mandando tocar ao tempo determinado, e no mesmo Coro dar exemplo com a sua pessoa. Fazer que se reze com destinação e devoção, que se guarde silencio e modestia, que se não falte à oração mental, que ha de ser ao menos meia hora dipois da Prima e meia dipois da Completa, porque assim está determinado a respeito das religiosas. Cada Mosteiro pode ter suas Constituições particulares e assim devem as preladas atender a ellas para as fazer observar; isto não tira que as religiosas tenham mais tempo de oração, assim pella rezão do seu estado, como são as Beneditinas, que a devem ter sempre se atenderem ao espirito da Regra que dizem profissão, como também porque Jezu Christo manda que oremos sempre.

Não podem consentir as preladas entremezes, comedias e outras representações em que as freiras uzão de vestidos de homens ou de mulheres do seculo.

Não podem consentir os procuradores por mais de tres annos de exercicio e em todos ou cada hum devem tornar-lhes as suas contas, porque assim está mandado por disposição Pontificia e assim estes, como os medicos e cirurgioens, hão de ser apresentados ao prelado e com o seu consentimento he que hão-de ser admittidos.

Não podem consentir que as educandas contrahaião esponsais nas grades e se nisto forem comprehendidas devem ser depostas do officio e ficão privadas de voz activa e passiva. Assim o tem declarado a Sagra[da] Congregação. Não podem permitir que entrem crianças de qualquer idade dentro da clauzura, por ser prohibido pello sagrado Concilio Tridentino na Sessão 25 de Regulamento, cap.5, e assim o tem mandado muitas vezes a Sagrada Congregação do[s] senhores Bispos e Regulares. As abbadessas que isto não observarem ou as preladas dos mais Conventos a quem incumba o mesmo governo devem ser privadas delle e de voz activa e passiva, como está mandado pella mesma Congregação.

Não consentir que as freiras tenham consigo cães de regaço ou de outra qualidade, pella prohibição que fas a Congregação dos Bispos a este respeito e ainda que ella fala propriamente com as freiras, comtudo as preladas são as que devem fazer observar as Determinações Apostolicas pella obrigação de sua dignidade. Assim devem ter huin grande e particular cuidado em todas estas observancias e determinações, porque de tudo se lhes ha de pedir conta diante do Beatissimo Juiz. Para isto devem ellas muito orar pedir orações, exercitar virtudes para que não seja culpa sua o que as subditas tiverem de negligencia. Devem fazer sempre consigo hum recto exame nas suas acções, nas suas palavras, nas suas obras. Devem mais reprehender com estas do que com as palavras. Devem ter huma grande prudencia para que tudo se observe com suavidade e amor de Deos. Se houver a caridade perfeita, ella fara que tudo se incaminhe à

perfeição a bem da Religião. O bom exemplo farq atrahir os coraçoens de todas. Ah! Quanto se perde nestes corpos religiosos por culpas das preladas. Não se veria tanta relaxação se não houvesse tanta omissão. Haveria menos freiras, mas seriam mais religiosas.

Capitulo treceiro da obrigação das Religiozas

Do voto da obediencia

Pello voto da obediencia que promettem, as religiosas tem obrigação de obedecer à sua prelada e prelados em tudo o que elles mandão e se encaminha ao que dispoem a Regra e Constituiçoens e, conforme for a materia, assim sera peccado mortal ou venial a dezobediencia. Porem se houver desprezo da couza mandada, ainda que essa seja leve, sera peccado mortal como em parte ja fica advertido no primeiro capitulo que trata da perfeição a que devem aspirar as religiosas. A obediencia das religiosas não se ve só atender ao que he de necessidade, como são as couzas mandadas na Regra, leys, preceitos etc. mas deve ser obediencia perfeita em tudo o que se manda, não sendo contra a vontade de Deos. Por esta rezão, não devem as religiosas obedecer aos prelados quando estes mandão contra os preceitos Divinos ou Ecclesiasticos, ainda que só obriguem a peccado venial. Tãobem não estão obrigadas a obedecer em couzas inuteis que não dizem respeito à observancia ou quando a prelada ou prelado manda couza que serve para a sua utilidade ou dos seus parentes.

Na duvida de se a couza he ou não licita e não sendo em prejuizo de treceiro, tem obirgação as religiosas de obedecer; sendo porem em detrimento da propria honra ou fama, não devem obedecer, menos nos cazos que rezultão em prejuizo do commum ou sendo publico o delicto ou que rezulte damno à comunidade. Nestas couzas semelhantes devam as religiosas obedecer aos prelados e preladas. Não tem obrigação de obedecer quando só sabe que seria vontade dos prelados a couza mandada. O mesmo se dá quando as couzas são de concelho e se mandão com este fim.

Tãobem quando se falta à Regra ou Constituiçoens, que não obrigão, nem a culpa venial nem venialmente se pecca não havendo deprezo. Se isto for por ociosidade, preguiça, falta de recto fim, he sem duvida que pecca a Religioza venialmente nestas fracçoens da[s] Regras. Ainda que se não obriguem a peccado pellos fundamentos expostos, estão as religiosas sujeitas ao castigo que pode dar a prelada ou prelado como zeladores da observancia. A falta de cumprir a penitencia ou castigo não obriga a peccado, se não for mandado por virtude de obediencia. A religiosa que por costume falta às regras que só obrigão a peccado venial pecca mortalmente e se dis que está

em mão estado quando não faz diligencia por se emendar, porque tãobem com isto serve de escandalo às mais. Tãobem com este peccado mortal quando está determinada a não observar, a desprezar, fazer pouco caso dos preceitos, ordens e mandamentos das peladas ou dos superiores. Tãobem quando julga que as observancias são de pouca utilidade como ja fica dito e o mesmo se ha de dizer quando faltão continuamente a[os] actos da communidade, como são Coro, oração, communhão, confissão, refeitorio, silencio, etc., ainda que humas faltas destas sejam absolutamente só peccado venial quando não ha cauza justa que disculpe estas faltas; comtudo o inveterado costume mostra desprezo formal e o mão habito que ha passa a ser peccado mortal.

Quando a prelada ou prelado mandão sem preceito, ordinariamente obriga só a peccado venial, porem se a prelada disser “não quero que vão tais religiosas às grades, à porta, a tal janela” as que não obedecerem disto, tendo ella motivo grave, peccão mortalmente, assim como as filhas que não obedecem às suas mays naquillo que pertence à boa educação e procedimento e honra. Os superiores a que estão obrigadas a obedecer as religiosas são o Santo Pontifice, o Rey, aos Bispos, sendo ellas sujeitas ao Ordinario, aos seus delegados; isto se entende das que são izentas e as tãobem não izentas. As que são izentas tãobem [obrigadas] estão obrigadas a obedecer aos seus Prelados Regulares conforme as suas Constituiçoens.

Daqui não pode nascer duvida que deixam de poder obedecer tanto humas como outras à sua abbadessa ou prelada, porque estas, na mais verdadeira opinião, podem mandar as suas religiosas, em virtude do voto da obediencia, em tudo o que convem ao governo politico e temporal do Convento e as religiosas, por força do voto que prometterão, devem obedecer. Se isto assim não fosse, mal poderiam as preladas governar bem sem jurisdição e seria desnecessario fazer preladas dos Conventos se não tivessem quem lhe desse obediencia.

Peccão as religiosas que não obedecem quando as preladas mandão que não vão à horta, que não falem com certas pessoas, que não escrevão cartas nem as recebem e outras couzas semelhantes, quando mandão isto com preceito, porque tudo vai fazendo o contrario contra o governo politico e temporal do Mosteiro. Não só peccão nestes cazos, mas tãobem quando for contra o governo espiritual, porque se de outra sorte seriam os Mosteiros cazas de mulheres recolhidas e não religiosas. Estão tãobem as religiosas <obrigadas>¹⁶ a obedecer à sua prelada nos seguintes cazos: primeiro, quando lhe manda huma couza, ainda que seja grave, que conduz para o bem commum do Mosteiro; segundo, quando manda que assistão às religiosas do mesmo

¹⁶ Esta palavra encontra-se entrelinhada no local conveniente sem sinal de chamada. No entanto repete-se na margem direita também sem sinal de chamada..

Convento nas doenças de perigo e contagiosas, assim como todos os vassallos estão obrigados a obedecer ao seu Rey e a defender a sua sagrada pessoa, nos mesmos perigos de vida, honra e fazenda.

Estão tãobem obrigadas as religiosas a obedecer quando lhe mandão algumas occupaçoens e officios, ainda que na sua entrada desse maior dotte como já disse. Devem tãobem obedecer quan[do] lhes mandão, em virtude de sua obediencia, quando vão às portas, janelas e outros lugares de suspeita, que não acenem para fora, que não falem das janellas, que não fação obras nas cellas donde pode succeder ruina ao Mosteiro, em todas estas couzas e outras semelhantes peccão gravemente as religiosas que não obedecem.

Tãobem peccão as religiosas que não aceitão a Reforma que se julga moralmente necessaria para conservar a Religião, ainda que para isto não tenham preceito formal do prelado porque cada huma em particular tem esta obrigação por força da Regra.

Não tem obrigação de obedecer ao preceito formal de obediencia quando a materia sobre que elle se compoem he de si leve, menos que as circunstancias a fação grave, como por ordem que dis escandalo ou [damno] da communidade. Algumas couzas mais que pertencem a este voto se hirão dizendo no corpo deste livro.

Capitulo quarto

Do voto da pobreza

Peccão mortalmente as religiosas que aceitão ou dão couzas de valor sem licença da prelada ou com animo de as occultar para o seu uso. A religiosa que tirou couza grave do Convento, ainda que seja para o seu uso, cometteo peccado mortal de furto e offendeo gravemente o voto da pobreza. O mesmo se dis da que aceita sem licença couza precioza ou dinheiro para o seu uso ficando o dominio no deante, porque às religiosas não só he prohibido o dominio mas tãobem o uso sem licença.

Não pecca a religiosa ainda que aceite a couza que lhe dão se tem animo de pedir licença à prelada para della usar. Peccão gravemente as religiosas que pedem dinheiro a seus parentes para comprar trastes preciosos, contadores, espelhos e couzas semelhantes.

Peccão as que tem couzas occultas para que as preladas as não vejão e nem as privem dellas. Não se appoem contra o voto da pobreza o receber reliquias de Santos, mas sim o ter imagens,

contas, cruces, veronicas e dispor destas couzas sem licença por serem couzas que se comprão com dinheiro, o que senão pode dizer das reliquias. Pecca gravemente a religiosa que der quantidade notavel sem licença. Peccão em fazer presentes que não sejam remuneratorios de outros beneficios. Pode porem a religiosa daquillo que tem taxado para o seu uso dar às suas parentas e benfeitores porque se julga prudentemente a licença tacita da prelada. Isto se intende quando o Mosteiro dá a recção taxada e nada mais ,mas naquelles Mosteiros que senão dão as couzas por quantidade certa, senão tudo o que he preciso, não podem as religiosas, assim como os religiosos, tirar do que he sobeja para darem sem cometterem furto e offenderem o voto da pobreza. Não se pode tãoobem applicar por esmolas, porque esta só pertence à prelada e sem ao menos ter licença tacita ou presumida não se pode fazer. Não se entenda esta prohibição se a pessoa a quem se der estiver em necessidade extrema, porque então he de pouca força esta ley.

Da mesma sorte, peccão as officiais do Convento que dispoem dos seus bens mais do que as preladas lhes mandão e, se o fizerem em quantidade grave, peccão mortalmente, com obrigação de restituir daquillo que se lhes dá para o seu uso.

Pode a religioza dar o que fizer do seu trabalho às pessoas de sua obrigação, sem offender o voto da pobreza, mas para isto querem os Doutores que os materiais das obras venhão do mesmo que os receba e só que a religioza lhe dê o tempo que gastou em as fazer.

As tenças das religiosas conforme a disposição do Concilio Tridentino, que na melhor opinião intuito(sic) nova ley sobre esta materia, as podem ter para as suas necessidades com licença dos prelados pondo-as em deposito, mas não as podem gastar em couzas superfluas e nem para isso valem as licenças das preladas se acazo as derem. Podem as religiozas, sem offensa do voto da pobreza, acceitar aquellas couzas que estão recebida[s] por uso e as preladas as não prohibirem, porque nisto se dis que se da huma licença tacita. Não podem porem emprestar, trocar ou vender ainda aquellas couzas que tem determinadas para o seu uso, ainda que isto seja entre pessoas do mesmo Convento, não tendo licença para isso, porque estes actos são propriamente de quem tem dominio de que he incapaz toda a religioza como o declarou Nicolao IV. Nas couzas de pouco valor o podem fazer, porque se presume licença tacita da prelada. Tãobem nas couzas grandes tem opinião que, sendo o uso por pouco tempo, não he invita a prelada quando ellas se emprestão a pessoas que certamente hão de dar prompta satisfação.

Pecca a religioza que empresta, troca, vende ou alhea alguma couza debaixo de condição, se a prelada der licença. Do mesmo modo pecca mortalmente quando troca couzas de valor por outros de differente especie com pessoas de fora do Convento, ainda que este não tenha perda alguma,

porque nestas trocas sempre se mostra dominio de que he incapaz a religioza. Pecca tãobem aquella religioza que gastar sem licença mais do que lhe está concedido, ainda que seja jogando, fazendo hum presente remuneratorio de houtro que lhe mandarão. Tãobem não podem na hora da sua morte dispor das couzas que tem do seu uso por modo de testamento, só poderão pedir à prelada que, se for sua vontade, dê tal couza a alguma pessoa de sua obrigação. Não sei como as prelladas tão facilmente concedem estas licenças, sabendo que ellas não a podem conceder porque não cabem no seu poder e só ao Summo Pontificie he quem pertence o dispensar neste voto de pobreza. Daqui se vê que não podem deixar as cellas em que vivem a pessoa alguma, como o tem declarado a Sagrada Congregação por varias vezes, do que se faz tão pouco caso, antes he hum praxe bem uzada neste Reino. Alguns Autores querem defender que isto se entenda de cellas que são de grão e não das cazas que as religiozas fizerão ou comprarão; porem esta opinião he mais laxa e só a podem seguir valendo-se do pretexto de licença para isso.

A licença com que podem obrar as religiozas se divide em expressa, virtual e tacita. A expressa he aquella que se dá por pallavra ou escrito, a virtual se dá quando se incluye na expressa, como por exemplo quando a prelada manda hum religioza para algum officio que tem anexos a si doação, recepção ou distribuição conforme o uso da Religião, virtualmente concede licença para as tais couzas que estão anexadas, como tãobem quando dá licença para fazer hum habito, para mandar hum presente, para fazer hum obra, virtualmente dá licença para se gastar tudo o que he preciso para estas couzas. A licença tacita tem alguma semelhança com a interpretativa e se dá quando se presume com bastante fundamento que a prelada daria licença se a pedissem. Por isso se chama tãobem interpretativa e presumida porque se interpreta e presume.

Para que estas licenças sejam licitas, se requerem as condiçoens de que seja voluntaria, legitima e justa. Voluntaria he quando a religioza a consegue sem engano ou medo ou tenha a prelada sem preços importunos, porque talves a prelada a conceda para se livrar de maior damno, murmuraçoens e queixas no Convento. Se a religioza conseguir a licença por este modo, pecca contra o voto da pobreza e não pode della usar. Tãobem se não livra de peccado quando uza de meios em que calla ou acrecenta alguma couza para mover a vontade da prelada. Legitima he quando a licença se concede por quem tem legitimo poder de conceder. Assim o podem fazer os Prelados Mayores a respeito da abbadessa, como são os senhores Bispos e o Supremo Pastor. Justa he a licença quando se concede com legitima cauza.

Daqui se segue que pecca grave ou venialmente a prelada que concede licença sem justa cauza, atendendo à gravidade da materia, e do mesmo modo a religioza que a pede por ser causa da ruina espiritual de sua prelada. As licenças que se dão para couzas illicitas são nullas. A religioza

que dispende nestas couzas illicitas comette peccado mortal e tem a obrigação de restituir ao Mosteiro isso que gastão ou aquelle que das religiozas o recebe.

Pecca gravemente a prelada ou outra qualquer religioza que tira para si ou para uso vão e illicitos as couzas do Mosteiro.

Peccão mortalmente as religiozas que gastão em vestidos deshonestos, ou de qualidades contra a Regra, ou de cores, como são habitos de cada, çapatos de tiras e veludo, fivelas de prata ou pedras, lenços bordados, ao pescoço, meyas finas, camizas de olanda(sic) ou couzas semelhantes, ornatos de ouro ou prata, pedras, perolas, vidrilhos e tudo aquillo de que uzão as mulheres profanas e do seculo, por que todas estas couzas são contra o espirito da Religião e pello grande escandalo que causão ainda às pessoas seculares. Para todas estas couzas nada valem as licenças da prelada, como tãobem para usar de peças de ouro ou prata, para ter nas cellas contadores de preço, commodas de custo, cadeiras de ceda, camas de rendas, colxas bordadas, tudo isto he contra o voto de pobreza e a religioza que uza de semelhantes couzas está em peccado mortal.

Tãobem não podem as religiozas ter em seu poder, sem offensa do voto de pobreza, mais dinheiro do que aquella quantia que a prelada pode conceder e tendo mais e excedendo o tempo de vinte e quatro horas comette peccado mortal. As [peças] de ouro ou prata, no cazo que as tenha a religioza, são do Mosteiro e só pode usar dellas com licença, não estando porem na sua mão mais do que aquelle tempo que for preciso para o uso. Ao dipois se devem pôr na mão da depositaria, assim como o dinheiro. Suposto que nestes Conventos se não exercita a vida commum como tanto recomendou o Summo Pontificie Clemente VIII e o Sagrado Concilio de Trento.

Nem as preladas podem dar huma licença geral para uzarem-[lla] as suas subditas e muito menos quando as couzas excedem os termos do seu poder. Costumão as religiosas pedir umas licenças no principio do governo das prelladas e com ellas se acomodão em todo o trienio, outras as pedem todos os mezes e com esta uzão de toda a sua liberdade. Isto he engano he erra, estas licenças na[o] valem para couzas extraordinarias e de grande valor, como sentam os melhores Autores. Para estas couzas particulares devem as religiozas pedir nova licença alem da que tem concedida e talves que esta pouca observancia do voto da pobreza leve ao inferno infinitas religiozas.

Ainda que as religiosas tenham as cousas superfluas, vans e desnecessarias com licença, já se disse que nada valia e que estavam em peccado. Comtudo a licença com que podem dar, receber, vender, trocar, alienar he a expressa ainda que alguns Autores dizem que se pode usar da licença tacita e interpretativa, porem isto só em alguns cazos, porque o mais seria destruir toda a regular observancia. Nesta parte consulte cada huma a sua consciencia para ver o motivo justo que tem de não pedir a licença e pera usar destas taciturnidades.

Não podem também as religiosas dar dinheiro a juros, porque alem de ser isto tão reprehensivel nas seculares, como estão chamando os Autores de mayor nota e virtude, muito mais he em huma religiosa que deixa tudo por amor de Jezu Christo. Aquella que isto fizer não só pecca contra o voto, mas he usuraria e tera obrigação de restituir todos os lucros adquiridos. Atendão bem os confessores nesta parte e vendo que alguma religiosa vive neste erro, no cazo que se não queira emendar, não lhe dem absolvição porque estão juntamente proprietarias. O mesmo lhe advertão a respeito das criadas que também uzão deste illicito contrato, porque devem saber que o dinheiro he couza infrutifera e não he capas de produzir estes lucros, ainda que com elle tudo se adquiere.

A prelada pode dar esmolas dos bens do Convento, sendo prudentes e não excessivas; somente poderá fazer isto com mayor excesso dos bens superfluos havendo-os conforme o uso da Religião, porem nisto deve attender primeiro às necessidades das religiosas pobres do seu Convento que estão em primeiro lugar.

Não se pode averiguar que quantidade constitue peccado mortal na religiosa que furete alguma couza do Mosteiro. Os Autores regulão isto pellos filhos a respeito dos pais; se estes são pobres, menos quantidade basta do que aos que são ricos, aquella quantidade será grave com obrigação de restituir, que for o mesmo a respeito dos filhos. Nem se deve presumir que as preladas queirão o contrario ou dissera que nos Mosteiros pobres a quantidade de hum cruzado novo he materia grave, nos mais ricos oito testoeis e em outros quantias mais avultadas em rendas doze testoeis. Aqui também deve acudir a prudencia do confessor que pode logo saber a qualidade do Mosteiro.

As preladas também não podem gastar conmsigo em cousas não necessarias mais do que aquillo que podem conceder às suas subditas, nem podem tirar dos bens do Mosteiro para si mais do que está determinado pello uso. Ellas são administradoras e não senhoras; as que assim o não fizerem peccão e devem restituir ao Mosteiro. Não podem também gastar superfluamente em funçoens ainda que sejam da Igreja, como se permittir que os sacristãos gastem demasiada cera nas

funções e outras despesas semelhantes. As preladas devem saber que tem a seu cargo a administração do patrimonio de Jezu Christo de que Lhe hão-de dar conta fielmente.

Assim as preladas como as religiosas não podem ser madrinhas no scramento do Baptismo, porque isto está prohibido pella sagrada Congregação do Concilio [?] de Outubro de 1677, não só pellas despesas que fazem com estes afilhados, mas tãoobem por ser de algum modo indecente a huma virgem que deseje estar morta para o mundo entregar-se mais em conhecimentos e parentescos que a fazem metter no mesmo mundo e na sua sociedade.

Esta [figura(?)] parece que não comprehende as preladas, porque estas não se comprehendem nas leys odiosas em o nome das freiras, assim como os Abbades se não comprehendem nas leys odiosas em nome dos monges. Eu comtudo não sigo esta opinião, pellos mesmos fundamentos que devemos a respeito das preladas com as suas religiosas, isto he que todas são espozas do Cordeiro <innocente>¹⁷ e devem viver mortas para o mundo e sempre apartadas das ocazioens de que se podem arruinar.

Não se podem escuzar as religiosas desta observancia com dizerem que pello nada em que estão hoje os seus Conventos podem aceitar o que lhe derem e da mesma sorte serem agradecidas aos seus benfeitores, porque isto não he cauza de se dezobrigarem do voto que voluntariamente fizerão a Deos. Ainda que os Conventos estejam pobres, como sabemos de muitos, e lhe não dão o preciso para as suas necessidades, assim no tempo da saude como quando estão enfermas, isto não basta para que falem à sua obrigação de pedirem licença do modo que tenho explicado. Antes nisso mostram o verdadeiro espirito de pobreza tão proprio de huma alma religioza que deixou o mundo e se quis fazer pobre por Jezu Christo. Esta he a doutrina mais conforme ao Evangelhos, aos Sagrados Canones às determinaçoens dos Concilios e dos Pontifices, principalmente Urbano VIII, Clemente VIII que falarão com muito aperto nesta pobreza religioza. Alguns Autores são de opinião contraria ao que tenho ditto e se conformão por verem as necessidades dos Conventos, alem de que dizem que as Bullas Apostolicas em que se prohibem as religiosas o aceitarem não forão recebidas; porem meditem as mesmas se com esta resposta darão boa satisfação a Deos quando forem julgadas. Que dirão ellas à vista de hum São Francisco de Assis, de hum São Domingos, de huma Santa Clara e ainda dos grandes Patriarchas que fundarão Religioens. Elles não lerião esta observancia do voto de pobreza aos seus religiosos. Levarião em bem que se aceitassem ainda as couzas precisas sem licença? Nada disto se

¹⁷ A palavra em questão está entrelinhada superior e inferiormente e julgamos que pretende substituir a mesma, riscada e não perceptível, talvez mal ortografada.

encontra nas suas Regras, antes o deixarão tão recomendado que todos prohibem ter os religiosos couza propria, quando sentirem alguma falta elles recomendão o recorrer à Providencia. No Sagrado Evangelho nós lemos o que tanto recomenda Jezu Christo: que procuremos primeiro o Reino de Deos e a sua justa e que tudo o mais se nos ha de acrescentar sem haver a mais leve falta.

Se as religiosas assim o praticassem, talvez que as suas necessidades seriam menos. Busquem a Deos primeiro, observem à risca as suas leys, amem a pobreza voluntaria e logo serão de Deos bem socorridas e, se neste mundo tiverem pobreza, lembrem-se que vivem mais ajustadas aos deveres do seu estados e que serão bem aventuradas no ceo como prometteu Jezu Christo, na primeira Bemaventurança do Evangelho, sem a religiosa pedir.

*****¹⁸

Se a religiosa pedir huma licença à sua prelada e cazo esta a negue sendo a lic[en]ça justa, nesse cazo a pode pedir a seu prelado e licitamente obrar com a tal licença, porem se o prelado a negar não pode a prelada concede-la.

Pode a religiosa cozar(sic) a licença que se lhe tem concedida, ainda que a prelada morra ou acabe o seu officio, porque a graça não espira por morte de quem a concedeu e a religiosa que assim obra sempre o faz dependente da Religião.

Alguns Autores sentem que a religiosa pode fazer esmolas do que tem para o seu uso, porem sempre nisto deve haver ao menos huma licença tacita da prelada; sendo a necessidade grave pode dar ainda das couzas do Mosteiro, como he pão, vinho e couzas deste genero, porque se presume que a prelada não he invicta contra isto. Se a necessidade for extrema, não há duvida que o pode fazer, ainda que a prelada directamente o prohiba, porque neste cazo todas as couzas são commuas.

Se a religiosa tiver seus pays, parentes ou ainda algum filho que deixasse no seculo, pode socorrer a todos estes estando em necessidade, por ser esta huma obra de grande caridade bem ajustada com a rezão, alem de que a religiosa, pella rezão do seu estado, não renuncia a tudo aquillo que he de direito natural. Este prevalece e tem maior força do que o voto a que ella se

¹⁸ A fracção de texto compreendida entre esta barra e a outra proxima está deslocada no documento original e assinalada, na margem por asterisco. Por facilidade de leitura decidimos colocá-la no seu seguimento natural, deixando, no entanto a indicação das folhas, do original entre parentesis.

obligou, nem he de crer que a religioza cedesse deste direito quando prometeu observar a pobreza Evangelica.

Suposto que as religiozas não podem ter couzas superfluas por ser contra o voto da pobreza, alguns Doutores advertem que sendo estas couzas das ordinarias para o seu uso, como são habitos, vestidos interiores e exteriores que se consomem com o mesmo uso, que não pecca a religioza em as ter e conservar para usar delles quando tiver necessidade e isto principalmente naquelles Conventos onde as religiozas não tem o preciso e necessario.

Peccão as religiozas contra este voto e são proprietarias se no tempo das vezitas do prelado occultam algumas couzas, ainda que as tenham com licença da prelada, para que as não prive dellas. Limittão esta doutrina quando o fazem <para evitar> alguma reprehensão se o Prelado fosse invicto só quanto ao modo ou tãobem quando tema lhe darão castigos por ter as tais couzas sem licença expressa, porem deve ter prompto o animo para largar as tais couzas, sendo mandada.

*****19

Capitulo quinto

Do voto da castidade

As religiozas que consentem em pensamentos, palavras e obras contra esta virtude peccão mortalmente, não só contra a castidade que he commua a todos os catholicos, mas tãobem contra o voto que prometterão a Deos, e he peccado da sacrilegio destinto do primeiro, para o dizer mais claro, tudo aquillo que he peccado mortal na pessoa secular, contra a castidade, na religioza são dous peccados, não havendo outra circumstancia que o faça diverso segundo o objecto que respeita, como por exemplo, se os pensamentos, palavras ou obras forem com pessoa e ainda religioza ou clérigo; sendo consentidos em materias venereas, são tres peccados mortais e tantos peccados serão duplicados quantas forem as vezes consentidas. Ainda que muitas couzas nesta materia podem ser peccados veniais nas seculares, na religioza são peccados mortais. Daqui se segue que a religioza que se pinta, que se compoem, que se apralvilha, que se adorna com fitas, perolas, setins bordados e outras couzas que se permitem às pessoas seculares, comette peccado mortal.

¹⁹ Termina aqui a parcela de texto deslocado no original, assinalado com asterisco e que por razões de facilidade de leitura collocámos no seguimento natural da mesma.

A religiosa que admite factos, brincos de mãos, vestes menos decentes, que dis ou admite palavras pouco decentes, comette peccado mortal, porque he huma espoza de Christo e deve toda encaminhar-se à santidade vindo izenta de semelhantes acçoens que são a ruina da pureza virginal. Pecca a religiosa gravemente que admitta cãanzinhos consigo ou seja tendo-os na cella²⁰ ou dormindo com elles ou trasendo-os ao collo pello grandes inconvenientes que disto se seguem. O Sumo Pontifice Clemente VIII assim o determinou e novamente o confirmou Inocencio XI, mandando <tãobem> com preceito formal de obedien[cia] e pena de excommunhão às religiosas que não fizessem comedias, autos, reprezantaçoens, ainda que para celebrar qualquer Misterio Sagrado, uzando de vestidos seculares.

Tãobem peccão gravemente as religiosas que empregão o tempo em ler comedias, fabulas, poezias de amores profanos, porque todas estas couzas são provocativas à luxuria e as religiosas dipois do seu Coro não tendo necessidade de trabalhar devem occupar o tempo em liçoens santas, oração e mortificação. Esta ley pertence mais particularmente às Beneditinas que o tem de Regra, como tanto o recomenda o Summo Patriarcha.

Tãobem peccão as religiosas contra a castidade em materia grave quando se entregão a correspondencias, assistencias, communicaçoens, frequencia de cartas ou recados, sendo isto em materia de amor profano, porque tudo he destrutivo da pureza. Pecca gravemente a religiosa que procura ser vista de homens, nas janellas, portas ou grades, sendo vista de pessoas que ella sabe a procuram com amor desordenado, porque, ainda que não tenha peccado proprio, he complice do peccado do proximo. Do mesmo modo pecca a religiosa que ensina a outras cantigas deshonestas, versos amatorios e por dizer tudo em poucas palavras que ensina a outras peccados que ellas não sabem, porque tudo isto he contra o voto e contra a caridade pello mão exemplo e pella ruina que cauzão ao proximo que devem edificar. Pecca gravemente a religiosa quando admite pensamentos condicionados de couzas torpes como se fosse casada, por exemplo faria este ou aquelle acto porque nestas condiçoens e concideraçoens se encontrão gravissimos perigos. Peccão as religiosas contra o seu voto de castidade que, ainda dentro dos Mosteiros, tem amizadas particulares, fazem acçoens, ainda que sejam graciosas, admitem brincos, abraços, osculos e couzas venereas, ainda que seja por modo de folguedo. Isto se entende com pessoas do seu estado ou seculares. Daqui se tem visto grandes ruinas. Por isso o Direito <manda> que as religiosas durmão sós e não quer que nem ainda durmão humas com outras e que diriamos das educandas, das criadas, das crianças.

²⁰ O texto passa a ter leitura sequencial na f.32.

Esta vigilancia pertence às preladas para que tenham summo cuidado de fazer observar o que está disposto por direito. Também não he licito às esposas de Jezu Christo estarem beijando crianças, porque ao menos se não livrão de culpa venial e no cazo que haja deleitação sensivel, carnal ou venerea he peccado mortal. As Religiozas em todas as suas acçoens, principalmente nas que podem fazer alguma so<m>bra à pureza, devem ser muito acauteladas, porque o demonio não se descuida, a carne não se aquieta e o mundo esta sempre armado contra a innocencia.

Devem as religiozas ser muito attentas nas vistas, mortificando os olhos, não vendo couzas torpes, ainda que seja de animais. Os ouvidos, fugindo de ouvir couzas provocativas, à luxuria nem permitindo que se digão na sua vista. Nos labios não proferindo palavras torpes e amatorias de que se seguem damnos proprios e alheos. Ao olfacto, não cheirando couzas que podem offender a castidade, todas estas couzas são nas religiozas peccado grave. As acçoens consigo mesmas devem ser com muita prudencia, porque dellas se levantão tantas lembranças que são como fogo ardente em que he dificultoso escapar. Nesta materia he pouca toda a vigilancia; quem não vê não appetece, quem não he visto não he dezejado.

Não se podem livrar de culpa grave as religiozas que nas grades danção, cantão modas, porque disto vem a nacer tantos espinhos que murchão a flor da castidade.

Peccão mortalmente contra o voto as que se despem nas grades e fazem outras acçoens tão dehonestas que o respeito me não deixa proferir e que direi eu das que nas grades do templo estão fazendo assistencias a outras diabruras que só o vê-las faz pasmar os juizos prudentes! Poderão estas Religiozas escuzar-se de peccado gravissimo? Estarão em boa consciencia neste estado? Advirtão nisto os Confessores e cortem sem dor nestas liberdades, não fação pouco cazo destas profanaçoens, porque dellas se levantão os pensamentos impuros, as amizades ilicitas e o santuario fica profanado.

Huma religioza que se não emenda deste vicio, huma religioza que não larga estas amizades está em peccado mortal e não he capaz de absolvição sacramental em<quanto> não largue esta ocazião e se não tira deste diabolico costume. As acçoens torpes nos templos santos são diverso peccado que se deve explicar na confissão. Peccão também as religiozas que mandão prendas amatorias, cartas pello mesmo fim, presentes e as que recebem estas couzas de seculares. Peccão as que por ociosidade estão fazendo cartas, falando nos raros, portas e conforme for o costume e o seu fim, assim será o peccado ainda que, já disse, todas estas acçoens são ruina do proximo, porque pode não haver peccado pessoal, mas concorre-se para o peccado alheio. Peccão as religiozas que aconselhão, dão ajuda e favor e mais, para que fação isto mesmo, as

que as levão às grades para serem vistas, principalmente de homens, as que lhe incobrem os seus vícios, como são as porteiras, rodeiras que dão recados, levão cartas, sabendo que todas estas couzas são de pessoas suspeitas.

Por esta mesma razão não devem as sacristãs consentir que, nas grades da Igreja, roda, confessionarios, falem pessoas de suspeita, nem tãobem devem permitir esta liberdade com os famulos da sacristia, nem com as moças da mesma. Não só porque destas conversações se seguem ruínas espirituais, mas tãobem por que <he> sagrado o lugar, e se faz especie do desprezo ao santuario. O mesmo se há-de observar com os amadores que vão dentro ou andão na Igreja, com mais especialidade nos dias de concurso. Todas as que não impedirem isto peccão por estar ao seu cargo o vigiarem nos lugares da sua obrigação e conforme forem as pessoas, o tempo e a demora, juntamente o costume, assim se deve regular o peccado. As mais couzas que podem succeder nesta virtude da castidade se hão-de ver pellas acções, palavras e obras de cada huma. Isto devem observar os prudentes confessores, sem que por modo algum se ensinem ou fação inclinar para as acções que são de peccado. Nesta parte não sejam muito curiosos, porque das suas muitas explicações succedem nascer pensamentos impuros, se não he que fazem passar as obras.

A respeito dos sonhos deshonestos que succedem estando dormindo, advirão as religiosas que senão podem deleitar nelles estando acordadas, aliás peccão gravemente. Tãobem devam saber que se os tais sonhos procedem de acções, palavras, vistas, desejos deshonestos que se passarão por entre dia e se não retratarão antes de dormir, se nos sonhos ouve couza deshonestas, comette peccado mortal a Religioza que os teve. Nesta materia não se pode muito explicar o que dizem os Autores, basta isto que esta declarado, o mais examinem os confessores. Como o demonio se não descuida do seu officio, he muito necessario que antes de tomar o descanso se retratem todas as acções que forão offensas de Deos, ainda que fossem leves, para se não cahir no perigo de consentir nos fantasmas ou representações do demonio. Cuidem as religiosas na humildade de coração, na guarda dos sentidos, na mortificação do corpo, trazendo-o sujeito às leys do espirito. Não sejam inclinadas dos vestidos brandos, às camas delicadas, aos comeres mimosos, porque tudo isto he arruina(sic) da castidade e só com a mortificação em todas as couzas he que podem vencer o inimigo merediano. Lembrem-se dos Quatro Novissimos recorrendo a Deos continuamente para que lhe dê as forças da Graça tão necessarias para vencer. Advirão as sacristãs que não podem consentir na grade da Igreja pessoas do mesmo sexo com acções amatorias, seja com religiosas, seja com as criadas, e nisto devem por muita vigilancia sem respeito à pessoa. A castidade se offende por todos os modos. Os senhores Bispos em alguns dos Mosteiros da sua jurisdição tem posto preceito formal de obediencia pera que se

não fale nos tais lugares sem destinação de pessoas, outros o tem feito com liberdade às preladas pera concederem a licença a pessoas que julgarem se deve dar a permissão de alguma vezita, ou couza que seja precisa. Não sei se este preceito tem hoje algum[a] força.

Capitulo sexto de outras obrigações das Religiozas, que obrigão a culpas

Tem as religiozas obrigação, em primeiro lugar, de acudir ao Coro quando são as horas para dar satisfação ao Officio Divino e nelle estar com atenção e devoção a Deos com quem fálão mais particularmente naquella hora. A religioza que está voluntariamente distrahida, cuidando em couzas do mundo, olhando para a Igreja, conversando com outras e totalmente pondo os sentidos por todas as partes para onde a leva o seu appetite, não satisfas ao Coro nem ao officio e pecca mortalmente. A religioza que, faltando ao Coro, ainda com cauza, e não reza o que não cumprio no Coro, pecca mortalmente. Se a cauza for molestia grave, deve pedir commutação à prelada. A religiosa que falta ao Coro, não sendo por costume dilatado, senão por preguiça, omissão, leve, etc., pecca venialmente. A religiosa que no Coro fala algumas palavras sem necessidade, se não por pouca consideração, por graça e sendo couza que perturba as mais, não se pode livrar de culpa venial. A religioza que deixar em todo o Officio dous psalmos, querem alguns Autores que seja peccado grave, outros dizem que não passa de peccado venial. A religioza que a maior parte do anno não vai ao Coro sem ter couza que a dispense disto, não pode livrar-se de peccado mortal, pello escandato que cauza e por não cumprir com a obrigação do seu estado. Nisto parece que ha hum desprezo formal, se, alem disto, não reza na sua cella, sem duvida comette peccado mortal. Toda a opinião contraria he escandalosa e não seguida dos Autores mais verdadeiros; os que forem escrupulosos nesta parte podem ver a Biblioteca de Terraris para se tirarem de toda a duvida. A religiosa que administrar as cousas para o Coro, como são livros, luzes, tocar sinos, tanger órgão [preceder (?)] o que se há-de cantar e ler, satisfaz ao Officio e não tem obrigação de rezar, basta que attenda . Não satisfazem ao Coro as religiozas que, principalmente na Somana Santa e Natal, cantão parte, dão liçoens com musica e os responsos, ainda que o mais Coro lea pelloos breviaros para si o mais, porque o Officio Devino se ha úe dizer com vós intelegivel e não basta a reza de cada huma das religiozas pera si; por isso no manual dos senhores Bispos se manda que as religiozas não cantem muzicas que servem mais de escandalizar a Deos do que louva-lo. No Arcebispado de Braga, em todos os Mosteiros que não são izentos, desterrou estas musicas o serenissimo senhor Arcebispo Primas e quem poderá louvar hum canto todo composto de arias lacivas que trazem à memoria as representaçoens do theatro? Quem a está ouvindo e vendo todos os dias pode dizer se mais lhe agradão os misterios santos que se representam, se a

religioza que está cantando. Se vai à Igreja nos dias festivos por ouvir instruções santas, se para ouvir a repitação das arias. Se as lamentações de Jeremias lhe fazem recordar os sentimentos de Jeruzalem ou se despertão a satisfação dos ouvidos na consonancia da musica. A religioza que não reza o Officio dos Defuntos em dous de Novembro, que não reza as ladainhas de São Marcos e dos tres dias antes da Ascensão pecca gravemente. A respeito dos officios e sufragios das que morrem deve-se attender ao costume e quem não satisfizer pellas suas irmãs mortas terá o mesmo depois do fim de sua vida.

Peccão as preladas que consentem omissão no Coro, se por sua culpa se reza sem destinação, se não ha boa ordem no modo de rezar e cantar e se fica alguma parte do Officio por satisfazer. Isto, que nas subditas pode ser peccado venial, na prelada he mortal. A mesma obrigação incumbe a quem faz as suas vezes e se por negligencia sua não percebe huma parte do Coro, o que diz a outro.

Peccão venialmente as religiosas que sem causa faltão à oração, que não guardão silencio nos dormitorios, claustro de defuntos, capitulo e Coro. Que não vão para os actos da comunidade com modestia, silencio e gravidade, que faltão aos jejuns da Regra, a disciplin[a] e outras mortificações prescritas a cada humas, conforme as suas leys ou vezitas e, se estas couzas forem não observadas por desprezo, não se livrão de peccado mortal. As religiosas Beneditinas podem ler o capitulo 6 da Regra santa que professão. O capitulo 38. 42. 51 e 61 e verão como devem guardar o silencio. As mais devem attender aos seus estatutos e assim como forem as leys assim serão julgadas as faltas.

Peccão mortalmente as religiosas que não sabem a doutrina Christã necessaria para se salvarem, que não sabem a que tem de preceito, que não fazem actos de Fé, Esperança e Caridade, actos de adoração a Deos, de penitencia, de acção de graças nos tempus em que estão obrigadas, que não satisfazem ao preceito de orar, tão recomendado por Jezu Christo.

Peccão mortalmente as religiosas que mandão trabalhar as suas criadas aos dias santos, por tempo consideravel, e só o poderão fazer por huma hora, havendo cauza, porque sem ella he venial. Também não devem permittir que as criadas o fação para utilidade propria, mas devem por caridade dar huma tarde na semana para se concertarem; e com isto se tirão certos pretextos de que usão muitas, trabalhando todo o dia, que talvez tenham muito boas soldadas e senão podem julgar como pobres. Se nós formos mais adiante, veremos que tem dinheiro a juros e, quando he para o seu trabalho, dizem que estão em o numero dos servos a quem he licito trabalhar nos domingos, porque assim o dizem os confessores. Isto he erro, como he também outro, que querem

seguir, a respeito da esmola que hão-de dar pella Bulla da Santa Cruzada. Os criados que tiverem trinta mel reis de seu uso e dahi pera sima hão de comprar a Bulla de quatro vintens. Assim está explicado, quem quiser ver isto lea as Constituições Benedictinas no segundo Tomo composto pello Magistral de Lamego, Nogueira etc.

Tãobem não he licito às religiosas fazer doce, por modo de [?] que às veses cauza emulação, odio, raibas e outras desordens na comunidade, suposto a indigencia em que estão alguns Conventos só poderão fazer isto para remirem a necessidade e não procurar lucros. Nunca sejam estes trabalhos em dia santo, que estes dias são unicamente dedicados para orar e louvar a Deos. Saibão as religiosas que quanto mais se entregarem às couzas do seculo tanto mais há-de crescer a sua pobreza.

Capitulo sete das excomunhoens postas por direito às Religiozas

A religiosa que temerariamente largar o seu habito, alem de peccado mortal que comette, fica excommungada. A religiosa que ferir, maltratar a outra religiosa, peccado mortal e excommunhão, porem se for só dar-lhe huma pancada, arrasta-la ou couza semelhante que se julga percussão leve he só peccado mortal. A religiosa que se vestir de secular para hir às grades, lugares publicos onde seja vista de pessoa, que a solicita amor profano, contrahe a mesma pena de excommunhão, alem do peccado grave. A religiosa que sahe do seu Convento sem licença ou com ella, sendo fingida a cauza, tem excommunhão. A religiosa que findo o Breve do seu egresso se demore mais tempo fora da clauzura, peccado mortal e excommunhão, porem se demora fora por oito dias, pouco mais ou menos, para se despedir dos seus parentes e conhecidos não fica em culpa nem com a pena. A religiosa que admite dentro da clausura pessoas de qualquer qualidade sem licença ainda que não sejam para mão fim, pecca e fica excommungada. Daqui infirão as porteiras, pomareiras e mais officiais como podem deixar ficar dentro da clausura os trabalhadores nas horas de jantar, de silencio, nas meridianas, sem que nestas horas os mandem sahir para fora e se quizerem dizer a verdade hão-de dizer que então andão os tais homens pellas cozinhas dançando com as criadas e ocupando o tempo ociosamente. As preladas e porteiras com as mais a cujo cargo estão as portas da[s] clauzuras tem, alem do referido, outras penas que lhe poem o Direito. A religiosa que tira o seu habito, sendo na sua cella, ou por cauza do calor, ou para dormir, não pecca nem fica excommungada, mas deve sempre conservar a forma delle como he escapulario [?] etc. Porque não podem os religiosos por mais de duas horas estar sem habito, esta he a mais provavel opinião. As meninas de sete annos para sima podem ser admittidas para

se educarem até vinte sinco annos e dipois ou serem religiosas ou sahirem para fora, mas para isto se requer primeiro licença do Ordinario.

As criadas que intrarem para o serviço das religiosas ou do Convento não podem sahir fora da clausura e se sahirem não podem intrar sem violarem a mesma clausura. Todo o costume que nisto se tem introduzido he erro e devem as preladas acudir a isto, porque os senhores Bispos o não sabem. Não podem as mesmas criadas hir a Igreja fora da portaria e se o fizerem tornando a intrar peccão e ficão excommungadas. Não podem tãobem as religiosas introduzir na clausura trabalhadores para serviço que se pode fazer fora, como são çapatos, caixoens para doce e tudo o mais a esta semelhança; não <podem> tãobem admittir no Coro de baixo homens, para serviço da sacristia que se pode fazer sem estas entradas, como he hir buscar cera, castiçais e outras couzas, como se estão vendo em certos Mosteiros e não sem grave escandalo. As religiosas que isto consentirem incorrem na cençura e peccão mortalmente. O mesmo tem os que entrão, que só podem livrar-se por ignorancia crassa.

A mesma pena de excommunhão e outras estabelecidas no Motu Proprio à Providencia incorre a religiosa que sahir a Igreja ou fora da portaria na distancia de dous passos. O mesmo se intende de outro qualquer lugar onde he licito entrarem os seculares. Tãobem incorrem na pena de excommunhão por outro capitulo as religiosas que sahindo fora dos seus Conventos, com licenças, andão disfarçadas de modo que se não pode conhecer se são religiosas. Devem trazer publicamente o seu habito em todo o lugar.

[adiante]

*****²¹

[atras onde dis adiante]

A religiosa que, estando fora da clausura com licença Apostolica, andar por lugares publicos onde se fazem representaçoens, comedias ou outros espetaculos semelhantes pecca gravemente. O mesmo se há-de dizer has que assistem a estes actos, a vailles, festas ainda que sejam feitos em cazas particulares, porque huma virgem que he consagrada a Deos deve tirar-se de todos aquelles lugares onde pode correr perigo a sua pureza. Se para estes divertimentos for disfarçada para tirar escandalo que se pode seguir, não se livra de cahir na excommunhão dos que temerariamente largão o seu habito.

²¹ Volta a existir um deslocamento de texto, devidamente assinalado no final do capitulo 7 e antes o 8º com a palavra “adiante” e no meio do capitulo 8: “atras onde dis adiante”, ambas entrelinhadas de se iniciar e à margem. Esta fracção

Tãobem peccão mortalmente e incorrem na violação da clausura e nas suas penas aquellas religiosas que tomão criadas nos seus Breves para darem a outras que as não tem, porque o Pontifice quando concede eses Breves às religiosas he para socorrer as suas neccidade[s]. Se a religiosa que tem o Breve não tem esta couza, cessa o fim da concessão, logo para nada vale a licença e muyto menos para as religiosas ou seculares que não tem Breve. Este he hum costume intoleravel que quasi em todos os Conventos se foi introduzindo de que as religiosas fazem bem pouco cazo, devendo saber que he huma fracção de huma lei Pontificia, em materia tão grave qual he a clausura das freiras, tão recomendada do Concilio. Porem se a Religiosa que tem o Breve tomar a sua criada para si podera ceder o seu trabalho e consentir que ella faça o serviço de outra religiosa, mas advirta-se que não há-de tomar a criada em fraude da ley e que lhe ha de pagar a soldada.

A criada que huma ves sahiu para fora não pode entrar sem nova licença, a qual se ha de apresentar ao prelado para que tãobem conste da informação de procedimento da tal criada. Nesta parte tãobem ha abusos, porque em varios Conventos estão tomando as criadas sem mais licença do que o consentimento da abbadeça, a qual a não pode dar e, se o fizer, pecca gravemente com as mais penas das que estão postas por direito a quem consente na violação da clausura, o mesmo tem a religiosa que toma deste modo a criada.

*****²²

[ora entra capº.oitavo]

Capitulo oitavo de outras couzas que pertencem às Religiozas sobre assim indulgencias

As religiozas gozam de todas as graças e privilegios que tem os religiosos da Ordem que ellas profissão, daquelles que as religiosas são capazes, isto ainda que ellas estejam sujeitas a Ordinário e não à Ordem porque assim o tem declarado os Summos Pontífices, atendendo à Regra que ellas profissão e ao habito que trazem, que he o que basta para haver o privilegio de communicação.

encontra-se na f.39e f.39vº, terminando onde entra o capitulo 9. devido Para mais comoda leitura colocou-se no seu lugar, deixando o número das folhas entre parentesis.

²² A partir desta frase recomeça o texto na sua forma normal.

Por este privilegio gozão tãobem das graças que são concedidas às mais Religioens como se pode ver nos Autores; daqui se segue que podem lucrar dentro dos seus Mosteiros todas as indulgencias e jubileos; que são concedidos a outras ordens religiosas e isso ainda que estejam dentro da clausura, comtanto que satisfação à obra mandada para se ganhar a tal indulgencia ou jubileo, porem como neste ponto de indulgencias tem havido muitos erros pello grande numero das falsas indulgencias que andavão espalhadas, como se pode ver no Edital que a Real Meza Censoria que, doutamente, as examinou, somente devem ter por certas as que a Real Meza Censoria não reprovou depois do maduro exame que sobre isto fes. Nem tãobem podem as religiosas aproveitar aquellas que forão reprovadas pello Summo Pontifice Paulo V, como consta [da preposição 37 (?)] condenada pello Summo Pontifice Alexandre VII.

As que tem hoje, as religiosas, verdadeiras são no dia em que tomão o habito, no dia em que fazem a sua profissão, na hora da sua morte. Em cada hum destes tempos tem indulgencia plenaria. Tem mais todas a da Bulla da Santa Cruzada, como podem ler na mesma, e hum jubileo no dia que quizerem, huma ves dentro do anno e tomando o escrito, outra.

Vizitando o Altar-mor das suas Igrejas e pedindo pella exaltação da Fé, pello estado da Igreja, pello Pontifice, pellos Principes Catholicos, rezando sette vezes o Padre Nosso, Ave Maria e Gloria, ganharão todas as indulgencias das estaçoens de Roma de Jeruzalem, de Compostela e Prociuncula.

Não he menos provavel que as religiosas dentro da sua clausura podem ganhar o jubileo da Prociuncula no seu dia, pondo as mesmas diligencias que fazem as seculares vizitando as Igrejas de São Francisco, ainda que alguns Autores da dita Ordem senão accomodão a isto. Advirto que para estas indulgencias das estaçoens referidas não he preciso vizitar os altares, basta que se vezite a Igreja, como consta da declaração do Summo Pontifice Paulo V, como [?] os Autores.

Tãobem he provavel que as religiosas podem ganhar dentro da sua clausura todas as indulgencias concedidas às Confrarias das mais Religiozas, ainda que não sejam irmãs dellas, comtanto que ponhão as obras que se requerem para se alcançarem. Porem eu dissera que o mais seguro desta opinião he que, sendo a religiosa irmã do Carmo, por exemplo, pode ganhar todas as indulgencias concedidas aos seus confrades, vizitando na sua Igreja, como se fosse na dos carmelitas, e satisfazendo ao mais que incumbe à sua obrigação; o mesmo se há-de dizer das que forem Imãs do Rozario, São Francisco, etc.

Tãobem podem lucrar a multidão de indulgencias que são concedidas aos Frades Menores, visitando o Santissimo Sacramento nas suas Igrejas, porque he certo que as religiosas pello Breve de Comunicação que há entre as Religioens, são capazes de todas estas graças que, sendo para ellas de tanto lucro, não serão de menos utilidade para as almas do Purgatorio, por quem tãobem se poderão applicar como sufragios, e não se devem desprezar estas riquezas, que do tesouro da Igreja se estão dispendendo liberalmente, para o nosso remedio.

Capitulo nono do que podem usar as Religiosas na eleição do Confessor

Os confessores das religiosas devem se[r] aprovados pellos Ordinarios com especial approvação, porque assim o tem determinado o Direito e novamente o manda o Summo Padre Gregorio XV na sua Bulla Iniexcotabili etc., ainda que as freiras sejam sujeitas aos Regulares. Nem o mesmo Geral da Ordem podem ouvir as confissoens das freiras sem approvação do Bispo, como tem declarado a Santa Congregação. Isto mesmo se collige da Bulla Pastoralis Cure, do Summo Padre Benedito XIV, que expressamente fala desta materia com muita ponderação. Devem as religiosas escolher os confessores mais devotos e prudentes, ainda entre aquelles que são nomeados pellos seus prelados. As religiosas assim isemptas como não isemptas podem ser absolvidas por virtude da Bulla dos Casos Reservados, porque gozão deste privilegio por varias declaraçoens Pontificias e principalmente pello Motu Proprio, de Urbano VIII, a 19 de Julho de 1630. Daqui se pode inferir que ellas podem eleger confessor, por virtude da Bulla da Cruzada, hum daquelles que tenha sido aprovado para ouvir confissoens no mesmo Convento, “sendo regular e sendo secular há de ter actual approvação ou seja actualmente aprovado”²³. Esta he sentença de muitos Autores, ainda que tem outros em contrario. Esta opinião digo que se deve e pode seguir mais seguramente no tempo do jubileos, quando nelles se dis que podem os fieis escolher hum confessor aprovado pelo Ordinario que absolva de todos os peccados etc. No jubileo do Anno Santo que expressamente manda que as religiosas sujeitas aos senhores Bispos estão sujeitas aos casos e censuras que elles rezervão geralmente para o seu Bispado, ainda que dellas não fação expressa menção, o que se não entende com as religiosas sujeitas aos Regulares, nem com as pessoas seculares e criadas que vivem dentro do Mosteiro porque as tais pessoas são tidas como isemptas assim como os Mosteiros, ainda que estejam dentro do Bispado. As religiosas sujeitas aos Regulares podem pedir duas ou tres vezes no anno confessor

²³ da palavra “sendo” até à palavra “aprovado”, a frase é uma nota marginal, à direita e está devidamente assinalada no texto, com uma cruz.

extraordinario ao seu prelado e, ao menos huma ves, escolherem hum ou secular ou regular de outra Ordem e, quando o Prelado Regular recuze dar o tal confessor secular ou regular, podem recorrer ao Ordinario onde esta o Mosteiro para que uze da authoridade Apostolica que nesta parte se lhe concede. Tudo isto dispoem Benedito XIV na sua Constituição Pastoralis Curae. No cazo que o confessor pedido pella religiosa não seja approvedo, o prelado o deve apresentar ao Ordinario para que com a sua licença possa ouvir a confissão da religiosa e, se o Prelado Regular for negligente nesta parte, pode o Ordinario nomear o confessor que lhe he pedido sem mais dependencia do Prelado Regular. Se o confessor que pedir a religiosa for secular, pode o Ordinario approva-lo tendo as qualidades que pede o Direito, que seja bem instruido na Theologia Moral e livros espirituaes, que seja prudente, affavel, benigno, que receba os penitentes com amor, que saiba reprehender sem aggravar, que se compadeça da natureza humana, misture o rigor com a brandura, mas sempre com palavras penetrantes, que ao mesmo tempo ligue as chagas das almas enfermas e juntamente as cure.

Advirão as religiosas em não gastar o tempo das confissoens com couzas superfluas, queixas e negocios que nada tem com o Sacramento, antes divertem o fruto dele. Isto mesmo devem cortar os confessores logo no principio da confissão, como tãobem se a religiosa que se confessa tocar nos peccados de outras, adverti-la que pecca com descubrir faltas do seu proximo e que só deve dizer os seus peccados e não revelar nem ainda a pessoa com quem peccou. Desta sorte se evita offender a Constituição Benddictina Supra Omnium Culeziarum.

Podem as religiosas ser absolvidas de todos os peccados e censuras rezervadas à Se Apostolica pelos seus confessores approvedos, porque se julgão perpetuamente impedidos e no direito quando ha impedimento perpetuo se aqui para o artigo da morte onde não há reservação. A respeito dos senhores Bispos he bem certo que estes podem absolver dos casos rezervados ao Papa quando ha impedimento perpectuo, cuja auttoridade lhe compete por direito commum.

A religiosa sujeita aos Regulares pode ser absolvida dos casos rezervados pelo superior quando este, pedida a licença, a negou, justa ou injustamente, como declarou Clemente VIII, innovando depois o Decreto Urbano VIII. A religiosa sujeita immediata ao Bispo não pode usar deste decreto, por ser diirigido aos Regulares, sendo que, negada a licença ao confessor para absolver dos reservados ao Bispo, pode o confessor absolver a religiosa porque se reputa a licença concedida. Esta aptidão he provavel.

A religiosa por privilegio de Paulo III pode escolher hum confessor dos approvedos do seu prelado para que tres vezes na vida a absolva plenariamente de todos os pecados. Tãobem pode fazer

isto mesmo quatro vezes no anno por privilegio de Gregorio XV e Urbano VIII concedido aos Regulares para que o confessor os absolva de todos os peccados, do mesmo modo que o fizera o Summo Pastor da Igreja se presente se achara.

Ultimamente podem as religiosas na hora da morte escolher hum confessor ou secular ou regular para que as possa absolver plenariamente, como o fizera o Summo Pontifice [?], a confissão e juntamente applicar-lhe muitas indulgencias plenarias. He privilegio de Innocencio VIII e Sisto IV e não consta que estejam revogados, nem ha rezão para que as religiosas não uzem dele, basta que o tal confessor seja approved e quando actualmente o não esteja “para as religiosas as”²⁴ supre o privilegio da Bulla como já fica dito. A communhão quotidiana para se conceder às religiosas deve ser approved pelo Bispo, o qual tem autoridade de assignalar o tempo e o lugar em que as religiosas hão de receber a Eucharistia. Não he isto contra a disposição do Concilio, antes he conforme o mesmo, como declarou a Sagrada Congregação, em 7 de Maio de 1652. Nem tira a obrigação que tem as religiosas de se confessarem e commungarem todos os meses e quando o mandão as Constituições, Regras e leys de cada humas.

De nehuma sorte sem expressa licença da Sé Apostolica lhe podem conceder o commungar na Sexta Feira Santa e Sabado, porque esta prohibido a todos os fieis nestes dias, como consta do decreto de 13 de Fevereiro de 1679 e 1690 approved por Alexandre VIII. Também esta prohibido o commungar na noite de Natal.

Capitulo decimo do Jejum, Festas e outras couzas pertencentes às Religiosas e também da (à margem direita, ilegivel)

Não tem as religiosas obrigação de observar o jejum do Advento, somente o devem fazer tendo a Constituição que as obrigue a isso. Ainda as religiosas de Santa Clara não tem esta obrigação, como esta declarado por Eugenio IV na Constituição que principia *Ordinis tui*.

As religiosas que estão sujeitas ao Ordinário na mais verdadeira opinião devem observar os jejuns que os senhores Bispos mandão por causas publicas. Quanto aos jejuns dos lugares que estão introduzidos por costume se deve dizer o mesmo, porque se deve intender que o preceito do superior comprehende a todos os seus subditos, quando não há inconveniente na sua observancia. Alguns Doutores querem que isso mesmo se siga com as religiosas isemptas. As

²⁴ Nota marginal à direita: “para religiosas as”

religiosas que tiverem sessenta annos de idade estão desobrigadas dos jejuns da Regra, porque estes só obrigão do mesmo modo que os da Igreja e esta, na mais commua opinião, não obriga os fieis em tal idade. As religiosas em todos os jejuns de preceito, assim da Regra como da Igreja, podem [?] fora do tempo da Quaresma; neste tempo o não podem fazer sem a Bulla. Isto se entende não havendo ley particular que o prohiba. Não podem porem comer carne nem quebrar a abstinencia no dia de Natal quando succede na sexta ou no sabado, em que por costume estão permitidos a todos os fieis; somente o poderão fazer no cazo que a Regra ou Constituição expressamente o manda.

Nas Colaçoens não podem usar de caldo de unto ou couzas compostas com manteiga, ovos, leite, porque todas estas [?] couzas não são materia de colação e todos os que seguem as opinioens contrarias estão bem longe do espirito do jejum. Podem nos dias ou vigalias das mayores solenidades fazer mayor colação e na do Natal, no sentir de alguns Doutores, em maior quantidade, sendo de doce daquelle que não he composto com couza de latecinos. A religiosa que não guarda o jejum da Regra, que obriga a peccado e no mesmo dia o manda absolver à Igreja, comette dous peccados, por serem dous os preceitos, ainda que o fim seja só virtude da abstinencia. Esta he a opinião que mais se conforma com a verdade e a seguem os melhores Autores, fundados em que o preceito da Regra que obriga debaixo de culpa, ainda que especialmente não mande com preceito de obediencia, se funda no mesmo voto de obediencia.

Os confessores não podem dispensar nos jejuns das Religiosas, porque carecem de jurisdição no foro exterior. Alguns sentem que o Confessor Ordinario o pode fazer algumas vezes com justa cauza; isto se entende daquelles que exercitão todas as funções que fazem os parochos nas suas Igrejas e como estes, no sentir dos Doutores, podem fazer com justa causa a dispença dos jejuns aos seus fregues[es], tãobem o Confessor Ordinario das religiosas o podera fazer, com as mesmas circunstancias já declaradas. O Confessor Ordinario he o proprio Capellão nas freiras sujeitas ao Bispo, nas mais he o que esta disposto pelo prelado para lhe administrar os Sacramentos.

Tem obrigação todas as religiosas de observar os dias santos dos Bispado, prescritos pella Constituição ou Bispo. Esta obrigação se estende aquelles dias que estão introduzidos por costume, ao menos para evitar todo o escandalo. Nestes dias, assim como em todos os mais dias santos mandados pela Igreja, não podem as religiosas trabalhar nem mandar as suas criadas fazer mais do que o preciso para aquelles dias, como he barrer cella, fazer de comer e couzas semelhantes, não o fazendo assim peccão e passando de huma hora, he culpa grave.

Poderá a religiosa por causa de recreação e divertimento fazer flores, bordar, fazer laminas e couzas assim semelhantes, porque entre o seu trabalho se devem reputar algumas cousas que não sejam obras servis. Poderão também fazer estas para o serviço da Igreja, como he limpar a prata, os altares, imagens, pregar rendas nas toalhas, engomar na semana he o mais justo, porque os dias santos são determinados para orar e louvar a Deos e aos santos.

A religiosa que tiver necessidade e o Convento não atendendo a esta, ou porque está pobre e nada pode dar, ou porque a ração he tão limitada que nem ainda chega para o sustento de todos os dias e muito menos no tempo da enfermidade, pode trabalhar nos dias santos depois de ouvir a sua Missa e de ter feito a sua oração, mas este trabalho há-de ser de modo que não cause escandalo. Eu também disera o mesmo a respeito de hir ao Coro, porque onde os Conventos não dão, nem ainda aquillo que estava posto na entrada da Religiosa, como pode esta sustentar-se, curar-se e tratar-se sem trabalhar? Como pode ella trabalhar e juntamente seguir os actos do Coro? Principalmente em alguns Conventos onde gastão quasi tudo em [?] em rezas, officios e outras couzas introduzidas que já tem força de costume? Poderá dizer-se que ficão muitas horas no dia em que podem acudir ao trabalho para aliviar as suas necessidades, mas também se pode dezer que as religiosas não hão de fazer trabalhos grosseiros e que tudo o que trabalham são cousas que deixão bem pouco lucro e o trabalho de huma porteira mal chegará para o sustento e não para o vestido, para a doença e todas as mais cousas necessarias para a vida humana.

Eu não quero dizer que deixem o seu Coro, só ponho as rezoens com que ellas se podem justificar na falta desta obrigação. Devo porem persudi-las que se firmem em huma verdadeira caridade com Deos, porque se este Senhor tem um tão grande cuidado das aves não o tem menos das suas creaturas que elle formou à Sua imagem. Observem as suas Constituições e Regras e logo verão as obras de Deos feitas a seu respeito.

As religiosas que na semana derem às suas criadas meio dia para concertarem as suas roupas não podem consentir que ellas trabalhem nos dias santos. Se o fizerem, peccão; sendo até duas horas sem cauza he peccado venial, todo o mais tempo he peccado mortal.

Também não podem as criadas das religiosas que tem dinheiro do seu uso e dominio e muitas vezes a razão de juro, de que algumas fazem bastante soma, trabalhar nos dias santos, ainda que a religiosa lhe não conceda na semana o tempo que disse para se concertar, porque tendo de seu dinheiro, deve mandar fazer a obra e pagar. Não pode a criada tirar o tempo à sua freira que esta tem determinado para que ella a sirva, nem também as horas da noite com prejuizo do azeite da sua religiosa, que deve restituir. Se o gastar em cousa sua, poderá somente fazer isso com

licença, ou mandar comprar azeite, tirar do sono alguma horas e neste tempo trabalhar para si. Porem deve fazer isto de modo que não redunde em prejuizo da religiosa e da saude da criada, porque muitas vezes a ambição não atende mais do que ao lucro e utilidade, sem respeitar os [?] danos da saude. A criada que for tão pobre que não tem mais do que a soldada e não se lhe concede tempo na semana, pode trabalhar para si nos dias santos. A criada que tiver de seu trinta mil reis para si, há-de tomar a Bulla da Santa Cruzada, de esmola de quatro vintens, porque assim esta declarado e não satisfas com a de dous vintens. O mesmo devem fazer as religiosas, excepto as Mendicantes, que participão do mesmo favor dos seus religiosos que tomão de dous vintens. As Abbadeças não devem tomar Bulla mais [?] papal.

As religiosas não podem consentir que as suas criadas lavem a roupa nos dias santos. Só o poderão fazer com necessidade, como de Inverno em que he preciso aproveitar os bons dias, ou outras couzas em que se julgue racionavel necessidade. Também não podem consentir que usem de vestidos deshonestos, assim nas cores como no modo. Devem fazer que as servas sejam bem disciplinadas, que não perturbem a observancia. Devem cortar-lhes todas as amizades, ainda dentro da clausura, principalmente com freiras de vida alegre, porque tudo isto he culpa, assim em quem o pratica como em quem deve cuidar em que se tirem estes escandalos na caza religiosa. Conforme for a materia assim será o peccado, o que muito devem attender os confessores e não fação pouco caso ainda de cousas minimas nesta materia, porque dipois he bem difficultosa de se emendar.

Cuidem as religiosas em observar a ley de Deos com toda a exacção, attenção ao primeiro preceito [?], que o devem amar mais do que a sua propria alma, dipois disto ao seu proximo como a si mesmas, porque nestes dous preceitos está toda a observancia de toda a ley. A vida vai correndo ou, para o dizer melhor, voando e lá para a hora da morte talvez que tenham o pezar sem remedio de não terem bem cumprido com tão importantes obrigaçoens. Todas as obras, pensamentos, palavras hão de ser arguidos no tribunal de Jezu Christo pelos nossos inimigos e se ainda aquellas que forão boas, talvez, que ao nosso parecer hão-de ser bem examinadas ou purificadas para o premio ou castigo, que examem(sic) ou castigo não terão aquellas que forão peccaminosas? Ali se hão-de ver a multidão de confissoens e communhoens e os seus fins. Ali se há-de ver o tempo mal gasto, as observancias e as suas intençoens. Finalmente, ali se há-de ver como satisfes a Deos em tudo huma alma que no mundo teve o character de espoza de Jezu Christo.

Se isto se meditasse bem eu já disse que haverião menos freiras, porem mais religiosas, e para que não vivão ellas com maiores enganos, cuidem em se aproveitar do tempo emquanto he

tempo, fação eleição de confessores doutos, zelosos, desinteressados que lhes falem verdade, tendo amor às suas almas e à sua salvação. Saibão as religiosas que a maior parte do mundo se perde pellas confissoens não serem bem feitas. Saibão que a maior parte dos seus confessores são aduladores e que muitas são as vezes por atenção ou respeito lhes não dizem a verdade pura como devem e daqui infirão quais serão as confissoens. Sei que há ministros do Evangelho que não procurão a sua utilidade senão a de Jezu Christo, que há sabios e bem instruidos na direcção das almas e estes he que hão de recorrer nas suas necessidades, com a certeza de que a força da Graça ha de obrar por virtude de huma verdadeira doutrina praticada santamente.

Assim me parece que neste pequeno volume vai quanto basta para saber huma religiosa porque nas mais couzas que podem succeder, nas obrigaçoens do seu estado, nas que forem extraordinarias, devem consultar os doutos e seguirem o seu parecer. A nossa vida esta cheia de laços, em toda a parte nos seguem os inimigos, as paixoens, os vicios, por isso he muito necessario meditar continuamente a ley do Senhor e fugir das ocazioens e dos perigos. Huma religiosa que isto não faz, não pode deixar de cahir continuamente. Siga a direcção que aqui lhe reprezento, se quer viver religiosa para morrer santamente.

Capitulo undecima a respeito das confissoens

[?] nestes tempos se achão muitas religiosas por fora [?] Mosteiros muitas da necessidade da sua santa [?] respeito dos[?] a que ellas se achão de [?]²⁵.

Digo pois [?] que, estando as Religiosas de [?] Bispado e tendo confessor dos approvados pello seu Ordinario, este he que decide confessores. Estando porem fora do seu Bispado [?], não tendo-o [?] de confessor dos approvados, pode confessar-se [?] como os religiosos emquanto sacerdotes idones(sic), porque as religiosas, como já disse, gozão de todos os privilegios dos religiosos de que ellas são capazes e como estes, estando fora dos seus Mosteiros, se podem confessar com qual sacerdote, seja secular seja regular, pello privilegio que tem concedido a Santa Sé Apostolica aos mesmos religiosos della, se podem apresentar as mesmas religiosas. Antes do Concilio Tridentino se podião as religiosas confessar ao simples sacerdote, assim como os religiosos. O Concilio nada inovou a respeito dos regulares, logo com as mesmas religiosas se não intende a declaração do Concilio na materia dos confessores approvados, para as

²⁵ Este perido está praticamente inutilizado.

confissoens. Não ignoro que tem sahido varias declaraçoens da Sagrada Congregação dos R.R.²⁶ a respeito dos confessores das freiras, porem todas elles se intendem das religiosas que estão dentro dos seus Mosteiros e não fálão das que sahem para fora a tomar remedios necessarios para a sua saude e como a ley destingue, nós tãobem não podemos destinguir.

Alem de que este privilegio he em favor dos regulares e, no sentir dos Autores, deve ampear-se e não restringir-se. Veja-se o Reverendo Gabriel de Noboa, na sua Apologia dos Confessores: corolario 22 f.399.

Tãobem he de crer que o Summo Pontifice, que concede à religiosa a licença para sahir do Mosteiro, lhe ha de conceder tudo o que he mais necessario para o seu comodo espiritual e neste cazo não ha de <querer> privar a religioza de hum favor que conduz tanto para a sua perfeição, como he a frequencia dos Sacramentos. Os mesmos senhores Bispos hão de dizer isto mesmo e se pode interpretar a sua vontade e que darião a mesma licença para que as religiosas se confessarem a sacerdotes idoneos, visto não haver dos seus aprovados, porque he melhor que as religiosas se confessem amiudo do que deixem de o fazer e se isto tanto recomenda o Direito, como se ve da Clementina "Ne in agro" etc., estando as religiosas dentro da clausura, não terão isso mais dezejado quando ellas estão fora ou ande por caminhos?

Não se oppoem esta doutrina a Bulla de Clemente X "Superna Magni Patris", nem a outra de Gregorio XV, porque, ainda no cazo que fossem aceites, não fálão no presente cazo.

Alem deste privilegio, tem as religiosas o da Bulla da Santa Cruzada, pella qual estando fora da clausura se podem confessar com qualquer sacerdote secular ou regular, que fosse aprovado, ou esteja actualmente no mesmo Bispado onde se faz a confissão. A Bulla concede este privilegio a todos os fieis e as Religiosas não são de inferior condição dos seculares. Tudo isto se entende quando não haja ley em contrario, ou quando o prelado que concede a licença não declare que se confessem a tais confessores, porque então se deve seguir o preceito do superior. Seria bem que as religiosas quando sahem para fora da clausura pedissem huma licença ao prelado e logo não haveria duvida, porque certamente a não havião de negar. Os regulares dentro das suas Igrejas estando aprovados para confessores podem ouvir todos os fieis que lhe pedirem o Santo Sacramento da penitencia. Assim o tem declarado por muitas vezes a Sé Apostolica e como as religiosas se comprehendem em nome dos fieis, não ha cauza que as possa impedir a que se confessem com os regulares nas ditas Igrejas, ainda que as religiosas sejam de diverso Bispado,

²⁶ Deve referir-se a "Ritos".

porque nisto mesmo se pode dizer que gozão do privilegio dos itinerantes que tem os religiosos para se confessarem.

O mais seria cousa muito ardua querer huma religiosa confessar-se e não ter a quem, ter os dias estabelecidos pellas suas leys ou devoção e estar menos assistida de ministros que lhe dessem o sustento espiritual e viria a por-se em grandes perigos por estas faltas, o que se não deve consentir nem os senhores Bispos devem repugnar, antes do seu paternal amor se prezume sempre o querer tudo que faz mais perfeito as suas religiosas. A Igreja he May muito pia e sempre quer tudo para o bem dos seus filhos. Em cazo de alguma duvida se deve atender que ella tacitamente dá o seu consentimento, ainda que em toda [?] esta doutrina senão pode duvidar.

Se acazo acontecer que a religioza esteja por espaço de hum anno fora do seu Mosteiro tem obrigação, para satisfazer ao preceito da Quaresma, de confessar-se e commungar huma vez nella, tendo tenção de satisfazer e dipois dar parte à sua Prelada de que assim o cumprio.

O capelão não he proprio paroco naquelles Mosteiros que não são izentos como já disse e por isso basta que a prelada seja sabedora. Nem he precizo que a religiosa se va confessar e commungar à parochia do lugar e não se comprehende na ley que para isto obriga aos seculares. Eu dissera que tendo a religiosa Convento da sua Ordem, principalmente sendo ella sujeita aos Regulares, que fosse à tal Igreja, ainda que a religiosa seja de diverso Bispados, porque deste modo mostra a sua obediencia ao preceito da Santa Igreja no tempo quaresmal do modo que pode, exteriormente. A religiosa não está obrigada às leys do Ordinario no Bispado, por onde passa ou assiste algum tempo, como são jejuns, dias santos etc., ainda que estes os deva observar, ao menos por não ter escandalo quando a demora seja conhecida. Em toda a parte que se achar, a religiosa deve obedecer às leys do seu Monarcha, porque estas obrigão os vassalos em todo o lugar. Assim como às dos seus Prelados, porque tem poder sobre os seus subditos em todo o territorio. Se uma Religiosa quando sahir para fora da clusura trazer a sua criada, esta deve satisfazer ao preceito da Quaresma no lugar em que se achar. Será bem que cumpra o tal preceito na mesma Igreja em que está a familia onde habitão e assistindo ali a maior parte do anno, assim como os peregrinos ou estrangeiros ,militares, mercadores, letigantes e outras pessoas desse genero, que tem quasi domicilio nas partes onde se demorão em rezão do seu comercio, dependencia, estado e obrigação, se podem confessar e receber os Sacramentos naquella parochia onde se demorão, que he quasi domicilio.

Dos estrangeiros e peregrinos dizem alguns Doutores que se podem confessar e commungar para satisfazer aos preceitos da Quaresma com qualquer sacerdote approved pello Ordinario do lugar,

sem que seja para isto necessaria licença do parochio onde se recebem os Sacramentos. Isto mesmo parece que se pode dizer da criada da religiosa e basta que ella se confesse ao sacerdote approvado naquella Bispado e commungue pella mão delle ou de outro, sem que seja o parochio, para que satisfaça ao preceito da confissão e communhão. A rezão he a mesma que se dá a respeito dos estrangeiros que não estão no seu Bispado.

Capitulo duodecimo da sepultura das Religiosas estando fora dos claustros.

As religiosas estando dentro da clausura he certo que nella mesmo se devem sepultar, porem de nenhum modo se deve dar sepultura a pessoa secular, ainda que sejam matronas mortas naquella lugar onde se sepultão as religiosas. Isto se observa pella disposição do Direito como a praxe o está mostrando. Quando porem succeder que alguma religiosa, estando fora da clausura se apartar desta vida, se o seu Mosteiro não estiver muito distante e comodamente se poder transportar a elle o cadaver, em nenhuma outra parte se deve sepultar senão dentro do seu Mosteiro e para isto nada se deve dar ao parochio do lugar onde ella faleceo, ainda que elle lhe administrasse os Sacramentos. No cazo que o Mosteiro esteja tão distante que comodamente senão pode levar o cadaver, poderá a Religiosa escolher sepultura onde muito lhe agradar sem que o parochio o possa impedir. Se ella porem, estando distante do seu Mosteiro como se disse e não nomear sepultura enquanto viva, então se deve sepultar naquella parochia onde morreo. Assim o tem declarado o Direito a respeito dos religiosos e o mesmo se há-de dizer das religiosas que gozão de tudo o que levo dito. Nem obsta o dizer-se que os religiosos não podem escolher sepultura como consta do Cap.de sepulturis in 6, porque isto não vale nos cazos de que falo, como se pode ver no mesmo Capitulo.

Se houver Mosteiro da Ordem onde morrer a religiosa e o proprio Mosteiro estiver muito distante, àquelle se deve levar o cadaver para nelle se dar a sepultura, sendo o Mosteiro de religiosos estes lhe devem dar sepultura destinta e bem separada dos seculares, sendo de religiosas estas devem sepultar o cadaver dentro da sua clausura e nunca fora, na Igreja, a qual só pode dar sepultura ao cadaver da religiosa no cazo em que não pode ser nos Mosteiros referidos e dentro da clausura. Alguns Autores duvidão de quem ha de ser o proprio parochio que administra os Sacramentos na hora da morte aos religiosos, que estão fora do Mosteiro. A isto se responde que, estando perto o seu prelado, este o deve fazer ou algum outro religioso por ordem do mesmo prelado. Isto mesmo

se há-de dizer a respeito das religiosas, ou sejam izentas, ou não, porque cada hûas [devem]²⁷ ter os seus prelados a quem estão sujeitas em todo o lugar. Ellas estando fora da clausura sempre tem a mesma sujeição aos seus superiores e ainda os seus corpos dipois de mortos não ficam dispensados desta ley. Nós estamos vendo isto mesmo na pratica que tem as Religioens, nos enterros dos seus religiosos, que os vão buscar onde quer que elles morrem. Pode fazer duvida a respeito do Sacramento da Eucharistia por modo de Viatico se ha de ver da parochia onde assistem e pella mão do parcho, ou se o prelado, ou outro do seu mando, o pode fazer sem mais dependencia. Digo que assim como os religiosos podem levar procissionalmente o cadaver dos seus irmãos sem que o parcho o contradiga, tãobem lhe podem administrar o Sagrado Viatico. O que estamos vendo por vezes he que se pede huma politica licença ao parcho, porem seria melhor para evitar duvidas uzarem os Religiosos neste cazo de levar o Sagrado Viatico sem que seja procissionalmente [?], como se está vendo ainda nos seculares, ou pedindo a tal licença o prelado ou outro religioso que elle determinar, administra-lo. Das religiosas podemos dizer o mesmo pellas rezoens já expostas, isto he no cazo que morrão no lugar ou em Bispado alheo bem se collige ao que fica dito que ha de ser o parcho do lugar. Veja-se a rezão em que se fundão os Autores e com isto dou por concluida a materia deste livro no qual tenho exposto quanto basta para saberem as religiosas o que hão-de observar em rezão do seu estado.

Disse no meio deste capitulo que as religiosas em todo o lugar estão sujeitas aos seus prelados, sejam ou não sejam izentas; porem deve-se isto entender com sua distincção por exemplo: hûa religiosa do Bispado do Porto acha-se esta no Arcebispado de Braga: se a tal religiosa he izenta, pode o seu prelado impor-lhe hua cençura, hum preceito etc., ainda que ella esteja em territorio alheo, porque os Regulares não tem territorio certo e em toda a aparte os podem obrigar os seus prelados, ainda com cençuras, para que obeção. Se porem a religiosa for sujeita ao Ordinario, este lhe não pode por cençura, estando ella em Bispado alheo, porque a jurisdição de por cençuras ainda por modo de sentença, se lemita aos Ordinarios a respeito das pessoas e territorios. Isto não se entende daquellas cençuras que as religiosas tem por ley e estatutos que devião observar estando dentro da clausura. Assim como não estão obrigadas aos dias santos e jejuns do seu Bispado estando fora delle. Menos os que forem da Regra ou Constituição approvada, porque estes os devem observar em toda a parte que se acharem.

Nesta materia não he preciso falar mais, ella tem varios cazos que podem acontecer e como na pratica delles se podem consultar os Doutores, não he justo declarar aqui mais, por não ser da essencia do que levo dito, nem as religiosas por estarem fora da clausura devem viver de modo que

²⁷ Esta palavra encontra-se riscada

seja preciso castiga-las [?] com semelhantes penas de que se serve a Igreja contra os rebeldes e contumazes.

Lembra-me expor neste ultimo capitulo o que succedeo nesta cidade do Porto no presente anno de 1775: achando-se na mesma cidade hũa religiosa Carmelita, do Convento de Guimaraens, do Arcebispado de Braga, gravemente enferma em caza de seus pays e como a doença era de morte, determinou confortar-se com os Sacramentos necessarios para aquella hora. Para isto se deu parte aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, Descalços, desta cidade, os quais vierão em communidade à Igreja de Nossa Senhora da Vitoria e dahi lhe forão administrar o Santissimo Sacramento da Eucharistia, com a licença que para hir procissionalmente deu o senhor Bispo desta cidade. Pedio dipois desta administração a mesma religiosa aos referidos padres que visto ella ser da Ordem do Carmo e estar fora da sua clausura queria ser depositada no claustro das suas Religiosas Reformadas, que tem esta cidade. Affirmaram-me que assim o prometterão, porem dipois, não sei os motivos, não teve effeito a promessa, o que sei de certo he que os Carmelitas Calçados, do Hospicio chamado do Senhor d'Alem, levarão o cadaver da religiosa e lhe derão sepultura na sua pequena mas decente Igreja, como a religiosa que era da sua Ordem, ainda que não era da sua jurisdição. Neste cazo de facto se vê toda a verdade na pratica do que se deve fazer sobre a mesma materia de que trato no presente capitulo, para não cauzar duvida quando succederem as couzas.

Queira Deos que as religiosas pratiquem exactamente toda a doutrina deste breve tratado para darem gloria ao mesmo Senhor como esposas que são de Jezu Christo e para conseguirem o fim ultimo que vierão procurar na Religião. Assim seja.

DOCUMENTO 3

1828, Outubro, 13, Porto.

SUMÁRIO

Contrato da Boticária, Jacinta Carolina, para o Mosteiro de São Bento de Avé Maria.

Fonte: ADP, *Fundo Notarial*, PO 8º, Liv.457, pp. 93vº/94

Contrato entre a Exma. D.Abbadeça, e Religiosas do Real Mosteiro de Sam Bento d'Ave Maria desta cidade e D.Jacintha Carolina de Mattos

Saibão quantos este publico instrumento de contracto, ou como em Direito melhor lugar haja, virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos vinte e oito, aos treze dias do mez de Outubro, nesta cidade do Porto, rua do Calvario, em minha morada, apparecerão presentes partes, a saber: de hũa, o Padre João Jeronimo de Souza, Presbitero do habito de Sam Pedro, morador na rua de Sam Lazaro, freguezia de Santo Ildefonso, em normas e como Procurador da Excelentissima Dona Abbadeça e mais religiosas do governo actual do Real Mosteiro de Sam Bento d'Ave Maria desta cidade, o que per certo pela procuração que apresentou e vai ao deante copeada, e da outra, Caetano Esteves de Figueiredo e Mattos e sua legitima filha Dona Jacintha Carolina de Mattos, solteira, moradores na rua de Santo Ovidio desta mesma cidade e pessoas conhecidas pelas proprias de mim e testemunhas abaixo assinadas de que dou fé; e perante as quaes disse o primeiro outorgante, Padre João Jeronimo de Souza, que suas constituintes, a Exma. Dona Abbadeça e religiosas do Real Mosteiro de Sam Bento d'Ave Maria, estavam contractadas com a Segunda outorgante, Dona Jacintha Carolina de Mattos, authorizada por seu pai Caetano Esteves de Figueiredo e Mattos, de a acceitarem como secular no seu Regio Mosteiro para ali exercer o lugar de Boticaria; porem esta acceitação somente teria lugar de pois da segunda outorgante estar examinada e habil para desempenhar tal occupação e tendo apresentado a respectiva carta de approvação, ao que, satisfeito e recebida que seja no Mosteiro, fica sendo sua principal obrigação manobrar todos quantos remedios forem precisos, não só para as religiosas do mesmo Mosteiro, mas para todas as mais pessoas a quem este tem por obrigação dar remedios e ainda assim para as outras existentes no Mosteiro, mas que os pagarão; bem entendido que todos os haveres resultantes da Botica ficão sendo in solidum do Mosteiro, o qual obrigão suas constituintes dar à segunda outorgante emquanto exercer a dita occupação huma ração diaria e tal como costuma dar-se às religiosas, pois que neste sentido assim fica conciderada (sic), e igualmente hũa cella para viver; e quando passados alguns annos, por seu isolamento e vocação(sic) verdadeira, mostre querer seguir a vida religiosa, suas constituintes se obrigão lançar-lhe o habito percedendo primeiro os votos da Communidade como he estillo; e no cazo de se não dar bem no Mosteiro ou querer deixar a occupação e sahir delle quando secular, será obrigada a manifesta-llo hum anno antes à Exma. Dona Abbadeça e mais religiosas do governo que então existir para ficarem certas da sua rezolução e tomarem as medidas convenientes; e emquanto se conservar no Mosteiro fica particularmente obrigada a vestir-se honestamente e a conduzir-se com a modestia propria do claustro. E cumprindo a Segunda outorgante bem quanto fica expreçado (sic), obrigão-se suas constituintes manter este contracto e contribuir-lhe com a ração inteira de religiosa, a cella para viver, ao que elle, outorgante, obrigão

os bens e rendas do Mosteiro. E que tudo assim acceitou a Segunda outorgante, Dona Jacintha Carolina de Mattos, e com authoridade de seu pai disse se obrigava cumprir exactamente as condições acima declaradas, ao que sujeitava sua pessoa e teres Em testemunho de verdade assim o disserão, outorgarão e de parte a parte acceitarão, de que dou fé e eu, tabellião, acceito por quem tocar auzente e a procuração se segue – A madre Dona Juliana Izabel Garcia, Dona Abbadeça do Real Mosteiro de Sam Bento d'Ave Maria do Porto, e as madres discretas e deputadas do governo delle pella prezente constituimos nosso bastante procurador no feitor deste Mosteiro, o Reverendo senhor Jozé Jeronimo de Souza, para que em nosso nome como se presentes fossemos, possa fazer e assignar a escriptura de admissão da senhora Dona Jacintha Carolina de Mattos, filha de Caetano Esteves de Figueiredo e Mattos e de Dona Ignacia Joaquim Soares, para o lugar de Boticaria, sendo primeiro examinada, de que nos apprezentara carta autentica da sua approvação e será obrigada a manobrar todos os remedios, não só para as religiosas, mas para todas as pessoas existentes dentro do Mosteiro, para aquellas que pagão, cujos lucros serão para o Mosteiro, e por isso receberá hũa ração inteira de religiosa como se o fosse, tendo hũa cella para viver e nos obrigamos passados alguns annos deitar-lhe o habito, se para isto mostrar vocação verdadeira, percedendo(sic) primeiro os votos da Communidade; e se quizer sahir para tomar o estado de casada ou por que se não der bem no convento, será obrigada com hum anno de anticipação a dar parte da sua rezolução e será finalmente obrigada, não só a trajar com honestidade, como a conduzir-se com modestia e segundo a pratica da clauzura, cujas condições aqui estipuladas elle, dito nosso procurador, fará exarar em nota tudo em nosso nome e assignar, para o que lhe concedemos todos os poderes que o Direito nos permite. Real Mosteiro de Sam Bento d'Ave Maria, em dez de Outubro de mil oito centos vinte e oito. Eu Dona Antonia Augusta Pinto da Cunha, escrivã do Mosteiro a subscrevi(sic), sellei e assignei. Dona Juliana Izabel Garcia, Dona Abbadeça, Dona Maria Benedicta, Prioriza, Dona Rita Jose (sic) Subprioriza, Dona Anna Maxima, Deputada, Dona Maria Innocencia, Deputada, Dona Antonia Margarida, Deputada, Dona Anna Matilde, Deputada, Dona Antonia Augusta Pinto da Cunha,. Lugar do sello d'asinar(sic). E não contem mais a dita procuração que aqui copiei, reconheço por verdadeira e vai junta no traslado desta escriptura, sendo testemuhnas presentes João Monteiro da Fonseca, morador na rua da Esperança e Antonio Fortunato Manteiro, çapateiro, morador na rua do Rozario que assignarão com os outorgantes, lida esta por mim, Joze Joaquim de Oliveira, tabellião, proprietario, que escrevi.

João Jeronimo de Souza

D.Jaçinta Carolina de Matos

Caetano Esteves de Figueiredo e Mattos

Antonio Fortunato Monteiro

João Monteiro da Fonseca

DOCUMENTO 4

1887, Janeiro, 14, Porto

SUMÁRIO

Processo de expropriação de parte fronteira do Mosteiro de São Bento de Ave Maria para alargamento do Largo de São Bento.

Fonte: AHMP, *Livro das Expropriações, Propriedade Imobiliária*, nº 5475, pp. 383/395 a .

LARGO DE SÃO BENTO

Expropriação de parte do Convento de São Bento da Ave Maria – para ampliação do largo de São Bento, entre a rua Mousinho da Silveira e o largo dos Congregados.

Possuidoras – as Religiosas professas do dito convento, representadas pela respectiva Madre Abbadessa.

Da parte expropriada ficam ainda as Religiosas gosando uma porção enquanto vivas.

Effectuada a expropriação por transacção judicial de 14 de Janeiro de 1887, como consta da certidão junta.

Vai junta uma copia da planta da parte expropriada.

Da parte expropriada, que ficou no goso das freiras enquanto vivas, tomou a Exma. Camara posse em 8 – 1 – 94: V.Lº 17 de Sentenças

Certidão

Marcos José Maria da Maternidade e Silva, Escrivão vitalicio de segundo officio de Juizo de Direito da Primeira Vara Civel de cidade e comarca do Porto, para Sua Magestade Fidelissima El-Rei que Deus Guarde, etc.

Certifico que em meu poder e cartorio existem uns autos civeis d'acção d'expropriação, em que foi expropriante a Exma. e Meretissima Camara Municipal do Porto e expropriada a Madre Abbadessa do Convento de São Bento da Ave Maria d'esta cidade e de cujos autos me foi pedido e apontado por certidão o seguinte:

Petição a f.2

Excelentissimo Senhor: Diz a excelentissima Camara Municipal do Porto que, por decreto de quinze de Abril de mil oitocentos oitenta e seis, publicado no numero oitenta e sete do Diario do Governo que vae junto, foi declarada de utilidade publica urgente a expropriação, entre outros predios, de uma parte do Convento de São Bento da Ave Maria da mesma cidade, compondo-se essa parte de uma purção edificada na frente da igreja, de pateo de entrada, de um pateo interior e de uma purção da antiga muralha da cidade, tudo ligado e com face para o lado, digo, o largo da Feira de São Bento e rua do Loureiro, com a superficie de mil seiscentos e um metros quadrados, a qual vae designada a tinta carmim na planta junta. Pretende para isso a supplicante que já satisfizes ao preceito do artigo cento e tres numero dez do codigo administrativo, como mostra o documento numero tres, que nos termos das leis de vinte e tres de Julho de mil oitocentos e cinquenta, dezassete de Setembro de mil oitocentos cinquenta e sete e oito de Junho de mil oitocentos cinquenta e nove, seja citada a Madre Abbadessa do dito Convento para a primeira audiencia posterior à citação vir declarar a indemnisação que pretende, a natureza e encargos e mais circumstancias do predio e finalmente para, na falta d'acordo, saber o quantitativo da indemnisação, nomear e ver nomear louvados que hajam de proceder à vistoria para a avaliarem, com declaração de que não comparecendo será a nomeação feita à sua revelia. Pede a Vossa Excelencia se digne mandar que, finda a distribuição, se proceda à citação requerida, intimando-se também o respectivo agente do Ministério Público para os effeitos legais. E receberá mercê Antonio Gonçalves da Costa Guimarães. Despacho. Distribua-se. Porto dezoito de Maio de mil oitocentos oitenta e seis. Vasco Leão.

Decreto a f.3

Ministério do Reino, digo, Ministerio dos Negocios do Reino. Direcção Geral de Administração Publica Civil, segunda repartição. Attendendo ao que me representou a Camara Municipal da cidade do Porto, pedindo que para alargamento do Largo de São Bento, entre a Praça de Dom Pedro e a rua de Mouzinho da Silveira, declare de utilidade publica urgente a expropriação total de quatro predios, sendo um pertencente a Elizabeth Candida Rodrigues Mendes, outro a Jose Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio, outro a Francisco Fructuoso Ayres de Gouveia e outro a Henrique Fernandes de Souza e bem assim a expropriação de uma parte do convento de São Bento da Ave Maria da mesma cidade. Visto o processo preliminar a que se procedeu nos termos da lei, de vinte e tres de Julho de mil oito centos e cincoenta, para averiguação da utilidade publica das expropriações, requeridas, visto o disposto no artigo primeiro da lei de onze de Maio de mil oito centos setenta e dous e conformando-me com o parecer da Junta Consultiva de Obras Publicas e Minas. Hei por bem decretar de utilidade publica urgente as referidas expropriações, designadas a côr carmim nas respectivas plantas parcellares, que com o presente decreto baixam competentemente authenticadas, devendo ser convertidas em inscrições da Junta de Credito Publico e averbadas às religiosas do Convento de São Bento de Ave Maria a quantia em que fôr liquidada a indemnisação respectiva ao mesmo Convento. O Presidente do Concelho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar . Paço, em quinze d'Abril de mil oito centos oitenta e seis. Rei

José Luciano de Castro

Termo a f.38

Termo de transacção na forma abaixo. Aos quatorze dias do mês de Janeiro de mil oito centos oitenta e sete, n'esta cidade do Porto e meu cartorio, compareceram presentes, d'uma parte o solicitador Albano de Miranda Lemos, casado morador na rua da Picaria, na qualidade de procurador da Excelentissima Camara Municipal d'esta cidade do Porto, e da outra, o solicitador Antonio José Pereira Osorio, também casado, morador na rua de Santa Catharina também d'esta cidade, na qualidade de procurador da Abbadessa do Convento de São Bento da Ave Maria d'esta cidade, cujas qualidades fizeram certas pelas procurações que n'este acto apresentaram e que adeante vão juntas, ambas conhecidas pelos proprios, de mim, escrevão, de que dou fé e pelo primeiro comparecente foi dito que a sua constituinte se achava transigida com a constituinte do segundo comparecente acerca da presente acção nos termos seguintes:

Primeiro – Que a constituinte do primeiro comparecente, a Excelentissima Camara Municipal d'esta dita cidade, acceitando a proposta da muito Reverenda madre Abbadessa, constituinte do segundo comparecente, adquire desde já em plena propriedade a parte do Convento marcada na planta a que se refere o decreto de expropriação, a qual parte mede mil seicentos e um metros quadrados e é limitada pela linha a vermelho “ABC” da mesma planta, pela rua do Loureiro e pelos Largos da Feira de São Bento e dos Congregados.

Segundo - Que a dita constituinte dele primeiro comparecente, logo que a transacção seja julgada, tomará immediatamente posse para a entregar ao dominio publico da area que na planta está aguarelada a vermelho, a qual mede seiscentos sessenta e tres metros e cinco decimetros quadrados e é limitada pela linha azul “DEF” da mesma planta pelos Largos e rua referidos.

Terceira – Que a outra parte da superficie expropriada, aguarellada a amarello n'esta ultima planta, apesar de ficar desde já pertencendo ao municipio como acima se disse, continuará no gozo exclusivo do Convento emquanto n'elle viver alguma das tres freiras professas que ali existem actualmente.

Quarta – Que logo que tenham fallecido essas tres freiras, a Excelentissima Camara poderá immediatamente apossar-se da parte expropriada que por esta transacção fica no gozo do Convento, sem que então seja obrigada a indemnisação alguma sobre o que vae disposto nas condições setima e nona.

Quinta – Que a Excelentissima Camara pagará como indemnisação pela aquisição de toda a superficie expropriada, na extensão de mil seis centos e um metros quadrados a, quantia de oito contos e seis centos mil reis, que entrará na Delegação n'esta cidade da Caixa Geral de Depositos logo que passe em julgado a sentença que julga esta transacção.

Sexta – Que alem d'isto, a Excelentissima Camara será obrigada: a) demolir a edificação existente na parte da superficie que tem de entrar desde já no gozo do publico, ficando os materiaes pertencendo ao municipio; b) a vedar provisoriamente com muro de seis metros d'altura a parte que por enquanto fica no gozo do Convento, devendo seguir esse muro a linha azul “DEF” da planta junta aos autos a folhas 37 no prolongamento da fachada, uso arcaria do vestibulo; c) a collocar sobre o dito muro uma empena de madeira revestida de chapa de ferro nos sitios onde se julgar conveniente, principalmente em frente das janelas da construcção interior que fica contigua, para se evitar quanto fôr possivel que estas sejam devassadas da rua; d) a construir n'esse muro um portal de carro que dê acesso à cerca pelo caminho interior que corre paralelamente à viela da

Madeira; e) a construir no arco central do vestibulo uma cancella de ferro que a vede bem e uma grade de ferro com altura de dous metros e revestidas inteiramente de chapa de ferro que vedem os dous arcos lateraes do mesmo vestibulo; f) a fazer as obras necessarias para a habitação da Reverenda Abbadessa, assim a cozinha para o Convento, visto que a habitação d'aquella e a cozinha actuaes são mutiladas pelo corte que tem de fazer-se. Essa obras consistirão, quanto à habitação da Reverenda Prelada, nas divisorias internas de tabique com as respectivas portas necessarias para se formarem duas sellas e um quarto de dormir no interior da parte restante do Convento voltada para o Largo da Feira de São Bento e na restauração de uma cozinha, sala de refeição, que dão para um pateo interior e, quanto à cozinha para o Convento, na restauração e ampliação d'umas cazas situadas no mesmo pateo, deshabitadas actualmente, onde se levantará um forno, se fará o mais que for preciso para que estas cazas fiquem servindo para o fim a que são destinadas .

Setimo – Que todas as obras mencionadas em o numero antecedente serão custeadas pelo municipio e mandadas fazer pela constituinte do primeiro comparecente, a Excelentissima Camara ou pelo Convento, à escolha d'aquela. Se a Excelentissima Camara preferir que taes obras sejam mandadas executar pelo Convento, dará pelo custeio d'ellas unicamente tres contos e quatro centos mil reis e ficará isenta de qualquer responsabilidade quanto às mesmas obras.

Oitavo – Que logo que a Excelentissima Camara se aposse da parte expropriada que fica no gozo do Convento e que na planta junta, a folhas trinta e sete d'estes autos, está aguarelada em amarello, por se ter realizado a única hypothese prevista em o numero quatro, será obrigada a demolir a edificação que nela existir, ficando-lhe pertencendo os materiaes e a acabar parte do Convento não expropriada segundo a linha a vermelho “ABC” da dita planta no prolongamento da parede exterior do claustro do lado poente.

Nono – Que a obras a que se refere este ultimo numero serão tambem pagas pelo municipio mas a Excelentissima Camara fica com inteira liberdade para as mandar fazer ou dar o custo d'ellas a quem fôr proprietario do Convento para elle as mandar realizar. Optando-se por este ultimo meio, o proprietario, digo, o referido proprietario recebera quatro contos de reis, custo orçado das mesmas obras e nada mais poderá exigir; mais foi dito por ambos os comparecentes que estavam d'accordo em que esta sua transacção nos termos retro e supra declarados fosse julgada por sentença, afim de que possa produzir os seus effeitos legais. Assim o disserem e acceitaram de que dou fé e vão assignar comigo depois d'este lhe ser lido por mim, Marcos José Maria da Maternidade e Silva, escrevão, o subscrevi. Albano de Miranda Lemos, Antonio José Pereira Osorio. Tem o sello de quinhentos reis e em [?] estampilha devidamente inutilizada.

Resposta a f.46

Sendo como são legítimas as partes e a transacção requerida regular, entendo que deve ser julgada por sentença desde que se ordene que o dinheiro da expropriação entre na Caixa Geral de Depósitos, para lá ser convertido em inscripções que deverão ser averbadas a favor do Convento e cuja propriedade lhe ficará pertencendo. Porto vinte e cinco de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e sete. Miguel Maria Guimaraes Pestana da Silva.

Despacho a f.46

Feito [?] do preço segundo a transacção de folhas trinta e oito se julgará o respectivo termo. Porto data supra. Vasco Leão.

Conhecimento a f.52

Caixa Geral de Depósitos. Delegação no districto do Porto. Cofre Central. Conhecimento de deposito numero cinco mil quinhentos e noventa - valores representativos a papeis de credito, papel moeda, especies diversas. Total – moeda corrente – ouro – prata – cobre – total: oito contos e seis centos mil – total geral: oito contos seis centos mil. A administração da Caixa Geral de Depósitos faz saber que pela Delegação e Cofre acima declarados em especies constantes do mappa supra deu entrada em data de sete de Outubro de mil oito centos e oitenta e sete o deposito de oito contos e seis centos mil reis, do qual se fez assentamento sob o numero cinco mil quinhentos e noventa a folhas noventa do livro numero vinte e cinco para os assentamentos dos depositos relativos à mesma delegação. Foi depositante a Camara Municipal do Porto à face de uma guia em duplicado assignada por Marcos José Maria da Maternidade e Silva. O deposito foi feito por ordem do Juizo da Primeira Vara do Porto e fica à ordem do mesmo. Proveio d'indemnização e é respectivo ao processo d'expropriação do depositante contra a Madre Abbadessa do Convento de São Bento da Ave Maria do Porto. Tendo-se passado recibo ao depositante em um dos duplicados da guia respectiva, se passa agora o presente conhecimento para servir de titulo definitivo de deposito nos termos e para os effeitos legais. Eu, João R.S. Barahona e Costa, segundo official, subscrevi. Caixa Geral de Depósitos, dezassete de Outubro de mil oitocentos e oitenta e sete. Os administradores: Fernando Luiz de Souza Coutinho, José Joaquim Alves Chaves.

Petição a f.55

Diz a Excelentissima Camara Municipal d'esta cidade que, no processo d'expropriação contra a Abbadessa do Convento de São Bento d'Ave Maria d'esta cidade, depositou a suplicante a quantia de oito contos e seis centos mil reis, preço da indemnização pela parte a expropriar. Requer, pois, se passem editos de dez dias, a citar e chamar quaesquer pessoas que se julguem com direito à parte do predio a expropriar, para assim deduzir ao producto depositado, com a pena de que, não o fazendo, se julgar o mesmo predio livre e desembaraçado, digo, desembargado para a supplicante, pelo que pede a Vossa Excelencia seja servida deferir-lhe e receberá mercê. Como procurador, Albano de Miranda Lemos. Despacho deferido em termos. Porto, quinze de Outubro de mil oito centos e oitenta e sete -Athayde Malafaia.

Sentença a f.56

Em vista dos autos, bem como da resposta do Ministerio Publico, a folhas quarenta e seis, julgo por sentença o termo da transacção de folhas trinta e oito assignada por parte da Excelentissima Camara Municipal d'esta cidade e da Madre Abbadessa do Convento de São Bento da Ave Maria tambem d'esta cidade e para que a mesma produza os devidos effeitos lhe interponho a minha autoridade e decreto judicial, deferindo por esta forma a petição de folhas trinta e quatro e passem-se os competentes editos nos termos da lei, intimada esta sentença para os effeitos competentes. As custas serão pagas pela expropriante. Porto, vinte e dous de Outubro de mil oitocentos e oitenta e sete. Dom Frederico Vaz Guedes de Athayde Malafaia.

Mais certifico e dos mesmos autos consta que a sentença retro e supra transcripta, tendo sido intimada às partes, transitou em julgado.

Mais certifico e dos mesmos autos consta que se passou o respectivo edital e foi affixado à parede do Tribunal de Justiça em São João Novo nos termos da lei e bem assim se publicaram os competentes annuncios dos quaes o seu theor é o seguinte:

Annuncio a f.63

Editos de dez dias – Pelo Juizo de Direito da Primeira Vara Civel da Comarca do Porto e cartorio do escrivão abaixo assignado, correm seus devidos termos uns autos civeis d'acção

d'expropriação, em que é expropriante a Camara Municipal do Porto e expropriada a Camara, digo, a Madre Abbadessa do Convento de São Bento da Ave Maria d'esta cidade e em cujos autos, o requerimento da expropriante, correm editos de dez dias, a contar da publicação do segundo e ultimo annuncio, a citar todos e quaesquer interessados incertos que se julguem com direito à quantia de oito contos e seis centos mil, importancia da indemnização consignada na Caixa Geral de Depositos, pela parte do terreno expropriado do edificio do Convento de São Bento da Ave Maria d'esta cidade, afim de deduzirem o seu direito dentro do referido prazo sob pena do terreno expropriado ser julgado livre e desembaraçado. Porto, vinte e sete de Outubro de mil oito centos e oitenta e sete. O escrivão da primeira vara – Marcos José da Maternidade e Silva. Verifiquei – Athayde Malafaia.

Mais certifico que o annuncio retro e supra transcripto foi publicado duas vezes no jornal que n'esta cidade se publica com o titulo de "A Provincia", sendo o primeiro no jornal numero duzentos quarenta e sete, do dia trinta e um de Outubro do corrente anno de mil oito centos e oitenta e sete, e o segundo no jornal numero duzentos quarenta e seis correspondente ao dia vinte e nove de Outubro do mesmo anno²⁸, e bem assim foi tambem publicado duas vezes no Diario do Governo, sendo a primeira no Diario numero duzentos quarenta e seis correspondente ao dia dous de Novembro do corrente anno, e a segunda no Diario numero duzentos quarenta e sete correspondente ao dia tres do referido mês e anno.

Petição a f.72

Diz a Excelentissima Camara Municipal do Porto que na acção de expropriação com a Madre Abbadessa do Convento de São Bento da Ave Maria d'esta cidade acham-se publicados os editos por onde foram citadas todas e quaesquer pessoas que se julgassem com direito à quantia de oito contos e seis centos mil reis, preço da propriedade expropriada que se acha consignada na Caixa Geral de Depositos, os quaes editos já terminaram e por isso pretende a supplicante que junte esta aos autos e venham conclusos para se julgar o terreno expropriado livre e desembaraçado e se mandar entregar à supplicante. E assim pede a Vossa Excelencia que junte esta aos autos conclusos para se deferir. E receberá mercê. Como procurador: Albano de Miranda Lemos. Despacho deferido em termos. Porto, dezasseis de Novembro de mil oito centos e oitenta e sete. Athayde Malafaia.

²⁸ Há aqui uma inversão de datas. Cronologicamente estão invertidas

Sentença f.73

Visto que se depositou o preço da expropriação d'uma parte do Convento de São Bento da Ave Maria na forma constante da planta junta a folhas sete e athendendo a que se passaram os competentes editaes, não havendo reclamação alguma, julgo livre e desembaraçada aquella parte expropriada para a Excelentissima Camara Municipal d'esta cidade, a quem a adjudico nos termos da transacção de folhas trinta e oito já julgada por sentença a folhas cincoenta e seis e mando que ao seu produto em deposito se dê o destino indicado no respectivo decreto publicado no Diario do Governo a folhas tres. As custas accrescidas serão pagas pela expropriante. Porto, dezasseis de Novembro de mil oito centos oitenta e sete. Dom Frederico Vaz Guedes d'Athayde Malafaia.

Outro sim certifico e dos referidos autos mais consta que a sentença retro e supra transcripta, tendo sido intimadas às partes, transitou em julgado.

Nada mais se continha e declarava em as mencionadas peças a mais que retro e supra fica transcripto de que o que dito e é aqui se faz menção que eu, escrivão, no principio d'esta declarado para aqui fiz passar por certidão bem e na verdade e nos proprios autos me reputo em meu poder e cartorio. Dada e passada n'esta cidade e comarca do Porto. Aos vinte e nove dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos oitenta e sete. Eu, Marcos José Maria da Maternidade e Silva.

[?]	1 620	Marcos José da Silva
Narrativa	320	[?]
	3 000	Marcos José Maria da Maternidade e Silva
Pelo treslado	1 030	
	3 030 ²⁹	
Conta	0 110	
Total	3 140	
Tres mil cento e quarenta reis		

²⁹ Se é soma, está mal efectuada; alguém pagou a menos.

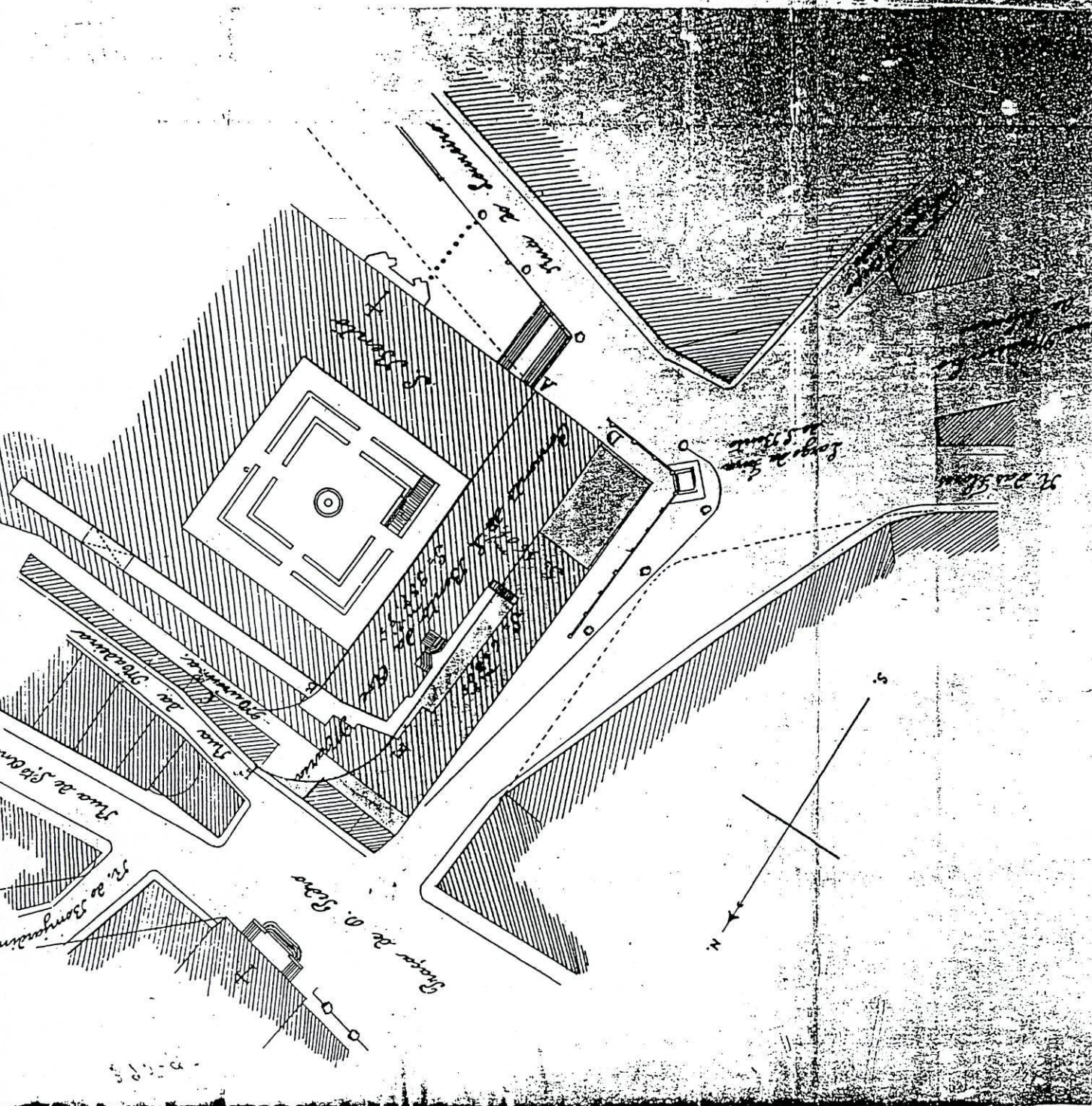
O contador

Miguel Teixeira de Lencastre

[?]

Marcos José da Silva³⁰

³⁰ Pensamos ser este o nome, por comparação com outras assinaturas do mesmo personagem



DOCUMENTO 5

1893, Maio, 25, Porto

SUMÁRIO

Inventário do recheio do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto efectuado na presença das seguintes personalidades e em 27 de Setembro de 1892:

Dr. Júlio Xavier Oliveira Barros – administrador substituto do Bairro Oirental da cidade;

Adelaide Angelina Teixeira de Carvalho Cardoso – secular residente no Mosteiro e sua última escritã;

Pe. Francisco Soares da Cunha – ex-procurador do Mosteiro e representante do Prelado da Diocese;

Pedro Leite de Mello e Alvim – funcionário da Fazenda do distrito do Porto.

E ainda dos a seguir nomeados cidadãos da cidade, como louvados para as avaliações:

Manoel Rodrigues Teixeira – ourives;

Júlio Rodrigues Machado – paramenteiro;

António Souza Viseu – marceneiro.

Fonte: ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Processo de Extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, Cx.2036, Capilha11.*

	Avaliação	Arrematação
1 – 1 cadeira de pau preto com estofado de seda da Índia e pregaria amarela	13 500 rs	-----
2 – 1 cadeira de pau preto com estofado de veludo e pregaria amarela	6 000 rs	6 800 rs
3 – 10 cadeiras de pau preto a 600 rs cada	6 000 rs	8 100 rs
4 - 1 sofá de mogno	2 500 rs	3 000 rs
5 - 2 cadeiras de castanho com algum uso a 250 rs cada	500 rs	600 rs
6 - 1 canapé de madeira de fora	2 500 rs	2 600 rs
7 – 7 cadeiras de pau com encosto próprias para jardim a 200 rs cada	1 400 rs	2 500 rs
8 - 1 cadeira de couro muito usada	200 rs	250 rs
9 - 2 cadeiras com assentos de pau	300 rs	380 rs
10 – 8 cadeiras de pau preto a 800 rs cada	6 400 rs	9 500 rs
11 – 9 cadeiras de pau preto a 1 500 rs cada	13 500 rs	18 000 rs
12 - 10 cadeiras vernizadas de preto a 600 rs cada	6 000 rs	8 100 rs
13 – 4 mesas redondas de madeira de fora	5 000 rs	5 050 rs
14 – 3 mesas de madeira de fora a 900 rs cada	2 700 rs	2 900 rs
15 – 2 mesas de madeira de fora	2 300 rs	3 500 rs
16 – 1 mesa pintada	600 rs	610 rs
17 - 4 bancos de castanho a 300 rs cada	1 200 rs	2 800 rs
18 – 10 bancos de diferentes tamanhos	1000 rs	1 500 rs
19 – 1 piano muito usado	4 500 rs	4 550 rs
20 - 1 piano antigo	30 000 rs	30 100 rs
21 - 2 mesas redondas vernizadas em preto	800 rs	850 rs
22 – 10 cadeiras vernizadas em preto a 500 rs cada	5 000 rs	5 050rs
23 – 12 cadeiras de mogno a 800 rs cada	9 600 rs	9 650 rs
24 – 2 mesas de mogno a 1 500 rs cada	3 000 rs	3 600 rs
25 – 8 cadeiras de pau caixão a 800 rs cada	6 400 rs	6 500 rs
26 - 2 mesas de mogno	1 300 rs	1 350 rs
27 – 7 cadeiras de pau preto a 1 500 rs cada	10 500 rs	19 050 rs
28 – 6 cadeiras de pau óleo a 700 rs cada	4 200 rs	6 050 rs
29 – 1 mesa de pau preto	3 000 rs	6 200 rs
30 – 1 mesa pequena de pau preto	3 000 rs	6 100 rs
31 – 1 mesa de pau caixão	1 200 rs	1 600 rs
32 – 1 pequena estante de pinho muito usada	200 rs	220 rs
33 - 1 mesa de pau caixão	1 200 rs	2 550 rs

34 - 1 banco com palhinha	200 rs	400 rs
35 - 2 mesas de pau preto	12 000 rs	12 150 rs
36 - 1 mesa de pau preto para costura	2 000 rs	3 800 rs
37 - 1 comoda de pau preto	25 000 rs	25 100 rs
38 - 1 mesa de pau caixão	1 000 rs	1 020 rs
39 - meia comoda de pau caixão	1 500 rs	4 200 rs
40 - 1 mesa de castanho com 2 gavetas	600 rs	620 rs
41 - 4 cadeiras de pau caixão a 300 rs cada	1 200 rs	1 550 rs
42 - 1 pequena banca de madeira	100 rs	140 rs
43 - 1 armario de madeira de fora	1 000 rs	4 200 rs
44 - 3 caixas grandes: 1 de pinho e 2 de pau caixão	1 100 rs	2 600 rs
45 - 2 mesas de pinho e 4 cadeiras tudo muito usado	150 rs	240 rs
46 - 1 cadeira e 1 banco com palhinha muito usados	050 rs	180 rs
47 - 3 bancos grandes de pinho	100 rs	120 rs
48 - 1 santuario de castanho	200 rs	700 rs
49 - 1 armario de castanho	600 rs	2 200 rs
50 - 2 caixas: 1 de pinho e 1 de castanho	1 200 rs	1 250 rs
51 - 3 bancos de castanho muito usados	500 rs	750 rs
52 - 2 mesas de pinho muito usadas	200 rs	400 rs
53 - 1 comoda de pau caixão	7 000 rs	12 950 rs
54 - 1 comoda de madeira de fora	13 500 rs	45 000 rs
55 - 1 pequena comoda de pau caixão	1 500 rs	4 150 rs
56 - 1 santuario de pau preto	5 000 rs	10 600 rs
57 - 1 santuario de madeira de fora com muito uso	200 rs	600 rs
58 - 9 cadeiras todas diferentes	1 600 rs	4 600 rs
59 - 1 caixa de madeira de fora	800 rs	3 450 rs
60 - 9 cadeiras todas diferentes	300 rs	850 rs
61 - 17 peças de cobre: 14 bacias, 1 tacho, 1 caldeira e 1 sertã tudo com o peso de 73 kg a 170 rs cada kg	11 680 rs	20 500 rs
62 - 28 caixões de diferentes tamanhos e entre eles 2 cofres com guarnições de ferro	2 500 rs	5 150 rs
63 - 1 carro de mão, 1 regador, 2 tesouras, 1 fouchinha, 1 podoa, 2 gadanhos de ferro, 1 ancinho, 1 mangoal, 1 rodo, 2 enxofradeiras, 1 sacho, 1 enxada	2 000 rs	3 500 rs
64 - 1 tacho de ferro, 1 bacia de latão	300 rs	850 rs
65 - 2 maceiras, 2 pas, 37 peneiras, 1 peneiro grande	1 600 rs	1 800 rs

66 - balanças grandes de pau com ganchos de ferro, balanças de folha, 8 medidas diferentes	2 100 rs	3 000 rs
67 - 26 tabuleiros de pau com diferentes tamanhos	2 600 rs	2 800 rs
68 - 7 tabuleiros de charão a 500 rs cada	3 500 rs	11 000 rs
69 - 6 tabuleiros de charão a 300 rs cada	1 800 rs	6 200 rs
70 - 6 tabuleiros de charão de diferentes tamanhos	1 200 rs	5 000 rs
71 - 12 tabuleiros diferentes	500 rs	2 000 rs
72 - 17 travessas de louça fina de diferentes tamanhos a 200 rs cada	3 400 rs	4 200 rs
73 - 1 terrina de louça fina	500 rs	1 000 rs
74 - 7 pratos cobertos	1 900 rs	3 200 rs
75 - 46 pratos de louça fina a 60 rs cada	2 760 rs	4 100 rs
76 - 12 pratos de louça fina a 50 rs cada	600 rs	3 000 rs
77 - 3 fruteiras de louça e 1 terrina branca	360 rs	1 000 rs
78 - 17 pratos redondos a 200 rs cada	3 400 rs	7 000 rs
79 - 3 bules de louça preta, 1 bule e 1 cafeteira de louça prateada, 1 bule de louça fina, 1 açucareiro, 12 chicanas e os respectivos pires	5 000 rs	16 000 rs
80 - 1 bilha de louça, 2 canecas, 1 bacia e jarro de vidro coado, 2 travessas de vidro, 1 compoteira, 1 caneca de vidro	2 100 rs	4 900 rs
81- 11 copos grandes, 10 copos pequenos, 14 calices, 5 garrafas para água, 1 garrafa pequena e 4 frascos diferentes	4 000 rs	6 500 rs
82 - 26 castiçais de vidro e 3 bicheiros	1 060 rs	4 500 rs
83 - 21 salvas de vidro a 50 rs cada	1 050 rs	3 600 rs
84 - 38 aparadeiras de vidro, 9 purificadores de vidro, 7 vidros diferentes para lâmpadas, 1 calice de vidro	1 340 rs	3 000 rs
85 - 3 jarras do Japão	6 000 rs	
86 - 2 talhas pequenas sem tampa, de louça da Índia	30 000 rs	
87 - 48 jarras de louça grossa	960 rs	5 300 rs
88 - 18 jarras de louça grossa	360 rs	1 800 rs
89 - 24 jarras de louça grossa	720 rs	2 650 rs
90 - 36 jarras de louça grossa	1 440 rs	4 200 rs
91 - 30 jarras de louça grossa	2 000 rs	5 100 rs
92 - 18 jarras de louça fina	1 800 rs	7 600 rs
93 - 30 jarras de louça fina	3 000 rs	7 300 rs
94 - 24 jarras de louça fina	2 400 rs	8 300 rs
95 - 30 jarras de louça fina	3 000 rs	8 300 rs
96 - 40 jarras de louça fina	2 000 rs	8 000 rs

97 – 36 castiçais de diferentes tamanhos de folha de estanho	2 720 rs	7 000 rs
98 – 10 espevitadeiras de metal, 4 pratos, 5 amarelas de metal para 3 lumes e 15 de um só lume	1 250 rs	4 900 rs
99 – 4 candeeiros de folha dourada com reflectores de vidro de espelho de 3 bicheiros cada	800 rs	4 000 rs
100 – 52 lampiões diferentes	1 560 rs	4 500 rs
101 – 48 aparadeiras de folha, 4 candeeiros de folha, 1 candeeiro de pau com 3 bicheiros de folha, 34 objectos de folha para lamparinas	400 rs	420 rs
102 – 7 lampiões de vidro	500 rs	1 750 rs
103 – 30 lanternas	300 rs	950 rs
104 – 3 escadas grandes	1 600 rs	1 800 rs
105 – 3 escadas dobradas	1 500 rs	2 000 rs
106 – 5 escadas pequenas	300 rs	350 rs
107 – 8 bancos diferentes	400 rs	800 rs
108 – 1 armario de madeira de fora	1 200 rs	6 700 rs
109 – 3 quadros a oleo com “O Encontro”, “O Senhor Morto” e “O Senhor Morto na Cruz”	2 400 rs	23 200 rs
110 – 2 quadros em tela: “A Anunciação” e “São Bento”	2 000 rs	9 100 rs
111 – 1 pequeno quadro com pintura em cobre: “A Anunciação”	3 000 rs	13 600 rs
112 – 3 pequenos quadros com pintura, 2 em vidro e 1 em madeira	1 500 rs	7 000 rs
113 – 2 quadros com pintura em tela: “São Joaquim” e “Santo Antonio”	800 rs	7 100 rs
114 – 1 quadro com pintura em tela – “Nossa Senhora dos Martires, com Menino”	1 500 rs	10 000 rs
115 – 4 quadros com pintura em tela: “Santa Rosa”, “O Bom Pastor”, “São João” e “Santa Veronica”	400 rs	3 700 rs
116 – Pinturas a oleo: “São Bento”, “Senhora da Piedade” e 1 Cruz representando Cristo	1 000 rs	3 500 rs
117 – Pinturas a oleo: “A Anunciação”, Desposorio de Nossa Senhora” e o “Santissimo.Sacramento”	3000 rs	4 200 rs
118 – “São Bento”, “Senhor Preso”, “São Bento e 1 cruz com o Senhor Crucificado, tudo pinturas a oleo	300 rs	1 800 rs
119 – “Sagrada Família”, “Senhor no Horto”, “Senhor dos Passos”, “Ressurreição”, “Cruz com a Senhora.da Ajuda”, “Cruz com Cristo e Senhora. das Dores” – tudo pinturas a oleo	1 500 rs	8 400 rs
120 – 3 pequenos quadros: 2 pinturas em tela e uma em cobre (“Senhor. Preso”, “Ecce Homo” e Nossa Senhora com Menino”)	2 500 rs	15 000 rs

121 – “Santa Gertrudes”, Nossa Senhora com Menino”, “São Bento”, “Nossa Senhora do Rosario”, “Descida Espirito Santo” – oleos	3 000 rs	16 700 rs
122 – “Nossa Senhora”, “São Miguel”, “Santo Antonio”, “Ecce Homo”, “Nossa Senhora”, “São João”, “Nossa Senhora com Menino”, “Senhor Coroado de Espinhos” – oleos	2 500 rs	13 000 rs
123 – “São Bento” e “Senhor dos Passos” – oleos	400 rs	500 rs
124 – “O Encontro”, “Sagrada Veronica” – oleos	2 000 rs	10 300 rs
125 – “Baptismo de Cristo”, Nossa Senhora do Rosario”, “Assumpção de Nossa Senhora”, “Santo António”, “Senhor a caminho para o Calvario”, “Nossa Senhora com Menino”	2 500 rs	15 100 rs
126 – “Anjo São Miguel” – oleo	800 rs	3 900 rs
127 – 7 quadros: 5 em tela, 2 em vidro: “Senhor Preso”, “Senhor Crucificado”, “Senhor dos Passos”, “Nossa Senhora das Dores”, “Senhor Preso”, “Senhor Crucificado”, “São Jerónimo”	2 000 rs	8 000 rs
128 – 4 cruzeiros com a imagem de Cristo – pinturas a oleo	400 rs	600 rs
129 – 1 grande quadro com moldura de talha – “Assumpção”	3 000 rs	4 500rs
130 – 4 pinturas em tela	800 rs	1 350 rs
131 – 7 pinturas em tela	700 rs	1 700 rs
132 – 1 grande quadro em tela – “São Bernardo”	2 000 rs	3 000 rs
133 – 3 quadros: “São Bernardo”, “Santa Virgem”, “São Jeronimo” – telas	1 500 rs	4 250 rs
134 – 3 pequenos quadros pintados em vidro: “Santo Antonio”, “São Francisco de Assis”, “Nossa Senhora da Soledade”	3 000 rs	15 000 rs
135 – 4 quadros: “São Bento nas Silvas”, “São João”, “São Bento”, “Nossa Senhora” – telas	1 600 rs	3 100 rs
136 – 3 cruzeiros de madeira, 1 tela com o Senhor Crucificado e Nossa Senhora	300 rs	600 rs
137 – 6 cadeiras: 4 de pau prteto e 2 de cerejeira	2 400 rs	8 000 rs
138 – 1 mesa grande de castanho	1 000 rs	1 450 rs
139 – 1 lotede cadeiras e bancos (17 peças muito usadas)	800 rs	2 900 rs
140 – 13 bancos pintados	600 rs	1 300 rs
141 – 5 tapetes: 2 persas e 3 de arraiolos	22 500 rs	
142 – 4 tapetes diferentes	1 500 rs	4 200 rs
143 – 5 tapetes diferentes	2 500 rs	10 300 rs
144 – 7 pequenos tapetes diferentes	1 800 rs	7 650 rs
145 – 3 esteiras grandes e de diferentes tiras	500 rs	3 100 rs
146 – 1 bau de couro	400 rs	1 850 rs
147 – 1 pequena mesa de pau preto	1 000 rs	2 600 rs

148 – 1 pequeno santuario de madeira de fora	1 000 rs	4 5000 rs
149 – 1 santuario grande de castanho	600 rs	5 000 rs
150 – 2 espelhos com moldura de talha dourada	5 000 rs	28 000 rs
151 – 1 oratorio de talha dourada, 1 relicario, cupula e pedestal	2 000 rs	16 700 rs
152 – 3 persianas	600 rs	700 rs
153 – 1 caldeirinha antiga de prata lavrada com o peso de 450 g	12 500 rs	
154 – 1 alfinete de prata com pedras de cor (imitação) (500 rs), 1 broche de prata de cravação com vidros de cristal lapidado(2 500 rs), 2 fragmentos de pulseira de prata um com 10 esmeraldas e outro com 8 e 1 diamante (15 000 rs)	18 000 rs	
155 – 2 brincos de prata com diamantes (6 000 rs), 3 fragmentos de pulseira de ouro com esmeraldas (3 000 rs), 2 alfinetes de ouro com alguns diamantes e vidros de cristal (3 000 rs)	12 000 rs	
156 – 4 castiçais grandes de prata lavrada com 6 630 g a 27 rs/g	179 010 rs	230 000 rs
157 – 1 turíbulo e naveta com colher, em prata com 1 450 g a 27 rs/g	39 150 rs	
158 – 2 castiçais de prata com pe marcados A.B. com 735 g a 27 rs/g	19 845 rs	25 600 rs
159 – 1 lâmpada de prata lavrada com 4 150 g a 27 rs/g	112 050 rs	120 400 rs
160 – 1 lâmpada de prata lavrada com 2 800 g a 27 rs/g	56 160 rs	60 500 rs
161 – 4 castiçais de prata de coluna com 1 055 g a 27 rs/g	28 485 rs	40 700 rs
162 – 1 salva de prata lavrada com 645 g a 27 rs/g	17 415 rs	26 300 rs
163 – 2 bordões de prata, 1 deles com 1 açucena de prata e com o peso de 570 g a 27 rs/g	15 390 rs	20 000 rs
164 – 1 lâmpada de prata lavrada com o peso de 4 030 g a 27 rs/g	108 810 rs	120 500 rs
165 – 1 pixide de prata lavrada com algumas pedras e com o peso de 190 g a 27 rs/g	5 130 rs	
166 – 1 resplendor de prata lavrada com pedras falsas, com o peso de 860 g a 27 rs/g	23 220 rs	30 000 rs
167 – 1 vaso de prata para agua com o peso de 540g a 27 rs/g	14 580 rs	16 600 rs
168 – 1 pequeno balde de prata com o peso de 310 g a 27 rs/g	8 370 rs	10 000 rs
169 – 1 pixide de prata dourada (no interior) com o peso de 75 g a 27 rs/g	2 025 rs	
170 – 2 pequenas taças e pires de prata com o peso de 300 g a 27 rs/g	8 100 rs	15 100 rs
171 – 1 cruz e 1 cordão de prata dourada com 90 g a 27 rs/g	2 430 rs	4 100 rs
172 – 1 anel de ouro com pedras falsas	1 000 rs	5 000 rs
173 – 1 baculo de prata de uso das abadessas com o pseo de 1 060 g a 27 rs/g	28 620 rs	35 500 rs

174 – 2 resplendores de prata com perdas falsas e com peso de 400 g a 27 rs/g	10 800 rs	12 500 rs
175 – 3 diademas de prata de raios com o peso de 90 g a 27 rs/g	2 430 rs	3 300 rs
176 - 1 pequeno quadro pintado em cobre com caixilho de prata com o peso de 30 g	2 000 rs	7 400 rs
177 – 1 quadro com a “Senhora da Piedade”, em cobre, com caixilho de prata lavrada com 470 g	15 690 rs	73 300 rs
178 – 2 serpentinas de metal, prateadas	3 000 rs	18 300 rs
179 – 4 castiçais de metal, prateados	2 000 rs	8 000 rs
180 - 1 par de castiçais de casquinha lavrada	500 rs	2 550 rs
181 – 3 castiçais de metal prateado (1 diferente dos outros 2)	500 rs	1 600 rs
182 – 1 pequena cruz contornada com prata, com imagem de Cristo também de prata	700 rs	5 100 rs
183 – 1 vaso de prata sem tampa para agua (dourado no interior) com 450 g de peso a 27 rs/g	12 150 rs	
184 – pequenas balanças de prata com o peso de 20 g a 27 rs/g	540 rs	1 400 rs
185 – 1 pequeno bordão de prata com o peso de 20 g a 27 rs/g	540 rs	600 rs
186 – 2 chaves de prata dourada (sacratio) com 90 g a 27 rs/g	2 430 rs	
187 – 1 salva de prata com 135 g a 27 rs/g	3 645 rs	4 600 rs
188 – 2 aneis de ouro com diamantes	5 000 rs	15 500 rs
189 – 1 broche de ouro com diamantes	4 500 rs	15 600 rs
190 – 2 alfinetes de ouro com 2 diamantes	2 800 rs	8 700 rs
191 – 6 aneis muito pequenos: 4 de ouro e 2 de prata	1 200 rs	3 800 rs
192 – 4 alfinetes de prata com pedras falsas (400 rs), 3 fios d'aljafares com o peso de 25 g a 500 rs/g (12 500 rs)	12 900 rs	15 600 rs
193 – 2 rosarios de aljafares com contas e 2 cruces de ouro de 402 g	15 000 rs	31 200 rs
194 – 4 botões de ouro com esmeraldas, com 800 g	5 000 rs	9 600 rs
195 – 1 anel de ouro com 17 brilhantes	15 000 rs	70 500 rs
196 – 2 fios d'aljafares (22 g), 3 fios de coral, 1 flor d'aljafares, 1 par de brincos e 1 broche de prata com pedras falsas, 1 estrela e 1 cruz de pedra branca sem valor	8 100 rs	15 300 rs
197 – 2 alfinetes de uso, 1 pequeno anel e 1 alfinete de prata com pedras falsas	3 000 rs	7 000 rs
198 – 1 turibulo, 1 naveta e caldeira com hissope, tudo de latão	1 500 rs	
199 – 8 galhetas, 4 pratos, 1 vaso para agua, tudo de estanho	1 000 rs	
200 – 1 par de castiçais de casquinha	2 000 rs	9 100 rs

201 – 1 par de castiçais de metal prateado	1 500 rs	7 000 rs
202 – 6 castiçais de casquinha	2 000 rs	8 100 rs
203 – 2 pares de castiçais de metal prateado	700 rs	2 700 rs
204 – 1 par de castiçais de latão	200 rs	900 rs
205 – 1 caixa com: 1 hissope, 1 diadema quebrado, 1 lança, 1 batuta, tudo de prata; 1 batuta de pau preto com ponta de prata, 1 resplendor de prata dourada, 1 diadema de prata, 1 açucena e diversos fragmentos de prata, tudo com o peso de 470 g a 26 rs/g	12 220 rs	15 500 rs
206 – 1 âmbula de prata que não foi pesada por conter os Santos Oleos	1 200 rs	
207 – 36 jarras de louça	800 rs	3 300 rs
208 – 14 jarras de louça	800 rs	4 900 rs
209 – 7 estantes pequenas	500 rs	1 400 rs
210 – 1 par de serafins com 2 andarelas para 1 lume	2 500 rs	13 000 rs
211 – 1 par de serafins com 2 bicheiros	2 000 rs	11 100 rs
212 – 1 par de serafins com 2 bicheiros em metal	3 000 rs	19 100 rs
213 – 3 colunas douradas com bicheiros	2 000 rs	12 000 rs
214 – 4 castiçais de talha dourada	2 000 rs	13 100 rs
215 – 12 castiçais de talha dourada	3 600 rs	33 700 rs
216 - 6 castiçais de madeira pintada	200 rs	2 700 rs
217 – 4 jarras madeira pintada, 4 jarras de madeira prateada, 14 pinhas de madeira dourada e 3 pequenas peças de madeira dourada com alguma talha	700 rs	7 600 rs
218 – 2 pedestais com alguma talha dourada	500 rs	1 700 rs
219 – 1 tarima de talha dourada	2 500 rs	15 500 rs
220 – 1 mesa de talha dourada	2 500 rs	35 500 rs
221 - 1 mesa de talha dourada	1 000 rs	22 500 rs
222 - 19 tocheiros de madeira pintada	800 rs	4 1000 rs
223 - 7 estantes de musica e 9 colunas de madeira com bicheiros	1 500 rs	4 700 rs
224 - 120 galerias diferentes, de madeira e 20 pedestais	1 500 rs	4 700 rs
225 - 5 grades de madeira e 1 biombo	200 rs	1 100 rs
226 - 2 grades de ferro e outra mais pequena com rede de arame	300 rs	2 800 rs
227 - 32 lampiões	300 rs	2 500 rs
228 - 20 gravuras	400 rs	2 800 rs
229 - 8 lâminas de vidro de espelho e diversas peças de metal amarelo	200 rs	2 000 rs
230 - 6 pratos, 1 taça, 1 chicara sem pires	300 rs	3 300 rs
231 - 4 armarios diferentes	400 rs	1 850 rs

232 - 4 armarios diferentes de pau caixão	500 rs	3 000 rs
233 - 7 tabuleiros de pau	200 rs	600 rs
234 - 4 armarios diferentes em mau estado	300 rs	800 rs
235 - 4 armarios diferentes em mau estado	300 rs	500 rs
236 - 1 lote de diferentes madeiras das mesas do refeitório	2 000 rs	2 100 rs
237 - 1 lote de diferentes madeiras velhas	500 rs	560 rs

PARAMENTOS *(esta rubrica só possui valores de avaliação, já que os objectos em causa foram entregues às autoridades eclesíásticas)*

	Avaliação	Arrematação
238 - 1 casula de damasco encarnado com galões d'ouro, estola e manipulo	6 000 rs	
239 - 1 casula de damasco encarnado com estola e manipulo, muito usado	2 000 rs	
240 - 1 casula de damasco encarnado com estola e manipulo	1 500 rs	
241 - 1 casula de damasco encarnado com estola e manipulo	1 500 rs	
242 - 2 dalmaticas de damasco encarnado com estola e 2 manipulos	500 rs	
243 - 1 pluvial de damasco encarnado com galão falso - usada	2 500 rs	
244 - 1 pluvial de damasco branco com galão fino - usada	2 500 rs	
245 - 1 pluvial de damasco branco e estola bordada a matiz	8 000 rs	
246 - 1 palio de damasco com ramos d'ouro (6 varas)	30 000 rs	
247 - 1 palio de seda lavrada com ramos a matiz e franja d'ouro	18 000 rs	
248 - 2 dalmaticas de damasco verde com estola e 2 manípulos	5 000 rs	
249 - 1 casula de damasco verde com estola e 1 manipulo	1 500 rs	
250 - 1 pano de damasco verde para estante	1 000 rs	
251 - 1 veu de seda verde lavrada	600 rs	
252 - 1 pano de damasco branco de pulpito	2 600 rs	
253 - 1 pano de damasco branco de pulpito	2 600 rs	
254 - 2 panos de damasco encarnado de pulpito	5 200 rs	
255 - 2 estolas brancas com tecido a matiz	800 rs	
256 - 1 pavilhão de seda branca bordada a matiz (composto por 4 peças)		
- usadas	2 500 rs	
257 - 2 panos de pulpito de seda roxa	5 200 rs	
258 - 1 casula com estola e manípulo, 1 veu de calice e bolsa de corporais, tudo de cetim vermelho com lavor branco	4 500 rs	

259 - 1 estandarte de damasco roxo e 2 borlas d'ouro com cordões	3 000 rs
260 - 1 palio de damasco roxo com galões falsos (6 varas)	4 500 rs
261 - 16 borlas d'ouro	12 800 rs
262 - 1 pavilhão de sacrario de cetim com ramos de cor (composto por 3 peças)	2 500 rs
263 - 4 peças de damasco para ornamentar a Igreja	5 600 rs
264 - 2 cortinas de seda branca lavrada com ramos de cor e galões falsos	4 500 rs
265 - 1 docel de gorgorão branco com ramos de matiz	3 000 rs
266 - 1 frontal pequeno de gorgorão branco com ramos de matiz	1 500 rs
267 - 4 borlas d'ouro das dalmaticas	3 200 rs
268 - 1 pano de veludo preto muito usado	1 000 rs
269 - 5 peças de seda preta lavrada para ornamentar a Igreja	2 000 rs
270 - 1 frontal de veludilho preto	1 500 rs
271 - 3 estolões de veludilho preto	2 000 rs
272 - 4 peças de damasco branco com ramos e franja d'ouro para armação da Igreja	30 000 rs
273 - 3 bolsas pretas de corporais, muito usadas	100 rs
274 - 2 bolsas encarnadas de corporais com galões finos	500 rs
275 - 3 bolsas verdes de corporais com galões falsos	300 rs
276 - 5 bolsas brancas de corporais com galões finos	1 600 rs
277 - 1 bolsa de seda roxa de corporais com algum uso	100 rs
278 - 1 estola e manipulo de veludo preto	1 200 rs
279 - 1 retalho de damasco branco com ramos d'ouro (1,20m de comprido)	3 500 rs
280 - 2 panos de baeta preta, muito usados	500 rs
281 - 9 almofadas de seda de servir na Igreja	2 700 rs
282 - 2 cortinas de gaze (lô) com tecido de ouro falso	1 200 rs
283 - 1 peça de pavilhão de damasco branco com galões	500 rs
284 - 1 peça de seda branca com ramos de matiz para uso do ministro	500 rs
285 - 2 panos pretos com franja de torçal amarelo de cobrir almofadas	100 rs
286 - 1 pequeno frontal de seda branca com ramos estampados	1 000 rs
287 - 1 frontal de seda encarnada com lhama de prata	300 rs
288 - 1 docel de "moiree" branco	400 rs
289 - 1 peça de cetim azul com galão falso, de uso do ministro	600 rs
290 - 1 peça de seda com ramos de matiz e com galões falsos	400 rs
291 - 1 peça de seda com ramos roxos	300 rs
292 - 10 panos diferentes de colocar nas imagens	1 500 rs

293 - 7 veus de diferentes cores para o calice	400 rs
294 - 10 cortinas de seda: 9 vermelhas e 1 cinzenta	3 000 rs
295 - 3 batinas de pano do uso do sacristão e dos meninos do coro	3 000 rs
296 - 2 abraçadeiras de cortinas, de galão dourado fino	500 rs
297 - 3 alvas de linho com renda de ponto de no	5 400 rs
298 - 25 alvas de linho	12 500 rs
299 - 15 cotas com rendas	3 900 rs
300 - 8 sobrepelizes de linho	3 200 rs
301 - 22 toalhas de linho dos altares da Igreja	6 600 rs
302 - 9 toalhas das credencias	2 700 rs
303 - 1 umbela	3 500 rs
304 - 29 toalhas para comunhão e outros misteres	5 800 rs
305 - 6 toalhas de sacristia	1 200 rs
306 - 4 toalhas de altar-mor	1 600 rs
307 - 4 forros de altar	1 200 rs
308 - 7 cordões d'alvas	700 rs
309 - 8 toalhas de mãos	1 600 rs
310 - 20 "amietos"	1 500 rs
311 - 21 "manisterios"	800 rs
312 - 26 corporais de linho e renda e 46 palas	7 800 rs
313 - 16 "ficholas"	800 rs
314 - 30 "sanguinhos"	1 000 rs
315 - 30 toalhas pequenas de altar	3 000 rs
316 - 1 docel de cetim lavrado composto por 6 peças	20 000 rs
317 - 1 pequeno docel de gaze (ló) com ramos d'ouro falso	500 rs
318 - 1 pavilhão de damasco branco com ramos de seda amarela composto de 3 peças	4 000 rs
319 - 1 pluvial de damasco verde	2 500 rs
320 - 1 cortina de lhama falsa	300 rs
321 - 1 santo sudario	1 200 rs
322 - 1 sanefa e 2 cortinas d'ouro falso e galão fino	16 000 rs
323 - 1 sanefa de damasco encarnado com franja e galão d'ouro	3 500 rs
324 - 4 abraçadeiras de galão dourado	400 rs
325 - 1 capa de veludo encarnado com galão d'ouro	6 000 rs
326 - 2 cortinas d'altar de damasco encarnado com ramos d'ouro	6 000 rs
327 - 1 toalha e laço, tudo de renda	600 rs

328 - 1 capa de lhama de prata bordada a ouro	10 000 rs
329 - 1 pano d'altar de gorgorão branco bordado a ouro e aljafares	9 000 rs
330 - 2 cortinas de seda branca lavrada com ramos de matiz	8 000 rs
331 - 2 sanefas e 2 cortinas de damasco encarnado	2 000 rs
332 - 1 manto de seda azul bordado a ouro fino	12 000 rs
333 - 1 vestido de seda roxa bordado a ouro fino	4 000 rs
334 - 1 saia de "moiree" azul	1 000 rs
335 - 2 camisas e 2 saias de linho	1 000 rs
336 - 2 cortinas e 1 sanefa de seda branca lavrada com ramos de matiz	1 800 rs
337 - 1 capa de seda roxa com galão falso	1 000 rs
338 - 2 cortinas de damasco roxo, usadas	1 200 rs
339 - 4 peças de cetim roxo bordadas a ouro	4 500 rs
340 - 4 laços de cetim com enfeites d'ouro	1 800 rs
341 - 10 almofadas de seda roxa	600 rs
342 - 2 tunicas de seda roxa	4 000 rs
343 - 1 tunica de bretanha de linho	1 000 rs
344 - 8 cortinas e 1 sanefa de damasco encarnado	12 000 rs
345 - 1 manto de cetim	1 000 rs
346 - 2 cortinas de seda roxa, muito usadas	500 rs
347 - 33 toalhas de diferentes altares	16 500 rs
348 - 2 cortinas de damasco encarnado com ramos de ouro e 2 abraçadeiras de cetim branco bordadas a ouro	2 000 rs
349 - 2 cortinas de damasco vermelho e 4 abraçadeiras	4 000 rs
350 - 1 manto de seda branca com ramos e renda d'ouro	800 rs
351 - 8 panos diferentes de cobrir imagens	5 500 rs
352 - 4 cortinas de seda lavrada com raminhos d'ouro pertencente ao sacrario	2 500 rs
353 - 2 cortinas de damasco branco com ramos d'ouro	1 200 rs
354 - 1 peça de seda cor- de- rosa com renda d'ouro	1 000 rs
355 - 1 capa de seda encarnada com ramos amarelos	3 000 rs
356 - 2 cortinas de damasco encarnado, muito usadas	600 rs
357 - 2 cortinas de damasco encarnado, muito usadas	240 rs
358 - 2 cortinas de gorgorão de lã e competentes presilhas	200 rs
359 - 2 cortinas de seda roxa lavrada	400 rs
360 - 4 peças de damasco branco com galões e franja falsa, pertencentes aos altares	1 800 rs

361 - 1 par de cortinas de moirée azul com renda d'ouro	1 700 rs
362 - 3 cortinas de seda encarnada, muito usadas	100 rs
363 - 1 pequena sanefa de damasco encarnado	200 rs
364 - 3 peças de seda encarnada para altares	500 rs
365 - 7 toalhas grandes para altares	14 000 rs
366 - 2 toalhas pequenas para altares	800 rs
367 - 3 faxas de cambraia com renda	1 200 rs
368 - 8 toalhas para diversos misteres	4 000 rs
369 - 1 folho de "bobinete"	400 rs
370 - 5 corporais do sacrario de cambraia de linho	500 rs
371 - 3 veus de "bobinete"	400 rs
372 - 4 panos brancos de forrar altares	1 200 rs
373 - 1 faixa de cetim branco bordada a ouro fino	30 000 rs
374 - 2 panos de cobrir esquite do Senhor	600 rs
375 - 2 cortinas de tecido lavrado	1 000 rs
376 - 1 umbela de damasco branco com ramos e franja d'ouro fino	3 000 rs
377 - 1 umbela de seda branca lavrada com ramos de matiz	3 000 rs
378 - 3 pares de cortinas de seda de diferentes cores para altares	800 rs
379 - 1 manto de seda azul	160 rs
380 - 1 manto de seda lavrada com renda falsa	400 rs
381 - 1 manto de damasco branco com ramos d'ouro	2 000 rs
382 - 1 vestido de cetim branco	700 rs
383 - 1 vestido de lã branca	300 rs
384 - 6 saias de cambraia	600 rs
385 - 1 vestido de seda azul	600 rs
386 - 1 capa de seda amarela	500 rs
387 - 1 camisa e 1 saia branca	500 rs
388 - 2 camisas pequenas de cambraia de linho	600 rs
389 - 1 véu de tule	400 rs
390 - 1 pano de cetim branco bordado a ouro fino	800 rs
391 - 1 pano de seda verde para altar	400 rs
392 - 1 veu para calice, de cetim branco	400 rs
393 - 1 saia de paninho azul	040 rs
394 - 1 frontal de seda branca lavrada com ramos de matiz	6 000 rs
395 - 2 cortinas de damasco encarnado, usadas	1 500 rs
396 - 1 docel de cetim branco com galão e franja d'ouro fino	10 000 rs

397 - 1 pano de cetim cor-de-rosa e abraçadeira de galão	1 000 rs
398 - 2 sitiais de damasco encarnado e abraçadeira de galão	50 000 rs
399 - 42 cortinas de damasco encarnado	150 000 rs
400 - 1 veu de tule com renda d'ouro	400 rs
401 - 2 cortinas de seda amarela barrada	240 rs
402 - 2 cortinas de seda roxa	400 rs
403 - 6 toalhas com folhos para altar	1 800 rs
404 - 1 frontal de veludo encarnado com galão falso	16 000 rs
405 - 1 frontal de damasco branco com ramos e franja de ouro fino	30 000 rs
406 - 1 frontal de veludo preto lavrado e galão falso	10 000 rs
407 - 4 cortinas de seda	1 500 rs
408 - 1 frontal pequeno de seda branca com ramos de matiz	1 000 rs
409 - 1 manto e um vestido de seda branca lavrada, 2 veus e 1 camisa	300 rs
410 - 1 lençol de cambraia bordada a ouro e 1 faixa de cassa	300 rs
411 - 1 pano de "moiree" com ramos de matiz e 2 escapularios de cetim branco	1 000 rs
412 - 1 tunica de seda com guarnição falsa	120 rs
413 - 3 panos de seda, 2 verdes e 1 vermelho	700 rs
414 - 1 sebasto de pluvial de damasco branco com ramos com ramos e franja d'ouro	2 000 rs
415 - 6 laços de cetim roxo pertencentes ao palio	1 500 rs
416 - 2 almofadas para uso da Igreja	3 000 rs
417 - 1 cupula do sacrario forrada de seda	1 000 rs
418 - 3 panos de seda vermelha de cobrir altares	200 rs
419 - 1 veronica	1 500 rs
420 - 1 pavilhão do sacrario de damasco branco com ramos d'ouro fino, composto por 4 peças	30 000 rs
421 - 1 espaldar do trono de damasco branco com ramos dourados e 2 laços com borlas d'ouro fino	48 000 rs
422 - 1 camarim de seda vermelha bordado a ouro fino	80 000 rs
423 - 2 panos de pulpito de damasco branco com ramos de ouro fino	30 000 rs
424 - 1 palio de lhama de prata bordado a ouro fino e 8 laços correspondentes	700 000 rs
425 - 16 cortinas de gaze (lô) e tecidas de ouro falso	40 000 rs
426 - 4 pluviais de seda branca com ramos d'ouro tendo 6 colchetes e 6 argolas de prata	160 000 rs

427 - 5 casulas de damasco branco com ramos d'ouro e respectivas estolas e manipulos	100 000 rs
428 - 4 dalmaticas de damasco branco: 1 com ramos d'ouro, 4 manipulos e 2 estolas	160 000 rs
429 - 1 pano de estante de damasco branco com ramos e franja d'ouro	5 000 rs
430 - 2 veus de damasco branco com ramos d'ouro	40 000 rs
431 - 1 pano da estante do missal de damasco branco com ramos d'ouro	2 000 rs
432 - 8 borlas d'ouro fino pertencentes às dalmaticas	8 000 rs
433 - 2 mitras: 1 bordada a ouro e a outra a ouro e a cores	2 000 rs
434 - 1 capa e estola de cetim branco com bordados a ouro	10 000 rs
435 - 1 capa e estola de cetim branco com bordados a ouro e matiz	10 000 rs
436 - 1 estola de damasco branco com ramos d'ouro	800 rs
437 - 1 alva e respectivas mangas e 1 batina	700 rs
438 - 15 colchas de damasco encarnado	90 000 rs
439 - 1 pano de cetim com as armas de S.Bento bordadas a ouro fino, prata e matiz	50 000 rs
440 - 5 colchas de corporais brancas e douradas	12 000 rs
441 - 1 tira de damasco bordada a ouro e com franja	1 000 rs
442 - 1 pano de gaze tecido com fios de prata falsa	300 rs
443 - 1 estola de lhamã de prata bordada a ouro fino	15 000 rs
444 - 1 pano bordado a ouro fino	2 000 rs
445 - 6 veus de calice de cetim branco bordados a ouro fino	30 000 rs
446 - 1 veu de damasco branco com tecido de ouro fino	1000 rs
447 - 1 veu de cetim branco bordado a ouro	60 000 rs
448 - 1 docel de damasco encarnado com ramos amarelos	4 000 rs
449 - 10 cortinas de seda de diferentes cores	4 800 rs
450 - 58 panos de diferentes tecidos	2 000 rs

EM SERVIÇO DA IGREJA

451 - 1 custodia de prata lavrada com diferentes pedras falsas com o peso de 3 500 g a 28 rs/g valor estimado 50 000 rs	148 000 rs
452 - 3 calices de prata lavrada com patinas e colherinhas com o peso de 2 670 g a 28 rs/g valor estimado 30 000 rs	104 480 rs
453 - 1 turibulo e naveta com colher de prata lavrada com o peso de 1 600 g a 28 rs/g	44 800 rs

454 - 2 galhetas de prata lavrada com o peso de 420 g a 28 rs/g	11 760 rs
455 - 1 pequeno jarro e bacia de prata lavrada para servir no altar com o peso de 950 g a 28 rs/g	26 600 rs
456 - 1 caldeira e hissope de prata lavrada com o peso de 790 g a 28 rs/g	22 120 rs
457 - 1 relicario de prata lavrada com o peso de 240 g a 28 rs/g	6 720 rs
458 - 2 cálices de sacrário de prata dourada com respectivos laços de damasco	10 000 rs
459 - 1 vaso de prata lavrada e dourada, 1 serviço de sacrário que não foi pesado por conter as sagradas partículas	25 000 rs
460 - 6 campainhas diferentes de metal	1 000 rs
461 - 1 vaso, 1 caldeira e bacia de estanho, 2 acendalhas de latão e 2 castiçais de folha	1 500 rs
462 - 1 pluvial de seda branca com ramos de matiz, galão e franja d'ouro fino, 1 casula com estola e manipulo, 2 dalmaticas, 1 estola e 2 manípulos e 1 veu d'ombros, 1 pano de estante, 2 panos de pulpito e 1 pavilhão do sacrario de cetim com ramos de matiz, composto de 4 peças	50 000 rs
463 - 1 pluvial de damasco encarnado com galão falso, 1 casula de veludo encarnado com estola e manipulo, 2 dalmaticas de veludo encarnado com 1 estola e 2 manípulos, 1 veu d'ombros de seda encarnada com galão e borla d'ouro fino e 1 pano de estante com galão falso	36 000 rs
464 - 1 pluvial de damasco branco com galão falso, 1 casula e estola e manipulo de damasco branco com galões de seda, 2 dalmaticas de damasco branco com 1 estola e 2 manípulos, 1 veu d'ombros de damasco branco com galão falso e 1 pano de estante de damasco branco e galões falsos	22 500 rs
465 - 1 pluvial de damasco roxo com galões d'ouro fino, 1 casula com estola e manipulo, 2 dalmaticas com estola e 2 manipulos, 1 veu d'ombros com galões falsos, 1 pano de estante e 1 estolão de damasco roxo com galões falsos	27 000 rs
466 - 1 pluvial, 1 casula com estola e manipulo e 2 dalmaticas com 1 estola e 2 manipulos tudo de damasco preto e galões falsos, 1 pano de estante de gorgorão preto e outro da estante do missal de veludinho preto, ambos com galões falsos	22 000 rs

467 - 1 pluvial de damasco encarnado com galões falsos, 1 pluvial de damasco branco com ramos amarelos e galões finos, outro de veludilho preto com galões falsos e 1 veu d'ombros de damasco branco com ramos amarelos e galões finos	2 800 rs
468 - 2 casulas de damasco encarnado, 2 estolas e 2 manípulos	10 000 rs
469 - 1 casula de damasco branco com ramos de ouro fino	15 000 rs
470 - 3 casulas, 3 estolas, 3 manípulos de seda lavrada com ramos de matiz	9 000 rs
471 - 3 casulas de damasco branco com estolas e manípulos	10 000 rs
472 - 1 casula de damasco verde com estola e manipulo com galões falsos	2 500 rs
473 - 1 casula de damasco encarnado com estola e manipulo com galões falsos	2 500 rs
474 - 2 casulas de damasco roxo com estola e manipulo com galões falsos	5 000 rs
475 - 2 casulas de damasco branco com estola e manipulo com galões finos	13 000 rs
476 - 2 casulas de damasco encarnado com estola e manipulo	4 500 rs
477 - 2 casulas de damasco branco com estola e manipulo	5 000 rs
478 - 1 casula de damasco preto com estola e manipulo	3 000 rs
479 - 3 panos de estante de missal: 1 de damasco branco, 1 de damasco encarnado, 1 de damasco roxo com galões de seda	3 000 rs
480 - 1 veu do vaso do sacrario de cetim branco bordado a ouro	3 000 rs
481 - 1 veu de seda branca lavrada com ramos d'ouro, outro de damasco branco com ramos d'ouro, outro de cetim branco bordado a ouro e 3 veus de calice bordados a ouro	20 000 rs
482 - 1 bolsa de corporais de cetim branco bordada a ouro, 9 brancas, usadas, 3 de damasco roxo com galões falsos, 6 encarnadas, 3 pretas, 1 verde, todas com galões falsos	5 000 rs
483 - 21 veus de calice: 5 de seda branca, 7 de seda encarnada, 3 de seda roxa, 1 de seda verde, 3 de cetim branco com ramos amarelos, 2 de seda preta, 1 pano de altar de damasco branco com ramos	4 500 rs
484 - 6 camarins de altares de damasco vermelho com galões falsos	18 000 rs
485 - 1 par de sitiais de damasco encarnado com galões	40 000 rs
486 - 12 cortinas de altar de damasco encarnado com galões falsos	40 000 rs
487 - 20 cortinas da capela mor de damasco encarnado com galões falsos	40 000 rs
488 - 12 cortinas de seda encarnada com galões de seda	20 000 rs
489 - 12 cortinas de seda roxa com galões de ouro fino	18 000 rs
490 - 10 panos de seda roxa de cobrir imagens	12 000 rs
491 - 2 panos de damasco branco com flores amarelas	2 500 rs

492 - 10 mangas de damasco roxo com galões, de cobrir cruces	2 500 rs
493 - 1 manga de damasco branco com ramos d'ouro	2 000 rs
494 - 1 estola de damasco branco com borla e franja d'ouro fino	3 000 rs
495 - 9 estolas: 1 de damasco branco com ramos e franja d'ouro, 1 de seda lavrada com ramos de matiz, galão e franja d'ouro, 1 de damasco branco com galão e franja d'ouro falso, 2 de damasco roxo com galão e franja, 1 de damasco branco e roxo com galões e franja de seda, 1 de gorgorão preto com galões falsos, 1 de veludilho com galões e franja d'ouro falso e 1 de damasco roxo com galão e franja de seda	2 500 rs
496 - 1 manipulo de damasco roxo com galões e franja d'ouro falso	500 rs
497 - 1 umbela de lhama de prata bordada a ouro com franja de ouro fino	30 000 rs
498 - 1 umbela de damasco branco com ramos, franja e galões d'ouro	10 000 rs
499 - 1 docel de damasco branco com ramos amarelos	3 000 rs
500 - 5 frontais de altar mor, sendo 1 de seda com ramos de matiz, galões e franja d'ouro, 1 de damasco branco com ramos amarelos, 1 de damasco vermelho com ramos amarelos, 1 de damasco roxo com ramos amarelos, 1 de damasco vermelho com galões d'ouro falso	50 000 rs
501 - 1 pavilhão de sacrário de damasco branco com ramos amarelos composto de 4 peças	10 000 rs
502 - 1 pequeno frontal de seda verde com galões falsos	1 500 rs
503 - 3 alvas de bretanha de linho com rendas de ponto de nó, 3 "amithos" com fitas "moiree" encarnados e 3 singelos com borlas de seda	9 000 rs
504 - 10 alvas de linho com folhos, 22 amitos de linho e 13 singelos	15 000 rs
505 - 11 sobrepelizes, 8 cotas com folhos, 1 cota de São Bento com renda de linho	15 000 rs
506 - 4 toalhas de altar mor	4 000 rs
507 - 4 toalhas de sacristia e 11 da ministra	14 000 rs
508 - 3 toalhas com renda para altar	2 000 rs
509 - 12 forros de linho dos altares laterais da Igreja	3 000 rs
510 - 2 forros de linho do altar mor	2 000 rs
511 - 21 manisterios	4 500 rs
512 - 12 toalhas de linho com folhos dos altares laterais	12 000 rs
513 - 9 toalhas das "cardencias"	5 000 rs
514 - 7 panos de seda verde de cobrir os altares	4 000 rs
515 - 11 toalhas de linho	5 000 rs
516 - 2 faxas de tule	1 000 rs

517 - 7 toalhas de linho com folhos	3 000 rs
518 - 7 toalhas de algodão com folhos	1 200 rs
519 - 29 pares de corporais; 4 corporais de sacrário, 2 do trono, 53 sanguinhos, 18 ficholas	10 000 rs
520 - 8 toalhas de mãos, 20 panos pequenos	2 000 rs
521 - 1 baldequim de veludo encarnado forrado de damasco	7 000 rs
522 - 1 par de corporais	240 rs
523 - 6 veus de seda encarnada de cobrir altares	1 200 rs
524 - 3 oleados das "cardencias"	100 rs
525 - 1 reposteiro da porta principal da Igreja, de pano azul, bordado a retalho com as armas de São Bento	36 000 rs
526 - 1 alcatifa do "subpedanco" do altar mor, muito usada	1 000 rs
527 - 2 veus de calice de seda branca, muito usados	200 rs
528 - 2 veus de calice de seda roxa, muito usados	200 rs

ALTARES DO CONVENTO

ALTAR DA PORTA DE CIMA - Nº1

529 - Senhor Crucificado, Nossa Senhora, São João Evangelista e Santa Maria Madalena, tendo todas as imagens resplendores de prata	100 000 rs
530 - 2 toalhas de altar com folhos	800 rs
531 - altar e sanefa de talha dourada	30 000 rs

CLAUSTRO - Nºs 2 a 7

ALTAR DE SÃO JOSE - Nº2

532- 1 árvore genealógica com as imagens: São Jose, Santíssima Virgem, Santa Barbara, Santa Maria Madalena e mais 6 imagens, tendo distribuídos 4 resplendores de prata, 2 coroas e 1 resplendor de folha	80 000 rs
533 - 4 castiçais de madeira, 2 toalhas, 1 pano de seda verde	1 000 rs
534 - altar de talha dourada	30 000 rs

ALTAR DA SENHORA DA CONCEIÇÃO - Nº3

535 - 1 árvore genealógica com os descendentes de Jacob até a Virgem	30 000 rs
536 - Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Natividade, São Pedro, havendo nestas imagens 2 coroas, 2 pares de brincos e 1 resplendor de prata	

537 – São Brás, Santa Ana (com uma argola de prata), Santa Joana	10 000 rs
538 - 4 castiçais, 2 jarras de madeira douradas e 2 toalhas	1 000 rs
539 - altar com talha	20 000 rs

ALTAR DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE - Nº4

540 - Nossa Senhora da Soledade com diadema de prata, 1 par de botões d'ouro	15 000 rs
541 - Nossa Senhora da Conceição com coroa de prata	6 000 rs
542 - Menino Jesus, Santa Claudia e São Bento com resplendor de prata	2 500 rs
543 - 2 toalhas e 1 pano de seda verde	1 000 rs
544 - altar com talha	6 000 rs

ALTAR Nº5

545 - 1 pequeno altar com quadro: pintura em talha representando São Bento nas Silvas	4 000 rs
---	----------

ALTAR Nº6

546 – 1 pequeno altar com 1 quadro de Nossa Senhora da Soledade	5 000 rs
---	----------

ALTAR Nº7

547 – 1 pequeno altar com 1 cruz, tendo pintada a imagem de Cristo	5 000 rs
--	----------

NO CABIDO - Nºs 8 a 12

ALTAR Nº8

548 - Senhor Crucificado com resplendor de prata e faixa de cambraia	50 000 rs
549 - 2 jarras de madeira, 2 toalhas de pano de seda verde, 2 cortinas de damasco, 1 lampada de latão	2 500 rs
550 - altar com alguma talha dourada	20 000 rs

ALTAR Nº9

551 - imagem do Senhor da Cana Verde com resplendor de prata, capa vermelha e faixa de renda	50 000 rs
552 - 2 toalhas, 2 cortinas de damasco, 1 lampada e 1 pano de seda verde	5 000 rs
553 - altar com alguma talha dourada	25 000 rs

ALTAR Nº10

554 - 2 imagens de Santa Gertrudes com resplendor e 1 baculo de prata	25 000 rs
---	-----------

555 - 1 imagem de São Francisco	5 000 rs
556 - 2 imagens representando Cristo e a Samaritana	10 000 rs
557 - 1 toalha e 1 pano de seda verde	700 rs
558 - altar com alguma talha dourada	10 000 rs

ALTAR Nº11

559 - imagem do Senhor dos Passos com resplendor de prata	80 000 rs
560 - 2 anjos com tocheiros	7 000 rs
561 - 2 cortinas de seda, 2 toalhas, 1 pano de seda verde, 1 lampada de metal	3 000 rs
562 - altar com talha dourada	25 000 rs

ALTAR Nº12

563 - imagem do Senhor Morto	30 000 rs
564 - 2 toalhas, 1 pano de seda verde, 1 lampada de latão	1 500 rs
565 altar com talha dourada	15 000 rs

ALTAR Nº13

566 - altar com grande quadro representando a Santssima Trindade, pintura em tela e moldura dourada	30 000 rs
567 - imagem de Nossa Senhora da Conceição com coroa de prata	9 000 rs
568 - imagens de São Bento, Santa Gertrudes e Menino Jesus, todas com resplendores de prata	3 000 rs
569 - 2 toalhas, 1 pano de seda verde, 1 frontal de seda com ramos amarelos a matiz, 2 cortinas de damasco vermelho	4 000 rs

ALTAR DE S.BENTO - Nº14

570 - imagem de Nossa Senhora do Rosario com coroa de prata	15 000 rs
571 - imagem de São Bento com resplendor de prata dourada	20 000 rs
572 - imagem do Menino Jesus com 1 lança, 1 bordão e resplendor de prata, tendo 1 fio de aljafares com relicario de ouro e diamantes	20 000 rs
573 - imagem de Santa Escolastica com diadema de prata dourada	20 000 rs
574 - imagem de São Bento nas Silvas	90 000 rs
575 - 2 imagens de São João Baptista e uma outra, todas com resplendores de prata	
576 - 1 relicario com moldura de madeira	10 000 rs

577 - imagens de SantaEfigenia, Santo Estevão com resplendores de prata e 1 cabeça figurando a decapitação de São João Baptista	15 000 rs
578 - imagem de Santo Antonio com 1 cruz e resplendor de prata	30 000 rs
579 - imagem de Santo.Amaro com resplendor de prata e 1 cruz de ouro e 1 cordão	5 000 rs
580 - 2 relicarios: 1de madeira e outro de metal	5 000 rs
581 - imagens de São Pantaleão e São Placido com resplendor de prata e mais outras 2 e uma delas com resplendor de prata	10 000 rs
582 - 2 toalhas, 1 pano de seda verde, 1 lampada	3 000 rs
583 - altar e sanefa de talha dourada	60 000 rs

ALTARES DA GALERIA - Nºs 15 a 19

ALTAR DE S.JOSÉ - Nº15

584 - imagem de São Jose com replendor de prata	50 000 rs
585 - imagens do Menino, São Filipe de Nery, SantaTeresa de Jesus com resplendores de prata, Nosso Senhor da Boa Morte, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora de Lourdes, todas com coroas de prata	25 000 rs
586 - 1 imagem e 2 anjos, um dos anjos com 1 cruz e 1 escudo de prata e o outro com 1 capacete de prata	18 000 rs
587 - imagem de Nossa Senhora com coroa de prata, Santa Isabel com resplendor de prata	10 000 rs
588 - 1 pequena cruz "marechetada" de madreperola com ornatos de prata	9 000 rs
589 - 2 toalhas e 1 pano de seda verde	1 500 rs
590 - altar com talha	30 000 rs

ALTAR DO MENINO JESUS - Nº16

591 - imagem do Menino Jesus com resplendor de prata, 2 fios de aljafares e 1 fio de corais com 1 cruz	20 000 rs
592 - imagem de grupo representando os Santos Martires de Marrocos, dentro de 1 redoma, com 4 espadas e 3 resplendores de prata	7 000 rs
593 - 8 imagens em redoma, figurando a Sagrada Família com 7 resplendores e 1 coroa de prata	10 000 rs
594 - 2 cortinas de damasco encarnado, 2 toalhas e 1 guarda-po	3 000 rs
595 - altar e sanefa com talha dourada	16 000 rs

ALTAR DO SENHOR DA CANA VERDE - Nº17

596 - imagem do Senhor da Cana Verde com resplendor de prata, capa de veludilho e faixa de cambraia	50 000 rs
597 - imagens do Menino Jesus e de São João Baptista sobre 1 relicario	10 000 rs
598 - imagens de Santo Antonio e Menino Jesus com resplendor de prata	20 000 rs
599 - imagem de Santa Ana, tendo Nossa Senhora nos braços com coroa e resplendor de prata	6 000 rs
600 - imagem de São Bernardo com resplendor de prata	5 000 rs
601 - 2 toalhas, 1 guarda po, 2 cortinas de seda e 1 lampada de latão	3 000 rs
602 - altar com talha dourada	50 000 rs

ALTAR DE NOSSA SENHORA DAS NEVES - Nº18

603 - imagens de Nossa Senhora das Neves e o Menino Jesus com coroa e resplendor de prata	27 000 rs
604 - imagens de Santa Ana e de São Joaquim com resplendores de prata	6 000 rs
605 - imagem do Menino Jesus com resplendor de prata	40 000 rs
606 - 2 cortinas de seda, 2 toalhas e 1 guarda po	2 000 rs
607 - altar e sanefa com talha	25 000 rs

ALTAR DA SENHORA DAS DORES - Nº19

608 - imagem da Senhora das Dores com 1 diadema e 7 espadas de prata	60 000 rs
609 - imagens do Senhor Morto, Nossa Senhora da Piedade com diadema de prata e 1 pequena imagem	6 000 rs
610 - 2 redomas com imagens de Santa Lutegarda e de Santa Gertrudes	8 000 rs
611 - 2 toalhas, 1 guarda po e 1 lampada de metal	3 000 rs
612 - altar com talha dourada	20 000 rs

CORO DE CIMA

ALTAR Nº20

613 - altar com imagem do senhor Crucificado com resplendor de prata, 2 anjos, 2 jarras de madeira, 1 toalha, 1 lampada de latão	80 000 rs
--	-----------

ALTAR DE JESUS, MARIA E JOSE - Nº21

614 - imagem do Menino Jesus com resplendor de prata e bordão de prata, Nossa Senhora com coroa e bordão de prata, São José com resplendor e bordão de prata	150 000 rs
--	------------

615 - imagem do Senhor Crucificado com resplendor e inscrição de prata	5 000 rs
616 - imagem de Santa Escolastica com resplendor e baculo de prata	10 000 rs
617 - imagem de São Sebastião com capacete e 2 setas de prata	6 000 rs
618 - imagem de São Lourenço com resplendor de prata	4 500 rs
619 - 1 redoma com a imagem de Nossa Senhora com coroa de prata	2 000 rs
620 - imagem de Santo António com resplendor de prata e cruz de prata	5 000 rs
621 - imagem de Nossa Senhora do Pilar com coroa e grande resplendor de prata	15 000 rs
622 - 3 imagens: 1 do anjo Gabriel e outros 2 anjos	15 000 rs
623 - 1 toalha, 1 pano de seda verde, 4 castiçais de madeira, 1 lampada de latão e altar de talha dourada	55 000 rs

CORO DE BAIXO

ALTAR DE NOSSA SENHORA DO ROSARIO - Nº22

624 - imagens de Nossa Senhora do Rosario e Menino Jesus com coroa, brincos e resplendor de prata	90 000 rs
625 - imagens de S.Domingos, Santa Catarina de Sena com resplendores de prata e outra imagem	35 000 rs
626 - imagem de São Roque com chapéu e bordão de prata	15 000 rs
627 - imagem do Senhor da Boa Morte com coroa de prata dourada e pedras falsas	7 000 rs
628 - oferta de prata e Santa Comba em carne que se acha na urna do altar	800 rs
629 - 4 castiçais de madeira, 2 toalhas, 1 pano de seda verde, 2 cortinas e 1 lampada de latão	7 000 rs
630 - altar de talha dourada	65 000 rs

NOVICIADO

ALTAR Nº 23

631 - imagem da Senhora dos Prazeres com diadema de prata	5 000 rs
632 - 2 imagens de São Bento, tendo 1 delas 6 moedas de prata (4 de 100 réis e 2 de 50 réis) e 1 oferta (1 pé) de prata	4 000 rs
633 - 2 frontais velhos, 1 toalha, 1 lampada de latão, 1 pano de seda verde	25 00 rs
634 - altar com alguma talha	6 000 rs

CAPELA DOS MENINOS

ALTAR Nº24

635 - imagem do Menino Jesus com resplendor e alpercatas de prata e 2 fios de aljafares	15 000 rs
636 - 3 imagens do Menino Jesus: 2 com resplendores de prata e 2 fios de aljafares e outra-em um berço de talha dourada	18 000 rs
637 - imagem de Nossa Senhora da Conceição com coroa de prata	4 000 rs
638 - imagem de São Bento com resplendor, baculo e cruz de prata	7 000 rs
639 - imagem de Santa Escolastica com resplendor e baculo de prata	9 000 rs
640 - imagem de Santa Luzia com resplendor e 4 moedas antigas de prata (1 de 600 reis e 3 de 20 reis)	4 500 rs
641 - 8 imagens, figurando anjos: 1 com 1 cruz e escudo de prata e outro com bordão e escudo de prata	
642 - 2 pequenas cruces de madeira com embutidos em perola	5 000 rs
643 - imagem do Menino Jesus em barro com resplendor de prata	400 rs
644 - imagens do Menino Jesus, de Nossa Senhora e de São Jose, nelas há 1 coroa e 1 resplendor de prata	2 000 rs
645 - 1 presepio com as imagens do Menino Jesus, de Nossa Senhora e SãoJose, nelas há 1 coroa e 1 resplendor de prata e diversas figuras em barro	50 000 rs
646 - 2 "cardencias" de talha dourada	15 000 rs
647 - 2 toalhas, 1 pano seda verde, 1 calderinha estanho e 1 "sincta" de bronze	7 000 rs

NA IGREJA

CAPELA MOR

648 - 1 cruz de madeira a branco e dourado com a imagem do Senhor em marfim com resplendor de prata	30 000 rs
649 - 6 castiçais de talha, banquetta do altar mor com a frente dourada	6 000 rs
650 - 6 jarras de talha dourada e 3 sacras	3 300 rs
651 - 6 jarras de louça da India	18 000 rs
652 - 64 castiçais de talha dourados na frente e sem arandelas de folha	64 000 rs
653 - 6 castiçais da banquetta do altar mor de talha dourada e sem arandelas de folha	30 000 rs
654 - 1 cruz da banquetta com o pe de talha e a imagem de Cristo de marfim com resplendor de prata	50 000 rs

655 - 4 tocheiros de talha dourada com arandelas	20 000 rs
656 - 10 tocheiros grandes de talha dourada e branca com arandelas	35 000 rs
657 - 1 painel do trono - pintura em tela	15 000 rs
658 - 1 imagem de São Bento com resplendor de prata e 1 anel também de prata e pedras falsas	40 000 rs
659 - 1 imagem de Santa Escolastica com resplendor de prata	40 000 rs
660 - 3 "cardencias" de madeira com talha	23 000 rs
661 - 1 lampada grande de metal amarelo com 7 vidros e 6 arandelas	60 000 rs
662 - 1 urna de talha dourada para exposição do Santíssimo em Quinta feira Santa	50 000 rs
663 - 6 jarras de madeira dourada	3 000 rs
664 - 2 pequenas cortinas de lhama de prata com ramos d'ouro e 1 veu de seda com ramos d'ouro dentro do sacrário	2 000 rs
665 - tribuna e altar de talha dourada	2 500 000 rs

ALTARES LATERAIS

666 - imagem de São Bernardo com resplendor de prata	20 000 rs
667 - 1 cruz de madeira com a imagem de Cristo com resplendor de prata	2 5000 rs
668 - 4 castiçais de banqueta de pequena talha com arandelas de folha	2 000 rs
669 - 3 sacras	200 rs
670 - 2 arandelas e 4 jarras de louça	1 000 rs
671 - 1 painel de pintura em tela	2 000 rs
672 - altar de talha dourada	60 000 rs
673 - imagem de São João Evangelista com resplendor de prata e perna de prata	20 000 rs
674 - 1 cruz de madeira com a imagem de Cristo com resplendor de prata	2 500 rs
675 - 4 castiçais de banqueta de pequena talha com arandelas de folha	2 000 rs
676 - 4 jarras de louça	200 rs
677 - 3 sacras	200 rs
678 - 2 arandelas de metal	300 rs
679 - 1 painel de pintura em tela	2 000 rs
680 - altar com talha dourada	60 000 rs
681 - imagem de São Tiago com resplendor de prata	20 000 rs
682 - 1 cruz com a imagem de Cristo com resplendor de prata	2 500 rs
683 - 4 castiçais de banqueta de pequena talha com arandelas de folha	2 000 rs

684 - 3 sacras	200 rs
685 - 4 jarras de louça	200 rs
686 - 1 painel de pintura em tela	2 000 rs
687 - altar de talha dourada	60 000 rs
688 - imagem de São João Baptista com resplendor de prata	30 000 rs
689 - 1 cruz com a imagem de Cristo, de marfim com resplendor de prata	5 500 rs
690 - 4 castiçais de banqueta de pequena talha com arandelas de folha	2 000 rs
691 - 4 jarras de louça	200 rs
692 - 3 sacras	200 rs
693 - 1 painel de pintura em tela	2 000 rs
694 - altar com talha dourada	60 000 rs
695 - imagens em grupo: Nossa Senhora, Menino Jesus e Santa Ana, com 1 coroa e 1 diadema de prata e 1 coração de talha dourada com 2 anjos	70 000 rs
696 - 1 cruz com a imagem de Cristo de marfim com resplendor de prata	5 500 rs
697 - 4 castiçais de banqueta de pequena talha com arandelas de folha	2 000 rs
698 - 4 jarras de louça	200 rs
699 - 2 arandelas de metal	300 rs
700 - 3 sacras	200 rs
701 - 1 painel de pintura em tela	2 000 rs
702 - altar com alguma talha dourada	60 000 rs
703 - imagens do Senhor Crucificado e da Senhora das Dores, tendo o Senhor 1 resplendor de prata e toalha de tule bordada e a Senhora 1 diadema e 7 espadas de prata	80 000 rs
704 - 1 cruz com a imagem de Cristo, de marfim com resplendor de prata	6 000 rs
705 - 4 castiçais de pequena talha com arandelas de folha	2 000 rs
706 - 6 jarras de louça	300 rs
707 - 2 arandelas de metal	300 rs
708 - 3 sacras	200 rs
709 - 1 lampada de metal amarelo	1 500 rs
710 - 1 painel de pintura em tela	2 000 rs
711 - altar com talha dourada	60 000 rs
712 - 1 quadro de Santa Filomena - pintura em tela com moldura dourada	4 000 rs
713 - 2 imagens de madeira, figurando anjos e 2 arandelas de metal	10 000 rs
714 - 1 lampada de prata com 770 g a 28 rs/g	21 560 rs
715 - 1 pequeno altar de madeira com toalha de tule	1 000 rs

SACRISTIA

716 - 1 cruz com peanha de pau preto com a imagem de Cristo de marfim com resplendor de prata	30 000 rs
717 - 3 sacras de vidro prateado	2 500 rs
718 - 1 “capeiro” de madeira	600 rs
719 - 1 arcaz de pau óleo e guarnição de pau preto com 16 gavetas	100 000 rs
720 - 2 candelabros grandes de talha dourada	30 000 rs
721 - 5 estantes para missais	1 000 rs
722 - 1 banco de pedra marmore	30 000 rs
723 - 8 purificadores de vidro	800 rs
724 - 6 pares de galhetas de vidro	200 rs
725 - 1 caneca, 2 copos e 1 prato de vidro	500 rs
726 - 4 garrafas de vidro	1 200 rs
727 - 1 taça de vidro	200 rs
728 - 1 vaso de cristal para agua	1 000 rs
729 - 1 matraca de madeira	100 rs

NICHOS COM IMAGENS

FRONTARIA DO MOSTEIRO

730 – São Bento	2 000 rs
-----------------	----------

ESCADAS

731 – São Bento	2 000 rs
-----------------	----------

CLAUSTRO

732 - SantaLuzia com diadema de prata	1 500 rs
733 – Santa Ana com resplendor de prata	2 000 rs

PORTA DO POMAR

734 - Nossa Senhora da Conceição e Santo Antonio com coroa e resplendor de prata	1 500 rs
---	----------

CABIDO

735 – São.Bento	2 000 rs
736 – Santa Escolastica	2 000 rs

CORO DE CIMA

737 - Nossa Senhora da Esperança e Menino Jesus com coroa e resplendor de prata, 2 jarras e 1 lampada de latão	30 000 rs
738 - São Jose, Senhor Resuscitado com resplendor e cruz de prata	30 000 rs
739 - Nossa Senhora da Conceição com coroa de prata e 1 anjo	35 000 rs
740 - 1 presepio de talha dourada com Menino Jesus com resplendor e cinto de prata com pedras falsas, imagem de Nossa Senhora com coroa e 1 anel de prata, imagem de São Jose com resplendor e 1 anel de prata, imagem de São João Baptista com resplendor e cruz de prata e diversos anjos	100 000 rs

FONTINHA

741 - São Bento com resplendor de prata	1 000 rs
---	----------

JARDIM

742 - Santo Antonio com resplendor de prata	1 000 rs
---	----------

DIVERSOS OBJECTOS

NA IGREJA

743 - 1 grade de madeira de fora com talha que separa a capela mor	12 000 rs
744 - 1 pia grande de marmore lavrado com pe	10 000 rs
745 - 12 tocheiros pequenos de madeira dourada	1 200 rs
746 - 1 candeeiro de 15 velas de talha dourada	10 000 rs
747 - 1 ministra para comunhão, de talha dourada	5 000 rs
748 - 16 castiçais de madeira	3 200 rs
749 - 4 jarras de talha dourada com ramos artificiais	4 000 rs
750 - 2 castiçais de madeira	2 000 rs
751 - 25 galerias de talha dourada	80 000 rs
752 - 2 pulpitos de talha dourada	30 000 rs
753 - 1 órgão e armação de outro	600 000 rs
754 - 3 alcatifas da capela mor e 1 baeta verde	30 000 rs
755 - 1 alcatifa de servir na ministra	20 000 rs
756 - 2 tapetes pequenos, usados	800 rs
757 - 11 moxos almofadados: 8 de pau preto, 3 de castanho, 3 almofadas sobressalentes	28 000 rs
758 - 38 bancos de pinho de 5 lugares	7 600 rs

759 - 5 capachos de esteira	200 rs
760 - diversos bancos e estantes para musica	6 000 rs

CORO DE CIMA

761 - 1 estante movel de madeira de fora com talha, para livros de coro	100 000 rs
762 - 1 estante pequena envernizada de preto	4 000 rs
763 - 1 banco de madeira de fora com talha e encosto	10 000 rs
764 - 2 ordens de cadeiras de madeira de fora com talha em numero de 88 lugares	800 000 rs
765 - 1 lampada de latão	2 500 rs
766 - 1 relógio antigo com caixa de xarão	60 000 rs

CORO DE BAIXO

767 - 2 ordens de cadeiras de madeira de fora com talha prefazendo 88 lugares	800 000 rs
768 - 1 estante pintada de preto	4 000 rs

CASA DOS SANTOS

769 - 1 esquife do Senhor Morto	6 000 rs
---------------------------------	----------

NOVICIADO

770 - andor e cruz do Senhor dos Passos, 4 jarras de talha dourada, 4 ciprestes artificiais	10 000 rs
771 - 1 urna de vidro de espelho forrada de damasco branco com ramos d'ouro	8 000 rs
772 - 2 cruces processionais de madeira dourada	2 000 rs
773 - 1 cruz de madeira pintada	300 rs
774 - 1 baculo de ferro dourado	200 rs
775 - 1 baculo de pau prateado	100 rs
776 - 2 imagens de Santo Antonio com 2 resplendores e 1 cruz de prata	2 000 rs
777 - imagem de Nossa Senhora da Conceição	1 000 rs
778 - imagem de Nosso Senhor Ressuscitado e 1 pequena imagem de Cristo de marfim	2 000 rs
779 - 2 crucifixos com resplendor de prata	3 000 rs
780 - 20 sacras diferentes	1 000 rs

781 - 6 ramos de flores artificiais com laços de damasco branco bordado a ouro	12 000 rs
782 - 1 lote de diferentes ramos de flores artificiais	10 000 rs
783 - 1 sacrario de madeira lavrada	4 000 rs
784 - 8 quadros, pequenos painéis alusivos aos Passos do Senhor	800 rs
785 - 8 panos grandes que servia de guarda po no Coro, órgão, etc.	4 500 rs
786 - armas de São Bento - baixo relevo de madeira	6 000 rs
787 - 1 quadro representando a Eucaristia - baixo relevo de madeira avaliado em 10 000 rs; 2 cortinas de seda antiga avaliadas em 1 000 rs; 2 castiçais de porcelana avaliados em 1 000 rs; 1 lampada de latão avaliado em 2 500 rs	14 500 rs

APOSENTOS DA ABADESSA

788 - 1 colcha de seda bordada a torçal amarelo avaliada em 90 000 rs; 1 urna de pau preto das eleições das abadessas e 2 tinteiros de pau preto com ornatos de prata avaliado em 17 000 rs	107 000 rs
---	------------

TORRE

789 - 1 sino grande de bronze	80 000 rs
790 - 1 sino menor	30 000 rs
791 - 1 sino menor	19 000 rs

CARTORIO

792 - 3 estantes de madeira de fora	2 000 rs
-------------------------------------	----------

BOTICA

793 - 2 estantes de pinho pintadas de preto	500 rs
---	--------

CELAS

794 - 25 armarios de pau caixão, castanho e nogueira	a 1 000 rs/cada	25 000 rs
795 - 7 armarios de pinho	a 400 rs/cada	2 800 rs
796 - 137 armarios de pau caixão, nogueira e castanho, metidos nas paredes a 700 rs/ cada		95 900 rs
797 - 10 armarios de pinho metidos nas paredes	a 100 rs/cada	1 000 rs
798 - 2 armarios de pau preto metidos na parede	a 2 000 rs/cada	4 000 rs

COZINHAS

799 - 31 armarios de castanho e pau caixão	a 1 000 rs/cada	31 000 rs
800 - 3 armarios de pinho	a 300 rs/cada	900 rs
801 - 10 armarios de castanho e pau caixão metidos na parede	a 700 rs/cada	7 000 rs

CORREDORES E VARANDAS

802 - 92 armarios de castanho, nogueira e de pau caixão	a 1 000 rs/cada	92 000 rs
803 - 4 armarios de pinho	a 200 rs/cada	2 800 rs

REFEITÓRIO

804 - 2 armarios de pinho		1 000 rs
---------------------------	--	----------

CELEIRO

805 - 1 banca de louza		800 rs
806 - 2 caixas de pinho e diversas madeiras velhas		2 500 rs
SOMOU TUDO		14 806 775 réis

Termo de encerramento 27 de Dezembro de 1892

Julio Rodrigues Machado

Manoel Rodrigues Teixeira

António de Souza Vizeu³¹

Os objectos contidos das alíneas: 1, 85, 86, 141, 153, 154, 155, 766, 786, 787, 788³² foram requisitados pelo Museu das Bellas Artes, de Lisboa e para lá transferidos pelo preço da avaliação pelo que não consta verba de arrematação.

Os números 12, 13, 14, 16 e 24 também constavam da lista para o Museu das Belas Artes mas por razões desconhecidas parece não se ter efectivado a sua entrega.

Os objectos contidos nas alíneas: 157, 165, 169, 183, 186, 198, 199, 206³³, não indicam preço de arrematação e também não constam da lista de requisitados para o Museu de Bellas Artes de Lisboa. Não sabemos o seu destino.

³¹ Estes louvados receberam a gratificação individual de 10 000 réis.

³² A este número correspondia uma colcha de seda indiana que o Museu Nacional de Arte Antiga, depositário do espólio do antigo Museu das Belas Artes de Lisboa, desconhece.

³³ São todos objectos de ourivesaria de uso litúrgico. Provavelmente encontravam-se em funções.

DOCUMENTO 6

1893, Maio, 25, Porto

SUMÁRIO

Relação dos Livros e Manuscritos do Mosteiro entregues à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, entre 1889 e 1893.

Fonte: ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Processo de Extinção do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, Cx.2036, Capilha 11.*

**RELAÇÃO DOS LIVROS E MANUSCRITOS DO MOSTEIRO E ENTREGUES POR ORDEM DA
DIRECÇÃO GERAL DAS PRÓPRIAS NACIONAIS (16/09/1889 E 31/05/1893) E ENTREGUES À
INSPECÇÃO GERAL DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS PÚBLICOS**

Flos Sanctorum - 1 volume incompleto

Los Milagros de Cristo Señor Nosso - 1 vol. inc.

Mystica Cidade de Deus - 3 vols.

Dela vida e excelencias de la Virgem Maria Nuestra Señora - Alonso Villegas - 1 vol.

Flos Sanctorum de Villegas - 2 exemplares

Flos Sanctorum - Padre Diogo do Rosário - 2 exemplares e 2 vols. inc. da 2ª parte

Tratado das Festas e Vidas dos Santos - António Feo - 1 vol.

Flos Sanctorum - Diogo do Rosário - 1 vol. inc.

Flos Sanctorum - Villegas - 1 vol. inc.

Flos Sanctorum - Ribadenero - 1 vol.

Flos Sanctorum (3ª parte) - Ribadenero - 1 vol. inc.

Caronica (sic) de Cister - Bernardo de Brito - 1 vol. inc.

Cerimonial da Congregação dos Monges Negros - António Carneyro, Geral de São Bento - 1 vol.

Romanorum Imperatorum Effigies - 1 vol. inc.

Caronica (sic) General de la Ordem de São Benito - Frei Antonio de Fepei - 3 vols.

Coronica General de la Ordem de São Benito - Frei Antonio de Fepei - 1º e 3º vols.

Vida de Christo Señor Nuestro - Frei António da Fonseca - 1 vol.

Chronica da Ordem dos Frades Menores do Seraphico Padre São Francisco -
- Frei Marcos de Lisboa - 3 vols.

Eva e Ave ou Maria Triumfante - Antonio Sousa Macedo - 1 vol., 2 exemplares

Exercicios de perfeição e virtude christãs - Affonso Rodrigues - 1 vol.

Exercicios de perfeição y virtudes christianas - Allonso Rodrigues - 1 vol.

Itinerario historial que deve guardar el hombre para caminar al cielo -
- Allonso Andrade - 1 vol.

Historia Seraphica Chronologica da Ordem de São Francisco - Frei Fernando da Soledade -
- 1 vol.

História de São Domingos - Frei Luiz de Sousa - 1 vol. inc.

Benedictina Lusitana - Frei Leão de São Thomaz (está escrito Thomé) - 1 vol.

Orationes evangelicas do Advento, Quaresma y de Sanctis - 1 vol.

Refeição espiritual - Padre Manoel do Sepulchro - 1 vol.

Tratados quadragessimaes (sc) e da Paschoa - Frei António Feo - 1 vol.
 Agiologio dominico - Frei Manoel de Lima - 2 vols.
 Chronica dos Carmelitas Descalços particular do Reino de Portugal - Frei Belchior de Santa.Ana - 1 vol.
 Chronica dos Carmelitas Descalços de São José de Jesus Maria - tomo 3º
 Anno Histórico Portuguez -Padre. Francisco de Santa.Maria - tomo 1º
 Paraizo de la Gloria de los Santos - Frei Diogo de la Vega - 1 vol.
 Libro de la vida de santos extravagantes - Ribadeneyro - 1 vol.
 História de São Vicente Ferrer - 1 vol. inc.
 Norma viva de Religiosos - 1 vol.
 Aprove chaminto espiritual - 1 vol.
 Diferença entre o temporal e eterno - J. Eusebio Nuremberg - 1 vol.
 Exemplo y exercicio santo sobre los Evangelios de las dominicas de todo el anno - Frei Diogo de la Vega - 2 vols.
 Explicação breve da Regra de São Bento - Tarbot -4 exempl.
 Semana Santa nas soledades do Bussaco - 1 vol.
 Tratados em louvor do Santissimo Rosario - Frei Rozado - 1 vol.
 Meditaciones de los mysterios de nuestra Santa Fé - Frei L.de la Puente - 2 vols. e 7 exempl.
 Meditação sobre a História do Sagrado Evangelho - Padre.Brandão - 1 vol.
 Exercícios espirituais - Padre Manoel Bernardes - 1 vol.
 Vida de Frei António das Chagas - Manoel Godinho - 1 vol. inc.
 Obras Espirituaes - Frei António das Chagas - 1 vol. inc.
 Cartas Espirituaes - Frei António das Chagas - 2 vols.
 Sermões varios - Raphael de Jesus - 1 vol.
 Compendio de musica - Pedroso - 1 vol.
 Vida de Santa.Rosa - Frei Mauseir - 1 vol.
 David penitente - Frei A.Costa - 1 vol.
 Obra do Anjo Custodio - Padre A. Vasconcellos - 1 vol.
 Sermões para todas as quartas feiras, sextas e domingos da Quaresma - Frei F. de Veiga - 1 vol.
 Sermões de varios autores - 1 vol.
 Historia de Santa Isabel - Dom F. Lacerda - 1 vol.
 Ortographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza - M. Feijó - 1 vol.
 Jardim de Portugal - Frei L.dos Anjos - 1 vol.
 La Religiosa instruida - Frei Arbial - 1 vol.
 Exemplos e exercicio santo sobre los Evangelios - frei Diogo de la Vega - 2 vols.
 Insumacion de la Divina Piedad - Frei L.de Granada - 2 vols.

Segunda parte do grande hijo de David - Losanno - 1 vol., 2 exempl.
 El hijo de David (1ª parte) - 1 vol.
 Sermões das domingos e quartas feiras da Quaresma - Frei J. d'Oliveira - 1 vol.
 Doutrinas praticas - 1 vol.
 Sermões do Padre A.Morim (sic) - 1 vol.
 Innocencia prodigiosa - 1 vol.
 Sermões do Padre Antonio Vieira - 3 vols. inc.
 Sanctuario Mariano - Frei de Santa.Maria - 1 vol.
 Avisos e reflexões sobre o que deve obrar um religioso para satisfazer ao seu estado - 2 vols.
 Retiro espiritual - 1 vol., 2 exempl.
 A religiosa em solidão - 1 vol.
 Exercícios espirituales - J.Lens - 1 vol.
 Compendio (sic) de exercícios espirituales - 1 vol.
 Elementa philosophiae rationalis et moralis - 1 vol.
 Escada Mystica de Jacob - Padre Cardoso - 1 vol.
 Vida de São Pedro de Alcantara - Frei J. de Santa Maria - 1 vol.
 Aferis apparecida na vida, morte sepultura e milagres da gloriosa Santa Catharina - 1 vol., 2 exempl.
 Queixas do Amor Divino - Froes Figueiredo - 1 vol.
 Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um christão - Padre Estevam Castro - 1 vol.
 Epitome da admiravel vida de Santa Gertrudes Magna - Frei J.dos Prazeres - 1 vol., 3 exempl.
 Meditações da Infancia de Christo - Frei Bartholomeu do Quental - 1 vol., 8 exempl.
 Meditações (sic) da Gloriosa Ressurreição de Christo - Frei Bartholomeu do Quental - 1 vol., 5 exempl.
 Meditação da Sacratíssima Paixão e Morte de Christo - Frei Bartholomeu do Quental - 1 vol., 5 exempl.
 Meditações das domingos do anno - Frei B. do Quental - 3 vols., 2 exempl.
 Meditações das domingos do anno - Frei B. do Quental - 1 vol. inc.
 A alma preparando-se para a eternidade - 1 vol.
 A perfeita religiosa - J.Carvalho do Canto - 1 vol.
 Chremos(?) du Chretien - 1 vol.
 Proprium Sanctorum Ordinis - 1 vol., 11 exempl.
 Proprium Sanctorum Monialium - 1 vol., 20 exempl.
 Proprium Sanctorum Ordinis - 1 vol.

Officiae Propriae Sanctorum Trium Ordinum - 1 vol., 2 exempl.
 Missae Propriae Sanctorum Congregationis - 1 vol.
 Manual de orações para os dias de corpo presente - 1 vol.
 Manual do rito com que se ha-de lançar o habito as noviças que entram para a
 Congregação do Patriarcha São Bento - 1 vol., 3 exempl.
 Manual para Sexta feira Santa e Domingo de Paschoa - 1 vol., 11 exempl.
 Proprium Sanctorum Monalium - 1 vol.
 Para quando sahir alguma religiosa da clausura - 1 vol., 5 exempl.
 Officiae Propriae Sanctorum Trium Ordinum - 1 vol.
 Missale Romanum - 1 vol.
 Proprium Sanctorum Ordinio - 1 vol., 7 exempl.
 Proprium Sanctorum Monalium - 1 vol., 6 exempl.
 Resumo da musica metrica - Silva Leite - 1 vol.
 Compendio de musica theorica e pratica - Varella - 1 vol.
 Manual de orações para o dia do corpo presente - 1 vol.
 Manual do rito com que se ha-de lançar o habito as noviças - 1 vol.
 Directorio Cerimonial - 1 vol.
 Regra do Glorioso Patriarcha São Bento - 1 vol., 6 exempl.
 O ecclesiastico instruido na arte do Canto Chão - 1 vol. inc.
 Breviarium Munasticum - 1 vol.
 Processionarium Monasticum - 1 vol., 5 exempl.
 Proprium Sanctorum Ordinio - 1 vol. inc.
 Ritual breve ad Santimonialium Divi - 1 vol., 6 exempl.
 Officio proprio Sanctorum - 1 vol.
 Seis maços com folhinhas latinas de varios annos
 Tres folhinhas do Padre Vicente
 Novenas - segundo vol.
 O feliz independente - 1 vol.
 Tres maços: 1 com 7, outro com doze e 1 com 9 novenas
 Um maço com 11 folhetos diversos
 Methodo de musica - J.Mauricio - 1 vol.
 Novo mês de Maria - 1 vol.
 Compendio elementar de grammatica portugueza - Figueiredo Vieira - 1 vol.
 Resposta as objecções mais vulgares contra a religião - 1 vol.
 Novena, vida e martyrio de Santa Quiteria - 1 vol.
 Dois maços com 8 novenas varias

Exercícios espirituais - Madre Agreda - 1 vol.
 O devoto em oração - 1 vol.
 Compendio de exercícios espirituais - 1 vol.
 Arte do Cozinheiro e Copeiro - 1 vol.
 Paz interior - Mathias d'Andrade - 1 vol.
 Dois almanaches da Ordem de São Bento
 Doutrina Christã – Padre Inácio - 1 vol.
 Ritual breve ad Santimonialium Dios Benidicti - 1 vol.
 Manual ad usum fratrum de Monte Carmello - 1 vol.
 Proprium Sanctorum - 1 vol., 4 exempl.
 Proprium Sanctorum Monialium - 1 vol., 7 exempl.
 Henriqueta d'Orleans - 2 vols.
 Noites de Jung - 2 vols.
 Explicação breve da Regra de São Bento - 1 vol., 3 exempl.
 Tres livros do Coro, encadernados
 Vinte maços com musicas para varias solenidades
 Treze maços com praticas manuscriptas
 Proprium Sanctorum - 1 vol., 2 exempl.
 Treze maços com pergaminhos diversos
 Trinta e cinco livros com contas das despesas anuais
 Livro das doações (ms)
 Instituição da Capella da Senhora do Loreto (ms)
 Livro de doações e privilegios (ms)
 Seis livros das correições (ms)
 Livro original das despesas das obras do Convento (ms)
 Doações regias (ms)
 Livro da fundação do Convento (ms)
 Tombo antigo de Tarouquela e Tuias (ms)
 Tombo de prazos de Valongo (ms)
 Livro dos arrendamentos que começaram em dias de São João de mil seiscientos e quarenta e nove (ms)
 Tombo da Irmandade e Confraria de Santa Ana (ms)
 Tombo das Religiosas das Irmãs de Jerusalém (ms)
 Padroado de Rio Tinto (ms)
 Padroado de São Mamede (ms)
 Padroado do Convento (ms)

Sentença Apostolica contra o reitor da Igreja de Rio Tinto (ms)
Sentença contra o excellentissimo Marquez d'Angeja (ms)
Livro unico das sentenças contra o reitor de Rio Tinto (ms)
Sentenças contra o abbade de São Martinho do Campo (ms)
Treze maços com pergaminhos diversos, manuscriptos
Um maço com diversos papeis (ms)
Flos Sanctorum - 1 vol. inc.
A Vedeta da Liberdade (do nº 1 ao nº 27)
Livro do que deve ficar na cosinha (ms)
Livro das entradas e sahidas das noviças da Ordem (ms)
Um maço de recibos de arrendamentos (ms)
Um maço de pergaminhos e bulas (ms)
Um maço de profissões (ms)
Livro do Senhor Morto (ms)
Livro das obras deste Mosteiro (ms)
Livro das férias (ms)
Livro de Sor Maria de la Antigua - 1 vol. Chronica do Brasil - Simão Vasconcellos - 1 vol.inc.

A 7 de Junho de 1892 na Repartição da Fazenda do distrito do Porto, compareceram o sr.Thomaz Lino d'Assumpção, Inspector Geral interino das Bibliotecas e Archivos Públicos, para em cumprimento do artº6º do decreto de 29 de Dezembro de 1887, tomar posse dos livros e manuscriptos pertencentes ao suprimido convento de S.Bento de Avé Maria, desta cidade, determinado pela Direcção Geral dos Próprios Nacionais, em officio de 31 de Maio último.

Porto, 25 de Maio de 1893

DOCUMENTO 7

1893, Maio, 25, Porto

SUMÁRIO

Relação dos livros do Cartório do Mosteiro de São Bento de Ave Maria que ficaram no Arquivo Distrital do Porto.

Fonte: ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Processo de Extinção do Mosteiro de São Bento de Ave Maria do Porto*, Cx.2036, Capilha 11.

FICARAM AINDA NA REPARTIÇÃO DA FAZENDA DO DISTRITO DO PORTO OS SEGUINTE
VOLUMES³⁴:

Cento e vinte e sete livros de prazos
Vinte e um livros de vedorias
Dezasseis livros de títulos primordiais
Dezasseis tombos do Couto de Rio Tinto
Cinco tombos do Couto de Tarouquella
Tres tombos do Couto de Tuias
Tres tombos do Couto de Sandim
Um tombo antigo de Pardelhas
Um tombo antigo de Macieira de Cepellos
Um livro de nomes dos Casaes que foram do Mosteiro de Cucujães
Foral antigo do Mosteiro de São Bento
Um pequeno volume - foral de Pardelhas
Livro foral e cobrança extrahido do tombo de Pardelhas
Demarcação do Couto de Rio Tinto
Livro da fundação do Convento
Tombo de Rio Tinto
Um livro de descarga de laudemios e dominios
Livro de foros e casaes que foram de Cucujães
Quatro livros do recibo do Celleiro
Livro do foral do reguengo de Pardelhas
Livro de aforamento de Pardelhas
Livro do recibo antigo
Livro de cobrança dos foros de Cambra
Livro do recebimento das rendas
Dois livros do recibo
Livro índice do Cartorio antigo
Tombo com varios reconhecimentos
Dois livros - tombos antigos de Tarouquella
Dois livros de prazos antigos de Tarouquella

³⁴ Muitos destes volumes não existem no ADP.

Livro índice dos tombos de Tarouquella
 Tres livros de notas
 Livro Mostrador
 Livro caderno do registo dos livros sahidos do Cartório
 Livro de titulos das casas e pertenças no sitio da Neta
 Livro do recibo das pensões pagas pelo Mosteiro
 Livro registo de laudemios
 Livro de registo de licenças para hipotecas
 Dos livros de rendas e pensões do Couto de Rio Tinto
 Dois livros das despesas de reedificação do Convento na parte destruida pelo incêndio
 Livro de registos de cartas, contas e provisões
 Livro das pensões pagas à sachristia do Mosteiro
 Livro indice das casas e legados
 Livro indice das rendas
 Livro titulo da Confraria do Santissimo Rosario
 Livro mappa dos foros e pensões
 Livro caderno da Confraria do Santissimo Sacramento do Mosteiro
 Livro de amortizações
 Livro da receita e despeza da Confraria de Nossa Senhora do Desterro
 Tombo das entradas na Confraria de Nossa Senhora do Desterro
 Livro Rol dos prazos
 Livro com diversos apontamentos
 Livro tombo de demarcação de Pardelhas
 Livro com contas do Mosteiro de São Bento
 Doze livros de contas por triénios desde 1805
 Um livro com recibos de pensões
 Livro de contas do Celeiro
 Dois livros de cobrança
 Livro indice de foros
 Livro indice de todo o Cartório do Convento
 Tres pastas contendo diferentes prazos avulsos
 Tres pastas contendo diferentes vedorias
 Uma pasta contendo diferentes reconhecimentos
 Tres pastas contendo diferentes escrituras
 Quatro pastas com varias sentenças
 Maço contendo arrendamentos e recibos

25 de Maio de 1893

DOCUMENTO 8

1892, Novembro, 28, Porto.

SUMÁRIO

Relação dos livros destinados ao Culto que não deram entrada nos Arquivos Nacionais.

Fonte: ANTT, *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Processo de Extinção do Mosteiro de São Bento de Ave Maria do Porto*, Cx. 2036, Capilha 11.

**RELAÇÃO DE LIVROS E MANUSCRIPTOS DESTINADOS AO CULTO QUE NÃO FORAM
ESCOLHIDOS PARA A BIBLIOTECA, PELA INSPECÇÃO GERAL DAS BIBLIOTECAS E
ARQUIVOS PÚBLICOS NEM PELO MUSEU DAS BELLAS ARTES DE LISBOA**

Officiae Propria Sanctorum - 1 vol.
Officiae Sanctorum - 1 vol. (8 exempl. de 1 vol.)
Rituale Romanorum - 1 vol. inc.
Officiae Propria Sanctorum - 1 vol.
Officiae Propria Sanctorum ecclesiae et divercesis portucalensis - 1 vol.
Psalmi Davidis cum Cantico sacro et selecto - 1 vol.
Psalmi Davidis cum Cantico sacro et selecto - 16 vols.
Officium in festo nativitalis Domini - 3 exempl. inc.
Maço contendo officios de varios santos - 4 exempl.
Breviarium Romanumm - 9 exempl.
Officiae Propria Sanctorum diverceres portucalensis - 4 exempl.
Theatro ecclesiastico - 3 exempl.
Missale - 1
Martyrologium Romanumm - 3 exempl
Resas diferentes - 3 exempl. (1 inc.)
Officium et musica in festa Corporis Christi - 2 exempl.
Officium defunctorum - 1 vol.
Officium Beatae - 1 vol.
Officio de N. Señora - 1 vol.
Officium B. Mariae Virginis - 1 vol.
Officio de N. Señora - 1 vol.
Horae diurnae - 23 exempl.
Officio de la Señora - 5 exempl.
Officium heladomadae - 2 exempl.
Officio de la Semana Santa - 2 exempl.
Breviarios - 13 truncados
Um maço com folhetos e rezas latinas - 1
Antiphonarium dominicarum - 1
Breviarios - 4, truncados
Desagravos ao S. Sacramento - 1

Um maço com 5 novenas de Santo Agostinho - 1
 Officium Defunctorum - 1 vol.
 Officium Sanctorum - 2 exempl.
 Officia Nova - 1
 Horas Mariannas - 1
 Horas de Maria Santissima - 1
 Theatro Ecclesiastico - 1
 Proprium Sanctorum Monalium - 1
 Psalmi Davidis - 1
 Officium in festo Nativitalis Christi - 1
 Officium in Epiphanum Domini - 2 exempl.
 Officium in festa Corporis Christi - 3 exempl.
 Psalterium David - 1
 Officium in festa Nativitalis Domini - 1
 Officio de la Semana Santa - 2 exempl.
 Officium helidomadae sanctae - 4 exempl.
 Horae diurnae - 5 exempl.
 Breviarum Romanum - 8 vols.
 Maço com folhetos e resas latinas - 2 exempl.
 Maço com resas latinas - 1, truncado
 Epistolas - 1
 Directorio do Coro - 2 exempl.
 Maço com dez cadernos de Canto Chão - 1
 Maço com folhas volantes de Canto Chão - 1
 Maço com vinte folhetos de Canto Chão - 1
 Maço com doze cadernos - 1
 Caderno de pergaminho com Canto Chão - 1
 Officium in festa Nativitalis Domini - 1
 Livros de Coro encadernados - 7
 Caderno em pergaminho com musica com Canto Chão figurado - 1
 Maço com missas de Canto figurado - 1
 Maço com diversas musicas - 2 exempl.
 Missale Romanum - 3 exempl.
 Missale Romanum em folhas - 1
 Missale Propriae Sanctorum - 1
 Missale Romanum - 6 exempl.

Missae (sc) Defunctorum - 2 exempl.
Epistola Evangelica - 1
Livro de preces - 1
Rituale breve - 1
Missale Romanum 1
Livros de Canto Chão - 11 (ms)
Missale Romanum - 1
Maço com sete novenas - 1 (ms)
Escudo admiravel para os males da vida - 1
Officia Sanctorum - 1
Rituale Breve - 1
Officium Septem Dolorum - 1
Officio da Semana Santa - 1
Officio de la Semana Santa - 1
Psalmi Davidis - 1
Officium Defunctorum - 1
Novena do Immaculado Coração de Maria - 1

Repartição da Fazenda do Distrito do Porto, 28 de Novembro de 1892

**RELAÇÃO DAS PEÇAS DE OURIVESARIA QUE NÃO CONSTARAM DO INVENTÁRIO GERAL
POR TEREM SIDO HIPOTECADAS EM 1835 E POSTERIORMENTE LEILOADAS EM FINAIS
DE 1836**

- Uma custódia compostas de duas peças que são base e coluna, com três anjos na base com parafusos e três ditos na coluna soldados, tudo de prata lavrada dourada, não tendo o resplendor.
Peso – 23 marcos, 2 onças e 9 oitavas (5,38375 kg)³⁵
Avaliação – 130 000 réis
Arrematação 162 370 réis (José António Pinto Machado)

- Um báculo grande composto de seis tubos, uma maçã e mais duas peças grandes com figuras e vidros de várias cores, sendo uma d'estas últimas peças o remate superior curvo e a outra peça imediata com um forro de latão por dentro, tudo de prata lavrada dourada.
Peso – 32 marcos, incluindo a chapa, o ferro e as pedras (prata líquida – 29 marcos – 6,67kg)
Avaliação – 162 400 réis
Arrematação – 187 000 réis (António Bernardo Ferreira)

- Sete peças de uma umbela a saber: quatro tubos compridos e um dito curto, uma maçã e uma pirâmide lavradas, tudo de prata.
Peso – 7 marcos, 4 onças e 1 oitava (1,73375 kg)
Avaliação – 42 000 réis
Arrematação – 48 080 réis (António José Soares)

- Um vaso grande de prata dourada lavrado, com sua tampa e cruz, guarnecido com topázios, ametistas, esmeraldas, cristais e diamantes.
Peso – 13 marcos e 7 oitavas (3,01625 kg)
Avaliação (da prata) – 73 410 réis
Arrematação – 153 410 réis (António Bernardo Ferreira)

- Um cálix de prata lavrada, com a sua patena e colher lisas, tudo dourado.

³⁵ 1 Marco – 0,230 kg; 1 Onça – 0,030 kg; 1 Oitava – 0,00375 kg; 1 Grão – 0,00005 kg. *Pesos e Medidas*, in Dic. História de Portugal, vol.V, p.71.

Peso – 4 marcos, 5 onças e 5 oitavas (1,08875 kg)

Avaliação – 26 330 réis

Arrematação – 32 830 réis (João António Prata)

- Seis peças de um cálix grande a saber: base, colunas e capa lavradas, mais a patena e um prato pequeno de duas asas lisos, estas cinco peças douradas e mais outra peça de pôr debaixo da base com uma arma e um letreiro e com um espigão de parafuso tudo de prata.

Peso – 7 marcos, 1 onça e 6 oitavas (1,6625 kg)

Avaliação – 40 420 réis

Arrematação – 60 420 réis (António Bernardo Ferreira)

- Uma salva e 5 oitavas de três pés, de prata lisa com uma silva aberta ao buril e contas levantadas pela beira.

Peso – 5 marcos, 6 onças e 2 oitavas (1,3375 kg)

Avaliação – 32 370 réis

Arrematação – 37 870 réis (Pe. Manuel António da Silva)

- Uma salva com seu pé de desatarrachar, de prata lavrada.

Peso – 6 marcos, 4 onças e oitavas (sic) (1,50 kg ?)

Avaliação – 36 880 réis

Cinco purificadores com duas asas cada um e com os seus cinco pratos, tudo de prata e dentro de um dos purificadores um vidro encaixilhado em prata.

Peso – 3 marcos, 2 onças e 2,5 oitavas (fora o vidro) (0,759375 \cong 0,8 kg)

Avaliação – 18 420 réis

Lote arrematado por – 60 100 réis (António Bernardo Ferreira)

- Uma caldeira com seu arco e hyssope, tudo de prata.

Peso – 5 marcos, 4 onças e 2 oitavas (1,2775 kg)

Avaliação – 30 970 réis

Arrematação – 41 170 réis (António Bernardo Ferreira)

- Um vaso de lavatório de prata dourada.

Peso - 2 marcos, 1 onça e 7 oitavas (0,51625 kg)

Avaliação – 12 510 réis

Arrematação – 13 350 réis (Manuel de Oliveira Braga)

- Uma bugia redonda com dois pés na rodela e um ao cabo, tudo de prata.
Peso – 1 marco, 3 onças e 4 oitavas (0,335 kg)
Avaliação – 8 050 réis
Arrematação – 9 650 réis (Pe.Manuel António da Silva)

- Um par de castiçais de prata, de base redonda, de bocais fixos, com meias canas rebaixadas e círculos de contas levantadas.
Peso – 4 marcos, 5 onças e 4,5 oitavas (1,086875 kg)
Avaliação – 26 290 réis
Arrematação – 30 390 réis (Pe.Manuel António da Silva)

- Outro par de castiçais de prata mais pequenos, de base redonda, de bocais fixos, com meias canas levantadas.
Peso – 3 marcos, 3 onças e 1 oitava (0,78375 kg)
Avaliação – 18 980 réis

- Um prato e espevitadeira de prata.
Peso – 1 marco, 3,5 oitavas (0,243125 kg)
Avaliação – 5 900 réis
Este lote foi arrematado em conjunto por 27 080 réis (Pe.Manuel António da Silva)

- Um tinteiro com as seguintes peças: um prato ovado recortado com contas pela beira, com quatro pés e com treze tarrachas no fundo, doze das quais seguram quatro círculos e uma segura um tubo para ter as penas com sua tampa de três buracos, uma campainha, um arieiro com duas tampas e dois tinteiros com duas tampas, tudo de prata.
Peso – 4 marcos, 4 onças e ½ oitava, do toque de onze dinheiros (1,041875 kg ?)
Avaliação – 27 040 réis
Arrematação – 33 040 réis (José António Pinto Machado)

- Um remate pequeno de prata e três serafins lavrados de prata, com as roscas das tarrachas de cobre.

Peso – 6 onças, 4, 5 oitavas (exceptuando-se as tarrachas) (0,196875 kg \cong 200g)

Avaliação – 4 590 réis

Um báculo composto de cinco tubos, uma peça em forma de pirâmide com um leão e um sol dourados: e o remate de cima curvo, com uma ave de duas cabeças e uma coroa por cima, estas duas peças lavradas, tudo de prata.

Peso - 12 marcos, 2 onças e 4 oitavas (2,835 kg)

Avaliação – 68 950 réis

Este lote foi arrematado em conjunto por 80 090 réis (João António Prata)

- Outro báculo composto de cinco tubos, uma peça em forma de pirâmide e o remate de cima curvo, com uma árvore de duas cabeças, sem coroas estas duas peças, lavradas, tudo de prata.

Peso – 10 marcos, 6 onças e 3 oitavas (2,49125 kg)

Avaliação – 60 460 réis

Arrematação – 72 120 réis (Pe.Manuel António da Silva)

- Um par de serpentinas de três lumes cada uma e uma pinha no meio com seus pés de bases quadradas, recortadas, feitas fundidas, tudo de prata lavrada.

Peso – 11 marcos e 6 oitavas (2,5525 kg)

Avaliação – 62 128 réis

Arrematação – 72 120 réis (José António Pinto Machado)

- Outro par de serpentinas de três lumes cada uma e uma pirâmide no meio, com seus castiçais de bases quadradas feitas de chapa, com contas levantadas, colunas com meias canas rebaixadas e capitéis lavrados, tudo de prata.

Peso – 9 marcos, 6 onças e 7 oitavas (2,27625 kg)

Avaliação – 55 210 réis

Arrematação – 58 810 réis (António José Soares)

- Um cordão de ouro com argola

Peso – 12 oitavas e 16 grãos (0,0458 kg)

Avaliação – 20 760 réis

Arrematação – 21 240 réis (Pe.Manuel António da Silva)

- Um trancelim de ouro com colchete.
 Peso – 8 oitavas e 60 grãos (0,243 kg)
 Avaliação – 13 720 réis
 Arrematação – preço da louvação (João Joaquim Andrade Basto)

- Um colar de oiro com colchete.
 Peso – 15 oitavas e 30 grãos (0,05775kg \cong 60g)
 Avaliação – 21 430 réis
 Arrematação – 21 790 réis (Pe.Manuel António da Silva)

Ficaram ainda em uso no Mosteiro 4 cálices, 1 turíbulo e naveta, 1 relicário para exposição do Santíssimo, 1 vaso sagrado da comunhão, outro sem tampa e uma lâmpada hipotecada, de prata lavrada, que estava na Igreja e sobre a qual o negociante Bento Luis Ferreira Carmo emprestara 160 000 réis³⁶.

³⁶ MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, Bol.Associação Cultural Amigos do Porto, Porto, 1997/98, pp. 300/305

RELAÇÃO DAS ABADESSAS, PRIORESAS E SUB-PRIORESAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA

Dos séculos XVI e XVII³⁷

PRELADAS PERPÉTUAS

D. Maria de Melo (1535/77) - abadessa

- D. Francisca de Abreu - priora até 1573
- D. Filipa Rbeiro – sub-priora
- D. Isabel Aranha – priora a partir de 1573
- D. Cecília de Azevedo – sub-priora

D. Guiomar de Ataíde (1578/1612) – abadessa

- D. Isabel Araújo – priora
- D. Cecília de Azevedo – sub-priora
- D. Inês de Noronha – priora
- D. Brites ... – sub-priora

PRELADAS ELEITAS

D. Brites Ferraz – abadessa (1614/16)

- D. Isabel de Bastos – priora
- D. Antónia de Miranda – sub-priora

D. Violante Botelho – abadessa (1617/19)

- D. Catarina Soares de Melo – priora
- D. Maria Ferreira da Silva – sub-priora

D.Branca da Silva – abadessa (1620)

- D.Leonor da Silva – priorisa
- D.Isabel Soares – sub-priorisa

D.Ana de Ataíde – abadessa (1623/26)

- D. Catarina Soares de Melo – priorisa
- D. Maria da Cunha – sub-priorisa

D. Violante Botelho – abadessa (1626/29)

- D.Maria Cochofel da Fonseca – priorisa
- D. Juliana da Cunha e Faria – sub-priorisa

D.Branca da Silva – abadessa (1629/32)

- D.Juliana da Cunha e Faria – priorisa
- D. Isabel Soares de Vasconcelos – sub-priorisa

D.Ana de Ataíde – abadessa (1632/35)

- D.Madalena de Ataíde – priorisa
- D.Maria da Cunha – sub-priorisa

D.Branca da Silva – abadessa (1635/38)

- D.Maria Ferraz – priorisa
- D. Paula de Alpoim – sub-priorisa

D.Inês de Mesquita – abadessa (1638/1641)

- D.Maria Pinto – priorisa
- D.Violante de Azevedo – sub-priorisa

D.Vicência de Madureira – abadessa (1643/44)

- D.Paula de Alpuim Brandão – priorisa
- D. Isabel de Paiva de Azevedo – sub-priorisa

³⁷ CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes, *Abadessas, Priorisas e Subpriorisas do Convento de São Bento da Avé Maria nos*

D.Isabel Pereira – abadessa (1645/48)

- D.Serafina de Almeida – priora
- D. Ambrózia Brandão – sub-priora

D.Catarina Brandão – abadessa (1648/51)

- D.Maria Carneiro de Vasconcelos – priora
- D.Ambrózia Brandão – sub-priora

D.Isabel Pereira – abadessa (1652/54)

- D.Serafina de Almeida – priora
- D. Isabel de Paiva – sub-priora

D.Mariana da Cunha – abadessa (1659)

- D.Leonor Guedes Pinto – priora
- D.Cecília de Azevedo – sub-priora

D.Mariana de Castro – abadessa (1660) (aparece sempre sózinha)

D.Lourença da Silva – abadessa (1661/64)

- D.Mariana Pinto – priora
- D.Cecília de Azevedo – sub-priora

D.Maria de Castilho – abadessa (1664/66) (aparece sempre sózinha nos documentos)

D.Mariana Pinto – abadessa (1666/69)

- D.Filipa Pereira – priora
- D.Francisca Maria de Sousa – sub-priora

D.Maria de Castilho – abadessa (1670/72)

- D.Francisca Fajarda – priora
- D. Francisca Maria de Sousa – sub-priora

D.Maria Leite Pereira – abadessa (1673/75)

- D.Maria da Conceição de Azevedo – priora
- D.Helena Leite – sub-priora

D.Mariana da Rocha Leão – abadessa (1677/78)

- D.Úrsula de Abreu Coutinho – priora
- D.Isabel Carneiro – sub-priora

D.Maria da Cruz – abadessa (1679/81)

- D.Francisca Maria de Sousa – priora
- D.Antónia Maria – sub-priora

D.Maria da Conceição de Azevedo – abadessa (1681/84)

- D.Isabel Carneiro – priora
- D.Mariana da Silva – sub-priora

D.Filipa Pereira – abadessa (1685/87)

- D.Ana da Rocha – priora
- D. Mariana da Silva – sub-priora

D.Maria da Conceição de Azevedo – abadessa (1688/91)

- D.Isabel Carneiro – priora
- D.Mariana da Silva – sub-priora

D.Catarina de Castilho – abadessa (1691/94)

- D.Mariana Ferreira de Sá – priora
- D.Antónia Maria – sub-priora

D.Maria de Azevedo – abadessa (1694/97)

- D.Francisca Maria de Sousa – priora
- D.Joana Maria de Espírito Santo – sub-priora

D.Vitória Maria da Cunha – abadessa (1697/1700)

- D.Isabel Carneiro – priora
- D.Joana Mara do Espírito Santo – sub-priora

Dos séculos XVIII e XIX³⁸

1702

D.Maria da Conceição de Azevedo – abadessa

- D.Francisca Maria de Sousa – priora
- D.Ana da Rocha – sub-priora

1704

D.Maria Antónia de Noronha – abadessa

- D.Francisca Micaela de Sousa – priora
- D. Maria Ana da Rocha – sub-priora

1708

D.Vitória Maria da Cunha - abadessa

- D.Francisca Micaela de Sousa – priora
- D. Ana da Rocha – sub-priora

1709

D. Maria Antónia de Noronha – abadessa

- D.Isabel Teresa Ana da Rocha – priora

1711

D.Maria Antónia de Noronha – abadessa

- D.Maria de Sousa – priora
- D.Isabel Teresa – sub-priora

1712

D.Maria de Moura Airal – abadessa

- D.Ana Rafaela da Silva – priora
- D.Mariana do Sacramento – sub-priora

³⁸ Ver na Bibliografia os Livros de Prazos

1717

D.Bernarda Teresa Airal – abadessa

- D.Mariana do Sacramento - priora
- D.Joana Luísa de Sá – sub-priora

1719

D.Maria Antónia Noronha – abadessa

- D.Mariana do Sacramento – priora
- D. Joana Luísa de Sá – sub-priora

1722

D.Bernarda Teresa Airal – abadessa

- D.Ana Josefa – priora
- D. Maria de São Francisco – sub-priora

1724

D.Joana Barreto – abadessa

- D.Ana Cecília – priora
- D.Maria do Presépio – sub-priora

1726

D.Joana Barreto – abadessa

- D.Mariana do Sacramento – priora
- D.Maria do Presépio – sub-priora

1727

D.Josefa Luísa Beleza – abadessa

- D.Inês do Amaral
- D.Maria do Presépio – sub-priora

1732 (23 Dezembro)

D.Leonarda Leite dos Santos – vigária “in capite” (nomeada pelo bispo)

- D.Maria do Presépio – sub-vigária

Em Agosto seguinte, 1733 passaram a ocupar os cargos de abadessa e sub-priora, respectivamente. A priora foi Maria de São Francisco.

1734

D.Bernardina Josefa (aparece sem mais ninguém)

1736

D.Brázia de Noronha – abadessa

- D.Maria de São Francisco Sá – priora
- D.Apolónia Josefa – sub-priora

1739

D.Inês Maria do Amaral Barreto – abadessa

- D.Margarida Bernarda – priora
- D.Isabel Senhorinha (substituída em 1740 por D.Doroteia Francisca Barreto Leite)

1741/1743

D.Inês Maria do Amaral Barreto – abadessa

- D.Margarida Bernarda – priora
- D.Doroteia Francisca Barreto Leite – sub-priora

1745/1747

D.Bernardina Josefa Nobre – abadessa

- D.Teresa Rosa – priora
- D.Apolónia Josefa – sub-priora

1747/1750

D.Bernardina de Santo António e Sampaio – abadessa

- D.Teresa Caetano de Albuquerque – priora
- D.Joana Josefa de Ataíde – sub-priora

1751/1754

D.Joana Inês Osório de Alarcão – abadessa

- D.Teresa Rosa Barreto – priora
- D.Doroteia Francisca Barreto Leite – sub-priora

1754/1756

D.Teresa Isabel de Sousa – abadessa

- D.Teresa Rosa Barreto – priora
- D.Doroteia Francisca Barreto Leite – sub-priora

1757/59

D.Joana Inês Osório de Alarcão – abadessa

- D.Bernarda Josefa d'Ataíde – priora
- D.Teresa Clara Sarmento – sub-priora

1760/1763

D.Teresa Maria da Silva – abadessa

- D.Bernarda Josefa – priora
- D.Mariana Angélica – sub-priora

1763/1766

D.Joana Inês de Alarcão – abadessa

- D.Antónia Maria de Vasconcelos – priora
- D.Angélica Maria – sub-priora

1766/1768 – 1769/1771

D.Teresa Maria da Silva – abadessa

- D.Angélica Maria – priora
- D.Mécia Madalena – sub-priora

1772

D.Teresa Maria da Silva – abadessa

- D.Joana Angélica – priora
- D.Mécia Madalena – sub-priora

Entre 1772 e 1782 os Livros de Prazos não dão informações sobre os nomes das Preladas.

1782/1788

D.Sofia Brandão – abadessa

- D.Vitória Maria Corte Real – priora (substituída em 1786 por D.Francisca Raimunda)
- D.Maria Ana da Soledade – sub-priora

1790/1793

D.Sofia Brandão – abadessa

- D.Francisca Raimunda – proresa
- D. Mara ana da Soledade – sub-prioresa

1794/1799

D.Ana Antónia de Sampaio – abadessa

- D.Ana Teodora Maciel – prioresa
- D.Antónia Inácia – sub-prioresa (substituída em 1798 por D.Ana Joaquina de Sampaio)

1799/1802

D.Vitória Maria Corte Real – abadessa

- D.Francisca Raimunda – prioresa
- D.Ana Joaquina de Sampaio – sub-prioresa

1803/1805

D.Vitória Maria Corte Real – abadessa

- D.Maria Ana Genoveva – prioresa
- D.Ana Joaquina de Sampaio – sub-prioresa

1806/1807

D.Ana Benedita Cordeiro – abadessa

- D.Maria Genoveva – prioresa
- D.Aana Joaquina de Sampaio – sub-prioresa

1808/1814

D.Ana Benedita Cordeiro – abadessa

- D.Maria Benedita – prioresa
- D.Ana Inácia – sub-prioresa

1815/1822

D.Genoveva Vitória de Faria – abadessa

- D.Maria Benedita – prioresa
- D.Ana Inácia – sub-prioresa

1823/1829

D.Juliana Isabel Garcia – abadessa

- D.Maria Benedita – priora
- D.Rita José Ferraz – sub-priora

1830/1832

D.Benedita do Cordeiro – abadessa

- D.Maria Benedita – priora
- D.Rita José Ferraz – sub-priora

1834

D.Ana Delfina d'Andrade – abadessa

- D.Rita José Ferraz – priora
- D.Joana Emília d'Ándrade – escrivã

1838/1840

D.Ana Delfina d'Ándrade – abadessa

- D.Maria Amália – priora
- D.Rita José Ferraz – sub-priora

1841/1861

D.Ana Delfina d'Ándrade – abadessa

- D.Maria Amália – priora
- D.Apolónia Maria – sub-priora

1862/1887

D.Ermelinda Doroteia de Freitas – abadessa

1887/1892

D.Maria da Glória Dias Guimarães - abadessa

A partir de 1841 os registos identificativos das Preladas são extremamente escassos.

Provavelmente há sobreposição de pessoas, porque nunca são nomeadas com a totalidade de nomes e apelidos. Noutros casos surgem truncados ou mal ortografados.

Na maioria dos casos a periodicidade dos triénios não é observada, sobretudo para os séculos XVIII e XIX. Com o avançar deste último os cargos dilatam-se no tempo (falta de “pessoal” qualificado para os desempenhar?) e nota-se nos escrivães pouca preocupação em registar os nomes das preladas, enquanto pelo contrário, anotam pormenorizadamente os nomes dos caseiros e familiares, que constam nas escrituras de arrendamento. Sinal dos tempos?

**SINOPSE DA ACTIVIDADE ARTÍSTICA NO MOSTEIRO DE SÃO
BENTO DE AVÉ MARIA, NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII**

SÉCULO XVI – Primitiva fábrica. Pela leitura fica-se com a ideia terem existido duas fases: uma de 1518/1523 e outra de 1527 a 1535, quando “se povoou o Mosteiro

NOME	PROFISSÃO	DATA	OBRAS EXECUTADAS
Afonso, António ³⁹	pedreiro	1529	Escadaria p/ Enfermaria igual às do Claustro
Afonso, Gonçalo ⁴⁰	pedreiro	1535	Fresta no Coro de Cima e mais outras nas Oficinas
Afonso, Luis ⁴¹	carpinteiro(perito)	1534	Avaliação da obra a refazer quando ela deu de si
Alves, Gaspar ⁴²	"remates"	1529	Fez os remates no Mosteiro
Anes, João ⁴³	carpinteiro(perito)	1534	Avaliação da obra a refazer quando ela deu de si
Anes, Jorge ⁴⁴	carpinteiro(perito)	1528	Avaliador das "necessarias" quando prontas
Anes, Pero ⁴⁵	empreit.tijolo	1523	Obra de ladrilhar
Anes, Pero ⁴⁶	carpinteiro(perito)	1527	Avaliador da obra de carpintaria a pedido da viúva de Bartolomeu Dias
Anes, Pero ⁴⁷	ferreiro(perito)	1534	Avaliador da obra de ferro
Castilho, Diogo ⁴⁸	arquitecto	1527/28	Mestre das obras a partir de 1528
Dias, Bartolomeu ⁴⁹	carpinteiro	1519	Fez obra de carpintaria, forros e as cadeiras do Coro
Fernandes, Francisco ⁵⁰	ferreiro	1527	Grades e tirantes
Fernandes, João ⁵¹	ferreiro	1534	Tirantes para o Coro
Gonçalves, Sebastião ⁵²	carpinteiro	1528	Fez as "necessarias"
Lopes, João ⁵³	mestre pedreiro	1518	Foi o Mestre das obras durante dez anos
Molão, João Anes ⁵⁴	ferreiro	1534	Obra de ferraria
Nunes, António ⁵⁵	mestre ladrilho	1528	Ladrilhou as Oficinas e Sacristia

³⁹ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.195

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, fl.179.

⁴¹ MAGALHÃES BASTO, *Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*. Documentos e Memórias para a História do Porto, XXXIII, CMP, Porto, s/d, p.12.

⁴² FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *As duas Igrejas do Mosteiro de São Bento da Ave Maria do Porto*, in I Congresso Internacional del Monacato Feminino en España Portugal Y America, 1492/1992, pp.745/754.

⁴³ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.179.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, fl. 170.

⁴⁵ ALVES, Artur Mota, *O Convento de Ave Maria do Porto*, in Boletim Cultural da CMP, vol.V, fasc.2, Junho, Porto, 1942, pp.181/188

⁴⁶ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, p.41.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.40.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p.120

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p.223.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p.268. *O Livro da Fundação (4674)* dá 1527 como data da primeira obra.

⁵¹ ADP, *Livro da Fundação (4674)*, fl.171.

⁵² Idem, *Ibidem*, fl.170. FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o.c.*

⁵³ VITERBO, Sousa, *Dic.Hist.de Architectos.....*, vol.II, Lisboa, 1904, pp.74/75.

⁵⁴ FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o.c.*

⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

NOME	PROFISSÃO	DATA	OBRAS EXECUTADAS
Nunes, João ⁵⁶	carpinteiro(perito)	1528	Avaliador das "necessarias" quando prontas
Pires, Duarte ⁵⁷	carpinteiro(perito)	1527	Com Pero Anes avaliador a pedido da viúva de Bartolomeu Dias
Pires, João ⁵⁸	pedreiro (perito)	1534	Avaliador da obra de pedraria
Pires, Jorge ⁵⁹	ferreiro	1527	Grades para o Coro de baixo e Refeitório

⁵⁶ ADP, *Livro Fundação* (4674), fl.170vº.

⁵⁷ FERREIRA-ALVES, J.Jaime *o.c.*

⁵⁸ MAGALHÃES BASTO. *o. c.*, p.474.

⁵⁹ FERREIRA-ALVES, J.Jaime. *o.c.*

SÉCULO XVII – 2º PERÍODO – BARROCO

NOME	PROFISSÃO	DATA	OBRAS EXECUTADAS
Belchior ⁶⁰	ferreiro	1638	Obra de ferro
Fernandes, Belchior ⁶¹	assent.azul	1627/29	Assentou os azulejos da Sacristia
Fonseca, Domingos ⁶²	pint./dour.	1637	Obras na Igreja
Fonseca, João ⁶³	mag./ourives	1622	Peças de prata
Lopes, João ⁶⁴	ensambl.	1637	Frisos na Torre, nicho e retábulo no Coro
Machado, Manuel ⁶⁵	imaginário	1627/29	Obras no Altar-mór e Sacristia
Moreira ⁶⁶	pint./dourad.	1637	Rosas na Igreja
Pero, António ⁶⁷	carpinteiro	1617/20	Dormitório
Ribeiro, Baltazar ⁶⁸	pint./dour.	1637/38	Cartelas, Cristo, Juízo(retábulo), Rosário. Tudo no Coro
Santos, João ⁶⁹	pedreiro	1638	Fonte de S.Bento, na Cerca
Tavares, Francisco ⁷⁰	carp./ensambl.	1638	Não especifica
Teixeira, António ⁷¹	pint./dour.	1637	Florões na parede
Teixeira, António ⁷²	ferreiro	1638	Não especifica

⁶⁰ BNL, *Códice 8424*, fl.107 vº.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, fl.59.

⁶² FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *o .c.*

⁶³ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, p.10.

⁶⁴ BNL, *Códice 8424*, fl.78 vº.

⁶⁵ Idem, *Ibidem*, fl.60vº

⁶⁶ Idem, *Ibidem*, fl.78.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*, fl.15 vº.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*, fl.111.

⁶⁹ Idem, *Ibidem*, fl. 128.

⁷⁰ Idem, *Ibidem*, fl.106vº.

⁷¹ Idem, *Ibidem*, fl.79.

⁷² Idem, *Ibidem*, fl.107vº.

SÉCULO XVIII

NOME	PROFISSÃO	DATA	OBRAS EXECUTADAS
Barros, José Ferreira ⁷³	ourives de prata	1768	Lâmpada de Prata
Costa, João ⁷⁴	entalhador	1707	Retábulo, forro e ilhargas da Capela-mór
Fonseca, Manuel ⁷⁵	imaginário	1718	Obra de Talha
Freitas, António Moreira ⁷⁶	carpinteiro	1762	Residência do Capelão
Gomes, António ⁷⁷	imaginário	1718	Obra de Talha
Manso, José da Mota ⁷⁸	pint./dourad.	1730	Douramento da Talha da Igreja
Martins, Manuel ⁷⁹	imaginário	1703	Retábulo
Pereira, Caetano ⁸⁰	pedreiro	17..	Reconstrução da Casa do Capelão
Silva, Filipe ⁸¹	entalhador	1707	Retábulo, forro e ilhargas da Capela-mór

⁷³ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, pp. 66/67

⁷⁴ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, vol.I, Documentos e Memórias para a História do Porto, XLVII, CMP, Porto, 1989, p.249. BRANDÃO, D.Domingos Pinho, *Obra de Talha Dourada, Ensamblagem e Pintura na Cidade e na Diocese do Porto, 1700/1725*, Porto, 1985, p.181.

⁷⁵ BRANDÃO, D.Domingos Pinho, *o.c.*, p.493. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *o.c.*, p.249.

⁷⁶ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, p.359.

⁷⁷ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *o.c.*, p.249. BRANDÃO, D.Domingos Pinho, *o.c.*, p.493. GONÇALVES, Flávio, *A Capela de Talha da Árvore de Jessé da Igreja de S.Francisco do Porto*, in O Tripeiro, nº9, Setembro, VI série, anoXI, 1971, pp.257/264.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*. Idem, *Ibidem*, 1726/50, p.173. Idem, *José da Mota Manso*, in O Tripeiro, nº7, Julho, VI série, ano V, 1965, pp. 197/200.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*. Idem, *Ibidem*, 1700/1725, p.181. Idem, *A Capela de talha da Arvore de Jessé da Igreja de S.Francisco do Porto*, nº7, Julho, VI série, anoXI, Porto, 1971, pp211/218.

⁸⁰ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, p. 454.

⁸¹ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *o.c.*, p. 249. BRANDÃO, D.Domingos Pinho, *o.c.* 1700/1725, p.181. GONÇALVES, Flávio, *A Capela de Talha da Árvore.....*, pp.257/264.

SÉCULO XVIII - 3º PERÍODO – ROCAILLE

Após o incêndio de 1783.*

NOME	PROFISSÃO	DATA (de 1783 em diante)
Alves, António ⁸²	carpinteiro	
Álvares, Manuel ⁸³	arquitecto	
Bessa, Manuel José	carpinteiro	
Costa, Joaquim da	pedreiro	
Costa, José	pedreiro	
Dinis, Filipe ⁸⁴	entalhador	
Fonseca, Manuel	entalhador	
Freitas, António Moreira	carpinteiro	
Freitas, Manuel da Silva	pedreiro	
Lopes, Manuel	pedreiro	
Loureiro, José	pedreiro	
Pereira, Caetano	pedreiro	
Pereira, João	pedreiro	
Pereira, José ⁸⁵	marmorista	
Pereira, Manuel ⁸⁶	entalhador	
Ribeiro, José	carpinteiro	
Santos, Francisco	pedreiro	
Silva, Custódio	carpinteiro **	

* Este conjunto de artistas encontram-se em FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *O Porto na Época dos Almadas*, vol.I, Porto, 1988, pp.120/124.

** Os Livros das Obras de Reedificação do Mosteiro(4705 e 4706) não atribuem tarefas específicas.

⁸² FERREIRA-ALVES,J.Jaime , *O Porto na Época dos Almadas*, vol. II, Porto, 1988, p.398.

⁸³ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, p.24.

⁸⁴ O nome parece-nos ser “Denis”. Surge de várias formas: de Nis, de Nenis e também Denis.

⁸⁵ ADP, *Livro das Obras da Reedificação do Mosteiro* (4706).

⁸⁶ Não sabemos se será o mesmo Manuel Pereira que fez os cadeirais nomeado em SMITH, Robert, *Cadeiras de Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, s/d, p.78.

ALGUMAS OBRAS QUE CONSTAM DOS “CURRICULA” DOS ARTISTAS E ARTÍFICES QUE TRABALHARAM NO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA, DESDE A SUA FUNDAÇÃO

Por comodidade de leitura apresenta-mo-los pela ordem em que constam dos quadros e não pela importância que julgamos terem tido.

SÉCULO XVI

CASTILHO, Diogo (Morou pelo menos em Coimbra e depois no Porto⁸⁷)

Não se sabe o que fez no Mosteiro mas que em 1528 era o mestre das obras.

1517 – está nas obras de Santa Maria de Belém

1518/25 – em Coimbra executa: a Capela-mór e Sacristia do Mosteiro de Tentugal

1528 – Refeitório e Coro Alto de Santa Cruz.

1530 – a partir de agora trabalha sob a orientação de Frei Brás de Barros e é mestre de obras da Universidade de Coimbra

1531 – Capela-mór da Igreja paroquial de Góis

1533 – A construção do Mosteiro de Monchique, no Porto

1534 – Trofa do Vouga.

Substitui Marcos Pires, arquitecto régio

1536 – Está nas obras do Mosteiro de Grijó a pedido do rei

1537 – Mosteiro de São Salvador (Serra do Pilar – Vila Nova de Gaia)

Foi cavaleiro e fidalgo da casa de El-Rei (1524), vereador de Coimbra (1551) e cidadão do Porto onde viveu 13.⁸⁸

Segundo Magalhães Basto:

1524 – Mestre das obras dos paços reais de Coimbra

1526 – já está no Porto

1527 – Mestre de Obras no Mosteiro de São Bento de Avé Maria

1533 - Mestre das obras de Santa Cruz.

⁸⁷ Ter-se-á consorciado com Isabel Ilharco, filha de um comerciante portuense. Uma das moradas conhecidas foi na Rua das Flores. MAGALHÃES BASTO, Artur, o. c., pp. 73/82

⁸⁸ ABREU, Suzana Matos, *A Docta Pietas ou Architectura do Mosteiro de São Salvador (1537/1692)* – 2 vols. – Dissertação de Mestrado à Faculdade de Letras do Porto, Porto,.....pp.13/21 (1^ovol.), pp.130/134(2^ovol.).

DIAS, Bartolomeu (Era de Vila Nova de Gaia)

Antes de 1519 terá feito obra "a contento" e do seu ofício na enfermaria do convento de Vilar de Frades (1425/1834).

1519 – Obras de carpintaria no Mosteiro de São Bento de Avé Maria

1520 – Forramentos da Igreja e oficinas

1523 – Cadeiras do Coro.⁸⁹

LOPES, João⁹⁰ (Chamou-se João Lopes de Guimarães e de Lamego por ter lá vivido enquanto trabalhava. Também teve o apelido de João Lopes-o-Velho não só, provavelmente pela idade, mas para o distinguir do filho, João Lopes-o-Novo. A sua obra estendeu-se igualmente à Galiza)

15... Começa a trabalhar com o mestre biscainho Francisco Fial, na matriz de Caminha;

1508 – Mestre das obras da Sé de Lamego, coadjuvado pelos biscainhos João de Vargas e João Parmenes;

151. – Obras em Vilar de Frades⁹¹

1514 – Contrato com o bispo de Lamego, D.Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, para acabamento dos portais e pilares da sua Sé;

1518 – Contrato com o Rei com vista a fazer um convento de freiras (São Bento de Avé Maria), onde trabalha cerca de dez anos;

1520/1530 – Obras de Vilar de Frades* ;

1529 – Testemunha de um contrato de emprazamento em São Vicente de Fora (Lisboa);

1530 – D.João III dá-lhe a carta de privilégio "de andar de mula ou faca";

1531 (?) – Construção do Pelourinho de Arcos de Valdevez;

1531/1544 – Desconhece-se o seu paradeiro (mas seguramente trabalhou na parte da torre e da Capela baptismal de Vilar de Frades;

1544 – Constrói o chafariz do Largo de S.Domingos no Porto, depois transferido para outra praça;

1545 – É-lhe atribuída a construção da casa de Jâcome Roiz de Luna e o palácio Sottomaioir, em Viana do Castelo;

⁸⁹ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, pp.223-237.

⁹⁰ RAMOS, Maria Teresa Calheiros de Oliveira, *a Igreja Manuelina de Vilar de Frades*, Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense, Porto, 1990, p.109.

⁹¹ VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades-1425/1834*, Dissertação de Mestrado, texto policopiado, vol.1, FLUP, 1996, pp.89-90.

- 1546 – É-lhe atribuída a construção da capela de São Bernardo, de Fernão Brandão (falecido em 1546), a qual ostenta a data de 1547;
- 1549 – Orienta as obras da feitura do chafariz da Ferraria, em Pontevedra;
- 1551 – Constrói o chafariz de Caminha;
- 1553 – A Câmara de Viana do Castelo encomenda-lhe um novo chafariz em que trabalha até 1554, devido ao facto do chafariz principal estar em ruína;
- 1556 – É encarregado de vistoriar o corochéu da Sé do Porto;
- 1559 ou 1560 – Morte de João Lopes-o-Velho.

Aquela data foi uma hipótese adiantada pelo Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, segundo indicação da autora, mas da qual nos permitimos discordar com base nas várias referências feitas ao longo do contrato de carpintaria de S.Bento de Avé Maria, referências essas a obras já executadas em Vilar de Frades tomadas como termo de comparação para os trabalhos do Porto, o que nos leva a supôr ser esta (Porto) posterior àquela (Vilar de Frades – Barcelos).

Efectivamente veio a provar-se que as obras de Vilar de Frades haviam começado bastante antes.

COSTA, João (Porto)

- 1689 – O retábulo de Santa Isabel da Hungria (desaparecida Igreja da Ordem Terceira de São Francisco);⁹²
- 1701 – O desaparecido retábulo da capela-mór da igreja matriz de São Martinho de Sande (Marco de Canavezes);⁹³
- 1704 – Com Manuel Rodrigues, o desaparecido retábulo e tribuna da capela-mór da Igreja do Salvador de Ramalde (Porto);⁹⁴
- 1701 – De parceria com António Gomes – retábulo e tribuna da capela-mór da Igreja do convento de Arouca⁹⁵;
- 1707 – O retábulo, forro e ilhargas da capela-mór da Igreja de São Bento de Avé Maria⁹⁶.

⁹² GONÇALVES, Flávio, *A Capela de talha da Igreja de S.Francisco do Porto*, in *O Tripeiro*, nº7, Julho, VI série, anoXI, Porto, 1971, pp.217/218.

⁹³ Idem, *Ibidem*.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

⁹⁵ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *De Arquitecto a Entalhador. Itinerário de um Artista nos séculos XVII e XVIII*, in I Congresso Internacional do Barroco, 1ºvol., Porto, 1991, pp355/369.

⁹⁶ Idem, *Ibidem*. GONÇALVES, Flávio, *o.c.*

1707 – Talha do Santíssimo Sacramento da Sé do Porto.⁹⁷

1712 – O retábulo da capela de Nossa Senhora da Piedade no Terreiro da Alfândega do Porto⁹⁸.

FONSECA, Manuel

1702 – Com seu irmão João da Fonseca, sete retábulos: um para a Capela-mór e dois colaterais para a Igreja de Rio Meão(Vila da Feira); dois colaterais para a Igreja de S.Mamede de Travanca (Vila da Feira) e dois colaterais para a Igreja de S.Martinho de Arada (Ovar).⁹⁹

1718 – Divide a meias com António Gomes, o trabalho de talha da Igreja de São Bento de Avé Maria.

GOMES, António (Santo Tirso e depois radicado no Porto)¹⁰⁰

1678 – Sé de Lamego com Domingos Nunes – sepulcro

1679 – Com a mesma parceria: o retábulo-mór da Igreja de Santo António de Aveiro

o retábulo –mór da Igreja do Colégio dos Orfãos, do Porto

1692- o retábulo e tribuna da Igreja do convento de Vilar de Frades

1692 – Faz sozinho o retábulo da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (V.N.Gaia)

1701 – Com João Costa o retábulo e tribuna da Igreja do convento de Arouca

1702 – Retábulo e talha da capela de Jesus do convento de S.Domingos de Aveiro

1717 – Retábulo e o frontal de N.Sra.da Conceição da Igreja da Ordem Terceira de S.Francisco, do Porto

1718 – Com Manuel da Fonseca divide a obra da Igreja de São Bento de Avé Maria

1718 – Divide com Filipe da Silva a obra de talha da capela de N.Sra.da Conceição da Igreja da Ordem Terceira de S.Francisco, no Porto

1725 – Talha da capela-mór da Igreja do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

1730 – Os quatro retábulos da Igreja da Ordem de S.Domingos.

⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p.212.

⁹⁸ GONÇALVES, Flávio, *o.c.*

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, fl. 246.

¹⁰⁰ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *GOMES, António*, in, Dicionário, da Arte Barroca, Edit.Presença, Lisboa, 1989, pp.206/207.

MANSO , José da Mota – Natural de Tarouquela (Viseu)¹⁰¹

1730 – Dourar a talha da Igreja de São Bento de Avé Maria

1743 – A obra da capela-mór da Igreja de São Cristóvão de Espanedo (próximo de Tarouquela)

1750 – Dourou e pintou o retábulo, ilhargas e arco frontespício da capela do Santíssimo Sacramento da Igreja do Bom Jesus de Matosinhos

1751 – Na mesma Igreja, dourou o retábulo consagrado a São José

1760 – O retábulo-mór da Igreja matriz da Póvoa de Varzim

MARTINS, Manuel (morador em Santo Ildefonso - Porto)¹⁰²

1703 – Retábulo da Igreja de São Bento de Avé Maria

1704 – Retábulo mór da Igreja matriz de São Salvador de Fânzeres

1730/40 – Residia em Lamego

1738 – Retábulos colaterais da capela de N.Sra. do Desterro

SILVA, Filipe (morava no Porto)¹⁰³

1687 – Tribuna e trono para o retábulo-mór da Igreja da Ordem terceira de São Francisco

1691 - Retábulo da capela-mór da Igreja do Mosteiro da Serra do Pilar (V.N.de Gaia)

1693 – Obras de talha para a Santa Casa da Misericórdia do Porto

1693 – Retábulo e talha para a capela de São João Evangelista da Igreja do convento de Santa Clara de Vila do Conde

1700 – Retábulo-mór da Igreja do convento de Santo Agostinho (São João Novo)

1701 – Retábulo-mór da Igreja da Ordem Terceira de S.Domingos

1703 – Parceria com João Costa para refazerem na mesma Igreja o retábulo de N.Sra.do Rosário

1707 – Com a mesma parceria faz o retábulo e talha da capela-mór do Santíssimo Sacramento da Sé do Porto, assim como o retábulo-mór para a Igreja de São Bento de Avé Maria.

¹⁰¹ GONÇALVES, Flávio, *José da Mota Manso*, in *O Tripeiro*, nº7, Julho, VI série, anoV, Porto, 1965, pp.197/200. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *A Arte da Talha no Porto na Época Barroca*, vol.I, Porto, 1989, p.249.

¹⁰² GONÇALVES, Flávio, *A Capela de Talha da Arvore de Jessé da Igreja de S.Francisco do Porto*, in *O Tripeiro*, nº7, Julho, VI série, ano XI, Porto, 1971, p.216. FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *o.c.*

¹⁰³ FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, *SILVA, Filipe, Dicionário da Arte Barroca*, Edit.Presença, Lisboa, 1989, p.446

1711- Sozinho faz os retábulos colaterais da Igreja do mosteiro de Grijó.

1722 – Com António Gomes faz a talha e o cadeiral para a Igreja do mosteiro de Arouca

1725 – Tribuna da capela-mór da Igreja do convento de Santo Agostinho (S.João Novo), Porto

ALVARES, Manuel (de Santa Cruz do Bispo)

Deste personagem nada apuramos. Laconicamente surge como recebedor de 120 000 réis por Ter executado a planta para a nova obra da Igreja que tinha sido consumida no incêndio da madrugada do dia 10 de Outubro de 1783

1782 – Com Manuel João da Silva arrematam a uma obra de pedreiro no cais em seguimento do de Gaia até à Calçada da Serra do Pilar¹⁰⁴

Poderemos adiantar que pode ser o mesmo Manuel Alvares que com Manuel José da Silva (e não João, como diz Magalhães Bastos) que fariam a construção de um cais “desde a calçada da Cerra athe o fim dos armazens do Excelentissimo Governador das Justiças (João de Almada e Melo)” e à continuação do cais “alem do que se acha feito” para o lado do Cavaquinho.¹⁰⁵ Continua o autor a dar-nos conta que este Manuel Álvares era de Santa Cruz do Bispo e “Mestre das obras do Excelentissimo Reverendissimo Bispo desta deoceze (D.João Rafael de Medonça)”¹⁰⁶. Este Bispo que tomou as diligências necessárias aquando do incêndio. Nada pois mais natural que ter enviado o seu Mestre para tomar as providências para a reconstrução o mais breve possível.

¹⁰⁴ MAGALHÃES BASTO, *o.c.*, p.24.

¹⁰⁵ FERREIRA-ALVES, J.Jaime, *Elementos para a História das Sociedades entre mestres pedreiros (séculos XVII/XVIII)*, Revista da Faculdade de Letras (História), I Série, vol.IX, Porto, 1992, pp.349/350.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*.

A Pedra utilizada para a construção do Mosteiro parece ter vindo da pedreira da ZURARA (deve ser Azurara), por ser a mais branca*.

Para a reconstrução, após o incêndio usaram-se as pedreiras: da FONTINHA ("Pedreira de Sima"), de FRADELOS (deve ser a de baixo pela localização geográfica relativamente à anterior), do BAIRRO ALTO, do BONFIM, do MONTE PEDRAL, da PÓVOA (não sabemos se é Póvoa do Varzim) **.

* ADP, Livro da Fundação (4674)

** ADP, Livros das Obras da Reconstrução do Mosteiro (4705) e (4706).

Houve vários instrumentos de Orgão no Mosteiro. Anteriores ao incêndio apenas sabemos da sua existência, mas da peça posterior (ou peças) temos notícia. Dizemos peças porque há pelos menos duas versões.

Manuel de Sá Couto (de Landim – Braga)

1817, pela quantia de cinco mil cruzados (200 000 réis)¹⁰⁷

Caixa Neo-clássica¹⁰⁸

1799 – Orgão dos Terceiros Franciscanos – 740 000 réis¹⁰⁹

Segundo a opinião de Carlos Passos seria:

Construtor – Frei Domingos Varela – 1817

Caixa em talha Luis XVI¹¹⁰

Nos finais do século XVIII Frei Domingos terá executado também o novo orgão para São Bento da Vitória¹¹¹.

Fica a ideia de o mesmo instrumento teve diferentes roupagens porque Carlos Passos diz que *“apesar da modesta armação o aparelho do orgão é bom..... A armação era de talha Luis XVI”*¹¹². Foi mas já não era! Concordam ambos com a responsabilidade da celeireira na encomenda. No entanto não podemos esquecer que a inscrição que o atesta é uma simples placa de cobre e não uma inscrição gravada no móvel (logo removível).

¹⁰⁷ COUTINHO, Xavier, *Orgãos, Organeiro e Organistas da cidade do Porto*, in Bol.Associação Cultural Amigos do Porto, número 1, segunda série, Porto, 1971, pp.11/34.

¹⁰⁸ SILVA, Célia Ramos Ferreira, *Orgãos de Tubos da cidade do Porto, secs.XVI/XIX*, vol.II, (Dissertação de Mestrado), FLUP, Porto, 1998, pp.105/109.

¹⁰⁹ COUTINHO, Xavier, *o.c.*

¹¹⁰ PASSOS, Carlos, *Guia Histórica e Artística do Porto*, Liv.Figueirinhas, Porto, 1935, p.125.

¹¹¹ Idem, *Ibidem*. COUTINHO, Xavier, *o. c.*

¹¹² PASSOS, Carlos, *o.c.*

APÊNDICE GRÁFICO

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Este conjunto de estudos, traduzido noutros tantos esquemas gráficos, não pretende ter a presunção de ser a solução única e absoluta para a compreensão da distribuição do espaço do extinto e desaparecido mosteiro de São Bento de Avé Maria, do Porto. Procura, sim e apenas, dar uma visão, embora limitada (dado que muita da área física envolvida e envolvente permanece desconhecida e incompreensível), da forma como a imensa massa granítica se articulava em consonância com a vivência de uma comunidade religiosa segundo linhas precisas delineadas pela Regra do patriarca Bento de Núrsia. Como qualquer organismo que se desenvolve, também este corpo cresceu e se modificou dentro do seu casulo e, por isso, apresentamos também uma tentativa que contemple essas diferenças, partindo sempre do esqueleto inicial.

Para chegar às conclusões apresentadas, muito contribuíram as plantas topográficas do local, recolhidas no Arquivo Histórico Municipal do Porto¹¹³, infelizmente pouco esclarecedoras no que toca ao espaço dinâmico do edifício e anexos, em causa, a planta topográfica dos cortes a efectuar após a expropriação (por parte da Câmara, em 1887) da parte fronteira do Mosteiro e terrenos envolventes, pertencentes estes a vários particulares¹¹⁴. No primeiro caso, o que nos interessa directamente, a subtracção espacial ter-se-ia feito em dois momentos, como vai indicado no esquema 9, pelos tracejados AA' (em 1887, ou seja no imediato sequencial à acção de expropriação) e BB'/CC' (após a desafecção do edifício, aquando da morte da última freira, em 1892). Lançamos também mão de outros registos publicados ao longo dos tempos¹¹⁵.

O estudo feito para a distribuição da área ocupada no projecto inicial de 1518 (esquemas 1 e 2) foi feito recorrendo essencialmente à transcrição do contrato da obra, publicada por Artur da Mota Alves¹¹⁶, no início dos anos quarenta, cotejando-o e acrescentando-o com as informações contidas na documentação do cartório beneditino¹¹⁷. Reunidas estas contribuições, passou-se a

¹¹³ AHMP, *Catálogo dos Livros de Plantas*, MNL 2/A n.ºs 84,165,186, 475; *Planta Topográfica da Cidade do Porto* (1892), n.ºs 278,279,280

¹¹⁴ AHMP, Registo n.º5475, *Livro de Expropriação* n.º63, fls.383/395 a)

¹¹⁵ PLANTAS ANTIGAS, SÉCULOS XVIII/XIX, *Iconografia Portuense*, CMP, s/d, fig.XVIc; PASSOS, Carlos, *Nova Monografia do Porto*, Companhia Portuguesa Editora, s/d, p.87; FERREIRA, J. A. Pinto, *O Urbanismo do Porto no século XVIII e seus reflexos no Plano Económico e Social*, vol.XXVIII, CMP, Porto,1965, p.633; FONSECA, António Guedes da, *Apontamentos para a História da Estação de São Bento*, Douro Litoral, Sexta série, Porto, 1954, p.51

¹¹⁶ ALVES, Artur da Mota, *O Convento de Avé-Maria do Porto*, CMP, vol.II, Junho, Porto, 1939, pp.242/368.

¹¹⁷ ADP, *Livro da Fundação 4674*, BNL, *Códice* n.º8747.

um complexo trabalho de reflexão, apoiado no estudo da distribuição espacial de outras instituições congéneres, o que resultou pouco produtivo no particular, já que cada caso é um caso, mas muito profícuo no geral, dado o quotidiano monacal obedecer a regras fixas e simbólicas, idênticas para as várias comunidades religiosas, incluindo ainda as que exclusivamente se destinavam a comunidades femininas. Continuando este raciocínio, colocámos sobre o botaréu sul, a tracejado (esquema 2 – letra E'), aquilo que poderá ter sido o campanário (esquema 2 – letra I). O contrato remetia para um “desenho” que não existe e para um lugar que foi designado por consenso, mas mais não adianta.

Observámos alguns campanários de mosteiros femininos e optamos por dois que nos pareceram mais viáveis para o estudo em questão: Santa Clara do Porto e Santa Clara-a-Velha de Coimbra. O primeiro satisfazia-nos, porquanto se enquadrava na prescrição de não ser “*maior do que demandar hum sirio pequeno de grandura*”¹¹⁸, com uma colocação lógica e acessível à comunidade (no topo do Coro), adaptando-se por isso ao Mosteiro de Avé Maria. No entanto, observando a fachada do velho mosteiro conimbricense onde se ergue o campanário, deparámos que este assenta num dos botaréus de sustentação da abóbada, naturalmente reforçado para suportar o peso suplementar. De resto, toda a leitura desta fachada nos inspira a ideia (talvez errada) de alguma similaridade com a do mosteiro da Encarnação, do Porto.

Santa Clara de Vila do Conde possui também um campanário nos mesmos moldes, colocado lateralmente (embora num plano perpendicular à nave), o que nos leva a pensar ser aquela forma em capela o mais corrente nas clausuras femininas. Apesar de os exemplos apresentados serem de edificação anterior à beneditina do Porto, não nos podemos esquecer que esta teria uma raiz profundamente gótica/românica, a avaliar pelos capiteis ainda hoje existentes, onde pontuariam algumas decorações manuelinas como sinal de modernidade. De resto, o suporte do sino não seria de grande importância, pois o monarca ordenava como “*que está em custume de terem os moesteiros das mulheres*” (provavelmente a pequena capela). Pareceu-nos por isso um lugar “azado”; acessível a partir do Coro Alto, exposto à comunidade secular para que fosse ouvido, e assente num suporte natural, fundamental para a segurança da construção, apesar de ter sido, tal como o seu simétrico, levantado posteriormente, mas mesmo assim ainda em tempo útil para servir de apoio ao campanário.

Também com base na lógica, colocámos em 4 (esquema 1) a Casa da Procuração. A descrição do original dá para este correr de oficinas a portaria, o celeiro, a adega, a casa da procuração, a

¹¹⁸ ADP, Livro nº4674, fl.153

casa da lenha e a cozinha. Não sabemos se, pelo facto de as determinar nesta ala, as coloca obrigatoriamente segundo este arrazoadado, pelo que nos pareceu que a casa da procuração deveria ser a mais próxima da portaria, por razões óbvias. Por outro lado, a casa da lenha levou outra fresta por ter ficado muito escura devido á parede levantada da “banda da portaria”, indiciando assim a proximidade desta e não da cozinha, como faria prevêr a leitura do documento.

O traçado efectuado para a “actualidade” parte, como dissemos, do esqueleto inicial, por pensarmos que uma grande parte da área construída com finalidade precisa não terá sido, por razões logísticas e da própria Regra, destinada a outros fins (até porque não havia disponibilidade de espaço físico). Para vestirmos este renovado corpo, lançámos mão da descrição sumária e bastante difusa que Felix Ramos¹¹⁹ nos deixou, dos apontamentos de Lino de Assunção¹²⁰ e das poucas e pouco claras fotografias existentes do Mosteiro (sobretudo da sua demolição)¹²¹.

Entre as datas que determinaram a sua existência, o edifício terá passado por muitas e diversificadas alterações, seguindo modas e costumes de que hoje, infelizmente, não ficou qualquer memória. No entanto, pudemos seguir parte deste percurso estudando outras instituições suas contemporâneas que tiveram melhor sorte (e por isso nós também).

Acrescentámos alguma dose de imaginação, alguma lógica na delimitação dos espaços internos tendo em conta os fins a que se destinavam e algum conhecimento de desenho de construção.

Alguns acidentes arquitectónicos constantes das “plantas” existiram, podendo comprovar-se pelos registos topográficos disponíveis, outros foram colocados por nós, fruto de um raciocínio que tinha em conta as necessidades físicas ou simbólicas. Estão neste caso sobretudo as escadas; as do claustro, em número de duas no plano inicial (esquemas 1 e 2, letras B,C), e de uma no plano final (esquemas 3a e 4, letra A) estão consignadas tanto na descrição de 1518, as primeiras, como nas fotografias do século XIX e na planta cartográfica do Porto, a segunda. As escadas com os números I e II (esquema 3a) surgem no corte efectuado pela Câmara, em 1887, a que mencionamos com o número III seria o acesso às salas de visita (grades) indicado por Sousa Reis¹²² e é talvez, a registada no desenho que reproduz textualmente uma fotografia, publicado

¹¹⁹ MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento da Avé Maria*, Boletim da Associação Cultural Amigos do Porto, Porto, 1997/98, pp.181/363.

¹²⁰ ASSUNÇÃO, Lino, *Frades e Freiras (crónicas monásticas)*, Lisboa, 1893, pp.125/175.

¹²¹ Estas fotografias foram publicadas ao longo de décadas, por vários autores e são sempre as mesmas. Pudemos ainda consultar um conjunto pertencente ao AHMP e das quais incluímos desenhos na impossibilidade de publicar os originais.

¹²² REIS, Henrique Sousa, Manuscritos Inéditos da BPMP, II série – 6, pp.169/174

por Mota Alves¹²³. Pensamos, por razões de lógica formal, local, que está invertida, ou seja, a escada desenvolver-se-ia para a direita e não para a esquerda como foi registada.

A escada IV (esquema 3a) terá existido já no plano inicial (de 1518); não sabemos se o lugar é o correcto, caso contrário não terá andado muito longe, era o acesso à enfermaria e às *necessárias* que lhe ficavam contíguas. Dado ser um elemento fundamental em qualquer construção e dadas as dimensões das áreas a percorrer, não nos repugna determinar aquele ponto como próprio para a sua colocação (a documentação assinala “as escadas que vão para a enfermaria”) nem que tenha ali permanecido desde a fundação.

Por fim a escada V existiu e vem na planta cartográfica. Pensamos ser o acesso exterior à “Capela”, da qual não sabemos mais (talvez a dos “Meninos”, como justificamos no decorrer da dissertação). Nesta ala, que julgamos ser a posteriormente alugada ao Asilo Profissional do Terço, terá existido uma Capela e uma Botica, além das celas. Imaginamos que a Botica seria no piso inferior, já que surge nomeada, na documentação, uma botica de cima, que segundo o raciocínio anterior, seria a primitiva, junto da enfermaria e que, na legenda do esquema 2, leva a designação 10.

O número de janelas do refeitório ter-se-á mantido, começando por 5 (só do lado do claustro), passando a 6, ainda durante o projecto primieiro, fixando-se depois em meia dúzia de cada lado. A diferença consistiu talvez no alargamento das frestas iniciais para janelas mais largas, guarnecidas de grades e rótulas.

Do lado norte, surge nas “planificações” que fizemos para o século XIX um ponteadado ao longo de toda a extensão, no sentido do comprimento (leste/oeste). Estamos convictos de que este acidente arquitectónico remontará à construção de 1518, não só pelo aspecto vetusto (que se pode observar na fotografia que não no desenho que o procura reproduzir), mas também por ser esta ala a que menos terá sofrido com as sucessivas remodelações e também porque o terreno onde está implantada não permitiria grandes jogos de construção civil; além de profundamente desnivelado (no lado sul do edifício compensou-se a diferença com mais um andar), está mergulhado em zona pantanosa (já assinalámos o facto de as casas da Rua de Santo António estarem assentes em estacaria).

¹²³ ALVES, Artur da Mota, o. c., p.245.

A juntar a estas permissas, temos a passagem as águas abastecedoras do Mosteiro, que se fazia por este lado. Calculámos mesmo que os arquitectos e mestres pedreiros, do século XVI, utilizaram esta engenhosa forma em arcaria para tornar mais leve a construção, mas também mais sólida, diminuindo a área de contacto do maciço bloco dos dormitórios com a superfície instável do terreno. Ou então terá ela sido colocada algum tempo depois, quando se apôs a edificação do piso superior, ganhando área sobre o andar do claustro. Neste andar suplementar se instalaram duas correntezas de celas divididas por um corredor, rasgando janelas mais amplas, que deitaram sobre o interior do claustro e para o lado da muralha, sobrepondo-se estas à dita arcaria, fazendo com ela um ritmo uniforme: um arco, uma janela, fixando por seu lado as janelas do lado norte do refeitório (instalado a um nível de quase cave), num profundo e sinistro túnel, às quais se juntavam as das celas primitivas, no piso imediatamente por cima e viradas todas para este mesmo lado.

Em qualquer caso, este pano em arcada põe outros problemas irresolúveis até ao momento: como seria a ala norte do Mosteiro, já que sabemos por intermédio de um documento de meados do século XIX, que o edifício possuía outro claustro, que pensámos localizado deste lado e em redor da escadaria I (esquema 3 a); um corredor abobadado e porticado de que reproduzimos a imagem, com arcadas idênticas às do claustro principal, mas mais elevadas e em tudo semelhantes às que dão início à arcaria norte descrita anteriormente. Também continuaremos sem saber como foi o inter-face norte/poente do Mosteiro com a rua e Porta de Carros! Não há qualquer registo deste ângulo e as plantas topográficas apresentam uma excrescência construída que se apoia à parede interior da muralha. Este pedaço do Mosteiro terá desaparecido com o corte AA' (esquema 9) tal como o cubelo que existia do lado de fora da muralha, na rua da Madeira.

Para uma leitura mais fácil, optámos (já que não possuímos quaisquer detalhes) por apresentar soluções parcelares para o 2º andar – sul (esquema 5) e o 2º andar-norte em conjunto com o 3º andar-sul, indicando os respectivos cortes.

O esquema 7 necessita de alguns esclarecimentos. Este esquema foi feito a partir de uma fotografia¹²⁴ tomada numa das últimas fases da demolição da Igreja, ou seja já quando nada restava senão o cadáver em decomposição do que fora o belo templo “rocaille”, e executado com o recurso a um plano de corte AB, vertical e paralelo ao eixo norte/sul, da Igreja, separando-a do resto da construção adjacente e posterior, que se continuava no sentido oeste. Daqui se inferem

¹²⁴ MENESES, Mário, *A Muralha Fernandina*, in *O Tripeiro*, nº2, Fevereiro, 1969, p.43.

alguns pormenores relativamente aos vários andares (res-do-chão e três pisos, além do acesso à torre, da referida construção que ali se ergueu) .

Das indicações registadas por nós no desenho ressalta o acentuado desnivelamento¹²⁵ do contorno exterior direito (ângulo sul/poente) o que nos levou naturalmente a apresentar a solução proposta: a pequena porta à direita (todas as portas indicadas existiram nos locais apontados) ao nível do rés-do-chão poente, surge como que enterrada relativamente ao rés-do-chão sul (do Coro Baixo), enquanto que a imediatamente superior, colocada mais ou menos ao centro do espaço, era a maior e posicionava-se num plano mais elevado relativamente àquele estrato da Igreja. Dadas as suas posições relativas ao Coro Baixo é de prevêr que a primeira se destinava ao serviço corrente e de ligação rápida à portaria (esquema 3a, letra X) e da qual partiria uma escada ou rampa ascendente e a segunda, mais importante pela colocação e dimensão, era a serventia usual do Coro Baixo, ao qual se acedia, descendo alguns degraus.

O 2º andar desta ala estaria ao mesmo nível do Coro Alto, o mesmo seria dizer que os dormitórios ou celas deste piso estavam à mesma cota do Coro Alto, o que seria desejável. No entanto Lino de Assumpção diz: *subimos alguns degraus e entramos no Coro*¹²⁶. Por outro lado a construção de 1518 assinala o desnível de pelo menos um degrau entre o piso dos dormitórios e o Coro. Se desta fábrica do século XVI nada restou, parece apesar de tudo que o terreno manteve a exigência do acesso. Ficámos com as dúvidas.

Quanto ao 3º andar, ocupado pelo Mirante, a porta existente poderia dar para o Coro Alto, para o forro ou para as galerias. Indicámos a passagem a essas galerias no esquema 4 – letras pp', nas paredes do Coro, embora pensemos que as pequenas portas seriam antes o acesso aos órgãos e que embora ao nível do 1º piso pudessem ter serventia múltipla, a circulação interna das paredes (as galerias) se fazia por acesso próprio, algures lateralmente, fora do espaço sacro.

Em qualquer dos casos citados a serventia ao Mirante não se faria directamente, pois não ficaram quaisquer marcas na parede da Igreja (dos Coros) indiciando ali terem existido quaisquer degraus. A circulação seria então feita pela parte da construção já anteriormente destruída e da qual não ficou, infelizmente, qualquer vestígio que possa corroborar ou não este raciocínio.

Resta uma rápida referência ao esquema 8, feito com base na planta MNL 2/A-261 do AHMN e da autoria de Joaquim da Costa Lima Júnior, executada em 1843. Embora não tenha feito parte do

¹²⁵ Este desnivelamento pode também apreciar-se com bastante nitidez numa fotografia, também da demolição, pertencente a uma colecção de postais da BPMP denominada “O Porto de Outros Tempos”.

¹²⁶ ASSUMPÇÃO, Lino, *o.c.*, p.151

conjunto arquitectónico em estudo, foi interveniente no processo de alteração urbanística do local, o qual é necessário abordar, nem que seja em tom esquemático (esquema 9), para se aquilatar da profunda revolução sofrida por aquela zona que desde sempre foi o centro nevrálgico do burgo e que por isso esteve em constante mudança. Também a fonte, sem grande recorte estético não teve vida longa. Mudaram-se os tempos, mudaram-se os gostos ao sabor das modas, moldaram-se as coisas segundo as vontades políticas. Não nos parece contudo que isto sejam apenas razões de tempos passados.

Os esquemas 1, 2, 3a, 3b, 4, 5 e 6 foram por nós executados em papel de engenharia e, embora não obedecendo a uma escala precisa, procurámos uma relação de compromisso para delinear o perímetro e as grandes áreas internas, fazendo corresponder 1 braça¹²⁷ = 1cm, o que se não verifica nos desenhos apresentados agora, por terem sido reduzidos por forma a ser em expostos num A4.

O esquema 7, também por nós efectuado teve como base uma fotografia¹²⁸, como foi também mencionado e posteriormente reduzido; no entanto, o plano em planta que o acompanha como exemplificativo do corte teve origem nas plantas por nós levantadas.

O desenho nº 8 é uma cópia da referida planta MNL 2/A – 261, pertencente ao AHMP.

Finalmente o nº9 foi “transcrito” da planta que acompanha o processo de expropriação, como assinalamos no referido esboço, e que copiámos por não concordarmos com as normas gráficas ali referenciadas (que utiliza indiferentemente o tracejado e o cheio para indicar o que fica e o que se retira).

¹²⁷ 1 braça = 1,82 (aproximadamente 2m), *Pesos e Medidas*, in *Dicionário da História de Portugal*, vol V, Porto, 1992,p.68.

¹²⁸ O Tripeiro, Fevereiro, nº2, VI série, ano IX, Porto, 1969, p.43.

CORTES:

Os esquemas 1 e 2 correspondentes ao projecto inicial não contêm nenhum corte.

Os esquemas 3a e 4 correspondentes, respectivamente, ao rés-do-chão e ao 1º andar (para o século XIX) apresentam os cortes AA' e BB' que são os mesmos no esquema 9.

No esquema 5, o corte CD, que determina o 2º andar-sul, é o mesmo corte CD do esquema 6, que separa a ala sul (mais elevada de um andar) do resto do edifício.

Ainda no esquema 6, o corte EF indica o desnivelamento da parte norte, relativamente mais baixa que a parte sul para lá do corte CD.

O esquema 7 apresenta em planta o corte GH, corte este feito na vertical e paralelo ao eixo norte/sul da Igreja, também indicado no alçado com as mesmas letras.

O esquema 8 apresenta apenas planta e alçado sem qualquer corte.

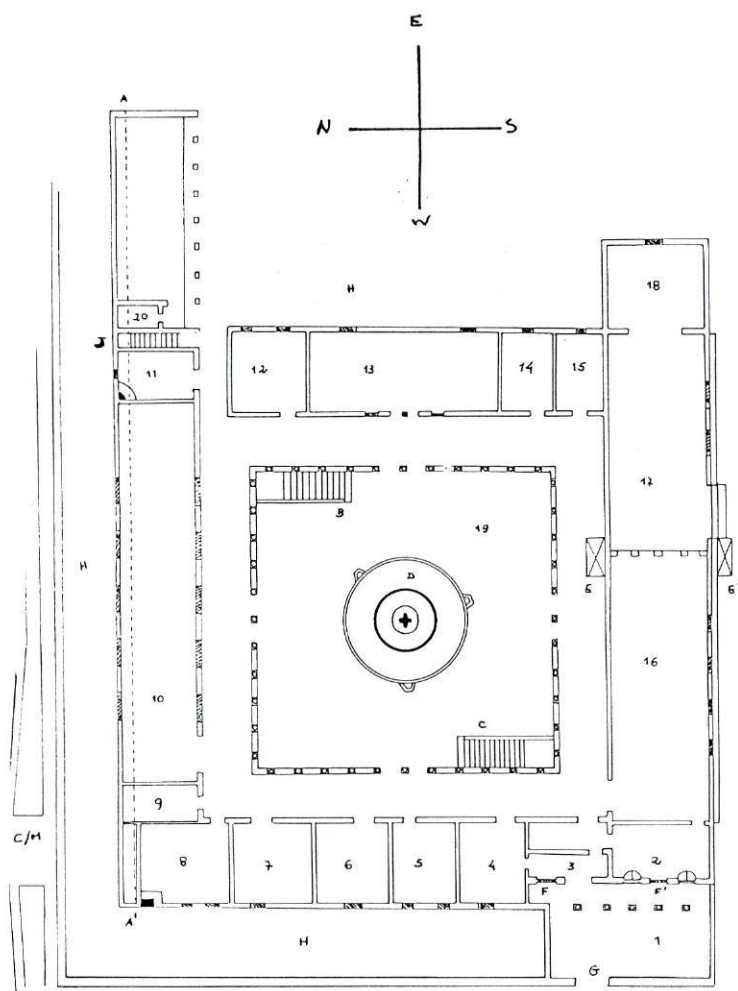
O esquema 9 tem vários cortes a que apusemos identificação. A identificação no original diz apenas respeito às zonas a expropriar ao Mosteiro e que modificámos para melhor leitura com os restantes esquemas e para não levantar qualquer confusão na análise do texto original, em anexos. A nomenclatura dos outros cortes facilita a compreensão da envolvente urbanística:

- AA' - expropriação efectuada em 1887;
- BB' e CC' - passagem à utilidade pública aquando da desocupação de Mosteiro por falecimento da última freira, que se verificaria em 1892;
- DD' - corte a fazer-se juntamente com AA'. Pensamos que este “bico” era a parte dos terrenos a desafectar que se encontra conjuntamente na acta notarial do processo de expropriação do Mosteiro;
- EE': a supressão das últimas casas da rua de Santo António deve ter acontecido em simultâneo com o derrube do cubelo, ou seja por volta de 1887 (no corte AA');
- FF' e GG' representam a rectificação da rua do Bonjardim e que “comeu” o anexo do lado nascente do Convento de Santo António dos Congregados (Oratorianos de São Filipe de Nery).

PLANTA/ESTUDO SOBRE A DESCRIÇÃO DO PROJECTO INICIAL DE 1518

SÉCULO XVI
RÉS-DO-CHÃO

ESQUEMA 1



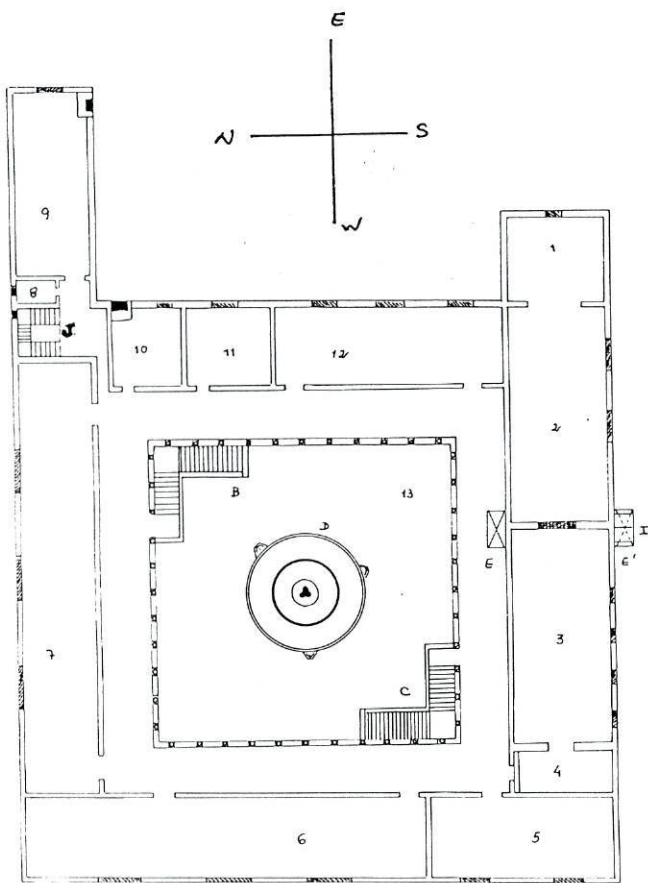
LEGENDA

- 1 – Portaria Externa
- 2 – Sala das Rodas
- 3 – Portaria do Mosteiro
- 4 – Casa da Procuração
- 5 – Casa da Lenha
- 6 – Adega
- 7 – Celeiro
- 8 – Cozinha
- 9 – Casa da Ministra
- 10 – Refeitório
- 11 – Casa da Padaria
- 12 – Rouparia
- 13 – Casa do Capítulo
- 14 – Sacristia (de dentro)
- 15 - Sacristia
- 16 – Coro de Baixo
- 17 – Corpo da Igreja
- 18 – Capela Mór
- 19 - Claustro
- 20 – Necessárias (WC)

PLANTA/ESTUDO SOBRE A DESCRIÇÃO DO PROJECTO INICIAL DE 1518

SÉCULO XVI
1ºANDAR

ESQUEMA 2



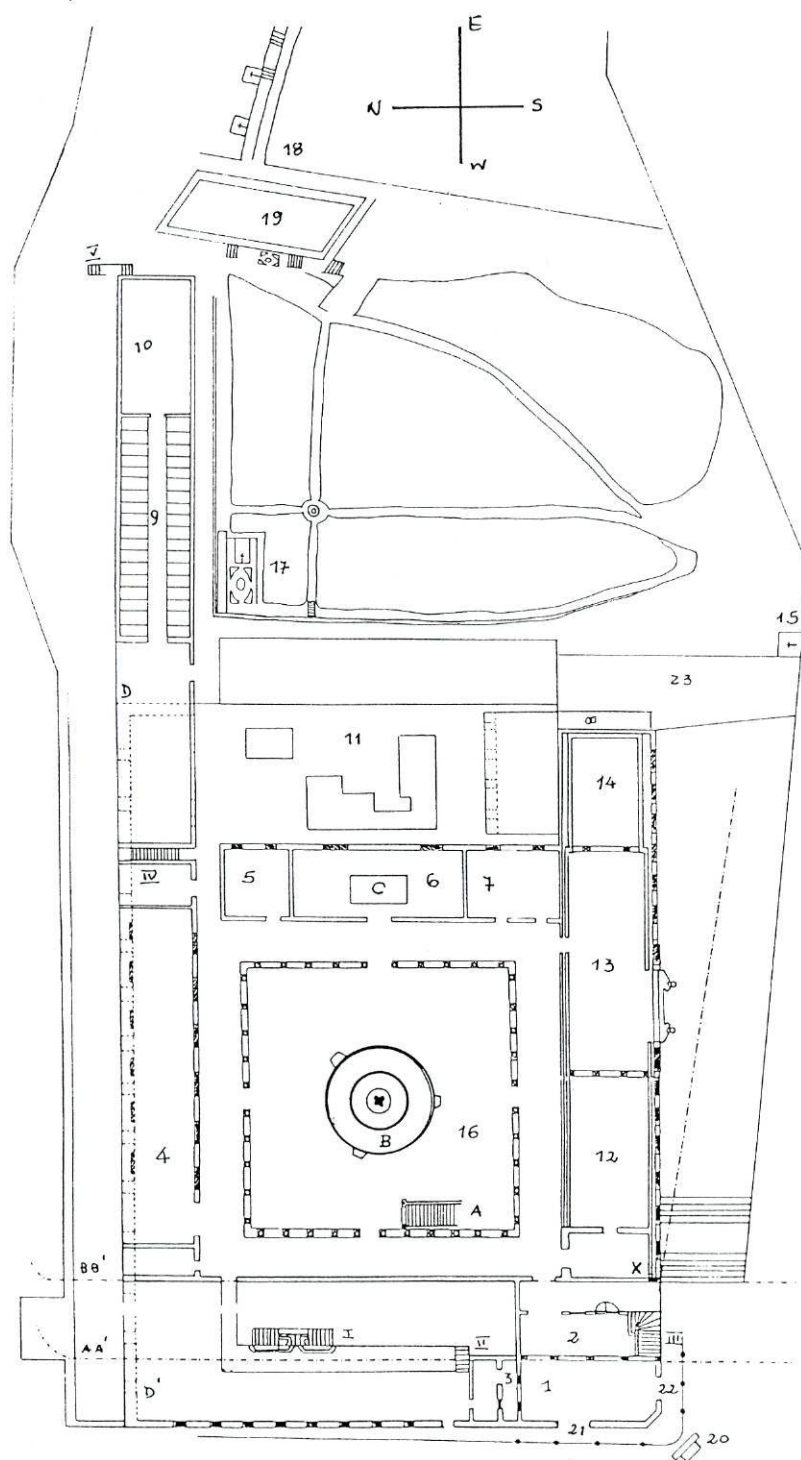
LEGENDA

- 1 – Capela Mór
 - 2 – Corpo da Igreja
 - 3 – Coro Alto
 - 4 – Corredor separador do Coro Alto/Dormitório
 - 5 – Dormitório da Abadessa
 - 6 – Dormitórios Poente
 - 7 – Dormitórios Norte
 - 8 – Necessárias (WC)
 - 9 – Enfermaria
 - 10 – Botica
 - 11 – Casa das Coalescentes
 - 12 – Casa do Labor
 - 13 – Claustro
- B e C – Escadas do Claustro
D - Fonte do Claustro
EE' – Botaréis na base do Coro
I – Campanário sobre o Botarêu Sul
J – Escadas da Enfermaria

PLANTA/ESTUDO SOBRE AS DESCRIÇÕES E AS PLANTAS TOPOGRÁFICAS DO LOCAL

SÉCULO XIX
RÉS-DO-CHÃO E PARTE DA CERCA

ESQUEMA 3a



LEGENDA

- 1 – Portaria Externa
- 2 – Portaria do Mosteiro e Roda/Grade
- 3 – Portaria de Serviço
- 4 – Refeitório
- 5 – Rouparia
- 6 – Casa do Capítulo
- 7 – Sacristia
- 8 – Sacristia do Altar Mór
- 9 – Dormitório Novo
- 10 – Botica de Baixo
- 11 – Vila
- 12 – Coro Alto
- 13 – Corpo da Igreja
- 14 – Capela Mór
- 15 – Oratório na Rua do Loureiro
- 16 – Claustro
- 17 – Jardim de Santo António
- 18 – Calvário na Cerca
- 19 – Lago (com 27 m)
- 20 – Fonte que substituiu a escadaria
- 21 – Portão exterior poente
- 22 – Portão exterior sul
- 23 – Casas anexas (escolas)

- A – Escada do Claustro
- B – Fonte do Claustro
- C – Carneiro no Capítulo
- DD' – Arcaria norte

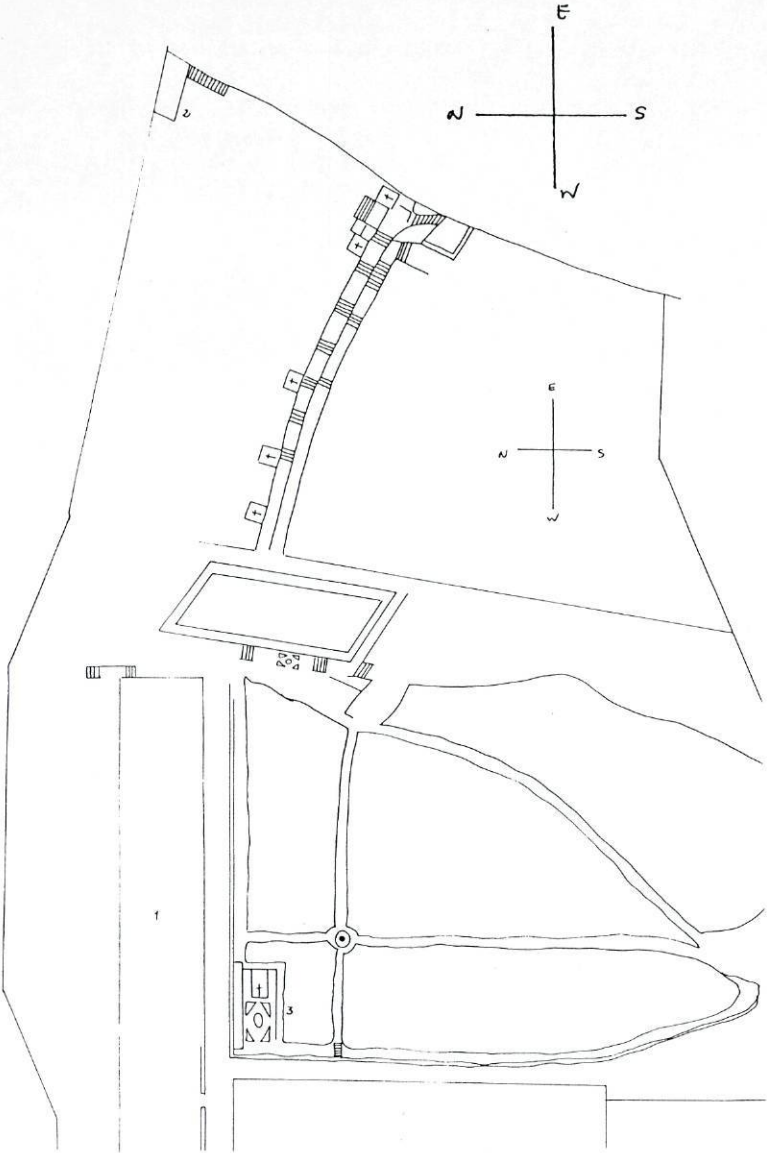
- I a V – Escadas

PLANTA/ESTUDO SOBRE AS DESCRIÇÕES E AS PLANTAS
TOPOGRÁFICAS DO LOCAL

SÉCULO XIX
CERCA COM CALVÁRIO E LAGO

Fonte: AHMP, Planta Topográfica da Cidade
do Porto, nº279

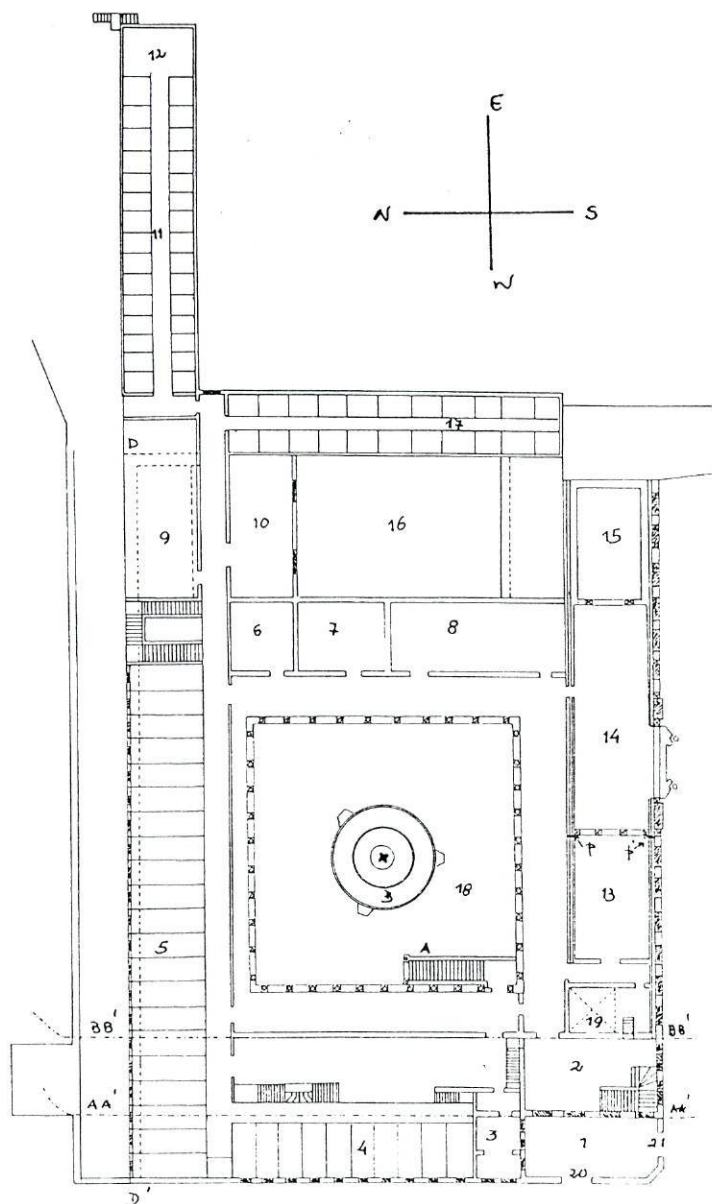
ESQUEMA 3b



PLANTA/ESTUDO SOBRE AS DESCRIÇÕES E AS PLANTAS TOPOGRÁFICAS DO LOCAL

SÉCULO XIX
1º ANDAR

ESQUEMA 4



LEGENDA

- 1 – Portaria Externa
- 2 – Sala de Visitas (Grades)
- 3 – Aposentos da Abadessa
- 4 – Celas na Ala Poente
- 5 – Celas na Ala Norte
- 6 – Botica de Cma
- 7 – Casa das Convalescentes
- 8 – Casa do Lavor
- 9 – Enfermaria
- 10 – Noviciado
- 11 – Dormitório Novo
- 12 – Capela dos Meninos
- 13 – Coro Alto
- 14 – Corpo da Igreja
- 15 – Capela Mór
- 16 – Vila
- 17 – Dormitório Nascente (antigo)
- 18 – Claustro
- 19 – Torre da Igreja
- 20 – Portão exterior poente
- 21 – Portão exterior sul

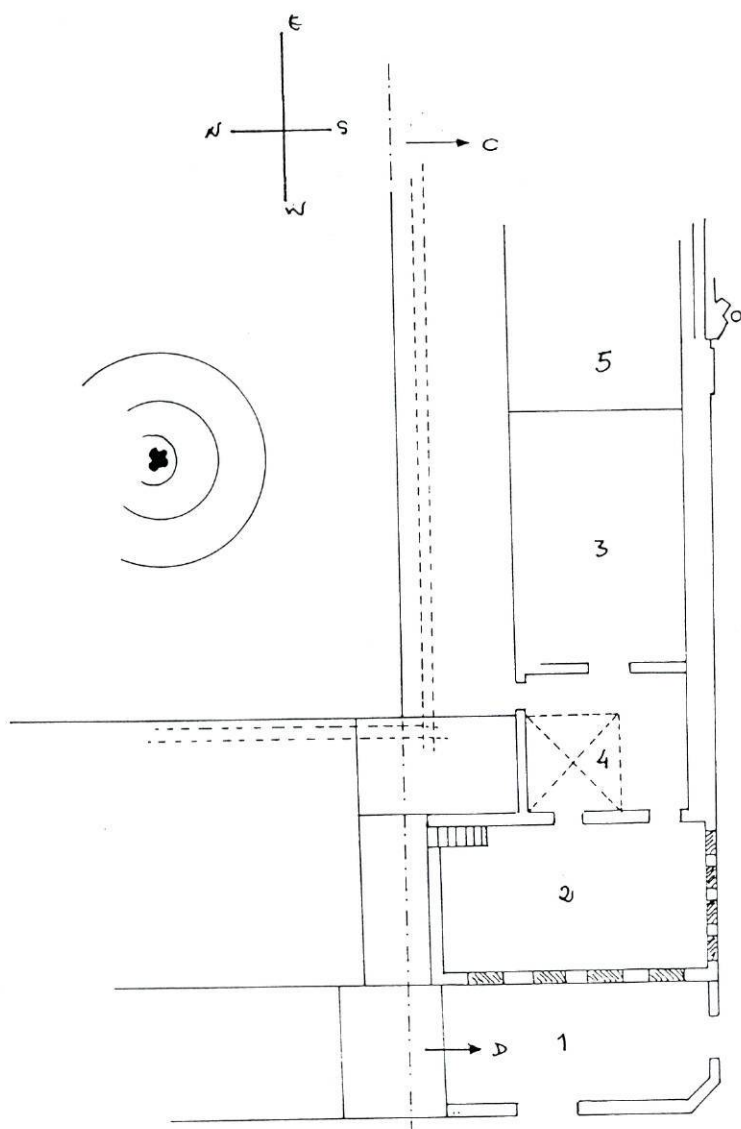
- A – Escada do Claustro
- B – Fonte do Claustro
- DD' – Arcaria norte

PLANTA/ESTUDO SOBRE AS DESCRIÇÕES E AS PLANTAS TOPOGRÁFICAS DO LOCAL

SÉCULO XIX

2º ANDAR (SUL), segundo o corte A/B

ESQUEMA 5



LEGENDA

- 1 – Portaria Exterior
- 2 – Andar sobre as Salas de Visitas (Grades)
- 3 – Coro Alto
- 4 – Torre da Igreja
- 5 – Corpo da Igreja

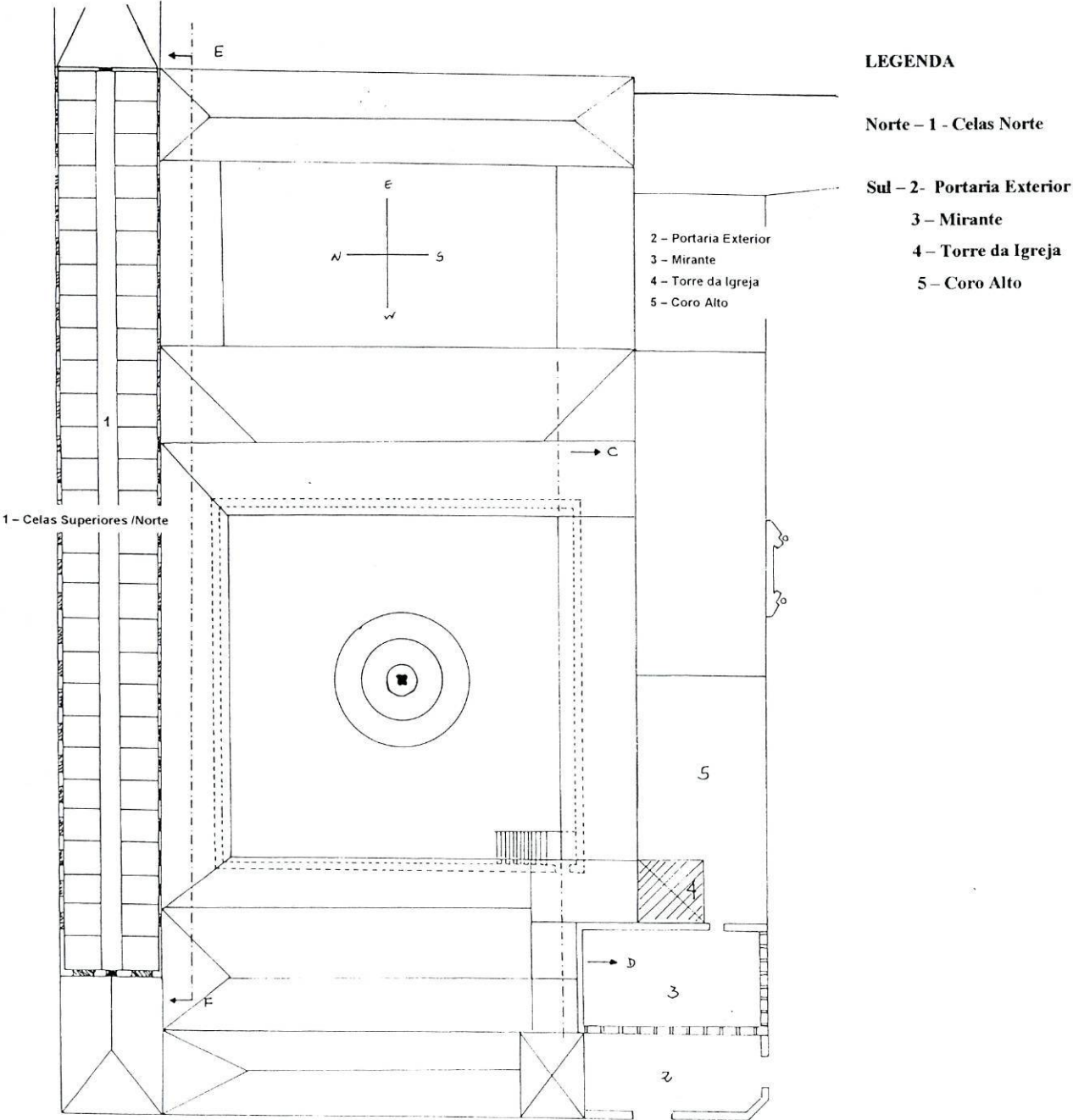
PLANTA/ESTUDO SOBRE AS DESCRIÇÕES E AS PLANTAS
TOPOGRÁFICAS DO LOCAL

SÉCULO XIX

2ºANDAR (NORTE), segundo o corte E/F

3º ANDAR (SUL), segundo o corte C/D

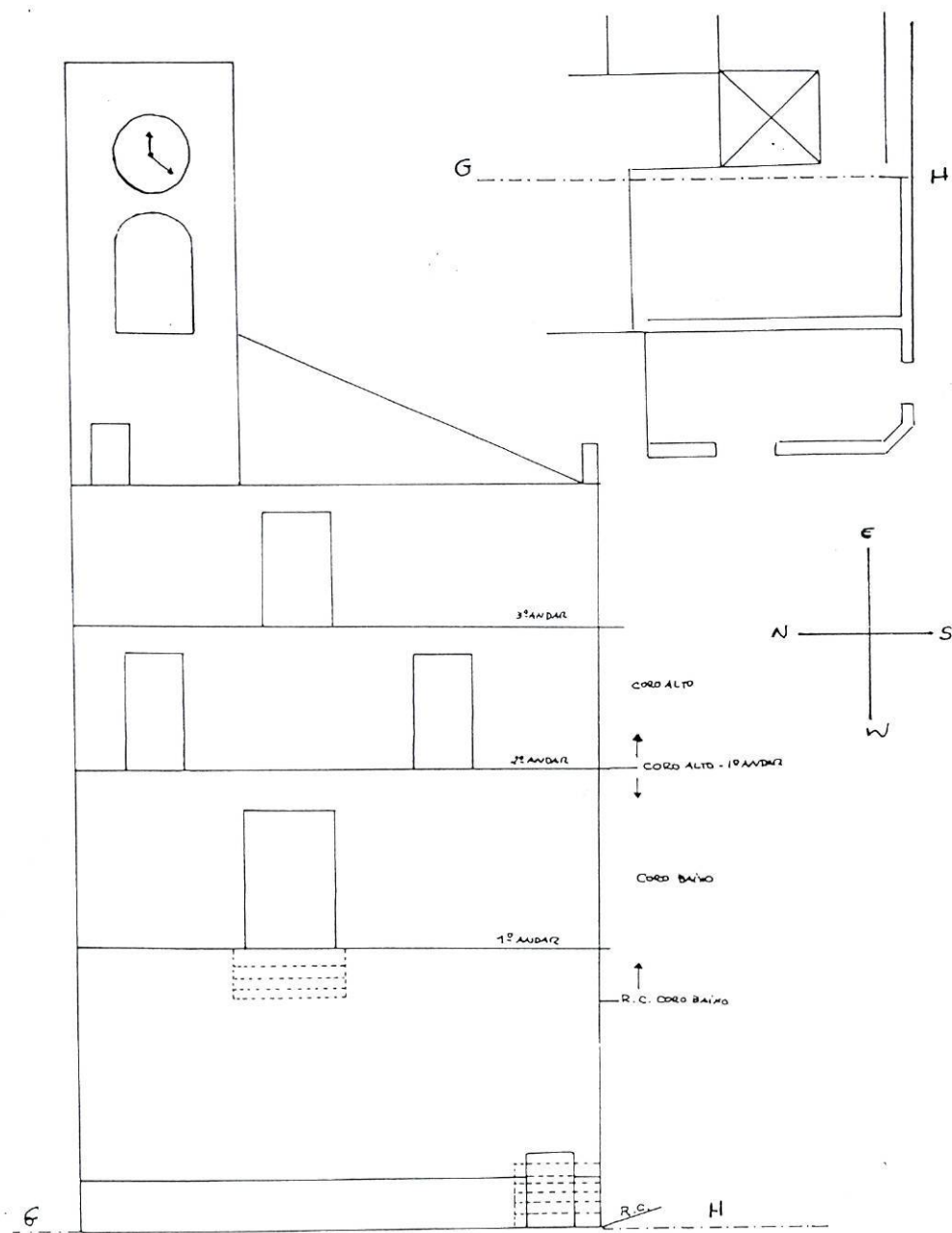
ESQUEMA 6



CORTE (ALÇADO E PLANTA), SEGUNDO G/H, DOS VÁRIOS ANDARES,
AQUANDO DA DEMOLIÇÃO DA IGREJA

SÉCULO XIX

ESQUEMA 7

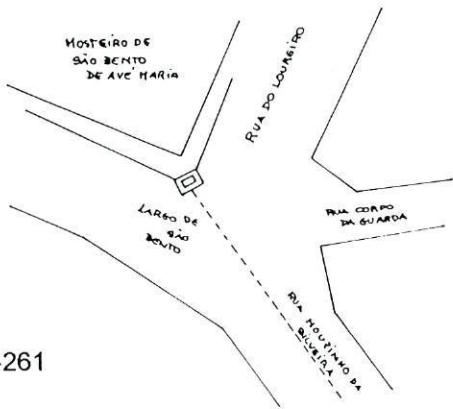
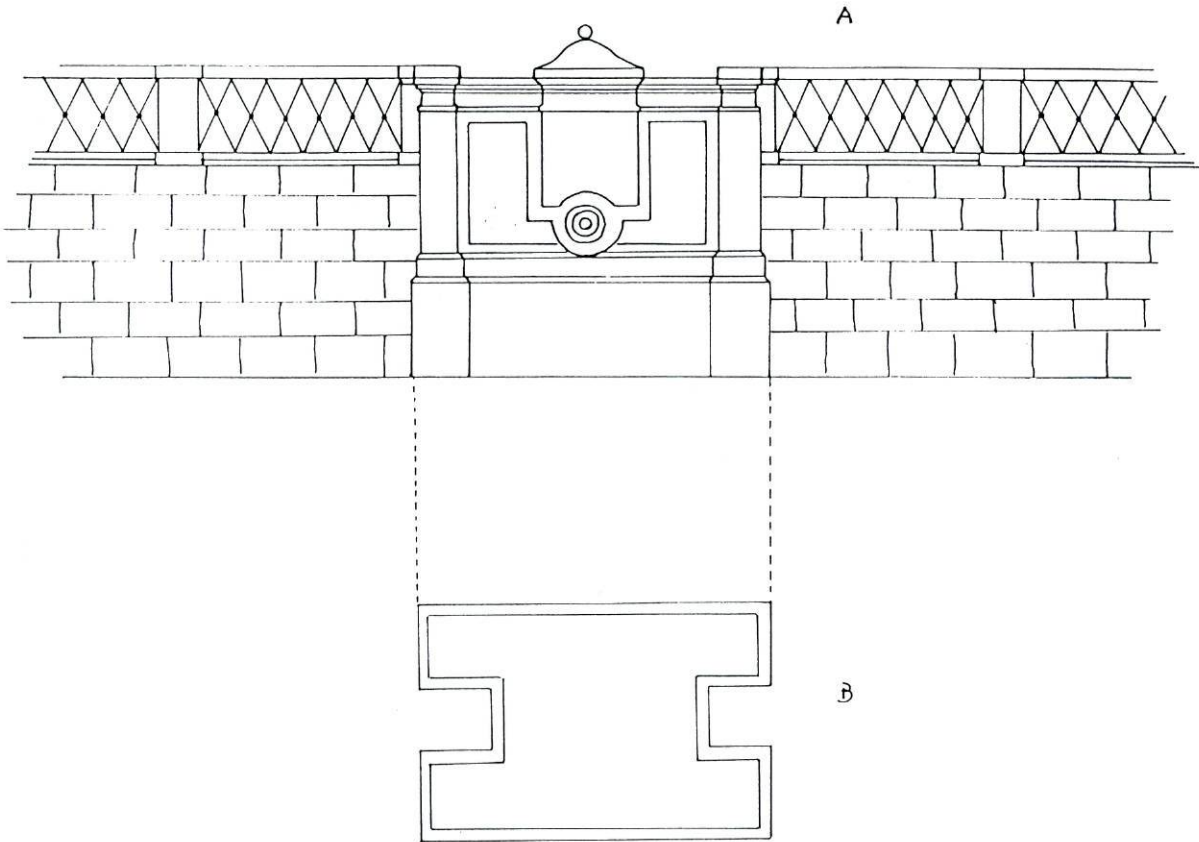


Fonte: O Tripeiro, Fevereiro, nº2, VI série, ano IX, Porto, 1969, p.43

FONTE COLOCADA NO ÂNGULO SUL/POENTE APÓS A REMOÇÃO DA
ESCADARIA SUL/POENTE

SÉCULO XIX
ALÇADO (A)
PLANTA (B)

ESQUEMA 8

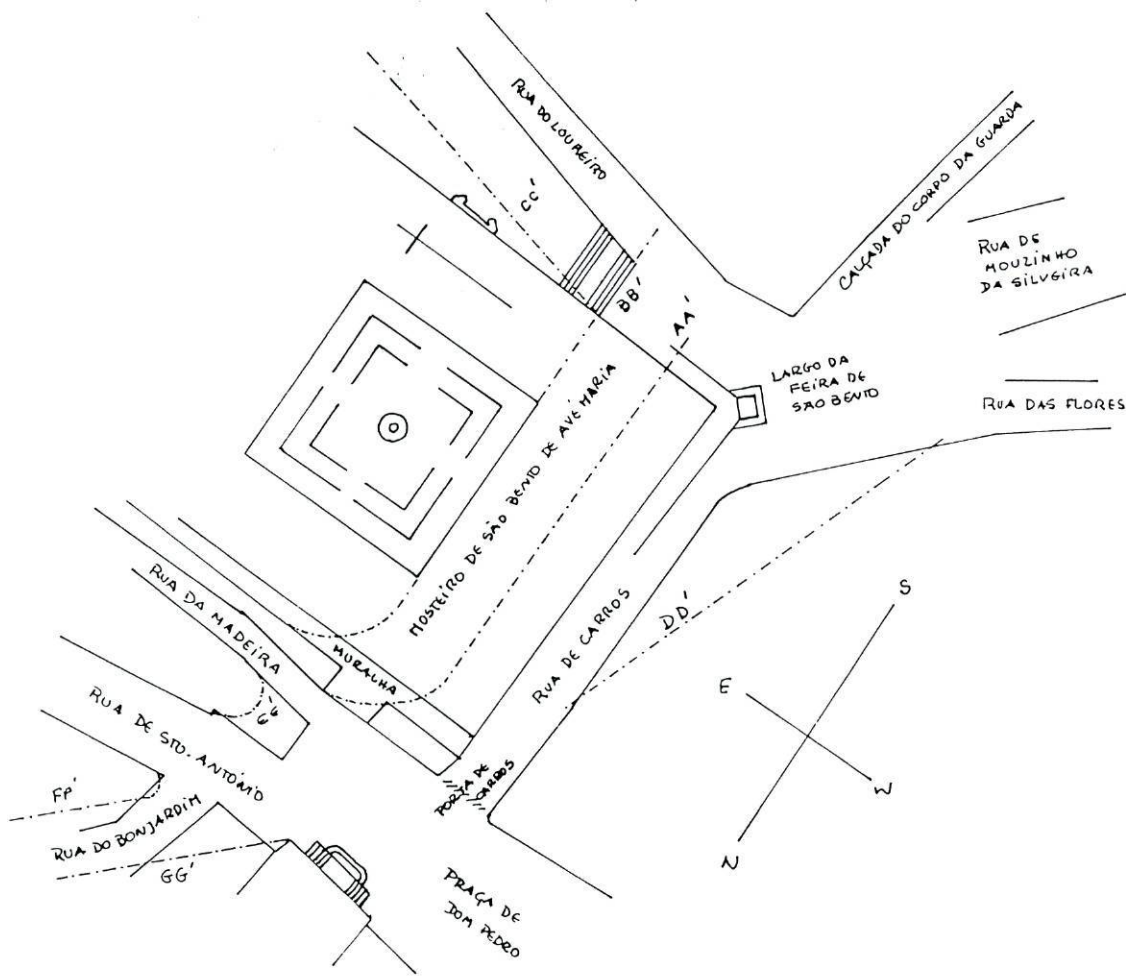


Fonte: AHMP, Planta MNL 2/A-261

PERSPECTIVA TOPOGRÁFICA, AÉREA, DO LOCAL COM AS INDICAÇÕES
DAS ALTERAÇÕES A EFECTUAR APÓS OS VÁRIOS CORTES INDICADOS

SÉCULO XIX

ESQUEMA 9



Fonte: AHMP, Reg. nº 5475, Livro de Expropriações nº63, fls.395 a

APÊNDICE FOTOGRÁFICO

Por lapso de numeração a página nº 271 não existe. Assim a sequência faz-se das páginas nºs 270 para a 272.

Como se poderá verificar nas páginas seguintes, todo o património do mosteiro beneditino de São Bento de Avé Maria se dispersou pelos quatro ventos e por mais alguns desconhecidos.

Muitas das peças atribuídas ao património do Mosteiro são-no sob reserva, pois carecem de confirmação documental.

Noutros casos, a fonte documental não parece correcta, como é o caso do sino que se encontra na capela da Senhora do Carmo, na rua dos Bragas. Segundo o que está escrito, seria esta peça o sino de maiores dimensões, mas esta afirmação não parece corresponder à realidade, porquanto o referido sino tem data de 1899. Neste ano já o mosteiro estava em adiantado estado de decomposição, começando a demolição da Igreja no ano seguinte. O sino de tamanho intermédio também não poderia ser, pois tem data aproximada, 1895. Resta, portanto, o mais pequeno, com inscrição de 1865.

Confirmadas estarão as peças dos Museus.

Somos no entanto favoráveis a acreditar na proveniência do espólio guardado e utilizado na Igreja de Cedofeita do Porto, pelo facto de ter sido a que, por intermédio da sua Confraria do Santíssimo Sacramento, terá recebido praticamente tudo, incluindo as pedras da Igreja para a reconstruir e que pelo contrário, acabou por ser projecto de Marques da Silva. Para aquela freguesia e Colegiada, a Irmandade de São Bento de Avé Maria entregou coercivamente tudo o que fazia parte da Igreja e Coros do mosteiro.

Também o Dispensário, posteriormente transferido para a zona da praça da Batalha (Santa Clara), terá sido herdeiro de muito mobiliário e escultura¹²⁹, hoje no Museu Soares dos Reis (foi para ali nos anos 30 ou 40), e que por falta de documentação e inventários permanece anónimo.

Alfaías, fragmentos de talha e objectos litúrgicos espalharam-se um pouco por toda a cidade (sabemos que, mais uma vez, Cedofeita foi uma das privilegiadas¹³⁰, tal como o Colégio de São

¹²⁹ CARVALHO, António Cardoso Pinheiro de, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do século XX*, Dissertação de doutoramento, 1º vol., FLUP, Porto, 1992, p.145.

¹³⁰ Por despacho de 7 de Novembro de 1896 fora cedido à Confraria do Santíssimo Sacramento de Cedofeita os materiais e “...todo o material da Igreja, sinos e parte que ainda existe do extinto convento de S.Bento da Ave Maria na mesma cidade, com a obrigação de a sua custa proceder a demolição e remoção do referido material.” ANTT, AHMF, Processo Relativo à extinção do Mosteiro de S. Bento de Avé Maria do Porto, Cx.2034, capilha 5. Em 1899 a Confraria é intimada a proceder à demolição e recolha dos materiais assim como ao depósito deles. Idem, *Ibidem*.

Lourenço). Outras peças de maior envergadura foram também localizadas e documentadas (o órgão e uma parte do cadeiral do Coro de Baixo). Outras ainda foram oferecidas, como lembranças, na altura da demolição, a determinadas personalidades¹³¹. Outras falam por si, como o pequeno óleo representando Santa Escolástica, pertença do Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto, ou como uma das caixas de esmolas da Igreja de Santa Clara que ostenta indubitavelmente a marca de origem, ou ainda o fogaréu actualmente pousado nos terrenos da Igreja de Cedofeita: aquela “jarra de pedra” não esconde a sua origem, quando olhamos as velhas fotografias do Mosteiro.

Dos altares, além do altar mor que de Cedofeita foi para São João de Vizela, no início dos anos 70 por ali se ter declarado um violento incêndio¹³² (continua a acontecer) apenas encontramos aquele que está na capela do Hospital de Maria Pia como já foi referido (era o do Noviciado). Dos outros, apenas vagos rastros¹³³: os dois que foram para a capelinha de São Pedro da Afurada sumiram-se no pó da demolição da mesma nos anos 60. O colégio de Sanguedo há muito desactivado também recebera um. Na capela do cemitério oriental da cidade, vulgarmente chamado de o Prado do Repouso, está um outro, que não nos foi possível ver por a referida capela se encontrar em obras de restauro e fechada ao público.

Falta-nos ainda referir os azulejos. Félix Ramos dizia que a ala nascente do Mosteiro era: “... *um mostruário, como n’um museu da cerâmica de todos os tempos.*”¹³⁴ No entanto, a área coberta por revestimento cerâmico não seria apenas aquela, porquanto em vários documentos encontrámos alusões a outras espécies de azulejos e, em especial, numa comunicação de Setembro de 1894 que diz o seguinte: “...logo à entrada dos Claustros que pelo seu merecimento são dignos de ser recolhidos no Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia...”¹³⁵. Realmente constam da lista de requisitados por aquela instituição pelo menos dois parões de azulejo que posteriormente terão sido recambiados para o Museu do Azulejo. Contactados os serviços daquele Museu nacional, fomos dito que realmente ali se encontram em depósito vários caixotes com ladrilhos decorativos, mas que, embora catalogados e inventariados, não possuem qualquer identificação da sua proveniência! Ficámos também a saber durante as nossas diligências que muitos daqueles

¹³¹ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, *Altars e imaginária num convento de monjas beneditinas*, in Poligrafia, nº3, Publ. Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, Porto, 1994, pp. 99/113.

¹³² “*Jornal de Notícias*”, 19 de Junho de 1972, p.7.

¹³³ ROCHA, Manuel Joaquim Moreira, *o. c.*

¹³⁴ MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Ave Maria*, in Bol.Assoc.Cult.Amigos do Porto, Porto, 1997/98, p.224.

¹³⁵ ANTT, AHMF, *Processo Relativo à extinção do Mosteiro de São Bento de Ave Maria do Porto*, Cx. 2035, capilha 11.

azulejos foram vendidos a quem os quis comprar. Alguns caíram em mãos entendidas, como os que se encontram aplicados em muitas das paredes do Paço de São Cipriano, em Guimarães.

Por último, gostaríamos de poder levantar a dúvida sobre a possibilidade de serem ou não do mosteiro de São Bento de Avé Maria os arcos de cantaria, em número de quatro (tal como os do cenóbio beneditino), que constituem as fachadas poente e norte de um pequeno edifício construído à cota superior da ponte de D. Luis I e na sua embocadura, do lado de Vila Nova de Gaia. As nossas diligências junto do Arquivo Municipal de Gaia mostraram-se infrutíferas, apesar da boa vontade da técnica que nos atendeu. O referido edifício, muito conhecido na cidade, hoje e ontem (foi pomposamente apelidado de Casino, enquanto casa de espectáculos), não tem qualquer registo camarário nem tão pouco qualquer planta. Terá sido construído após o lançamento da ponte e pelos alvares deste século, antes da instalação da linha do eléctrico, em 1905. Os registos fotográficos que reunimos não permitem senão esta aproximação. Lamentamos profundamente, porquanto é voz corrente que aquela arcaria, voltada para o rio e o mar, pertenceu ao mosteiro e olha como que saudosamente a outra banda, numa tentativa frustrada de avistar o seu antigo lugar.

Desaparecida está também a placa de latão comemorativa do lançamento da primeira pedra da reconstrução do mosteiro, com data de 1784¹³⁶. Ter-se-á deixado ficar pelo caminho nas bolandas sofridas pelo Museu Municipal do Porto até se estabelecer como Museu Nacional Soares dos Reis.

Tristemente dispersas, das cinzas deste edifício, amado por uns e desprezado por outrod, considerado mesmo um obstáculo ao progresso, pouco ficou na recordação dos portuenses, além de uma vaga sombra sem forma.

¹³⁶ VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria*, Notas de Arqueologia Portuense, Porto, 9137, p.177.



D. Pedro da Costa, bispo que doou os terrenos para se erguido o mosteiro de São Bento de Avé Maria, no século XVI.

Fonte: *Fons Vitae* (pormenor), in *Ourivesaria e Paramentaria da Misericórdia do Porto*, Porto, 1998, p.128.

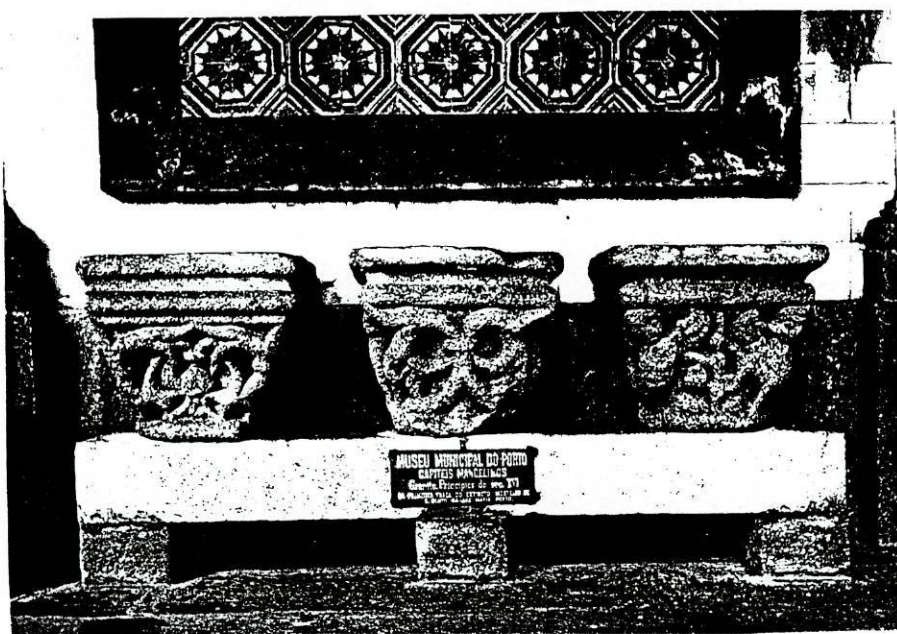


Fig. 1 – Capitéis manuelinos. Granito. Século XVI.



Fig. 2 – Capitéis manuelinos. Granito. Século XVI.

Fig.1 e Fig.2 . Os dois conjuntos pertenceram ao mosteiro de São Bento de Avé Maria.
Secção Lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis do Porto.
(fotografias do Museu)



Fig. 3 – Claustro do mosteiro de São Pedro de Cete. Século XVI.
(fotografia do autor)

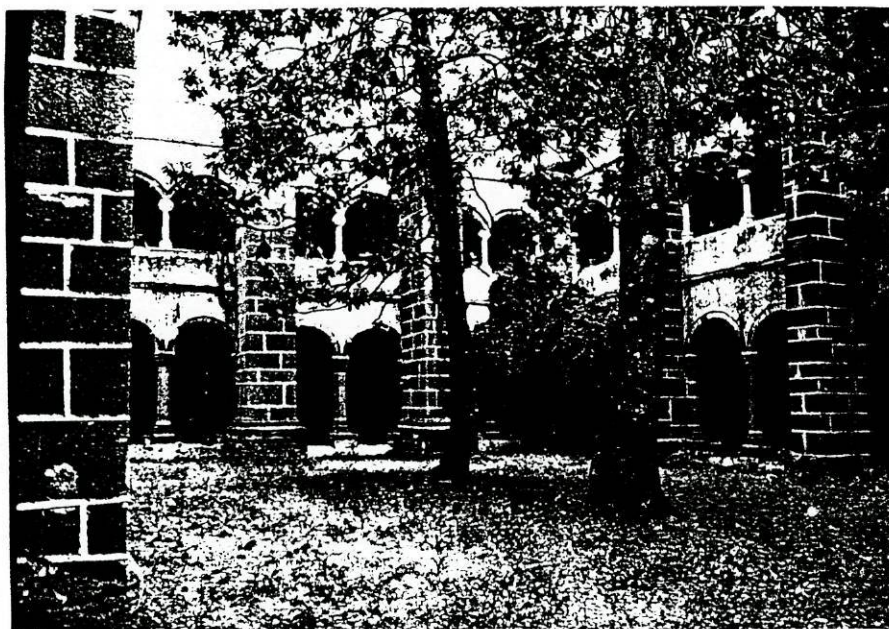


Fig. 4 – Claustro do mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, Évora. Século XVI
Fonte: SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*, Horizonte, Lisboa, 1989, p.111.

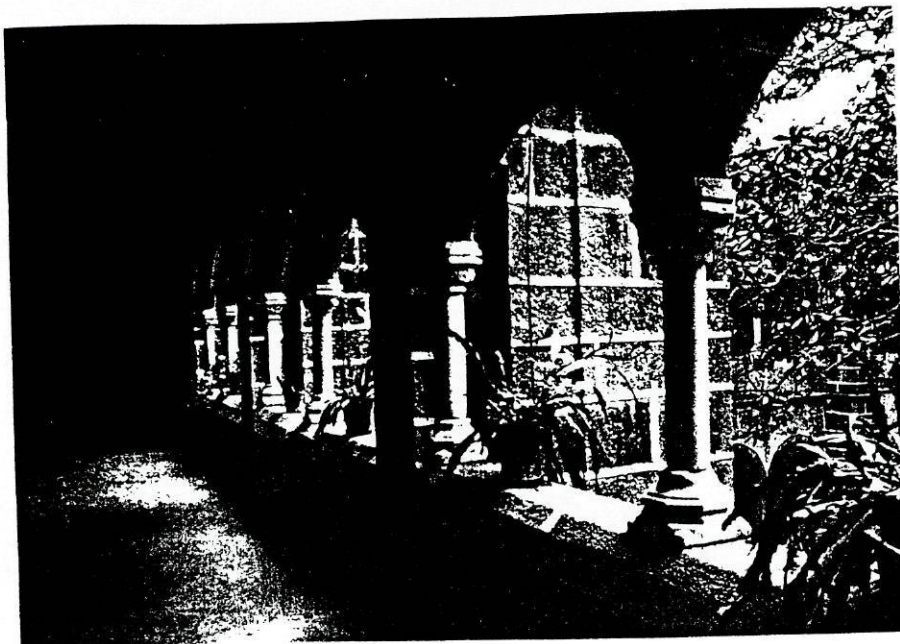


Fig.5 – Claustro do mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, Évora. Século XVI
Pormenor da galeria.

Fonte: SILVA, José Custódio Vieira da, *O Tardo-Gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*, Horizonte, Lisboa, 1989, p.112.



Fig. 6 – Base de coluna gótico/manuelina do mosteiro de São Bento de Avé Maria.
Granito. Século XVI.

Secção Lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis do Porto.
(fotografia do arquivo do Museu)

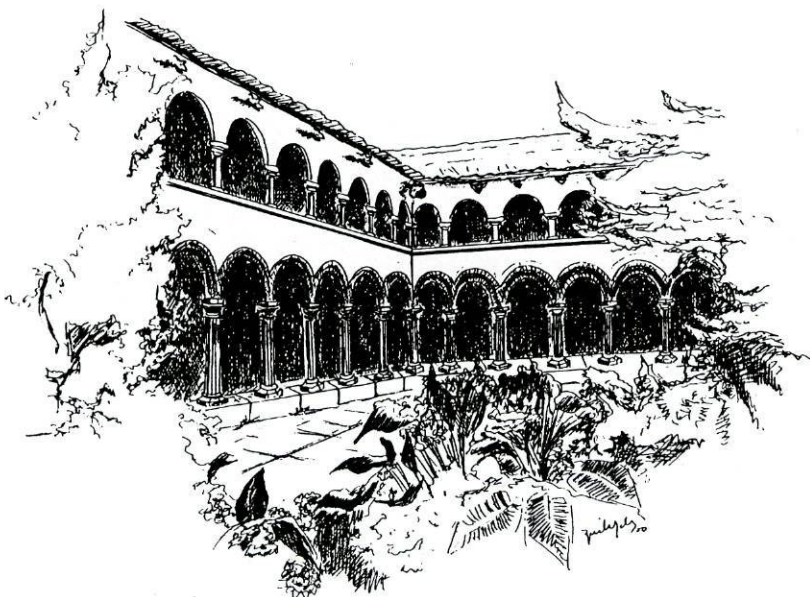


Fig.7 – Claustro do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Século XVI.

(Desenho com base nas descrições de: ALVES, Artur da Mota, *O convento de Avé Maria do Porto*, CMP, Porto, 1939, pp.242/368.)

(execução: Maria da Conceição Pinho)

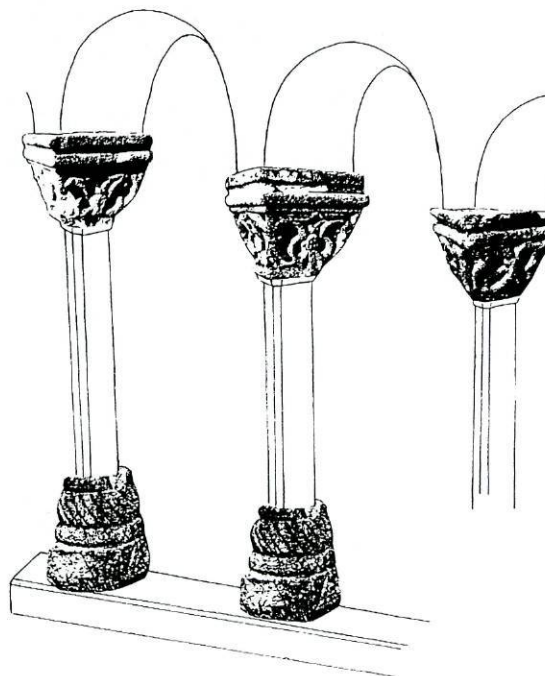


Fig.8 – Simulação, utilizando os capitéis, reais, do Museu Nacional de Soares dos Reis

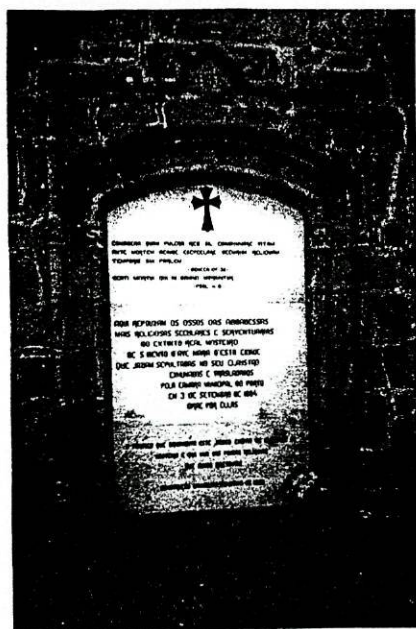


Fig. 9 – Arcada manuelina. Granito. Século XVI.

Portal do refeitório do mosteiro de São Bento de Avé Maria.

Actualmente como Panteão das monjas, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto.

(fotografia do autor)

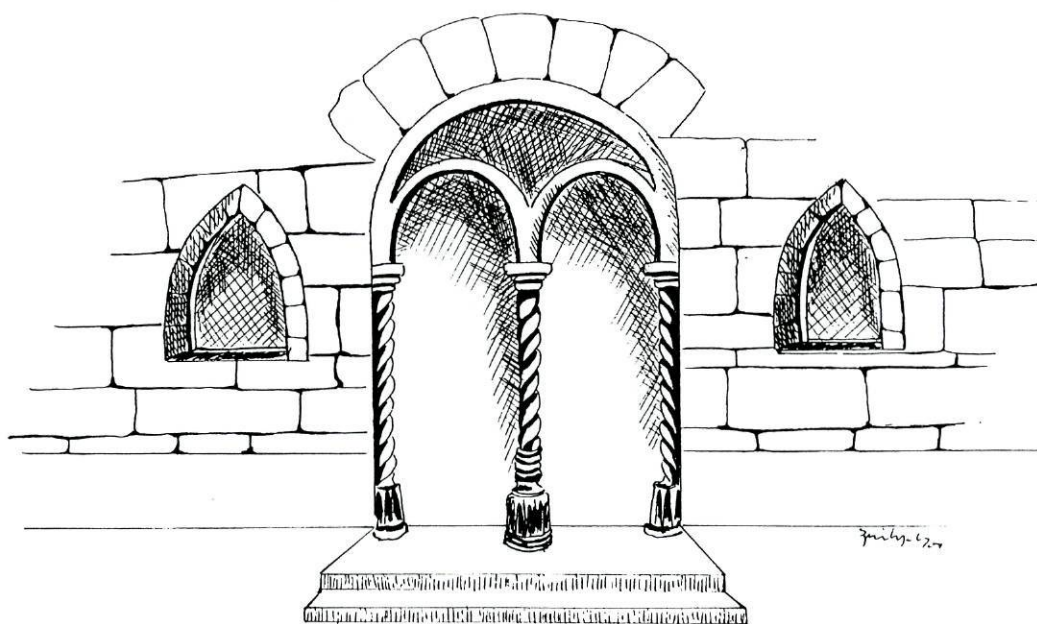


Fig.10 – Casa do Capitulo. Século XVI.

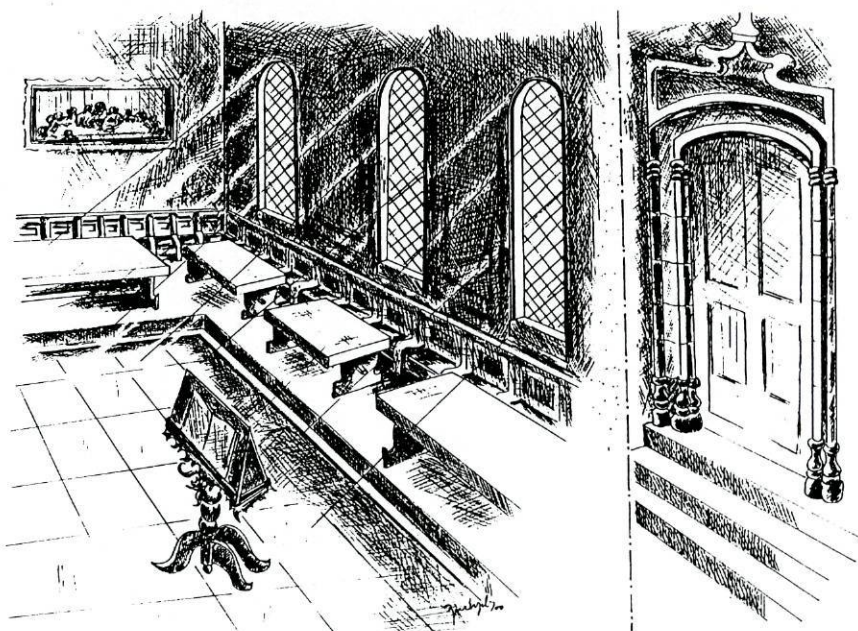


Fig.11 – Refeitório. Século XVI.

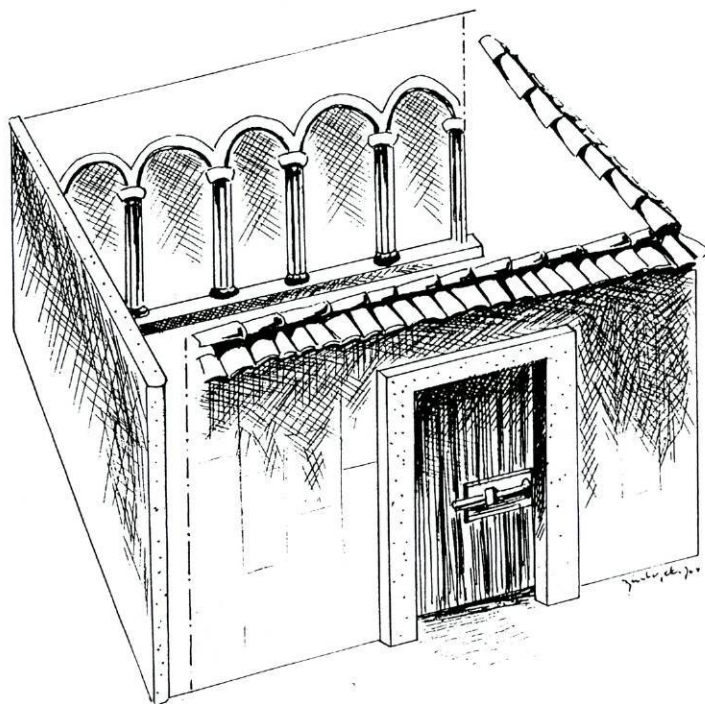


Fig.12 – Portaria Externa. Século XVI.

(Figs.10,11 e 12 desenhos com base nas descrições de: ALVES, Artur da Mota, *O convento de Ave Maria do Porto*, CMP, Porto, 1939, pp.242/368.)

(execução: Maria da Conceição Pinho)

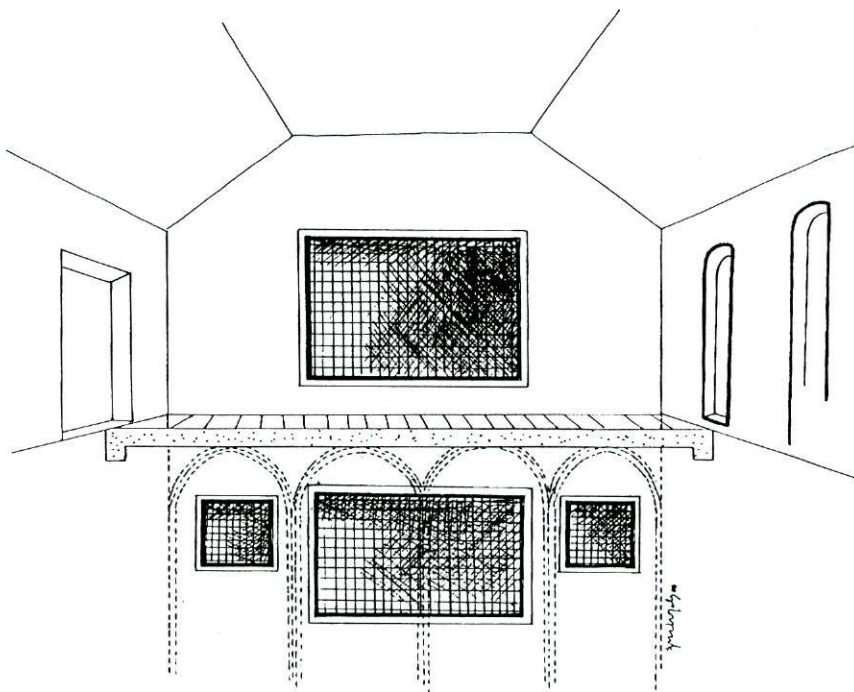


Fig.13 – Grades dos Coros e arcos de sustentação do Coro Baixo (4 arcos). Século XVI.

Desenho com base nas descrições de: ALVES, Artur da Mota, *O convento de Avé Maria do Porto*, CMP, Porto, 1939, pp.242/368.)

(execução: Maria da Conceição Pinho)

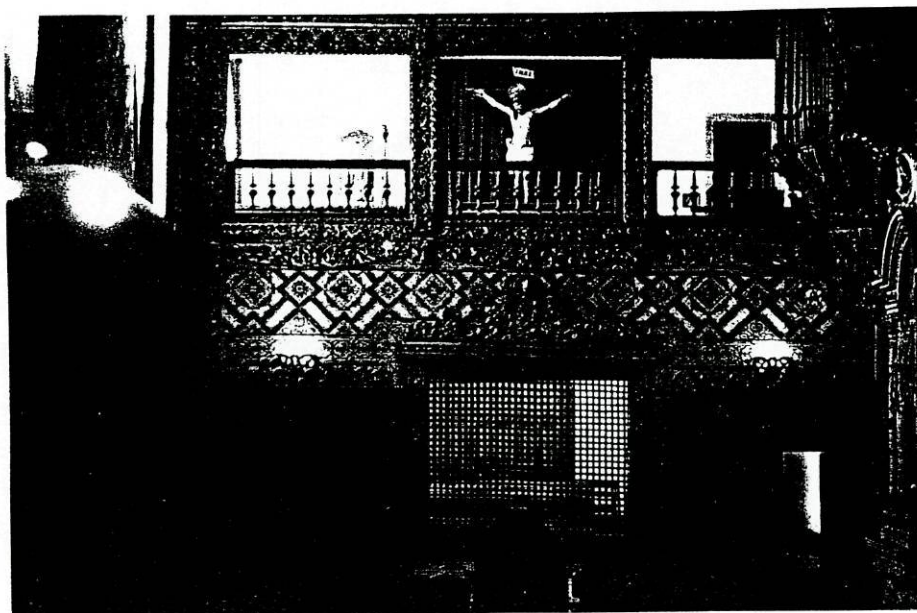


Fig.14 – Coros do mosteiro do Salvador de Braga.

Fonte: OLVEIRA, Eduardo Pires de, *O Edifício do convento do Salvador*, Braga, 1994, p.71

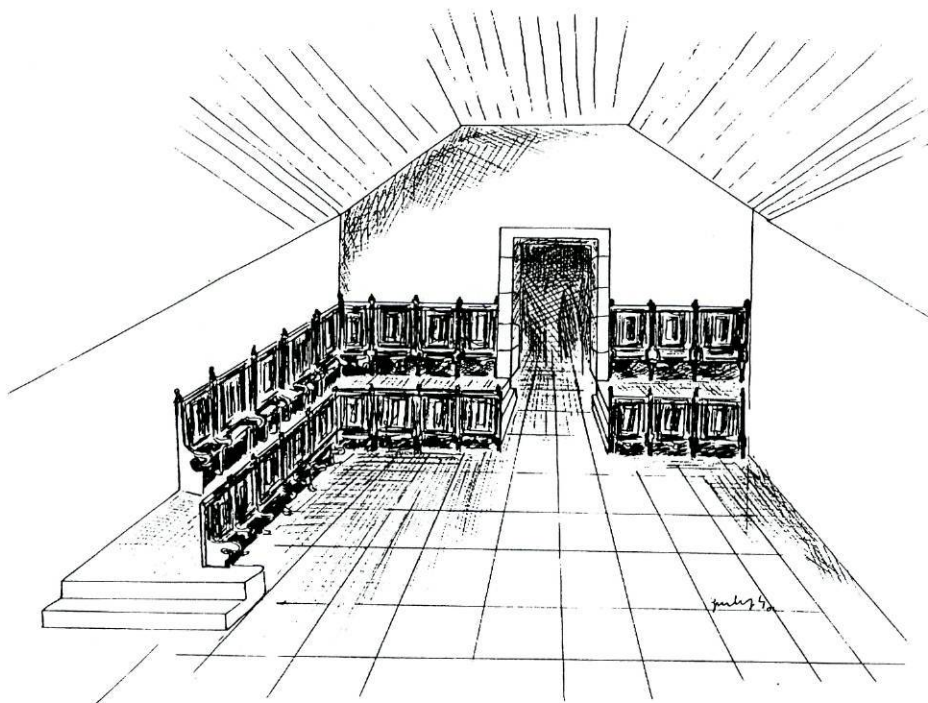


Fig.15 – Cadeiral no Coro Alto. Século XVI.

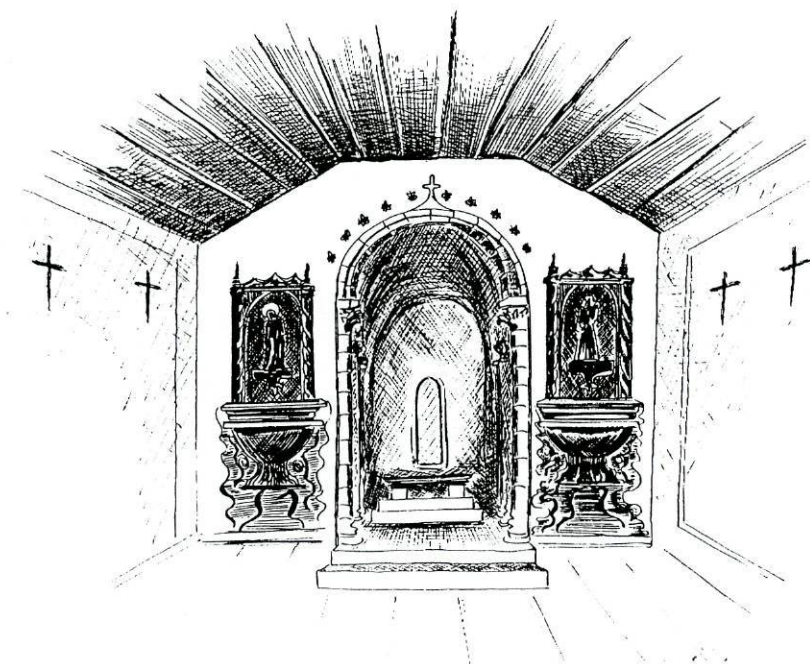


Fig.16 – Arco Cruzeiro- mor. Século XVI.

Figs. 14 e 15 desenhos com base nas descrições de: ALVES, Artur da Mota, *O convento de Ave Maria do Porto*, CMP, Porto, 1939, pp.242/368.)
(execução: Maria da Conceição Pinho)

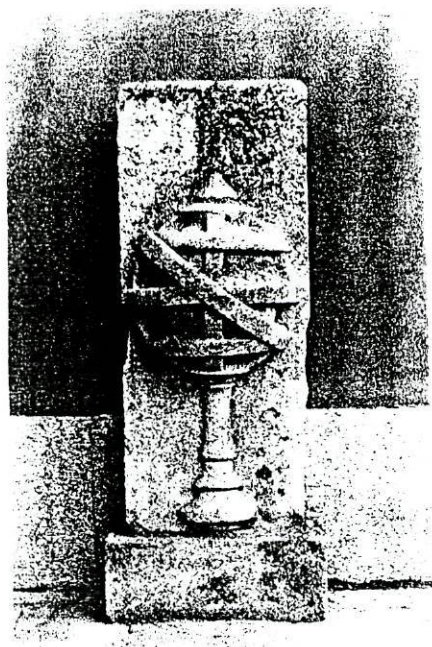


Fig.17 – Esfera Armilar.

Fotografia de António Cerdeira, Museu Nacional de Soares dos Reis, 1992.

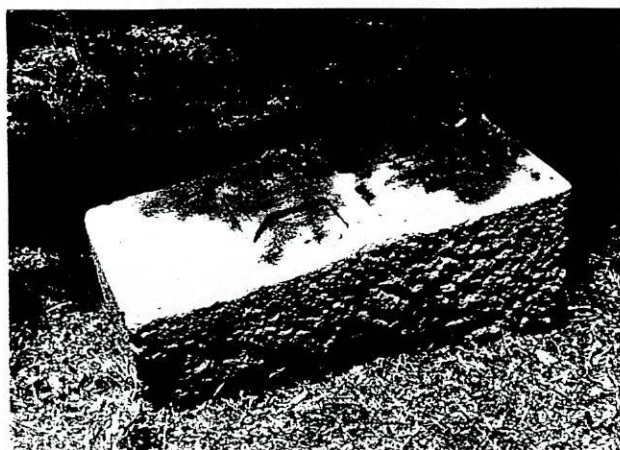


Fig.18 – Cruz de Cristo.

Fotografia de António Cerdeira, Museu Nacional de Soares dos Reis, 1992.

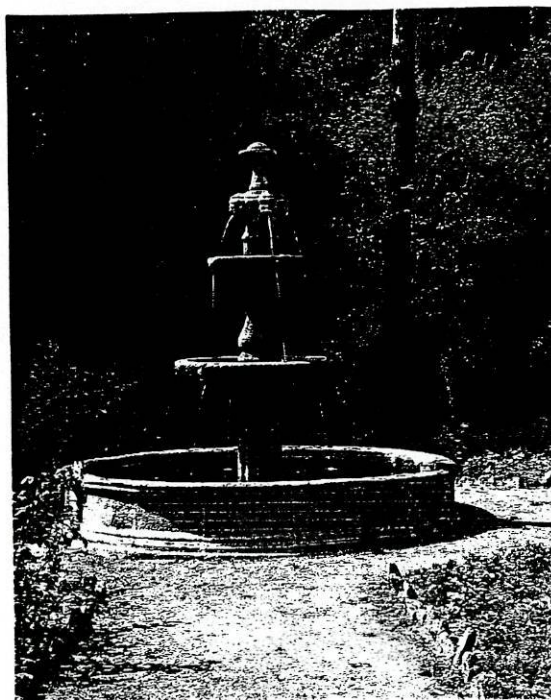


Fig.19 – Fonte do Claustro do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Século XVI?

Actualmente nos jardins dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, do Porto.
(Fotografia dos S. M. A . S.)



Fig.20

Fonte da Prç.República (Viana do Castelo)
História da Arte Portuguesa, vol.II, p.335



Fig.21

Fonte da Ferreria, Pontevedra
Do Tardo-Gótico ao Maneirismo, Gulbenkian, p.209

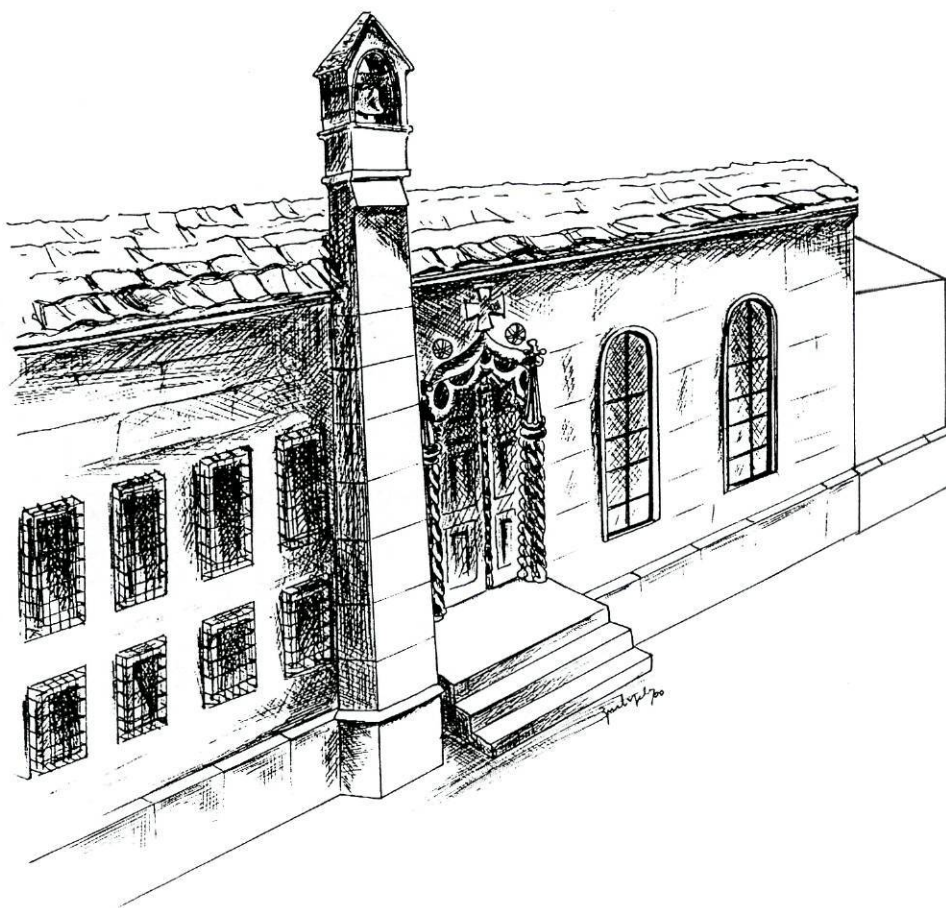


Fig.22 – Fachada da Igreja do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Século XVI.

Desenho com base nas descrições de: ALVES, Artur da Mota, *O convento de Avé Maria do Porto*, CMP, Porto, 1939, pp.242/368.)

(execução: Maria da Conceição Pinho)

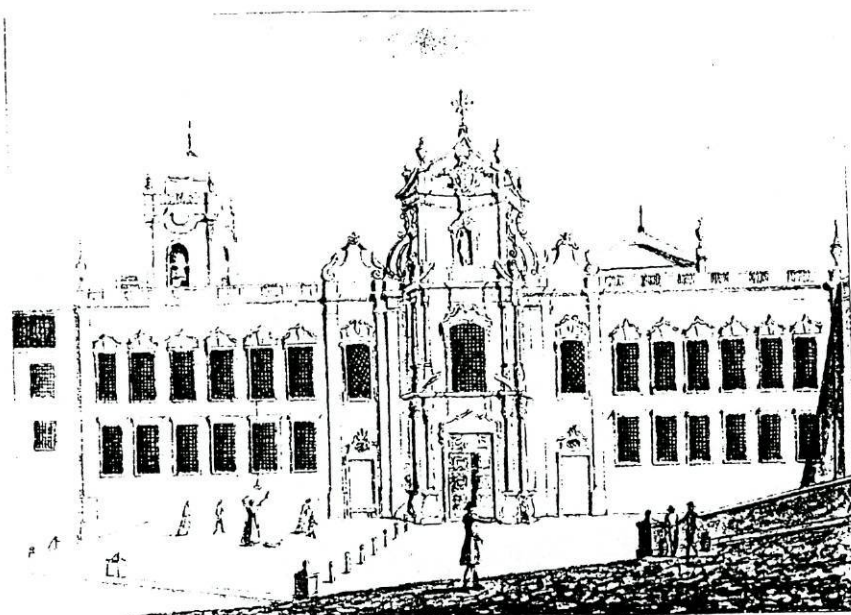


Fig.23 – Fachada da Igreja do mosteiro (lado sul). Século XIX

Desenho nº38 de Joaquim Vitória Vilanova, BPMP, 1987.



Fig.24 – Feira de São Bento (fachada poente do mosteiro).

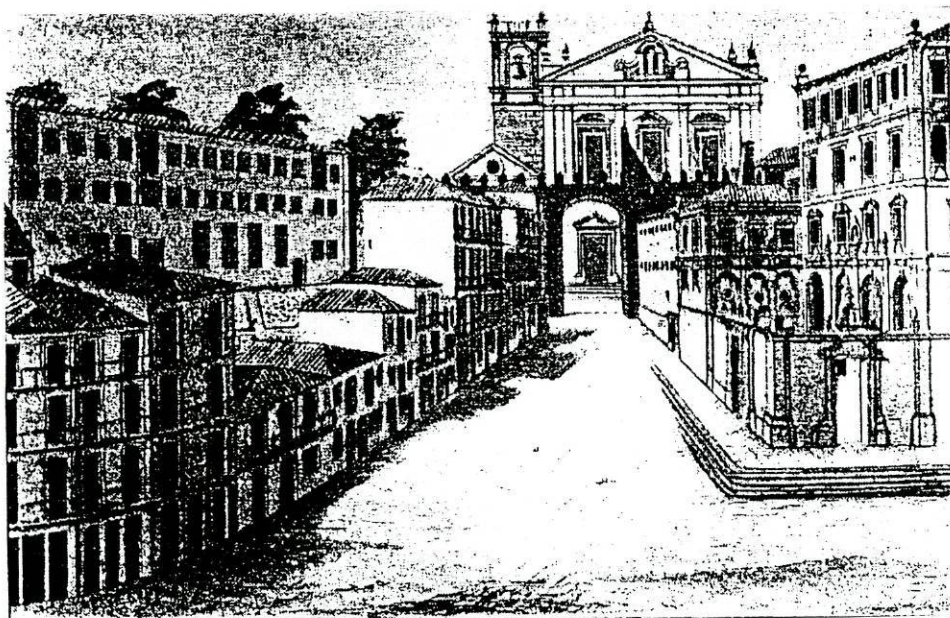
Desenho nº66 de Joaquim Vitória Vilanova, BPMP, 1987.



Fig.25 – Portaria norte. Século XVII.

Desenho de Albrecht Haupt,

Fonte: Kubler, George, *Arquitectura Portuguesa Chã. Entre as Especiarias e os Diamantes*,
Veja, 1988, p.142.



Fg.26 – Largo de São Bento, fins do século XVIII, vendo-se de topo a portaria anterior.

Fonte: TAVARES, Fernão, *Mosteiro de São Bento da Avé Maria na memória do Património perdido*, O Tripeiro, Setembro/Outubro, Porto, 1983, p.243.

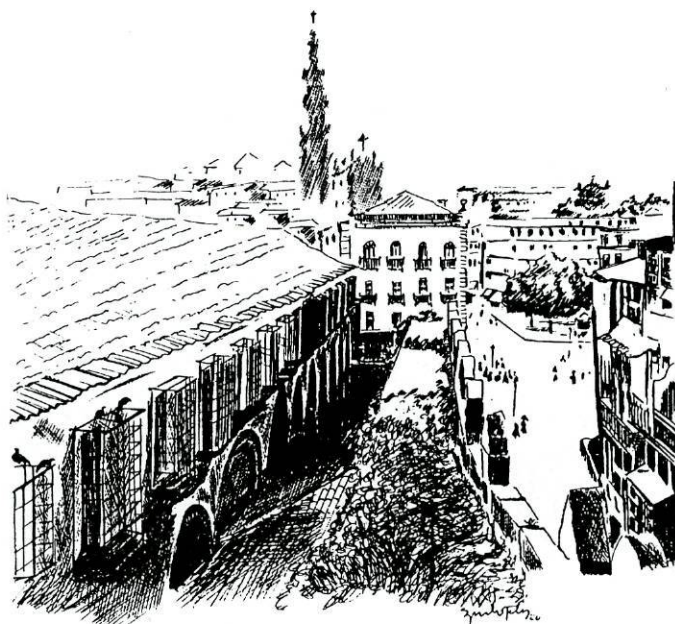


Fig.27 – Fachada norte do mosteiro de São Bento de Ave Maria. SéculosXVII/XVIII.

Desenho com base em fotografia do Arquivo Histórico Municipal do Porto.

(execução: Maria da Conceição Pinho).



Fig.28 – Mosteiro de São Bento de Ave Maria, fachada sul onde se fazia a feira. Defronte do outro Lado da rua do Loureiro o correr de casas foreiras do mosteiro onde até meados do século XIX se situava também a Casa dos Capelães, posteriormente derrubada.

Fonte: TAVARES, Fernão, o .c., p.240.



Fig.29 – Claustro do mosteiro de São Bento de Avé Maria (tomado do ângulo norte/nascente).
Séculos XVII/XVIII.

Fonte: *A cidade do Porto na Obra do Fotógrafo Alvão*, Porto, 1993, p.111.



Fig.30 – Claustro do mosteiro de São Bento de Avé Maria (tomado de sul para norte).
Séculos XVII/XVIII:

Desenho com base em fotografia do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
(execução: Maria da Conceição Pinho).

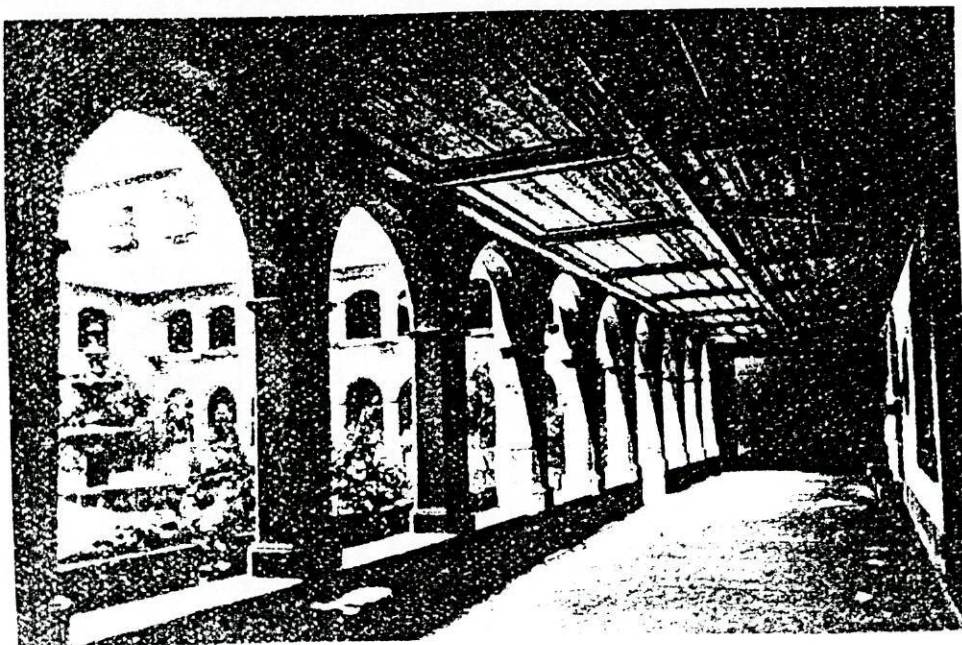


Fig.31 – Claustro do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Piso térreo do lado nascente, vendo-se à direita a sala capitular (parede e entrada). Séculos XVII/XVIII.

Fonte: VITORINO, Pedro, *Notas de Arqueologia Portuense*, CMP, Porto, 1937, p.187.



Fig.32 – Claustro do mosteiro de São Bento de Avé Maria (tomado de norte para sul), vendo-se o arco ogival de acesso ao ante-coro do piso térreo. Séculos XVII/XVIII.

Desenho com base em fotografia do Arquivo Histórico Municipal do Porto.

(execução: Maria da Conceição Pinho).



Fig. 33 – Passagem porticada (do século XVI? Na ala da Enfermaria ?).

Desenho com base em fotografia do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
(execução: Maria da Conceição Pinho).



Fig.34 – Vila. Lado leste do mosteiro. Séculos XVII/ XIX

Desenho com base em fotografia do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
(execução: Maria da Conceição Pinho).

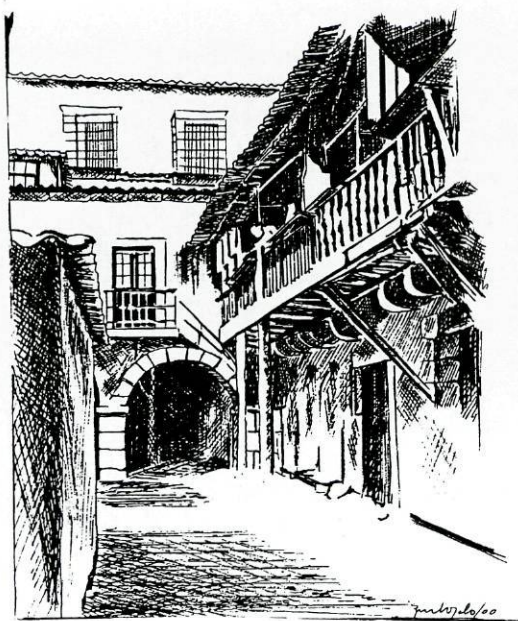


Fig.35 – Vila. Tomada para norte. Séculos XVI/XVII

Desenho com base em fotografia do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
(execução: Maria da Conceição Pinho).

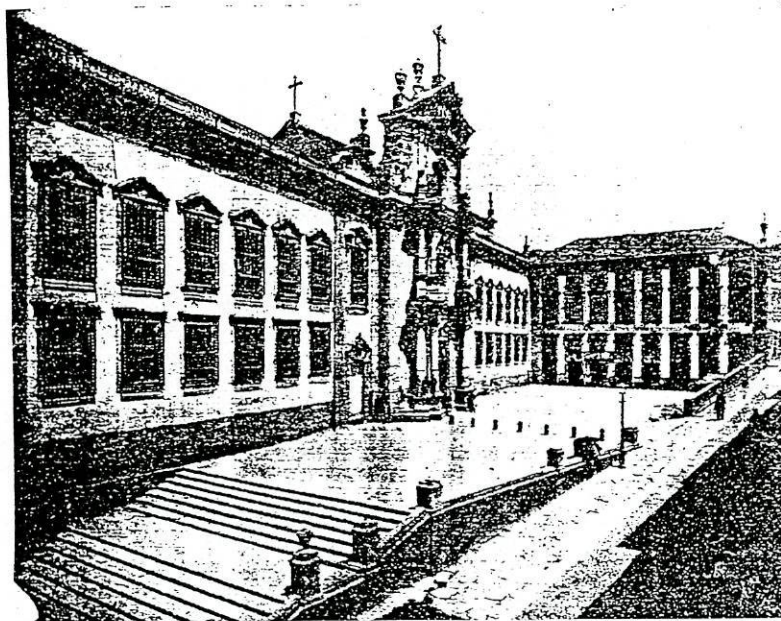


Fig.36 – Frontaria da Igreja, Coros e Escolas. Século XVIII.

Fonte: *Douro Litoral*, Porto, 1954, p.50.

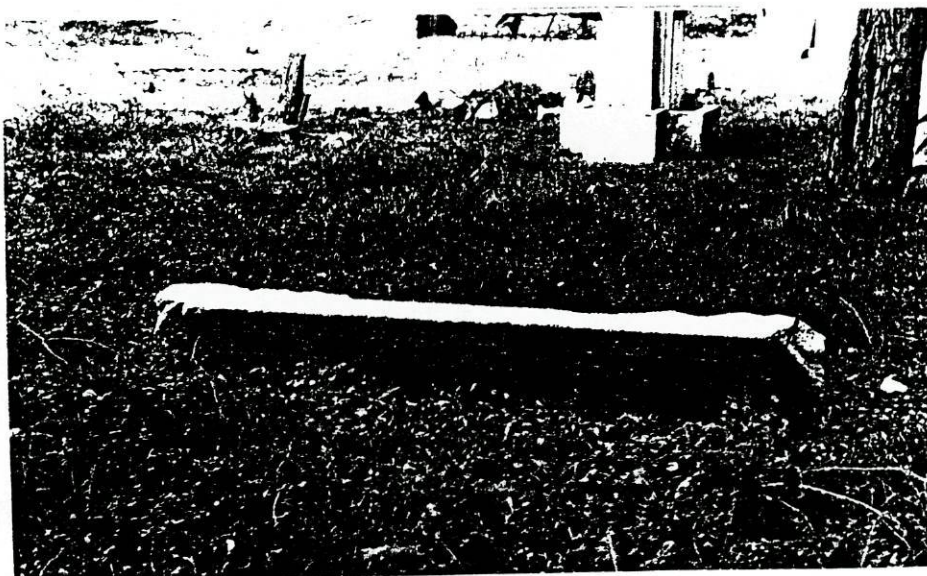


Fig.37 – Lintel comemorativo, com inscrição do século XVIII: "S.BENTO DA AVE MARIA
FUNDADO PELO SERENISSIMO REI DE PORTUGAL D.MANOEL --- ---
MEMORIAM O ANNO DE ----"

Granito. Século XVIII. Secção Lapidar do Museu Nacional de Soares dos Reis.
(fotografia do Museu Nacional de Soares dos Reis)



Fig.38 – Rótulo com monograma. Granito. Principios do século XVIII.

Fonte: VITORINO, Pedro, o .c., p.193 e 200.



Fig.39 – Rótula com monograma. Granito. Princípios do século XVIII

Fotografia de António Cerdeira, Museu Nacional de Soares dos Reis, 1992.

As peças das figs. 38 e 39 estavam colocadas sobre a arcada da portaria e eram sobrepujadas por coroas reais que não foram recolhidas

Fonte: VITORINO, Pedro, o .c., p.200.



Fig.40 – Armas de São Bento. Granito. Século XVIII (1762). Tinha a seguinte inscrição que se encontra apagada: *"MANDARAM FAZER ESTA OBRA D.JOANA MARIA DE SOUZEDO E D.ANNA DE SANTA MARIA DE ARAGOM. SENDO D.ABADEÇA THERESA MARIA DA SILVA. ANNO 1762."* Estava esta pedra de armas na Casa dos Capelães, na Rua do Loureiro e vendida em 1834.
(fotografia do Museu Nacional de Soares dos Reis)

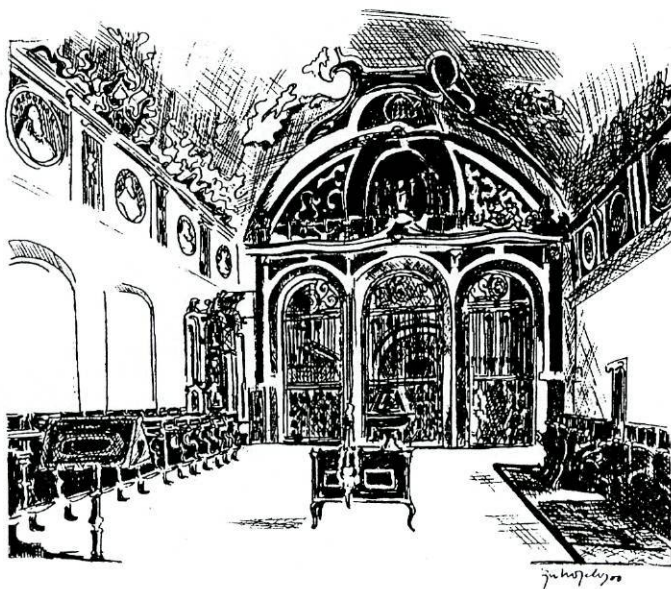


Fig.41 – Coro Alto. Século XVIII. Tomada para a Igreja.

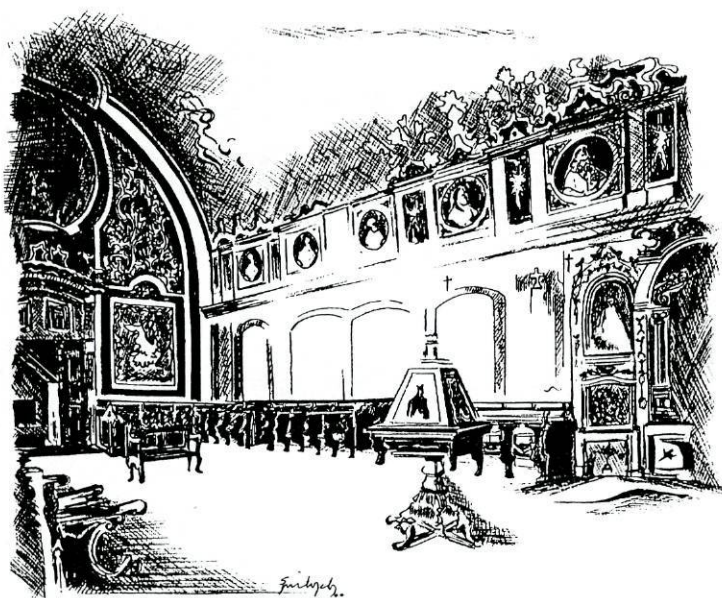


Fig. 42 – Coro Alto. Século XVIII. Tomada para o Ante-Coro.

Figs. 41 e 42, desenhos com base em fotografias do Arquivo Histórico Municipal do Porto.
(execução: Maria da Conceição Pinho).



Fig.43 – Estuques no Paço Episcopal do Porto. Finais do século XVIII. Escadaria barroca.

Estes estuques foram contemporâneos dos que ornaram o tecto do Coro Alto do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Poderão ter servido de modelo.

FONTE: VASCONCELOS, Flório, *Os Estuques do Porto*, CMP, Porto, 1997, p. 60.

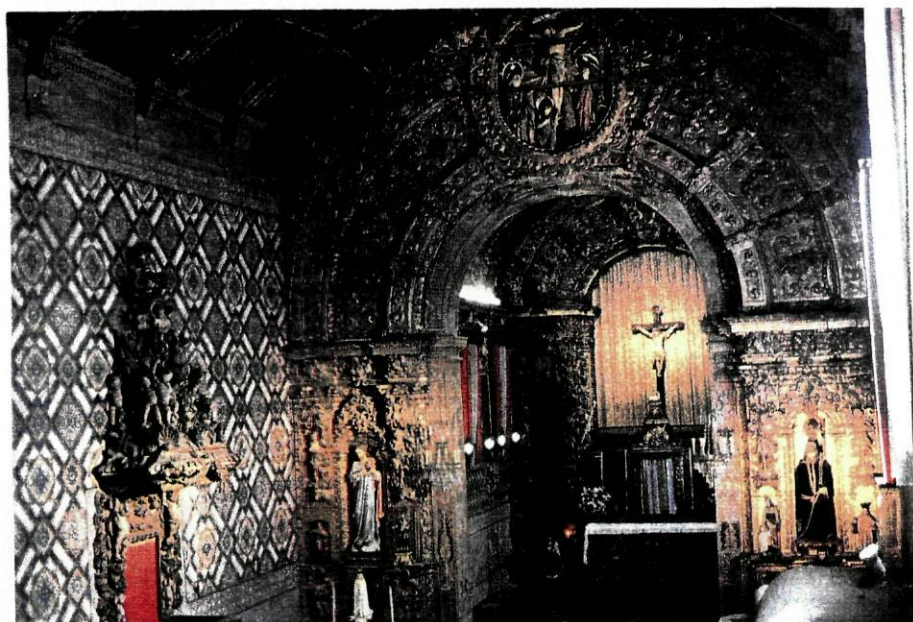


Fig.44 – Vista geral do interior da Igreja do Salvador de Braga. Idêntico aspecto teria a Igreja do mosteiro de São Bento de Avé Maria, que ardeu nos finais do século XVIII.

Fonte: OLIVEIRA, Eduardo Pires de, o . c., 57.

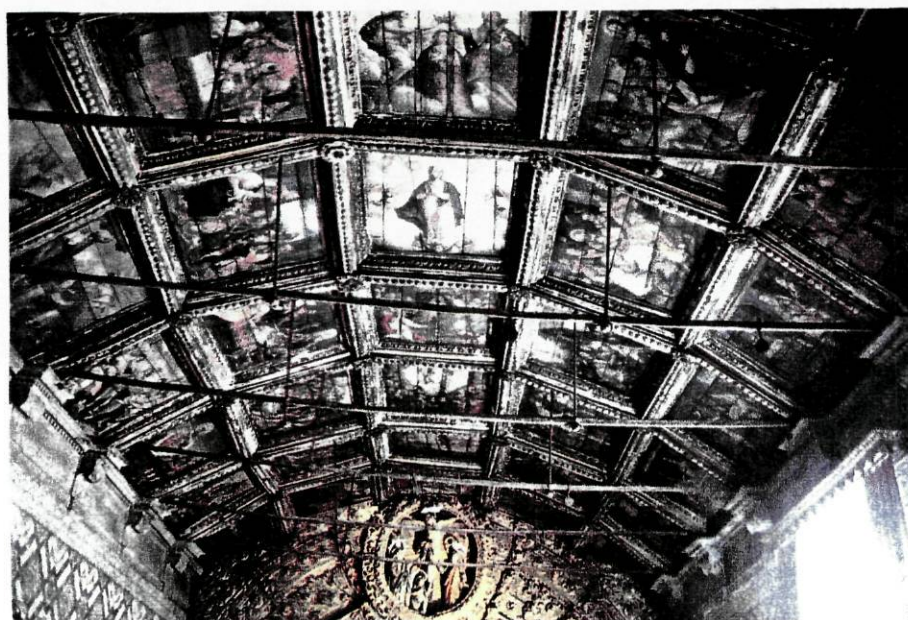


Fig.45 – Tecto da Igreja do Salvador de Braga. Pensámos que a Igreja, do século XVII/XVIII, de São Bento de Avé Maria seria igualmente apainelada.

Fonte: OLIVEIRA, Eduardo Pires de, o .c. p. 67.



Fig.46 – Fogaréu. Granito. Século XVIII. Era um dos quatro que pontuavam nos vértices do Telhado do Corpo da Igreja (mais elevado). Actualmente nos terrenos da Igreja de Cedofeita.
(fotografia do autor)



Fig.47 – Roda do mosteiro. Supomos que a fotografia que deu origem ao desenho está em posição invertida.

Fonte: ALVES, Artur da Mota, o . c., p. 245.

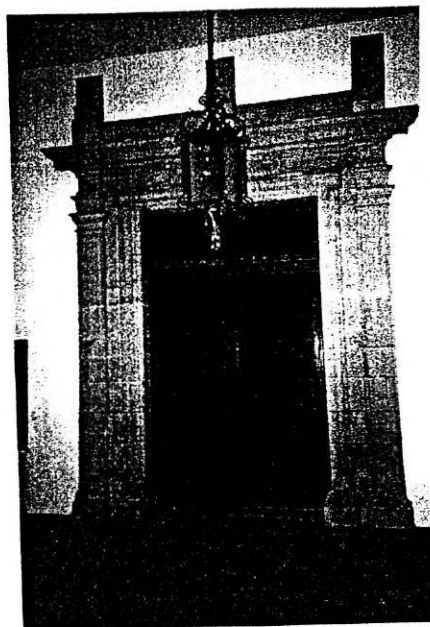


Fig.48 – Portaria de mosteiro beneditino feminino (Sanpelayo – Santiago de Compostela)
(fotografia do autor)



Fig.49 – Grade do mesmo mosteiro
(fotografia do autor)

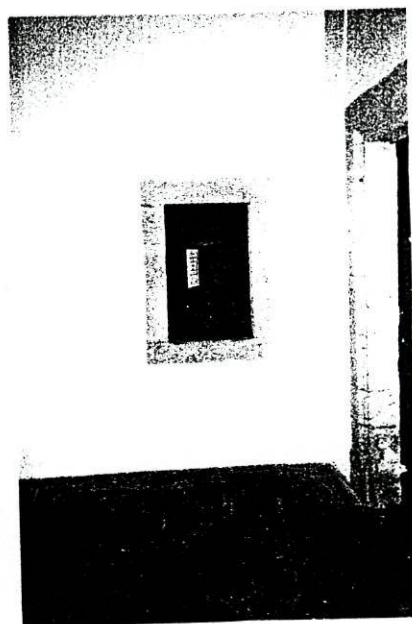


Fig.50 – Roda do mesmo mosteiro
(fotografia do autor)



Fig.51 – Estante do Coro. Século XVIII. Pode observar-se nas figs.41 e 42.
Actualmente na Igreja de Cedofeita
(fotografia do autor)



Fig.52 – Estante do Coro(apontamento do pé)
(fotografia do autor)



Fig.53 – Urna de Quinta-feira Santa. Século XVIII.

Actualmente na Igreja de Cedofeita e atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria.
(fotografia do autor)

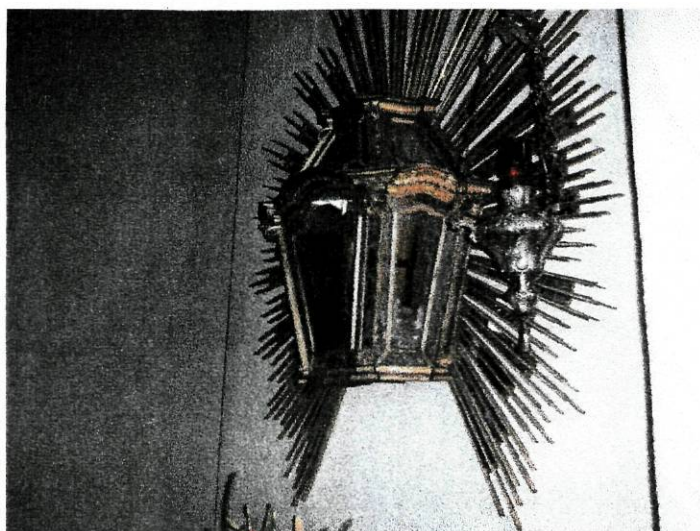


Fig.54 – Urna de Quinta-feira Santa (perspectiva diagonal).

(fotografia do autor)



Fig.55 – Parte do Cadeiral do Coro Alto do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Século XVIII.
Actualmente na Igreja de Cedofeita
(fotografia do autor)



Fig.56 – Cadeiral. Este pormenor é o banco da abadessa, mais largo.
(fotografia do autor)



Fig.57 – Espaldar com baldaquino. Assento da abadessa. Século XVIII.

Actualmente na Igreja de Cedofeita.

(fotografia do autor)



Fig.58 – Fragmento do Cadeiral do Coro Alto. Século XVIII.

Actualmente cripta da Igreja de Cedofeita.

(fotografia do autor)

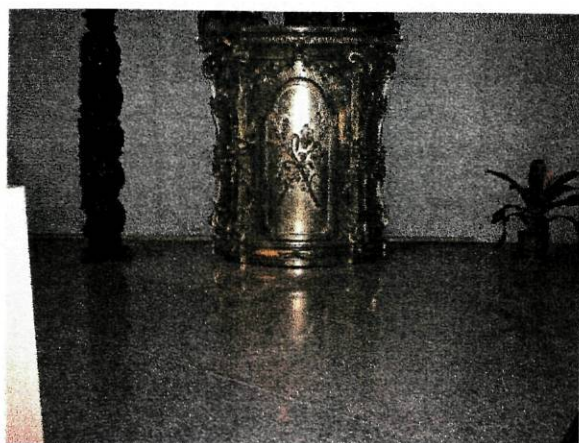


Fig.59 – Sacrário. Século XVIII.

Actualmente na Igreja de Cedofeita e atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria
(fotografia do autor)



Fig.60 – Credência. Pensámos ser pedra lioz e mármore preto. Século XVIII.

Actualmente na Igreja de Cedofeita e atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria.
(fotografia do autor)

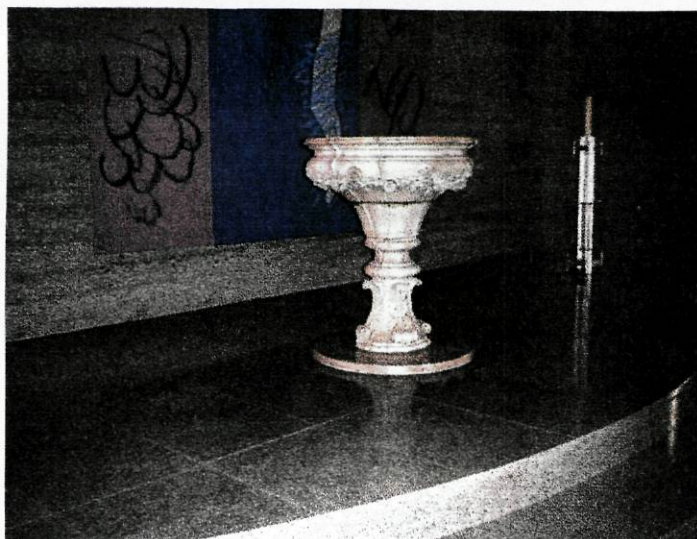


Fig.61 – Pia de água benta. Parece ser pedra Lioz. Século XVIII

Poderá ser o nº744 do Inventário Geral

Actualmente pia baptismal na Igreja de Cedofeita – Porto

(fotografia do autor)

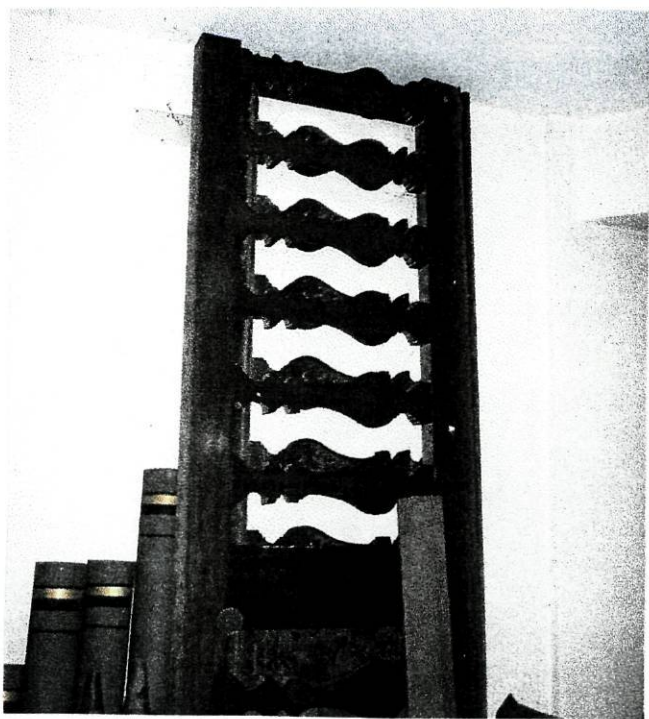


Fig.62 – Grades do altar mor. Lavar idêntico ao dos cadeirais. Século XVIII.

Actualmente guardadas na Igreja de Cedofeita – Porto.

(fotografia do autor).



Fig.63 – Fragmento de Cadeiral do Coro Baixo. Século XVIII.

Actualmente na Igreja da Trindade no Porto, num conjunto de 43 assentos.
(fotografia do autor)

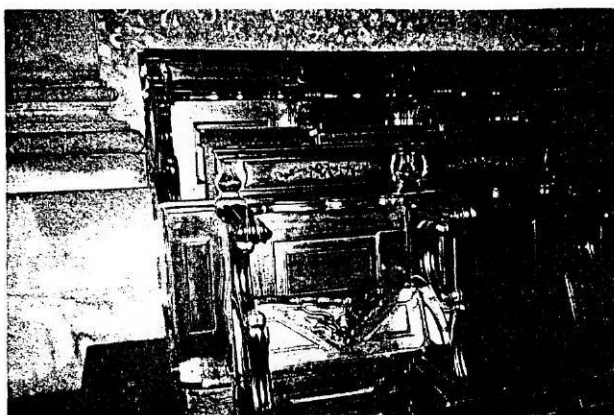


Fig.64 – Cadeiral do Coro Baixo (pormenor)

(fotografia do autor)

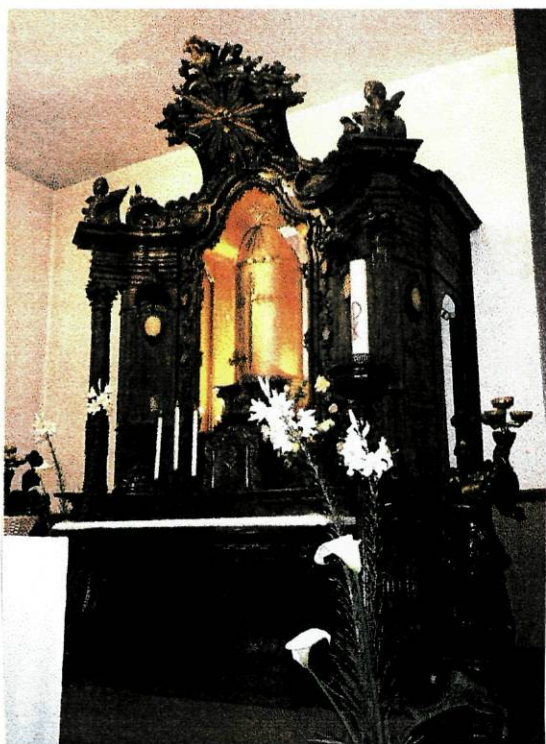


Fig.65 – Altar do Noviciado. Século XVIII.

Actualmente na capela do hospital Maria Pia – Porto

Fonte: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira, *Altars e Imaginária num convento de monjas Beneditinas*, in Poligrafia, Porto, 1994, p.107.

(fotografia do autor)



Fig.66 – Altar do Noviciado (pormenor da parte inferior)

(fotografia do autor)



Fig.67 – Caixa de Escolas. Século XIX.

Actualmente na Igreja de Santa Clara do Porto
(fotografia do autor)

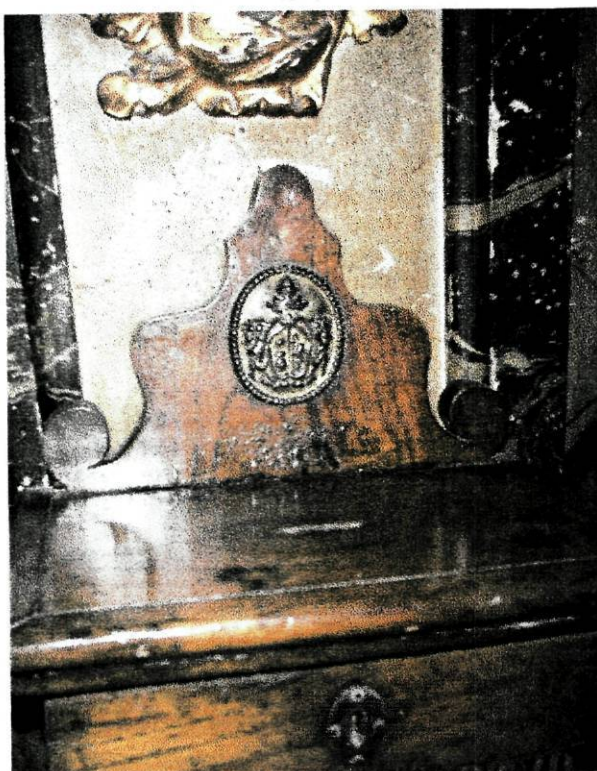


Fig. 68 - Caixa de Escolas com braço de São Bento.

Actualmente na Igreja de Santa Clara do Porto
(fotografia do autor)

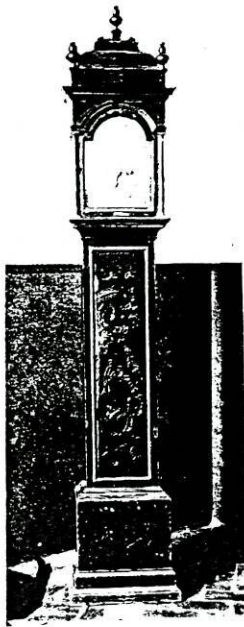


Fig.69 – Relógio de Caixa Alta ou de Escada. Madeira de Xarão. Século XVIII.
Na Embaixada Portuguesa de Madrid, desde 1944.
(fotografia do Museu Nacional de Arte Antiga – Lisboa)

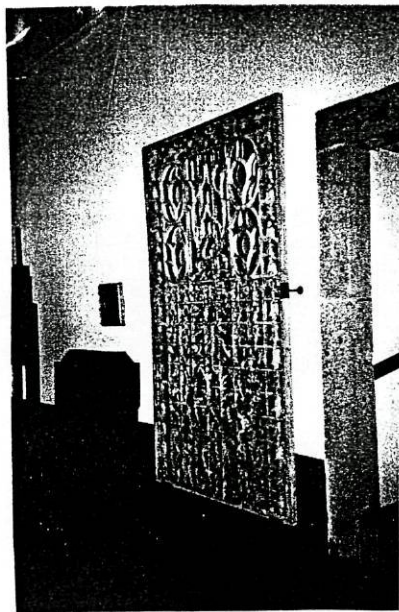


Fig.70 – Fragmento da Grade do Coro Baixo. Século XVIII.
Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior do Porto
(fotografia do autor)

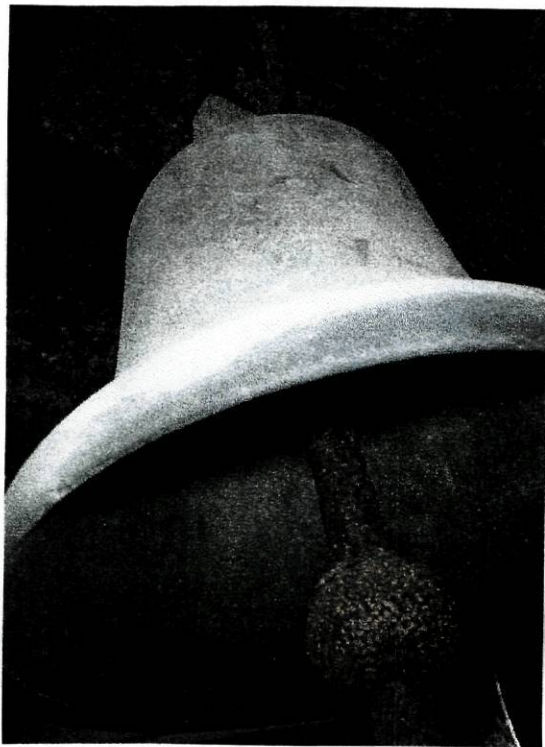


Fig.71 – Sino. Século XIX (1865)

Actualmente na Capela da Senhora do Carmo no Porto. Atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria

Fonte: *O Tripeiro*, Junho, nº2, Porto, 1949, p.43
(fotografia do autor)



Fig.72 – Sino (pormenor)

(fotografia do autor)

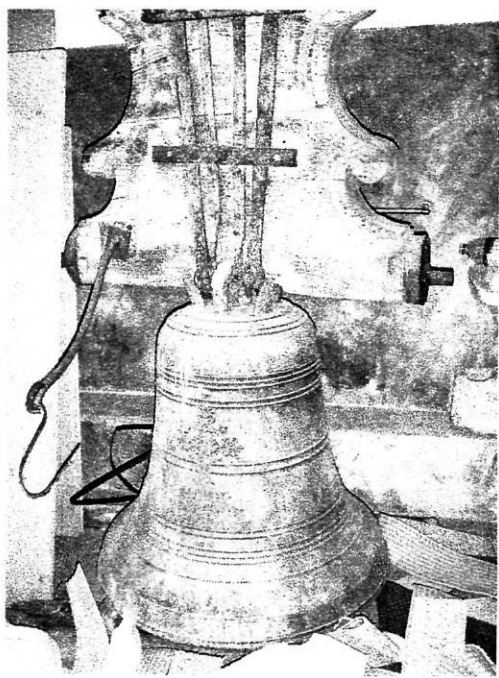


Fig.73 – Sino. Século XIX (1874), fabricado em Braga.

Actualmente em depósito na Igreja de Cedofeita. Havia dois. Atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria
(fotografia do autor)



Fig.74 – Cruzeiro. Granito. Século XVII.

Actualmente no cemitério do Prado do Repouso do Porto
(fotografia do autor)

NÚCLEO DE IMAGENS ACTUALMENTE NA IGREJA DE CEDOFEITA



Fig.75 – Imagens de Roca

Actualmente em depósito na Igreja de Cedofeita. Atribuíveis ao mosteiro de São Bento de Avé Maria
(fotografia do autor)



Fig.76 – Senhor Morto. Atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria
(fotografia do autor)

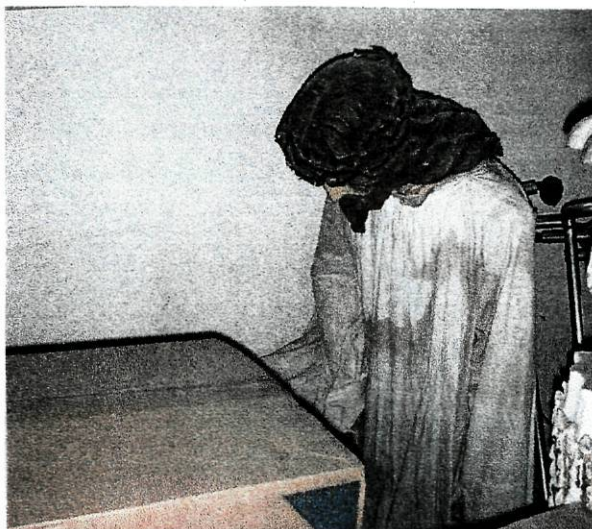


Fig.77 – Senhor dos Passos (imagem de Roca)

Fonte: *O Tripeiro*, Maio, nº1, Porto, p.19.

(fotografia do autor)



Fig.78 – São Bento

Fonte: *O Tripeiro*, Outubro, nº6, Porto, 1948, p.143.

(fotografia do autor)



Fig.79 – Santa Escolástica

Fonte: *O Tripeiro*, Outubro, nº6, Porto, 1948, p.143.

(fotografia do autor)

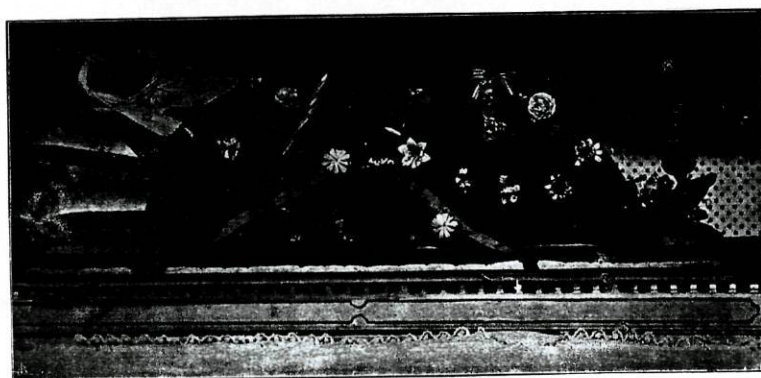


Fig. 80 – Santa Colomba. Relíquia venerada no mosteiro de São Bento de Avé Maria.

Fonte: *O Tripeiro*, Outubro, nº6, Porto, 1948, p.143.

Esta santa, supostamente incorrupta, era uma imagem com armação de arame, ricamente vestida e a máscara julgada de cera era de cartão magnificamente moldado. Os materiais altamente perecíveis foram vencidos pelos tempos e reduziram-se a pó, há poucos anos.

(fotografia – pagela da paróquia de Cedofeita)

NÚCLEO DE IMAGENS ACTUALMENTE NA IGREJA DE SANTA CLARA



Fig.81 – São Bento

Fonte: *O Tripeiro*, Janeiro, nº9, Porto, 1949, p.213.

(fotografia do autor)

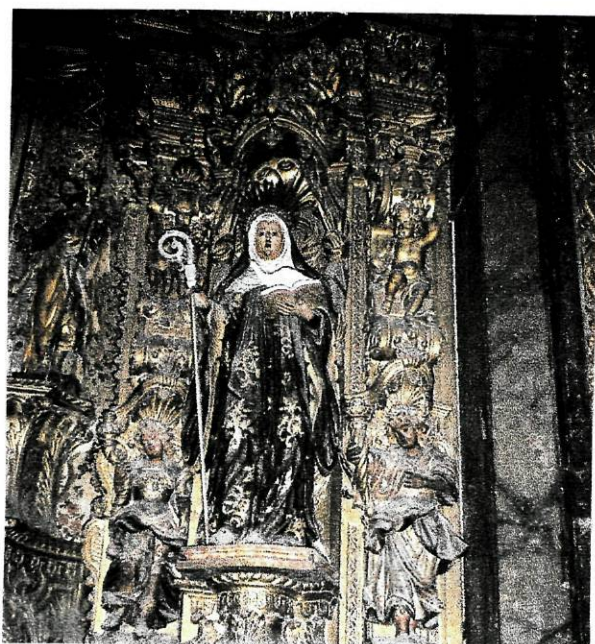


Fig.82 – Santa Escolástica

Fonte: *O Tripeiro*, Janeiro, nº9, Porto, 1949, p.213.

(fotografia do autor)

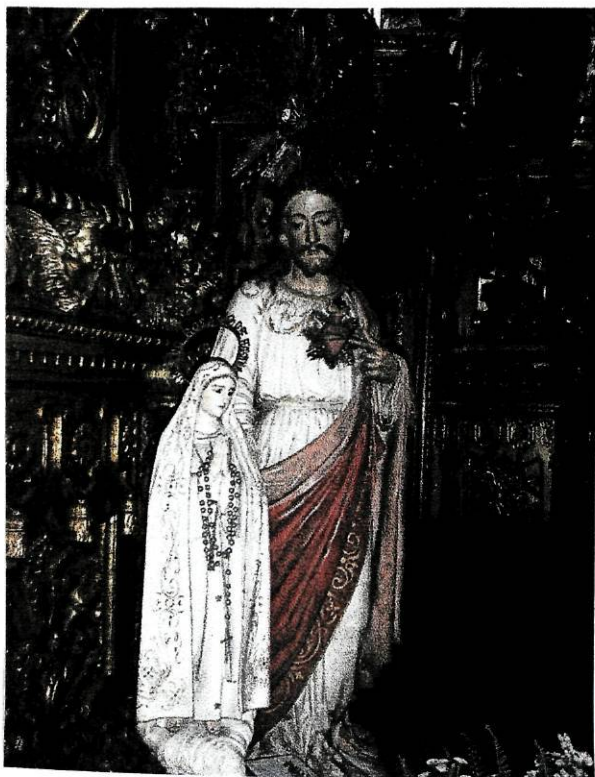


Fig.83 – Coração de Jesus

Fonte: *O Tripeiro*, Janeiro, nº9, Porto, 1949, p.213.

IMAGENS PERTENCENTES AO CEMITÉRIO DE AGRAMONTE

Por lapso ficaram excluídas as seguintes imagens 83 a , 83 b e 83 c que se encontram na capela do cemitério de Agramonte - Porto.

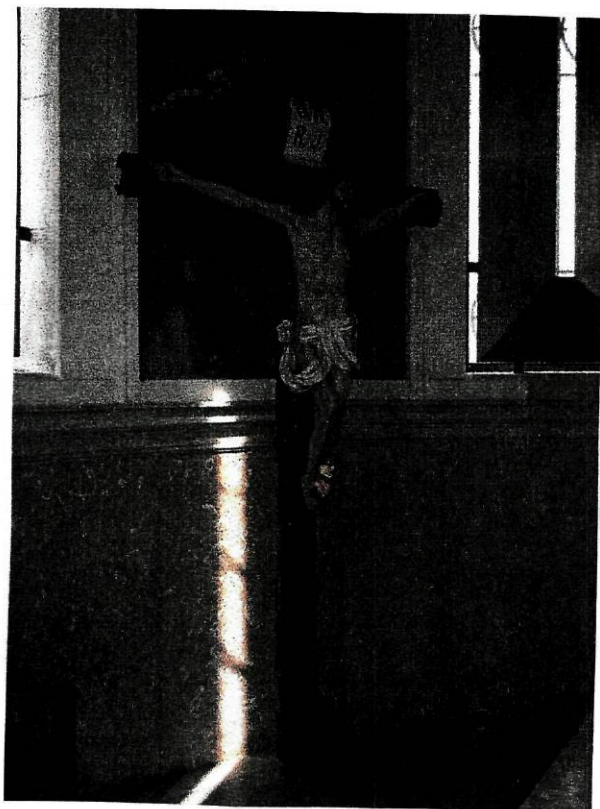


Fig.83 a - Cristo Crucificado. Esteve na Casa do Capítulo do mosteiro de São Bento de Avé Maria

Fonte: MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*,
Bol.Assoc.Cult, Amigos Porto, Porto, 1997/98, p.216.
(fotografia do autor)

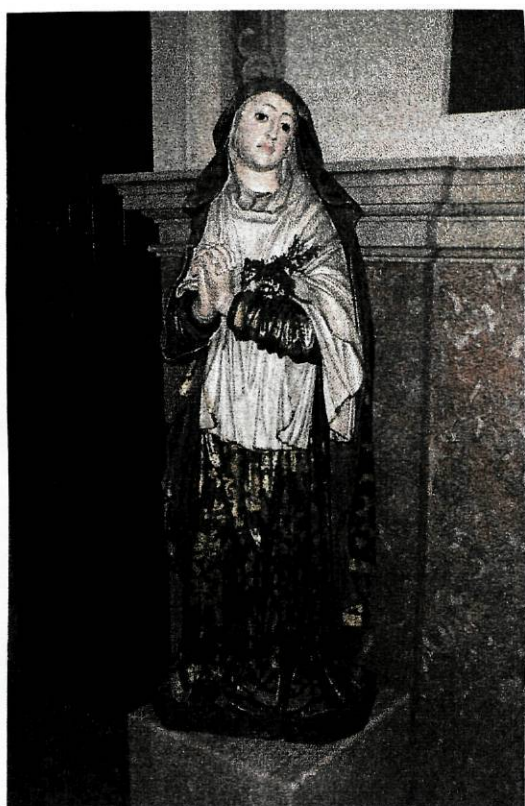


Fig. 83 b – Senhora da Soledade
(fotografia do autor)

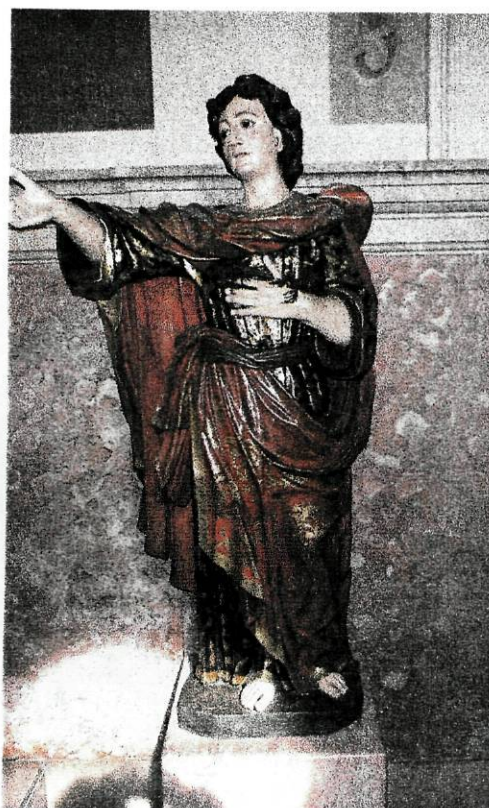


Fig. 83 c – São João
(fotografia do autor)

Atribuíveis ao mosteiro de São Bento de Avé Maria

OUTRAS PEÇAS PERTENCENTES AO MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS



Fig.84 – São Bento. Século XVIII. Barro policromado

Teve um báculo.

Fonte: *O Mosteiro de São Bento da Vitória, 400 anos*, ADP, Porto, 1997, p. 120.



Fig.85 – São Vicente. Madeira pintada e dourada. Século XVIII

(Fotografia do arquivo do Museu)



Fig.86 – São José. Madeira pintada, estofado. Século XVIII.
(fotografia do arquivo do Museu)



Fig.87 – Santo António. Madeira pintada, estofado. Século XVIII.
(fotografia do arquivo do Museu)



Fig.88 - Cruz peitoral. Anverso imagem de Cristo. Metal. Século XVII.
(fotografia do arquivo do Museu)



Fig.89 – Cruz peitoral. Reverso. Imagem de Nossa Senhora da Conceição.
(fotografia do arquivo do Museu)



Fig.90 – Cruz peitoral. Marfim com incrustações de madrepérola. Século XVII.
(fotografia do arquivo do Museu).



Fig. 91 – Cruz peitoral idêntica à da fig.90, mas fragmentada e incompleta.

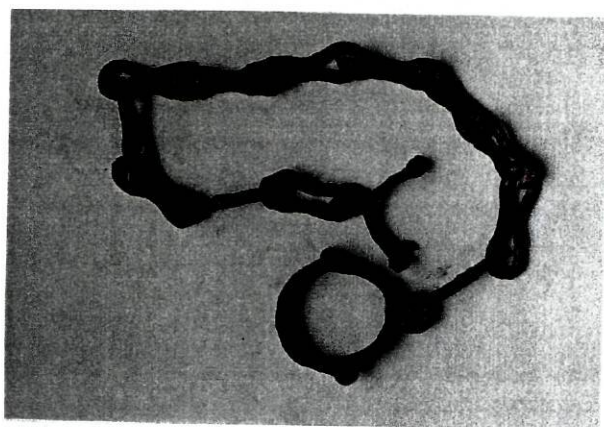


Fig.92 – Grilheta. Ferro. Século XIX.
(fotografia do arquivo do Museu)

NÚCLEO DE PEÇAS PERTENCENTES AO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

Por razões totalmente alheias à nossa vontade, deste conjunto apresentamos apenas uma pequena parte.



Fig.93 – Cadeira de pau santo com estofa de damasco e pregaria. Século XVII (1ª metade)

M. N. A. A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM., 2000)

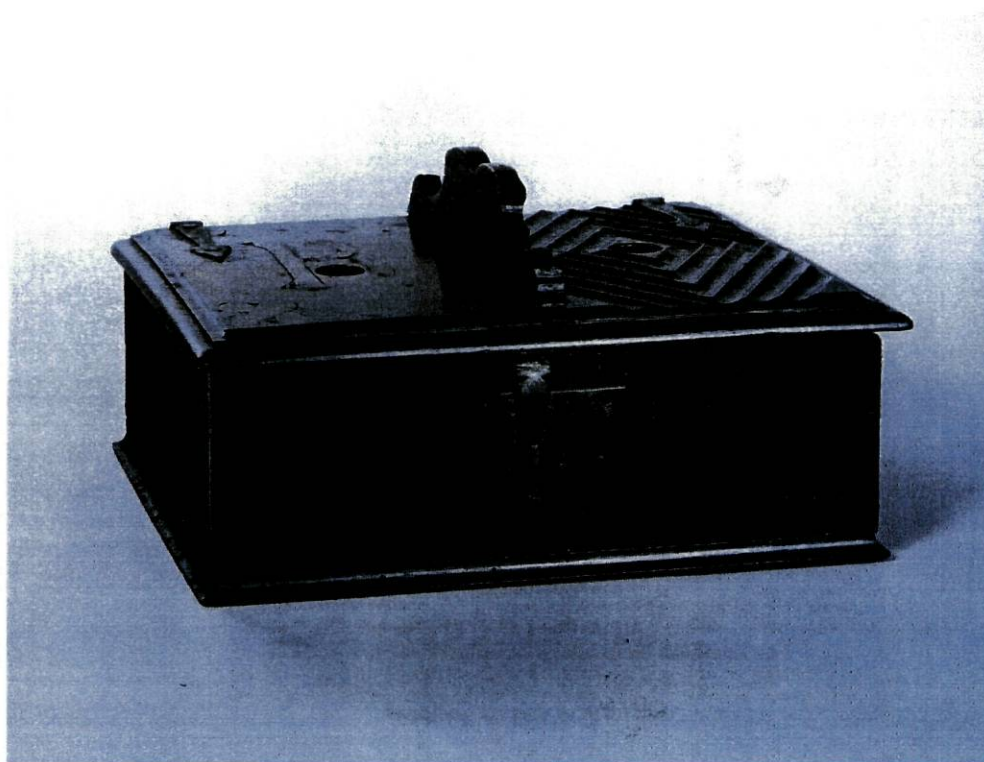


Fig. 94 – Urna de eleições. Madeira com embutidos.

M. N. A. A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)



Fig.95 – Tinteiro. Madeira com embutidos e com aplicações de prata ?

M. N. A .A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)



Fig.96 – Tinteiro. Madeira com embutidos e com aplicações de prata ?

M. N. A .A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)



Fig.97 – Caldeirinha. Prata

M. N. A .A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)



Fig.98 – Par de brincos em forma de laço com pedras. Século XVIII?

M. N. A .A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)

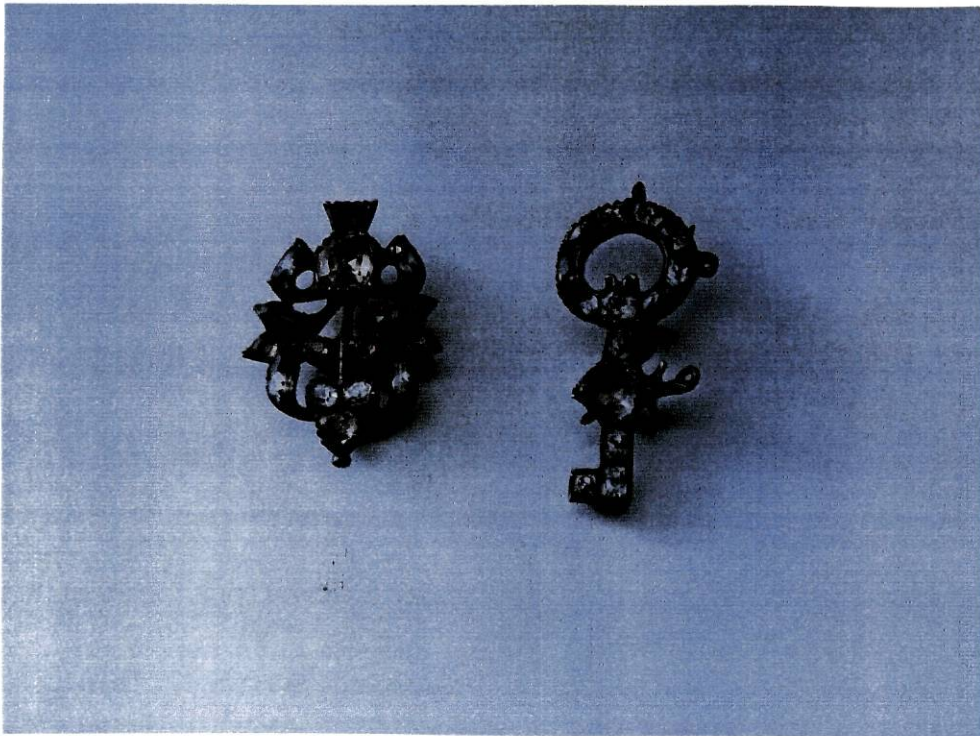


Fig.99 – Dois alfinetes com pedras. Século XVIII?

M. N. A .A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)

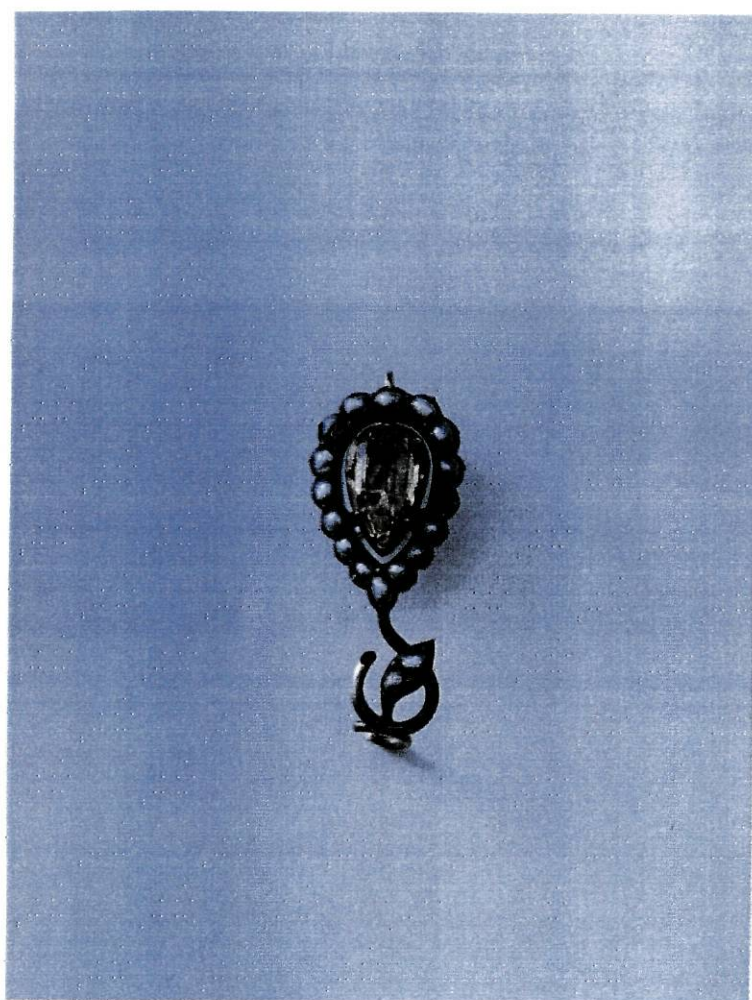


Fig.100 – Alfinete de peito com aljofres. Seculo XIX?

M. N. A .A .

(Fotografia: Carlos Monteiro – Div.Doc.Fotográfica – IPM, 2000)

Das seguintes peças apenas enumeramos a denominação do arquivo do Museu, por até à data, não termos em nosso poder as fotografias.

Fig.102 - Fragmento de pulseira

Fig.103 – Broche antigo em forma de laço com pendente.

Fig.104 – Jarra em forma de cabaça

Fig.105 – Jarra

Fig.106 – Jarra

Fig.107 – Eucaristia. Baixo-relevo. Madeira. Seculo XVIII.

Fig.108 - Lâmpada de suspensão.

Fig.109 – Jarra

Fig.110 – Castiçal de um par

Fig.111 – Tapete de arraiolos

Fig. 112 – Tapete de arraiolos

Fig.113 – Tapete de arraiolos

Fig.114 – Tapete

Fig.115 – Tapete

Fig.116 – Fragmento de tecido

NÚCLEO DE PEÇAS PERTENCENTES AO MOSTEIRO BENEDITINO DE SINGEVERGA

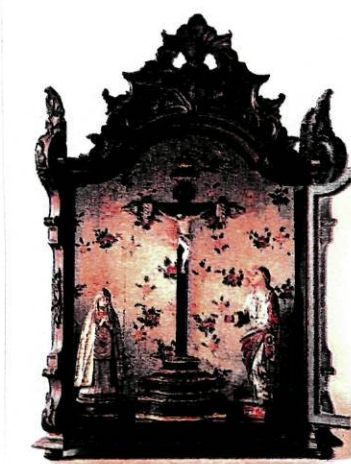


Fig.117 – Oratório. Pau preto. Século XVIII

Fonte: *O Mosteiro de São Bento da Vitória, 400 anos*, ADP, Porto, 1997, p.169.



Fig.118 – Cálice e patena .Prata dourada. Século XVIII.

Tem a seguinte inscrição: Este Calis mandou fazer a sancristam D.Maria Volante d'Souza sendo
Abadesa D.Jozefa Clara Camelo. Tem o brasão de São Bento.

Fonte: *O Mosteiro de São Bento da Vitória, 400 anos*, ADP, Porto, 1997, p.158.



Fig.119 – Custódia. Ouro com pedras preciosas. Século XVIII.

Fonte: *O Mosteiro de São Bento da Vitória, 400 anos*, ADP, Porto, 1997,p.153.

Consta como originária do mosteiro de Vairão, mas foi-nos garantido em Singeverga a proveniência de São Bento de Avé Maria.



Fig.120 – Píxide. Prata dourada (e não ouro. O peso é aproximadamente 1000 gr. e não 5000gr. como indicado). Século XVIII

Fonte: O Mosteiro de São Bento da Vitória, 400 anos, ADP, Porto,1997, p.152.

Esta peça terá sido a que António Bernardo Ferreira comprou juntamente com o báculo e que permaneceu durante décadas desaparecida. Como prova da posse efectiva aquele comerciante mandara gravar uma inscrição de doação condicional. Não possui qualquer gravado e a história que nos contaram, em Sngeverga é bem diversa: a última abadessa tê-la-á deixado ao sacristão para que este a entregasse aos beneditinos quando de regresso a Portugal. A razão pela qual ali se encontra.



Fig.121 - Retrato da última Abadessa do mosteiro de São Bento de Ave Maria:
D.Maria da Glória Dias Guimarães. Século XIX.

Fonte: *O Mosteiro de São Bento da Vitória, 400 anos*, ADP, Porto, 1997, p.180.

**NÚCLEO DE PEÇAS PERTENCENTES AO MUSEU DE ARTE SACRA E ARQUEOLOGIA DO
SEMINÁRIO MAIOR DO PORTO**

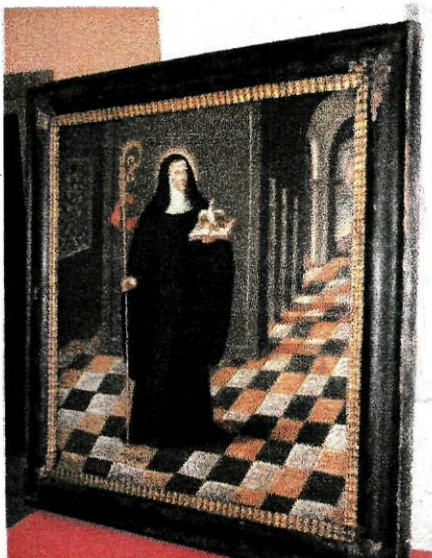


Fig.122 – Santa Escolástica. Óleo

Atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria

O báculo indica a proveniência do quadro. É a réplica perfeita do báculo das abadessas.
(fotografia do autor)



Fig.123 – Santa Gertrudes e Santa Lutegarda

Atribuível ao mosteiro de São Bento de Avé Maria (podem ser o nº610 do Inventário
Geral)

(fotografia do autor)

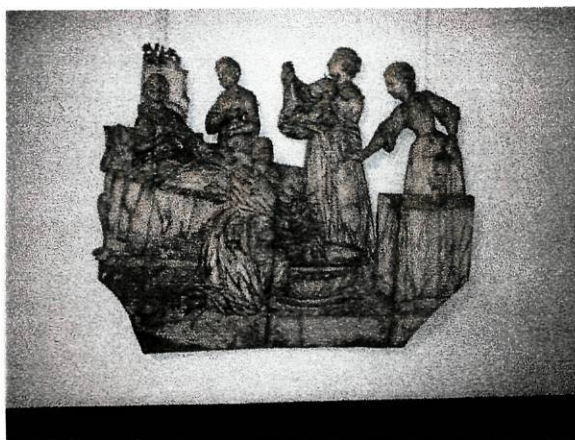


Fig.124 – Tetralogia sobre São Bento - I. Madeira. Seculo XVIII.
(fotografia do autor)



Fig.125 – Tetralogia sobre a vida de São Bento – II. Madeira. Século XVIII.
(fotografia do autor).



Fig.126 – Tetralogia sobre a vida de São Bento – III. Madeira. Século XVIII.
(fotografia do autor)

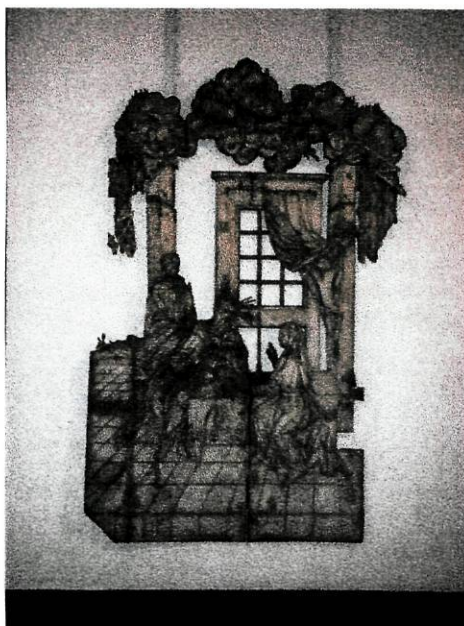


Fig.127 – Tetralogia sobre a vida de São Bento – IV. Madeira. Século XVIII.
(fotografia do autor)

AVULSOS



Fig. 128 – Oratório (estação da Paixão que esteve no muro da Cerca, na Rua do Loureiro)
Alvenaria.

Actualmente na sacristia da Igreja de São João Novo, no Porto.
(fotografia do autor).



Fig.129 – Oratório (pormenor)
(fotografia do autor)



Fig.130 – Oratório .Figuras da Paixão. Escultura. Madeira.
(fotografia do autor)



Fig.131 – Oratório. Figuras que estavam suspensas
(fotografia do autor)

(estas figuras encontram-se guardadas por estarem em mau estado)



Fig. 132 – Ceia de Cristo. Baixo-Relevo? Cerâmica?
 Pertenceu ao mosteiro de São Bento de Avé Maria.
 Fonte: *O Tripeiro*, Abril, nº12, Porto, 1953, capa.



Fig. 133 – Presépio. Barro pintado. Pertenceu ao mosteiro de São Bento de Avé Maria.
 Fonte: *Os Presépios do Porto*, in *O Tripeiro*, Dezembro, nº12, Porto, 1963, p.356.

CERÂMICA - AZULEJO



Fig. 134 – Padrão de azulejo. Figura (abundância). Monocromático. Século XVII
Claustro da Biblioteca Pública Municipal do Porto.
(postal da BPMP)



Fig.135 – Padrão de azulejo. Figura de senhora. Monocromático. Século XVII.
Claustro da Biblioteca Pública Municipal do Porto
(postal da BPMP)



Fig.136 – Padrão de azulejo. Figura de senhora. Monocromático. Século XVII.
Claustro da Biblioteca Pública Municipal do Porto
(postal da BPMP)



Fig.137 – Padrão de azulejo. Figura avulsa. Monocromático. Século XVII/XVIII.
Claustro da Biblioteca Pública Municipal do Porto
(postal da BPMP)



Fig.138 – Padrão de azulejo. Albarrada. Mnocromático. Século XVII.

Claustro da Biblioteca Pública Municipal do Porto

(fotografia do autor)

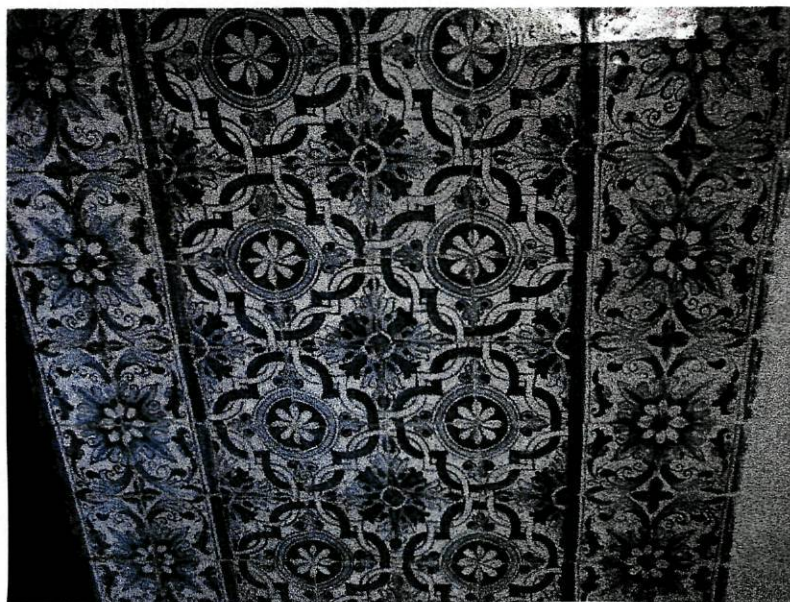


Fig.139 – Padrão de azulejo. Tapete com barra. Monocromático. Século XVII.

Paço de São Cipriano – Guimarães.

Fonte: GUIMARÃES, Agostinho, *Azulejos artísticos de Guimarães*, s/l,1983,pp.77/78

(fotografia do autor)



Fig.140 – Orgão composto por dois justapostos (um era mudo). Neoclássico. Século XIX

Actualmente na Igreja do Bonfim

Fonte: SILVA, Célia Ramos Ferreira, *Os Orgãos de tubos da cidade do Porto, séculos XVI/XIX*,
Dissertação de Mestrado, vol.2, FLUP, Porto, 1998, pp.105/109.

RETÁBULO DO ALTAR MOR

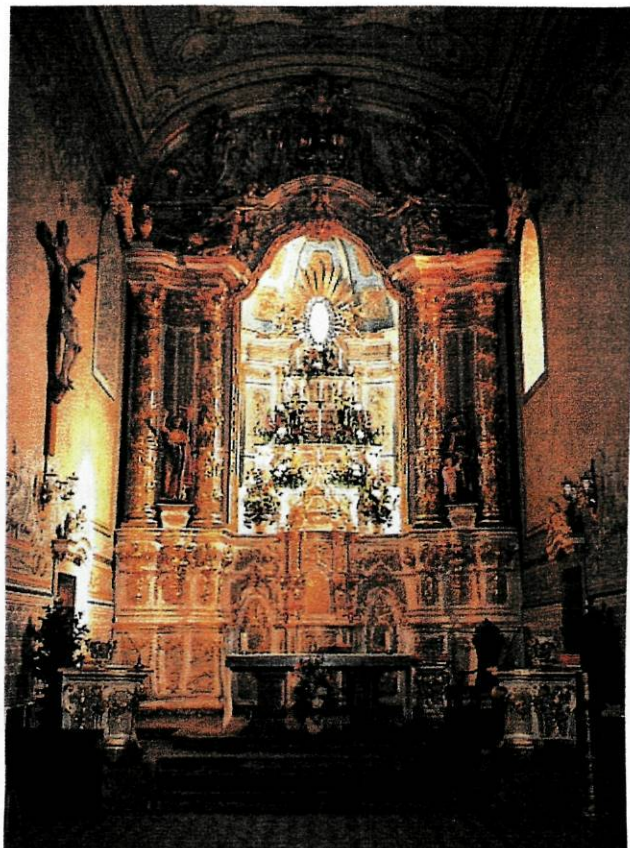


Fig.141 – Retábulo do altar mor. Século XVIII.

Actualmente na Igreja de São João de Vizela.

(fotografia do autor)

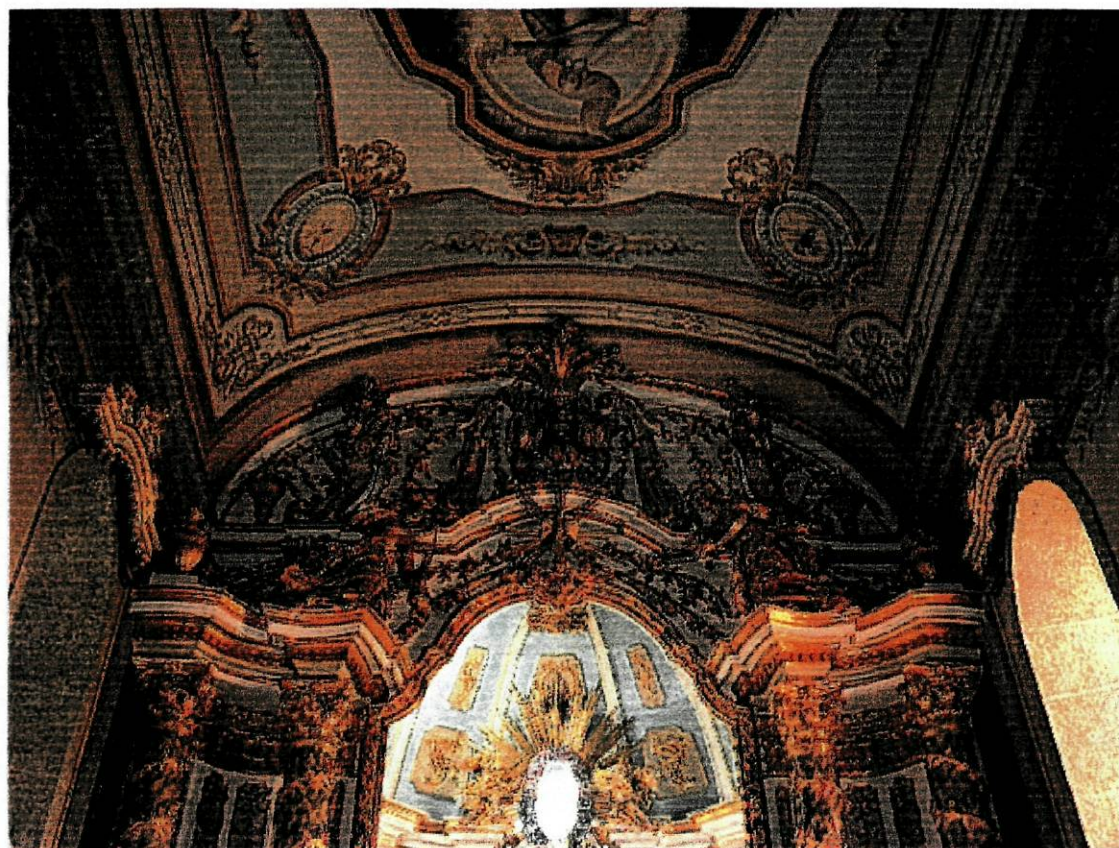


Fig. 142 – Retábulo do altar mor (pormenor superior)
(fotografia do autor)

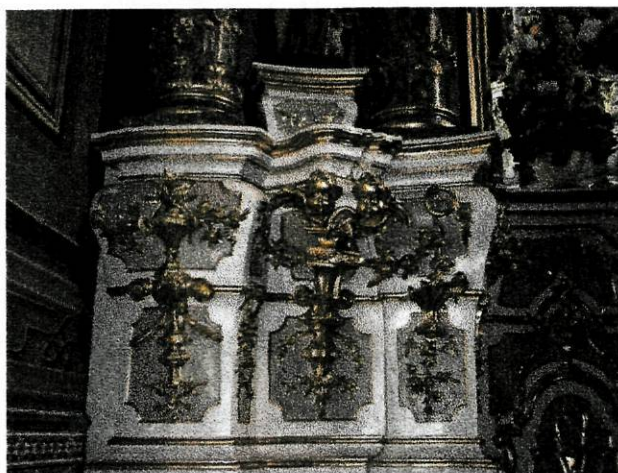


Fig.143 – Retábulo do altar mor (pormenor lateral, do apoio das colunas)
(fotografia do autor)



Fig.144 – Retábulo do altar mor (elemento central – sacrário).
(fotografia do autor)

DESCRIÇÃO DO BRAZÃO DE SÃO BENTO¹³⁷

EXPOSIÇÃO DO ESCUDO

Dividido em duas partes: à direita em campo azul uma torre de prata de cuja porta sai um rio caudaloso e no meio da divisa do escudo duas árvores de ouro em monte verde.

Este braço é por parte da mãe de São Bento, Cláudia Abundância, condessa de Núrcia, da família dos Rigardatos. A torre é símbolo do poder, fama e pureza de sangue da família. O rio significa a multidão de descendentes daquela família. As árvores de ouro, os bens e riquezas da Casa dos Pais e Avós, o monte verde são as terras e senhorios.

Na parte esquerda em campo vermelho, um leão de prata rompante. Esta insígnia é parte do pai – Anício Euproprio, da família dos Anícios Romanos. O leão é a fortaleza e o esforço dos maiores heróis desta geração. O leão sustenta um báculo pastoral por ser a insígnia particular da dignidade de Abade Monacal, que o Santo teve, o véu que pende do báculo é para a divisa do Episcopal e o seu retorcido sempre para dentro é para mostrar que a jurisdição monacal diz só respeito e se limita aos monjes e à clausura à excepção do báculo pastoral dos bispos, pois este olha o seu remate para fora, denotando a sua jurisdição no século.

A árvore figura toda a religião beneditina. O globo representa o mundo a cujas quatro partes ela se estendeu. Ao pé da árvore divisam-se diferentes insígneas de Pontífices, Cardeais, Arcebispos, Bispos, Doutores, Imperadores, Imperatrizes, Reis, Rainhas, Príncipes e Princesas, Infantes, Infantas, Duques, Duquesas, Marqueses, Condes, Generais que em número quase infinito abaraçaram o Santo Instituto desta Religião.

¹³⁷ Descrição rara, retirada de um Livro de Contas (original) ricamente iluminado, proveniente do mosteiro de São Bento de Viana do Castelo. Esta explicação “geroglífica” estava nas primeiras páginas do dito volume. ARAÚJO, José Rosa de, *Como viviam as Freiras de São Bento (séc.XVIII)*, n.ºs49/56, 19 Junho a 14 Julho, Viana do Castelo, 1942.

EXPOSIÇÃO DA ORLA DO ESCUDO

O sol não só é o timbre das armas por parte de sua mãe mas também o é hoje da Religião Beneditina. Ele representa ao mesmo Santo como sol da Vida Monástica, resplandecendo na Igreja de Deus em toda a Europa, assim como Basílio na Ásia e Agostinho na África.

A Mitra preciosa mostra a dignidade abacial, dominando os seus filhos como o seu primeiro pai.

A das palmas figura a agigantada estatura do seu corpo. A outra palma o triunfo do Santo sobre todos os inimigos da sua alma.

O cilício é memória do que ele levou ao Subiaco quando se separou do mundo a primeira vez, cujo era tecido de sedas de cavalos com muitos laços e nós.

O Maná as gotas de água que suou na Cova de Subiaco em pronóstico sinal de santidade, quando havia de acontecer alguma calamidade ou caso funesto.

Os espinhos os em que se deitou para vencer a sensualidade.

As rosas as que o Senhor fez nascer no mesmo lugar dos espinhos em demonstração da vitória.

As cinco flores em cujo centro se lêem os números I, I, III, IV e V mostram os cinco privilégios principais que Deus concedeu a São Bento em favor da sua Ordem e benfeitores: este oráculo feito por um anjo a Bento a favor da sua Religião, irmãos e devotos consiste:

- I – A sua Religião preservará até ao fim do Mundo;
- II - Que a sua Religião seria no fim do Mundo o escudo de toda a Igreja Católica;
- III - Que ninguém morreria nela senão em estado de salvação;
- IV - Que todo o perseguidor se se não emendasse morreria de má morte;
- V - Que todos os que amassem a sua Religião teriam um bom fim.

O corvo com o pão no bico é a figura daquele a quem o Santo criava, sustentando-o para símbolo da perseverança, permanência e estabilidade que o monge deve ter em seu estado, e o pão representa o envenenado que o Santo lhe mandou lançar em lugar em que não fosse achado de pessoa alguma.

As seis asas, as seis dos serafins de Isaías e são a figura da Sagrada Cogula que o Santo deu a seus filhos. Nas duas abas do capelo se representam as duas asas com que os serafins cobriam o rosto: nos dois panos que chegam ao chão se representam as duas asas com que os serafins cobriam os pés e nas duas mangas as duas asas com que os serafins voavam.

EXPOSIÇÃO DA ORLA MAIOR

Doze debuxos gradatos que igualmente cricuitam se figuram os doze primeiros mosteiros que o Santo edificou em Subiaco.

As palmas aí mesmo unidas são as do tirunfo de tantos mártires, só num mosteiro padeceram novecentos às mãos dos mouros; 1040 às mãos dos húngaros e 10 000 na Igreja Cantuariense (Inglaterra).

As luas crescentes explicam como no Cassino começou esta Religião a ser lua crescente, aumentando tanto que chegou a cheia de bens espirituais, temporais (o comprimento é a lua cheia no mais alto da orla).

A estrela como esta Religião teve seu princ'pio no deserto de Subiaco, como Aurora ou estrela Alva quando nasceu.

O vaso, o veneno que se quebrou quando da benção.

A campainha, a que á com o cesto que Romano descia com uma corda à cova de Bento e cuja campainha o diabo quebrou com uma pedrada afm de Bento não ouvisse a chegada do alimento.

Nos quatro ângulos, uma meia lua em cada, a nobreza de Bento pois as podia usar nos sapatos como ilustre romano que era.

Quatro bandeiras – sendo beneditinos sem conta acolhem-se sob quatro bandeiras principais, à imitação do exército esmaelítico dividido em quatro esquadrões quando caminhava pelo deserto do Egipto para a Terra Prometida:

Primeira bandeira

O Oriente debaixo da qual iam duas tribos, era a tribo de Judá – cor verde símbolo da esperança (a dos filhos de Bento em gozar os prémios celestiais, pelejando sob a bandeira da Fé). O leão que ela levava pintado: o ânimo e esforço dos filhos de Bento na propagação da Fé.

Segunda bandeira

A zona do Meio-Dia, a tribo de Ruben, vermelho carmezim – a maior prova de caridade, o martírio dos filhos de Bento por amor a Cristo. Tinha figurado a cabeça de um homem e a árvore das Mandrágoras com as raízes e frutos vermelhos, a cabeça o mártir assim como a árvore e seus frutos (odorífero e copioso).

Terceira bandeira

A que no exército de Israel ia na parte do Ocidente – tribo de Efraim e mostrava a fortaleza desta tribo – cor amarela nos beneditinos são os santos confessores que professando a Regra militaram sob a bandeira da penitência, exercitando-se nas armas da virtude. A cabeça de boi da bandeira é o geroglífico do contínuo trabalho e exercício.

Quarta bandeira

Que ia do lado Norte – tribo de Dan igualmente branca e vermelha é nas filhas de Bento o geroglífico das Virgens que professam a Regra segundo a pureza virginal e por esta observância perpétua de virgindade e castidade fica sendo martírio em que os apetites e desejos carnosos se degolam como diz São Gregório Magno. Esta bandeira tinha uma águia volante com uma serpente nas garras cuja insígnia compete às filhas de Bento porque assim como a águia tem agudeza de vista e elevando-se mais alto que as outras lhes leva vantagem, também a pureza da virgindade dá vistas mais agudas e penetrantes a todos os que professam e se despedem dos gostos do mundo como de serpentes venenosas.



Fig.145 – Brazão de São Bento. Pano da porta da Igreja (nº 525 do Inventário Geral)
Actualmente em depósito na Igreja de Cedofeita do Porto.
(fotografia do autor)



Fig.146 – Brazão de São Bento. Perspectiva diagonal.
(fotografia do autor)

O BÁCULO DAS ABADESSAS DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA DO PORTO

Consideramos oportuno desenvolver um pouco este tema. A peça de ourivesaria de que nos ocuparemos nas próximas linhas é um dos mais bonitos objectos preciosos à guarda dos Museus Nacionais. Muito se escreveu já sobre ela em prosas quase sempre contraditórias acerca da sua datação e muitos mitos se alicerçaram em seu redor, também, segundo nos parece, com pouco de verdade.

Hoje, nos tesouros nacionais, julgamos restarem raros “especimens” representativos do poder espiritual de abades e bispos. Deles destacamos três em que apenas um é referente a uma comunidade feminina. É ele o objecto deste nosso apontamento. Dos outros dois, um faz parte do Tesouro da Sé de Évora e foi propriedade do Cardeal Rei D. Henrique, 1º Arcebispo de Évora (1540/1578) é de prata dourada e de feitura gótica (1ª metade do século XVI¹³⁸). O outro, também do século XVI (já existia em 1536), descobri-mo-lo num desenho de Domingos António Sequeira¹³⁹, depositado no Gabinete de Desenhos do Museu Nacional de Arte Antiga, e reproduz a parte superior, a crossa, do báculo abacial do Mosteiro de Alcobaça. Este esboço é tudo o que dele resta.

Nuno Vassalo e Silva¹⁴⁰ encontra grandes semelhanças entre estas duas últimas peças; pensamos que não observou o báculo das abadessas beneditinas do Porto. Além do aspecto formal que aproxima muito mais os dois “bagos” monacais (um masculino e outro feminino), há ainda um aspecto muito importante que parece ter escapado totalmente, permanecendo oculto no significado espiritual, mas no significado material perfeitamente detectável: as volutas abaciais enrolam para dentro, porque a jurisdição do abade (e da abadessa) é relativa apenas ao seu rebanho¹⁴¹. Este aspecto curioso é pertinentemente apontado como justificação para a supressão do cajado pastoral nas cerimónias fúnebres de abades, abadessas e bispos. Sobre ele fala por si o extracto que reproduzimos a seguir e que explica tal ausência: “... como este (o báculo) significa jurisdição e coidado pastoral e tão bem a justiça feita com piedade e amor paternal, a justiça significada na aste a piedade e amor paternal na volta, que em cima tem e pela morte se lhe

¹³⁸ MENDEIROS, José Filipe, *Guia do Museu de Arte Sacra da Catedral de Évora*, Évora, 1985, p.45.

¹³⁹ SILVA, Nuno Vassalo, *A Ourivesaria no Mosteiro e nos Coutos de Alcobaça*, in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR, s/l, s/d, p.147.

¹⁴⁰ SILVA, Nuno Vassalo, *o.c.*, p. 156.

acabou o poder e jurisdição presetiva e corretiva que tinha sobre as suas subditas, por isso o não deve levar nem por em a ella.

E por esta mesma cauza o não levão os Bispos defuntos não ostante terem sido estes sobre os seus subditos Mayor jurisdição e poder que são as que respeita as chaves da Igreja e dependem de ordens como he o poder de Excomungar e absover e que não podem Ter as Abbadeças pois estas só tem alem do poder civil, politico economico e domestico o poder e jurisdição presetiva e corretiva que não respeita as chaves da Igreja nem depende de Ordens.”¹⁴²

A apreciação presencial levou-nos a aproximá-lo do alcobacence e não do episcopal de Évora. Este tem muito mais leveza que os outros dois, maciços e esculpidos, embora nos três o nó se desenvolva igualmente em dois andares.

De resto, quando vislumbramos o esboço de Domingos Sequeira assaltou-nos de imediato a sensação do “*déjà vue*”.

Desconhece-se o nome da encomendante do cajado prelatício da comunidade beneditina do Porto. A documentação disponível é totalmente omissa neste ponto, como o é em muitos outros de inquestionável importância para a história do Mosteiro. No tocante a obra tão imponente, esperávamos encontrar qualquer pista. Na falta dela, a própria peça poderá eventualmente “falar”, embora o seu “discurso” apenas estético tenha levado às muitas opiniões contraditórias, dadas a público.

A primeira notícia da existência do báculo portuense surgiu no final da segunda década deste século. Dois periódicos lisboetas¹⁴³ davam então conta da aquisição da referida peça, por parte do Museu Nacional de Arte Antiga, num leilão na Palhavã (Lisboa). Ambos atribuíam o trabalho ao século XVI, mas enquanto “O Século” se ficava por uma sucinta notícia, relatando a ocorrência, o “Diário de Notícias” discorria um pouco mais e dava os nomes da pessoa que efectuara as diligências, impedindo a saída para museus estrangeiros, e da que subsidiara a empresa, mas sobretudo fazia a descrição do objecto que dizia ser de “vermeil” (prata dourada).

¹⁴¹ ARAÚJO, José Rosa de, *Como viviam as Freiras de São Bento (século XVIII)*, in Aurora do Lima, n.ºs49/56, Viana do Castelo, 1942.

¹⁴² BN, *Códice 8337*, ff. 2/3.

¹⁴³ *O Século*, 20 Junho, Lisboa, 1916, p.1; *Diário de Notícias*, 20 Junho, Lisboa, 1916, p.1.

Pedro Vitorino¹⁴⁴, que transcreve a prosa do “Diário de Notícias”, embora a atribua a “O Século”, não rebate a opinião jornalística que localiza a peça no século XVI e vai mais longe, atribuindo-lhe uma patrona, Guiomar de Ataíde. A nosso ver, está isto mais próximo do que julgamos ser correcto, como adiante exporemos.

Abel de Moura¹⁴⁵, nos anos 50 deste século, propôs a centúria de 600 para a execução do artefacto de ourivesaria, apesar de incluir no seu artigo o texto dos periódicos que o antecederam (dando-o para o século XVI). Não sabemos baseado em quê! Para apoiar a sua teoria remeteu para uma autora da mesma centúria, uma Ataíde, Ana, abadessa entre 1623/26 e 1632/35. Magalhães Basto¹⁴⁶, que transcreveu aquele autor, pela mesma época, pareça comungar de igual opinião.

Finalmente, idêntico parecer surgiu na pena de João Couto e de António Gonçalves que atribuem os mesmos tempos e encomendante¹⁴⁷.

Confessamos não entender as razões de tal classificação, pelo que passaremos a apresentar as nossas que fundamentam a convicção que temos de que Pedro Vitorino esteve mais próximo da verdade; no nosso ponto de vista, a referida peça de ourivesaria é uma peça de transição (séculos XVI/XVI) e encomendada por Guiomar de Ataíde.

Antes, porém e para sermos mais precisos, passaremos à exposição descritiva da peça, que poderá ser confrontada com as fotografias em anexo (Figs.147 e 148):

“ *Medida total 2,35m.*

O báculo compõe-se de uma vara de 2,12m, dividida em cinco anéis e superiormente pelo nó e pela voluta. Estes dois fragmentos do báculo são ricamente decorados com imaginária e pedras preciosas.

¹⁴⁴ VITORINO, Pedro, *O Convento de Avé Maria*, Notas de Arqueologia Portuense, CMP, Porto, 1937, pp.193/194.

¹⁴⁵ MOURA, Abel, *O Báculo do Mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto*, Museu, vol.vi, Janeiro/Junho, Porto, 1950.

¹⁴⁶ MAGALHÃES-BASTO, Artur de, *Sorte vária de duas preciosas peças de Ourivesaria Antiga*, in *Ourivesaria Portuguesa*, nº12, Porto, 1950, pp.279/287.

¹⁴⁷ COUTO, João; GONÇALVES, António, *A Ourivesaria em Portugal*, Horizonte, Lisboa, s/d., p.145.

De estrutura arquitectural, compõem-se o nó de base hexagonal tendo em cada face duas ordens de edículos e entablamentos sobrepostos; sustentam o entablamento da divisão inferior do nó, seis cariátides.

O nó está dividido em dois corpos sobrepostos, cada um de seis faces e preenchem os edículos da divisão inferior, as figuras em vulto de São Paulo e São Pedro e ainda as dos quatro evangelistas São João, São Marcos, São Mateus e São Lucas.

Na divisão superior, de igual configuração, representam-se em cada um dos edículos os emblemas da Paixão; figuras de anjos sustentam a cruz, os pregos, a lança, a coluna, a escada e o martelo.

Da base pendem quatro tintinábulo e o fragmento que liga o nó à base é decorado com cabeças de anjos alados e cabeças de leões.

O fragmento que liga o nó à voluta em forma de balaustre é decorado com cariátides e cartelas nas quais estão aplicadas pedras preciosas (julgamos que são apenas vidros coloridos).

Na parte interna da voluta que encima o báculo está representada e esculpida em vulto, a anunciação, sendo essa voluta coroada no topo por uma albarrã sobre a qual poisa a pomba eucarística.

Na curva inferior da voluta, junto à volta que se descreve contrariamente àquela, encontra-se numa cartela um brasão esquartelado, tendo no primeiro e terceiro quartel, as armas dos Athaydes e nos opostos as dos Aguires.

*A voluta é decorada, lateralmente, com cabeças de anjos e carrancas; aquelas dentro de cartelas, alternam com a incrustação de pedras verdes, vermelhas, roxas e azuis.*¹⁴⁸

Se compararmos este báculo com o eborense ressaltam de imediato as enormes diferenças pois este último é muitíssimo gótico e as volutas como dissemos têm enrolamentos contrários, razão que também já expusemos mas que não obsta ao presente raciocínio.

¹⁴⁸ MOURA, Abel, *o.c.*, pp.10/11.

Tentámos refazer o traçado estrutural a partir do tratado denominado “*Commensuracion para la escultura e arquitectura*”¹⁴⁹, dos finais do século XVII, para a execução de artefactos de ourivesaria destinados ao serviço litúrgico; as normas ali indicadas para o desenho parecem ter sido observadas no cajado beneditino. Apesar de tudo, o do Mosteiro de Alcobaça, que nos parece com muitas semelhanças ao do Porto, é coevo do de Évora, o que pode apontar para que todos sejam contemporâneos na centúria. Aquele conjunto normativo para ourives poderia ser uma cópia de algo mais antigo.

No entanto, se o nó parece pertencer ao século XVI pela estrutura, a voluta, pela contenção e linearidade do lavrado, pode apontar o início do século seguinte. Quanto às pedras, não esqueçamos que o cisterciense já as possuía, assim como a albarrã. De resto as volutas são absolutamente idênticas.

A vara provavelmente é um elemento decisivo porquanto o seu lavor se enquadra no trabalhado das colunas de sustentação da “*lâmpada que Simão Ferreira lavrou para a Capela da Universidade de Coimbra e que foi apresentada pelo ourives nos fins de Outubro de 1597*”¹⁵⁰ e classificada como peça de transição entre 500 e 600¹⁵¹. Igualmente se perfilham entre si as peças que ligam essas colunas à cúpula central e o desenrolamento inferior do báculo de São Bento de Avé Maria.

Este conjunto de circunstâncias parece remeter o referido trabalho para algures entre os finais do século XVI e os alvares do XVII. Se lhe juntarmos o perfil da provável encomendante, Guiomar de Ataíde, então talvez não andemos longe da verdade.

Segunda e última governante perpétua, foi indigitada por Maria de Melo, a primeira abadessa nomeada, que a considerou sua filha espiritual. Curiosamente “mãe e filha” pareciam ter muito pouco em comum, já que da primeira abadessa se dizia ter sido austera na observância da Regra e dos costumes de pobreza e humildade, ao contrário do que constava da Segunda (afrouxou os rigores da Regra).

Guiomar de Ataíde ocupou a cadeira abacial entre 1578/1612, falecendo de apoplexia nos finais de 1613, com 80 anos de idade. Até então, percorria sempre o Mosteiro apoiada em duas moças. Ana de Ataíde, a quem se atribui a fábrica do Báculo das Abadessas, e Branca da Silva sua irmã,

¹⁴⁹ ARPHE Y VILLAFANE, Juan, *Commensuracon para la Escultura y Arquitectura*, Madrid, 1675, fl.31.

¹⁵⁰ COUTO, João, GONÇALVES, António M, *o.c.*, p.139.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*.

também ela abadessa, eram suas sobrinhas, tal como Maria de Castro, que terá sido por ela indigitada para o cargo prelatício. Entretanto, o Concílio de Trento cortou com os abaciados vitalícios, não impedindo no entanto que as Ataídes continuassem a pontificar, agora por via eleitoral. Não esquecer que o Báculo ostentaria o brasão daquela família.

Para falarmos de Guiomar de Ataíde nada melhor que o relato da cronista do Mosteiro:

“... dezião não virão Prelada com tais poderes e assim entrada no governo, comesou a moderar o rigor com que a Sancta Regra se guardava, com que o convento comesou a deixarse comonicar e ater mais pulitica...”, “... Senhora de grandes prendas e dotes de natureza e como tal, de todos muito amada e das subditas temida e respeitada yualmente amada e obedesida.”¹⁵²

Segundo a mesma cronista, esta abadessa escrevia-se com o Papa e com o Rei e foi durante o seu governo que o Mosteiro se engrandeceu financeiramente e se remodelou de forma a proporcionar melhor comodidade. Foi nesta altura que se introduziu o hábito do Canto Chão. No entanto, se Guiomar de Ataíde se mostrava desenvolta para o tempo e cheia de iniciativas, perpassa nas entrelinhas da anterior transcrição um rigor férreo a roçar o tirânico, pois forrava as solas com pano para não ser ouvida nos seus deabulações pelo Mosteiro em busca de infractoras, que depois colocava prostradas nos locais onde eram surpreendidas, indiferentemente de ser dentro ou fora do edifício, durante horas ou mesmo “*dias ynteiros*”¹⁵³.

No entanto, todo este raciocínio poderá cair por terra se alguma das permissas se demonstrar incorrecta.

Para evitar delongas, transcrevemos na íntegra um artigo que pode obrigar a uma total revisão a tudo o que até agora se escreveu:

“Tenho para mim que todos erraram, porque quiseram ver nas armas do báculo os símbolos heráldicos dos Ataídes e Aguiares.

E para começar direi que as armas, se fossem das abadessas D. Guiomar de Ataíde ou D. Ana de Ataíde, deveriam ler-se por Ataídes e Azevedos e não Ataídes e Aguiares. Aquelas são correctamente as que lhes pertenceriam por suas linhagens.

¹⁵² BNL, *Códice* 8395, ff.16vº/17vº.

E drei mais que se assim fosse poderia o báculo Ter sido mandado fazer tanto po D.Ana de Ataíde (1624/25 e 1632), como por suas irmãs D.Branca da Silva (1620 e 1629) e D.Lourença da Silva (1663). Estas senhoras eram filhas de D.Francisco de Azevedo e Ataíde, Senhor da Honra de Barbosa (Penafiel) e de sua mulher D.Brites da Silva.

No entanto, a leitura das armas assim feita e que data pelo menos de 1916 não está certa.

Não estão lá as armas dos Ataídes que são muito diferentes, como geralmente sabido nem as dos Aguiares.

O que nele se vê são as armas de Ferreiras e Azevedos, que competiam à Abadessa D.Maria da Conceição e Azevedo (1683/85; 1689/91; 1700/1702).

Seria ela quem mandou fazer o báculo? Contra essa hipótese pode alegar-se que esta é peça de ourivesaria muito mais antiga, no seu estilo.

Efectivamente assim é. Mas todos nós sabemos como são desconcertantes, pelos seus arcaísmos os nossos artistas dos séculos passados.

E ainda se poderia admitir que o báculo fosse mandado renovar por D.Maria da Conceição e nessa altura postas as suas armas.

Será assim? Os peritos que o decidam.

D.Maria da Conceição e Azevedo, abadessa de São Bento da Avé Maria era filha de João Ferreira de Azevedo, tabelião de notas no Porto (serviu de 1608 a 1650) e de sua mulher Jacinta Pereira, filha bastarda do fidalgo Fernão Pereira de Miranda e de uma senhora da Casa do Souto de El-Rei, D.Joana Coutinho (Cristovão Alão de Moraes).¹⁵⁴

De Heráldica não sabemos senão uns quantos rudimentos que não nos permitem semelhantes estudos no entanto, concordamos plenamente com a possibilidade de o brasão ter sido apostado muito posteriormente. Os objectos litúrgicos e outros para uso do Mosteiro eram sempre pagos pelos bolsos das monjas, mas tal não parece poder ter sido feito por Conceição Azevedo, senhora embora de muita nobreza de sangue, que contudo, não chegaria, por si só, para custear a peça

¹⁵³ BNL, Idem, *Ibidem*.

em questão (era filha de um simples tabelião de notas e de mãe ilegítima). No entanto, nada a impediria, a exemplo das suas antecessoras, de lhe apensar a sua marca pessoal, coisa que lhe não repugnaria nada. Quanto mais não fôsse para nos enganar a todos!

Os arcaísmos dos artistas não nos parecem descontextuados, se pensarmos que trabalhavam ao gosto do encomendante, gostos esses que ultrapassavam os tempos. Estamos conscientes de que nem com Carbono 14 se deslindarão problemas destes!

Para terminar, uma outra questão: esta peça e uma outra, uma píxide também de prata lavrada, desaparecida durante décadas (actualmente em Singeverga), terão sido arrematadas num leilão na Caixa Filial do Banco de Portugal, em Dezembro de 1836, por António Bernardo Ferreira (Ferreirinha da Régua) que por elas pagou respectivamente 187 000 réis e 153 000 réis¹⁵⁵. Tinham sido hipotecadas, pelo Mosteiro, juntamente com outras¹⁵⁶, como forma de contornar a situação calamitosa que ali se vivia após a extinção das Ordens Religiosas.

Anos mais tarde (1840), António Bernardo Ferreira, *“tão opulento como generoso, tão fidalgo pelas acções como humilde pelo nascimento”*, cedeu para usufruto do Mosteiro aquelas duas peças, por escritura pública e condicional (enquanto o Mosteiro se mantivesse) . Segundo as referidas escrituras, teria sido gravada em ambas as peças a legenda: *“Oferecido ao Mosteiro das Religiosas Benedictinas da cidade do Porto na conformidade da escriptura exarada por Manuel Carneiro Pinto, tabellião da mesma cidade, em 7 d’Outubro de 1840 por Antonio Bernardo Ferreira, fidalgo da Casa Real.”*¹⁵⁷

Na realidade, em nenhuma das peças foi gravada coisa alguma, como se pode comprovar mediante directa observação.

Os objectos em questão voltaram à posse da família “Ferreirinha” em 1888, *“quando o convento agonisava nas vascas do estertor da última religiosa, a viúva e herdeira (das dívidas) dáquelle benemerito fidalgo, a snr^a. D.Antónia Adelade Ferreira assignou a folhas 94 da Nota 789 do tabellião Tiberio Pereira Mendes, a escriptura de restituição d’aquelles donativos.”*¹⁵⁸ Em 1916,

¹⁵⁴ FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, *O Báculo de São Bento da Avé Maria*, Porto, 1966.

¹⁵⁵ MIRANDA, Ana Paula, *O Mosteiro de São Bento de Avé Maria*, n Bol.Associação Cultural Amigos do Porto, nºs15/16, Porto, 1997/98, pp.300/301.

¹⁵⁶ Ver a lista em anexo.

¹⁵⁷ MIRANDA, Ana Paula, *o .c.*, p.304/305.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

assistiu-se então ao leilão, em casa do conde da Azambuja (genro do Ferreirinha¹⁵⁹) e a peça descansou finalmente na secção de ourivesaria do Museu Nacional de Arte Antiga, donde sai para exposições, algumas delas no estrangeiro, para pasmo dos bárbaros!

Como comentário às declarações de “opulento e generoso, fidalgo e humilde”, aqui deixamos o que dele se escreveu, nomeando a mulher, D. Antónia Adelaide Ferreira: “... casou em primeiras núpcias com o primo Ferreirinha da Regoa lendário no norte, como typo do elegante dissipador...”¹⁶⁰. A tal ponto o foi que consumiu toda a fortuna da mulher que, contudo, e após o seu falecimento, se revelou excepcional administradora, saldando todas as dívidas e restaurando o brilho e opulência da sua Casa.

¹⁵⁹ VITORINO, Pedro, *o.c.*, p.193.

¹⁶⁰ BRANCO E NEGRO, ano 1, nº3, 1896, p.16.

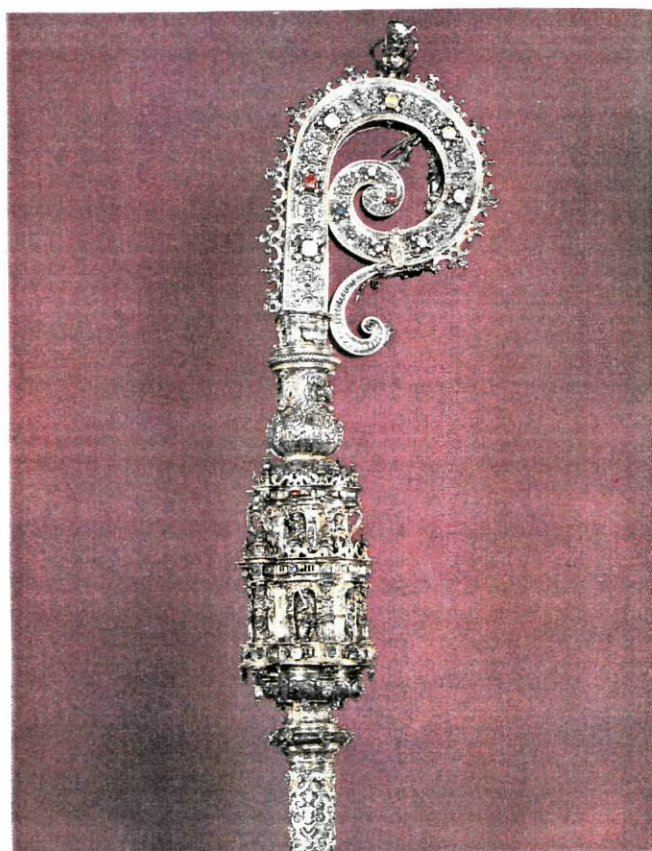


Fig.147 – Báculo das Abadessas do mosteiro de São Bento de Avé Maria. Prata dourada
Com pedras. Transição dos séculos XVI/XVII.

Fonte: *Ourivesaria Portuguesa no Museu de Arte Antiga*, Lisboa, 1984.



Fig.148 – Báculo das Abadessas do mosteiro de São Bento de Avé Maria (pormenor da voluta)

Fonte: *Ourivesaria Portuguesa no Museu de Arte Antiga*, Lisboa, 1984.

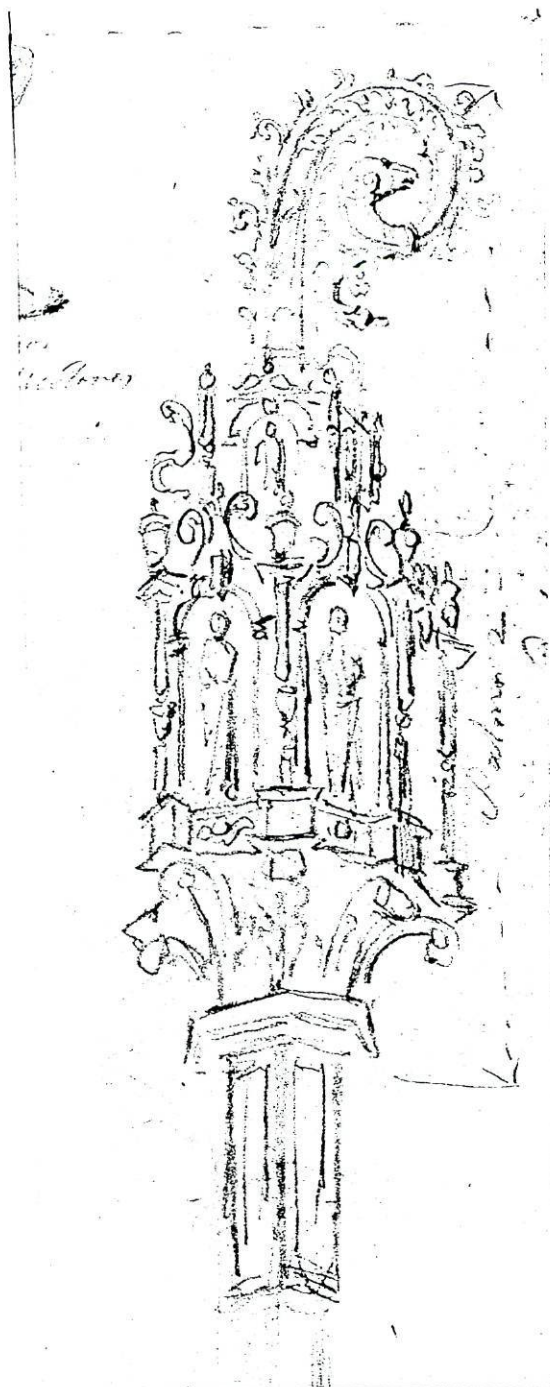


Fig.149 – Báculo abacial de Alcobaça (desenho de Domingos Sequeira). Século XVI.

Fonte: *A Ourivesaria no Mosteiro e nos Coutos de Alcobaça*, in *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, IPPAR, p.147

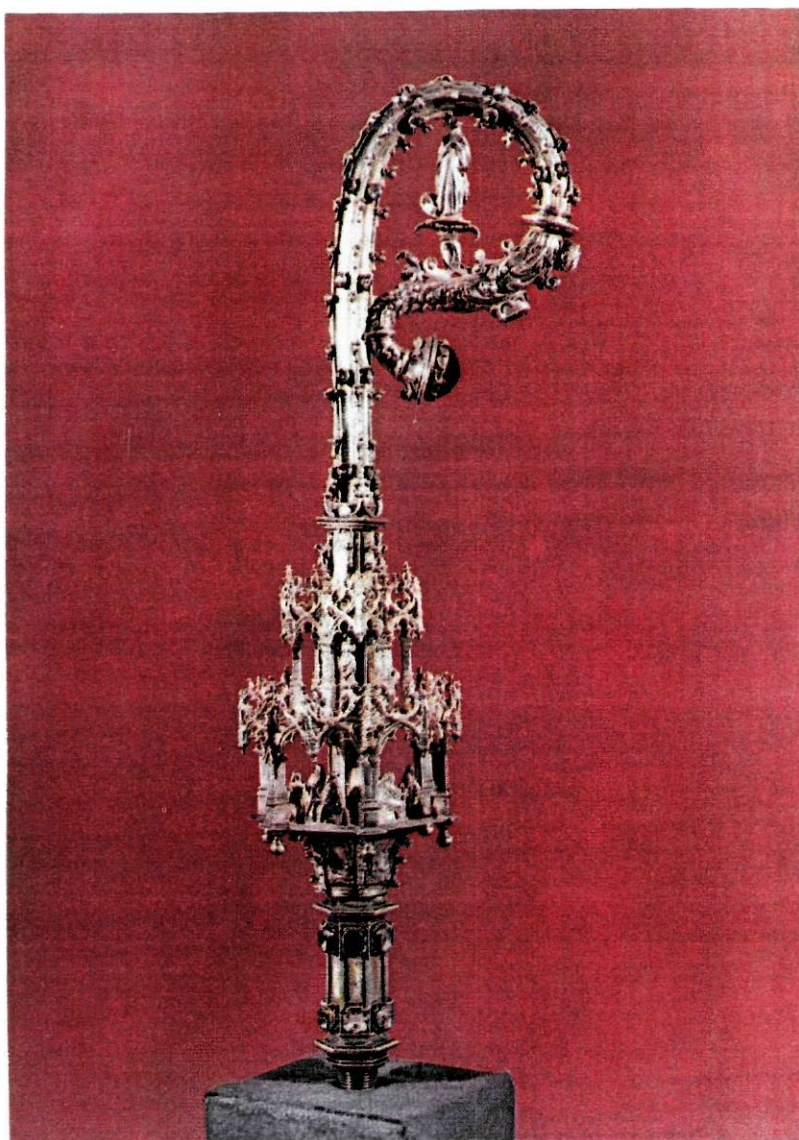


Fig.150 – Báculo episcopal de Évora. Século XVI.
(postal ilustrado)

APONTAMENTOS DA DESTRUIÇÃO



Fig.151 – Largo de São Bento. Lado sul

Fonte: *Porto, Esquinas do Tempo*, Grupo IF, CMP, Porto, 1989.



Fig.152 – Muralha junto à Porta de Carros (1888)

Fonte: Bol.Dir.Geral Edif.Mon.Nac., Setembro, 1936.



Fig.153 – Fachada do mosteiro de São Bento de Ave Maria após a expropriação de 1887.

Fonte: BIEL, Emílio, *Comemorações do 5º Centenário do Infante no Porto* -
 — 1894, BPMP.

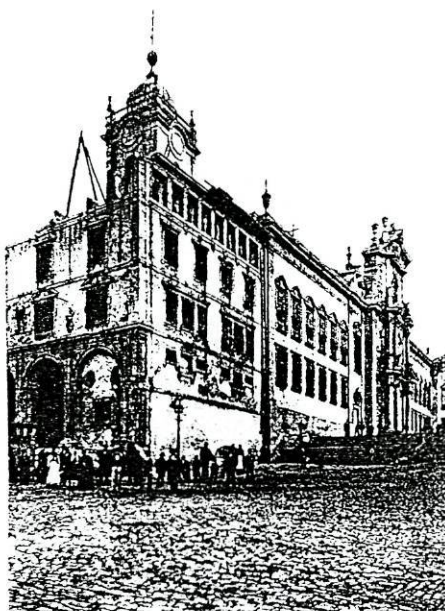


Fig.154 – Demolição dos Coros do mosteiro de São Bento de Ave Maria.

Fonte: *O Porto de outros tempos* (coleção de postais da CMP).

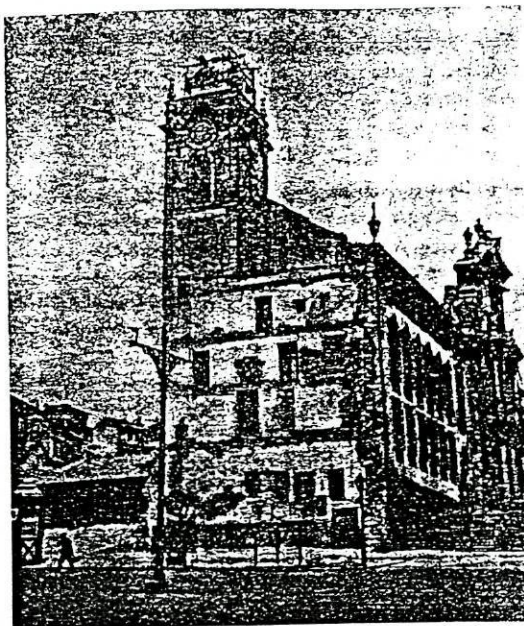


Fig.155 – Demolição da Igreja do mosteiro de São Bento de Avé Maria.

Fonte: *A Muralha Fernandina*, in *O Tripeiro*, Fevereiro,nº2, Porto,1969, p.43.

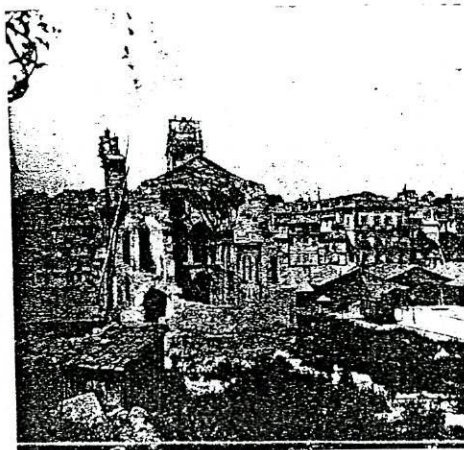


Fig.156 – Demolição da Igreja do mosteiro de São Bento de Avé Maria.

Fonte: *Brasil Portugal*, 16 Setembro, nº40, 1900.

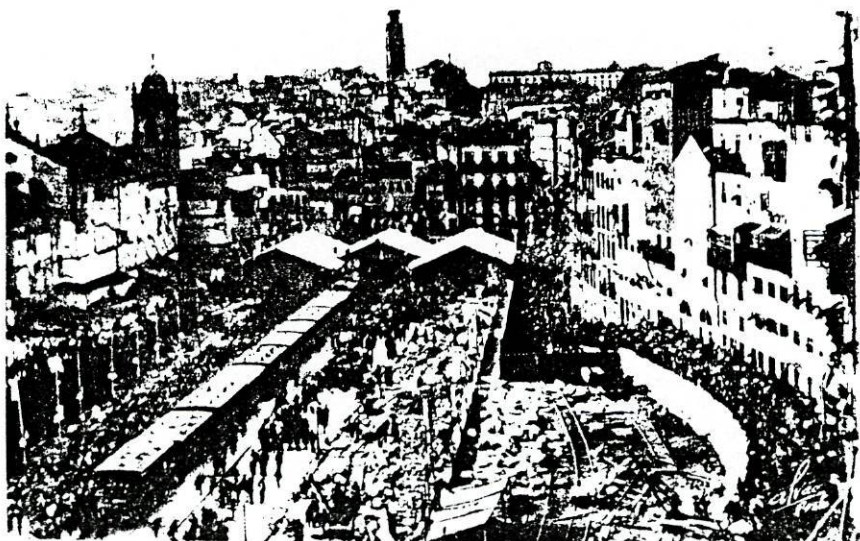


Fig.157 – Chegada do 1º comboio à estação Central do Porto (1896)

O mosteiro à esquerda está em adiantada demolição

Fonte: *A cidade do Porto na obra do fotógrafo Alvão – 1872/1946*, Porto, 1993, p.89.



Fig. 158 – Estação de São Bento

Fonte: *Porto, Esquinas do Tempo*, Grupo IF, CMP, Porto, 1989.

ÍNDICE

SUMÁRIO	3
APÊNDICE DOCUMENTAL	5
Doc.1 – entrega de sisas para obras (séc.XVII)	6
Doc.2 – Directorio de conduta moral (séc.XVIII)	8
Doc.3 – Contrato de uma Boticária (séc.XIX)	64
Doc.4 – Processo de expropriação de parte do Mosteiro (séc.XIX)	67
Doc.5 – Inventário Geral do Ministério das Finanças (séc.XIX)	79
Doc.6 – Inventário dos Livros e Manuscritos do Mosteiro (séc.XIX)	112
Doc.7 – Inventário dos Livros do Cartório que ficaram no Arquivo Distrital do Porto (séc.XIX)	119
Doc.8 – Inventário dos Livros rejeitados pelos Arquivos Nacionais (séc.XIX)	123
Relação das peças de ourivesaria que não constaram do Inventário Geral por terem sido Leiloadas em meados do século XIX	127
Relação das Abadessas, Prioras e sub-Prioras nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX	132
SINOPSE DA ACTIVIDADE ARTÍSTICA NO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE AVÉ MARIA NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII	143
- Século XVI – Fábrica Primitiva	144
- Século XVII – 2º Período – Barroco	146
- Século XVIII	147
- Século XVIII – 3º Período – Rocaille	148
Algumas Obras que constam dos “Curricula” dos artistas e artífices que trabalharam no Mosteiro	149
Os órgãos instrumentais do Mosteiro	156
APÊNDICE GRÁFICO	157
Memória Descritiva e Justificativa (das Plantas Arquitectónicas)	158
- Planta/estudo – 1 (séc.XVI) rés-do-chão	166
- Planta/estudo – 2 (séc.XVI) 1ºandar	167
- Planta/estudo – 3 a) (séc.XIX) rés-do-chão e parte da cerca	168
- Planta/estudo – 3b) (séc.XIX) cerca com calvário e lago	169
- Planta/estudo – 4 (séc.XIX) 1ºandar	170
- Planta/estudo – 5 (séc.XIX) 2ºandar sul	171
- Planta/estudo – 6 (séc.XIX) 2ºandar norte e 3ºandar sul	172

- Planta/estudo – 7 (séc.XVII) Corte na destruição da Igreja	173
- Fonte que esteve no ângulo sul/poente (séc.XIX)	174
- Perspectiva aérea do local com as alterações a efectuar (séc.XIX)	175
 APÊNDICE FOTOGRÁFICO	 176
- Descrição do Brazão de São Bento	257
- O Báculo das abadessas do mosteiro de São Bento de Avé Maria	262